ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLIV Nº 242

Brasília - DF, terça-feira, 19 de dezembro de 2017

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Poder Executivo 4
Presidência da República 4
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 7
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 65
Ministério da Cultura 71
Ministério da Defesa 93
Ministério da Educação 95
Ministério da Fazenda 100
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 134
Ministério da Integração Nacional 134
Ministério da Justiça e Segurança Pública 135
Ministério da Saúde 142
Ministério das Cidades 157
Ministério das Relações Exteriores 158
Ministério de Minas e Energia 158
Ministério do Desenvolvimento Social 173
Ministério do Esporte 174
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 174
Ministério do Trabalho 177
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 181
Conselho Nacional do Ministério Público 187
Ministério Público da União 189
Poder Judiciário 189
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 193

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.539, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 43.

.....

§ 1º

.....

.....

III -

.....

a) para as fontes de recursos, inclusive as de que trata o art. 119, observadas as vinculações previstas na legislação, para os identificadores de uso e de resultado primário e para as esferas orçamentárias, exceto para as alterações do identificador de resultado primário 3 (RP 3) e 6 (RP 6), observado o disposto no § 5º;

.....

§ 6º A alteração do identificador de resultado primário 7 (RP 7) dependerá de solicitação ou concordância expressa da bancada estadual autora da emenda, devendo ser mantido o valor total dos subtítulos com esse identificador." (NR)

"Art. 72.

.....

.....

§ 6º Até 30 de novembro de 2017, o Poder Executivo poderá incluir as programações constantes de créditos adicionais abertos com identificador de resultado primário 7 (RP 7) ou decorrentes das alterações feitas na forma da alínea "a" do inciso III do § 1º do art. 43 na lista constante da Seção I do Anexo de Prioridades e Metas, observado o disposto no § 6º do art. 43." (NR)

"Art. 137.

.....

.....

§ 2º O relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário referente ao terceiro quadrimestre de 2017 conterá, adicionalmente, o demonstrativo do montante das despesas primárias pagas pelos órgãos no exercício e das demais operações que afetaram o resultado primário, em comparação com os limites estabelecidos na forma dos § 1º, § 7º e § 8º do art. 107 do ADCT.

§ 3º O demonstrativo a que se refere o § 2º será encaminhado aos órgãos a que se referem os incisos II a V do **caput** do art. 107 do ADCT, nos prazos previstos no **caput** deste artigo.

§ 4º A Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição poderá, por solicitação do Poder Executivo ou por iniciativa própria, adiar as datas de realização da audiência prevista no **caput**." (NR)

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º O Anexo VII à Lei nº 13.408, de 2016, passa a vigorar acrescido das programações constantes do Anexo a esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de dezembro de 2017; 196ª da Independência e 129ª da República.

MICHEL TEMER
Dyogo Henrique de Oliveira

ANEXO

(Anexo VII à Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016)

Seção I - Programações Prioritárias sujeitas ao regime de que trata o art. 72

Programa, Ações e Produtos (unidades de medida)		Meta 2017
2081	**Justiça, Cidadania e Segurança Pública**	
155N	*Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal*	
	Iniciativa apoiada (unidade)	*3*
2084	**Recursos Hídricos**	
10F6	*Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco*	
	Obra executada (% de execução física)	*14*
2087	**Transporte Terrestre**	
20VK	*Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Norte*	
	Trecho mantido (km)	*2.000*
0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**	
0E45	*Participação da União no Capital da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária*	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LEI Nº 13.540, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera as Leis nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º A exploração de recursos minerais ensejará o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), nos termos do § 1º art. 20 da Constituição Federal, por ocasião:

I - da primeira saída por venda de bem mineral;

II - do ato de arrematação, nos casos de bem mineral adquirido em hasta pública;

III - do ato da primeira aquisição de bem mineral extraído sob o regime de permissão de lavra garimpeira; e

IV - do consumo de bem mineral.

.....

§ 4º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - bem mineral - a substância mineral já lavrada após a conclusão de seu beneficiamento, quando for o caso;

II - beneficiamento - as operações que objetivem o tratamento do minério, tais como processos realizados por fragmentação, pulverização, classificação, concentração, separação magnética, flotação, homogeneização, aglomeração, aglutinação, briquetagem, nodulação, pelotização, ativação e desaguamento, além de secagem, desidratação, filtragem e levigação, ainda que exijam adição ou retirada de outras substâncias;

III - consumo - a utilização de bem mineral, a qualquer título, pelo detentor ou arrendatário do direito minerário, assim como pela empresa controladora, controlada ou coligada, em processo que importe na obtenção de nova espécie.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

§ 5º Os rejeitos e estéreis decorrentes da exploração de áreas objeto de direitos minerários que possibilitem a lavra, na hipótese de alienação ou consumo, serão considerados como bem mineral para fins de recolhimento da CFEM.

§ 6º Na hipótese prevista no inciso II do **caput** deste artigo, o bem mineral será entregue ao vencedor da hasta pública somente mediante o pagamento prévio da CFEM.

§ 7º No caso de rejeitos e estéreis de minerais associados utilizados em outras cadeias produtivas, haverá uma redução de alíquota da CFEM de 50% (cinquenta por cento)." (NR)

Art. 2º A Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º As alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) serão aquelas constantes do Anexo desta Lei, observado o limite de 4% (quatro por cento), e incidirão:

I - na venda, sobre a receita bruta da venda, deduzidos os tributos incidentes sobre sua comercialização;

II - no consumo, sobre a receita bruta calculada, considerado o preço corrente do bem mineral, ou de seu similar, no mercado local, regional, nacional ou internacional, conforme o caso, ou o valor de referência, definido a partir do valor do produto final obtido após a conclusão do respectivo processo de beneficiamento;

III - nas exportações, sobre a receita calculada, considerada como base de cálculo, no mínimo, o preço parâmetro definido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, com fundamento no art. 19-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e na legislação complementar, ou, na hipótese de inexistência do preço parâmetro, será considerado o valor de referência, observado o disposto nos §§ 10 e 14 deste artigo;

IV - na hipótese de bem mineral adquirido em hasta pública, sobre o valor de arrematação; ou

V - na hipótese de extração sob o regime de permissão de lavra garimpeira, sobre o valor da primeira aquisição do bem mineral.

§ 1º (Revogado).

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado);

IV - (revogado).

§ 2º A distribuição da compensação financeira referida no **caput** deste artigo será feita de acordo com os seguintes percentuais e critérios:

I - 7% (sete por cento) para a entidade reguladora do setor de mineração;

II - 1% (um por cento) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991, destinado ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor mineral;

II-A (revogado);

III - 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) para o Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, criado pela Lei nº 7.677, de 21 de outubro de 1988, para a realização de pesquisas, estudos e projetos de tratamento, beneficiamento e industrialização de bens minerais;

IV - 0,2% (dois décimos por cento) para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atividades de proteção ambiental em regiões impactadas pela mineração;

V - 15% (quinze por cento) para o Distrito Federal e os Estados onde ocorrer a produção;

VI - 60% (sessenta por cento) para o Distrito Federal e os Municípios onde ocorrer a produção;

VII - 15% (quinze por cento) para o Distrito Federal e os Municípios, quando afetados pela atividade de mineração e a produção não ocorrer em seus territórios, nas seguintes situações:

a) cortados pelas infraestruturas utilizadas para o transporte ferroviário ou dutoviário de substâncias minerais;

b) afetados pelas operações portuárias e de embarque e desembarque de substâncias minerais;

c) onde se localizem as pilhas de estéril, as barragens de rejeitos e as instalações de beneficiamento de substâncias minerais, bem como as demais instalações previstas no plano de aproveitamento econômico; e

d) (VETADO).

§ 3º Na inexistência das hipóteses previstas no inciso VII do § 2º deste artigo, ou enquanto não editado o Decreto do Presidente da República, a respectiva parcela será destinada ao Distrito Federal e aos Estados onde ocorrer a produção.

§ 4º (VETADO).

§ 5º O decreto de que trata o § 4º deste artigo também estabelecerá critérios para destinar fração da parcela de que trata o inciso VII do § 2º deste artigo para compensar a perda de arrecadação da CFEM por Municípios gravemente afetados por esta Lei.

§ 6º Das parcelas de que tratam os incisos V e VI do § 2º deste artigo, serão destinados, preferencialmente, pelo menos 20% (vinte por centro) de cada uma dessas parcelas para atividades relativas à diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

§ 7º Na hipótese de bem mineral remetido a outro estabelecimento do mesmo titular, para comercialização posterior, ainda que sujeito a processo de beneficiamento, a base de cálculo para aplicação do percentual na forma do **caput** deste artigo será o preço praticado na venda final, observadas as exclusões previstas nos incisos I ou III do **caput** deste artigo, conforme o caso.

§ 8º Nas operações de transferência, no território nacional, entre estabelecimentos da mesma empresa ou entre empresas coligadas ou do mesmo grupo econômico, caracterizadas como venda, a base de cálculo da CFEM será, no mínimo, o preço corrente no mercado local, regional ou nacional e, no caso de essas operações não serem caracterizadas como venda, a CFEM incidirá no consumo ou na comercialização efetiva do bem mineral, sendo a CFEM, em ambos os casos, devida e distribuída aos Estados e aos Municípios onde ocorrer a produção, nos termos, respectivamente, dos incisos V e VI do § 2º deste artigo.

§ 9º A base de cálculo definida no inciso II do **caput** deste artigo aplica-se na apuração da CFEM quando houver utilização, doação ou bonificação do bem mineral, em qualquer estabelecimento, pelo titular do direito minerário, excluindo-se dessa apuração da CFEM os bens minerais doados a entes públicos.

§ 10. Para fins da hipótese prevista no inciso II do **caput** deste artigo, ato da entidade reguladora do setor de mineração, precedido de consulta pública, estabelecerá, para cada bem mineral, se o critério será o preço corrente no mercado local, regional, nacional ou internacional ou o valor de referência.

§ 11. No aproveitamento econômico de água, envasada ou não, para fins de consumo direto, nos termos do Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 (Código de Águas Minerais), a base para cálculo da CFEM será a receita bruta de venda, deduzidos os tributos incidentes sobre sua comercialização, pagos ou compensados, de acordo com os respectivos regimes tributários.

§ 12. No aproveitamento econômico de água mineral para fins balneários, a alíquota da CFEM incidirá sobre o valor do banho, caso haja especificação do preço do banho, ou, na hipótese de o preço do banho não estar especificado, sobre 8,91% (oito inteiros e noventa e um centésimos por cento) da receita bruta mensal do estabelecimento do titular, deduzidos os tributos incidentes sobre sua comercialização, pagos ou compensados, de acordo com os respectivos regimes tributários.

§ 13. Anualmente, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios tornarão públicas as informações relativas à aplicação das parcelas da CFEM a eles destinadas, na forma estabelecida na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, de modo a se ter absoluta transparência na gestão dos recursos da CFEM.

§ 14. Os valores de referência de que tratam os incisos II e III do **caput** deste artigo serão definidos pela entidade reguladora do setor de mineração a partir de metodologia estabelecida em decreto do Presidente da República, de modo que jazida de maior teor da substância de interesse implique aumento relativo do valor de referência.

§ 15. O beneficiamento de bem mineral em estabelecimento de terceiros, para efeitos de incidência da CFEM, será tratado como consumo." (NR)

"Art. 2º-A. Ficam obrigadas ao pagamento da CFEM as seguintes pessoas jurídicas ou físicas:

I - o titular de direitos minerários que exerça a atividade de mineração;

II - o primeiro adquirente de bem mineral extraído sob o regime de permissão de lavra garimpeira;

III - o adquirente de bens minerais arrematados em hasta pública; e

IV - a que exerça, a título oneroso ou gratuito, a atividade de exploração de recursos minerais com base nos direitos do titular original.

§ 1º Os instrumentos contratuais de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo deverão ser averbados no órgão ou na entidade reguladora do setor de mineração.

§ 2º Na hipótese de arrendamento, o arrendante de direito minerário responde subsidiariamente pela CFEM devida durante a vigência do contrato de arrendamento.

§ 3º Na cessão parcial ou total do direito minerário, o cessionário responde solidariamente com o cedente por eventual débito da CFEM relativo a período anterior à averbação da cessão.

§ 4º Os sujeitos passivos referidos no **caput** deste artigo serão cadastrados e manterão seus dados atualizados perante a entidade reguladora do setor de mineração, sob pena de multa, nos termos do regulamento."

"Art. 2º-B. O inadimplemento do pagamento da CFEM no prazo devido ou o seu recolhimento em desacordo com o disposto na legislação em vigor ensejará a incidência de atualização monetária, juros e multa, calculados na forma estabelecida no art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996."

"Art. 2º-C. Sem prejuízo de possível responsabilização criminal, constituem infrações administrativas puníveis com multa a ser aplicada pela entidade reguladora do setor de mineração:

I - fornecimento de declarações ou informações inverídicas;

II - falsificação, adulteração, inutilização, simulação ou alteração dos registros e da escrituração de livros e de outros documentos exigidos pela fiscalização;

III - recusa injustificada em apresentar os documentos requisitados pela entidade reguladora; e

IV - apuração de CFEM menor que a devida, em desacordo com o disposto no inciso II do **caput** e no § 10 do art. 2º desta Lei.

§ 1º Nas hipóteses previstas nos incisos I e II do **caput** deste artigo, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor apurado pela entidade reguladora do setor de mineração ou de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), o que for maior.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso III do **caput** deste artigo, a multa será de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do valor apurado pela entidade reguladora do setor de mineração.

§ 3º Constatada a reincidência da infração descrita no inciso III do **caput** deste artigo, será determinada a suspensão das atividades de lavra até o adimplemento da obrigação de apresentação dos documentos requisitados pela entidade reguladora do setor de mineração, além da aplicação da multa em dobro.

§ 4º Na hipótese prevista no inciso IV do **caput** deste artigo, a multa será de 30% (trinta por cento) do valor apurado pela entidade reguladora do setor de mineração a título de CFEM.

§ 5º As multas de que trata este artigo serão corrigidas anualmente, por ato da entidade reguladora do setor de mineração, no máximo, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)."

"Art. 2º-D. Nas hipóteses em que houver recusa do sujeito passivo em apresentar os documentos solicitados pela fiscalização ou de existirem informações contraditórias na documentação fornecida, a entidade reguladora do setor de mineração adotará os dados apresentados que impliquem o maior valor de CFEM para cada fato gerador.

Parágrafo único. Se nenhum documento for disponibilizado ou os dados constantes dos documentos disponibilizados não forem suficientes para a apuração, a entidade reguladora do setor de mineração poderá arbitrar fundamentadamente os valores da CFEM, com base, preferencialmente, nos documentos a seguir discriminados, nesta ordem, e garantida a possibilidade de contestação administrativa:

I - guias de recolhimento de CFEM;

II - dados constantes de relatórios apresentados pelo próprio sujeito passivo;

III - dados de operações do mesmo sujeito passivo quanto a fatos geradores diversos;

IV - valores praticados por outras pessoas físicas ou jurídicas do mesmo ramo no mercado local; e

V - dados constantes de pautas elaboradas pelas Secretarias de Receita ou outras fontes técnicas oficiais."

"Art. 2º-E. Os prazos decadencial e prescricional estabelecidos no art. 47 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, aplicam-se aos créditos da CFEM."

"Art. 2º-F. Compete privativamente à União, por intermédio da entidade reguladora do setor de mineração, regular, arrecadar, fiscalizar, cobrar e distribuir a CFEM."

Art. 3º A Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar acrescida do Anexo desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor:

I - em 1º de novembro de 2017, quanto:

a) ao disposto no art. 3º; e

b) ao disposto no art. 5º;

II - em 1º de janeiro de 2018, quanto às alterações efetuadas no inciso II do **caput** e no § 9º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, constantes do art. 2º desta Lei; e

III - em 1º de agosto de 2017, quanto aos demais dispositivos.

Parágrafo único. Até 31 de dezembro de 2017, para fins de incidência da CFEM, o consumo, a transformação e a utilização da substância mineral equiparam-se à venda, considerado como receita bruta o valor de consumo.

Art. 5º Fica revogado o § 1º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.

Brasília, 18 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Henrique Meirelles
Fernando Coelho Filho

ANEXO
(Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990)

ALÍQUOTAS PARA FINS DE INCIDÊNCIA DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS (CFEM)

a) Alíquotas das substâncias minerais:

ALÍQUOTA	SUBSTÂNCIA MINERAL
(VETADO)	(VETADO)
1% (um por cento)	Rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais quando destinadas ao uso imediato na construção civil; rochas ornamentais; águas minerais e termais
1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento)	Ouro
2% (dois por cento)	Diamante e demais substâncias minerais
3% (três por cento)	Bauxita, manganês, nióbio e sal-gema
3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento)	Ferro, observadas as letras *b* e *c* deste Anexo

b) Decreto do Presidente da República, a ser publicado em até noventa dias a partir da promulgação desta Lei, estabelecerá critérios para que a entidade reguladora do setor de mineração, mediante demanda devidamente justificada, possa reduzir, excepcionalmente, a alíquota da CFEM do ferro de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para até 2% (dois por cento), com objetivo de não prejudicar a viabilidade econômica de jazidas com baixos desempenho e rentabilidade em razão do teor de ferro, da escala de produção, do pagamento de tributos e do número de empregados.

c) A decisão e o parecer técnico da entidade reguladora do setor de mineração relativos à redução da alíquota da CFEM, de que trata a letra *b* deste Anexo, serão divulgados em seu sítio oficial na internet, e a redução somente entrará em vigor sessenta dias a partir da divulgação.

LEI Nº 13.541, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que "Dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

§ 1º Os Oficiais do Quadro de Médicos são ordenados em escala hierárquica constituída pelos postos de Primeiro-Tenente a Vice-Almirante, e os Oficiais dos Quadros de Cirurgiões-Dentistas e de Apoio à Saúde, pelos postos de Primeiro-Tenente a Capitão de Mar e Guerra.

....." (NR)

"Art. 7º .....

§ 1º Os Oficiais do Quadro Técnico e do Quadro de Capelães Navais são ordenados em escala hierárquica constituída pelos postos de Primeiro-Tenente a Capitão de Mar e Guerra.

§ 2º Ingressarão no Quadro Técnico os candidatos civis e militares graduados nas habilitações requeridas pelo Serviço Naval, aprovados em processo seletivo, Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais e, por transferência, após seleção pela Comissão de Promoções de Oficiais, os Capitães-Tenentes dos Quadros Complementares.

§ 3º Ingressarão nos Quadros Auxiliares da Armada e de Fuzileiros Navais as Praças da Marinha, com nível médio completo, aprovadas em concurso de admissão, Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais.

.....

§ 5º Os Oficiais dos Quadros Auxiliares da Armada e de Fuzileiros Navais são ordenados em escala hierárquica constituída pelos postos de Segundo-Tenente a Capitão de Mar e Guerra, exigida a graduação em curso superior de interesse da Administração Naval para os postos de Capitão de Corveta a Capitão de Mar e Guerra.

§ 6º A transferência para o Quadro Técnico poderá ser realizada em caráter de voluntariado, após seleção pela Comissão de Promoções de Oficiais, para os Capitães Tenentes dos Quadros Auxiliares da Armada e de Fuzileiros Navais, com curso superior de interesse da Administração Naval." (NR)

"Art. 8º Os candidatos, civis e militares, ao Corpo de Engenheiros da Marinha, aos Quadros do Corpo de Saúde da Marinha, aos Quadros Complementares, ao Quadro Técnico e ao Quadro de Capelães Navais serão nomeados por ato do Comandante da Marinha, após a conclusão com aproveitamento do Curso de Formação e Estágio de Aplicação de Oficiais, Primeiros-Tenentes ou Segundos-Tenentes da Reserva da Marinha, conforme o caso, do respectivo Corpo ou Quadro, e imediatamente convocados para o Serviço Ativo da Marinha.

§ 1º Os candidatos civis e militares serão matriculados como alunos nos Cursos de Formação e Estágios de Aplicação de Oficiais com o grau hierárquico de Guarda-Marinha.

§ 2º Os candidatos militares, por ocasião da sua matrícula, serão demitidos ex officio ou licenciados, conforme o caso.

.....

§ 5º Os integrantes dos Corpos e dos Quadros a que se refere o § 4º deste artigo que não obtiverem avaliação favorável serão licenciados ex officio e incluídos na reserva não remunerada, e ser-lhes-á assegurada indenização financeira no valor de uma remuneração por ano de serviço como convocado.

§ 6º As normas relativas às habilitações requeridas, à seleção inicial, à matrícula em Curso de Formação e Estágio de Aplicação, à convocação para o Serviço Ativo, ao ingresso nos diversos Corpos e Quadros e à permanência definitiva no Serviço Ativo da Marinha serão estabelecidas em ato do Comandante da Marinha." (NR)

"Art. 9º .....

§ 1º Na conciliação, obrigatória, entre as exigências do preparo do Poder Naval e sua aplicação em situação de guerra e crise e as diferenças físicas entre os sexos feminino e masculino, será observado o seguinte:

I - os Corpos e os Quadros de Oficiais da Marinha do Brasil serão integrados por Oficiais de ambos os sexos, e compete ao Comandante da Marinha fixar em quais escolas de formação e cursos, além de definir as capacitações e as

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

atividades, em que serão empregados Oficiais dos sexos feminino e masculino; e

II - ato do Poder Executivo definirá os percentuais dos cargos dos diversos Corpos e Quadros para os sexos feminino e masculino.

§ 2º Revogado." (NR)

"Art. 10. .....

Parágrafo único. As normas e os requisitos para transferência serão estabelecidos em ato do Comandante da Marinha." (NR)

"Art. 12. .....
.....

§ 4º A distribuição dos efetivos de alunos das escolas de formação de Oficiais será regulada em ato do Comandante da Marinha, de modo a atender às necessidades de Oficiais nos postos iniciais dos diversos Corpos e Quadros." (NR)

"Art. 16. .....

Parágrafo único. Compete ao Comandante da Marinha regulamentar a constituição e a organização do Corpo de Praças da Marinha, observados, no que couber, os princípios estabelecidos para Oficiais no art. 9º desta Lei." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997:

I - o § 2º do art. 9º; e

II - o parágrafo único do art. 18.

Brasília, 18 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Raul Jungmann

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA CULTURA

DECRETO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Cultural, resolve

ADMITIR,

na Ordem do Mérito Cultural, as seguintes personalidades e entidades que se distinguiram por suas relevantes contribuições prestadas à cultura do País:

I - na classe Grã-Cruz:

ANTÔNIO RENATO ARAGÃO, Didi;
AUGUSTO JOSÉ MARZAGÃO, Augusto Marzagão, **in memoriam**;
DOMINGO CECÍLIO ALZUGARAY, Domingo Alzugaray, **in memoriam**;
EDUARDO MATTOS PORTELLA, Eduardo Portela, **in memoriam**;
IVO DO NASCIMENTO BARROSO, Ivo Barroso; e
JOSÉ BONIFÁCIO DE OLIVEIRA SOBRINHO, Boni;

II - na classe Comendador:

LUIZ ANDRÉ BUONO CALAINHO, Luiz Calainho;
MARIA NEIDE MARTINS, Mãe Neide Oyá D´Oxum;
LUIS SEVERIANO RIBEIRO NETO, Luis Severiano Ribeiro;
MARCELO BERTINI DE REZENDE BARBOSA, Marcelo Bertini;
EDUARDO SARON NUNES;
RICARDO AMARAL;
ROBERTO MINCZUK;
MARCELO BRATKE;
FERNANDO LUIZ ALTERIO, Fernando Alterio;
ANA MARIA NOBREGA MIRANDA; e
PIERRE ANDRÉ MANTOVANI;

III - na classe Cavaleiro:

MARCELO MAIA DANTAS, Marcelo Dantas;
CARLOS ALBERTO TUFVESSON, Carlos Tufvesson;
JAIR DE SOUZA ALHO FILHO, Jair de Souza;
GENIVAL LACERDA CAVALCANTE, Genival Lacerda;
MARIA IGNEZ ZUCCON MONTOVANI FRANCO, Maria Ignez Montovani;
IONETE DA SILVEIRA GAMA, D. Onete;
CARLA DE ANDRADE CAMURATI, Carla Camurati;
CLAUDIA MARIA COSTIN, Claudia Costin;
PAULO CRUZ;
LUCIANE FERNANDES GORGULHO, Luciane Gorgulho;
AFONSO FERNANDO ALVES DE OLIVEIRA, Afonso Oliveira;
CARLOS ROBERTO KELNER FONTES, Beto Kelner; e
ROBERTO SANTUCCI FILHO, Roberto Santucci; e

IV - sem grau de classe:

CLUBE DAS MASCARAS O GALO DA MADRUGADA, Galo da Madrugada; e
MOELLER & BOTELHO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

Brasília, 18 de dezembro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER
Sérgio Henrique Sá Leitão Filho

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 527, de 18 de dezembro de 2017. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 44.

Nº 528, de 18 de dezembro de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 13, de 2017 - CN, que "Altera a Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2017".

Ouvido, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

Art. 2º

"Art. 2º O item 12 do Anexo III à Lei nº 13.408, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

".....

12. Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos - Fundo Partidário;
....." (NR)"

Razões do veto

"O dispositivo, além de modificar a base de distribuição da limitação de empenho de todo o exercício, transforma uma despesa discricionária em despesa obrigatória, o que, ocorrendo durante o exercício financeiro, traz grave insegurança à gestão fiscal, em especial porque todos os atos do planejamento fiscal da União, nos termos exigidos pela LRF e pela LDO, já foram publicados e operacionalizados, razões pela qual impõe-se o veto ao mesmo."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 529, de 18 de dezembro de 2017.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei de Conversão nº 38, de 2017 (MP nº 789/17), que "Altera as Leis nºs 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)".

Ouvido, o Ministério de Minas e Energia manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Alínea d do inciso VII do § 2º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, alterada pelo art. 2º do projeto de lei de conversão

"d) impactados socialmente por serem limítrofes com o Distrito Federal ou com os Municípios onde ocorrer a produção."

Razões do veto

"O dispositivo aponta um critério de distribuição de recursos de difícil mensuração e de caráter subjetivo, gerando dificuldades em sua implementação, com consequente insegurança jurídica. Ademais, produziria um alto custo operacional e de fiscalização por parte da entidade reguladora do setor mineral."

§ 4º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, alterado pelo art. 2º do projeto de lei de conversão

"§ 4º Decreto do Presidente da República estabelecerá como a parcela de que trata o inciso VI do § 2º deste artigo será distribuída em razão do grau de impacto da mineração no Distrito Federal e em cada Município afetado."

Razões do veto

"Impõe-se o veto do dispositivo, por apresentar erro na menção ao inciso VI do § 2º, que define a destinação de CFEM aos municípios produtores, quando o correto seria a remissão ao inciso VII, que trata efetivamente da distribuição de CFEM em razão do grau de impacto da mineração no local. Não obstante, o veto não afastará a necessária regulamentação, pelo Poder Executivo, dos citados critérios de distribuição."

Alíquota de 0,2% (dois décimos por cento) do Anexo

"

ALÍQUOTA	SUBSTÂNCIA MINERAL
0,2% (dois décimos por cento)	Ouro, diamante, quando extraídos sob o regime de permissão de lavra garimpeira; demais pedras preciosas e pedras coradas lapidáveis; calcário para uso como corretivo de solo; potássio, salgema, rochas fosfáticas e demais substâncias minerais utilizadas como fertilizantes: 0,2% (dois décimos por cento)

"

Razões do veto

"A redução de alíquota para algumas substâncias, materializada na linha do anexo que ora se veta, combinada com outras alterações promovidas pelo projeto, resultaria em expressiva perda de recursos para parte dos municípios, afetando a essência da CFEM, que é compensar os impactos econômicos e ambientais produzidos pela atividade minerária nos municípios. Ademais, impactaria o valor a ser repassado à União, podendo caracterizar-se renúncia de receita sem indicação de receita compensatória."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 530, de 18 de dezembro de 2017. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 13.541, de 18 de dezembro de 2017.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO

Processo n° 99990.000282/2017-53
Interessado: AR ROTTWEILER
DEFIRO do pedido de alteração de endereço da IT ROTTWEILER da AR ROTTWEILER, vinculada às AC BR RFB, AC CERTISIGN JUS, AC CERTISIGN MULTIPLA e AC CERTISIGN RFB, que funcionará na Rua Oswaldo Valentim Zandavalli n° 360, Centro, Concórdia/SC.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 701, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a revisão do Anexo da Portaria nº 530, de 13 de julho de 2007, para incluir as entidades que especifica.

O PROCURADOR-GERAL FEDERAL, no uso da competência de que tratam os incisos I e VIII do § 2° do art. 11 da Lei n° 10.480, de 2 de julho de 2002, e tendo em vista o contido na Medida Provisória nº 791, de 25 de julho de 2017, na Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017, na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e no Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016, resolve:

Art. 1º Promover a revisão do Anexo da Portaria nº 530, de 13 de julho de 2007, para adequá-lo à organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e incluir a Autoridade de Governança do Legado Olímpico - AGLO, em substituição à Autoridade Pública Olímpica - APO, e a Agência Nacional de Mineração - ANM, em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2º O Anexo da Portaria nº 530, de 13 de julho de 2007, passa a vigorar com a redação constante no Anexo desta Portaria, que será publicado exclusivamente no Boletim de Serviço da Advocacia-Geral da União.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLESO JOSÉ DA FONSECA FILHO

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PORTARIA Nº 134, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos inciso I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto na Portaria nº 97 - GSI/PR, de 4 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Aprovar o Planejamento Estratégico do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) referente ao período de 2018-2022.

Art. 2º A íntegra do documento citado no art. 1º será publicada em Boletim Interno do GSI/PR e estará disponível no Portal do Gabinete de Segurança Institucional: http://www.gsi.gov.br.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

CONSELHO DE DEFESA NACIONAL

SECRETARIA EXECUTIVA

ATOS DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, na condição de **SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (CDN)**, no uso da atribuição que lhe foi conferida por meio do §1º do artigo 20 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; da Resolução CDN nº 1, de 12 de maio de 1999 (DOU nº 90, Seção 1, p. 8, de 13 de maio de 1999); e com base no disposto, especialmente, no art. 91, §1º, da Constituição de 1988; na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991; na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979; no Decreto nº 4.520, de 2002, resolve:

Nº 155 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÃO CARMEC LTDA., CNPJ nº 42.510.073/0001-73, para pesquisar minérios de calcário e ouro em 2 (duas) áreas distintas de 686,56ha e 399,89ha, totalizando 1.086,45ha, nos municípios de São Gabriel e Lavras do Sul, ambos na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nº 48401.853194/1975-25 e 48401.810383/2016-14, que fazem referência ao Processo DNPM nº 48401.810939/2016-64; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 146/DIRE/DGTM, de 8 de setembro de 2017, recebido em 20 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 199/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 156 - Dar Assentimento Prévio a BRUNO GIODA MARTINS, CPF nº 016.703.760-95, para pesquisar granito em uma área de 470,85ha, nos municípios de Arroio Grande e Pedro Osório, ambos na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.810135/2015-84; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 141/DIRE/DGTM, de 8 de setembro de 2017, recebido em 20 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 200/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 157 - Dar Assentimento Prévio a FABIANO DA SILVEIRA, CPF nº 041.476.369-69, para pesquisar argila em uma área de 885,29ha, no município de São Miguel de Iguaçu, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826808/2016-60; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 130/DIRE/DGTM, de 8 de setembro de 2017, recebido em 20 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 201/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 158 - Dar Assentimento Prévio a ADELAR JOSÉ MARAFON, CPF nº 741.002.469-00, para pesquisar água mineral em uma área de 49,94ha, no município de Toledo, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826433/2016-38; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 135/DIRE/DGTM, de 8 de setembro de 2017, recebido em 20 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 202/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 159 - Dar Assentimento Prévio à empresa 3A PARTICIPAÇÕES S.A., CNPJ nº 14.482.711/0001-54, para pesquisar minério de ferro em 2 (duas) áreas distintas de 270,00ha e 600,00ha, totalizando 870,00ha, no município de Corumbá, ambos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nº 48402.921712/2012-18 e 48423.868014/2017-35, que fazem referência ao Processo DNPM nº 48423.868020/2017-92, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 143/DIRE/DGTM, de 8 de setembro de 2017, recebido em 20 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 203/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 160 - Dar Assentimento Prévio a ANDRÉ LUÍS QUINTANA BRUM, CPF nº 036.727.521-00, para pesquisar minério de ferro em 2 (duas) áreas distintas de 56,90ha e 975,51ha, totalizando uma área de 1.032,41ha, nos municípios de Corumbá e Ladário, ambos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48423.868046/2017-31 e 48423.868048/2017-20; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio dos Ofícios nºs 161 e 162/DIRE/DGTM, de 18 de setembro de 2017, e a Nota - AP nº 209/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 161 - Dar Assentimento Prévio a CARLOS ALBERTO ZOLIN, CPF nº 173.471.220-15, para pesquisar água mineral em uma área de 49,09ha, no município de Santiago, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.810599/2016-71; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 159/DIRE/DGTM, de 18 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 210/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 162 - Dar Assentimento Prévio a FABIO ROBERTO LOCH, CPF nº 025.125.399-62, para pesquisar água mineral em uma área de 48,99ha, no município de Dois Vizinhos, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826674/2016-87; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 166/DIRE/DGTM, de 18 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 211/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 163 - Dar Assentimento Prévio a LINDON JOHNSON BENÍCIO BARBOSA, CPF nº 566.313.832-34, para pesquisar minério de ouro em uma área de 8.302,45ha, no município de Amajari, na faixa de fronteira do estado de Roraima, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48424.884111/2015-01; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 157/DIRE/DGTM, de 18 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 212/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 164 - Dar Assentimento Prévio a PERCIO EDUARDO KLAUS, CPF nº 525.949.980-87, para pesquisar minério de cobre em uma área de 1.996,74ha, nos municípios de Lavras do Sul e São Gabriel, ambos na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.810630/2014-11; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 169/DIRE/DGTM, de 18 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 213/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 165 - Dar Assentimento Prévio a LETÍCIA SALUA MARASCHIN MOTTOLA, CPF nº 008.644.699-18, para, sob regime de Permissão de Lavra Garimpeira, extrair ametista, calcedônia e quartzo, em uma área de 5,01ha, no município de Quaraí, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.810547/2015-14, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 160/DIRE/DGTM, de 18 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 214/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 166 - Dar Assentimento Prévio a WILLEYMAR SOUZA FERREIRA CUNHA, CPF nº 885.605.462-00, para pesquisar minério de ouro em uma área de 766,70ha, nos municípios de Boa Vista e Cantá, ambos na faixa de fronteira do estado de Roraima, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48424.884167/2014-77; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 158/DIRE/DGTM, de 18 de setembro de 2017, e a Nota - AP nº 215/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 167 - Dar Assentimento Prévio à SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO - SPU para doação, com encargo, ao Governo do Estado do Amapá, CNPJ nº 00.394.577/0001-25, de imóvel com área de 600,03m², sob RIP nº 0609.00064.500-3, localizado no município de Oiapoque, na faixa de fronteira do estado do Amapá, parte da Gleba Uaçá, registrada junto ao Cartório de Registros Públicos e Tabelionato da Comarca de Oiapoque, sob a matrícula nº 2, Livro nº 2, fl. 2, de 14 de novembro de 1983, de propriedade da União; de acordo com a instrução do Processo (SEI) SPU 05315.000625/2016-17, a Nota Técnica nº 14.111/2017-MP, de 7 de agosto de 2017; o Despacho da Coordenação-Geral de Gestão de Bens de Uso da Administração Pública/SPU, datado de 29 de setembro de 2017; o Ofício nº 76.878/2017-MP, de 28 de setembro de 2017, e a Nota - AP nº 217/2017-RF.

Nº 168 - Dar Anuência Prévia ao COMANDO DA MARINHA para autorizar a investigação científica em Águas Jurisdicionais Brasileiras pelo Centro de Helmholtz para Pesquisa Oceanográfica de Kiel, instituição alemã, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, por meio do Navio de Pesquisa Oceanográfico "METEOR", de bandeira alemã, cujo objetivo é pesquisar a circulação e variabilidade oceânica do Atlântico Tropical Sudoeste por meio de medições físico-químicas e biogeoquímicas, financiada pelo Ministério Federal Alemão de Educação e Ciência, no âmbito do projeto colaborativo Circulação Atlântica Regional em Mudança Global, no período de 13 de fevereiro a 14 de março de 2018; de acordo com a documentação remetida por meio do Ofício nº 10-209/EMA-MB, de 11 de outubro de 2017; Parecer nº 10-13, de 11 de outubro de 2017; e da Nota - AP nº 218/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 169 - Dar Assentimento Prévio à empresa SOCIEDADE GERAL DE MINERAÇÃO LTDA., CNPJ nº 15.675.046/0001-88, para pesquisar minério de ouro, em uma área de 7.697,20ha, no município de Amajari, na faixa de fronteira do estado de Roraima, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48409.990480/2012-70 e 48424.884066/2013-15, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 190/DIRE/DGTM, de 18 de outubro de 2017, recebido em 23 de outubro de 2017, e a Nota - AP nº 220/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 170 - Dar Assentimento Prévio a JOÃO PEDRO KOCHEM, CPF nº 428.147.669-53, para pesquisar água mineral em uma área de 49,79ha, no município de Marechal Cândido Rondon, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48413.826878/2016-18; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 182/DIRE/DGTM, de 11 de outubro de 2017, recebido em 23 de outubro de 2017; e a Nota - AP nº 221/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 171 - Dar Assentimento Prévio a VALDEMAR VICENTE FOLETTO, CPF nº 228.167.980-20, para pesquisar areia e argila em uma área de 927,31ha, no município de Rosário do Sul, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48401.811722/2015-91; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 189/DIRE/DGTM, de 18 de outubro de 2017, recebido em 23 de outubro de 2017; e a Nota - AP nº 222/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 172 - Dar Assentimento Prévio à empresa GECAL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA., CNPJ nº 20.302.873/0001-66, para pesquisar calcário em uma área de 969,85ha, no município de Bodoquena, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 27203.931086/1985-11 e 48423.868345/2016-94; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 187/DIRE/DGTM, de 18 de outubro de 2017, recebido em 23 de outubro de 2017; e a Nota - AP nº 223/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 173 - Dar Assentimento Prévio a JOSÉ MARIA DE OLIVEIRA SIROTHEAU, CPF nº 034.975.932-49, para pesquisar minério de tântalo em uma área de 1.111,16ha, no município de Barcelos, na faixa de fronteira do estado do Amazonas, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48408.880135/2014-09; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 195/DIRE/DGTM, de 27 de outubro de 2017, recebido em 1º de novembro de 2017; e a Nota - AP nº 224/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 174 - Dar Assentimento Prévio à empresa GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA., CNPJ n° 00.264.528/0001-78, para arquivar, na Junta Comercial do estado de Mato Grosso do Sul, a Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 6 de setembro de 2017, que versa sobre: i) o ingresso na sociedade das empresas Guidoni Investimentos Ltda., CNPJ nº 22.266.592/0001-20 e Guidoni Capital S.L., CNPJ nº 28.207.709/0001-81; ii) a retirada da sociedade das empresas D & G Investimentos e Participações, CNPJ nº 20.494.214/0001-79 e R & G Investimentos e Participações Ltda., CNPJ nº 21.151.939/0001-27; que cedem e transferem a totalidade de suas quotas a nova sócia Guidoni Investimentos Ltda. e iii) o aumento do capital social de R$ 8.654.000,00 para R$ 8.740.540,00, relativo ao aporte de R$ 86.540,00 referente ao ingresso da nova sócia Guidoni Capital S.L., bem como para pesquisar mármore e granito, em 84 (oitenta e quatro) áreas distintas, de 999,79ha, 1.000,00ha, 997,45ha, 627,00ha, 957,65ha, 893,80ha, 995,95ha, 812,58ha, 898,73ha, 842,21ha, 683,96ha, 963,74ha, 878,37ha, 995,61ha, 994,18ha, 962,54ha, 961,13ha, 796,41ha, 989,75ha, 994,70ha, 998,58ha, 872,60ha, 912,44ha, 844,14ha, 751,08ha, 760,67ha, 960,69ha, 959,63ha, 953,63ha, 880,28ha, 999,97ha, 990,93ha, 894,74ha, 919,13ha, 998,70ha, 864,69ha, 996,40ha, 978,29ha, 962,72ha, 881,77ha, 981,05ha, 885,93ha, 958,03ha, 905,45ha, 904,05ha, 873,38ha, 882,83ha, 915,94ha, 983,68ha, 426,45ha, 989,55ha, 695,22ha, 995,41ha, 990,33ha, 846,14ha, 992,43ha, 896,22ha, 882,33ha, 976,32ha, 958,87ha, 936,22ha, 923,78ha, 945,98ha, 981,63ha, 964,18ha, 985,01ha, 998,02ha, 998,22ha, 996,82ha, 888,97ha, 668,53ha, 895,00ha, 986,79ha, 989,30ha, 987,95ha, 987,58ha, 998,09ha, 977,99ha, 992,97ha, 996,97ha, 993,07ha, 989,18ha, 996,81ha e 998,37ha, totalizando uma área de 77.643,67ha, nos municípios de Bodoquena, Bonito, Corumbá e Miranda, todos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48420.996034/1996-40 e 48423.868205/2015-35, que fazem referência aos Processos DNPM nºs 48423.868206/2015-35, 48423.868078/2016-55, 48423.868079/2016-08, 48423.868080/2016-24, 48423.868082/2016-13, 48423.868083/2016-68, 48423.868084/2016-11, 48423.868085/2016-57, 48423.868086/2016-00, 48423.868087/2016-46, 48423.868088/2016-91, 48423.868089/2016-35, 48423.868090/2016-60, 48423.868091/2016-12, 48423.868092/2016-59, 48423.868093/2016-01, 48423.868094/2016-48, 48423.868095/2016-92, 48423.868096/2016-37, 48423.868097/2016-81, 48423.868098/2016-26, 48423.868099/2016-71, 48423.868100/2016-67, 48423.868101/2016-10, 48423.868102/2016-56, 48423.868103/2016-09, 48423.868104/2016-45, 48423.868197/2016-16, 48423.868198/2016-52, 48423.868199/2016-05, 48423.868200/2016-93, 48423.868201/2016-38, 48423.868202/2016-82, 48423.868203/2016-27, 48423.868204/2016-71, 48423.868205/2016-16, 48423.868206/2016-61, 48423.868207/2016-13, 48423.868208/2016-50, 48423.868209/2016-02, 48423.868210/2016-29, 48423.868211/2016-73, 48423.868212/2016-13, 48423.868213/2016-62, 48423.868214/2016-15, 48423.868218/2016-95, 48423.868219/2016-30, 48423.868220/2016-64, 48423.868221/2016-17, 48423.868222/2016-53, 48423.868223/2016-06, 48423.868224/2016-42, 48423.868225/2016-97,

48423.868227/2016-86, 48423.868228/2016-21, 48423.868229/2016-75, 48423.868230/2016-08, 48423.868231/2016-44, 48423.868232/2016-99, 48423.868233/2016-33, 48423.868234/2016-88, 48423.868235/2016-22, 48423.868236/2016-77, 48423.868237/2016-11, 48423.868238/2016-66, 48423.868395/2016-71, 48423.868396/2016-16, 48423.868397/2016-61, 48423.868398/2016-13, 48423.868399/2016-50, 48423.868400/2016-46, 48423.868402/2016-35, 48423.868403/2016-80, 48423.868404/2016-24, 48423.868405/2016-11, 48423.868407/2016-68, 48423.868410/2016-81, 48423.868411/2016-26, 48423.868412/2016-71, 48423.868413/2016-15, 48423.868414/2016-60, 48423.868415/2016-12 e 48423.868416/2016-59, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio dos Ofícios nos 168 e 180/DIRE/DGTM, ambos de 10 de outubro de 2017; e a Nota - AP n° 225/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 175 - Dar Assentimento Prévio à empresa F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA., CNPJ nº 05.461.328/0001-29, para pesquisar argila e basalto, em uma área de 125,60ha, no município de Pato Branco, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nos 48413.926221/2011-45 e 48413.826271/2016-38, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 184/DIRE/DGTM, de 18 de outubro de 2017, recebido em 23 de outubro de 2017, e a Nota - AP nº 226/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 176 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÃO APOENA S.A., CNPJ nº 10.302.599/0001-71, para pesquisar ouro em 5 (cinco) áreas distintas de 7.061,53ha, 98,82ha, 32,71ha, 8,33ha e 17,27ha, totalizando 7.218,66ha, nos municípios de Pontes e Lacerda, Vale de São Domingos e Porto Espiridião, todos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso, bem como para arquivar na Junta Comercial competente a Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2017, que aprovou as seguintes deliberações, entre outras: (i) a alteração de endereço da sede da Companhia para Fazenda Ernesto Soares de Carvalho, s/nº, Zona Rural, no município de Pontes e Lacerda, no estado de Mato Grosso; (ii) o aumento do capital social da Companhia de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), mediante a emissão de 400.000 (quatrocentas mil) novas ações ordinárias, nominativas sem valor nominal, totalmente subscrito pelas acionistas na proporção da participação de cada uma no capital social, sendo 204.000 (duzentos e quatro mil) novas ações subscritas por Vila Bela Participações Ltda. e 196.000 (cento e noventa e seis mil) novas ações subscritas por Aura Minerais Participações Ltda.; (iii) a modificação do objeto social da Companhia para incluir as atividades acessórias à pesquisa e lavra de recursos minerais, entre elas a fabricação, transporte e armazenamento de explosivos; (iv) a eleição de Ubiratan Paes, CPF nº 733.372.507-34, e Jorge Luiz Camargo Souto, CPF nº 297.459.930-34, aos cargos de Diretores sem designação específica; e (v) a modificação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nos 48400.001106/2009-91, 48412.866707/2016-31, 48412.866711/2016-08, 48412.866351/2017-17, 48412.866352/2017-61 e 48412.866353/2017-14, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 152/DIRE/DGTM, de 14 de setembro de 2017; instrução complementar concluída por meio do Ofício nº 103 - DNPM/DGTM, de 9 de novembro de 2017; e a Nota - AP nº 227/2017 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 177 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA., CNPJ nº 33.931.460/0001-92, com sede na Avenida das Américas, nº 700, Bloco 8, Loja 218, Barra da Tijuca, no município do Rio de Janeiro/RJ, para arquivar, nas Juntas Comerciais competentes, a Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 19 de abril de 2017, que versa sobre: i) a retificação da redação do item 5, alínea "b," do Capítulo II da Consolidação do Contrato Social da Mineração Guanhães Ltda., ocorrida na Alteração do Contrato Social realizada em 29 de setembro de 2015, no capital da empresa; ii) a transferência a título oneroso da quota do capital social da Mineração Guariba Ltda. (cedente), CNPJ nº 42.276.840/0001-21, para Vale S.A., CNPJ nº 33.592.510/0001-54, com a retirada da cedente da sociedade; iii) o aumento do capital social de R$ 483,84 (quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos) para R$ 2.000.483,52 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos), mediante a emissão de 4.166.666 (quatro milhões, cento e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis) quotas, a serem subscritas pela sócia quotista Vale S.A. e integralizada no prazo de 4 (quatro) anos contados da data da subscrição, tendo a sócia quotista Docepar S.A., CNPJ nº 33.147.364/0001-58, renunciado ao seu direito de preferência na subscrição das novas quotas da sociedade; iv) o aumento do número de administradores de 01 (um) para 2 (dois), com a consequente alteração do item 9 do Capítulo IV do Contrato Social da Sociedade; e v) a eleição de Maria Cristina Almeida Valadares, CPF nº 521.527.236-00, como Administradora, bem como pesquisar minério de ferro em 4 (quatro) áreas distintas de 238,95ha, 811,00ha, 1.635,04ha e 1.885,24ha, totalizando 4.570,23ha, no município de Corumbá, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nos 48400.802834/1969-91 e 48423.868207/1995-20, que fazem referência aos Processos DNPM nos 48423.868227/2010-91, 48423.868146/2016-86 e 48423.868147/2016-21; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 170/DIRE/DGTM, de 18 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 229/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 178 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para construção de campo de pouso privado denominado FAZENDA SANTA UMBELINA, localizado no município de Naviraí, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de interesse de Murilo Lemes Dorázio, CPF nº 435.398.156-00, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.169333/2015-92; o Parecer nº 969(SEI)/2017/GTCC/GFIC/SIA, de 25 de setembro de 2017; a conclusão do Ofício nº 790(SEI)/2017/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 26 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 230/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 179 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para construção de campo de pouso privado denominado MOCELIN II, localizado no município de Dois Vizinhos, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de interesse de Marcos Mocelin, CPF nº 034.445.069-45, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.512586/2016-71; o Parecer nº 944(SEI)/2017/GTCC/GFIC/SIA, de 18 de setembro de 2017; a conclusão do Ofício nº 761(SEI)/2017/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 19 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 231/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 180 - Dar Assentimento Prévio à empresa PEDREIRA BRITAFOZ LTDA., CNPJ nº 04.256.154/0001-08, para pesquisar areia, cascalho, argila e basalto em 2 (duas) áreas distintas de 998,90ha e 327,95ha, totalizando 1.326,85ha, nos municípios de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu, ambos na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nos 48400.000955/2008-46 e 48413.826775/2014-96, que faz referência ao Processo DNPM nº 48413.826170/2015-86, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 183/DIRE/DGTM, de 11 de outubro de 2017, recebido em 23 de outubro de 2017; e a Nota - AP nº 232/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 181 - Dar Assentimento Prévio à empresa CONSTRUTORA TAQUARUÇU LTDA., CNPJ nº 75.917.955/0001-07, com sede na Rua Xavier da Silva, nº 1.141, Centro, no município de Foz do Iguaçu/PR, para estabelecer-se na faixa de fronteira do estado do Paraná, bem como para pesquisar água mineral em uma área de 42,77ha, no município de Foz do Iguaçu, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nos 48413.926058/2015-44 e 48413.826177/2015-06; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 176/DIRE/DGTM, de 4 de outubro de 2017, recebido em 11 de outubro de 2017; e a Nota - AP nº 233/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 182 - Dar Assentimento Prévio à empresa ÁGUIA FERTILIZANTES S.A., CNPJ n° 15.110.334/0001-95, para pesquisar fosfato, em 21 (vinte e uma) áreas distintas de 51,68ha, 1.528,46ha, 1.495,07ha, 1.605,12ha, 1.240,36ha, 1.286,15ha, 699,35ha, 1.845,58ha, 1.412,79ha, 454,74ha, 239,33ha, 985,65ha, 1.999,99ha, 1.807,68ha, 1.981,95ha, 1.147,91ha, 1.114,16ha, 1.119,44ha, 1.945,63ha, 1.034,21ha e 1.112,46ha, totalizando 26.107,71ha, nos municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito e Lavras do Sul, todos na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nos 48403.932647/2012-38 e 48401.810304/2014-03, que fazem referência aos Processos DNPM nos 48401.810446/2014-62, 48401.810447/2014-15, 48401.810448/2014-51, 48401.810649/2014-59, 48401.811144/2014-10, 48401.811363/2014-91, 48401.810515/2015-19, 48401.810516/2015-63, 48401.810524/2015-18, 48401.810582/2015-33, 48401.811508/2015-34, 48401.811572/2015-15, 48401.811573/2015-60, 48401.811583/2015-03, 48401.811586/2015-39, 48401.811588/2015-28, 48401.811589/2015-72, 48401.811596/2015-74, 48401.811639/2015-11, e 48401.811640/2015-46; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 188/DIRE/DGTM, de 18 de outubro de 2017; e a Nota - AP n° 234/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 183 - Dar Assentimento Prévio à empresa RÁDIO CULTURA DE NAVIRAÍ LTDA., CNPJ nº 03.574.209/0001-57, com sede na Rua Jamil Selem, nº 27, Centro, no município de Naviraí/MS, para arquivar, na Junta Comercial do estado de Mato Grosso do Sul, a Vigésima Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 20 de julho de 2012, que versa sobre: i) o ingresso do sócio Eduardo Mendes Pinto, CPF nº 251.308.778-02; ii) a retirada do sócio Ernesto Rui Nenê Dorneles, CPF nº 010.126.650-20, que vende e transfere a totalidade de 49.200 cotas para o sócio ingressante Eduardo Mendes Pinto; iii) a venda e transferência de 24.600 cotas da sócia Iolemari Luiza Grando, CPF nº 018.255.259-43, para o sócio Eduardo Mendes Pinto; e iv) a delegação dos poderes de administração ao sócio Eduardo Mendes Pinto, na qualidade de Administrador; de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 53000.054002/2012-27; a Nota Técnica nº 22.358/2017/SEI-MCTIC, de 26 de outubro de 2017; a conclusão do Ofício nº 42.557/2017/SEI-MCTIC, de 27 de outubro de 2017; e a Nota - AP nº 235/2017 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 184 - Dar Anuência Prévia ao CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq para realização da expedição científica referente ao Projeto "Estimativas Globais de Metano (CH4) - Como as árvores presentes na planície de inundação podem contribuir para as emissões de metano (CH4) para a atmosfera", desenvolvida por pesquisadores nacionais e estrangeiros no município de Corumbá, localizado na faixa de fronteira do estado do Mato Grosso do Sul, de acordo com o Expediente PR nº 01300.009058/2017-53; o Ofício DABS nº 4.422, de 30 de outubro de 2017; e a Nota - AP nº 236/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 185 - Dar Assentimento Prévio à empresa TURISMO AVENTURA LTDA. - ME, CNPJ nº 05.495.508/0001-21, para pesquisar calcário calcítico, em uma área de 50ha, no município de Bonito, na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nos 48423.9680003/2017-54 e 48423.868013/2017-91, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 185/DIRE/DGTM, de 18 de outubro de 2017, recebido em 23 de outubro de 2017, e a Nota - AP nº 237/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 186 - Dar Assentimento Prévio ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM para proceder a averbação do Contrato de Cessão Total de Direitos Minerários, de 20 de março de 2017, celebrado entre as empresas Britador Oeste Ltda. (cedente), CNPJ nº 76.576.396/0001-81 e Pedreira do Trevo Ltda. (cessionária), CNPJ nº 76.098.623/0001-00, atinente ao Alvará de Pesquisa nº 1.802, de 10 de março de 2014, publicado no DOU de 12 de março de 2014, que autorizou a cedente a pesquisar argila e basalto em uma área de 212,89ha, nos municípios de Lindoeste e Santa Tereza do Oeste, situados na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nos 48400.000187/2004-05, 48400.000433/2008-44 e 48413.826635/2013-37; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 177/DIRE/DGTM, de 29 de setembro de 2017, recebido em 11 de outubro de 2017; e a Nota - AP nº 238/2017 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 187 - Dar Assentimento Prévio à empresa EDEM - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ nº 00.508.829/0001-08, para pesquisar calcário, fosfato e ilmenita, bem como minérios de cobre, chumbo e zinco, em 6 (seis) áreas distintas de 1.971,93ha, 1.526,24ha, 1.754,15ha, 1.862,11ha, 1.855,10ha e 1.985,43ha, totalizando 10.954,96ha, nos municípios de Bonito, Bodoquena e Porto Murtinho, todos na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nos 48400.001899/2003-52 e 48423.868353/2016-31, que fazem referência aos Processos DNPM nos 48423.868354/2016-85, 48423.868355/2016-20, 48423.868002/2017-19, 48423.868003/2017-55 e 48423.868004/2017-08; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 186/DIRE/DGTM, de 18 de outubro de 2017, recebido em 23 de outubro de 2017; e a Nota - AP nº 239/2017 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 188 - Dar Assentimento Prévio a PAULO ROBERTO DA GAMA JORGE MELEM, CPF nº 638.543.762-00, para pesquisar minérios de nióbio e tântalo em uma área de 8.026,57ha, no município de Calçoene, na faixa de fronteira do estado do Amapá, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48416.858003/2014-93; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 167/DIRE/DGTM, de 18 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 240/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 189 - Dar Assentimento Prévio a ADELTON ALMEIDA GOMES, CPF nº 209.900.572-91, para pesquisar minério de nióbio em uma área de 2.179,55ha, no município de Oiapoque, na faixa de fronteira do estado do Amapá, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48416.858077/2016-91; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 165/DIRE/DGTM, de 18 de setembro de 2017; e a Nota - AP nº 241/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 190 - Dar Assentimento Prévio ao INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA para proceder à regularização fundiária de área remanescente de 186,7985ha, relativa a quatro parcelas descontínuas de 150,422ha; 28,5716ha; 7,01ha e 0,7949ha de imóvel de propriedade da Autarquia, denominado Quadro dos Pobres, na Linha Baronesa da Limeira, situado no município de Chapecó, na faixa de fronteira do estado de Santa Catarina, matriculado sob nº 30.204 junto ao Ofício de Registro de Imóveis de Chapecó/SC, para fins de legitimação de posse, de acordo com a conclusão do Processo INCRA nº 54210.001520/2014-05; a Nota nº 00093/2017/CGA/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU, de 19 de junho de 2017; o Ofício nº 116/2017-P, de 4 de julho de 2017; a Nota SAJ nº 188/2017/SASOC/SAJ/CC-PR, de 18 de outubro de 2017, o Aviso nº 492/CCivil, e o Ofício-SEI nº 848/2017/GM/CC-PR, datados de 30 de outubro de 2017; o Ofício nº 3.140/2017/DF/SEDE/INCRA-INCRA, de 23 de novembro de 2017 e a Nota - AP nº 242/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 191 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para construção de campo de pouso privado denominado AERÓDROMO FAZENDA BRASA, localizado no município de Rosário do Sul, na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul, de interesse de Paulo Fetter Difini, CPF nº 381.990.840-49, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.519636/2016-41; o Parecer nº 1.046(SEI)/2017/GTCC/GFIC/SIA, de 16 de outubro de 2017; a conclusão do Ofício nº 858(SEI)/2017/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 17 de outubro de 2017; e a Nota - AP nº 243/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 192 - Dar Assentimento Prévio à AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC para construção de campo de pouso privado denominado SÍTIO AEROPORTUÁRIO ESTEIRINHA, localizado no município de Goioerê, na faixa de fronteira do estado do Paraná, de interesse de Carmen Celia Costa Cassiano, CPF nº 264.885.158-53, condicionado à observância das exigências da autoridade do Comando da Aeronáutica e da legislação específica; de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

acordo com a instrução do Processo ANAC nº 00065.556387/2017-56; o Parecer nº 1.060(SEI)/2017/GTCC/GFIC/SIA, de 19 de outubro de 2017; a conclusão do Ofício nº 870(SEI)/2017/GTCC/GFIC/SIA-ANAC, de 19 de outubro de 2017, e a Nota - AP nº 244/2017-RF, expedida com ressalva.

Nº 193 - Dar Assentimento Prévio à empresa DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA., CNPJ nº 03.222.465/0001-85, para pesquisar argila e basalto em 2 (duas) áreas distintas de 141,02ha e 207,53ha, totalizando 348,55ha, nos municípios de Cascavel e Santa Terezinha do Oeste, situados na faixa de fronteira do estado do Paraná, de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.001043/2007-19 e 48413.826037/2016-19, que faz referência ao Processo DNPM nº 48413.826038/2016-55, a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 181/DIRE/DGTM, de 11 de outubro de 2017, recebido em 23 de outubro de 2017; e a Nota - AP nº 245/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 194 - Dar Assentimento Prévio à empresa ICCILA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES IBAGÉ LTDA., CNPJ nº 88.074.364/0001-67, para pesquisar argila, basalto, cascalho, granito e saibro, em 22 (vinte e duas) áreas distintas de 439,88ha, 885,50ha, 699,93ha, 99,99ha, 98,00ha, 900,34ha, 32,70ha, 997,33ha, 977,33ha, 891,57ha, 970,11ha, 997,41ha, 997,39ha, 997,33ha, 81,59ha, 997,16ha, 987,65ha, 991,46ha, 991,56ha, 992,76ha, 992,53ha e 992,67ha, totalizando uma área de 17.032,19ha, nos municípios de Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Uruguaiana, todos na faixa de fronteira do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução dos Processos DNPM nºs 48400.002080/2007-36 e 48401.810007/2015-91, que fazem referência aos Processos DNPM nºs 48401.810546/2015-70, 48401.811710/2015-66, 48401.811711/2015-19, 48401.811712/2015-55, 48401.811714/2015-44, 48401.810137/2016-54, 48401.810148/2016-34, 48401.810149/2016-89, 48401.810150/2016-11, 48401.810151/2016-58, 48401.810152/2016-01, 48401.810167/2016-61, 48401.810168/2016-13, 48401.810651/2016-90, 48401.810652/2016-34, 48401.810955/2016-57, 48401.810956/2016-00, 48401.810957/2016-46, 48401.810958/2016-91, 48401.810959/2016-35 e 48401.810960/2016-60; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral por meio do Ofício nº 196/DIRE/DGTM, de 27 de outubro de 2017, recebido em 1º de novembro de 2017; e a Nota - AP nº 248/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 195 - Dar Assentimento Prévio ao DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM para proceder a averbação do Contrato de Cessão Total de Direitos Minerários, de 7 de novembro de 2016, celebrado entre Paulo Nercessian Neto (cedente), CPF nº 827.598.127-15 e Marcos da Silva Pinho (cessionário), CPF nº 632.336.902-82, atinente ao Alvará de Pesquisa nº 6.710, de 8 de outubro de 2002, publicado no DOU de 16 de outubro de 2002, que autorizou o cedente a pesquisar minério de ouro em uma área de 1.225,00ha, no município de Costa Marques, na faixa de fronteira do estado de Rondônia, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48419.886312/2001-13; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 193/DIRE/DGTM, de 26 de outubro 2017, recebido em 1º de novembro de 2017; e a Nota - AP nº 251/2017 - RF, expedida com ressalva.

Nº 196 - Dar Assentimento Prévio à empresa SOCIEDADE RÁDIO SÃO JOSÉ LTDA. - EPP, CNPJ nº 92.358.282/0001-11, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 1.305, Bairro Fátima, no município de Erechim/RS, para arquivar, na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, a Terceira Alteração do Contrato Social, de 24 de agosto de 2017, que versa sobre: i) o ingresso na sociedade do sócio José Gislon, CPF nº 766.034.909-00; ii) a retirada do sócio João Dirceu Nardino, CPF nº 512.598.850-20, que vende e transfere a totalidade de suas quotas para José Gislon; e iii) a alteração de endereço da sede para Avenida Sete de Setembro, nº 1.305, Bairro Fátima, no município de Erechim, do estado do Rio Grande do Sul; de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 53900.042170/2016-50; a Nota Técnica nº 23.025/2017/SEI-MCTIC, de 26 de outubro de 2017; a conclusão do Ofício nº 43.799/2017/SEI-MCTIC, de 27 de outubro de 2017; e a Nota - AP nº 253/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 197 - Dar Assentimento Prévio à empresa MINERADORA FAZENDA TRAÍRA LTDA. - ME, CNPJ nº 04.848.410/0001-48, para arquivar, na Junta Comercial do estado de Santa Catarina, a 5ª Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 2 de junho de 2017, que versa sobre: i) o ingresso na sociedade de Ana Paula Volkweis, CPF nº 041.464.839-05 e de Daniel Vitor Volkweis, CPF nº 024.921.379-51; ii) a retirada do sócio Dinar José Volkweis, CPF nº 196.030.709-63, que cede e transfere por venda a totalidade de suas quotas para os sócios ingressantes, sendo 370.989 quotas para Ana Paula Volkweis e 268.978 quotas para Daniel Vitor Volkweis; iii) a transferência de 102.011 quotas do sócio Fernando José Volkweis, CPF nº 029.307.159-44, para Daniel Vitor Volkweis; e iv) a delegação dos poderes de administração aos sócios Daniel Vitor Volkweis e Fernando José Volkweis, de acordo com a instrução do Processo DNPM nº 48400.000212/2002-81; a conclusão do Departamento Nacional de Produção Mineral, por meio do Ofício nº 200/DIRE/DGTM, de 9 de novembro de 2017, recebido em 16 de novembro de 2017; e a Nota - AP nº 254/2017 - RF, expedida com ressalvas.

Nº 198 - Dar Assentimento Prévio à empresa SALAMANCA RADIODIFUSÃO FM LTDA. - ME, CNPJ nº 92.858.521/0001-00, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 587, Sobreloja, Ed. Proena, no município de Quaraí/RS, para arquivar, na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, a Terceira Alteração e Consolidação do Contrato Social, de 20 de junho de 2015, que versa sobre: i) a transferência de 4.800 quotas do sócio Bruno Castro Proença, CPF nº 929.296.720-72, sendo 1.000 quotas para a sócia Myrna Ruth Castro Proença, CPF nº 183.180.880-34 e 3.800 quotas para a sócia ingressante Vanessa Castro Proença, CPF nº 940.790.560-87, e ii) o atendimento das exigências do art. 17, do Decreto nº 85.064/80; de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 53900.015184/2016-09; a Nota Técnica nº 24.647/2017/SEI-MCTIC, de 26 de outubro de 2017; a conclusão do Ofício nº 46.614/2017/SEI-MCTIC, de 27 de outubro de 2017; e a Nota - AP nº 255/2017-RF, expedida com ressalvas.

Nº 199 - Dar Assentimento Prévio à empresa PROGRESSO DO ACRE COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ nº 05.388.848/0001-53, com sede no Ramal do Macarrão, nº 781, Bairro Belo Jardim I, no município de Rio Branco/AC, para executar serviço de radiodifusão, no município de Rio Branco, na faixa de fronteira do estado do Acre; de acordo com a instrução do Processo MCTIC nº 01250.024696/2017-37; a Nota Técnica nº 26.219/2017/SEI-MCTIC, de 24 de novembro de 2017, a conclusão do Ofício nº 49.275/2017/SEI-MCTIC, de 24 de novembro de 2017; e a Nota - AP nº 256/2017-RF, expedida com ressalvas.

SERGIO WESTPHALEN ETCHEGOYEN

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.462, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o quanto consta do Processo nº 21000.024799/2017-56, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o "Selo Agro+ Integridade", destinado a premiar empresas do agronegócio que, reconhecidamente, desenvolvam Boas Práticas de gestão de integridade, ética e sustentabilidade, nos termos do Anexo desta Portaria.

Parágrafo único. As Unidades Técnicas poderão propor alteração de regras normativas estabelecidas pelo MAPA, quando entender que a obtenção do "Selo Agro+ Integridade" pelas empresas do agronegócio, dispensa a apresentação de outros documentos naquelas exigidos.

Art. 2º Fica o Secretário-Executivo do MAPA autorizado a editar, no prazo de até 60 (sessenta) dias, ato administrativo instituindo o Comitê Gestor do "Selo Agro+ Integridade", definindo sua estrutura, atribuições e funcionamento, a ser composto, majoritariamente, por representantes de órgãos e entidades não governamentais.

Parágrafo único. O Comitê Gestor do "Selo Agro+ Integridade", por maioria absoluta de seus representantes, pode sugerir, motivadamente, alterações pontuais no Anexo desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BLAIRO MAGGI

ANEXO

REGULAMENTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O "Selo Agro+ Integridade" destina-se a premiar empresas do agronegócio que, reconhecidamente, desenvolvam Boas Práticas de gestão de integridade, ética e sustentabilidade, tendo por objetivo:

I - estimular a implementação de programas de integridade, ética e de sustentabilidade, em seu amplo espectro, qual seja: econômico, social e ambiental;

II - conscientizar empresas do agronegócio sobre seu relevante papel no enfrentamento às práticas concorrenciais corruptas e antiéticas;

III - reconhecer práticas de integridade, ética e sustentabilidade em empresas do agronegócio no mercado nacional, no relacionamento entre si e com o setor público; e

IV - mitigar riscos de ocorrência de fraudes e corrupção nas relações entre o setor público e as empresas do agronegócio.

Parágrafo único. O "Selo Agro+ Integridade" terá validade anual e, por consequência, alteração em seu layout, para fins de identificação do exercício a que se refere a premiação.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS PARA OBTENÇÃO DO "SELO AGRO+ INTEGRIDADE"

Seção I

Do Processo de Inscrição

Art. 2º A empresa do agronegócio interessada em obter o "Selo Agro+ Integridade" deverá realizar sua inscrição no período de 1º de fevereiro de 2018 a 31 de maio de 2018.

§ 1º O procedimento se inicia com o preenchimento do Questionário de Inscrição disponibilizado no sítio eletrônico do "Selo Agro+ Integridade", em local próprio do espaço reservado ao programa de integridade na página oficial do MAPA: http://www.agricultura.gov.br/acesso-ainformacao/acoes-e-programas/integridade/informacoes-sobre-o-selo-agro-integridade.

§ 2º A empresa do agronegócio interessada deverá providenciar o preenchimento completo do Questionário de Inscrição e concluí-lo no local indicado na página oficial do MAPA: http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/integridade/informacoes-sobre-oselo-agro-integridade.

§ 3º Com base no Questionário de Inscrição enviado, será fornecido login e senha específica, assegurando acesso exclusivo em campo próprio do Portal do MAPA para fins de apresentação da documentação necessária à obtenção do "Selo Agro+ Integridade".

§ 4º Não serão recebidos os questionários enviados fora do prazo previsto no caput.

Seção II

Dos Requisitos de Habilitação e dos Critério de Avaliação

Art. 3º As empresas do agronegócio que se inscreverem para fins de obtenção do "Selo Agro+ Integridade" deverão disponibilizar no local especificamente criado no site oficial do MAPA, os seguintes documentos:

I - Requisitos de Habilitação - Sob o enfoque anticorrupção:

a) versão em PDF do Programa de Compliance da empresa - com documento (também em PDF) que comprove aprovação pelo Colegiado de Diretores da Empresa ou seu Conselho Administrativo Superior; e ainda, que o documento se encontra disponível na sua página da internet;

b) versão em PDF do Código de Ética ou de Conduta aprovado, com comprovação de sua divulgação interna e externa à empresa;

c) Canal de Denúncia Efetivo - com discriminação detalhada de seu local na rede mundial de computadores internet, a forma operacional de funcionamento e dados de desempenho (ex: quantidade de denúncias registradas; analisadas; investigadas e tratadas), para comprovação da efetividade do canal;

d) documento em PDF comprovando a realização de treinamento de dirigentes e empregados nos temas relacionados ao programa de Compliance aprovado ou relativos ao Código de Ética ou Conduta, perfazendo:

e) comprovar ser signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, promovido pelo Instituto Ethos; e

f) não constar na Lista de estabelecimentos que incorreram em adulteração ou falsificação comprovadas em processos com trânsito em julgado no âmbito administrativo, gerenciada pela Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

II - Requisitos de Habilitação - Sob o enfoque Trabalhista:

a) não constar da Lista Suja do Trabalho Escravo ou Análogo ao Escravo previsto na legislação vigente do Ministério do Trabalho; e

b) arquivo em PDF contendo o NADA CONSTA de Infrações Trabalhistas relacionadas ao trabalho infantil, retirado da página oficial do Ministério do Trabalho (http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/pages/infracoes/);

III - Requisitos de Habilitação - Sob o enfoque da Sustentabilidade:

a) arquivo em PDF contendo a Certidão Negativa de Crimes Ambientais, junto à Justiça Federal e à Justiça Estadual, onde a empresa é sediada, incluídos os demais estados em que tiver filial ativa, levando em consideração somente aqueles transitados em julgado nos últimos 24 (vinte e quatro) meses; e

b) arquivo em PDF contendo o NADA CONSTA (ou documentação similar) de infrações junto a Área de Fiscalização Agropecuária;

IV - Requisitos de Habilitação - Sob o enfoque das exigências setoriais:

a) Empresas do Setor do Algodão - relatório de sustentabilidade com certificação ABR/BCI;

V - Requisitos de Avaliação:

a) arquivo em PDF contendo relatório técnico denominado Programa de Gestão Sustentável (foco meio ambiente), especificando:

1) o cumprimento das ações sustentáveis de BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS especificadas na página oficial do MAPA: (http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/producaointegrada/boas-praticas-agricolas) - conforme o seu setor de atividade;

2) no caso das empresas do agronegócio com atividades voltadas para produtos de origem animal e vegetal - demonstração de controle dos níveis de resíduos e contaminantes conforme legislação nacional vigente; e

3) grau de alinhamento e potencial contribuição do Programa de Sustentabilidade com identificação das Metas laboradas associadas aos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (ONU).

Parágrafo único. As empresas do agronegócio poderão substituir o relatório denominado Programa de Gestão Sustentável, previsto na alínea a) do inciso V do art. 3º da seção II deste Anexo, por:

I - Relatório de Sustentabilidade referente ao último ano base, seguindo as normas GRI (Global Reporting Initiative), modelo reconhecido mundialmente, com Atestado de Conformidade às normas GRI fornecido por alguma instituição qualificada e reconhecida pela GRI para treinamentos oficiais no Brasil; ou

II - Relatório de Gestão Sustentável atestado por entidade certificadora de âmbito Nacional ou Internacional específica.

Seção III

Da Análise dos Documentos de Habilitação/Avaliação

Art. 4º Os documentos discriminados no art. 3º deste Anexo serão analisados pela SECG do "Selo Agro+ Integridade" que elaborará, no prazo de três meses, Relatório de Análise Final - RAF, a ser encaminhado ao representante titular e suplente do Colegiado, para fins de homologação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º As empresas do agronegócio que fornecerem informações inverídicas e/ou documentos falsos serão excluídas automaticamente, sem prejuízo de abertura de processo administrativo para apuração dos fatos.

§ 2º Poderão ser solicitados esclarecimentos ou envio de documentos adicionais, em caso de dúvida relacionada à documentação apresentada.

§ 3º O prazo previsto no caput deste artigo poderá prorrogado, por 30 (trinta) dias, a pedido da SECG, caso as circunstâncias assim exijam.

Art. 5º Encerrada a análise documental a SECG certificará o encaminhamento de todos os RAFs aos representantes titulares e suplentes do Colegiado, para os fins previsto no caput do art. 4º deste Anexo.

§ 1º Os RAF"s devem ser encaminhados aos representantes titulares e suplentes com até cinco dias de antecedência da data de realização da reunião ordinária do Colegiado.

§ 2º A SECG elaborará Relatório Simplificado - RS, a ser encaminhado às empresas do agronegócio, quando a documentação apresentada não atender os requisitos previstos no art. 3º deste Anexo.

§ 3º Não serão divulgados os dados das empresas do agronegócio que não atenderem os requisitos necessários à concessão do "Selo Agro+ Integridade".

Art. 6º Antes da publicação da homologação a SECG comunicará o resultado às empresas do agronegócio a serem indicadas à premiação anual com o "Selo Agro+ Integridade", acompanhado do respectivo RAF e da Ata de Reunião e Deliberação do Comitê Gestor.

Seção IV

Do Recurso

Art. 7º As empresas do agronegócio que que não atenderem os requisitos necessários à concessão do "Selo Agro+ Integridade" poderão apresentar recurso, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do Relatório Simplificado (RS).

§ 1º Serão admitidos apenas os recursos, tempestivos, que tenham por objeto:

I - pedido de esclarecimento sobre omissões e contradições; e

II - negativa de aceitação do documento encaminhado.

§ 2º No recurso, o recorrente deverá apontar de forma objetiva a omissão, contradição ou erro material questionados.

§ 3º Na fase recursal não será admitida a apresentação de novos documentos.

Art. 8º O recurso será analisado, no prazo de 15 (quinze dias), pela SECG e submetido à apreciação do Comitê Gestor, que decidirá pelo provimento, ou não.

Seção V

Da Divulgação do Resultado Final das Empresas Premiadas com o "Selo Agro+ Integridade"

Art. 9º Antes da comunicação prevista no art. 6º deste Anexo e da consequente divulgação dos nomes das empresas do agronegócio adjudicadas, caberá à SECG promover diligências junto à Procuradoria-Geral da República e Tribunal de Contas da União para verificar a existência de processos administrativos ou judiciais, denúncias ou quaisquer notícias desabonadoras que possam provocar dúvidas ou questionamentos sobre o compromisso com as boas práticas de gestão de integridade, ética e sustentabilidade.

Parágrafo único. As informações obtidas a partir das diligências mencionadas no caput serão comunicadas ao Comitê Gestor do "Selo Agro+ Integridade" que, a depender do teor das informações, poderá decidir pela permanência ou não da empresa do agronegócio na relação dos adjudicados para fins da obtenção do "Selo Agro+ Integridade".

Art. 10. As empresas do agronegócio consideradas aptas a obterem o "Selo Agro+ Integridade" deverão assinar o Pacto pela Ética, Integridade e Sustentabilidade (conforme modelo a ser disponibilizado), como forma de declarar publicamente sua disposição para atuar e contribuir para um ambiente concorrencial mais íntegro, ético, transparente e sustentável no setor privado e em suas relações com o setor público.

Parágrafo único. A não apresentação do Pacto previsto no caput, devidamente assinado, suspende o procedimento de obtenção do "Selo Agro+ Integridade".

Art. 11. Não serão divulgadas ou publicadas a relação nominal ou atos internos do Comitê Gestor do "Selo Agro+ Integridade" que consideraram que as empresas do agronegócio não estão aptas a obter Selo.

CAPÍTULO III

DO RECONHECIMENTO DAS BOAS PRÁTICAS

Art. 12. Fica assegurado ao MAPA a divulgação em sua página oficial, no espaço destinado ao tema Integridade, das boas práticas de integridade e sustentabilidade adotadas pelas empresas do agronegócio premiadas com o "Selo Agro+ Integridade", com objetivo de:

I - reconhecer, destacar e divulgar o nome das empresas do agronegócio responsáveis por aquelas boas práticas; e

II - incentivar a adoção dessas boas práticas por outras empresas.

§ 1º A seleção das boas práticas citadas no caput fica a cargo da SECG do "Selo Agro+ Integridade", devendo ser submetida à aprovação do referido Colegiado.

§ 2º Serão considerados como critérios para a escolha das boas práticas a efetividade e a inovação da medida adotada.

§ 3º Não será escolhida mais de uma prática da mesma empresa do agronegócio para fins de publicação.

§ 4º Antes da publicação, as empresas do agronegócio serão formalmente consultadas, para fins de autorização expressa da divulgação.

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS DAS EMPRESAS

Art. 13. São direitos das empresas do agronegócio que forem premiadas com o "Selo Agro+ Integridade":

I - ter seu nome amplamente divulgado no site do MAPA e em quaisquer outros meios de comunicação e publicidade, ou mesmo em ocasiões em que se dê destaque à premiação; e

II - utilizar o "Selo Agro+ Integridade" em seus produtos e em meios de comunicação e publicidade.

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS

Art. 14. São obrigações das empresas do agronegócio que concorrer ao "Selo Agro+ Integridade":

I - garantir a veracidade e atualização de todas as informações prestadas e documentos disponibilizados;

II - prestar os esclarecimentos necessários, quando solicitados, e no prazo determinado;

III - observar os prazos estabelecidos neste Regulamento e garantir a inserção dos documentos no local especificado para este fim; e

IV - manter as condições de habilitação, sob pena de suspensão do direito de uso do "Selo Agro+ Integridade".

Art. 15. São obrigações das empresas do agronegócio premiadas com o "Selo Agro+ Integridade", além das definidas no art. 14 deste Anexo:

I - responsabilizar e punir empregados e dirigentes que pratiquem atos antiéticos e ilegais;

II - utilizar a marca "Selo Agro+ Integridade" em conformidade com este Regulamento pelo período de um ano; e

III - divulgar o "Selo Agro+ Integridade" em seus meios de comunicação e publicidade e junto a fornecedores, prestadores de serviço e clientes.

Art. 16. O uso de informações falsas ou de qualquer outro artifício de comprovada má-fé pelas empresas do agronegócio na tentativa de induzir a erro o Comitê Gestor do "Selo Agro+ Integridade", acarretará sua automática exclusão, cumulada com a suspensão do direito de concorrer ao prêmio, pelo período de dois anos, contados a partir da ocorrência do fato gerador.

CAPÍTULO VI

DA UTILIZAÇÃO, SUSPENSÃO DO DIREITO DE USO DO SELO

Art. 17. Fica assegurado o uso do "Selo Agro+ Integridade", nos produtos, nas embalagens, documentos, sites comerciais, folders, placas, veículos e afins, às empresas do agronegócio, pelo período de um ano.

Art. 18. Será automaticamente suspenso o direito de uso da marca "Selo Agro+ Integridade", por meio de comunicação formal do Secretário-Executivo do MAPA, pela empresa do agronegócio premiada que, durante o exercício de seu direito de uso do selo, venha a ter seu nome incluído nos seguintes cadastros:

a) Lista de estabelecimentos que incorreram em adulteração ou falsificação comprovadas em processos com trânsito em julgado no âmbito administrativo, gerenciada pela Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do MAPA; e

b) Lista Suja do Trabalho Escravo ou em situação Análoga do Ministério do Trabalho.

Art. 19. O procedimento previsto no art. 18 deste Anexo também poderá ser aplicado caso sobrevenham fatos novos que comprovem o envolvimento ou a tolerância da empresa com práticas ilegais ou graves falhas éticas, tais como:

I - denúncias e condenações administrativas ou judiciais no Brasil e no exterior pela prática de atos de corrupção e fraude; e

II - denúncias e condenações administrativas ou judiciais no Brasil e no exterior por graves infrações aos direitos humanos e ao meio ambiente.

Parágrafo único. Antes da comunicação formal do Secretário-Executivo do MAPA sobre a suspensão pelas razões constantes dos arts. 18 e 19, será assegurado o exercício do contraditório e ampla defesa à empresa do agronegócio, nos termos previstos na Lei nº 9.784, de 1º de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A participação das empresas do agronegócio, para fins de obtenção do "Selo Agro+ Integridade", é gratuita.

Art. 21. Salvo nas hipóteses previstas nesse Regulamento, não caberá recursos das decisões do Comitê Gestor do "Selo Agro+ Integridade".

Art. 22. As informações e os documentos apresentados pelas empresas do agronegócio interessadas em obter o "Selo Agro+ Integridade", assim como os relatórios produzidos no âmbito do Comitê Gestor, não serão fornecidos a terceiros.

Art. 23. Os casos omissos serão resolvidos pelo Comitê Gestor do "Selo Agro+ Integridade".

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 679, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO PARANÁ - no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das SFA"s, aprovado por meio da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010, e Portaria SE/MAPA nº 1.231 de 09 de junho de 2017, publicada no DOU no dia 16 de junho de 2017. E tendo em vista o disposto no art. 2º, do Anexo I, da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º, da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e do Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.002049/2006-83, resolve:

Art. 1° Cancelar o credenciamento da empresa CCPU CONTROLE DE PRAGAS, TRATAMENTOS FITOSSANITÁRIOS LTDA., número BR PR 277, CNPJ n° 02.495.188/0007-07, localizada na Rua Sebastião Pereira de Oliveira, 1487, Alto Piquiri-PR.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 23 SFA/PR/MAPA de 04 de fevereiro de 2014, publicada na Seção 1, do DOU nº 26, de 06 de fevereiro de 2014.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ORIO BASTOS

PORTARIA Nº 373, DE 24 DE JULHO DE 2017

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ, no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicado no DOU de 14 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 26 da Instrução Normativa nº 53, de 23 de outubro de 2013, na Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, no Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, e o que consta no Processo nº 21034.004439/2017-41, resolve:

Art. 1° Credenciar a instituição privada de pesquisa AGROPLANBRAS SERVIÇOS AGRÍCOLAS LTDA. - ME, CNPJ n° 10.699.326/0001-02, localizada na RODOVIA PR 438, KM 46 + 102,84m, DISTRITO DE GUARAGI, CEP 84120-000, no município de PONTA GROSSA/PR, para realizar ensaios de eficiência e viabilidade agronômica visando o registro de produtos novos abrangidos pelo regulamento da Lei 6.894, de 1980.

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade de cinco anos.

Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ORIO BASTOS

COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS

5ª TURMA DE JULGAMENTO REGIONAL

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, resolve: acatar parcialmente, por unanimidade na votação, o(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	N° CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro	
1	11	2017	Jose Alves De Lima	150934476		Mais
2	46	2017	Deiverson José Agostini	152044796		Mais
3	147	2017	Cassiano Bernar	160054977		Mais
4	246	2017	Agnaldo Candido Rodrigues	152100939		Mais
5	249	2017	Antonio Candido Rodrigues	152116121		Mais
6	262	2017	Joao Simoes Filho	160032905		Mais
7	267	2017	Rodrigo Ferreira Soncela	160702993		Tradicional
8	268	2017	Roberto Mitio Fujimori	160185056		Tradicional
9	300	2017	Valdir Sbabo	160264622		Mais
10	305	2017	Alcindo Perosa	151869360		Mais
11	317	2017	Armando Grzegoreck	160086330		Mais
12	321	2017	Joao Fabiano Miranda Belico	160047277		Mais
13	326	2017	Maiara Andressa Savegnago	160059080		Mais
14	329	2017	Neudir Antonio Giachini	160047465		Tradicional
15	402	2017	Izair Pasuc	160246008		Mais
16	427	2017	Silvio Rogerio Rebucci	160524529		Mais
17	433	2017	Gilmar Jose Polaquini	161320181		Mais
18	457	2017	Tadeu I. Miranda dos Santos	151860467		Tradicional

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19	503	2017	Estela B. Gerdulli de Oliveira	152003071	Tradicional
20	509	2017	Vivian C. Aguiar Carraro	160270012	Tradicional
21	525	2017	Ildo Pitt	161085375	Mais
22	526	2017	Ildo Pitt	161085375	Mais
23	555	2017	Alisson Bremm Da Silva	160204242	Mais
24	607	2017	Azor Augusto Cicotti	152019421	Tradicional
25	608	2017	Joao Luiz Girelli	160021008	Tradicional
26	612	2017	Paulo R. Pedro de Souza	160608083	Mais
27	613	2017	Roberto Tomokazu Iwanaga	152074907	Mais
28	620	2017	José Osni Da Silva	151317472	Mais
29	628	2017	Romildo Dezan	130321844	Mais
30	653	2017	Alexandre Batista	161148565	Mais
31	667	2017	Irineu Francisco Renosto	161642084	Mais
32	670	2017	Ivania de Campos Swosniak	152027135	Mais
33	698	2017	Fabiana Franzao Pizzini	160227227	Mais
34	699	2017	Gislaine A. Marutti Orsini	152087935	Mais
35	700	2017	Hideo Okamoto	160054444	Mais
36	702	2017	Jose Henrique Orsini	151916008	Tradicional
37	703	2017	Jose Carlos Castilho	160136035	Mais
38	706	2017	Mauricio Tanamati	152096162	Mais
39	707	2017	Marcos Tanamati	160021500	Mais
40	709	2017	Sussumu Tanabe	152116264	Mais
41	713	2017	Evandro Carlos Teixeira	161164861	Mais
42	715	2017	Ivone Terezinha Schverz	161095263	Mais
43	721	2017	Leomar Bueno Nicoli	161143994	Mais
44	729	2017	Cesira Sanchez Galhoti	150878149	Mais
45	753	2017	Valdemar Schirmann	151987646	Mais
46	754	2017	José Osni da Silva	151317472	Mais
47	763	2017	Antonio Possan	161393080	Mais
	770	2017	Ivandio Gloves da Cunha	160836822	Tradicional
48					
49	782	2017	Mário Alberti	151337256	Mais
50	800	2017	Leonardo Ferreira Paes	161327692	Mais
51	808	2017	Airton Luis Crestani	160385960	Tradicional
52	809	2017	Bruna Maccari	160825923	Mais
53	810	2017	Cesar Fabiane	160356018	Mais
54	811	2017	Crisieli Dalmolin	160770908	Mais
55	813	2017	Elio Barp	160761448	Mais
56	817	2017	Patricia Carara Pagnan	160884419	Mais
57	820	2017	Sandra Ribeiro	160699427	Mais
58	1196	2017	Paulo Jose Pauletto	170196261	Mais

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da Turma

NERI GELLER
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2117

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, resolve: acatar parcialmente, por maioria na votação, o(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	N° CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	258	2017	Florival Antonio Polo	152100479	Mais
2	263	2017	Jose Mario Bassi	152094732	Mais
3	269	2017	Solange Tosca Galli	160336921	Mais
4	320	2017	Gomercindo R. dos Santos	160051789	Mais
5	412	2017	Argeu Benites Lopes	160076739	Tradicional
6	413	2017	Carmen Ap. Ortiz Soares	152070260	Tradicional
7	415	2017	Devalcir Peron	160341348	Mais
8	417	2017	José E. Alves Buoro	160294755	Mais
9	421	2017	Marcio Bruno Tessarolo	160342029	Mais
10	605	2017	Antonio Endrici	152095264	Mais
11	606	2017	Argeu Edson Verdério	160461151	Mais
12	610	2017	Lazaro Biason	160403688	Mais
13	611	2017	Marcelo Henrique Bosqui	160491188	Tradicional
14	666	2017	Andreia Rode Erhardt	160935171	Mais
15	682	2017	Janilce Tereza Bordin Camilo	161258394	Mais
16	695	2017	David Granado	150090742	Mais
17	696	2017	Emilio Jose Ricci Siqueira	151917194	Tradicional
18	697	2017	Elio Aparecido Alves Vicente	160337700	Mais
19	704	2017	Jose Carlos de A. Medeiros	160125143	Mais
20	705	2017	Luis Antonio Espanhol	160456363	Mais
21	711	2017	Avelino Kunz	160999649	Mais
22	755	2017	Nelson Maueski	161390773	Tradicional
23	766	2017	Geny Guerra Bonetti	161587076	Mais
24	898	2017	Aislam Cleyton Voltolini	160061269	Mais
25	899	2017	Onivaldo Dante Junior	152002817	Tradicional

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da Turma

NERI GELLER
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 43, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, resolve: negar, por unanimidade na votação, o(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	Nº CER	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	3	2017	Sidney Aparecido Faxina	152019522	Mais
2	30	2017	Carlos Roberto Santini	160144717	Tradicional
3	39	2017	Alcedi Tavares Freire	160137087	Mais
4	47	2017	Dilma Mattei Bettiollo	160513262	Mais
5	51	2017	Jaime Fouz	152021875	Mais
6	91	2017	Nelson Grazziola	140886576	Mais
7	164	2017	Valdir Heck	152124786	Mais
8	216	2017	Ademir Zilio	151351055	Mais
9	238	2017	Luis Fernando Camargo	151379555	Mais
10	241	2017	Tatiana G. Matiotti	150419352	Tradicional
11	243	2017	Adelcio Berti	160082407	Tradicional
12	245	2017	Alexandre Bazarin	152088521	Mais
13	259	2017	Helio Kendi Kaneshiro	160020354	Tradicional
14	264	2017	Lauri Ricardo Klein	150077546	Tradicional
15	265	2017	Odarci Belfori	160130926	Mais
16	270	2017	Terezinha P. Negrizolli	160047525	Mais
17	404	2017	Leocir Domingos Pizato	160237300	Mais
18	409	2017	Adib Jose Simão	151845281	Tradicional
19	416	2017	Geraldo De Jesus Ceu	160068686	Mais
20	438	2017	Marlon Dal Forno	161280217	Mais
21	505	2017	Joselio Jose Messias	160575886	Tradicional
22	510	2017	Jose Colet Dallacort	160126971	Mais
23	554	2017	Alcidino Peruzzi	160111497	Mais
24	583	2017	Valentim Antonio Braun	161287304	Tradicional
25	604	2017	Antonio Carlos Precinotto	160153352	Mais
26	609	2017	Jose Carlos Franco	160286601	Mais
27	615	2017	Valdecir F. Zefrino	160654697	Tradicional
28	616	2017	Vanderley Devitte	160029409	Mais
29	625	2017	Gilberto Erthal	151820881	Tradicional
30	647	2017	Andre Luis Avanço	151921954	Tradicional
31	649	2017	Jailson Pedro Geme	160765537	Tradicional
32	668	2017	Anderson Dalpasquale	160760207	Mais
33	674	2017	Glaucio Tadeu Maziero	161814266	Tradicional
34	677	2017	Jonas Tadeu Ribeiro	161201402	Mais
35	679	2017	Luiz Carlos Cardoso	151493906	Mais
36	681	2017	Suelen Cristina Susin	161221009	Mais
37	684	2017	Joelcio Rufato Dutra	160854792	Tradicional
38	686	2017	João Maria Dias Batista	161181616	Mais
39	689	2017	Luiz Bevilaqua	161239244	Tradicional
40	692	2017	Sergio Marcos Mattje	161400852	Mais
41	730	2017	Raimundo C Bianchini	160376164	Tradicional
42	748	2017	Jose Volpato	142388551	Mais
43	762	2017	Angela Claudia Zanata	161984168	Mais
44	767	2017	Gilson Voinarski	161337394	Mais
45	768	2017	Luiz Putka	161238708	Tradicional
46	769	2017	Vander Carlos Gnoatto	161587091	Mais
47	772	2017	Adenilson Ramos Dalvi	160296775	Mais
48	780	2017	Charles Venicio Da Silva	151458761	Mais
49	787	2017	Fabio Fiori	141607566	Tradicional
50	790	2017	José Carlos Lunardi	152067446	Tradicional
51	796	2017	Jeferson Argenton	161227089	Mais
52	797	2017	Joilson Rosa Macargo	161789402	Mais
53	799	2017	Jose Antonio Mariani	161231061	Mais
54	801	2017	Leonardo Ferreira Paes	161327726	Mais
55	802	2017	Marcelo Luiz Suzin	161221920	Mais
56	803	2017	Mariana Peruzzo	161259669	Tradicional
57	804	2017	Maurilio Meurer Salvador	161137198	Mais
58	805	2017	Normelio João Nadin	161187648	Mais
59	806	2017	Sidnei Costa Godinho	161442163	Mais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

60	812	2017	Elis Angela Tesser Guadahin	160884574	Tradicional
61	814	2017	Jaci Alberto Bonfante	160385000	Mais
62	819	2017	Silvia Mistura	160382526	Mais
63	831	2017	Vilmar Luiz Panceri	151609261	Mais
64	833	2017	Joao Valdrighi Filho	161614921	Mais
65	846	2017	Alex Junior Vieira	170065116	Mais
66	847	2017	Genivaldo Vieira	152050422	Mais
67	848	2017	Irael Aquino Barboza	161437667	Mais
68	851	2017	Juarez Antonio Ton	160286463	Mais
69	862	2017	Alceu Alberto Hilger	152095766	Mais
70	900	2017	Osvaldo Dante	152051861	Tradicional
71	901	2017	Renato Martins Da Silva	160446774	Tradicional
72	921	2017	Edinei Zortea Araldi	150820615	Mais
73	1105	2017	Moacir Antonio Luzani	162107648	Mais
74	1111	2017	Alex Eduardo Gonçalves	170042667	Mais
75	1113	2017	Anirdo P. de Almeida	161355007	Mais
76	1189	2017	Estevan Jezuir	170257641	Mais
77	1191	2017	Jair Vicente Tomazi	170319137	Mais
78	1193	2017	Leodir A. Bordignon	170064500	Tradicional
79	1194	2017	Maria Joanete R. Schuck	161104291	Mais

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da Turma

NERI GELLER
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 15 DE DEZEMBRO 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, resolve: negar, por maioria na votação ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item CER	Nº	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	342	2017	Jose Machado Ferreira Filho	160097898	Mais
2	426	2017	Salezio Benjamin Rosa	152115954	Mais
3	693	2017	Sirlei Villetti Talgatti	161627285	Mais

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da Turma

NERI GELLER
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 45, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, resolve: não tomar conhecimento do(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item CER	Nº	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	1740	2015	Valdelirio Muller	150364079	Mais
2	1047	2016	Raul Prestes Sanches	100001929	Tradicional
3	1252	2016	Jane Estelita Preste	100002737	Tradicional
4	708	2017	Paulo Cezar Mori	160296622	Tradicional

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da Turma

NERI GELLER
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, resolve: pedir vista, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item CER	Nº	Ano	Mutuario	Ref Bac	Proagro
1	205	2014	Antonio Bonesi	130321083	Mais
2	507	2017	Rogerio Antonio Gaiarini	160586664	Tradicional
3	854	2017	Irose Bratfich Ferreira	151112472	Tradicional
4	1103	2017	João Paulo Chiossi	161984327	Tradicional

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da Turma

NERI GELLER
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, resolve: negar ao(s) pedido(s) de revisão, por unanimidade na votação, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item CER	Nº	Ano	Mutuário	Ref Bac	Proagro
1	916	2016	Leandro Celso Zeni	160019540	Tradicional
2	919	2016	Moacir Quevedo dos Santos	151972544	Mais
3	1033	2016	Leandro Celso Zeni	151883230	Mais
4	1085	2016	Devanir Magri	160170938	Mais
5	1444	2016	Everaldo José Andreoli	160624462	Mais

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da Turma

NERI GELLER ESPECIAL DE RECURSOS

RESOLUÇÃO Nº 48, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, resolve: acatar ao(s) pedido(s) de revisão, por unanimidade na votação, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item CER	Nº	Ano	Mutuario	Ref Bac	Proagro
1	464	2016	Cleverson Carlos Bau	151037386	Tradicional
2	153	2017	Frankelim Everaldo Scarpari	160024448	Mais
3	494	2017	Joao Batista Correa	150014440	Mais

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da Turma

NERI GELLER
Presidente da Comissão

RESOLUÇÃO Nº 49, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2117

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, resolve: retirar de pauta, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item CER	Nº	Ano	Mutuario	Ref Bac	Proagro
1	816	2017	Jonas Favero Galvan	161460935	Mais
2	822	2017	Valmir Martins	161620925	Mais

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da Turma

NERI GELLER
Presidente da Comissão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 50, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2117

A Comissão Especial de Recursos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, no uso de suas competências conferidas pelo Decreto nº 5.502, de 29 de julho de 2005, e pelo seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria Ministerial nº 18, de 06 de janeiro de 2006, em reunião da Quinta Turma de Julgamento Regional, sediada em Curitiba/PR, ocorrida nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, resolve: acatar ao(s) pedido(s) de revisão, por maioria na votação, ao(s) recurso(s) abaixo relacionado(s):

Item	N°	Ano	Mutuario	Ref Bac	Proagro
CER					
1	1121	2016	Angelo Sergio Zobiole	160133441	Tradicional

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente da Turma

NERI GELLER
Presidente da Comissão

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Ao sexto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, no mini auditório do prédio do Banco Central do Brasil, sito no Centro Cívico, à Avenida Cândido de Abreu, nº 344, Curitiba/PR, reuniu-se a Quinta Turma de Julgamento Regional - 5ª TJR-CER/PROAGRO, para dar início aos trabalhos de julgamento dos processos constantes da pauta de sua quarta reunião ordinária, sob a presidência do representante titular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Erni Cristiano Germendorff (Presidente da 5ª TJR/CER/PROAGRO). Presentes os representantes legais das instituições que compõem o Colegiado, como segue: Luciana Souza Marrara do Banco Central do Brasil - BACEN; Nilson Hanke Camargo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Andreia Lucia Araújo da Cruz de Carvalho, do Ministério da Fazenda - MF; Rodrigo Machado de França, da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SEAD/MDA; Emiliano Santarosa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; Maiko Vinicius Zanella da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. Ausentes os representantes das demais entidades que compõe o colegiado, a saber: Banco do Brasil - BB, Ministério do Planejamento e Gestão - MPOG, Associação Brasileira das Empresas de Planejamento Agropecuário - ABEPA e CONTAG. Participaram, também, desta reunião, Valdecir Martins da Cooperativa de Crédito - CRESOL BASER, Jean Felipe Brandt Guedes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil- SICOOB e Gabriel Vinicius Lavagnini, como secretário da reunião. Os trabalhos ocorreram de acordo com o regimento interno da CER, ou seja, após o relator expor o recurso os representantes manifestavam seu voto. Foram submetidos a julgamento 184 (cento e oitenta e quatro) recursos administrativos dirigidos à CER, de mutuários de diversas Instituições Financeiras: 42 (quarenta e dois)) do Banco do Brasil, 63 (sessenta e três) da Sicredi, 2 (dois) da Credicoamo, 41 (quarenta e um) da Cresol Baser, 01 (um) Cresol Sicoper, 35 (trinta e cinco) do Sicoob e autuados em processos, os quais estão discriminados no termo de convocação e pauta de julgamento, datados de 06 de novembro de 2017, sendo que 87 (oitenta e sete) tiveram seus recursos acolhidos, 87 (oitenta e sete) negados, 2 (dois) retirados de pauta e 04 (quatro) pedidos de vista pela representante do Bacen, 04 (quatro) não tomar conhecimento, 01 (um) processo indeferidos sumariamente em função de indício de fraude. Os processos julgados são: 02 (dois) safra 2011/2012, 02 (dois) da safra 2012/2013, 01 (um) da safra 2013/2014, 06 (seis) da safra 2014/2015, 122 (Cento e vinte e dois) da safra 2015/2016, 1 (um) 2016/2016 e 50 (cincoenta) safra 2016/2017 dos quais 50 (cincoenta) são PROAGRO "TRADICIONAL" e 134 (cento e trinta e quatro) PROAGRO "MAIS". Nada mais havendo a tratar, os trabalhos transcorreram nos dias 06/12 e 07/12/2017 até as dezoito horas, do que para constar, eu Gabriel Vinicius Lavagnini, na condição de secretário da reunião, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pelos presentes, vai assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Curitiba, 7 de dezembro de 2017.
GABRIEL V. LAVAGNINI
Secretário

ERNI CRISTIANO GERMENDORFF
Presidente

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA

EXTRATO DA ATA DA 828ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA)

A Diretoria Executiva da Embrapa se reuniu às 14h, de 08.11.2017, na sala de reunião da Presidência, na sua 828ª Reunião Ordinária para deliberar sobre a pauta proposta, incluindo o ITEM 10 - SPM - CNPMS - CONTRATO DE CONCESSÃO DE COLABORAÇÃO FINANCEIRA NÃO REEMBOLSÁVEL QUE SE PRETENDE CELEBRAR ENTRE O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL (BNDES), NO ÂMBITO DO FUNDO TECNOLÓGICO (FUNTEC), E A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO (FAPED), COM A INTERVENIÊNCIA DA EMBRAPA, PARA APLICAÇÃO EM PROJETOS DE PESQUISA, NO VALOR DE R$ 5.400.000,00 - OFÍCIO BNDES Nº 38/2017 - MEMO. Nº 228/2017- CNPMS - SEI Nº 21148.407275/2017-22 - O Chefe do GPR, Gerson Barreto, relatou o presente assunto, nos termos e condições aprovadas pela Decisão da Diretoria Dir nº 467/2017/BNDES, de 28.08.2017, da Diretoria daquele Banco, especialmente no que se refere às obrigações previstas na cláusula 4ª da minuta do contrato anexado à referida Decisão, destinada ao desenvolvimento de híbridos de sorgo (para etanol 1G, etanol 2G e cogeneração de energia), via melhoramento convencional e reprodução assistida, a implementação de sistemas tecnológico do sorgo energia (sacarino e biomassa) para utilização como cultura complementar à cana, a ser desenvolvido nas instalações da Embrapa Milho e Sorgo, em Sete Lagoas, MG, e da Embrapa Produtos e Mercado, Brasília, DF, com Escritório em Sete Lagoas. O assunto foi analisado pela AJU, conforme Parecer ASJ/CNPMS nº 10.550/2017. Os membros desse Colegiado discutiram o assunto e, ao final, foi aprovado o proposto, por Decisão da Diretoria, inclusive referendando a assinatura do Presidente Maurício Antônio Lopes no Contrato a ser firmado com o BNDES. Citada Decisão passa a integrar o presente processo para todos e quaisquer direitos e obrigações. Gerson Soares Alves Barreto - Chefe do Gabinete do Presidente e Secretário dessa reunião.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 44, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no Decreto nº 24.548, de 3 de julho de 1934, no Decreto nº 27.932, de 28 de março de 1950, no Decreto no 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta do Processo nº 21000.050132/2017-17, resolve:

Art. 1º Estabelecer as normas para a Certificação Sanitária da Compartimentação da Cadeia Produtiva de Suínos, quanto a exposição aos vírus da Febre Aftosa - FA e da Peste Suína Clássica - PSC.

§ 1º A certificação prevista no caput tem por finalidade reconhecer e atestar a situação sanitária em subpopulação de suínos por meio da adoção de procedimentos de biosseguridade, vigilância epidemiológica, supervisões e auditorias.

§ 2º O reconhecimento será como Compartimento Livre de Febre Aftosa e Peste Suína Clássica, ambos sem o uso da vacina contra essas enfermidades.

§ 3º A certificação que consta nesta Instrução Normativa é de caráter voluntário.

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para efeito desta Instrução Normativa, entende-se por:

I. Compartimento: subpopulação de suínos livres sem vacinação para FA e PSC mantida em explorações sob um mesmo sistema de gestão de biosseguridade e vigilância epidemiológica em relação aos vírus da FA e PSC, compreendido por unidades de produção e unidades funcionais associadas;

II. Biosseguridade: É o conjunto de procedimentos que visam prevenir, diminuir ou controlar de forma direta ou indireta os riscos da ocorrência de enfermidades que possam ter impacto na produtividade destes rebanhos;

III. Unidade de Produção (UP): unidade do compartimento na qual uma subpopulação de suínos encontra-se alojada, conforme definido nos itens III e IV deste artigo;

IV. Granjas de Reprodutores de Suínos Certificadas (GRSC): granjas onde são criados ou mantidos suínos para a comercialização ou distribuição, cujo produto final seja destinado à reprodução ou entidades mantenedoras de materiais de multiplicação animal (Central de Coleta e Processamento de Sêmen - CCPS), certificadas conforme legislação vigente;

V. Granjas comerciais: granjas que produzem e/ou distribuem suínos cujo destino final será o abate;

VI. Unidade Funcional Associada (UA): são as unidades de abate e processamento de produtos suínos e fábrica de ração, associadas ao compartimento;

VII. Granja de Origem: granja de nascimento do suíno;

VIII. Granja de Procedência: a última granja onde o suíno esteve alojado;

IX. Estabelecimento Rural: corresponde à área física total do imóvel rural;

X. Auditoria: verificações *in loco* conduzidas pelo SVO nas UP e UA para avaliar o atendimento às normas definidas para o compartimento;

XI. Supervisão: verificações conduzidas pela equipe de gestão do compartimento nas UP e UA para avaliar o atendimento às normas definidas para o compartimento;

XII. Equipe de Gestão do Compartimento: equipe responsável por gerenciar a execução das normas do compartimento, coordenar e realizar as supervisões em UP e UA e prestar todas as informações necessárias ao SVO, incluindo o médico veterinário responsável pelo controle higiênico-sanitário das UP;

XIII. Serviço Veterinário Oficial (SVO): Serviço responsável pelas ações de Defesa Sanitária Animal constituído pelas unidades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelos Órgãos Executores de Sanidade Agropecuária (OESA) das Unidades da Federação.

CAPÍTULO II
INFRAESTRUTURA

Art. 3º As UP que integrarem o compartimento devem possuir infraestrutura mínima conforme segue:

I. Cerca de isolamento;
II. Embarcadouro/desembarcadouro;
III. Barreira sanitária;
IV. Silo para armazenamento de ração;
V. Composteira ou outro método aprovado pelo SVO;
VI. Sistema de tratamento de dejetos.

Art. 4º A cerca de isolamento deve atender as seguintes características:

I. Delimitar a área interna da UP, de forma que impeça o acesso de pessoas e animais estranhos à exploração;

II. Afastamento mínimo de 5 (cinco) metros das instalações onde estejam alojados os suínos, sendo que na impossibilidade do atendimento da distância estipulada, a avaliação ficará a critério do SVO conforme situações específicas inerentes ao local;

III. Dispor de portão único e exclusivo para acesso de veículos.

Art. 5º O embarcadouro/desembarcadouro deve estar localizado junto a cerca de isolamento.

Art. 6º A barreira sanitária deve estar localizada junto à cerca de isolamento e ser composta por, no mínimo, vestiário, câmara de desinfecção e sistema de desinfecção de veículos, conforme especificações abaixo:

I. O vestiário deve estar localizado na divisa das áreas interna e externa, com piso, parede e forro impermeáveis, e contar com local destinado ao banho e troca de roupas, que deve ser o único acesso de pessoas;

II. O sanitário deve estar localizado na área interna da cerca de isolamento e sem acesso aos vestiários ou área de banho, e contará com lavatório e vaso sanitário;

III. A câmara de desinfecção deve possibilitar o acesso à área interna, pela área externa, de forma que os objetos e materiais necessários passem pelo procedimento de desinfecção;

IV. O sistema de desinfeção de veículos para acesso a área interna da cerca de isolamento deve estar localizado no portão único e exclusivo para acesso de veículos.

Art. 7º O silo para armazenamento de ração deve estar localizado na área interna e próximo à cerca de isolamento, de forma a permitir o seu abastecimento pela área externa.

Parágrafo único. Quando a ração não for estocada em silo, esta deve estar embalada e armazenada em local destinado a este fim.

Art. 8º A UP deve possuir composteira, ou outro método aprovado pelo SVO, para destinação de suínos mortos, restos placentários e sobras de ração.

Art. 9º O sistema de tratamento de dejetos deve ser cercado, de forma que evite o acesso de pessoas e animais, e localizado na área externa da cerca de isolamento, conforme legislação pertinente.

CAPÍTULO III
MEDIDAS DE BIOSSEGURIDADE PARA AS UNIDADES DE PRODUÇÃO

Art. 10 Para efeitos desta Instrução Normativa, são considerados os seguintes fatores de risco para introdução dos vírus da FA e PSC no compartimento:

I. Proximidade com espécies susceptíveis aos vírus da FA e PSC;
II. Acesso de pessoas;
III. Entrada de materiais e equipamentos;
IV. Acesso de veículos;
V. Entrada de reprodutores e de material de multiplicação animal;
VI. Pragas (roedores e insetos);
VII. Destinação de animais mortos, restos placentários e sobras de ração;
VIII. Abastecimento de água;
IX. Fornecimento de ração.

Art. 11 Para mitigar o risco relacionado à proximidade com espécies suscetíveis aos vírus da FA e PSC, deve ser adotado o seguinte procedimento:

I. Na área interna da cerca de isolamento da UP não pode haver outra espécie animal além dos suínos pertencentes ao compartimento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 12 Para mitigar o risco relacionado ao acesso de pessoas, devem ser adotados os seguintes procedimentos:

I. Banho, troca de roupa e calçados antes da entrada de pessoas nas UP, sendo proibida a entrada com adornos como relógio, anel, aliança, pulseiras, brincos entre outros.

a) No vestiário da área externa as pessoas devem deixar suas vestes e pertences, e terem acesso ao vestiário da área interna, unicamente através da área de banho;

b) Área de banho deve contar com chuveiros de água quente e disponibilizar sabonete líquido, ou outro, de uso único e individual;

c) No vestiário da área interna devem ser disponibilizadas toalhas para uso individual, vestuário e calçado para uso exclusivo no ambiente interno, substituídos por outros lavados a cada uso.

II. As visitas às UP devem ser previamente autorizadas pela equipe de gestão do compartimento e as pessoas devem estar a pelo menos 48 (quarenta e oito) horas sem contato com animais de espécies suscetíveis aos vírus da FA e PSC, com exceção dos suínos do compartimento.

a) A critério da equipe de gestão do compartimento, esse período pode ser estendido em função da procedência do visitante e das normas internas de cada empresa;

III. Todas as pessoas que desenvolvem atividades nas UP devem ser treinadas quanto aos procedimentos de biosseguridade ao serem admitidas e devem passar por atualizações anuais;

IV. As pessoas relacionadas a rotina de atividades da UP não devem ter contato com espécies susceptíveis ao vírus da FA e PSC.

Art. 13 Para mitigar o risco relacionado à entrada de materiais e equipamentos, deve ser adotado o seguinte procedimento:

I. Os materiais e equipamentos que ingressem na UP devem ser limpos e desinfetados na câmara de desinfecção.

Art. 14 Para mitigar o risco relacionado ao acesso de veículos, devem ser adotados os seguintes procedimentos:

I. Os veículos utilizados para o transporte de suínos e ração devem ser de uso exclusivo e possuir identificação própria do compartimento;

II. Os veículos que transportam suínos devem ser limpos e desinfetados antes do carregamento;

III. A equipe de gestão do compartimento deve manter atualizada a relação de veículos autorizados a ingressar na área interna da cerca de isolamento;

IV. Os veículos que acessarem a área interna da cerca de isolamento devem passar pelo sistema de desinfecção.

Art. 15 Para mitigar o risco relacionado à entrada de reprodutores e material de multiplicação animal de suínos para a reposição das UP do compartimento, devem ser adotados os seguintes procedimentos:

I. Os reprodutores e material de multiplicação animal devem ser provenientes de GRSC que faça parte de compartimento;

II. A entrada de reprodutores ou material de multiplicação animal oriundos de GRSC que não fazem parte de um compartimento deve ser autorizada pelo SVO;

III. A entrada de reprodutores e material de multiplicação animal importados será autorizada mediante o cumprimento dos requisitos previstos na legislação.

Art. 16 Para mitigar o risco relacionado às pragas (roedores e insetos), devem ser adotados os seguintes procedimentos:

I. As UP devem possuir um programa auditável de prevenção e controle de pragas;

II. As áreas internas das UP devem ser mantidas limpas, sem a presença de entulho, acúmulo de água ou ração e outras condições que ofereçam abrigo ou alimentação a roedores e insetos.

Art. 17 Para mitigar o risco relacionado a destinação de animais mortos, restos placentários e sobras de ração, a UP deve adotar medidas de biosseguridade na retirada desses das instalações e destiná-los a compostagem ou outro sistema aprovado pelo SVO, respeitando-se legislações pertinentes.

Parágrafo único. O carregamento de animais mortos, restos placentários e sobras de ração deve ser feito pelo lado interno da cerca de isolamento e a retirada do material composto ou outro resíduo pelo lado externo.

Art. 18 Para mitigar o risco relacionado ao abastecimento de água, devem ser adotados os seguintes procedimentos:

I. Os reservatórios de água da UP devem estar protegidos e fechados para impedir o acesso de insetos, roedores e outros animais, bem como a realização de limpeza a cada 6 (seis) meses com registros auditáveis;

II. Será autorizada a utilização de águas superficiais provenientes de fonte ou poço artificial do próprio estabelecimento rural, protegidos para impedir o acesso de insetos, roedores e outros animais;

III. A cada 12 meses, a UP deve realizar análise microbiológica da água para comprovar sua potabilidade, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 19 Para mitigar o risco relacionado ao fornecimento de ração, devem ser adotados os seguintes procedimentos:

I. A UP só pode receber ração de fábricas integrantes do compartimento, ou de outros fornecedores autorizados pela equipe de gestão do compartimento e pelo SVO;

II. A ração deve ser processada, manipulada, armazenada, transportada e descarregada no seu destino sob condições que previnam sua contaminação;

III. O abastecimento de ração no silo deve ser feito pela área externa da cerca de isolamento da UP;

IV. Em caso de fornecimento de ração e suplementos embalados, o veículo deve passar pelo procedimento de desinfecção para acesso à área interna da cerca de isolamento.

CAPÍTULO IV

IDENTIFICAÇÃO E RASTREABILIDADE DOS ANIMAIS

Art. 20 Os suínos do compartimento devem ser identificados em sua granja de origem.

Parágrafo único. O sistema de identificação deve ser definido pela equipe de gestão do compartimento e aprovado pelo SVO.

Art. 21 A empresa deve manter registros que permitam a identificação e a rastreabilidade dos suínos durante o processo produtivo, desde a recepção de reprodutores e material de multiplicação animal até a elaboração do produto final do compartimento por no mínimo 3 (três) anos.

CAPÍTULO V

DOCUMENTAÇÃO

Art. 22 O interessado deve solicitar a certificação para o compartimento na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de jurisdição da sede da empresa e apresentar a seguinte documentação em formato eletrônico:

I. Termo de adesão e compromisso, no qual a empresa se responsabiliza pelo cumprimento das normas técnicas de Certificação Sanitária da Compartimentação da Cadeia Produtiva dos Suínos para FA e PSC, estabelecidas por esta Instrução Normativa, conforme Anexo I;

II. Relação completa das UP que integram o compartimento, com endereço e coordenadas geográficas, detalhando as granjas de acordo com a finalidade de produção, quantidade de galpões e capacidade de alojamento, produção média diária de leitões e terminados;

III. Relação completa das UA que integram o compartimento, com endereço e coordenadas geográficas, detalhando capacidade diária de abate do frigorífico e de processamento e capacidade diária de produção das fábricas de ração;

IV. Regularidade das fábricas de ração, frigoríficos e plantas de processamento junto ao setor competente do SVO;

V. Plano de rastreabilidade de suínos, ração, produtos e subprodutos;

VI. Programa de vigilância epidemiológica do compartimento;

VII. Plano de contingência da empresa para contenção e eliminação de focos de FA e PSC, elaborado com base na legislação pertinente;

VIII. Mapas, em formato eletrônico, que permitam a utilização em sistema de informação geográfica da região abrangida pelo compartimento, incluindo:

a) Localização de todos os componentes do compartimento;

b) Informações geográficas, como rios, lagos, relevo, barreiras naturais e vegetação; e

c) Rotas de transporte dos suínos e de distribuição de ração.

IX. Relação dos integrantes da equipe de gestão do compartimento, com nomes, contatos e suas funções;

X. Programa de capacitação continuada dos envolvidos no processo de compartimentação, abrangendo as ações de biosseguridade, plano de contingência e supervisões;

XI. Relatórios de supervisão pela equipe de gestão do compartimento de todas UP e UA demonstrando que estas atendem às recomendações previstas nesta Instrução Normativa;

XII. Relação de veículos do compartimento e sua finalidade;

XIII. Manual dos procedimentos operacionais padronizados para realização das medidas de biosseguridade e manejo sanitário.

Art. 23 O compartimento deve manter os seguintes registros em documentação auditável, por um período mínimo de 3 (três) anos:

I. Identificação da última data e local de visitas que tiveram contato com animais de espécies suscetíveis aos vírus da FA e PSC, registrando a data e motivo da visita na UP;

II. Acesso de veículos ao estabelecimento contendo a data, a placa do veículo e motivo, registrando sua entrada na área interna da cerca de isolamento, quando for o caso.

III. Ração fornecida aos animais, com registro de data de recebimento e demais informações relativas ao produto;

IV. Produtos de uso veterinário farmacêuticos e biológicos, com registro de data da aplicação, motivação, via de administração e número de animais tratados.

V. Treinamentos contendo o assunto abordado, carga horária e relação de participantes.

CAPÍTULO VI

DA CERTIFICAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS DOS SUÍNOS

Art. 24 Para a certificação do compartimento, o SVO deve analisar os documentos apresentados e, após aprovação, realizar auditoria inicial nas UP e UA, se necessário de forma amostral.

Art. 25 O SVO emitirá o certificado sanitário do compartimento após atendidas as seguintes condições:

I. Conformidade da documentação apresentada;

II. Comprovação da capacitação dos profissionais envolvidos no compartimento;

III. Conformidade dos itens avaliados e aprovação na auditoria inicial.

Art. 26 A inclusão ou exclusão de UP ou UA ao compartimento devem ser previamente comunicadas pela equipe de gestão do compartimento ao SVO, com a devida justificativa.

§ 1º a inclusão de UP ou UA fica condicionada ao atendimento das exigências constantes no Art. 25 desta Instrução Normativa;

§ 2º após a inclusão ou exclusão de UP ou UA, o SVO deve atualizar a relação das unidades que compõem o compartimento.

Art. 27 Qualquer alteração na equipe de gestão do compartimento deve ser imediatamente comunicada ao SVO, com a devida justificativa.

Art. 28 O certificado sanitário do compartimento deve ser renovado a cada 2 (dois) anos pelo SVO, após o atendimento das exigências constantes no Art. 25 desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO VII

SUPERVISÃO E CONTROLE PARA MANUTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO

Art. 29 A equipe de gestão do compartimento deve realizar supervisões em todas UP e UA, no mínimo, a cada 6 (seis) meses.

§ 1º As não conformidades detectadas nas supervisões devem ser imediatamente notificadas ao SVO e corrigidas pela UP ou UA;

§ 2º Quando não for possível a correção imediata da não conformidade, a equipe de gestão do compartimento deve, em até 2 (dois) dias, elaborar plano de ação para resolução da não conformidade em prazo máximo de 15 (quinze) dias, desde que a não conformidade não coloque em risco a segurança sanitária da certificação;

§ 3º Caso não cumpra o plano de ação, a referida UP ou UA que apresentou a não conformidade deve ser excluída pela equipe de gestão do compartimento com comunicação imediata ao SVO;

§ 4º Os suínos alojados nas UP excluídas não podem ser distribuídos a outras UP ou abatidos nas UA pertencentes ao compartimento.

Art. 30 A critério do SVO podem ser realizadas auditorias adicionais a qualquer tempo nas UP e UA.

Art. 31 Em função da detecção pelo SVO do não atendimento de determinações estabelecidas nesta Instrução Normativa ou demais atos normativos vigentes, devem ser adotadas as seguintes penalidades, a critério do SVO:

I. Exclusão de parte do compartimento; ou

II. Cancelamento da certificação do compartimento.

Art. 32 As seguintes condições resultam na exclusão de parte do compartimento:

I. Não possuir a infraestrutura mínima prevista nesta Instrução Normativa;

II. A não observância das medidas de biosseguridade para as UP previstas neta Instrução Normativa;

III. Ausência dos registros auditáveis previstos nesta Instrução Normativa;

IV. Não cumprimento das medidas contempladas em Plano de Ação.

Art. 33 As seguintes condições resultam no cancelamento imediato do certificado do compartimento:

I. Entrada de suínos em qualquer UP ou UA provenientes de granjas não pertencentes ou que estejam excluídas do compartimento;

II. Excetua-se da condição anterior a entrada de reprodutores e de material de multiplicação animal oriundo de granjas GRSC ou importados, desde que atendidas as condições descritas no Capítulo III desta Instrução Normativa;

III. Entrada de produtos e subprodutos de espécies susceptíveis aos vírus da FA e PSC, em qualquer UA, procedentes de frigoríficos não pertencentes ao compartimento;

IV. O não atendimento do programa de vigilância epidemiológica do compartimento.

V. Caso seja detectado a presença ou uso da vacina contra FA e PSC nos suínos pertencentes ao Compartimento, será imediatamente suspensa a condição sanitária do compartimento e avisados os parceiros comerciais.

Art. 34 Após ter seu processo de certificação cancelado, a fim de restituir a certificação, o compartimento deve comprovar a correção das não conformidades detectadas, reiniciando o processo de certificação.

Art.35 Os casos não previstos para exclusão de parte do compartimento ou cancelamento imediato não previstos nesta Instrução Normativa serão resolvidos pelo Departamento de Saúde Animal.

CAPÍTULO VIII

DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO COMPARTIMENTO

Art. 36 O programa de vigilância do compartimento será dividido em vigilância interna e vigilância externa.

Art. 37 A vigilância interna será executada de forma permanente e contínua, dentro das UP, visando à detecção precoce de doenças infecciosas de notificação obrigatória e, no mínimo, compreenderá:

I. Conhecimento, por parte dos entes envolvidos, dos sinais clínicos de doenças vesiculares e síndrome hemorrágica dos suínos para pronta notificação ao SVO;

II. Análise dos indicadores zootécnicos e sanitários das UP;

III. Monitoramento das alterações nos fatores de risco e as respectivas intervenções da gestão do compartimento, a fim de mitigar os riscos identificados;

IV. Detecção e notificação de lesões compatíveis com doenças de notificação obrigatória na inspeção ante e post mortem dos suínos abatidos.

§ 1º A vigilância interna deve ser intensificada mediante qualquer alteração nos fatores de risco ou na condição sanitária relativa a vigilância externa.

§ 2º O SVO pode determinar, a qualquer momento, conforme avaliação de risco, outros parâmetros e/ou ações de vigilância interna que devem ser realizados pela gestão do compartimento.

§ 3º Farão parte do sistema de vigilância a equipe de gestão do compartimento, os responsáveis técnicos das UP, o SVO, Médicos Veterinários e técnicos do setor privado e os laboratórios de diagnóstico.

Art. 38 A vigilância externa será executada em áreas situadas fora das UP, compreendendo:

I. Avaliação clínica e epidemiológica, realizada pelo SVO, nos estabelecimentos rurais com suínos de subsistência, limítrofes às UP, com frequência mínima de uma fiscalização anual;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II. Capacitação e distribuição de material educativo realizada pela gestão do compartimento, para orientação dos responsáveis pelas UP e estabelecimentos rurais limítrofes ao compartimento.

§ 1º A área de vigilância pode ser ampliada, por determinação do SVO, conforme avaliação de risco.

§ 2º O SVO pode determinar, a qualquer momento, conforme avaliação de risco, outros parâmetros ou ações de vigilância que devem ser realizadas pela gestão do compartimento.

Art. 39 As ações de vigilância interna descritas são de responsabilidade da gestão do compartimento e devem estar devidamente registradas e ser disponibilizadas para auditoria do SVO por meio de plataforma eletrônica ou similar, sempre que for solicitado.

Parágrafo único. A plataforma eletrônica ou similar deve conter um sistema de alerta para detecção de qualquer desvio de normalidade dos parâmetros zootécnicos analisados.

Art. 40 A critério do SVO, poderem ser realizadas colheitas de amostras a qualquer momento, visando a vigilância interna ou externa do compartimento.

CAPÍTULO IX

DO SISTEMA DE ALERTA DO COMPARTIMENTO

Art. 41 Caso seja constatada qualquer suspeita compatível com sinais clínicos de doenças vesiculares ou hemorrágicas em UP e/ou UA do compartimento, o SVO deve ser notificado imediatamente.

Art. 42 Frente à ocorrência de casos suspeitos ou confirmados de enfermidades de notificação obrigatória e imediata, devem ser adotados os procedimentos determinados nas legislações e manuais vigentes.

§ 1º O SVO procederá as investigações clínicas e epidemiológicas necessárias interditando a UP, colhendo amostras para diagnóstico laboratorial e suspendendo imediatamente a condição sanitária de livre do compartimento, até o término das investigações.

§ 2º Na confirmação de um caso de FA ou PSC, será revogada a condição sanitária de livre do compartimento, notificando-se os países importadores.

§ 3º Caso a suspeita seja descartada pela investigação do SVO, o compartimento retomará a condição sanitária de livre para FA e PSC.

Art. 43 Na ocorrência de doenças que não são de notificação obrigatória e que não estavam presentes na UP, a gestão do compartimento deve comprovar investigação para determinar se houve descumprimento das medidas de biosseguridade.

Art. 44 Em caso de alterações sanitárias na região onde se localiza cada unidade do compartimento, que aumentem o risco de introdução do vírus da FA, PSC ou de outra doença emergencial, o SVO deve avaliar e considerar a adoção de medidas complementares de biosseguridade.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45 O número do certificado do compartimento deve constar no campo "observações" da Guia de Trânsito Animal e do Boletim Sanitário de abate de suínos.

Art. 46 O médico veterinário oficial pode solicitar quaisquer documentos que julgar necessários para a comprovação das atividades desenvolvidas para a certificação sanitária do compartimento.

Art. 47 O serviço de saúde animal da SFA e o SVE são os organismos responsáveis, na sua área de atuação e competência, pela definição das medidas apropriadas para a solução dos problemas de natureza sanitária, observando o estabelecido no Regulamento de Defesa Sanitária Animal e demais atos normativos vigentes.

Art. 48 Dependendo do interesse e finalidade do compartimento podem ser incluídas outras doenças à critério do interessado, normatizada por normas complementares.

Art. 49 As dúvidas suscitadas na execução desta Instrução Normativa devem ser dirimidas pelo Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária.

Art. 50 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

ANEXO I

TERMO DE ADESÃO E COMPROMISSO ÀS NORMAS TÉCNICAS PARA CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA DA COMPARTIMENTAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE SUÍNOS QUANTO A EXPOSIÇÃO AOS VÍRUS DA FEBRE AFTOSA - FA E DA PESTE SUÍNA CLÁSSICA - PSC

Por meio deste instrumento eu,_____, CPF_____, Responsável legal do Compartimento _____, CNPJ_____, declaro que tenho conhecimento da Instrução Normativa 44, DE 06/12/2017 e assumo o compromisso formal de observância e cumprimento das ações propostas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Por ser verdade, firmo o presente.

_____, em _____/____/_____

_____

Responsável legal

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

PORTARIA Nº 231, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de cevada de sequeiro no Estado do Paraná, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A cevada (Hordeum vulgare L.) é uma importante opção de cultivo de inverno para os produtores de grãos da Região Sul do país. Por ser precoce e tolerante ao frio, pode ser semeada e colhida mais cedo que os demais cereais de inverno.

A cevada para fins cervejeiros é tradicionalmente cultivada nos três Estados da Região Sul. Genética, clima e manejo são determinantes para a produção de cevada com o padrão de qualidade para a malteação.

Condições climáticas adversas, como estiagens no período inicial de desenvolvimento da cultura da cevada, temperaturas altas no início do inverno, além de geadas, podem contribuir para uma redução significativa dos rendimentos da cultura no Estado.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura para o cultivo da cevada de sequeiro, em condições de baixo risco, no Estado.

Para caracterização da oferta hídrica foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação entre evapotranspiração real (ETr) e a evapotranspiração máxima da cultura (ETm). Foram calculados os valores médios do ISNA, na fase de floração e enchimento de grãos, para cada período de semeadura.

Para a identificação das áreas aptas e dos períodos de semeadura, foram adotados os seguintes critérios:

- ISNA igual ou maior que 0,55;
- Probabilidade superior a 80% de:

a) ocorrência de temperatura mínima média entre 4ºC e 12ºC nos decêndios 3º a 6º do ciclo;

b) ocorrência de temperatura média das mínimas superior a 3ºC entre os decêndios 7º e 8º do ciclo;

c) ocorrência de temperatura média inferior a 20ºC entre os decêndios 8º a 12º do ciclo; e

d) ocorrência de precipitação decendial inferior a 120 mm nos decêndios 11º e 12º do ciclo.

e) ciclo e fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 120 dias); Grupo II (120 dias ≤ n ≤ 135 dias); e Grupo III (n >135 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Considerou-se indicado o município que apresentou condição climática dentro dos critérios estabelecidos em, pelo menos, 80% dos anos estudados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de cevada de sequeiro no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO II

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Aurine, BRS Quaranta, BRS Cauê, BRS Sampa, BRS Korbel e BRS BRAU;

FADISOL SEMILHA SEMENTES LTDA: Irina;

FAPA - FUNDAÇÃO AGRÁRIA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA: Danielle e ANA 02.

GRUPO III

FAPA - FUNDAÇÃO AGRÁRIA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA: ANAG 01.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não há cultivar indicada para o Estado com enquadramento no grupo I.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes e mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DOS GRUPOS I, II e III
	SOLOS TIPOS 2 e 3
Agudos do Sul	15 a 18
Almirante Tamandaré	15 a 18
Antônio Olinto	15 a 18
Araucária	15 a 18

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 18 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8 852, de 21 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 31 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, na Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, regulamentadas pelo Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, e o que consta do Processo nº 21000.009700/2011-09, resolve:

Art. 1º. Alterar o subitem 4.2.2.7, do Anexo VII, da Instrução Normativa nº 3, de 19 de janeiro de 2001 - Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Apitoxina, Cera de Abelha, Geléia Real, Geléia Real Liofilizada, Pólen Apícola, Própolis e Extrato de Própolis, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO VII

.....

4.2. Requisitos

.....

4.2.2.7. Metanol: Máximo 20 mg (vinte miligramas) de metanol /100 mL (cem mililitros)

....."(NR)

Art. 2º. Os estabelecimentos têm o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação desta Instrução Normativa, para promoverem as adequações às disposições desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Os produtos fabricados até o final do prazo de adequação a que se refere o **caput** podem ser comercializados até o fim de seu prazo de validade.

Art. 3º. Esta Instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Balsa Nova	15 a 18
Bituruna	17 a 19
Boa Ventura de São Roque	15 a 18
Bocaiúva do Sul	15 a 18
Bom Sucesso do Sul	15 a 18
Campina do Simão	15 a 18
Campo do Tenente	15 a 18
Campo Largo	15 a 18
Campo Magro	15 a 18
Cândido de Abreu	14 a 17
Candói	15 a 18
Cantagalo	15 a 18
Carambeí	15 a 18
Castro	15 a 18
Chopinzinho	15 a 18
Clevelândia	16 a 19
Colombo	15 a 18
Contenda	15 a 18
Coronel Domingos Soares	17 a 19
Coronel Vivida	15 a 18
Cruz Machado	16 a 19
Curitiba	15 a 18
Espigão Alto do Iguaçu	15 a 18
Fazenda Rio Grande	15 a 18
Fernandes Pinheiro	15 a 18
Foz do Jordão	15 a 18
Francisco Beltrão	15 a 18
General Carneiro	17 a 19
Goioxim	15 a 18
Guamiranga	15 a 18
Guarapuava	16 a 19
Honório Serpa	16 a 19
Imbituva	15 a 18
Inácio Martins	16 a 19
Ipiranga	15 a 18
Irati	15 a 18
Itapejara d"Oeste	15 a 18
Itaperuçu	15 a 18
Ivaí	15 a 18
Lapa	15 a 18
Laranjal	14 a 17
Laranjeiras do Sul	15 a 18
Mallet	15 a 18
Mandirituba	15 a 18
Mangueirinha	16 a 19
Mariópolis	16 a 19
Marmeleiro	15 a 18
Marquinho	15 a 18
Mato Rico	14 a 17
Nova Laranjeiras	15 a 18
Palmas	17 a 19
Palmeira	15 a 18
Palmital	14 a 17
Pato Branco	15 a 18
Paula Freitas	15 a 18
Paulo Frontin	15 a 18
Piên	15 a 18
Pinhais	15 a 18
Pinhão	16 a 19
Piraquara	15 a 18
Pitanga	15 a 18
Ponta Grossa	15 a 18
Porto Amazonas	15 a 18
Porto Barreiro	15 a 18
Porto Vitória	16 a 19
Prudentópolis	15 a 18
Quedas do Iguaçu	15 a 18
Quitandinha	15 a 18
Rebouças	15 a 18
Renascença	15 a 18
Reserva	14 a 17
Reserva do Iguaçu	16 a 19
Rio Azul	15 a 18
Rio Bonito do Iguaçu	15 a 18
Rio Branco do Sul	15 a 18
Rio Negro	15 a 18
Santa Maria do Oeste	15 a 18
São João	15 a 18
São João do Triunfo	15 a 18
São Jorge d"Oeste	15 a 18
São José dos Pinhais	15 a 18
São Mateus do Sul	15 a 18
Saudade do Iguaçu	15 a 18
Sulina	15 a 18
Teixeira Soares	15 a 18
Tibagi	15 a 18
Tijucas do Sul	15 a 18
Turvo	15 a 18
União da Vitória	16 a 19
Verê	15 a 18
Virmond	15 a 18
Vitorino	15 a 18

PORTARIA Nº 232, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de cevada de sequeiro no Estado do Rio Grande do Sul, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A cevada (Hordeum vulgare L.) é uma importante opção de cultivo de inverno para os produtores de grãos da Região Sul do país. Por ser precoce e tolerante ao frio, pode ser semeada e colhida mais cedo que os demais cereais de inverno.

A cevada para fins cervejeiros é tradicionalmente cultivada nos três Estados da Região Sul. Genética, clima e manejo são determinantes para a produção de cevada com o padrão de qualidade para a malteação.

Condições climáticas adversas, como estiagens no período inicial de desenvolvimento da cultura da cevada, temperaturas altas no início do inverno, além de ocorrência de geada na floração e na formação de grãos e o excesso de chuva durante maturação e colheita são os principais fatores de risco no Rio Grande do Sul.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura para o cultivo da cevada de sequeiro, em condições de baixo risco, no Estado.

Para a identificação das áreas aptas e dos períodos de semeadura, foram adotados os seguintes critérios:

- Índice de satisfação da necessidade de água (ISNA) ≥ 0,55: índice expresso pela relação entre evapotranspiração real (ETr) e a evapotranspiração máxima da cultura (ETm) calculados na fase de floração e enchimento de grãos, para cada período de semeadura;

- Índice de Risco de Geada (IG) ≤ 60: índice baseado na frequência de ocorrência, no período crítico, de faixas de temperaturas mínimas absolutas (Tm), registradas em abrigo meteorológico, com a seguinte ponderação:

1) Tm entre 2 ºC e 0 ºC, peso 1

2) Tm entre 0 ºC e -2 ºC, peso 2

3) Tm abaixo de -2 ºC, peso 3

IG = 1 (f1) + 2 (f2) + 3 (f3)

Sendo f1, f2, f3 a frequência (%) de ocorrência de Tm, nas respectivas faixas acima descritas.

- Índice de Risco de Excesso de Chuva na Colheita (IC) ≤ 20: índice baseado na frequência (%) de ocorrência no período crítico, de forma isolada ou combinada, das seguintes situações:

1) chuva entre 75-150 mm e mais de 10 dias com chuva;

2) chuva maior do que 150 mm e mais de 5 dias com chuva.

Para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 120 dias); Grupo II (120 dias ≤ n ≤ 135 dias); e Grupo III (n > 135 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Considerou-se indicado o município que apresentou condição climática dentro dos critérios estabelecidos em, pelo menos, 80 % dos anos estudados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de cevada no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO II

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Aurine, BRS Quaranta, BRS Cauê, BRS Sampa, BRS Korbel e BRS BRAU;

FADISOL SEMILHA SEMENTES LTDA: Irina;

FAPA - FUNDAÇÃO AGRÁRIA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA: Danielle e ANA 02.

GRUPO III

FAPA - FUNDAÇÃO AGRÁRIA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA: ANAG 01.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no grupo I.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes e mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DOS GRUPOS I, II e III
	SOLOS TIPOS 2 e 3
Aceguá	15 a 21
Água Santa	15 a 20
Agudo	14 a 17
Ajuricaba	14 a 17
Almirante Tamandaré do Sul	14 a 17
Alpestre	14 a 17
Alto Alegre	14 a 17
Alto Feliz	16 a 20
Amaral Ferrador	14 a 20
Ametista do Sul	14 a 17
André da Rocha	16 a 20
Anta Gorda	15 a 20
Antônio Prado	17 a 21
Araricá	15 a 20
Aratiba	14 a 17
Arroio do Meio	15 a 20
Arroio do Tigre	14 a 17
Arroio Grande	14 a 20
Arvorezinha	15 a 20
Augusto Pestana	14 a 17
Áurea	15 a 20
Bagé	15 a 21
Barão	15 a 20
Barão de Cotegipe	15 a 20
Barra do Rio Azul	14 a 17
Barra Funda	14 a 17
Barracão	16 a 20
Barros Cassal	15 a 20
Benjamin Constant do Sul	14 a 17
Bento Gonçalves	16 a 20
Boa Vista das Missões	14 a 17
Boa Vista do Cadeado	14 a 17
Boa Vista do Incra	14 a 17
Boa Vista do Sul	15 a 20
Bom Jesus	17 a 21
Bom Princípio	15 a 20
Boqueirão do Leão	14 a 17
Bozano	14 a 17
Brochier	15 a 20
Caçapava do Sul	14 a 20
Cachoeira do Sul	14 a 17
Cacique Doble	15 a 20
Camargo	15 a 20
Cambará do Sul	17 a 21
Campestre da Serra	17 a 21
Campinas do Sul	15 a 20
Campo Bom	15 a 20
Campos Borges	14 a 17
Candelária	14 a 17
Candiota	15 a 21
Canela	16 a 20
Canguçu	14 a 21
Canudos do Vale	14 a 20
Capão Bonito do Sul	16 a 20
Capitão	15 a 20
Carazinho	14 a 17
Carlos Barbosa	15 a 20
Carlos Gomes	15 a 20
Casca	15 a 20
Caseiros	15 a 20
Catuípe	14 a 17
Caxias do Sul	17 a 21
Centenário	15 a 20
Cerrito	14 a 20
Cerro Branco	14 a 17
Cerro Grande	14 a 17
Chapada	14 a 17
Charrua	15 a 20
Chiapeta	14 a 17
Ciríaco	15 a 20
Colinas	15 a 20
Colorado	14 a 17
Condor	14 a 17
Constantina	14 a 17
Coqueiro Baixo	15 a 20
Coqueiros do Sul	14 a 17
Coronel Barros	14 a 17
Coronel Bicaco	14 a 17
Coronel Pilar	15 a 20
Cotiporã	15 a 20
Coxilha	15 a 20
Cristal do Sul	14 a 17
Cruz Alta	14 a 17
Cruzaltense	15 a 20
David Canabarro	15 a 20
Dois Irmãos	15 a 20
Dois Irmãos das Missões	14 a 17
Dois Lajeados	15 a 20
Dom Feliciano	14 a 20
Dom Pedrito	15 a 21
Dona Francisca	14 a 17
Doutor Ricardo	15 a 20
Encantado	15 a 20
Encruzilhada do Sul	14 a 20
Engenho Velho	14 a 17
Entre Rios do Sul	14 a 17
Entre-Ijuís	14 a 17
Erebango	15 a 20
Erechim	15 a 20
Ernestina	15 a 20
Erval Grande	14 a 17
Erval Seco	14 a 17
Esmeralda	17 a 21
Espumoso	14 a 17
Estação	15 a 20
Estância Velha	15 a 20
Estrela Velha	14 a 17
Eugênio de Castro	14 a 17
Fagundes Varela	15 a 20
Farroupilha	16 a 21
Faxinal do Soturno	14 a 17
Faxinalzinho	14 a 17
Feliz	15 a 20
Flores da Cunha	16 a 21
Floriano Peixoto	15 a 20
Fontoura Xavier	15 a 20
Formigueiro	14 a 17
Forquetinha	14 a 17
Fortaleza dos Valos	14 a 17
Frederico Westphalen	14 a 17
Garibaldi	15 a 20
Gaurama	15 a 20
Gentil	15 a 20
Getúlio Vargas	15 a 20
Gramado	16 a 20
Gramado dos Loureiros	14 a 17
Gramado Xavier	14 a 17
Guabiju	15 a 20
Guaporé	15 a 20
Harmonia	15 a 20
Herval	15 a 21
Herveiras	14 a 17
Hulha Negra	15 a 21
Ibarama	14 a 17
Ibiaçá	15 a 20
Ibiraiaras	15 a 20
Ibirapuitã	15 a 20
Ibirubá	14 a 17
Igrejinha	15 a 20
Ijuí	14 a 17
Ilópolis	15 a 20
Imigrante	15 a 20
Ipê	17 a 21
Ipiranga do Sul	15 a 20
Iraí	14 a 17
Itaara	14 a 17
Itapuca	15 a 20
Itatiba do Sul	14 a 17
Ivorá	14 a 17
Ivoti	15 a 20
Jaboticaba	14 a 17
Jacuizinho	14 a 17
Jacutinga	15 a 20
Jaquirana	17 a 21
Jari	14 a 17
Jóia	14 a 17
Júlio de Castilhos	14 a 17
Lagoa Bonita do Sul	14 a 17
Lagoa dos Três Cantos	14 a 17
Lagoa Vermelha	16 a 20
Lagoão	14 a 17
Lajeado	15 a 17
Lajeado do Bugre	14 a 17
Lavras do Sul	15 a 21
Liberato Salzano	14 a 17
Lindolfo Collor	15 a 20
Linha Nova	15 a 20
Machadinho	15 a 20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Maratá	15 a 20
Marau	15 a 20
Marcelino Ramos	15 a 20
Mariano Moro	15 a 20
Marques de Souza	15 a 20
Mato Castelhano	15 a 20
Maximiliano de Almeida	15 a 20
Montauri	15 a 20
Monte Alegre dos Campos	17 a 21
Monte Belo do Sul	15 a 20
Mormaço	15 a 20
Morro Reuter	15 a 20
Muçum	15 a 20
Muitos Capões	17 a 21
Muliterno	15 a 20
Não-Me-Toque	14 a 17
Nicolau Vergueiro	15 a 20
Nonoai	14 a 17
Nova Alvorada	15 a 20
Nova Araçá	15 a 20
Nova Bassano	15 a 20
Nova Boa Vista	14 a 17
Nova Brescia	15 a 20
Nova Hartz	15 a 20
Nova Pádua	16 a 21
Nova Palma	14 a 17
Nova Petrópolis	16 a 20
Nova Prata	16 a 20
Nova Ramada	14 a 17
Nova Roma do Sul	16 a 21
Novo Barreiro	14 a 17
Novo Cabrais	14 a 17
Novo Tiradentes	14 a 17
Novo Xingu	14 a 17
Paim Filho	15 a 20
Palmeira das Missões	14 a 17
Panambi	14 a 17
Pantano Grande	14 a 17
Paraí	15 a 20
Paraíso do Sul	14 a 17
Pareci Novo	15 a 20
Parobé	15 a 20
Passa Sete	14 a 17
Passo Fundo	15 a 20
Paulo Bento	15 a 20
Pedras Altas	15 a 21
Pedro Osório	14 a 20
Pejuçara	14 a 17
Picada Café	15 a 20
Pinhal	14 a 17
Pinhal da Serra	17 a 21
Pinhal Grande	14 a 17
Pinheiro Machado	15 a 21
Pinto Bandeira	16 a 20
Piratini	15 a 21
Planalto	14 a 17
Poço das Antas	15 a 20
Pontão	15 a 20
Ponte Preta	15 a 20
Pouso Novo	15 a 20
Presidente Lucena	15 a 20
Progresso	15 a 20
Protásio Alves	16 a 20
Putinga	15 a 20
Quatro Irmãos	15 a 20
Quevedos	14 a 17
Quinze de Novembro	14 a 17
Redentora	14 a 17
Relvado	15 a 20
Restinga Seca	14 a 17
Rio dos Índios	14 a 17
Rio Pardo	14 a 17
Roca Sales	15 a 20
Rodeio Bonito	14 a 17
Ronda Alta	14 a 17
Rondinha	14 a 17
Rosário do Sul	14 a 17
Sagrada Família	14 a 17
Saldanha Marinho	14 a 17
Salto do Jacuí	14 a 17
Salvador do Sul	15 a 20
Sananduva	15 a 20
Santa Bárbara do Sul	14 a 17
Santa Cecília do Sul	15 a 20
Santa Clara do Sul	14 a 17
Santa Cruz do Sul	14 a 17
Santa Margarida do Sul	14 a 17
Santa Maria do Herval	15 a 20
Santa Maria	14 a 17
Santa Tereza	15 a 20
Santana da Boa Vista	14 a 20
Santana do Livramento	14 a 17
Santo Ângelo	14 a 17
Santo Antônio do Palma	15 a 20
Santo Antônio do Planalto	14 a 17
Santo Augusto	14 a 17
Santo Expedito do Sul	15 a 20
São Domingos do Sul	15 a 20
São Francisco de Paula	17 a 21
São Gabriel	14 a 17
São João da Urtiga	15 a 20
São João do Polêsine	14 a 17
São Jorge	15 a 20
São José das Missões	14 a 17
São José do Herval	15 a 20
São José do Hortêncio	15 a 20
São José do Ouro	15 a 20
São José do Sul	15 a 20
São José dos Ausentes	17 a 21
São Marcos	17 a 21
São Martinho da Serra	14 a 17
São Miguel das Missões	14 a 17
São Pedro da Serra	15 a 20
São Pedro das Missões	14 a 17
São Sebastião do Caí	15 a 20
São Sepé	14 a 17
São Valentim	15 a 20
São Valentim do Sul	15 a 20
São Valério do Sul	14 a 17
São Vendelino	15 a 20
Sapiranga	15 a 20
Sarandi	14 a 17
Seberi	14 a 17
Segredo	14 a 17
Selbach	14 a 17
Serafina Correa	15 a 20
Sério	14 a 17
Sertão	15 a 20
Severiano de Almeida	15 a 20
Silveira Martins	14 a 17
Sinimbu	14 a 17
Sobradinho	14 a 17
Soledade	15 a 20
Tapejara	15 a 20
Tapera	14 a 17
Taquaruçu do Sul	14 a 17
Teutônia	15 a 20
Tio Hugo	15 a 20
Toropi	14 a 17
Travesseiro	15 a 20
Três Arroios	15 a 20
Três Coroas	16 a 20
Três Palmeiras	14 a 17
Trindade do Sul	14 a 17
Tunas	14 a 17
Tupanci do Sul	15 a 20
Tupanciretã	14 a 17
Tupandi	15 a 20
União da Serra	15 a 20
Vacaria	17 a 21
Vale do Sol	14 a 17
Vale Real	16 a 20
Vanini	15 a 20
Vera Cruz	14 a 17
Veranópolis	16 a 20
Vespasiano Correa	15 a 20
Viadutos	15 a 20
Victor Graeff	15 a 20
Vila Flores	16 a 20
Vila Lângaro	15 a 20
Vila Maria	15 a 20
Vila Nova do Sul	14 a 17
Vista Alegre	14 a 17
Vista Alegre do Prata	15 a 20
Vitória das Missões	14 a 17
Westfália	15 a 20

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 233, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de cevada de sequeiro no Estado de Santa Catarina, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A cevada (Hordeum vulgare L.) é uma importante opção de cultivo de inverno para os produtores de grãos da Região Sul do país. Por ser precoce e tolerante ao frio, pode ser semeada e colhida mais cedo que os demais cereais de inverno.

A cevada para fins cervejeiros é tradicionalmente cultivada nos três Estados da Região Sul. Genética, clima e manejo são determinantes para a produção de cevada com o padrão de qualidade para a malteação.

Condições climáticas adversas, como estiagens no período inicial de desenvolvimento da cultura da cevada, temperaturas altas, além de geadas, podem contribuir para uma redução significativa dos rendimentos da cultura no Estado.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura para o cultivo da cevada de sequeiro, em condições de baixo risco, no Estado.

Para caracterização da oferta hídrica foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação entre evapotranspiração real (ETr) e a evapotranspiração máxima da cultura (ETm). Foram calculados os valores médios do ISNA, na fase de floração e enchimento de grãos, para cada período de semeadura.

Para a identificação das áreas aptas e dos períodos de semeadura, foram adotados os seguintes critérios:

- ISNA igual ou maior que 0,55;
- Probabilidade superior a 80% de:

a) ocorrência de temperatura mínima média entre 4ºC e 12ºC nos decêndios 3º a 6º do ciclo;

b) ocorrência de temperatura média das mínimas superior a 3ºC entre os decêndios 7º e 8º do ciclo;

c) ocorrência de temperatura média inferior a 20ºC entre os decêndios 8º a 12º do ciclo; e

d) ocorrência de precipitação decendial inferior a 120 mm nos decêndios 11º e 12º do ciclo.

e) ciclo e fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 120 dias); Grupo II (120 dias ≤ n ≤ 135 dias); e Grupo III (n > 135 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Considerou-se indicado o município que apresentou condição climática dentro dos critérios estabelecidos em, pelo menos, 80% dos anos estudados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de cevada de sequeiro no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO II

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS BRAU, BRS Cauê, BRS Korbel, BRS Aurine e BRS Quaranta;

FADISOL SEMILHA SEMENTES LTDA: Irina;

FAPA - FUNDAÇÃO AGRÁRIA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA: ANA 02 e Danielle.

GRUPO III

FAPA - FUNDAÇÃO AGRÁRIA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA: ANAG 01.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento no grupo I.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes e mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I
	SOLOS TIPOS 2 e 3
Abdon Batista	15 a 20
Abelardo Luz	16 a 20
Agrolândia	13 a 20
Água Doce	16 a 22
Alto Bela Vista	13 a 18
Anita Garibaldi	15 a 20
Arabutã	14 a 17
Arroio Trinta	15 a 20
Arvoredo	14 a 17
Atalanta	13 a 20
Bela Vista do Toldo	16 a 22
Bocaina do Sul	16 a 23
Bom Jardim da Serra	18 a 24
Bom Jesus	14 a 18
Bom Jesus do Oeste	14 a 17
Bom Retiro	16 a 23
Braço do Trombudo	13 a 20
Brunópolis	15 a 20
Caçador	16 a 22
Calmon	16 a 22
Campo Alegre	13 a 20
Campo Belo do Sul	15 a 21
Campo Erê	14 a 18
Campos Novos	15 a 20
Canoinhas	13 a 20
Capão Alto	16 a 23
Capinzal	13 a 18
Catanduvas	15 a 21
Celso Ramos	15 a 20
Cerro Negro	15 a 21
Chapadão do Lageado	13 a 20
Chapecó	14 a 17
Concórdia	14 a 18
Cordilheira Alta	14 a 18
Coronel Freitas	14 a 17
Coronel Martins	14 a 17
Correia Pinto	15 a 21
Curitibanos	15 a 21
Entre Rios	14 a 17
Erval Velho	15 a 20
Faxinal dos Guedes	15 a 20
Formosa do Sul	14 a 17
Fraiburgo	15 a 21
Frei Rogério	15 a 20
Galvão	14 a 18
Herval d"Oeste	15 a 20
Ibiam	15 a 21
Ibicaré	15 a 20
Iomerê	15 a 20
Ipira	13 a 18
Ipuaçu	14 a 18
Ipumirim	15 a 20
Irani	15 a 20
Irati	14 a 17
Irineópolis	13 a 20
Itá	14 a 17
Itaiópolis	13 a 20
Jaborá	15 a 20
Jardinópolis	14 a 17
Joaçaba	15 a 20
Jupiá	14 a 18
Lacerdópolis	13 a 18
Lages	16 a 23
Lajeado Grande	14 a 18
Lebon Régis	16 a 22
Lindóia do Sul	15 a 20
Luzerna	15 a 20
Macieira	16 a 22
Mafra	13 a 20
Major Vieira	13 a 20
Marema	14 a 17
Matos Costa	16 a 22
Mirim Doce	13 a 20
Modelo	14 a 17
Monte Carlo	15 a 21
Monte Castelo	16 a 22
Novo Horizonte	14 a 17
Otacílio Costa	16 a 23
Ouro	13 a 18
Ouro Verde	16 a 20
Paial	14 a 17
Painel	18 a 24
Palma Sola	14 a 18
Palmeira	16 a 23

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Papanduva	13 a 20
Passos Maia	16 a 22
Peritiba	13 a 18
Petrolândia	13 a 20
Pinhalzinho	14 a 17
Pinheiro Preto	15 a 20
Piratuba	13 a 18
Ponte Alta	15 a 21
Ponte Alta do Norte	15 a 21
Ponte Serrada	16 a 22
Porto União	13 a 20
Pouso Redondo	13 a 20
Presidente Castelo Branco	15 a 20
Quilombo	14 a 17
Rio das Antas	15 a 20
Rio do Campo	13 a 20
Rio Negrinho	13 a 20
Rio Rufino	16 a 23
Saltinho	14 a 17
Salto Veloso	16 a 22
Santa Cecília	16 a 22
Santa Terezinha	13 a 20
Santa Terezinha do Progresso	14 a 17
Santiago do Sul	14 a 17
São Bento do Sul	13 a 20
São Bernardino	14 a 18
São Cristovão do Sul	15 a 21
São Domingos	14 a 18
São Joaquim	18 a 24
São José do Cerrito	15 a 21
São Lourenço do Oeste	14 a 18
Seara	14 a 18
Serra Alta	14 a 17
Sul Brasil	14 a 17
Tangará	15 a 21
Tigrinhos	14 a 17
Timbó Grande	16 a 22
Três Barras	13 a 20
Treze Tílias	15 a 21
Trombudo Central	13 a 20
União do Oeste	14 a 17
Urubici	18 a 24
Urupema	18 a 24
Vargeão	16 a 20
Vargem	15 a 20
Vargem Bonita	16 a 22
Videira	15 a 21
Xanxerê	15 a 20
Xavantina	14 a 18
Xaxim	14 a 18
Zortéa	13 a 18

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAPARA CULTIVARES DO GRUPO II e III
	SOLOS TIPOS 2 e 3
Abdon Batista	13 a 20
Abelardo Luz	15 a 18
Agrolândia	13 a 19
Água Doce	15 a 20
Alto Bela Vista	13 a 17
Anita Garibaldi	13 a 20
Arabutã	14 a 15
Arroio Trinta	13 a 18
Arvoredo	14 a 15
Atalanta	13 a 19
Bela Vista do Toldo	15 a 20
Bocaina do Sul	15 a 21
Bom Jardim da Serra	17 a 22
Bom Jesus	14 a 17
Bom Jesus do Oeste	14 a 15
Bom Retiro	15 a 21
Braço do Trombudo	13 a 19
Brunópolis	13 a 20
Caçador	15 a 20
Calmon	15 a 20
Campo Alegre	13 a 18
Campo Belo do Sul	14 a 20
Campo Erê	14 a 17
Campos Novos	13 a 20
Canoinhas	13 a 18
Capão Alto	15 a 21
Capinzal	13 a 17
Catanduvas	14 a 21
Celso Ramos	13 a 20
Cerro Negro	14 a 20
Chapadão do Lageado	13 a 19
Chapecó	14 a 15
Concórdia	14 a 17
Cordilheira Alta	14 a 17
Coronel Freitas	14 a 15
Coronel Martins	14 a 15
Correia Pinto	14 a 20
Curitibanos	14 a 20
Entre Rios	14 a 15
Erval Velho	13 a 20
Faxinal dos Guedes	13 a 18
Formosa do Sul	14 a 15
Fraiburgo	14 a 21
Frei Rogério	13 a 20
Galvão	14 a 17
Herval d"Oeste	13 a 18
Ibiam	14 a 21
Ibicaré	13 a 18
Iomerê	13 a 18
Ipira	13 a 17
Ipuaçu	14 a 17
Ipumirim	13 a 18
Irani	13 a 18
Irati	14 a 15
Irineópolis	13 a 18
Itá	14 a 15
Itaiópolis	13 a 18
Jaborá	13 a 18
Jardinópolis	14 a 15
Joaçaba	13 a 18
Jupiá	14 a 17
Lacerdópolis	13 a 17
Lages	15 a 21
Lajeado Grande	14 a 17
Lebon Régis	15 a 20
Lindóia do Sul	13 a 18
Luzerna	13 a 18
Macieira	15 a 20
Mafra	13 a 18
Major Vieira	13 a 18
Marema	14 a 15
Matos Costa	15 a 20
Mirim Doce	13 a 19
Modelo	14 a 15
Monte Carlo	14 a 21
Monte Castelo	15 a 20
Novo Horizonte	14 a 15
Otacílio Costa	15 a 21
Ouro	13 a 17
Ouro Verde	15 a 18
Paial	14 a 15
Painel	17 a 22
Palma Sola	14 a 17
Palmeira	15 a 21
Papanduva	13 a 18
Passos Maia	15 a 20
Peritiba	13 a 17
Petrolândia	13 a 19
Pinhalzinho	14 a 15
Pinheiro Preto	13 a 18
Piratuba	13 a 17
Ponte Alta	14 a 20
Ponte Alta do Norte	14 a 20
Ponte Serrada	15 a 20
Porto União	13 a 18
Pouso Redondo	13 a 19
Presidente Castelo Branco	13 a 18
Quilombo	14 a 15
Rio das Antas	13 a 18
Rio do Campo	13 a 19

Rio Negrinho	13 a 18
Rio Rufino	15 a 21
Saltinho	14 a 15
Salto Veloso	15 a 20
Santa Cecília	15 a 20
Santa Terezinha	13 a 18
Santa Terezinha do Progresso	14 a 15
Santiago do Sul	14 a 15
São Bento do Sul	13 a 18
São Bernardino	14 a 17
São Cristovão do Sul	14 a 20
São Domingos	14 a 17
São Joaquim	17 a 22
São José do Cerrito	14 a 20
São Lourenço do Oeste	14 a 17
Seara	14 a 17
Serra Alta	14 a 15
Sul Brasil	14 a 15
Tangará	14 a 21
Tigrinhos	14 a 15
Timbó Grande	15 a 20
Três Barras	13 a 18
Treze Tílias	14 a 21
Trombudo Central	13 a 19
União do Oeste	14 a 15
Urubici	17 a 22
Urupema	17 a 22
Vargeão	15 a 18
Vargem	13 a 20
Vargem Bonita	15 a 20
Videira	14 a 21
Xanxerê	13 a 18
Xavantina	14 a 17
Xaxim	14 a 17
Zortéa	13 a 20

PORTARIA Nº 234, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de cevada irrigada no Distrito Federal, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O cultivo da cevada (Hordeum vulgare L.), antes restrita às regiões de clima frio, está sendo desenvolvido em áreas de cerrado.

No Distrito Federal a produção de cevada, é uma importante opção tanto na rotação de culturas para a produção de grãos, como no aproveitamento de sua palha no sistema de plantio direto.

O cultivo da cevada em regime irrigado adaptou-se bem às condições edafoclimáticas do cerrado brasileiro, entretanto, a partir de sua expansão neste bioma, surgiram doenças causadas por fungos, vírus, bactérias ou nematóides que poderão prejudicar o aumento da área cultivada.

Irrigações muito frequentes ou água em excesso até o espigamento contribuem para o crescimento excessivo, enfraquecendo a planta, o que aumenta a possibilidade de acamamento ainda na fase vegetativa. A fase do emborrachamento-espigamento até o enchimento do grão é a que a planta necessita de maior quantidade de água.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os períodos de semeadura, para o cultivo de cevada irrigada, em condições de baixo risco climático no Distrito Federal.

Essa identificação foi realizada com a utilização dos seguintes critérios:

a) Temperatura mínima média durante todo o ciclo igual ou superior a 9ºC;

b) Temperatura máxima média na fase de floração igual ou inferior a 28ºC;

c) Probabilidade de ocorrência de geadas igual ou inferior a 25% na fase de floração (temperatura mínima absoluta no abrigo meteorológico igual ou inferior a 1ºC);

d) Precipitação média mensal no período de colheita menor do que 50 mm.

e) ciclo e fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 120 dias); Grupo II (120 dias ≤ n ≤ 135 dias); e Grupo III (n > 135 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

O Distrito Federal foi indicado por apresentar em mais de 20% de sua área, condições de temperatura e pluviosidade dentro dos critérios adotados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de cevada irrigada no Distrito Federal os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. PERÍODOS DE SEMEADURA

De 11 de abril a 31 de maio, para cultivares dos Grupos I, II e II.

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO II

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Manduri, BRS Itanema e BRS Sampa.

Com base nas informações prestadas pelo obtentor/mantenedor, nenhuma das cultivares indicadas para o Distrito Federal obteve enquadramento nos grupos I e III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes e mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

PORTARIA Nº 235, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de cevada irrigada no Estado de Goiás, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O cultivo da cevada (Hordeum vulgare L.), antes restrita às regiões de clima frio, está sendo desenvolvido em áreas de cerrado.

No Estado de Goiás a produção de cevada, é uma importante opção tanto na rotação de culturas para a produção de grãos, como no aproveitamento de sua palha no sistema de plantio direto.

O cultivo da cevada em regime irrigado adaptou-se bem às condições edafoclimáticas do cerrado brasileiro, entretanto, a partir de sua expansão, neste bioma, surgiram doenças causadas por fungos, vírus, bactérias ou nematóides que poderão prejudicar o aumento da área cultivada.

Irrigações muito frequentes ou água em excesso até o espigamento contribuem para o crescimento excessivo, enfraquecendo a planta, o que aumenta a possibilidade de acamamento ainda na fase vegetativa. A fase do emborrachamento-espigamento até o enchimento do grão é a que a planta necessita de maior quantidade de água.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios e os períodos de semeadura, para o cultivo de cevada irrigada, em condições de baixo risco climático no Estado.

Essa identificação foi realizada com a utilização dos seguintes critérios:

a) Temperatura mínima média durante todo o ciclo igual ou superior a 9ºC;

b) Temperatura máxima média na fase de floração igual ou inferior a 28ºC;

c) Probabilidade de ocorrência de geadas igual ou inferior a 25% na fase de floração (temperatura mínima absoluta no abrigo meteorológico igual ou inferior a 1ºC);

d) Precipitação média mensal no período de colheita menor do que 50 mm.

e) ciclo e fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 120 dias); Grupo II (120 dias ≤ n ≤ 135 dias); e Grupo III (n > 135 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Foram indicados os municípios que atenderam os critérios de temperatura e pluviosidade adotados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de cevada irrigada no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. PERÍODOS DE SEMEADURA

De 11 de abril a 31 de maio, para cultivares dos Grupos I, II e II.

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO II

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Manduri, BRS Itanema e BRS Sampa.

Com base nas informações prestadas pelo obtentor/mantenedor, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento nos grupos I e III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes e mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO

MUNICÍPIOS: Abadia de Goiás, Abadiânia, Acreúna, Adelândia, Água Fria de Goiás, Água Limpa, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Aloândia, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Americano do Brasil, Amorinópolis, Anápolis, Anhanguera, Anicuns, Aparecida de Goiânia, Aparecida do Rio Doce, Aporé, Araçu, Aragoiânia, Arenópolis, Aurilândia, Avelinópolis, Baliza, Barro Alto, Bela Vista de Goiás, Bom Jesus de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Buriti Alegre, Buriti de Goiás, Buritinópolis, Cabeceiras, Cachoeira Alta, Cachoeira de Goiás, Cachoeira Dourada, Caçu, Caiapônia, Caldas Novas, Caldazinha, Campestre de Goiás, Campinaçu, Campinorte, Campo Alegre de Goiás, Campo Limpo de Goiás, Campos Belos, Carmo do Rio Verde, Castelândia, Catalão, Caturaí, Cavalcante, Ceres, Cezarina, Chapadão do Céu, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Colinas do Sul, Córrego do Ouro, Corumbá de Goiás, Corumbaíba, Cristalina, Cristianópolis, Cromínia, Cumari, Damianópolis, Damolândia, Davinópolis, Diorama, Divinópolis de Goiás, Doverlândia, Edealina, Edéia, Faina, Fazenda Nova, Firminópolis, Flores de Goiás, Formosa, Formoso, Gameleira de Goiás, Goianápolis, Goiandira, Goianésia, Goiânia, Goianira, Goiás, Goiatuba, Guapó, Guaraíta, Guarani de Goiás, Guarinos, Heitoraí, Hidrolândia, Hidrolina, Iaciara, Indiara, Inhumas, Ipameri, Ipiranga de Goiás, Iporá, Israelândia, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itajá, Itapaci, Itapuranga, Itarumã, Itauçu, Itumbiara, Ivolândia, Jandaia, Jaraguá, Jataí, Jesúpolis, Joviânia, Leopoldo de Bulhões, Luziânia, Mairipotaba, Mambaí, Marzagão, Maurilândia, Mimoso de Goiás, Minaçu, Mineiros, Moiporá, Monte Alegre de Goiás, Montividiu, Morrinhos, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Nazário, Nerópolis, Niquelândia, Nova América, Nova Aurora, Nova Glória, Nova Iguaçu de Goiás, Nova Roma, Nova Veneza, Novo Gama, Orizona, Ouro Verde de Goiás, Ouvidor, Padre Bernardo, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palmelo, Palminópolis, Panamá, Paranaiguara, Paraúna, Perolândia, Petrolina de Goiás, Pilar de Goiás, Piracanjuba, Piranhas, Pirenóplis, Pires do Rio, Planaltina, Pontalina, Porteirão, Posse, Pro-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

fessor Jamil, Quirinópolis, Rialma, Rianápolis, Rio Quente, Rio Verde, Rubiataba, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, Santa Cruz de Goiás, Santa Helena de Goiás, Santa Isabel, Santa Rita do Araguaia, Santa Rita do Novo Destino, Santa Rosa de Goiás, Santo Antônio da Barra, Santo Antônio de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, São Domingos, São Francisco de Goiás, São João da Paraúna, São João D"Aliança, São Luís de Montes Belos, São Luíz do Norte, São Miguel do Passa Quatro, São Patrício, Senador Canedo, Serranópolis, Silvânia, Simolândia, Sítio D"Abadia, Taquaral de Goiás, Teresina de Goiás, Terezópolis de Goiás, Três Ranchos, Trindade, Turvânia, Turvelândia, Uruaçu, Uruana, Urutaí, Valparaíso de Goiás, Varjão, Vianópolis, Vicentinópolis, Vila Boa e Vila Propício.

PORTARIA Nº 236, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de cevada irrigada no Estado de Minas Gerais, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A cevada (Hordeum vulgare L.) é uma importante alternativa de cultivo de inverno, especialmente nos Estados das regiões sul e sudeste do país.

Nas regiões temperadas e subtropicais, os maiores riscos de perda de produção estão relacionados com a ocorrência de geadas, de seca no período de espigamento e com o excesso de chuvas no período de colheita. Nas regiões tropicais, os riscos de perdas decorrem do excesso de umidade e temperatura elevada durante o período do florescimento e enchimento dos grãos.

No Estado de Minas Gerais, de um modo geral, as condições climáticas durante o período de outono-inverno são favoráveis ao cultivo da cevada irrigada. Nessa época, as baixas temperaturas e umidade relativa do ar, bem como a ausência de chuvas na colheita, contribuem para melhor desenvolvimento da planta e menor incidência de pragas e doenças.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios e os períodos de semeadura, para o cultivo de cevada irrigada, em condições de baixo risco climático no Estado.

Essa identificação foi realizada com a utilização dos seguintes critérios:

a) Temperatura mínima média durante todo o ciclo igual ou superior a 9ºC;

b) Temperatura máxima média na fase de floração igual ou inferior a 28ºC;

c) Probabilidade de ocorrência de geadas igual ou inferior a 25% na fase de floração (temperatura mínima absoluta no abrigo meteorológico igual ou inferior a 1ºC);

d) Precipitação média mensal no período de colheita menor do que 50 mm.

e) ciclo e fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 120 dias); Grupo II (120 dias ≤ n ≤ 135 dias); e Grupo III (n > 135 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Foram indicados os municípios que atenderam os critérios de temperatura e pluviosidade adotados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de cevada irrigada no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO II

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Manduri, BRS Itanema e BRS Sampa.

Com base nas informações prestadas pelo obtentore/mantenedor, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento nos grupos I e III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes e mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I
	SOLOS TIPOS 1, 2 e 3
Abadia dos Dourados	11 a 15
Abaeté	11 a 15
Abre Campo	11 a 15
Acaiaca	11 a 15
Água Boa	11 a 15
Água Comprida	11 a 15
Aguanil	11 a 15
Águas Vermelhas	11 a 15
Alfenas	11 a 15
Alpinópolis	11 a 15
Alterosa	11 a 15
Alto Jequitibá	11 a 15
Alto Rio Doce	11 a 15
Alvarenga	11 a 15
Alvinópolis	11 a 15
Alvorada de Minas	11 a 15
Amparo do Serra	11 a 15
Angelândia	11 a 15
Antônio Dias	11 a 15
Araçaí	11 a 15
Aracitaba	11 a 15
Araçuaí	11 a 15
Araguari	11 a 15
Araponga	11 a 15
Araporã	11 a 13
Arapuá	11 a 15
Araújos	11 a 15
Araxá	11 a 15
Arceburgo	11 a 15
Arcos	11 a 15
Areado	11 a 15
Aricanduva	11 a 15
Arinos	11 a 13
Augusto de Lima	11 a 15
Baldim	11 a 15
Bambuí	11 a 15
Bandeira do Sul	11 a 15
Barão de Cocais	11 a 15
Barra Longa	11 a 15
Barroso	11 a 15
Bela Vista de Minas	11 a 15
Belmiro Braga	11 a 15
Belo Horizonte	11 a 15
Belo Vale	11 a 15
Berilo	11 a 15
Berizal	11 a 15
Betim	11 a 15
Bias Fortes	11 a 15
Bicas	11 a 15
Biquinhas	11 a 15
Boa Esperança	11 a 15
Bocaiúva	11 a 15
Bom Despacho	11 a 15
Bom Jesus da Penha	11 a 15
Bom Jesus do Amparo	11 a 15
Bom Sucesso	11 a 15
Bonfim	11 a 15
Bonfinópolis de Minas	11 a 15
Bonito de Minas	11 a 15
Borda da Mata	11 a 15
Botelhos	11 a 15
Botumirim	11 a 15
Brás Pires	11 a 15
Brasilândia de Minas	11 a 15
Brasília de Minas	11 a 15
Braúnas	11 a 15
Brumadinho	11 a 15
Buenópolis	11 a 15
Buritis	11 a 15
Buritizeiro	11 a 15
Cabeceira Grande	11 a 15
Cabo Verde	11 a 15
Cachoeira da Prata	11 a 15
Cachoeira de Minas	11 a 15
Cachoeira de Pajeú	11 a 15
Caetanópolis	11 a 15
Caeté	11 a 15
Caiana	11 a 15
Cajuri	11 a 15
Camacho	11 a 15
Cambuí	11 a 15
Cambuquira	11 a 15
Campanha	11 a 15
Campestre	11 a 15
Campina Verde	11 a 13
Campo Azul	11 a 15
Campo Belo	11 a 15
Campo do Meio	11 a 15
Campo Florido	11 a 15
Campos Altos	11 a 15
Campos Gerais	11 a 15
Cana Verde	11 a 15
Canaã	11 a 15
Canápolis	11 a 15
Candeias	11 a 15
Cantagalo	11 a 15
Caparaó	11 a 15
Capela Nova	11 a 15
Capelinha	11 a 15
Capetinga	11 a 15
Capim Branco	11 a 15
Capinópolis	11 a 13
Capitão Enéas	11 a 15
Capitólio	11 a 15
Caputira	11 a 15
Caraí	11 a 15
Caranaíba	11 a 15
Carandaí	11 a 15
Carangola	11 a 15
Caratinga	11 a 15
Carbonita	11 a 15
Careaçu	11 a 15
Carmésia	11 a 15
Carmo da Cachoeira	11 a 15
Carmo da Mata	11 a 15
Carmo de Minas	11 a 15
Carmo do Cajuru	11 a 15
Carmo do Paranaíba	11 a 15
Carmo do Rio Claro	11 a 15
Carmópolis de Minas	11 a 15
Carrancas	11 a 15
Carvalhópolis	11 a 15
Casa Grande	11 a 15
Cascalho Rico	11 a 15
Cássia	11 a 15
Catas Altas da Noruega	11 a 15
Catas Altas	11 a 15
Catuji	11 a 15
Catuti	11 a 15
Caxambu	11 a 15
Cedro do Abaeté	11 a 15
Centralina	11 a 13
Chácara	11 a 15
Chalé	11 a 15
Chapada do Norte	11 a 15
Chapada Gaúcha	11 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cipotânea	11 a 15
Claraval	11 a 15
Claro dos Poções	11 a 15
Cláudio	11 a 15
Coimbra	11 a 15
Coluna	11 a 15
Comendador Gomes	11 a 15
Comercinho	11 a 15
Conceição da Aparecida	11 a 15
Conceição da Barra de Minas	11 a 15
Conceição das Alagoas	11 a 15
Conceição do Mato Dentro	11 a 15
Conceição do Pará	11 a 15
Conceição do Rio Verde	11 a 15
Conceição dos Ouros	11 a 15
Cônego Marinho	11 a 15
Confins	11 a 15
Congonhal	11 a 15
Congonhas do Norte	11 a 15
Congonhas	11 a 15
Conquista	11 a 15
Conselheiro Lafaiete	11 a 15
Consolação	11 a 15
Contagem	11 a 15
Coqueiral	11 a 15
Coração de Jesus	11 a 15
Cordisburgo	11 a 15
Cordislândia	11 a 15
Corinto	11 a 15
Coroaci	11 a 15
Coromandel	11 a 15
Coronel Fabriciano	11 a 15
Coronel Murta	11 a 15
Coronel Pacheco	11 a 15
Coronel Xavier Chaves	11 a 15
Córrego Danta	11 a 15
Córrego Fundo	11 a 15
Couto de Magalhães de Minas	11 a 15
Cristais	11 a 15
Cristália	11 a 15
Cristiano Otoni	11 a 15
Crucilândia	11 a 15
Cruzeiro da Fortaleza	11 a 15
Cruzília	11 a 15
Curral de Dentro	11 a 15
Curvelo	11 a 15
Datas	11 a 15
Delfinópolis	11 a 15
Delta	11 a 15
Descoberto	11 a 15
Desterro de Entre Rios	11 a 15
Desterro do Melo	11 a 15
Diamantina	11 a 15
Diogo de Vasconcelos	11 a 15
Divinésia	11 a 15
Divino	11 a 15
Divinolândia de Minas	11 a 15
Divinópolis	11 a 15
Divisa Alegre	11 a 15
Divisa Nova	11 a 15
Divisópolis	11 a 15
Dom Bosco	11 a 15
Dom Joaquim	11 a 15
Dom Silvério	11 a 15
Dores de Campos	11 a 15
Dores de Guanhães	11 a 15
Dores do Indaiá	11 a 15
Dores do Turvo	11 a 15
Doresópolis	11 a 15
Douradoquara	11 a 15
Durandé	11 a 15
Elói Mendes	11 a 15
Engenheiro Navarro	11 a 15
Entre Folhas	11 a 15
Entre Rios de Minas	11 a 15
Ervália	11 a 15
Esmeraldas	11 a 15
Espera Feliz	11 a 15
Espinosa	11 a 15
Estiva	11 a 15
Estrela do Indaiá	11 a 15
Estrela do Sul	11 a 15
Eugenópolis	11 a 15
Ewbank da Câmara	11 a 15
Fama	11 a 15
Faria Lemos	11 a 15
Felício dos Santos	11 a 15
Felisburgo	11 a 15
Felixlândia	11 a 15
Ferros	11 a 15
Fervedouro	11 a 15
Florestal	11 a 15
Formiga	11 a 15
Formoso	11 a 15
Fortaleza de Minas	11 a 15
Fortuna de Minas	11 a 15
Francisco Dumont	11 a 15
Francisco Sá	11 a 15
Frei Lagonegro	11 a 15
Fruta de Leite	11 a 15
Frutal	11 a 15
Funilândia	11 a 15
Gameleiras	11 a 15
Glaucilândia	11 a 15
Goianá	11 a 15
Gonzaga	11 a 15
Gouveia	11 a 15
Grão Mogol	11 a 15
Grupiara	11 a 15
Guanhães	11 a 15
Guapé	11 a 15
Guaraciaba	11 a 15
Guaraciama	11 a 15
Guaranésia	11 a 15
Guarará	11 a 15
Guarda-Mor	11 a 15
Guaxupé	11 a 15
Guimarânia	11 a 15
Guiricema	11 a 15
Gurinhatã	11 a 13
Heliodora	11 a 15
Ibiá	11 a 15
Ibiaí	11 a 15
Ibiracatu	11 a 15
Ibiraci	11 a 15
Ibirité	11 a 15
Ibitiúra de Minas	11 a 15
Ibituruna	11 a 15
Icaraí de Minas	11 a 15
Igarapé	11 a 15
Igaratinga	11 a 15
Iguatama	11 a 15
Ijaci	11 a 15
Ilicínea	11 a 15
Imbé de Minas	11 a 15
Inconfidentes	11 a 15
Indaiabira	11 a 15
Indianópolis	11 a 15
Ingaí	11 a 15
Inhapim	11 a 15
Inhaúma	11 a 15
Inimutaba	11 a 15
Iraí de Minas	11 a 15
Itabira	11 a 15
Itabirinha de Mantena	11 a 15
Itabirito	11 a 15
Itacambira	11 a 15
Itacarambi	11 a 13
Itaguara	11 a 15
Itaipé	11 a 15
Itamarandiba	11 a 15
Itambé do Mato Dentro	11 a 15
Itamogi	11 a 15
Itaobim	11 a 15
Itapecerica	11 a 15
Itatiaiuçu	11 a 15
Itaú de Minas	11 a 15
Itaúna	11 a 15
Itaverava	11 a 15
Itinga	11 a 15
Ituiutaba	11 a 13
Itumirim	11 a 15
Itutinga	11 a 15
Jaboticatubas	11 a 15
Jacuí	11 a 15
Jacutinga	11 a 15
Jaguaraçu	11 a 15
Janaúba	11 a 15
Januária	11 a 15
Japaraíba	11 a 15
Japonvar	11 a 15
Jeceaba	11 a 15
Jenipapo de Minas	11 a 15
Jequeri	11 a 15
Jequitaí	11 a 15
Jequitibá	11 a 15
Jequitinhonha	11 a 15
Jesuânia	11 a 15
Joaíma	11 a 15
Joanésia	11 a 15
João Monlevade	11 a 15
João Pinheiro	11 a 15
Joaquim Felício	11 a 15
José Gonçalves de Minas	11 a 15
Josenópolis	11 a 15
Juatuba	11 a 15
Juiz de Fora	11 a 15
Juramento	11 a 15
Juruaia	11 a 15
Ladainha	11 a 15
Lagamar	11 a 15
Lagoa da Prata	11 a 15
Lagoa dos Patos	11 a 15
Lagoa Dourada	11 a 15
Lagoa Formosa	11 a 15
Lagoa Grande	11 a 15
Lagoa Santa	11 a 15
Lajinha	11 a 15
Lambari	11 a 15
Lamim	11 a 15
Lassance	11 a 15
Lavras	11 a 15
Leandro Ferreira	11 a 15
Leme do Prado	11 a 15
Lima Duarte	11 a 15
Lontra	11 a 15
Luisburgo	11 a 15
Luislândia	11 a 15
Luminárias	11 a 15
Luz	11 a 15
Machado	11 a 15
Madre de Deus de Minas	11 a 15
Malacacheta	11 a 15
Mamonas	11 a 15
Manga	11 a 13
Manhuaçu	11 a 15
Manhumirim	11 a 15
Mar de Espanha	11 a 15
Maravilhas	11 a 15
Mariana	11 a 15
Mário Campos	11 a 15
Maripá de Minas	11 a 15
Martinho Campos	11 a 15
Martins Soares	11 a 15
Mata Verde	11 a 15
Materlândia	11 a 15
Mateus Leme	11 a 15
Matias Barbosa	11 a 15
Matipó	11 a 15
Mato Verde	11 a 15
Matozinhos	11 a 15
Matutina	11 a 15
Medeiros	11 a 15
Medina	11 a 15
Mercês	11 a 15
Mesquita	11 a 15
Minas Novas	11 a 15
Minduri	11 a 15
Mirabela	11 a 15
Miradouro	11 a 15
Miraí	11 a 15
Miravânia	11 a 15
Moeda	11 a 15
Moema	11 a 15
Monjolos	11 a 15
Monsenhor Paulo	11 a 15
Montalvânia	11 a 13
Monte Alegre de Minas	11 a 15
Monte Azul	11 a 15
Monte Belo	11 a 15
Monte Carmelo	11 a 15
Monte Formoso	11 a 15
Monte Santo de Minas	11 a 15
Monte Sião	11 a 15
Montes Claros	11 a 15
Montezuma	11 a 15
Morada Nova de Minas	11 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Morro da Garça	11 a 15
Morro do Pilar	11 a 15
Muzambinho	11 a 15
Natalândia	11 a 15
Nazareno	11 a 15
Nepomuceno	11 a 15
Ninheira	11 a 15
Nova Belém	11 a 15
Nova Era	11 a 15
Nova Lima	11 a 15
Nova Ponte	11 a 15
Nova Porteirinha	11 a 15
Nova Resende	11 a 15
Nova Serrana	11 a 15
Nova União	11 a 15
Novo Cruzeiro	11 a 15
Novo Oriente de Minas	11 a 15
Novorizonte	11 a 15
Olaria	11 a 15
Olhos-d"Água	11 a 15
Olímpio Noronha	11 a 15
Oliveira Fortes	11 a 15
Oliveira	11 a 15
Onça de Pitangui	11 a 15
Oratórios	11 a 15
Orizânia	11 a 15
Ouro Branco	11 a 15
Ouro Fino	11 a 15
Ouro Preto	11 a 15
Ouro Verde de Minas	11 a 15
Padre Carvalho	11 a 15
Padre Paraíso	11 a 15
Pai Pedro	11 a 15
Paineiras	11 a 15
Pains	11 a 15
Paiva	11 a 15
Palmópolis	11 a 15
Papagaios	11 a 15
Pará de Minas	11 a 15
Paracatu	11 a 15
Paraguaçu	11 a 15
Paraopeba	11 a 15
Passa Tempo	11 a 15
Passabém	11 a 15
Passa-Vinte	11 a 15
Passos	11 a 15
Patis	11 a 15
Patos de Minas	11 a 15
Patrocínio	11 a 15
Paula Cândido	11 a 15
Paulistas	11 a 15
Peçanha	11 a 15
Pedra Azul	11 a 15
Pedra Bonita	11 a 15
Pedra do Anta	11 a 15
Pedra do Indaiá	11 a 15
Pedra Dourada	11 a 15
Pedralva	11 a 15
Pedras de Maria da Cruz	11 a 13
Pedrinópolis	11 a 15
Pedro Leopoldo	11 a 15
Pedro Teixeira	11 a 15
Pequeri	11 a 15
Pequi	11 a 15
Perdigão	11 a 15
Perdizes	11 a 15
Perdões	11 a 15
Piau	11 a 15
Piedade de Caratinga	11 a 15
Piedade do Rio Grande	11 a 15
Piedade dos Gerais	11 a 15
Pimenta	11 a 15
Pintópolis	11 a 13
Piracema	11 a 15
Pirajuba	11 a 15
Piranga	11 a 15
Piranguinho	11 a 15
Pirapora	11 a 15
Pitangui	11 a 15
Piumhi	11 a 15
Poço Fundo	11 a 15
Pompéu	11 a 15
Ponte Nova	11 a 15
Ponto Chique	11 a 15
Ponto dos Volantes	11 a 15
Porteirinha	11 a 15
Porto Firme	11 a 15
Poté	11 a 15
Pouso Alegre	11 a 15
Prados	11 a 15
Prata	11 a 15
Pratápolis	11 a 15
Pratinha	11 a 15
Presidente Bernardes	11 a 15
Presidente Juscelino	11 a 15
Presidente Kubitschek	11 a 15
Presidente Olegário	11 a 15
Prudente de Morais	11 a 15
Quartel Geral	11 a 15
Queluzito	11 a 15
Raposos	11 a 15
Raul Soares	11 a 15
Reduto	11 a 15
Resende Costa	11 a 15
Riachinho	11 a 15
Riacho dos Machados	11 a 15
Ribeirão das Neves	11 a 15
Ribeirão Vermelho	11 a 15
Rio Acima	11 a 15
Rio do Prado	11 a 15
Rio Espera	11 a 15
Rio Manso	11 a 15
Rio Paranaíba	11 a 15
Rio Pardo de Minas	11 a 15
Rio Piracicaba	11 a 15
Rio Pomba	11 a 15
Rio Preto	11 a 15
Rio Vermelho	11 a 15
Ritápolis	11 a 15
Romaria	11 a 15
Rosário da Limeira	11 a 15
Rubelita	11 a 15
Sabará	11 a 15
Sabinópolis	11 a 15
Sacramento	11 a 15
Salinas	11 a 15
Santa Bárbara do Leste	11 a 15
Santa Bárbara do Monte Verde	11 a 15
Santa Bárbara do Tugúrio	11 a 15
Santa Bárbara	11 a 15
Santa Cruz de Minas	11 a 15
Santa Cruz de Salinas	11 a 15
Santa Efigênia de Minas	11 a 15
Santa Fé de Minas	11 a 15
Santa Juliana	11 a 15
Santa Luzia	11 a 15
Santa Margarida	11 a 15
Santa Maria de Itabira	11 a 15
Santa Maria do Salto	11 a 15
Santa Maria do Suaçuí	11 a 15
Santa Rita de Jacutinga	11 a 15
Santa Rita de Minas	11 a 15
Santa Rita do Sapucaí	11 a 15
Santa Rosa da Serra	11 a 15
Santana da Vargem	11 a 15
Santana de Pirapama	11 a 15
Santana do Jacaré	11 a 15
Santana do Manhuaçu	11 a 15
Santana do Riacho	11 a 15
Santana dos Montes	11 a 15
Santo Antônio do Amparo	11 a 15
Santo Antônio do Aventureiro	11 a 15
Santo Antônio do Grama	11 a 15
Santo Antônio do Itambé	11 a 15
Santo Antônio do Jacinto	11 a 15
Santo Antônio do Monte	11 a 15
Santo Antônio do Retiro	11 a 15
Santo Antônio do Rio Abaixo	11 a 15
Santo Hipólito	11 a 15
Santos Dumont	11 a 15
São Bento Abade	11 a 15
São Brás do Suaçuí	11 a 15
São Domingos das Dores	11 a 15
São Domingos do Prata	11 a 15
São Félix de Minas	11 a 15
São Francisco	11 a 15
São Francisco de Paula	11 a 15
São Francisco do Glória	11 a 15
São Geraldo	11 a 15
São Gonçalo do Abaeté	11 a 15
São Gonçalo do Pará	11 a 15
São Gonçalo do Rio Abaixo	11 a 15
São Gonçalo do Rio Preto	11 a 15
São Gonçalo do Sapucaí	11 a 15
São Gotardo	11 a 15
São João Batista do Glória	11 a 15
São João da Lagoa	11 a 15
São João da Mata	11 a 15
São João da Ponte	11 a 15
São João das Missões	11 a 15
São João del Rei	11 a 15
São João do Manhuaçu	11 a 15
São João do Pacuí	11 a 15
São João do Paraíso	11 a 15
São João Evangelista	11 a 15
São Joaquim de Bicas	11 a 15
São José da Barra	11 a 15
São José da Lapa	11 a 15
São José da Varginha	11 a 15
São José do Alegre	11 a 15
São José do Jacuri	11 a 15
São Lourenço	11 a 15
São Miguel do Anta	11 a 15
São Pedro da União	11 a 15
São Pedro do Suaçuí	11 a 15
São Romão	11 a 13
São Roque de Minas	11 a 15
São Sebastião da Bela Vista	11 a 15
São Sebastião da Vargem Alegre	11 a 15
São Sebastião do Anta	11 a 15
São Sebastião do Maranhão	11 a 15
São Sebastião do Oeste	11 a 15
São Sebastião do Paraíso	11 a 15
São Sebastião do Rio Preto	11 a 15
São Sebastião do Rio Verde	11 a 15
São Thomé das Letras	11 a 15
São Tiago	11 a 15
São Tomás de Aquino	11 a 15
São Vicente de Minas	11 a 15
Sardoá	11 a 15
Sarzedo	11 a 15
Senador Cortes	11 a 15
Senador Firmino	11 a 15
Senador José Bento	11 a 15
Senador Modestino Gonçalves	11 a 15
Senhora de Oliveira	11 a 15
Senhora do Porto	11 a 15
Senhora dos Remédios	11 a 15
Sericita	11 a 15
Serra Azul de Minas	11 a 15
Serra da Saudade	11 a 15
Serra do Salitre	11 a 15
Serrania	11 a 15
Serranópolis de Minas	11 a 15
Serranos	11 a 15
Serro	11 a 15
Sete Lagoas	11 a 15
Setubinha	11 a 15
Silveirânia	11 a 15
Silvianópolis	11 a 15
Simonésia	11 a 15
Soledade de Minas	11 a 15
Tabuleiro	11 a 15
Taiobeiras	11 a 15
Tapira	11 a 15
Tapiraí	11 a 15
Taquaraçu de Minas	11 a 15
Teixeiras	11 a 15
Tiradentes	11 a 15
Tiros	11 a 15
Três Corações	11 a 15
Três Marias	11 a 15
Três Pontas	11 a 15
Tupaciguara	11 a 15
Turmalina	11 a 15
Turvolândia	11 a 15
Ubaí	11 a 15
Ubaporanga	11 a 15
Uberaba	11 a 15
Uberlândia	11 a 15
Unaí	11 a 15
Uruana de Minas	11 a 15
Urucuia	11 a 13
Vargem Bonita	11 a 15
Vargem Grande do Rio Pardo	11 a 15
Varginha	11 a 15
Varjão de Minas	11 a 15
Várzea da Palma	11 a 15
Varzelândia	11 a 15
Vazante	11 a 15
Verdelândia	11 a 15
Veredinha	11 a 15
Veríssimo	11 a 15
Vermelho Novo	11 a 15
Vespasiano	11 a 15
Viçosa	11 a 15
Vieiras	11 a 15
Virgem da Lapa	11 a 15
Virginópolis	11 a 15
Virgolândia	11 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II
	SOLOS TIPOS 1, 2 e 3
Abadia dos Dourados	11 a 15
Abaeté	11 a 15
Abre Campo	11 a 15
Acaiaca	11 a 15
Água Boa	11 a 15
Água Comprida	11 a 15
Aguanil	11 a 15
Águas Vermelhas	11 a 15
Alfenas	11 a 15
Alpinópolis	11 a 15
Alterosa	11 a 15
Alto Jequitibá	11 a 15
Alto Rio Doce	11 a 15
Alvarenga	11 a 15
Alvinópolis	11 a 15
Alvorada de Minas	11 a 15
Amparo do Serra	11 a 15
Angelândia	11 a 15
Antônio Dias	11 a 15
Araçaí	11 a 15
Aracitaba	11 a 15
Araçuaí	11 a 15
Araguari	11 a 15
Araponga	11 a 15
Arapuá	11 a 15
Araújos	11 a 15
Araxá	11 a 15
Arceburgo	11 a 15
Arcos	11 a 15
Areado	11 a 15
Aricanduva	11 a 15
Arinos	11 e 12
Augusto de Lima	11 a 15
Baldim	11 a 15
Bambuí	11 a 15
Bandeira do Sul	11 a 15
Barão de Cocais	11 a 15
Barra Longa	11 a 15
Barroso	11 a 15
Bela Vista de Minas	11 a 15
Belmiro Braga	11 a 15
Belo Horizonte	11 a 15
Belo Vale	11 a 15
Berilo	11 a 15
Berizal	11 a 15
Betim	11 a 15
Bias Fortes	11 a 15
Bicas	11 a 15
Biquinhas	11 a 15
Boa Esperança	11 a 15
Bocaiúva	11 a 15
Bom Despacho	11 a 15
Bom Jesus da Penha	11 a 15
Bom Jesus do Amparo	11 a 15
Bom Sucesso	11 a 15
Bonfim	11 a 15
Bonfinópolis de Minas	11 a 15
Bonito de Minas	11 a 14
Borda da Mata	11 a 15
Botelhos	11 a 15
Botumirim	11 a 15
Brás Pires	11 a 15
Brasilândia de Minas	11 a 14
Brasília de Minas	11 a 15
Braúnas	11 a 15
Brumadinho	11 a 15
Buenópolis	11 a 15
Buritis	11 a 14
Buritizeiro	11 a 15
Cabeceira Grande	11 a 14
Cabo Verde	11 a 15
Cachoeira da Prata	11 a 15
Cachoeira de Minas	11 a 15
Cachoeira de Pajeú	11 a 15
Caetanópolis	11 a 15
Caeté	11 a 15
Caiana	11 a 15
Cajuri	11 a 15
Camacho	11 a 15
Cambuí	11 a 15
Cambuquira	11 a 15
Campanha	11 a 15
Campestre	11 a 15
Campina Verde	11 e 12
Campo Azul	11 a 15
Campo Belo	11 a 15
Campo do Meio	11 a 15
Campo Florido	11 a 15
Campos Altos	11 a 15
Campos Gerais	11 a 15
Cana Verde	11 a 15
Canaã	11 a 15
Canápolis	11 a 14
Candeias	11 a 15
Cantagalo	11 a 15
Caparaó	11 a 15
Capela Nova	11 a 15
Capelinha	11 a 15
Capetinga	11 a 15
Capim Branco	11 a 15
Capitão Enéas	11 a 15
Capitólio	11 a 15
Caputira	11 a 15
Caraí	11 a 15
Caranaíba	11 a 15
Carandaí	11 a 15
Carangola	11 a 15
Caratinga	11 a 15
Carbonita	11 a 15
Careaçu	11 a 15
Carmésia	11 a 15
Carmo da Cachoeira	11 a 15
Carmo da Mata	11 a 15
Carmo de Minas	11 a 15
Carmo do Cajuru	11 a 15
Carmo do Paranaíba	11 a 15
Carmo do Rio Claro	11 a 15
Carmópolis de Minas	11 a 15
Carrancas	11 a 15
Carvalhópolis	11 a 15
Casa Grande	11 a 15
Cascalho Rico	11 a 15
Cássia	11 a 15
Catas Altas da Noruega	11 a 15
Catas Altas	11 a 15
Catuji	11 a 15
Catuti	11 a 14
Caxambu	11 a 15
Cedro do Abaeté	11 a 15
Centralina	11 e 12
Chácara	11 a 15
Chalé	11 a 15
Chapada do Norte	11 a 15
Chapada Gaúcha	11 a 14
Cipotânea	11 a 15
Claraval	11 a 15
Claro dos Poções	11 a 15
Cláudio	11 a 15
Coimbra	11 a 15
Coluna	11 a 15
Comendador Gomes	11 a 14
Comercinho	11 a 15
Conceição da Aparecida	11 a 15
Conceição da Barra de Minas	11 a 15
Conceição das Alagoas	11 a 15
Conceição do Mato Dentro	11 a 15
Conceição do Pará	11 a 15
Conceição do Rio Verde	11 a 15
Conceição dos Ouros	11 a 15
Cônego Marinho	11 a 15
Confins	11 a 15
Congonhal	11 a 15
Congonhas do Norte	11 a 15
Congonhas	11 a 15
Conquista	11 a 15
Conselheiro Lafaiete	11 a 15
Consolação	11 a 15
Contagem	11 a 15
Coqueiral	11 a 15
Coração de Jesus	11 a 15
Cordisburgo	11 a 15
Cordislândia	11 a 15
Corinto	11 a 15
Coroaci	11 a 15
Coromandel	11 a 15
Coronel Fabriciano	11 a 15
Coronel Murta	11 a 15
Coronel Pacheco	11 a 15
Coronel Xavier Chaves	11 a 15
Córrego Danta	11 a 15
Córrego Fundo	11 a 15
Couto de Magalhães de Minas	11 a 15
Cristais	11 a 15
Cristália	11 a 15
Cristiano Otoni	11 a 15
Crucilândia	11 a 15
Cruzeiro da Fortaleza	11 a 15
Cruzília	11 a 15
Curral de Dentro	11 a 15
Curvelo	11 a 15
Datas	11 a 15
Delfinópolis	11 a 15
Delta	11 a 15
Descoberto	11 a 15
Desterro de Entre Rios	11 a 15
Desterro do Melo	11 a 15
Diamantina	11 a 15
Diogo de Vasconcelos	11 a 15
Divinésia	11 a 15
Divino	11 a 15
Divinolândia de Minas	11 a 15
Divinópolis	11 a 15
Divisa Alegre	11 a 15
Divisa Nova	11 a 15
Divisópolis	11 a 15
Dom Bosco	11 a 14
Dom Joaquim	11 a 15
Dom Silvério	11 a 15
Dores de Campos	11 a 15
Dores de Guanhães	11 a 15
Dores do Indaiá	11 a 15
Dores do Turvo	11 a 15
Doresópolis	11 a 15
Douradoquara	11 a 15
Durandé	11 a 15
Elói Mendes	11 a 15
Engenheiro Navarro	11 a 15
Entre Folhas	11 a 15
Entre Rios de Minas	11 a 15
Ervália	11 a 15
Esmeraldas	11 a 15
Espera Feliz	11 a 15
Espinosa	11 a 15
Estiva	11 a 15
Estrela do Indaiá	11 a 15
Estrela do Sul	11 a 15
Eugenópolis	11 a 15
Ewbank da Câmara	11 a 15
Fama	11 a 15
Faria Lemos	11 a 15
Felício dos Santos	11 a 15
Felisburgo	11 a 15
Felixlândia	11 a 15
Ferros	11 a 15
Fervedouro	11 a 15
Florestal	11 a 15
Formiga	11 a 15
Formoso	11 a 14
Fortaleza de Minas	11 a 15
Fortuna de Minas	11 a 15
Francisco Dumont	11 a 15
Francisco Sá	11 a 15
Frei Lagonegro	11 a 15
Fruta de Leite	11 a 15
Frutal	11 a 14
Funilândia	11 a 15
Gameleiras	11 a 14
Glaucilândia	11 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Goianá	11 a 15
Gonzaga	11 a 15
Gouveia	11 a 15
Grão Mogol	11 a 15
Grupiara	11 a 15
Guanhães	11 a 15
Guapé	11 a 15
Guaraciaba	11 a 15
Guaraciama	11 a 15
Guaranésia	11 a 15
Guarará	11 a 15
Guarda-Mor	11 a 15
Guaxupé	11 a 15
Guimarânia	11 a 15
Guiricema	11 a 15
Gurinhatã	11 e 12
Heliodora	11 a 15
Ibiá	11 a 15
Ibiaí	11 a 15
Ibiracatu	11 a 15
Ibiraci	11 a 15
Ibirité	11 a 15
Ibitiúra de Minas	11 a 15
Ibituruna	11 a 15
Icaraí de Minas	11 a 14
Igarapé	11 a 15
Igaratinga	11 a 15
Iguatama	11 a 15
Ijaci	11 a 15
Ilicínea	11 a 15
Imbé de Minas	11 a 15
Inconfidentes	11 a 15
Indaiabira	11 a 15
Indianópolis	11 a 15
Ingaí	11 a 15
Inhapim	11 a 15
Inhaúma	11 a 15
Inimutaba	11 a 15
Iraí de Minas	11 a 15
Itabira	11 a 15
Itabirinha de Mantena	11 a 15
Itabirito	11 a 15
Itacambira	11 a 15
Itacarambi	11 e 12
Itaguara	11 a 15
Itaipé	11 a 15
Itamarandiba	11 a 15
Itambé do Mato Dentro	11 a 15
Itamogi	11 a 15
Itaobim	11 a 15
Itapecerica	11 a 15
Itatiaiuçu	11 a 15
Itaú de Minas	11 a 15
Itaúna	11 a 15
Itaverava	11 a 15
Itinga	11 a 15
Ituiutaba	11 e 12
Itumirim	11 a 15
Itutinga	11 a 15
Jaboticatubas	11 a 15
Jacuí	11 a 15
Jacutinga	11 a 15
Jaguaraçu	11 a 15
Janaúba	11 a 14
Januária	11 a 14
Japaraíba	11 a 15
Japonvar	11 a 15
Jeceaba	11 a 15
Jenipapo de Minas	11 a 15
Jequeri	11 a 15
Jequitaí	11 a 15
Jequitibá	11 a 15
Jequitinhonha	11 a 15
Jesuânia	11 a 15
Joaíma	11 a 15
Joanésia	11 a 15
João Monlevade	11 a 15
João Pinheiro	11 a 15
Joaquim Felício	11 a 15
José Gonçalves de Minas	11 a 15
Josenópolis	11 a 15
Juatuba	11 a 15
Juiz de Fora	11 a 15
Juramento	11 a 15
Juruaia	11 a 15
Ladainha	11 a 15
Lagamar	11 a 15
Lagoa da Prata	11 a 15
Lagoa dos Patos	11 a 15
Lagoa Dourada	11 a 15
Lagoa Formosa	11 a 15
Lagoa Grande	11 a 14
Lagoa Santa	11 a 15
Lajinha	11 a 15
Lambari	11 a 15
Lamim	11 a 15
Lassance	11 a 15
Lavras	11 a 15
Leandro Ferreira	11 a 15
Leme do Prado	11 a 15
Lima Duarte	11 a 15
Lontra	11 a 15
Luisburgo	11 a 15
Luislândia	11 a 15
Luminárias	11 a 15
Luz	11 a 15
Machado	11 a 15
Madre de Deus de Minas	11 a 15
Malacacheta	11 a 15
Mamonas	11 a 15
Manhuaçu	11 a 15
Manhumirim	11 a 15
Mar de Espanha	11 a 15
Maravilhas	11 a 15
Mariana	11 a 15
Mário Campos	11 a 15
Maripá de Minas	11 a 15
Martinho Campos	11 a 15
Martins Soares	11 a 15
Mata Verde	11 a 15
Materlândia	11 a 15
Mateus Leme	11 a 15
Matias Barbosa	11 a 15
Matipó	11 a 15
Mato Verde	11 a 15
Matozinhos	11 a 15
Matutina	11 a 15
Medeiros	11 a 15
Medina	11 a 15
Mercês	11 a 15
Mesquita	11 a 15
Minas Novas	11 a 15
Minduri	11 a 15
Mirabela	11 a 15
Miradouro	11 a 15
Miraí	11 a 15
Miravânia	11 a 14
Moeda	11 a 15
Moema	11 a 15
Monjolos	11 a 15
Monsenhor Paulo	11 a 15
Monte Alegre de Minas	11 a 15
Monte Azul	11 a 15
Monte Belo	11 a 15
Monte Carmelo	11 a 15
Monte Formoso	11 a 15
Monte Santo de Minas	11 a 15
Monte Sião	11 a 15
Montes Claros	11 a 15
Montezuma	11 a 15
Morada Nova de Minas	11 a 15
Morro da Garça	11 a 15
Morro do Pilar	11 a 15
Muzambinho	11 a 15
Natalândia	11 a 14
Nazareno	11 a 15
Nepomuceno	11 a 15
Ninheira	11 a 15
Nova Belém	11 a 15
Nova Era	11 a 15
Nova Lima	11 a 15
Nova Ponte	11 a 15
Nova Porteirinha	11 a 14
Nova Resende	11 a 15
Nova Serrana	11 a 15
Nova União	11 a 15
Novo Cruzeiro	11 a 15
Novo Oriente de Minas	11 a 15
Novorizonte	11 a 15
Olaria	11 a 15
Olhos-d"Água	11 a 15
Olímpio Noronha	11 a 15
Oliveira Fortes	11 a 15
Oliveira	11 a 15
Onça de Pitangui	11 a 15
Oratórios	11 a 15
Orizânia	11 a 15
Ouro Branco	11 a 15
Ouro Fino	11 a 15
Ouro Preto	11 a 15
Ouro Verde de Minas	11 a 15
Padre Carvalho	11 a 15
Padre Paraíso	11 a 15
Pai Pedro	11 a 14
Paineiras	11 a 15
Pains	11 a 15
Paiva	11 a 15
Palmópolis	11 a 15
Papagaios	11 a 15
Pará de Minas	11 a 15
Paracatu	11 a 14
Paraguaçu	11 a 15
Paraopeba	11 a 15
Passa Tempo	11 a 15
Passabém	11 a 15
Passa-Vinte	11 a 15
Passos	11 a 15
Patis	11 a 15
Patos de Minas	11 a 15
Patrocínio	11 a 15
Paula Cândido	11 a 15
Paulistas	11 a 15
Peçanha	11 a 15
Pedra Azul	11 a 15
Pedra Bonita	11 a 15
Pedra do Anta	11 a 15
Pedra do Indaiá	11 a 15
Pedra Dourada	11 a 15
Pedralva	11 a 15
Pedras de Maria da Cruz	11 e 12
Pedrinópolis	11 a 15
Pedro Leopoldo	11 a 15
Pedro Teixeira	11 a 15
Pequeri	11 a 15
Pequi	11 a 15
Perdigão	11 a 15
Perdizes	11 a 15
Perdões	11 a 15
Piau	11 a 15
Piedade de Caratinga	11 a 15
Piedade do Rio Grande	11 a 15
Piedade dos Gerais	11 a 15
Pimenta	11 a 15
Pintópolis	11 e 12
Piracema	11 a 15
Pirajuba	11 a 14
Piranga	11 a 15
Piranguinho	11 a 15
Pirapora	11 a 15
Pitangui	11 a 15
Piumhi	11 a 15
Poço Fundo	11 a 15
Pompéu	11 a 15
Ponte Nova	11 a 15
Ponto Chique	11 a 14
Ponto dos Volantes	11 a 15
Porteirinha	11 a 15
Porto Firme	11 a 15
Poté	11 a 15
Pouso Alegre	11 a 15
Prados	11 a 15
Prata	11 a 15
Pratápolis	11 a 15
Pratinha	11 a 15
Presidente Bernardes	11 a 15
Presidente Juscelino	11 a 15
Presidente Kubitschek	11 a 15
Presidente Olegário	11 a 15
Prudente de Morais	11 a 15
Quartel Geral	11 a 15
Queluzito	11 a 15
Raposos	11 a 15
Raul Soares	11 a 15
Reduto	11 a 15
Resende Costa	11 a 15
Riachinho	11 a 14
Riacho dos Machados	11 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ribeirão das Neves	11 a 15
Ribeirão Vermelho	11 a 15
Rio Acima	11 a 15
Rio do Prado	11 a 15
Rio Espera	11 a 15
Rio Manso	11 a 15
Rio Paranaíba	11 a 15
Rio Pardo de Minas	11 a 15
Rio Piracicaba	11 a 15
Rio Pomba	11 a 15
Rio Preto	11 a 15
Rio Vermelho	11 a 15
Ritápolis	11 a 15
Romaria	11 a 15
Rosário da Limeira	11 a 15
Rubelita	11 a 15
Sabará	11 a 15
Sabinópolis	11 a 15
Sacramento	11 a 15
Salinas	11 a 15
Santa Bárbara do Leste	11 a 15
Santa Bárbara do Monte Verde	11 a 15
Santa Bárbara do Tugúrio	11 a 15
Santa Bárbara	11 a 15
Santa Cruz de Minas	11 a 15
Santa Cruz de Salinas	11 a 15
Santa Efigênia de Minas	11 a 15
Santa Fé de Minas	11 a 14
Santa Juliana	11 a 15
Santa Luzia	11 a 15
Santa Margarida	11 a 15
Santa Maria de Itabira	11 a 15
Santa Maria do Salto	11 a 15
Santa Maria do Suaçuí	11 a 15
Santa Rita de Jacutinga	11 a 15
Santa Rita de Minas	11 a 15
Santa Rita do Sapucaí	11 a 15
Santa Rosa da Serra	11 a 15
Santana da Vargem	11 a 15
Santana de Pirapama	11 a 15
Santana do Jacaré	11 a 15
Santana do Manhuaçu	11 a 15
Santana do Riacho	11 a 15
Santana dos Montes	11 a 15
Santo Antônio do Amparo	11 a 15
Santo Antônio do Aventureiro	11 a 15
Santo Antônio do Grama	11 a 15
Santo Antônio do Itambé	11 a 15
Santo Antônio do Jacinto	11 a 15
Santo Antônio do Monte	11 a 15
Santo Antônio do Retiro	11 a 15
Santo Antônio do Rio Abaixo	11 a 15
Santo Hipólito	11 a 15
Santos Dumont	11 a 15
São Bento Abade	11 a 15
São Brás do Suaçuí	11 a 15
São Domingos das Dores	11 a 15
São Domingos do Prata	11 a 15
São Félix de Minas	11 a 15
São Francisco	11 a 14
São Francisco de Paula	11 a 15
São Francisco do Glória	11 a 15
São Geraldo	11 a 15
São Gonçalo do Abaeté	11 a 15
São Gonçalo do Pará	11 a 15
São Gonçalo do Rio Abaixo	11 a 15
São Gonçalo do Rio Preto	11 a 15
São Gonçalo do Sapucaí	11 a 15
São Gotardo	11 a 15
São João Batista do Glória	11 a 15
São João da Lagoa	11 a 15
São João da Mata	11 a 15
São João da Ponte	11 a 15
São João das Missões	11 a 14
São João del Rei	11 a 15
São João do Manhuaçu	11 a 15
São João do Pacuí	11 a 15
São João do Paraíso	11 a 15
São João Evangelista	11 a 15
São Joaquim de Bicas	11 a 15
São José da Barra	11 a 15
São José da Lapa	11 a 15
São José da Varginha	11 a 15
São José do Alegre	11 a 15
São José do Jacuri	11 a 15
São Lourenço	11 a 15
São Miguel do Anta	11 a 15
São Pedro da União	11 a 15
São Pedro do Suaçuí	11 a 15
São Romão	11 e 12
São Roque de Minas	11 a 15
São Sebastião da Bela Vista	11 a 15
São Sebastião da Vargem Alegre	11 a 15
São Sebastião do Anta	11 a 15
São Sebastião do Maranhão	11 a 15
São Sebastião do Oeste	11 a 15
São Sebastião do Paraíso	11 a 15
São Sebastião do Rio Preto	11 a 15
São Sebastião do Rio Verde	11 a 15
São Thomé das Letras	11 a 15
São Tiago	11 a 15
São Tomás de Aquino	11 a 15
São Vicente de Minas	11 a 15
Sardoá	11 a 15
Sarzedo	11 a 15
Senador Cortes	11 a 15
Senador Firmino	11 a 15
Senador José Bento	11 a 15
Senador Modestino Gonçalves	11 a 15
Senhora de Oliveira	11 a 15
Senhora do Porto	11 a 15
Senhora dos Remédios	11 a 15
Sericita	11 a 15
Serra Azul de Minas	11 a 15
Serra da Saudade	11 a 15
Serra do Salitre	11 a 15
Serrania	11 a 15
Serranópolis de Minas	11 a 15
Serranos	11 a 15
Serro	11 a 15
Sete Lagoas	11 a 15
Setubinha	11 a 15
Silveirânia	11 a 15
Silvianópolis	11 a 15
Simonésia	11 a 15
Soledade de Minas	11 a 15
Tabuleiro	11 a 15
Taiobeiras	11 a 15
Tapira	11 a 15
Tapiraí	11 a 15
Taquaraçu de Minas	11 a 15
Teixeiras	11 a 15
Tiradentes	11 a 15
Tiros	11 a 15
Três Corações	11 a 15
Três Marias	11 a 15
Três Pontas	11 a 15
Tupaciguara	11 a 15
Turmalina	11 a 15
Turvolândia	11 a 15
Ubaí	11 a 14
Ubaporanga	11 a 15
Uberaba	11 a 15
Uberlândia	11 a 15
Unaí	11 a 14
Uruana de Minas	11 a 14
Urucuia	11 e 12
Vargem Bonita	11 a 15
Vargem Grande do Rio Pardo	11 a 15
Varginha	11 a 15
Varjão de Minas	11 a 15
Várzea da Palma	11 a 15
Varzelândia	11 a 15
Vazante	11 a 15
Verdelândia	11 a 14
Veredinha	11 a 15
Veríssimo	11 a 15
Vermelho Novo	11 a 15
Vespasiano	11 a 15
Viçosa	11 a 15
Vieiras	11 a 15
Virgem da Lapa	11 a 15
Virginópolis	11 a 15
Virgolândia	11 a 15

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III
	SOLOS TIPOS 1, 2 e 3
Abadia dos Dourados	11 a 15
Abaeté	11 a 15
Abre Campo	11 a 15
Acaiaca	11 a 15
Água Boa	11 a 15
Água Comprida	11 a 14
Aguanil	11 a 15
Águas Vermelhas	11 a 15
Alfenas	11 a 15
Alpinópolis	11 a 15
Alterosa	11 a 15
Alto Jequitibá	11 a 15
Alto Rio Doce	11 a 15
Alvarenga	11 a 15
Alvinópolis	11 a 15
Alvorada de Minas	11 a 15
Amparo do Serra	11 a 15
Angelândia	11 a 15
Antônio Dias	11 a 15
Araçaí	11 a 15
Aracitaba	11 a 15
Araçuaí	11 a 15
Araguari	11 a 14
Araponga	11 a 15
Arapuá	11 a 15
Araújos	11 a 15
Araxá	11 a 15
Arceburgo	11 a 15
Arcos	11 a 15
Areado	11 a 15
Aricanduva	11 a 15
Augusto de Lima	11 a 15
Baldim	11 a 15
Bambuí	11 a 15
Bandeira do Sul	11 a 15
Barão de Cocais	11 a 15
Barra Longa	11 a 15
Barroso	11 a 15
Bela Vista de Minas	11 a 15
Belmiro Braga	11 a 15
Belo Horizonte	11 a 15
Belo Vale	11 a 15
Berilo	11 a 15
Berizal	11 a 15
Betim	11 a 15
Bias Fortes	11 a 15
Bicas	11 a 15
Biquinhas	11 a 15
Boa Esperança	11 a 15
Bocaiúva	11 a 15
Bom Despacho	11 a 15
Bom Jesus da Penha	11 a 15
Bom Jesus do Amparo	11 a 15
Bom Sucesso	11 a 15
Bonfim	11 a 15
Bonfinópolis de Minas	11 a 14
Bonito de Minas	11 a 12
Borda da Mata	11 a 15
Botelhos	11 a 15
Botumirim	11 a 15
Brás Pires	11 a 15
Brasilândia de Minas	11 a 12
Brasília de Minas	11 a 15
Braúnas	11 a 15
Brumadinho	11 a 15
Buenópolis	11 a 15
Buritis	11 a 12
Buritizeiro	11 a 14
Cabeceira Grande	11 a 12
Cabo Verde	11 a 15
Cachoeira da Prata	11 a 15
Cachoeira de Minas	11 a 15
Cachoeira de Pajeú	11 a 15
Caetanópolis	11 a 15
Caeté	11 a 15
Caiana	11 a 15
Cajuri	11 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Camacho	11 a 15
Cambuí	11 a 15
Cambuquira	11 a 15
Campanha	11 a 15
Campestre	11 a 15
Campo Azul	11 a 14
Campo Belo	11 a 15
Campo do Meio	11 a 15
Campo Florido	11 a 14
Campos Altos	11 a 15
Campos Gerais	11 a 15
Cana Verde	11 a 15
Canaã	11 a 15
Canápolis	11 a 12
Candeias	11 a 15
Cantagalo	11 a 15
Caparaó	11 a 15
Capela Nova	11 a 15
Capelinha	11 a 15
Capetinga	11 a 15
Capim Branco	11 a 15
Capitão Enéas	11 a 14
Capitólio	11 a 15
Caputira	11 a 15
Caraí	11 a 15
Caranaíba	11 a 15
Carandaí	11 a 15
Carangola	11 a 15
Caratinga	11 a 15
Carbonita	11 a 15
Careaçu	11 a 15
Carmésia	11 a 15
Carmo da Cachoeira	11 a 15
Carmo da Mata	11 a 15
Carmo de Minas	11 a 15
Carmo do Cajuru	11 a 15
Carmo do Paranaíba	11 a 15
Carmo do Rio Claro	11 a 15
Carmópolis de Minas	11 a 15
Carrancas	11 a 15
Carvalhópolis	11 a 15
Casa Grande	11 a 15
Cascalho Rico	11 a 14
Cássia	11 a 15
Catas Altas da Noruega	11 a 15
Catas Altas	11 a 15
Catuji	11 a 15
Catuti	11 a 12
Caxambu	11 a 15
Cedro do Abaeté	11 a 15
Chácara	11 a 15
Chalé	11 a 15
Chapada do Norte	11 a 15
Chapada Gaúcha	11 a 12
Cipotânea	11 a 15
Claraval	11 a 15
Claro dos Poções	11 a 15
Cláudio	11 a 15
Coimbra	11 a 15
Coluna	11 a 15
Comendador Gomes	11 a 12
Comercinho	11 a 15
Conceição da Aparecida	11 a 15
Conceição da Barra de Minas	11 a 15
Conceição das Alagoas	11 a 14
Conceição do Mato Dentro	11 a 15
Conceição do Pará	11 a 15
Conceição do Rio Verde	11 a 15
Conceição dos Ouros	11 a 15
Cônego Marinho	11 a 14
Confins	11 a 15
Congonhal	11 a 15
Congonhas do Norte	11 a 15
Congonhas	11 a 15
Conquista	11 a 15
Conselheiro Lafaiete	11 a 15
Consolação	11 a 15
Contagem	11 a 15
Coqueiral	11 a 15
Coração de Jesus	11 a 15
Cordisburgo	11 a 15
Cordislândia	11 a 15
Corinto	11 a 15
Coroaci	11 a 15
Coromandel	11 a 15
Coronel Fabriciano	11 a 15
Coronel Murta	11 a 15
Coronel Pacheco	11 a 15
Coronel Xavier Chaves	11 a 15
Córrego Danta	11 a 15
Córrego Fundo	11 a 15
Couto de Magalhães de Minas	11 a 15
Cristais	11 a 15
Cristália	11 a 15
Cristiano Otoni	11 a 15
Crucilândia	11 a 15
Cruzeiro da Fortaleza	11 a 15
Cruzília	11 a 15
Curral de Dentro	11 a 15
Curvelo	11 a 15
Datas	11 a 15
Delfinópolis	11 a 15
Delta	11 a 14
Descoberto	11 a 15
Desterro de Entre Rios	11 a 15
Desterro do Melo	11 a 15
Diamantina	11 a 15
Diogo de Vasconcelos	11 a 15
Divinésia	11 a 15
Divino	11 a 15
Divinolândia de Minas	11 a 15
Divinópolis	11 a 15
Divisa Alegre	11 a 15
Divisa Nova	11 a 15
Divisópolis	11 a 15
Dom Bosco	11 a 12
Dom Joaquim	11 a 15
Dom Silvério	11 a 15
Dores de Campos	11 a 15
Dores de Guanhães	11 a 15
Dores do Indaiá	11 a 15
Dores do Turvo	11 a 15
Doresópolis	11 a 15
Douradoquara	11 a 14
Durandé	11 a 15
Elói Mendes	11 a 15
Engenheiro Navarro	11 a 15
Entre Folhas	11 a 15
Entre Rios de Minas	11 a 15
Ervália	11 a 15
Esmeraldas	11 a 15
Espera Feliz	11 a 15
Espinosa	11 a 14
Estiva	11 a 15
Estrela do Indaiá	11 a 15
Estrela do Sul	11 a 15
Eugenópolis	11 a 15
Ewbank da Câmara	11 a 15
Fama	11 a 15
Faria Lemos	11 a 15
Felício dos Santos	11 a 15
Felisburgo	11 a 15
Felixlândia	11 a 15
Ferros	11 a 15
Fervedouro	11 a 15
Florestal	11 a 15
Formiga	11 a 15
Formoso	11 a 12
Fortaleza de Minas	11 a 15
Fortuna de Minas	11 a 15
Francisco Dumont	11 a 15
Francisco Sá	11 a 15
Frei Lagonegro	11 a 15
Fruta de Leite	11 a 15
Frutal	11 a 12
Funilândia	11 a 15
Gameleiras	11 a 12
Glaucilândia	11 a 15
Goianá	11 a 15
Gonzaga	11 a 15
Gouveia	11 a 15
Grão Mogol	11 a 15
Grupiara	11 a 14
Guanhães	11 a 15
Guapé	11 a 15
Guaraciaba	11 a 15
Guaraciama	11 a 15
Guaranésia	11 a 15
Guarará	11 a 15
Guarda-Mor	11 a 14
Guaxupé	11 a 15
Guimarânia	11 a 15
Guiricema	11 a 15
Heliodora	11 a 15
Ibiá	11 a 15
Ibiaí	11 a 14
Ibiracatu	11 a 14
Ibiraci	11 a 15
Ibirité	11 a 15
Ibitiúra de Minas	11 a 15
Ibituruna	11 a 15
Icaraí de Minas	11 a 12
Igarapé	11 a 15
Igaratinga	11 a 15
Iguatama	11 a 15
Ijaci	11 a 15
Ilicínea	11 a 15
Imbé de Minas	11 a 15
Inconfidentes	11 a 15
Indaiabira	11 a 15
Indianópolis	11 a 15
Ingaí	11 a 15
Inhapim	11 a 15
Inhaúma	11 a 15
Inimutaba	11 a 15
Iraí de Minas	11 a 15
Itabira	11 a 15
Itabirinha de Mantena	11 a 15
Itabirito	11 a 15
Itacambira	11 a 15
Itaguara	11 a 15
Itaipé	11 a 15
Itamarandiba	11 a 15
Itambé do Mato Dentro	11 a 15
Itamogi	11 a 15
Itaobim	11 a 15
Itapecerica	11 a 15
Itatiaiuçu	11 a 15
Itaú de Minas	11 a 15
Itaúna	11 a 15
Itaverava	11 a 15
Itinga	11 a 15
Itumirim	11 a 15
Itutinga	11 a 15
Jaboticatubas	11 a 15
Jacuí	11 a 15
Jacutinga	11 a 15
Jaguaraçu	11 a 15
Janaúba	11 a 12
Januária	11 a 12
Japaraíba	11 a 15
Japonvar	11 a 14
Jeceaba	11 a 15
Jenipapo de Minas	11 a 15
Jequeri	11 a 15
Jequitaí	11 a 15
Jequitibá	11 a 15
Jequitinhonha	11 a 15
Jesuânia	11 a 15
Joaíma	11 a 15
Joanésia	11 a 15
João Monlevade	11 a 15
João Pinheiro	11 a 14
Joaquim Felício	11 a 15
José Gonçalves de Minas	11 a 15
Josenópolis	11 a 15
Juatuba	11 a 15
Juiz de Fora	11 a 15
Juramento	11 a 15
Juruaia	11 a 15
Ladainha	11 a 15
Lagamar	11 a 14
Lagoa da Prata	11 a 15
Lagoa dos Patos	11 a 14
Lagoa Dourada	11 a 15
Lagoa Formosa	11 a 15
Lagoa Grande	11 a 12
Lagoa Santa	11 a 15
Lajinha	11 a 15
Lambari	11 a 15
Lamim	11 a 15
Lassance	11 a 15
Lavras	11 a 15
Leandro Ferreira	11 a 15
Leme do Prado	11 a 15
Lima Duarte	11 a 15
Lontra	11 a 14
Luisburgo	11 a 15
Luislândia	11 a 14
Luminárias	11 a 15
Luz	11 a 15
Machado	11 a 15
Madre de Deus de Minas	11 a 15
Malacacheta	11 a 15
Mamonas	11 a 15
Manhuaçu	11 a 15
Manhumirim	11 a 15

Mar de Espanha	11 a 15
Maravilhas	11 a 15
Mariana	11 a 15
Mário Campos	11 a 15
Maripá de Minas	11 a 15
Martinho Campos	11 a 15
Martins Soares	11 a 15
Mata Verde	11 a 15
Materlândia	11 a 15
Mateus Leme	11 a 15
Matias Barbosa	11 a 15
Matipó	11 a 15
Mato Verde	11 a 15
Matozinhos	11 a 15
Matutina	11 a 15
Medeiros	11 a 15
Medina	11 a 15
Mercês	11 a 15
Mesquita	11 a 15
Minas Novas	11 a 15
Minduri	11 a 15
Mirabela	11 a 15
Miradouro	11 a 15
Miraí	11 a 15
Miravânia	11 a 12
Moeda	11 a 15
Moema	11 a 15
Monjolos	11 a 15
Monsenhor Paulo	11 a 15
Monte Alegre de Minas	11 a 14
Monte Azul	11 a 14
Monte Belo	11 a 15
Monte Carmelo	11 a 15
Monte Formoso	11 a 15
Monte Santo de Minas	11 a 15
Monte Sião	11 a 15
Montes Claros	11 a 15
Montezuma	11 a 15
Morada Nova de Minas	11 a 15
Morro da Garça	11 a 15
Morro do Pilar	11 a 15
Muzambinho	11 a 15
Natalândia	11 a 12
Nazareno	11 a 15
Nepomuceno	11 a 15
Ninheira	11 a 15
Nova Belém	11 a 15
Nova Era	11 a 15
Nova Lima	11 a 15
Nova Ponte	11 a 15
Nova Porteirinha	11 a 12
Nova Resende	11 a 15
Nova Serrana	11 a 15
Nova União	11 a 15
Novo Cruzeiro	11 a 15
Novo Oriente de Minas	11 a 15
Novorizonte	11 a 15
Olaria	11 a 15
Olhos-d"Água	11 a 15
Olímpio Noronha	11 a 15
Oliveira Fortes	11 a 15
Oliveira	11 a 15
Onça de Pitangui	11 a 15
Oratórios	11 a 15
Orizânia	11 a 15
Ouro Branco	11 a 15
Ouro Fino	11 a 15
Ouro Preto	11 a 15
Ouro Verde de Minas	11 a 15
Padre Carvalho	11 a 15
Padre Paraíso	11 a 15
Pai Pedro	11 a 12
Paineiras	11 a 15
Pains	11 a 15
Paiva	11 a 15
Palmópolis	11 a 15
Papagaios	11 a 15
Pará de Minas	11 a 15
Paracatu	11 a 12
Paraguaçu	11 a 15
Paraopeba	11 a 15
Passa Tempo	11 a 15
Passabém	11 a 15
Passa-Vinte	11 a 15
Passos	11 a 15
Patis	11 a 15
Patos de Minas	11 a 15
Patrocínio	11 a 15
Paula Cândido	11 a 15
Paulistas	11 a 15
Peçanha	11 a 15
Pedra Azul	11 a 15
Pedra Bonita	11 a 15
Pedra do Anta	11 a 15
Pedra do Indaiá	11 a 15
Pedra Dourada	11 a 15
Pedralva	11 a 15
Pedrinópolis	11 a 15
Pedro Leopoldo	11 a 15
Pedro Teixeira	11 a 15
Pequeri	11 a 15
Pequi	11 a 15
Perdigão	11 a 15
Perdizes	11 a 15
Perdões	11 a 15
Piau	11 a 15
Piedade de Caratinga	11 a 15
Piedade do Rio Grande	11 a 15
Piedade dos Gerais	11 a 15
Pimenta	11 a 15
Piracema	11 a 15
Pirajuba	11 a 12
Piranga	11 a 15
Piranguinho	11 a 15
Pirapora	11 a 14
Pitangui	11 a 15
Piumhi	11 a 15
Poço Fundo	11 a 15
Pompéu	11 a 15
Ponte Nova	11 a 15
Ponto Chique	11 a 12
Ponto dos Volantes	11 a 15
Porteirinha	11 a 14
Porto Firme	11 a 15
Poté	11 a 15
Pouso Alegre	11 a 15
Prados	11 a 15
Prata	11 a 14
Pratápolis	11 a 15
Pratinha	11 a 15
Presidente Bernardes	11 a 15
Presidente Juscelino	11 a 15
Presidente Kubitschek	11 a 15
Presidente Olegário	11 a 15
Prudente de Morais	11 a 15
Quartel Geral	11 a 15
Queluzito	11 a 15
Raposos	11 a 15
Raul Soares	11 a 15
Reduto	11 a 15
Resende Costa	11 a 15
Riachinho	11 a 12
Riacho dos Machados	11 a 15
Ribeirão das Neves	11 a 15
Ribeirão Vermelho	11 a 15
Rio Acima	11 a 15
Rio do Prado	11 a 15
Rio Espera	11 a 15
Rio Manso	11 a 15
Rio Paranaíba	11 a 15
Rio Pardo de Minas	11 a 15
Rio Piracicaba	11 a 15
Rio Pomba	11 a 15
Rio Preto	11 a 15
Rio Vermelho	11 a 15
Ritápolis	11 a 15
Romaria	11 a 15
Rosário da Limeira	11 a 15
Rubelita	11 a 15
Sabará	11 a 15
Sabinópolis	11 a 15
Sacramento	11 a 15
Salinas	11 a 15
Santa Bárbara do Leste	11 a 15
Santa Bárbara do Monte Verde	11 a 15
Santa Bárbara do Tugúrio	11 a 15
Santa Bárbara	11 a 15
Santa Cruz de Minas	11 a 15
Santa Cruz de Salinas	11 a 15
Santa Efigênia de Minas	11 a 15
Santa Fé de Minas	11 a 12
Santa Juliana	11 a 15
Santa Luzia	11 a 15
Santa Margarida	11 a 15
Santa Maria de Itabira	11 a 15
Santa Maria do Salto	11 a 15
Santa Maria do Suaçuí	11 a 15
Santa Rita de Jacutinga	11 a 15
Santa Rita de Minas	11 a 15
Santa Rita do Sapucaí	11 a 15
Santa Rosa da Serra	11 a 15
Santana da Vargem	11 a 15
Santana de Pirapama	11 a 15
Santana do Jacaré	11 a 15
Santana do Manhuaçu	11 a 15
Santana do Riacho	11 a 15
Santana dos Montes	11 a 15
Santo Antônio do Amparo	11 a 15
Santo Antônio do Aventureiro	11 a 15
Santo Antônio do Grama	11 a 15
Santo Antônio do Itambé	11 a 15
Santo Antônio do Jacinto	11 a 15
Santo Antônio do Monte	11 a 15
Santo Antônio do Retiro	11 a 15
Santo Antônio do Rio Abaixo	11 a 15
Santo Hipólito	11 a 15
Santos Dumont	11 a 15
São Bento Abade	11 a 15
São Brás do Suaçuí	11 a 15
São Domingos das Dores	11 a 15
São Domingos do Prata	11 a 15
São Félix de Minas	11 a 15
São Francisco	11 a 12
São Francisco de Paula	11 a 15
São Francisco do Glória	11 a 15
São Geraldo	11 a 15
São Gonçalo do Abaeté	11 a 15
São Gonçalo do Pará	11 a 15
São Gonçalo do Rio Abaixo	11 a 15
São Gonçalo do Rio Preto	11 a 15
São Gonçalo do Sapucaí	11 a 15
São Gotardo	11 a 15
São João Batista do Glória	11 a 15
São João da Lagoa	11 a 15
São João da Mata	11 a 15
São João da Ponte	11 a 14
São João das Missões	11 a 12
São João del Rei	11 a 15
São João do Manhuaçu	11 a 15
São João do Pacuí	11 a 14
São João do Paraíso	11 a 15
São João Evangelista	11 a 15
São Joaquim de Bicas	11 a 15
São José da Barra	11 a 15
São José da Lapa	11 a 15
São José da Varginha	11 a 15
São José do Alegre	11 a 15
São José do Jacuri	11 a 15
São Lourenço	11 a 15
São Miguel do Anta	11 a 15
São Pedro da União	11 a 15
São Pedro do Suaçuí	11 a 15
São Roque de Minas	11 a 15
São Sebastião da Bela Vista	11 a 15
São Sebastião da Vargem Alegre	11 a 15
São Sebastião do Anta	11 a 15
São Sebastião do Maranhão	11 a 15
São Sebastião do Oeste	11 a 15
São Sebastião do Paraíso	11 a 15
São Sebastião do Rio Preto	11 a 15
São Sebastião do Rio Verde	11 a 15
São Thomé das Letras	11 a 15
São Tiago	11 a 15
São Tomás de Aquino	11 a 15
São Vicente de Minas	11 a 15
Sardoá	11 a 15
Sarzedo	11 a 15
Senador Cortes	11 a 15
Senador Firmino	11 a 15
Senador José Bento	11 a 15
Senador Modestino Gonçalves	11 a 15
Senhora de Oliveira	11 a 15
Senhora do Porto	11 a 15
Senhora dos Remédios	11 a 15
Sericita	11 a 15
Serra Azul de Minas	11 a 15
Serra da Saudade	11 a 15
Serra do Salitre	11 a 15
Serrania	11 a 15
Serranópolis de Minas	11 a 15
Serranos	11 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Serro	11 a 15
Sete Lagoas	11 a 15
Setubinha	11 a 15
Silveirânia	11 a 15
Silvianópolis	11 a 15
Simonésia	11 a 15
Soledade de Minas	11 a 15
Tabuleiro	11 a 15
Taiobeiras	11 a 15
Tapira	11 a 15
Tapiraí	11 a 15
Taquaraçu de Minas	11 a 15
Teixeiras	11 a 15
Tiradentes	11 a 15
Tiros	11 a 15
Três Corações	11 a 15
Três Marias	11 a 15
Três Pontas	11 a 15
Tupaciguara	11 a 14
Turmalina	11 a 15
Turvolândia	11 a 15
Ubaí	11 a 12
Ubaporanga	11 a 15
Uberaba	11 a 15
Uberlândia	11 a 15
Unaí	11 a 12
Uruana de Minas	11 a 12
Vargem Bonita	11 a 15
Vargem Grande do Rio Pardo	11 a 15
Varginha	11 a 15
Varjão de Minas	11 a 15
Várzea da Palma	11 a 14
Varzelândia	11 a 14
Vazante	11 a 14
Verdelândia	11 a 12
Veredinha	11 a 15
Veríssimo	11 a 15
Vermelho Novo	11 a 15
Vespasiano	11 a 15
Viçosa	11 a 15
Vieiras	11 a 15
Virgem da Lapa	11 a 15
Virginópolis	11 a 15
Virgolândia	11 a 15

PORTARIA Nº 237, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de cevada irrigada no Estado de São Paulo, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

A cevada (Hordeum vulgare L.) é uma importante alternativa de cultivo de inverno, especialmente nos Estados das regiões sul e sudeste do país.

Nas regiões temperadas e subtropicais, os maiores riscos de perda de produção estão relacionados com a ocorrência de geadas, de seca no período de espigamento e com o excesso de chuvas no período de colheita. Nas regiões tropicais, os riscos de perdas decorrem do excesso de umidade e temperatura elevada durante o período do florescimento e enchimento dos grãos.

No Estado de São Paulo, de um modo geral, as condições climáticas durante o período de outono-inverno são favoráveis ao cultivo da cevada irrigada. Nessa época, as baixas temperaturas e umidade relativa do ar, bem como a ausência de chuvas na colheita, contribuem para melhor desenvolvimento da planta e menor incidência de pragas e doenças.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios e os períodos de semeadura, para o cultivo de cevada irrigada, em condições de baixo risco climático no Estado.

Essa identificação foi realizada com a utilização dos seguintes critérios:

a) Temperatura mínima média durante todo o ciclo igual ou superior a 9ºC;

b) Temperatura máxima média na fase de floração igual ou inferior a 28ºC;

c) Probabilidade de ocorrência de geadas igual ou inferior a 25% na fase de floração (temperatura mínima absoluta no abrigo meteorológico igual ou inferior a 1ºC);

d) Precipitação média mensal no período de colheita menor do que 50 mm.

e) ciclo e fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica. As cultivares foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n < 120 dias); Grupo II (120 dias ≤ n ≤ 135 dias); e Grupo III (n > 135 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Foram indicados os municípios que atenderam os critérios de temperatura e pluviosidade adotados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de cevada irrigada no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º	11	21	1º	11	21	1º	11 a 10	21 a 20	1º a 31	11 a 10	21 a 20
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO II

EMBRAPA TRIGO - CNPT: BRS Manduri, BRS Sampa, BRS Itanema e BRS Kalibre.

Com base nas informações prestadas pelo obtentor/mantenedor, nenhuma das cultivares indicadas para o Estado obteve enquadramento nos grupos I e III.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes e mudas produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEDURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I
	SOLOS TIPOS 1, 2 e 3
Aguaí	11 a 15
Águas de Lindóia	11 a 15
Águas de Santa Bárbara	11 a 15
Agudos	11 a 15
Alambari	11 a 15
Altair	11 a 13
Altinópolis	11 a 15
Alumínio	11 a 15
Álvaro de Carvalho	11 a 15
Alvinlândia	11 a 15
Americana	11 a 15
Américo Brasiliense	11 a 15
Amparo	11 a 15
Analândia	11 a 15
Angatuba	11 a 15
Anhembi	11 a 15
Aparecida	11 a 15
Araçariguama	11 a 15
Araçoiaba da Serra	11 a 15
Aramina	11 a 13
Arandu	11 a 15
Arapeí	11 a 15
Araraquara	11 a 15
Araras	11 a 15
Areiópolis	11 a 15
Ariranha	11 a 15
Artur Nogueira	11 a 15
Arujá	11 a 15
Assis	11 a 15
Atibaia	11 a 15
Avaré	11 a 15
Bálsamo	11 a 13
Bananal	11 a 15
Barão de Antonina	11 a 15
Barra Bonita	11 a 15
Barretos	11 a 13
Barrinha	11 a 15
Batatais	11 a 15
Bauru	11 a 15
Bebedouro	11 a 15
Bernardino de Campos	11 a 15
Boa Esperança do Sul	11 a 15
Bocaina	11 a 15
Bofete	11 a 15
Boituva	11 a 15
Bom Jesus dos Perdões	11 a 15
Borebi	11 a 15
Botucatu	11 a 15
Bragança Paulista	11 a 15
Bulowsk	11 a 15
Brotas	11 a 15
Buri	11 a 15
Buritizal	11 a 15
Cabrália Paulista	11 a 15
Cabreúva	11 a 15
Caçapava	11 a 15
Cachoeira Paulista	11 a 15
Caconde	11 a 15
Cajobi	11 a 13
Cajuru	11 a 15
Campina do Monte Alegre	11 a 15
Campinas	11 a 15
Campo Limpo Paulista	11 a 15
Campos Novos Paulista	11 a 15
Canas	11 a 15
Cândido Rodrigues	11 a 15
Capão Bonito	11 a 15
Capela do Alto	11 a 15
Capivari	11 a 15
Casa Branca	11 a 15
Cássia dos Coqueiros	11 a 15
Catanduva	11 a 15
Catiguá	11 a 15
Cedral	11 a 13
Cerqueira César	11 a 15
Cerquilho	11 a 15
Cesário Lange	11 a 15
Charqueada	11 a 15
Colina	11 a 15
Colômbia	11 a 13
Conchal	11 a 15
Conchas	11 a 15
Cordeirópolis	11 a 15
Coronel Macedo	11 a 15
Corumbataí	11 a 15
Cosmópolis	11 a 15
Cravinhos	11 a 15
Cristais Paulista	11 a 15
Descalvado	11 a 15
Dobrada	11 a 15
Dois Córregos	11 a 15
Dourado	11 a 15
Duartina	11 a 15
Dumont	11 a 15
Echaporã	11 a 15
Elias Fausto	11 a 15
Embaúba	11 a 13
Engenheiro Coelho	11 a 15
Espírito Santo do Pinhal	11 a 15
Espírito Santo do Turvo	11 a 15
Estiva Gerbi	11 a 15
Fartura	11 a 15
Fernando Prestes	11 a 15
Fernão	11 a 15
Franca	11 a 15
Gália	11 a 15
Garça	11 a 15
Gavião Peixoto	11 a 15
Guaíra	11 a 13
Guapiaçu	11 a 13
Guará	11 a 15
Guararema	11 a 15

Guaratinguetá	11 a 15
Guareí	11 a 15
Guariba	11 a 15
Guatapará	11 a 15
Holambra	11 a 15
Hortolândia	11 a 15
Iaras	11 a 15
Ibaté	11 a 15
Igaraçu do Tietê	11 a 15
Igarapava	11 a 13
Igaratá	11 a 15
Indaiatuba	11 a 15
Ipaussu	11 a 15
Iperó	11 a 15
Ipeúna	11 a 15
Ipiguá	11 a 13
Ipuã	11 a 13
Iracemápolis	11 a 15
Itaberá	11 a 15
Itaí	11 a 15
Itapetininga	11 a 15
Itapeva	11 a 15
Itapira	11 a 15
Itápolis	11 a 15
Itaporanga	11 a 15
Itararé	11 a 15
Itatiba	11 a 15
Itatinga	11 a 15
Itirapina	11 a 15
Itirapuã	11 a 15
Itobi	11 a 15
Itu	11 a 15
Itupeva	11 a 15
Ituverava	11 a 15
Jaborandi	11 a 13
Jaboticabal	11 a 15
Jacareí	11 a 15
Jaguariúna	11 a 15
Jambeiro	11 a 15
Jardinópolis	11 a 15
Jarinu	11 a 15
Jaú	11 a 15
Jeriquara	11 a 15
Júlio Mesquita	11 a 15
Jumirim	11 a 15
Jundiaí	11 a 15
Lagoinha	11 a 15
Laranjal Paulista	11 a 15
Lavrinhas	11 a 15
Leme	11 a 15
Lençóis Paulista	11 a 15
Limeira	11 a 15
Lindóia	11 a 15
Lorena	11 a 15
Louveira	11 a 15
Lucianópolis	11 a 15
Luís Antônio	11 a 15
Lupércio	11 a 15
Macatuba	11 a 15
Mairinque	11 a 15
Manduri	11 a 15
Marília	11 a 15
Matão	11 a 15
Miguelópolis	11 a 13
Mineiros do Tietê	11 a 15
Mirassol	11 a 13
Mococa	11 a 15
Mogi Guaçu	11 a 15
Moji-Mirim	11 a 15
Mombuca	11 a 15
Monte Alegre do Sul	11 a 15
Monte Alto	11 a 15
Monte Azul Paulista	11 a 15
Monte Mor	11 a 15
Monteiro Lobato	11 a 15
Morro Agudo	11 a 13
Morungaba	11 a 15
Motuca	11 a 15
Natividade da Serra	11 a 15
Neves Paulista	11 a 13
Nova Europa	11 a 15
Nova Odessa	11 a 15
Novais	11 a 15
Nuporanga	11 a 15
Ocauçu	11 a 15
Óleo	11 a 15
Olímpia	11 a 13
Onda Verde	11 a 13
Orlândia	11 a 15
Palmares Paulista	11 a 15
Paraíso	11 a 15
Paranapanema	11 a 15
Pardinho	11 a 15
Patrocínio Paulista	11 a 15
Paulínia	11 a 15
Paulistânia	11 a 15
Pederneiras	11 a 15
Pedregulho	11 a 15
Pedreira	11 a 15
Pereiras	11 a 15
Piedade	11 a 15
Pilar do Sul	11 a 15
Pindamonhangaba	11 a 15
Pindorama	11 a 15
Pinhalzinho	11 a 15
Piracicaba	11 a 15
Piraju	11 a 15
Pirangi	11 a 15
Pirapora do Bom Jesus	11 a 15
Pirassununga	11 a 15
Piratininga	11 a 15
Pitangueiras	11 a 15
Platina	11 a 15
Pontal	11 a 15
Porangaba	11 a 15
Porto Feliz	11 a 15
Porto Ferreira	11 a 15
Potim	11 a 15
Pradópolis	11 a 15
Pratânia	11 a 15
Presidente Alves	11 a 15
Quadra	11 a 15
Queluz	11 a 15
Rafard	11 a 15
Redenção da Serra	11 a 15
Restinga	11 a 15
Ribeirão Bonito	11 a 15
Ribeirão Corrente	11 a 15
Ribeirão do Sul	11 a 15
Ribeirão Preto	11 a 15
Rifaina	11 a 13
Rincão	11 a 15
Rio Claro	11 a 15
Rio das Pedras	11 a 15
Riversul	11 a 15
Roseira	11 a 15
Sales Oliveira	11 a 15
Saltinho	11 a 15
Salto	11 a 15
Salto de Pirapora	11 a 15
Santa Adélia	11 a 15
Santa Bárbara d"Oeste	11 a 15
Santa Branca	11 a 15
Santa Cruz da Conceição	11 a 15
Santa Cruz da Esperança	11 a 15
Santa Cruz das Palmeiras	11 a 15
Santa Cruz do Rio Pardo	11 a 15
Santa Ernestina	11 a 15
Santa Gertrudes	11 a 15
Santa Isabel	11 a 15
Santa Lúcia	11 a 15
Santa Maria da Serra	11 a 15
Santa Rita do Passa Quatro	11 a 15
Santa Rosa de Viterbo	11 a 15
Santo Antônio da Alegria	11 a 15
Santo Antônio de Posse	11 a 15
Santo Antônio do Jardim	11 a 15
São Carlos	11 a 15
São João da Boa Vista	11 a 15
São Joaquim da Barra	11 a 15
São José da Bela Vista	11 a 15
São José do Rio Pardo	11 a 15
São José do Rio Preto	11 a 13
São José dos Campos	11 a 15
São Luís do Paraitinga	11 a 15
São Manuel	11 a 15
São Miguel Arcanjo	11 a 15
São Pedro	11 a 15
São Pedro do Turvo	11 a 15
São Roque	11 a 15
São Sebastião da Grama	11 a 15
São Simão	11 a 15
Sarapuí	11 a 15
Sarutaiá	11 a 15
Serra Azul	11 a 15
Serra Negra	11 a 15
Serrana	11 a 15
Sertãozinho	11 a 15
Severínia	11 a 13
Silveiras	11 a 15
Socorro	11 a 15
Sorocaba	11 a 15
Sumaré	11 a 15
Tabapuã	11 a 13
Tabatinga	11 a 15
Taguaí	11 a 15
Taiaçu	11 a 15
Taiúva	11 a 15
Tambaú	11 a 15
Tanabi	11 a 13
Tapiratiba	11 a 15
Taquaral	11 a 15
Taquaritinga	11 a 15
Taquarituba	11 a 15
Taquarivaí	11 a 15
Tatuí	11 a 15
Taubaté	11 a 15
Tejupá	11 a 15
Terra Roxa	11 a 13
Tietê	11 a 15
Timburi	11 a 15
Torre de Pedra	11 a 15
Torrinha	11 a 15
Trabiju	11 a 15
Tremembé	11 a 15
Tuiuti	11 a 15
Ubirajara	11 a 15
Uchoa	11 a 13
Valinhos	11 a 15
Vargem Grande do Sul	11 a 15
Várzea Paulista	11 a 15
Vera Cruz	11 a 15
Vinhedo	11 a 15
Viradouro	11 a 15
Vista Alegre do Alto	11 a 15
Votorantim	11 a 15

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II SOLOS TIPOS 1, 2 e 3
Aguaí	11 a 15
Águas de Lindóia	11 a 15
Águas de Santa Bárbara	11 a 15
Agudos	11 a 15
Alambari	11 a 15
Altinópolis	11 a 15
Alumínio	11 a 15
Álvaro de Carvalho	11 a 15
Alvinlândia	11 a 15
Americana	11 a 15
Américo Brasiliense	11 a 15
Amparo	11 a 15
Analândia	11 a 15
Angatuba	11 a 15
Anhembi	11 a 15
Aparecida	11 a 15
Araçariguama	11 a 15
Araçoiaba da Serra	11 a 15
Aramina	11 e 12
Arandu	11 a 15
Arapeí	11 a 15
Araraquara	11 a 15
Araras	11 a 15
Areiópolis	11 a 15
Ariranha	11 a 14
Artur Nogueira	11 a 15
Arujá	11 a 15
Assis	11 a 15
Atibaia	11 a 15
Avaré	11 a 15
Bálsamo	11 e 12
Bananal	11 a 15
Barão de Antonina	11 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Barra Bonita	11 a 15
Barretos	11 e 12
Barrinha	11 a 14
Batatais	11 a 15
Bauru	11 a 15
Bebedouro	11 a 14
Bernardino de Campos	11 a 15
Boa Esperança do Sul	11 a 15
Bocaina	11 a 15
Bofete	11 a 15
Boituva	11 a 15
Bom Jesus dos Perdões	11 a 15
Borebi	11 a 15
Botucatu	11 a 15
Bragança Paulista	11 a 15
Brodowski	11 a 15
Brotas	11 a 15
Buri	11 a 15
Buritizal	11 a 14
Cabrália Paulista	11 a 15
Cabreúva	11 a 15
Caçapava	11 a 15
Cachoeira Paulista	11 a 15
Caconde	11 a 15
Cajobi	11 e 12
Cajuru	11 a 15
Campina do Monte Alegre	11 a 15
Campinas	11 a 15
Campo Limpo Paulista	11 a 15
Campos Novos Paulista	11 a 15
Canas	11 a 15
Cândido Rodrigues	11 a 14
Capão Bonito	11 a 15
Capela do Alto	11 a 15
Capivari	11 a 15
Casa Branca	11 a 15
Cássia dos Coqueiros	11 a 15
Catanduva	11 a 14
Catiguá	11 a 14
Cedral	11 e 12
Cerqueira César	11 a 15
Cerquilho	11 a 15
Cesário Lange	11 a 15
Charqueada	11 a 15
Colina	11 a 14
Conchal	11 a 15
Conchas	11 a 15
Cordeirópolis	11 a 15
Coronel Macedo	11 a 15
Corumbataí	11 a 15
Cosmópolis	11 a 15
Cravinhos	11 a 15
Cristais Paulista	11 a 15
Descalvado	11 a 15
Dobrada	11 a 15
Dois Córregos	11 a 15
Dourado	11 a 15
Duartina	11 a 15
Dumont	11 a 15
Echaporã	11 a 15
Elias Fausto	11 a 15
Embaúba	11 e 12
Engenheiro Coelho	11 a 15
Espírito Santo do Pinhal	11 a 15
Espírito Santo do Turvo	11 a 15
Estiva Gerbi	11 a 15
Fartura	11 a 15
Fernando Prestes	11 a 14
Fernão	11 a 15
Franca	11 a 15
Gália	11 a 15
Garça	11 a 15
Gavião Peixoto	11 a 15
Guapiaçu	11 e 12
Guará	11 a 14
Guararema	11 a 15
Guaratinguetá	11 a 15
Guareí	11 a 15
Guariba	11 a 15
Guatapará	11 a 15
Holambra	11 a 15
Hortolândia	11 a 15
Iaras	11 a 15
Ibaté	11 a 15
Igaraçu do Tietê	11 a 15
Igarapava	11 e 12
Igaratá	11 a 15
Indaiatuba	11 a 15
Ipaussu	11 a 15
Iperó	11 a 15
Ipeúna	11 a 15
Ipiguá	11 e 12
Ipuã	11 e 12
Iracemápolis	11 a 15
Itaberá	11 a 15
Itaí	11 a 15
Itapetininga	11 a 15
Itapeva	11 a 15
Itapira	11 a 15
Itápolis	11 a 14
Itaporanga	11 a 15
Itararé	11 a 15
Itatiba	11 a 15
Itatinga	11 a 15
Itirapina	11 a 15
Itirapuã	11 a 15
Itobi	11 a 15
Itu	11 a 15
Itupeva	11 a 15
Ituverava	11 a 14
Jaborandi	11 e 12
Jaboticabal	11 a 14
Jacareí	11 a 15
Jaguariúna	11 a 15
Jambeiro	11 a 15
Jardinópolis	11 a 14
Jarinu	11 a 15
Jaú	11 a 15
Jeriquara	11 a 15
Júlio Mesquita	11 a 15
Jumirim	11 a 15
Jundiaí	11 a 15
Lagoinha	11 a 15
Laranjal Paulista	11 a 15
Lavrinhas	11 a 15
Leme	11 a 15
Lençóis Paulista	11 a 15
Limeira	11 a 15
Lindóia	11 a 15
Lorena	11 a 15
Louveira	11 a 15
Lucianópolis	11 a 15
Luís Antônio	11 a 15
Lupércio	11 a 15
Macatuba	11 a 15
Mairinque	11 a 15
Manduri	11 a 15
Marília	11 a 15
Matão	11 a 15
Mineiros do Tietê	11 a 15
Mirassol	11 e 12
Mococa	11 a 15
Mogi Guaçu	11 a 15
Moji-Mirim	11 a 15
Mombuca	11 a 15
Monte Alegre do Sul	11 a 15
Monte Alto	11 a 15
Monte Azul Paulista	11 a 14
Monte Mor	11 a 15
Monteiro Lobato	11 a 15
Morro Agudo	11 e 12
Morungaba	11 a 15
Motuca	11 a 15
Natividade da Serra	11 a 15
Neves Paulista	11 e 12
Nova Europa	11 a 15
Nova Odessa	11 a 15
Novais	11 a 14
Nuporanga	11 a 15
Ocauçu	11 a 15
Óleo	11 a 15
Olímpia	11 e 12
Onda Verde	11 e 12
Orlândia	11 a 15
Palmares Paulista	11 a 14
Paraíso	11 a 14
Paranapanema	11 a 15
Pardinho	11 a 15
Patrocínio Paulista	11 a 15
Paulínia	11 a 15
Paulistânia	11 a 15
Pederneiras	11 a 15
Pedregulho	11 a 15
Pedreira	11 a 15
Pereiras	11 a 15
Piedade	11 a 15
Pilar do Sul	11 a 15
Pindamonhangaba	11 a 15
Pindorama	11 a 14
Pinhalzinho	11 a 15
Piracicaba	11 a 15
Piraju	11 a 15
Pirangi	11 a 14
Pirapora do Bom Jesus	11 a 15
Pirassununga	11 a 15
Piratininga	11 a 15
Pitangueiras	11 a 14
Platina	11 a 15
Pontal	11 a 14
Porangaba	11 a 15
Porto Feliz	11 a 15
Porto Ferreira	11 a 15
Potim	11 a 15
Pradópolis	11 a 14
Pratânia	11 a 15
Presidente Alves	11 a 15
Quadra	11 a 15
Queluz	11 a 15
Rafard	11 a 15
Redenção da Serra	11 a 15
Restinga	11 a 15
Ribeirão Bonito	11 a 15
Ribeirão Corrente	11 a 15
Ribeirão do Sul	11 a 15
Ribeirão Preto	11 a 15
Rifaina	11 e 12
Rincão	11 a 15
Rio Claro	11 a 15
Rio das Pedras	11 a 15
Riversul	11 a 15
Roseira	11 a 15
Sales Oliveira	11 a 14
Saltinho	11 a 15
Salto	11 a 15
Salto de Pirapora	11 a 15
Santa Adélia	11 a 14
Santa Bárbara d"Oeste	11 a 15
Santa Branca	11 a 15
Santa Cruz da Conceição	11 a 15
Santa Cruz da Esperança	11 a 15
Santa Cruz das Palmeiras	11 a 15
Santa Cruz do Rio Pardo	11 a 15
Santa Ernestina	11 a 15
Santa Gertrudes	11 a 15
Santa Isabel	11 a 15
Santa Lúcia	11 a 15
Santa Maria da Serra	11 a 15
Santa Rita do Passa Quatro	11 a 15
Santa Rosa de Viterbo	11 a 15
Santo Antônio da Alegria	11 a 15
Santo Antônio de Posse	11 a 15
Santo Antônio do Jardim	11 a 15
São Carlos	11 a 15
São João da Boa Vista	11 a 15
São Joaquim da Barra	11 a 14
São José da Bela Vista	11 a 15
São José do Rio Pardo	11 a 15
São José do Rio Preto	11 e 12
São José dos Campos	11 a 15
São Luís do Paraitinga	11 a 15
São Manuel	11 a 15
São Miguel Arcanjo	11 a 15
São Pedro	11 a 15
São Pedro do Turvo	11 a 15
São Roque	11 a 15
São Sebastião da Grama	11 a 15
São Simão	11 a 15
Sarapuí	11 a 15
Sarutaiá	11 a 15
Serra Azul	11 a 15
Serra Negra	11 a 15
Serrana	11 a 15
Sertãozinho	11 a 14
Severínia	11 e 12
Silveiras	11 a 15
Socorro	11 a 15
Sorocaba	11 a 15
Sumaré	11 a 15
Tabapuã	11 e 12
Tabatinga	11 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Taguaí	11 a 15
Taiaçu	11 a 14
Taiúva	11 a 14
Tambaú	11 a 15
Tanabi	11 e 12
Tapiratiba	11 a 15
Taquaral	11 a 14
Taquaritinga	11 a 14
Taquarituba	11 a 15
Taquarivaí	11 a 15
Tatuí	11 a 15
Taubaté	11 a 15
Tejupá	11 a 15
Terra Roxa	11 e 12
Tietê	11 a 15
Timburi	11 a 15
Torre de Pedra	11 a 15
Torrinha	11 a 15
Trabiju	11 a 15
Tremembé	11 a 15
Tuiuti	11 a 15
Ubirajara	11 a 15
Uchoa	11 e 12
Valinhos	11 a 15
Vargem Grande do Sul	11 a 15
Várzea Paulista	11 a 15
Vera Cruz	11 a 15
Vinhedo	11 a 15
Viradouro	11 a 14
Vista Alegre do Alto	11 a 14
Votorantim	11 a 15

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III
	SOLOS TIPOS 1, 2 e 3
Aguaí	11 a 15
Águas de Lindóia	11 a 15
Águas de Santa Bárbara	11 a 15
Agudos	11 a 15
Alambari	11 a 15
Altinópolis	11 a 14
Alumínio	11 a 15
Álvaro de Carvalho	11 a 14
Alvinlândia	11 a 15
Americana	11 a 15
Américo Brasiliense	11 a 14
Amparo	11 a 15
Analândia	11 a 15
Angatuba	11 a 15
Anhembi	11 a 15
Aparecida	11 a 15
Araçariguama	11 a 15
Araçoiaba da Serra	11 a 15
Arandu	11 a 15
Arapeí	11 a 15
Araraquara	11 a 15
Araras	11 a 15
Areiópolis	11 a 15
Ariranha	11 a 12
Artur Nogueira	11 a 15
Arujá	11 a 15
Assis	11 a 15
Atibaia	11 a 15
Avaré	11 a 15
Bananal	11 a 15
Barão de Antonina	11 a 15
Barra Bonita	11 a 15
Barrinha	11 a 12
Batatais	11 a 15
Bauru	11 a 14
Bebedouro	11 a 12
Bernardino de Campos	11 a 15
Boa Esperança do Sul	11 a 14
Bocaina	11 a 14
Bofete	11 a 15
Boituva	11 a 15
Bom Jesus dos Perdões	11 a 15
Borebi	11 a 15
Botucatu	11 a 15
Bragança Paulista	11 a 15
Brodowski	11 a 14
Brotas	11 a 15
Buri	11 a 15
Buritizal	11 a 12
Cabrália Paulista	11 a 15
Cabreúva	11 a 15
Caçapava	11 a 15
Cachoeira Paulista	11 a 15
Caconde	11 a 15
Cajuru	11 a 14
Campina do Monte Alegre	11 a 15
Campinas	11 a 15
Campo Limpo Paulista	11 a 15
Campos Novos Paulista	11 a 15
Canas	11 a 15
Cândido Rodrigues	11 a 12
Capão Bonito	11 a 15
Capela do Alto	11 a 15
Capivari	11 a 15
Casa Branca	11 a 15
Cássia dos Coqueiros	11 a 15
Catanduva	11 a 12
Catiguá	11 a 12
Cerqueira César	11 a 15
Cerquilho	11 a 15
Cesário Lange	11 a 15
Charqueada	11 a 15
Colina	11 a 12
Conchal	11 a 15
Conchas	11 a 15
Cordeirópolis	11 a 15
Coronel Macedo	11 a 15
Corumbataí	11 a 15
Cosmópolis	11 a 15
Cravinhos	11 a 14
Cristais Paulista	11 a 14
Descalvado	11 a 15
Dobrada	11 a 14
Dois Córregos	11 a 15
Dourado	11 a 14
Duartina	11 a 15
Dumont	11 a 14
Echaporã	11 a 15
Elias Fausto	11 a 15
Engenheiro Coelho	11 a 15
Espírito Santo do Pinhal	11 a 15
Espírito Santo do Turvo	11 a 15
Estiva Gerbi	11 a 15
Fartura	11 a 15
Fernando Prestes	11 a 12
Fernão	11 a 15
Franca	11 a 15
Gália	11 a 15
Garça	11 a 15
Gavião Peixoto	11 a 14
Guará	11 a 12
Guararema	11 a 15
Guaratinguetá	11 a 15
Guareí	11 a 15
Guariba	11 a 14
Guatapará	11 a 14
Holambra	11 a 15
Hortolândia	11 a 15
Iaras	11 a 15
Ibaté	11 a 15
Igaraçu do Tietê	11 a 15
Igaratá	11 a 15
Indaiatuba	11 a 15
Ipaussu	11 a 15
Iperó	11 a 15
Ipeúna	11 a 15
Iracemápolis	11 a 15
Itaberá	11 a 15
Itaí	11 a 15
Itapetininga	11 a 15
Itapeva	11 a 15
Itapira	11 a 15
Itápolis	11 a 12
Itaporanga	11 a 15
Itararé	11 a 15
Itatiba	11 a 15
Itatinga	11 a 15
Itirapina	11 a 15
Itirapuã	11 a 15
Itobi	11 a 15
Itu	11 a 15
Itupeva	11 a 15
Ituverava	11 a 12
Jaboticabal	11 a 12
Jacareí	11 a 15
Jaguariúna	11 a 15
Jambeiro	11 a 15
Jardinópolis	11 a 12
Jarinu	11 a 15
Jaú	11 a 15
Jeriquara	11 a 14
Júlio Mesquita	11 a 14
Jumirim	11 a 15
Jundiaí	11 a 15
Lagoinha	11 a 15
Laranjal Paulista	11 a 15
Lavrinhas	11 a 15
Leme	11 a 15
Lençóis Paulista	11 a 15
Limeira	11 a 15
Lindóia	11 a 15
Lorena	11 a 15
Louveira	11 a 15
Lucianópolis	11 a 15
Luís Antônio	11 a 14
Lupércio	11 a 15
Macatuba	11 a 15
Mairinque	11 a 15
Manduri	11 a 15
Marília	11 a 14
Matão	11 a 14
Mineiros do Tietê	11 a 15
Mococa	11 a 14
Mogi Guaçu	11 a 15
Moji-Mirim	11 a 15
Mombuca	11 a 15
Monte Alegre do Sul	11 a 15
Monte Alto	11 a 14
Monte Azul Paulista	11 a 12
Monte Mor	11 a 15
Monteiro Lobato	11 a 15
Morungaba	11 a 15
Motuca	11 a 14
Natividade da Serra	11 a 15
Nova Europa	11 a 14
Nova Odessa	11 a 15
Novais	11 a 12
Nuporanga	11 a 14
Ocauçu	11 a 15
Óleo	11 a 15
Orlândia	11 a 14
Palmares Paulista	11 a 12
Paraíso	11 a 12
Paranapanema	11 a 15
Pardinho	11 a 15
Patrocínio Paulista	11 a 14
Paulínia	11 a 15
Paulistânia	11 a 15
Pederneiras	11 a 14
Pedregulho	11 a 14
Pedreira	11 a 15
Pereiras	11 a 15
Piedade	11 a 15
Pilar do Sul	11 a 15
Pindamonhangaba	11 a 15
Pindorama	11 a 12
Pinhalzinho	11 a 15
Piracicaba	11 a 15
Piraju	11 a 15
Pirangi	11 a 12
Pirapora do Bom Jesus	11 a 15
Pirassununga	11 a 15
Piratininga	11 a 15
Pitangueiras	11 a 12
Platina	11 a 15
Pontal	11 a 12
Porangaba	11 a 15
Porto Feliz	11 a 15
Porto Ferreira	11 a 14
Potim	11 a 15
Pradópolis	11 a 12
Pratânia	11 a 15
Presidente Alves	11 a 14
Quadra	11 a 15
Queluz	11 a 15
Rafard	11 a 15
Redenção da Serra	11 a 15
Restinga	11 a 14
Ribeirão Bonito	11 a 15
Ribeirão Corrente	11 a 14
Ribeirão do Sul	11 a 15
Ribeirão Preto	11 a 14
Rincão	11 a 14
Rio Claro	11 a 15
Rio das Pedras	11 a 15
Riversul	11 a 15
Roseira	11 a 15
Sales Oliveira	11 a 12
Saltinho	11 a 15
Salto	11 a 15

Salto de Pirapora	11 a 15
Santa Adélia	11 a 12
Santa Bárbara d"Oeste	11 a 15
Santa Branca	11 a 15
Santa Cruz da Conceição	11 a 15
Santa Cruz da Esperança	11 a 14
Santa Cruz das Palmeiras	11 a 15
Santa Cruz do Rio Pardo	11 a 15
Santa Ernestina	11 a 14
Santa Gertrudes	11 a 15
Santa Isabel	11 a 15
Santa Lúcia	11 a 14
Santa Maria da Serra	11 a 15
Santa Rita do Passa Quatro	11 a 15
Santa Rosa de Viterbo	11 a 14
Santo Antônio da Alegria	11 a 15
Santo Antônio de Posse	11 a 15
Santo Antônio do Jardim	11 a 15
São Carlos	11 a 15
São João da Boa Vista	11 a 15
São Joaquim da Barra	11 a 12
São José da Bela Vista	11 a 14
São José do Rio Pardo	11 a 15
São José dos Campos	11 a 15
São Luís do Paraitinga	11 a 15
São Manuel	11 a 15
São Miguel Arcanjo	11 a 15
São Pedro	11 a 15
São Pedro do Turvo	11 a 15
São Roque	11 a 15
São Sebastião da Grama	11 a 15
São Simão	11 a 14
Sarapuí	11 a 15
Sarutaiá	11 a 15
Serra Azul	11 a 14
Serra Negra	11 a 15
Serrana	11 a 14
Sertãozinho	11 a 12
Silveiras	11 a 15
Socorro	11 a 15
Sorocaba	11 a 15
Sumaré	11 a 15
Tabatinga	11 a 14
Taguaí	11 a 15
Taiaçu	11 a 12
Taiúva	11 a 12
Tambaú	11 a 15
Tapiratiba	11 a 15
Taquaral	11 a 12
Taquaritinga	11 a 12
Taquarituba	11 a 15
Taquarivaí	11 a 15
Tatuí	11 a 15
Taubaté	11 a 15
Tejupá	11 a 15
Tietê	11 a 15
Timburi	11 a 15
Torre de Pedra	11 a 15
Torrinha	11 a 15
Trabiju	11 a 14
Tremembé	11 a 15
Tuiuti	11 a 15
Ubirajara	11 a 15
Valinhos	11 a 15
Vargem Grande do Sul	11 a 15
Várzea Paulista	11 a 15
Vera Cruz	11 a 14
Vinhedo	11 a 15
Viradouro	11 a 12
Vista Alegre do Alto	11 a 12
Votorantim	11 a 15

PORTARIA Nº 238, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho consorciado com braquiária no Distrito Federal, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O cultivo consorciado de plantas produtoras de grãos com forrageiras tropicais, em sistema de plantio direto, tem aumentado significativamente, nos últimos anos nas regiões que apresentam inverno seco.

No Distrito Federal o plantio consorciado de braquiária com o milho vem sendo utilizado, predominantemente, no cultivo do milho 2ª safra (safrinha).

O consórcio do milho com a braquiária é possível graças ao diferencial de tempo e espaço no acúmulo de biomassa entre as espécies.

No consórcio do milho com braquiária a forrageira pode servir como alimento para a exploração pecuária, a partir do final do verão até início da primavera e, posteriormente, para formação de palhada no sistema plantio direto. Há, também, possibilidade da utilização da forrageira, exclusivamente, como planta produtora de palhada, proporcionando cobertura permanente do solo até a semeadura da safra de verão subsequente.

A forrageira pode ser semeada simultaneamente com o milho. Para isso, as sementes são misturadas ao adubo e depositadas no compartimento de fertilizante da semeadora, sendo distribuídas na mesma profundidade do adubo. Nesse sistema, a braquiária apresenta desenvolvimento lento até a colheita do milho, iniciando seu pleno desenvolvimento, beneficiado pelo adubo residual após essa colheita.

Os resultados de pesquisas envolvendo o cultivo consorciado de milho com Brachiaria brizantha demonstram a viabilidade deste sistema de produção.

Para que ocorra um mínimo de competição entre as culturas é fundamental proporcionar condições para que o milho se desenvolva e ocupe o terreno antes de a braquiária se estabelecer plenamente.

Os efeitos do consórcio (reciclagem de nutrientes, acúmulo de palha na superfície, melhoria da parte física do solo pela ação conjunta dos sistemas radiculares e pela incorporação e acúmulo de matéria orgânica) são benéficos para os plantios subsequentes, em especial para os de soja, contribuindo para o aumento de produtividade.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar as áreas aptas e os períodos de semeadura para o cultivo do milho 2ª safra, consorciado com brachiária brizantha no Distrito Federal, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico das culturas, considerando-se as seguintes variáveis:

Precipitação pluvial, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fonológicas de cultivares de milho, coeficiente de cultura (Kc) e capacidade de água disponível dos solos,

O balanço hídrico foi realizado para períodos decendiais de semeadura. Para cada período, fase fenológica e local da estação pluviométrica, foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação ETr/ETm (evapotranspiração real/evapotranspiração máxima).

A definição das áreas de risco climático para o consórcio foi associada à ocorrência de déficit hídrico na fase de florescimento/enchimento de grãos para a cultura do milho e na fase de germinação/estabelecimento da cultura para a braquiária.

As cultivares de milho foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 120 dias); Grupo II (120 dias < n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Foram adotados os seguintes critérios para o cultivo consorciado do milho com a brachiária brizantha, em condições de baixo risco climático:

- ISNA maior ou igual a 0,60 na fase de germinação/estabelecimento da braquiária;
- ISNA maior ou igual a 0,50 na fase de floração/enchimento de grãos da cultura do milho;
- Risco de ocorrência de geada inferior a 20%.

As áreas agrícolas do Distrito Federal foram consideradas aptas para o cultivo do milho consorciado com a brachiária brizantha por terem apresentado em, pelo menos, 20% de seu território, condições climáticas de acordo com os critérios adotados em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho consorciado com braquiária no Distrito Federal, os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares de milho indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Distrito Federal, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9105 PRO, ADV9534 , ADV9534 PRO, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD305, AD190, AD150, AD189 e AD105;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B210PW, CD3410PW, MG300PW, 2B346PW, 2B587RR, 2B587PW, 2B512PW, 30A37PW, 30A37RR, 2B610PW, 2B633PW, MG652PW, MG580PW, 20A78PW, CD3312PW, DB 2B339PW, 2B433PW, 2A401PW e CD3612PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F53VYHR, 30K73, 30F53VYH, 30K73H, 30K73YHR, P3340YHR, P3340VYHR, P3456, P3340YH, BG7330H, P3431, P3431H, P3431YH, P3456VYH, P3431YHR, 30F53R, P3456H, BG7318YH, P2830H, P3340VYH, 30F53YHR, P2830VYH, 30F53, 30F53HR, P1630YH, 30F53YH, 30F53H, P2830, P3340H, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037HR, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 2223, BRS Gorutuba, BRS 1055, BRS 1060 e BRS 3040;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 207, BM 502, BM 810, BM 955, BM 905, BM 820, SHS 4080, SHS 4090, SHS 4070, SHS 7090, SHS 5080, SHS 5070, SHS 5050, SHS 5550, SHS 5560, SHS 3031, SHS 5090, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 4M50, 3M51, 2M80, 2M60 e 2M77;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB 330RR2, AG 9080PRO2, AG9045PRO2, AG9030RR2, DKB340PRO2, AG9030PRO2, AG9030PRO, DKB250PRO2, DKB285PRO2, GNZ 9505PRO, GNZ 9505YG, DKB 330, DKB330PRO, AS 1551RR2, DKB330PRO2, AS 1551PRO, AG8061PRO3, ADV 9434, AS 1660PRO, AS 1633PRO2, DKB 275PRO, DKB 285, DKB 285PRO, DKB 285RR2, DKB 315, AS 1572PRO, ADV9345PRO3, RB 9005RR2, AG9030PRO3, AS1575PRO3, AS1660PRO3, AS 1633, LG 3055PRO3, LG 6304PRO, LG 6304YG, AG 9040YG, AG 9030, AG 9010PRO, RB9110PRO, RB 9110YG, AG 9010, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, AS1590PRO, AS1656PRO3, AS 1660PRO2, RB 9005PRO3, RB 9006PRO3, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO2, SHS7910PRO3, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 8011PRO, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, AG 8088RR2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, AG 8544, AG9080PRO, AG9080RR2, AS1633PRO, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, BM 650 RR2, RB 9006RR2, AG9030PROX, AS1633PRO3, AS1596PRO3, RB 9108PRO2, DKB 340PRO, ADV 9434PRO2, ADV 9434PRO3, AG 1051, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG 5055PRO, AG 7000, LG 3055PRO2, AG 7098, BALU 280PRO, BM 650, BM 650 PRO2, AG 8544PRO, AG 8580PRO, LG 6036RR2, AG8690PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG8677PRO2, AG8677PRO3, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8580PROX, NS 56PRO2, DKB275PRO3, AG8061PROX, NS 56RR2, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO2, AG 9045RR2, AG7088PROX, AG7098PRO2, AG7098PRO3, AG7098PROX, AG 8061, AG 7098PRO, AG 7098RR2, NS 90PRO2, NS 90PRO, LG 6038PRO3, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, DKB315PRO, AG 8061RR2, AG8500RR2, AG8544PRO3, AG8580PRO2, AG8580PRO3, AG 9040, AG 9045PRO, DKB 250, AG8780PRO,

AG8780PRO3, AS 1575, AG 8676PRO2, RB 9005PRO, LG6036PRO3, NS 90RR2, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9626PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9505PRO3, DKB 350, DKB 350PRO, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB 390RR2, RB 9004PRO2, RB 9004PRO, NS 92PRO2, NS92PRO, LG 3055PRO, AS 1596, AS 1596PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, AS 1598PRO2, LG 6036PRO2, LG 6036PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, GNZ 9690RR2, RB 9006PRO, RB 9005PRO2, RB 9004RR2, AS 1642, DKB285PRO3, AS1551PRO2, AS1555PRO, LG 3055, AS1555PRO2, SHS 7920PRO3, AS1555PRO3, SHS 7920PRO, DKB250PRO3, DKB290, 2300RR2, RB 9108, AS1642PRO, AS1656PRO, AS 1656PRO2, AS 1661PRO, AS1656RR2, AS 1660, DKB245PRO2, DKB290PRO, DKB290PRO3, AS1555RR2, SHS7915PRO3, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9308YG, RB 9308, RB 9210PRO2, RB 9210PRO, RB 9210, RB 9110, AS1573PRO, RB 9108PRO3, RB 9108PRO, NS 50PRO, LG6050PRO2, AS1660PROX, AS 1665PRO, AS 1642 PRO2, CD 397PRO, CD 3715RR2, RB 9108PROX, RB 9077PRO, RB 9006PRO2, DKB 310, DKB 310PRO2, 3200RR2, 3400RR2, 3700RR2, GNZ 9505PRO2, BM780PRO, BM 780PRO2, BM 780PRO3, BM 840PRO, BM 840RR2, 3770RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO, DKB310PRO3, DKB330PRO3, DKB340PROX, DKB390PRO3, DKB390PROX, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB395PRO3, GNZ 9501, GNZ9501PRO, BM 915PRO, BM780RR2, CD324PRO, CD 3715, CD 3715PRO, CD 3715PRO2, AG9025PRO3, DKB177PRO, DKB 390YG, BALU 480PRO, BALU 480PRO2, BALU 480PROX, BALU 480RR2, AG9045PRO3, AS 1575PRO, AS1666PRO, AS1677PRO3, AS 1581, AS 1581PRO, CD 397YG, DKB 175, DKB 175PRO, DKB 175PRO2, DKB 175RR2, DKB 177, DKB 177PRO2, DKB177PRO3, DKB 177RR2, DKB 240PRO2, DKB 240RR2, DKB 240YGRR2, DKB 245PRO, DKB 245RR2, DKB 250PRO, DKB 250RR2, DKB 310PRO, DKB177PROX, NS 50PRO3, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950, BM950PRO3, AG8700, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO e LG 6036;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu787PRO2, Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu445 e Balu787;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: DG 213, ATL 400, SM 966, SM 511, RK3014, FTH 960, DG 601, DG 501, FTH 510, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060 e K9822 VIP3;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22S18 TP2, SX1093, PRE22S18, PRE 22S18 TP3, PRE 22T10 TP, PRE 22D11, PRE 22S18 TP, PRE 22T10, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;

SYNGENTA SEEDS LTDA: GSS 41240, SX7331 Viptera, SX7991 TLTG Viptera, GSS 3969, Somma, SW3949, SW3949 TL, SYN5T78 TLTG Viptera, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, Tork TL, Tropical Plus, Balu 184, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, RB 6324, Thunder, SYN7205 VIP2, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SX8442 VIP3, GSS41242, Formula VIP2, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Cargo TL, Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, Somma Viptera, SX7341 VIP3, SYN4306, SYN4306 TL, SYN5T78, SYN7205 TL, SZ7142, SZ7142 TLTG Viptera, 3040VIP3, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX6003 VIP3, SX6552 VIP3, SX7331, SX7772 VIP3, SX8394 VIP3, SX8555 VIP3, SX8773 VIP3, SZ7634 VIP3, SZ7684 VIP3, SX5885 VIP3 e SX7331 VIP4.

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9853 PRO e ADV9853;

BIONACIONAL SEMENTES: Taurus;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316 e CD 316Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe e Copacabana;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B688RR, 2B688PW, 2B710PW, 2A620PW, 2B810PW, 2B877PW, 2B655PW, CD3770PW, CD3765PW, NEX 5617PW, CD 384PW, MG699PW, 30A95PW, 30A91PW, 30A77PW, 20A55PW, CD3775PW, MG699RR, 2B647PW, CD384RR, MG744PW, MG600PW, 2B533PW, CD3610PW, CD3880PW, 2A521PW, MG711PW e 2B640PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F90H, BG7032YHR, BG7032YH, 30F35, 30F35H, 30F35R, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F35HR, BG7032H, BG7032, BG7032HR e 30F53EH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 3035, BRS 3025, BR 205, BR 206, BRS 2020, BRS 2022, BR 106, BR 451, BR 473, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104, BRS 3046 e BRS 1010;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 709;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e ANHEMBI;

NIDERA: NS82 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 232 e PZ 216;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: R9080PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, Balu 188, ATL 310, ATL 200, ATL 110, ATL 100, K9220PRO2, K9200, RK3115, R9330PRO2, K9100, GNZ 9510, GNZ 9506, DG 627, ATL 300S, SG 6010, SG 6011, SG 6302 e SM 505;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30 e RVM 40;

SEMPRE SEMENTES: SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076 e SX1086;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SG 6418, CD 308, SX8934 VIP3 e SY6222 VIP3.

GRUPO III

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 393 e CD 393Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA e DSS 1001;

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR: IPR 164, IPR 127, IPR 119 e IPR 114;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 03 e RG 02A;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, Al Bianco, CATIVERDE 02, AL Bandeirante, AL Piratininga e AL 34;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I
SOLOS TIPOS 2 e 3
4 a 6

PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II
SOLOS TIPOS 2 e 3
4 a 5

PORTARIA Nº 239, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho consorciado com braquiária no Estado de Goiás, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O cultivo consorciado de plantas produtoras de grãos com forrageiras tropicais, em sistema de plantio direto, tem aumentado significativamente, nos últimos anos nas regiões que apresentam inverno seco.

No Estado o plantio consorciado de braquiária com o milho vem sendo utilizado, predominantemente, no cultivo do milho 2ª safra (safrinha).

O consórcio do milho com a braquiária é possível graças ao diferencial de tempo e espaço no acúmulo de biomassa entre as espécies.

No consórcio do milho com braquiária a forrageira pode servir como alimento para a exploração pecuária, a partir do final do verão até início da primavera e, posteriormente, para formação de palhada no sistema plantio direto. Há, também, possibilidade da utilização da forrageira, exclusivamente, como planta produtora de palhada, proporcionando cobertura permanente do solo até a semeadura da safra de verão subsequente.

A forrageira pode ser semeada simultaneamente com o milho. Para isso, as sementes são misturadas ao adubo e depositadas no compartimento de fertilizante da semeadora, sendo distribuídas na mesma profundidade do adubo. Nesse sistema, a braquiária apresenta desenvolvimento lento até a colheita do milho, iniciando seu pleno desenvolvimento, beneficiado pelo adubo residual após essa colheita.

Os resultados de pesquisas envolvendo o cultivo consorciado de milho com Brachiaria brizantha demonstram a viabilidade deste sistema de produção.

Para que ocorra um mínimo de competição entre as culturas é fundamental proporcionar condições para que o milho se desenvolva e ocupe o terreno antes de a braquiária se estabelecer plenamente.

Os efeitos do consórcio (reciclagem de nutrientes, acúmulo de palha na superfície, melhoria da parte física do solo pela ação conjunta dos sistemas radiculares e pela incorporação e acúmulo de matéria orgânica) são benéficos para os plantios subseqüentes, em especial para os de soja, contribuindo para o aumento de produtividade.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura para o cultivo do milho 2ª safra, consorciado com brachiária brizantha no Estado, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico das culturas, considerando-se as seguintes variáveis:

Precipitação pluvial, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fonológicas de cultivares de milho, coeficiente de cultura (Kc) e capacidade de água disponível dos solos,

O balanço hídrico foi realizado para períodos decendiais de semeadura. Para cada período, fase fenológica e local da estação pluviométrica, foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação ETr/ETm (evapotranspiração real/evapotranspiração máxima).

A definição das áreas de risco climático para o consórcio foi associada à ocorrência de déficit hídrico na fase de florescimento/enchimento de grãos para a cultura do milho e na fase de germinação/estabelecimento da cultura para a braquiária.

As cultivares de milho foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 120 dias); Grupo II (120 dias < n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Foram adotados os seguintes critérios para o cultivo consorciado do milho com a brachiária brizantha, em condições de baixo risco climático:

- ISNA maior ou igual a 0,60 na fase de germinação/estabelecimento da braquiária;
- ISNA maior ou igual a 0,50 na fase de floração/enchimento de grãos da cultura do milho;
- Risco de ocorrência de geada inferior a 20%.

Considerou-se apto para o cultivo do milho consorciado com a brachiária brizantha, o município que apresentou, no mínimo, 20% de sua área com condições climáticas dentro dos critérios considerados, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho consorciado com braquiária no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares de milho indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9105 PRO, ADV9534, ADV9534 PRO, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD305, AD190, AD150, AD189 e AD105;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Copacabana;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B210PW, CD3410PW, MG300PW, 2B346PW, 2B587RR, 2B587PW, 2B512PW, 30A37PW, 30A37RR, 2B610PW, 2B633PW, MG652PW, MG580PW, 20A78PW, CD3312PW, DB 2B339PW, 2B433PW, 2A401PW e CD3612PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F53VYH, 30F53VYHR, P3431, P3340YHR, P3340YH, P3456, 30F53R, P3456VYH, P3456H, P3431H, P3431YH, P3431YHR, P1630YH, P2830VYH, P2830, BG7432H, 30F53HR, P3340H, BG7318YH, 30F53, 30F53YHR, P2830H, 30F53YH, 30F53H, P3250, 30F53EH, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037HR, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7330, BG7330H, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3340VYH, P3340VYHR, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 3040, BRS 2223, BRS 1055, BRS 1060 e BRS Gorutuba;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 207, BM 905, BM 3063, BM 502, BM 955, BM 820, BM 810, SHS 5050, SHS 4080, SHS 4070, SHS 4090, SHS 5550, SHS 5560, SHS 7090, SHS 3031, SHS 5090, SHS 5080, SHS 5070, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 3M51, 2M80 e 2M77;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 4002, AM 4003 e AX 727;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB330PRO2, DKB285PRO2, GNZ 9505YG, AS 1551PRO, AS 1551RR2, AG9030PRO2, DKB 330RR2, AG9030PROX, DKB330PRO, AG 9080PRO2, GNZ 9505PRO, DKB 330, AG9080PRO, DKB340PRO2, DKB250PRO2, AG9045PRO2, AG9030RR2, RB9110PRO, AS 1660PRO, AG 9030, AG 9040YG, LG 6304YG, LG 6304PRO, ADV 9434, RB 9006PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, ADV9345PRO3, AS 1572PRO, AS 1660PRO2, AS1551PRO2, AS 1665PRO, AS1660PROX, AS 1660, AS1656RR2, AS1656PRO3, AS1633PRO3, AS1633PRO, AS1590PRO, AG 9010, AG9080RR2, RB 9110YG, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, LG 3055PRO3, AS 1633, AS1660PRO3, AS1575PRO3, AG9030PRO3, AG8061PRO3, DKB 315, DKB 285RR2, DKB285PRO3, DKB 285PRO, DKB 285, AS 1633PRO2, AG 9010PRO, LG 3055PRO, AG 7000, BM 650, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, AG 8544, AG 8544PRO, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO2, ADV 9434PRO, SHS7910PRO3, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 7098RR2, AG 8011PRO, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, AG 8088RR2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, AS1596PRO3, RB 9108PRO2, DKB 340PRO, ADV 9434PRO2, ADV 9434PRO3, AG 1051, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG 5055PRO, BALU 280PRO, AG8500RR2, AG 8061RR2, AG8580PRO2, AG8580PRO3, AG8580PROX, NS 56PRO2, DKB275PRO3, AG8061PROX, NS 56RR2, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO2, NS 50PRO, AG8677PRO2, AG8677PRO3, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8780PRO, AG8780PRO3, AS 1575, LG 6036RR2, AG 8580PRO, AG 8676PRO2, AG8690PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG9030PRO, AG 9040, AG 9045PRO, AG 9045RR2, AG7088PROX, AG7098PRO2, AG7098PRO3, AG7098PROX, AG 8061, AG 7098PRO, NS 90PRO2, NS 90PRO, LG 6038PRO3, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, DKB315PRO, AG8544PRO3, LG6036PRO3, RB 9005PRO, RB 9004RR2, RB 9004PRO2, RB 9004PRO, NS 92PRO2, NS92PRO, NS 90RR2, DKB 390RR2, AG 7098, LG 3055PRO2, AS 1596, AS 1596PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, GNZ 9690RR2, RB 9006PRO, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9626PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9505PRO3, DKB 350, DKB 350PRO, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, LG 6036PRO2, LG 6036PRO, AS 1598PRO2, RB 9005PRO2, DKB245PRO2, DKB250PRO3, 2300RR2, RB 9108, AS1642PRO, AS1656PRO, AS 1656PRO2, AS 1661PRO, DKB290, DKB290PRO, LG6050PRO2, AS 1642, AS 1642 PRO2, AS1555PRO, LG 3055, AS1555PRO2, SHS 7920PRO3, AS1555PRO3, SHS 7920PRO, SHS7915PRO3, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9308YG, RB 9308, RB 9210PRO2, RB 9210PRO, RB 9210, RB 9110, AS1555RR2, AS1573PRO, RB 9108PRO3, RB 9108PRO, CD 3715, CD324PRO, CD 3715PRO2, CD 3715RR2, CD 397PRO, AG9025PRO3, RB 9108PROX, RB 9077PRO, RB 9006RR2, RB 9006PRO2, GNZ 9505PRO2, BM780PRO, BM 780PRO2, BM 780PRO3, BM 840PRO, BM 915PRO, GNZ9501PRO, BM 840RR2, DKB290PRO3, DKB 310, DKB 310PRO2, 3200RR2, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, DKB310PRO3, DKB330PRO3, DKB340PROX, DKB390PRO3, DKB390PROX, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB395PRO3, GNZ 9501, BM780RR2, CD 3715PRO, DKB 240RR2, DKB 390YG, DKB 240PRO2, DKB177PROX, DKB 177RR2, DKB 310PRO, DKB177PRO3, BALU 480PROX, DKB 177, DKB 245PRO, DKB 175RR2, BALU 480PRO2, DKB 175PRO2, DKB 250RR2, DKB 175PRO, BALU 480PRO, DKB 175, DKB 245RR2, CD 397YG, AS1677PRO3, AS 1581PRO, DKB 250PRO, AS 1581, AS1666PRO, AS 1575PRO, DKB177PRO, AG9045PRO3, DKB 240YGRR2, BALU 480RR2, DKB 250, AG9050PRO3, NS 50PRO3, AG8780, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, DKB 177PRO2, DKB 275PRO, AS1777PRO3, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950, BM950PRO3, AG8700, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, DKB265PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO e LG 6036;

NIDERA: NS77PRO2 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 316, PZ 204, PZ 240, PZ 226, PZ 216 e PZ 232;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu445, Balu787 e Balu787PRO2;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: RK3014, SM 511, SM 966, ATL 400, FTH 960, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3 e ATL 300S;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8010, XB 8010 Bt, XB 9003 Bt, XB 9003, 90XB06, XB 8018, 60XB14, 60XB14 Bt, XB 8018 Bt e 90XB06 Bt;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22S18 TP3, PRE 22D11, PRE 22T10 TP, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22T10, SX1093, PRE 22S18 TP, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;

SUPER SEMENTES GENETICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS LTDA: 15ST45;

SYNGENTA SEEDS LTDA: GSS 3969, SX7991 TLTG Viptera, GSS 41240, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, RB 6324, Thunder, SYN7205 VIP2, SX6003 VIP3, SX7331 TG, SX8394 VIP3, SX8934 VIP3, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SW3949 TL, SX7331, SX7331 Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, Tork TL, Tropical Plus, Balu 184, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, Somma, SW3949, SZ7142 TLTG Viptera, SZ7142, SX8442 VIP3, 3040VIP3, Formula VIP2, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Cargo TL, Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, Somma Viptera, SX7341 VIP3, SYN4306, SYN4306 TL, SYN5T78, SYN7205 TL, GSS41242, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX7772 VIP3, SZ7634 VIP3, SX5885 VIP3, SX6665 VIP3 e SX7331 VIP4.

GRUPO II

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9853 PRO e ADV9853;

AVANTI SEEDS : SW 5198 e AV 4142;

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316 e CD 316Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B655PW, 2B688RR, 2A620PW, 2B810PW, 2B710PW, 2B877PW, 2B688PW, CD3770PW, CD3765PW, NEX 5617PW, CD 384PW, Dow WxA504, MG699PW, 30A95PW, 30A91PW, 30A77PW, 20A55PW, CD3775PW, MG699RR, 2B647PW, CD384RR, MG744PW, MG600PW, 2B533PW, CD3610PW, CD3880PW, 2A521PW, MG711PW e 2B640PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: BG7032YHR, BG7032YH, 30K73H, 30F35HR, 30K73, 30F35H, 30F35VYHR, 30F35, 30F35YH, 30K73YHR, 30F35R, 30F90H, BG7032HR, BG7032H e BG7032;

EMBRAPA MILHO E SORGO: Emgopa 501, BRS 3025, BRS 3035, BR 205, BR 206, BRS 2020, BRS 2022, BR 106, BR 451, BR 473, BRS 4103, BRS 1010, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 4104 e BRS 3046;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ 2005 YG, GNZ7280, GNZ7210 e GNZ7210PRO2;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 709;

IAC: IAC 3330, IAC 8046, IAC 8077, IAC 8390 e IAC Airan;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 606, AM 811, AM 997, BALU 7690, MS 2010 e MS 2013;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: ANHEMBI;

NIDERA: NS82;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242 e PZ 677;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: R9080PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, RK3115, SG 6302, K9200, K9220PRO2, ATL 100, ATL 110, ATL 200, ATL 310, Balu 188, DG 213, DG 501, DG 601, DG 627, GNZ 9506, GNZ 9510, K9100, FTH 510, R9330PRO2, SG 6011, SG 6010 e SM 505;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30 e RVM 40;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7116 Bt, XB 7253, XB 4013, XB 6012 Bt, XB 7116, XB 8030, XB 6012, XB 8030 Bt e XB 7253 Bt;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044 e MS3022;

SEMPRE SEMENTES: SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076 e SX1086;

SUPER SEMENTES GENETICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS LTDA: 14SV28, 14ST01, 14SS17, 14SS18, 14ST07, 15ST33 e 16GSS43;

SYNGENTA SEEDS LTDA: CD 308, SG 6418 e SY6222 VIP3;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA-ME: AGRI340.

GRUPO III

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

AVANTI SEEDS : SW 5156, SW 5560 e SW 5130;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 393 e CD 393Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA e DSS 1001;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Vivi;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7280PRO2;

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR: IPR 164, IPR 127, IPR 119 e IPR 114;

JOSÉ FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 03 e RG 02ª;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Bandeirante, CATIVERDE 02, AL Piratininga, Al Bianco, AL Avaré e AL 34;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA-ME: AGRI-104.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abadia de Goiás	4 a 5	4 a 6
Abadiânia	4 a 6	4 a 6
Acreúna	4 a 5	4 a 6
Adelândia	4 a 5	4 a 6
Água Fria de Goiás	4 a 6	4 a 6
Água Limpa	4 a 5	4 a 6
Águas Lindas de Goiás	4 a 6	4 a 6
Alexânia	4 a 6	4 a 6
Aloândia	4 a 5	4 a 6
Alto Horizonte	4 a 5	4 a 5
Alto Paraíso de Goiás	4 a 5	4 a 5
Alvorada do Norte	4 a 5	4 a 5
Amaralina	4 a 5	4 a 6
Americano do Brasil	4 a 5	4 a 6
Amorinópolis	4 a 5	4 a 5
Anápolis	4 a 6	4 a 6
Anhanguera	4 a 5	4 a 5
Anicuns	4 a 5	4 a 6
Aparecida de Goiânia	4 a 6	4 a 6
Aparecida do Rio Doce	4 a 6	4 a 7
Aporé	4 a 5	4 a 6
Araçu	4 a 5	4 a 6
Aragarças	4 a 5	4 a 6
Aragoiânia	4 a 5	4 a 6
Araguapaz	4 a 5	4 a 6
Arenópolis	4 a 5	4 a 5
Aruanã	4 a 5	4 a 5
Aurilândia	4 a 5	4 a 5
Avelinópolis	4 a 5	4 a 6
Baliza	4 a 5	4 a 6
Barro Alto	4 a 5	4 a 5
Bela Vista de Goiás	4 a 6	4 a 6
Bom Jardim de Goiás	4 a 5	4 a 6
Bom Jesus de Goiás	4 a 5	4 a 6
Bonfinópolis	4 a 6	4 a 7
Bonópolis	4 a 5	4 a 6
Brazabrantes	4 a 6	4 a 6
Britânia	4 a 5	4 a 5
Buriti Alegre	4 a 5	4 a 6
Buriti de Goiás	4 a 5	4 a 5
Buritinópolis	4 a 5	4 a 5
Cabeceiras	4 a 6	4 a 6
Cachoeira Alta	4 a 5	4 a 6
Cachoeira de Goiás	4 a 5	4 a 5
Cachoeira Dourada	4 a 5	4 a 6
Caçu	4 a 5	4 a 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Caiapônia	4 a 6	4 a 7
Caldas Novas	4 a 5	4 a 5
Caldazinha	4 a 6	4 a 6
Campestre de Goiás	4 a 5	4 a 6
Campinaçu	4 a 5	4 a 6
Campinorte	4 a 5	4 a 6
Campo Alegre de Goiás	4 a 5	4 a 5
Campo Limpo de Goiás	4 a 6	4 a 6
Campos Belos	4 a 5	4 a 5
Campos Verdes	4 a 5	4 a 5
Carmo do Rio Verde	4 a 5	4 a 6
Castelândia	4 a 5	4 a 6
Catalão	4 a 5	4 a 5
Caturaí	4 a 5	4 a 6
Cavalcante	4 a 5	4 a 5
Ceres	4 a 5	4 a 6
Cezarina	4 a 5	4 a 6
Chapadão do Céu	4 a 6	4 a 7
Cidade Ocidental	4 a 6	4 a 6
Cocalzinho de Goiás	4 a 6	4 a 6
Colinas do Sul	4 a 5	4 a 5
Córrego do Ouro	4 a 5	4 a 5
Corumbá de Goiás	4 a 6	4 a 6
Corumbaíba	4 a 5	4 a 6
Cristalina	4 a 6	4 a 6
Cristianópolis	4 a 5	4 a 5
Crixás	4 a 5	4 a 6
Cromínia	4 a 5	4 a 6
Cumari	4 a 5	4 a 5
Damianópolis	4 a 5	4 a 5
Damolândia	4 a 6	4 a 6
Davinópolis	4 a 5	4 a 5
Diorama	4 a 5	4 a 5
Divinópolis de Goiás	4 a 5	4 a 5
Doverlândia	4 a 6	4 a 6
Edealina	4 a 5	4 a 6
Edéia	4 a 5	4 a 6
Estrela do Norte	4 a 5	4 a 6
Faina	4 a 5	4 a 6
Fazenda Nova	4 a 5	4 a 5
Firminópolis	4 a 5	4 a 5
Flores de Goiás	4 a 5	4 a 6
Formosa	4 a 6	4 a 6
Formoso	4 a 5	4 a 6
Gameleira de Goiás	4 a 6	4 a 6
Goianápolis	4 a 6	4 a 6
Goiandira	4 a 5	4 a 5
Goianésia	4 a 5	4 a 6
Goiânia	4 a 6	4 a 6
Goianira	4 a 5	4 a 6
Goiás	4 a 5	4 a 6
Goiatuba	4 a 5	4 a 6
Gouvelândia	4 a 5	4 a 6
Guapó	4 a 5	4 a 6
Guaraíta	4 a 5	4 a 6
Guarani de Goiás	4 a 5	4 a 5
Guarinos	4 a 5	4 a 6
Heitoraí	4 a 5	4 a 6
Hidrolândia	4 a 6	4 a 6
Hidrolina	4 a 5	4 a 6
Iaciara	4 a 5	4 a 5
Inaciolândia	4 a 5	4 a 6
Indiara	4 a 5	4 a 6
Inhumas	4 a 6	4 a 6
Ipameri	4 a 5	4 a 5
Ipiranga de Goiás	4 a 5	4 a 6
Iporá	4 a 5	4 a 5
Israelândia	4 a 5	4 a 5
Itaberaí	4 a 5	4 a 6
Itaguari	4 a 5	4 a 6
Itaguaru	4 a 5	4 a 6
Itajá	4 a 5	4 a 6
Itapaci	4 a 5	4 a 6
Itapirapuã	4 a 5	4 a 5
Itapuranga	4 a 5	4 a 6
Itarumã	4 a 5	4 a 6
Itauçu	4 a 5	4 a 6
Itumbiara	4 a 5	4 a 6
Ivolândia	4 a 5	4 a 6
Jandaia	4 a 5	4 a 6
Jaraguá	4 a 6	4 a 6
Jataí	4 a 6	4 a 7
Jaupaci	4 a 5	4 a 5
Jesúpolis	4 a 5	4 a 6
Joviânia	4 a 5	4 a 6
Jussara	4 a 5	4 a 5
Lagoa Santa	4 a 5	4 a 6
Leopoldo de Bulhões	4 a 6	4 a 6
Luziânia	4 a 6	4 a 6
Mairipotaba	4 a 5	4 a 6
Mambaí	4 a 5	4 a 5
Mara Rosa	4 a 5	4 a 6
Marzagão	4 a 5	4 a 5
Matrinchã	4 a 5	4 a 5
Maurilândia	4 a 5	4 a 6
Mimoso de Goiás	4 a 5	4 a 6
Minaçu	4 a 5	4 a 5
Mineiros	4 a 6	4 a 7
Moiporá	4 a 5	4 a 5
Monte Alegre de Goiás	4 a 5	4 a 5
Montes Claros de Goiás	4 a 5	4 a 5
Montividiu	4 a 6	4 a 6
Montividiu do Norte	4 a 5	4 a 5
Morrinhos	4 a 5	4 a 6
Morro Agudo de Goiás	4 a 5	4 a 6
Mossâmedes	4 a 5	4 a 6
Mozarlândia	4 a 5	4 a 6
Mundo Novo	4 a 5	4 a 5
Mutunópolis	4 a 5	4 a 6
Nazário	4 a 5	4 a 6
Nerópolis	4 a 6	4 a 6
Niquelândia	4 a 5	4 a 5
Nova América	4 a 5	4 a 6
Nova Aurora	4 a 5	4 a 5
Nova Crixás	4 a 5	4 a 5
Nova Glória	4 a 5	4 a 6
Nova Iguaçu de Goiás	4 a 5	4 a 5
Nova Roma	4 a 5	4 a 5
Nova Veneza	4 a 6	4 a 6
Novo Brasil	4 a 5	4 a 5
Novo Gama	4 a 6	4 a 6
Novo Planalto	4 a 5	4 a 6
Orizona	4 a 5	4 a 6
Ouro Verde de Goiás	4 a 6	4 a 6
Ouvidor	4 a 5	4 a 5
Padre Bernardo	4 a 6	4 a 6
Palestina de Goiás	4 a 6	4 a 6
Palmeiras de Goiás	4 a 5	4 a 6
Palmelo	4 a 5	4 a 5
Palminópolis	4 a 5	4 a 5
Panamá	4 a 5	4 a 6
Paranaiguara	4 a 5	4 a 6
Paraúna	4 a 5	4 a 6
Perolândia	4 a 6	4 a 7
Petrolina de Goiás	4 a 6	4 a 6
Pilar de Goiás	4 a 5	4 a 6
Piracanjuba	4 a 6	4 a 6
Piranhas	4 a 5	4 a 6
Pirenópolis	4 a 6	4 a 6
Pires do Rio	4 a 5	4 a 5
Planaltina	4 a 6	4 a 6
Pontalina	4 a 5	4 a 6
Porangatu	4 a 5	4 a 6
Porteirão	4 a 5	4 a 6
Portelândia	4 a 6	4 a 7
Posse	4 a 5	4 a 5
Professor Jamil	4 a 5	4 a 6
Quirinópolis	4 a 5	4 a 6
Rialma	4 a 5	4 a 6
Rianápolis	4 a 5	4 a 6
Rio Quente	4 a 5	4 a 5
Rio Verde	4 a 6	4 a 7
Rubiataba	4 a 5	4 a 6
Sanclerlândia	4 a 5	4 a 6
Santa Bárbara de Goiás	4 a 5	4 a 6
Santa Cruz de Goiás	4 a 5	4 a 5
Santa Fé de Goiás	4 a 5	4 a 5
Santa Helena de Goiás	4 a 5	4 a 6
Santa Isabel	4 a 5	4 a 6
Santa Rita do Araguaia	4 a 6	4 a 7
Santa Rita do Novo Destino	4 a 5	4 a 5
Santa Rosa de Goiás	4 a 5	4 a 6
Santa Tereza de Goiás	4 a 5	4 a 6
Santa Terezinha de Goiás	4 a 5	4 a 5
Santo Antônio da Barra	4 a 5	4 a 6
Santo Antônio de Goiás	4 a 6	4 a 6
Santo Antônio do Descoberto	4 a 6	4 a 6
São Domingos	4 a 5	4 a 5
São Francisco de Goiás	4 a 6	4 a 6
São João d"Aliança	4 a 5	4 a 6
São João da Paraúna	4 a 5	4 a 5
São Luís de Montes Belos	4 a 5	4 a 5
São Luíz do Norte	4 a 5	4 a 6
São Miguel do Araguaia	4 a 5	4 a 6
São Miguel do Passa Quatro	4 a 5	4 a 6
São Patrício	4 a 5	4 a 6
São Simão	4 a 5	4 a 6
Senador Canedo	4 a 6	4 a 6
Serranópolis	4 a 6	4 a 7
Silvânia	4 a 6	4 a 6
Simolândia	4 a 5	4 a 5
Sitio d"Abadia	4 a 5	4 a 5
Taquaral de Goiás	4 a 5	4 a 6
Teresina de Goiás	4 a 5	4 a 5
Terezópolis de Goiás	4 a 6	4 a 6
Três Ranchos	4 a 5	4 a 5
Trindade	4 a 5	4 a 6
Trombas	4 a 5	4 a 6
Turvânia	4 a 5	4 a 6
Turvelândia	4 a 5	4 a 6
Uirapuru	4 a 5	4 a 5
Uruaçu	4 a 5	4 a 5
Uruana	4 a 5	4 a 6
Urutaí	4 a 5	4 a 5
Valparaíso de Goiás	4 a 6	4 a 6
Varjão	4 a 5	4 a 6
Vianópolis	4 a 5	4 a 6
Vicentinópolis	4 a 5	4 a 6
Vila Boa	4 a 6	4 a 6
Vila Propício	4 a 5	4 a 6

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abadia de Goiás	4 a 5	4 a 5
Abadiânia	4 a 5	4 a 5
Acreúna		4 a 5
Adelândia	4 a 5	4 a 5
Água Fria de Goiás	4 a 5	4 a 5
Água Limpa	4 a 5	4 a 5
Águas Lindas de Goiás	4 a 5	4 a 5
Alexânia	4 a 5	4 a 5
Aloândia	4 a 5	4 a 5
Alto Horizonte		4 a 5
Alto Paraíso de Goiás		4 a 5
Alvorada do Norte		4 a 5
Amaralina	4 a 5	4 a 5
Americano do Brasil	4 a 5	4 a 5
Amorinópolis		4 a 5
Anápolis	4 a 5	4 a 5
Anhanguera		4 a 5
Anicuns	4 a 5	4 a 5
Aparecida de Goiânia	4 a 5	4 a 5
Aparecida do Rio Doce	4 a 5	4 a 5
Aporé	4 a 5	4 a 5
Araçu	4 a 5	4 a 5
Aragarças		4 a 5
Aragoiânia	4 a 5	4 a 5
Araguapaz		4 a 5
Arenópolis		4 a 5
Aruanã		4 a 5
Aurilândia		4 a 5
Avelinópolis	4 a 5	4 a 5
Baliza	4 a 5	4 a 5
Barro Alto		4 a 5
Bela Vista de Goiás	4 a 5	4 a 5
Bom Jardim de Goiás	4 a 5	4 a 5
Bom Jesus de Goiás	4 a 5	4 a 5
Bonfinópolis	4 a 5	4 a 5
Bonópolis	4 a 5	4 a 5
Brazabrantes	4 a 5	4 a 5
Britânia		4 a 5
Buriti Alegre	4 a 5	4 a 5
Buriti de Goiás		4 a 5
Buritinópolis		4 a 5
Cabeceiras	4 a 5	4 a 5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cachoeira Alta	4 a 5	4 a 5
Cachoeira de Goiás		4 a 5
Cachoeira Dourada		4 a 5
Caçu	4 a 5	4 a 5
Caiapônia	4 a 5	4 a 5
Caldas Novas		4 a 5
Caldazinha	4 a 5	4 a 5
Campestre de Goiás	4 a 5	4 a 5
Campinaçu	4 a 5	4 a 5
Campinorte	4 a 5	4 a 5
Campo Alegre de Goiás		4 a 5
Campo Limpo de Goiás	4 a 5	4 a 5
Campos Belos		4 a 5
Campos Verdes		4 a 5
Carmo do Rio Verde		4 a 5
Castelândia	4 a 5	4 a 5
Catalão		4 a 5
Caturaí	4 a 5	4 a 5
Cavalcante		4 a 5
Ceres		4 a 5
Cezarina	4 a 5	4 a 5
Chapadão do Céu	4 a 5	4 a 5
Cidade Ocidental	4 a 5	4 a 5
Cocalzinho de Goiás	4 a 5	4 a 5
Colinas do Sul		4 a 5
Córrego do Ouro		4 a 5
Corumbá de Goiás	4 a 5	4 a 5
Corumbaíba		4 a 5
Cristalina	4 a 5	4 a 5
Cristianópolis		4 a 5
Crixás	4 a 5	4 a 5
Cromínia	4 a 5	4 a 5
Cumari		4 a 5
Damianópolis		4 a 5
Damolândia	4 a 5	4 a 5
Davinópolis		4 a 5
Diorama		4 a 5
Divinópolis de Goiás		4 a 5
Doverlândia	4 a 5	4 a 5
Edealina	4 a 5	4 a 5
Edéia	4 a 5	4 a 5
Estrela do Norte	4 a 5	4 a 5
Faina		4 a 5
Fazenda Nova		4 a 5
Firminópolis		4 a 5
Flores de Goiás	4 a 5	4 a 5
Formosa	4 a 5	4 a 5
Formoso	4 a 5	4 a 5
Gameleira de Goiás	4 a 5	4 a 5
Goianápolis	4 a 5	4 a 5
Goiandira		4 a 5
Goianésia	4 a 5	4 a 5
Goiânia	4 a 5	4 a 5
Goianira	4 a 5	4 a 5
Goiás	4 a 5	4 a 5
Goiatuba	4 a 5	4 a 5
Gouvelândia		4 a 5
Guapó	4 a 5	4 a 5
Guaraíta	4 a 5	4 a 5
Guarani de Goiás		4 a 5
Guarinos	4 a 5	4 a 5
Heitoraí	4 a 5	4 a 5
Hidrolândia	4 a 5	4 a 5
Hidrolina	4 a 5	4 a 5
Iaciara		4 a 5
Inaciolândia		4 a 5
Indiara	4 a 5	4 a 5
Inhumas	4 a 5	4 a 5
Ipameri		4 a 5
Ipiranga de Goiás		4 a 5
Iporá		4 a 5
Israelândia		4 a 5
Itaberaí	4 a 5	4 a 5
Itaguari	4 a 5	4 a 5
Itaguaru	4 a 5	4 a 5
Itajá	4 a 5	4 a 5
Itapaci	4 a 5	4 a 5
Itapirapuã		4 a 5
Itapuranga	4 a 5	4 a 5
Itarumã	4 a 5	4 a 5
Itauçu	4 a 5	4 a 5
Itumbiara		4 a 5
Ivolândia		4 a 5
Jandaia	4 a 5	4 a 5
Jaraguá	4 a 5	4 a 5
Jataí	4 a 5	4 a 5
Jaupaci		4 a 5
Jesúpolis	4 a 5	4 a 5
Joviânia	4 a 5	4 a 5
Jussara		4 a 5
Lagoa Santa	4 a 5	4 a 5
Leopoldo de Bulhões	4 a 5	4 a 5
Luziânia	4 a 5	4 a 5
Mairipotaba	4 a 5	4 a 5
Mambaí		4 a 5
Mara Rosa	4 a 5	4 a 5
Marzagão		4 a 5
Matrinchã		4 a 5
Maurilândia	4 a 5	4 a 5
Mimoso de Goiás	4 a 5	4 a 5
Minaçu		4 a 5
Mineiros	4 a 5	4 a 5
Moiporá		4 a 5
Monte Alegre de Goiás		4 a 5
Montes Claros de Goiás		4 a 5
Montividiu	4 a 5	4 a 5
Montividiu do Norte		4 a 5
Morrinhos	4 a 5	4 a 5
Morro Agudo de Goiás	4 a 5	4 a 5
Mossâmedes	4 a 5	4 a 5
Mozarlândia		4 a 5
Mundo Novo		4 a 5
Mutunópolis	4 a 5	4 a 5
Nazário	4 a 5	4 a 5
Nerópolis	4 a 5	4 a 5
Niquelândia		4 a 5
Nova América	4 a 5	4 a 5
Nova Aurora		4 a 5
Nova Crixás		4 a 5
Nova Glória		4 a 5
Nova Iguaçu de Goiás		4 a 5
Nova Roma		4 a 5
Nova Veneza	4 a 5	4 a 5
Novo Brasil		4 a 5
Novo Gama	4 a 5	4 a 5
Novo Planalto	4 a 5	4 a 5
Orizona		4 a 5
Ouro Verde de Goiás	4 a 5	4 a 5
Ouvidor		4 a 5
Padre Bernardo	4 a 5	4 a 5
Palestina de Goiás	4 a 5	4 a 5
Palmeiras de Goiás	4 a 5	4 a 5
Palmelo		4 a 5
Palminópolis		4 a 5
Panamá		4 a 5
Paranaiguara	4 a 5	4 a 5
Paraúna	4 a 5	4 a 5
Perolândia	4 a 5	4 a 5
Petrolina de Goiás	4 a 5	4 a 5
Pilar de Goiás	4 a 5	4 a 5
Piracanjuba	4 a 5	4 a 5
Piranhas		4 a 5
Pirenópolis	4 a 5	4 a 5
Pires do Rio		4 a 5
Planaltina	4 a 5	4 a 5
Pontalina	4 a 5	4 a 5
Porangatu	4 a 5	4 a 5
Porteirão	4 a 5	4 a 5
Portelândia	4 a 5	4 a 5
Posse		4 a 5
Professor Jamil	4 a 5	4 a 5
Quirinópolis	4 a 5	4 a 5
Rialma		4 a 5
Rianápolis	4 a 5	4 a 5
Rio Quente		4 a 5
Rio Verde	4 a 5	4 a 5
Rubiataba	4 a 5	4 a 5
Sanclerlândia	4 a 5	4 a 5
Santa Bárbara de Goiás	4 a 5	4 a 5
Santa Cruz de Goiás		4 a 5
Santa Fé de Goiás		4 a 5
Santa Helena de Goiás	4 a 5	4 a 5
Santa Isabel		4 a 5
Santa Rita do Araguaia	4 a 5	4 a 5
Santa Rita do Novo Destino		4 a 5
Santa Rosa de Goiás	4 a 5	4 a 5
Santa Tereza de Goiás	4 a 5	4 a 5
Santa Terezinha de Goiás		4 a 5
Santo Antônio da Barra	4 a 5	4 a 5
Santo Antônio de Goiás	4 a 5	4 a 5
Santo Antônio do Descoberto	4 a 5	4 a 5
São Domingos		4 a 5
São Francisco de Goiás	4 a 5	4 a 5
São João d"Aliança	4 a 5	4 a 5
São João da Paraúna		4 a 5
São Luís de Montes Belos		4 a 5
São Luíz do Norte		4 a 5
São Miguel do Araguaia	4 a 5	4 a 5
São Miguel do Passa Quatro	4 a 5	4 a 5
São Patrício		4 a 5
São Simão	4 a 5	4 a 5
Senador Canedo	4 a 5	4 a 5
Serranópolis	4 a 5	4 a 5
Silvânia	4 a 5	4 a 5
Simolândia		4 a 5
Sítio d"Abadia		4 a 5
Taquaral de Goiás	4 a 5	4 a 5
Teresina de Goiás		4 a 5
Terezópolis de Goiás	4 a 5	4 a 5
Três Ranchos		4 a 5
Trindade	4 a 5	4 a 5
Trombas		4 a 5
Turvânia	4 a 5	4 a 5
Turvelândia	4 a 5	4 a 5
Uirapuru		4 a 5
Uruaçu		4 a 5
Uruana	4 a 5	4 a 5
Urutaí		4 a 5
Valparaíso de Goiás	4 a 5	4 a 5
Varjão	4 a 5	4 a 5
Vianópolis	4 a 5	4 a 5
Vicentinópolis	4 a 5	4 a 5
Vila Boa	4 a 5	4 a 5
Vila Propício	4 a 5	4 a 5

PORTARIA Nº 240, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho consorciado com braquiária no Estado de Mato Grosso do Sul, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O cultivo consorciado de plantas produtoras de grãos com forrageiras tropicais, em sistema de plantio direto, tem aumentado significativamente, nos últimos anos nas regiões que apresentam inverno seco.

No Estado o plantio consorciado de braquiária com o milho vem sendo utilizado, predominantemente, no cultivo do milho 2ª safra (safrinha).

O consórcio do milho com a braquiária é possível graças ao diferencial de tempo e espaço no acúmulo de biomassa entre as espécies.

No consórcio do milho com braquiária a forrageira pode servir como alimento para a exploração pecuária, a partir do final do verão até início da primavera e, posteriormente, para formação de palhada no sistema plantio direto. Há, também, possibilidade da utilização da forrageira, exclusivamente, como planta produtora de pa-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

lhada, proporcionando cobertura permanente do solo até a semeadura da safra de verão subsequente.

A forrageira pode ser semeada simultaneamente com o milho. Para isso, as sementes são misturadas ao adubo e depositadas no compartimento de fertilizante da semeadora, sendo distribuídas na mesma profundidade do adubo. Nesse sistema, a braquiária apresenta desenvolvimento lento até a colheita do milho, iniciando seu pleno desenvolvimento, beneficiado pelo adubo residual após essa colheita.

Os resultados de pesquisas envolvendo o cultivo consorciado de milho com Brachiária sp demonstram a viabilidade desse sistema de produção.

Para que ocorra um mínimo de competição entre as culturas é fundamental proporcionar condições para que o milho se desenvolva e ocupe o terreno antes de a braquiária se estabelecer plenamente.

Os efeitos do consórcio (reciclagem de nutrientes, acúmulo de palha na superfície, melhoria da parte física do solo pela ação conjunta dos sistemas radiculares e pela incorporação e acúmulo de matéria orgânica) são benéficos para os plantios subsequentes, em especial para os de soja, contribuindo para o aumento de produtividade.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura para o cultivo do milho 2ª safra, consorciado com brachiária sp no Estado, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico das culturas, considerando-se as seguintes variáveis:

Precipitação pluvial, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fenológicas de cultivares de milho, coeficiente de cultura (Kc) e capacidade de água disponível dos solos.

O balanço hídrico foi realizado para períodos decendiais de semeadura. Para cada período, fase fenológica e local da estação pluviométrica, foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação ETr/ETm (evapotranspiração real/evapotranspiração máxima).

A definição das áreas de risco climático para o consórcio foi associada à ocorrência de déficit hídrico na fase de florescimento/enchimento de grãos para a cultura do milho e na fase de germinação/estabelecimento da cultura para a braquiária.

As cultivares de milho foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 120 dias); Grupo II (120 dias < n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Foram adotados os seguintes critérios para o cultivo consorciado do milho com a brachiária sp, em condições de baixo risco climático:

- ISNA maior ou igual a 0,60 na fase de germinação/estabelecimento da braquiária;

- ISNA maior ou igual a 0,50 na fase de floração/enchimento de grãos da cultura do milho;

- Risco de ocorrência de geada inferior a 20%.

Considerou-se indicado o município que apresentou, no mínimo, 20% de sua área com condições climáticas dentro dos critérios considerados, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho consorciado com braquiária no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;

- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares de milho indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, PAC 105, ADV9534 , ADV9534 PRO, ADV9853, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD305, AD190, AD150, AD189 e AD105;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe e Copacabana;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B688RR, 2B610PW, 2B512PW, 2B210PW, 2B587PW, 2B877PW, 2B587RR, 2B433PW, 2A620PW, 2B655PW, 2B633PW, 2B810PW, 2B710PW, 2B688PW, 2A401PW, 2B346PW, 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A77PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, CD 384PW, DB 2B339PW, NEX 5617PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, CD3410PW, MG699RR, MG744PW, MG600PW, 2B647PW, CD3775PW, CD384RR, 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, 2A521PW, MG711PW e 2B640PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30K73, 30K73YHR, 30K73H, 30F53VYHR, 30F53VYH, P3456, BG7032YH, P3431, P3431YH, 30F35, 30F35H, P3431YHR, 30F53R, P3456VYH, 30F35YH, P3431H, P3456H, 30F35VYHR, 30F35R, 30F35HR, 30F53H, BG7032H, P1630YH, 30F53EH, 30F53HR, 30F53YH, BG7032HR, BG7432H, BG7032, P3250, 30F53YHR, P2830H, P2830VYH, 30F53, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7032YHR, BG7037H, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7318YH, BG7330, BG7330H, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, P2830, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3340H, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR, P3707VYH, P3844H e BG7720VYHR;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 3046, BR 473, BRS 3035, BRS 4154, BR 451, BRS 1060, BRS 1055, BRS 4103, BR 106, BRS 4104, BRS Gorutuba, BRS 3040, BR 205, BRS Caimbé, BR 206, BRS 2020, BRS 2022, BRS Sol da Manhã e BRS 2223;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 955, BM 905, BM 207, BM 709, BM 3063, BM 502, SHS 4070, BM 820, BM 810, SHS 4090, SHS 4080, SHS 5050, SHS 5080, SHS 5090, SHS 5550, SHS 5560, SHS 7090, SHS 3031, SHS 5070, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 3M51, 2M80, 2M88 e 2M77;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 4002, AM 4003, AM 606, AM 811, AM 997, AX 727, BALU 7690 e MS 2010;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 1150, PR 27D28, ZNT 1530 e ANHEMBI;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: GNZ 9505YG, DKB330PRO2, AG9030PROX, DKB340PRO2, AS 1551PRO, AG9030RR2, AG9045PRO2, DKB 330RR2, DKB230PRO3, AG9030PRO2, AS 1551, DKB285PRO2, GNZ 9505PRO, AS1633PRO3, AS 1660PRO, AS1590PRO, AG 9010, RB 9110YG, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, RB9110PRO, AG 9010PRO, AG 9030, AG 9040YG, LG 6304YG, LG 6304PRO, ADV 9434, ADV 9275, AS1575PRO3, AG9030PRO3, AG8061PRO3, RB 9006PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, 2200RR2, ADV9345PRO3, AS 1572PRO, AS1777PRO3, AS 1660PRO2, AS1665PRO3, AS 1665PRO, AS1660PROX, AS 1660, AS1656RR2, AS1656PRO3, LG 3055PRO3, AS 1633, AS1660PRO3, DKB 330, DKB 315, DKB 285RR2, DKB285PRO3, DKB 285PRO, DKB 285, AS1633PRO, AG 7088PRO, AG 5055PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO2, SHS7910PRO3, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 7098RR2, AG 8011PRO, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8544, AG 8544PRO, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, AG 7088, AS1777, AG 7098, LG 3055PRO2, BALU 280PRO, BM 650, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, RB 9108PRO2, AS1642PRO, DKB 340PRO, DKB 390, ADV 9434PRO2, ADV 9434PRO3, AG 1051, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG 7000, AS 1575, LG 6036RR2, AG7088PROX, AG8677PRO2, AG8677PRO3, NS 56PRO2, DKB275PRO3, AG 8061, AG8061PROX, NS 90PRO, NS 56RR2, NS 56PRO3, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO3, NS 50PRO2, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8780, AG8780PRO, AG8780PRO3, AG9080PRO, AG 9080PRO2, AG9080RR2, AG 8580PRO, AG 8676PRO2, AG8690PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG9030PRO, AG 9040, AG7098PRO2, AG7098PRO3, AG7098PROX, AG 7098PRO, NS 90PRO2, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, DKB315PRO, AG 8061RR2, AG8500RR2, AG8544PRO3, AG8580PRO2, AG8580PRO3, AG8580PROX, AS 1596, AS 1596PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, AS 1598PRO2, RB 9005PRO, RB 9004RR2, RB 9004PRO2, RB 9004PRO, NS 92PRO2, NS92PRO, NS 90RR2, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9626PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9505PRO3, DKB 350, DKB 350PRO, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB 390RR2, LG 3055PRO, AS 1581PRO, LG 6036PRO2, LG 6036PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO3, LG 6030PRO2, LG 6030PRO, LG 6030, GNZ 9690RR2, RB 9005PRO2, LG6036PRO3, RB 9210PRO2, RB 9308YG, RB 9210, RB 9110, AS1573PRO, RB 9108PRO3, AS1596PRO3, RB 9108PRO, RB 9108, AS 1633PRO2, AS 1642, DKB290, DKB290PRO, AS1661PRO3, AS1666, 2300RR2, DKB230, AS1656PRO, AS 1656PRO2, AS1656PROX, AS 1661PRO, DKB230PROX, DKB245PRO2, DKB250PRO2, DKB250PRO3, NS 50PRO, LG6050PRO2, LG 6038PRO3, AS 1642 PRO2, AS1551PRO2, LG 3055, AS1555PRO, SHS 7920PRO3, AS1555PRO2, AS1555PRO3, SHS 7920PRO2, SHS 7920PRO, SHS7915PRO3, AS1555RR2, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9210PRO, RB 9077PRO, RB 9108PROX, RB 9006PRO2, BM780PRO, BM 780PRO2, BM 780PRO3, BM 840PRO, BM 840RR2, DKB 310PRO2, 3020RR2, 3200RR2, BM 915PRO, BM780RR2, CD324PRO, CD 324PRO3, CD 3715, CD 3715PRO, CD 3715PRO2, CD 3715RR2, CD 397PRO, DKB290PRO3, DKB 310, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO, DKB310PRO3, DKB330PRO, DKB330PRO3, DKB340PROX, DKB390PRO3, DKB390PROX, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB395PRO3, GNZ 9501, GNZ9501PRO, GNZ 9505PRO2, AG9025, AG9025PRO3, RB 9006RR2, DKB 310PRO, DKB 390YG, DKB 250, AS1666PRO, DKB 245RR2, AG9045PRO3, DKB 177RR2, BALU 480PROX, DKB177PRO3, DKB177PRO, DKB 177PRO2, BALU 480PRO2, DKB 177, RB 9006PRO, DKB 175RR2, BALU 480PRO, DKB 175PRO2, DKB177PROX, DKB 175PRO, AS1677PRO3, DKB 175, BALU 480RR2, CD 397YG, AS1666PROX, AS 1581, AS 1575PRO, AG9050PRO3, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, DKB 275PRO, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950, BM950PRO3, AG8700, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, DKB265PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO e LG 6036;

NIDERA: NS77PRO2 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242, PZ 677, PZ 204, PZ 316 e PZ 240;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu445, Balu787 e Balu787PRO2;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: R9080PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, R9080, ATL 200, Balu 188, ATL 110, ATL 310, ATL 100, RK3014, K9220PRO2, DG 213, K9200, R9330PRO2, SM 966, DG 601, SM 511, SG 6302, ATL 400, SG 6011, GNZ 9510, DG 501, FTH 510, GNZ 9506, RK3115, FTH 960, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3 e ATL 300S;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 6012, XB 9003, XB 4013, XB 8010, XB 7253, XB 7116, XB 8030, XB 6012 Bt, XB 7253 Bt, XB 8018, XB 8018 Bt, 90XB06, XB 9003 Bt, 60XB14 Bt, 60XB14 e 90XB06 Bt;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: MS3022;

SEMPRE SEMENTES: PRE22S18, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP, SX1093, PRE 22T10, PRE 22S18 TP3, PRE 22D11, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SX7331 Viptera, SX8934 VIP3, 3040VIP3, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, Tork TL, Balu 184, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, Somma, SYN7205 VIP2, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SX8394 VIP3, SW8054 VIP3, SX6003 VIP3, SX7331 TG, SYN4306 TL, Celeron TL, GSS41242, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, Formula VIP2, SYN4306, Cargo TL, SYN3040, Somma Viptera, Penta TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Impacto TLTG Viptera, Impacto TG, Impacto, Garra Viptera, Formula Viptera, Fórmula TL, Formula, SYN7205 TL, SX6663 VIP3, SX7331, SX7341 VIP3, SX7772 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SY6222 VIP3, SX5885 VIP3 e SX7331 VIP4.

GRUPO II

AVANTI SEEDS : SW 5130, SW 5156, SW 5560, SW 5198 e AV 4142;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 316Hx, CD 393, CD 393Hx, CD 3344Hx e CD 316PRO2;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA e DSS 1001;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: Dow WxA504 e CD3880PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 3025 e BRS 1010;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ 2005 YG, GNZ7280PRO2, GNZ7280, GNZ7210 e GNZ7210PRO2;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 3066;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IAC: IAC 3330;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 03

e RG 02A;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 9724 e MS 2013;

NIDERA: NS82;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9100, SG 6010, DG 627 e SM 505;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 30, RVM 20 e RVM 40;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1086, SX1076, SX1086 TP2, SX1086 TP, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3 e PRE2601 TP;

SYNGENTA SEEDS LTDA: CD 308 e SG 6418;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA-ME: AGRI340 e AGRI-104;

GRUPO III

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR: IPR 164, IPR 127, IPR 119 e IPR 114;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Bandeirante, Al Bianco, AL Avaré, CATIVERDE 02, AL 34 e AL Piratininga;

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Água Clara	1 a 5	1 a 5
Alcinópolis	1 a 6	1 a 7
Amambaí	1 a 7	1 a 7
Anaurilândia		1 a 5
Angélica	1 a 7	1 a 7
Antônio João	1 a 7	1 a 7
Aparecida do Taboado	1 a 5	1 a 5
Aral Moreira	1 a 7	1 a 7
Batayporã	1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Bela Vista	1 a 6	1 a 7
Bonito	4 a 6	1 a 7
Caarapó	1 a 7	1 a 7
Caracol	1 a 6	1 a 7
Cassilândia	1 a 5	1 a 6
Chapadão do Sul	1 a 5	1 a 6
Coronel Sapucaia	1 a 7	1 a 7
Corumbá	1 a 4	1 a 5
Costa Rica	1 a 6	1 a 6
Coxim	1 a 5	1 a 5
Deodápolis	1 a 6	1 a 7
Douradina	1 a 7	1 a 7
Dourados	1 a 7	1 a 7
Eldorado	1 a 6	1 a 7
Fátima do Sul	1 a 7	1 a 7
Figueirão	1 a 5	1 a 5
Glória de Dourados	1 a 6	1 a 7
Guia Lopes da Laguna	4 a 6	1 a 7
Iguatemi	1 a 6	1 a 7
Inocência	1 a 5	1 a 5
Itaporã	1 a 7	1 a 7
Itaquiraí	1 a 6	1 a 7
Ivinhema	1 a 6	1 a 7
Japorã	1 a 6	1 a 7
Jardim	4 a 6	1 a 7
Jateí	1 a 6	1 a 7
Juti	1 a 6	1 a 7
Laguna Carapã	1 a 7	1 a 7
Maracaju	1 a7	1 a 7
Mundo Novo	1 a 6	1 a 7
Naviraí	1 a 6	1 a 7
Nioaque	1 a 6	1 a 7
Nova Alvorada do Sul	1 a 5	1 a 7
Nova Andradina	1 a 3	1 a 7
Novo Horizonte do Sul	1 a 6	1 a 7
Paranaíba	1 a 5	1 a 6
Paranhos	1 a 6	1 a 7
Paraíso das Águas	1 a 6	1 a 6
Pedro Gomes	1 a 6	1 a 7
Ponta Porã	1 a 7	1 a 7
Porto Murtinho	1 a 6	1 a 7
Rio Brilhante	1 a 6	1 a 7
Sete Quedas	1 a 6	1 a 7
Sidrolândia	1 a 6	1 a 7
Sonora	1 a 6	1 a 7
Tacuru	1 a 6	1 a 7
Taquarussu	5 a 6	1 a 7
Vicentina	1 a 7	1 a 7

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Alcinópolis	1 a 4	1 a 5
Amambaí	1 a 6	1 a 6
Anaurilândia		1 a 4
Angélica	1 a 4	1 a 4
Antônio João	1 a 6	1 a 6
Aral Moreira	1 a 6	1 a 6
Batayporã	1 a 4	1 a 6
Bela Vista	1 a 4	1 a 5
Bonito	1 a 4	1 a 5
Caarapó	1 a 6	1 a 6
Caracol	1 a 4	1 a 5
Coronel Sapucaia	1 a 6	1 a 6
Costa Rica	1 a 4	1 a 5
Deodápolis	1 a 4	1 a 4
Douradina	1 a 6	1 a 6
Dourados	1 a 6	1 a 6
Eldorado	1 a 4	1 a 6
Fátima do Sul	1 a 6	1 a 6
Glória de Dourados	1 a 4	1 a 4
Guia Lopes da Laguna	1 a 4	1 a 5
Iguatemi	1 a 4	1 a 6
Itaporã	1 a 6	1 a 6
Itaquiraí	1 a 4	1 a 6
Ivinhema	1 a 4	1 a 4
Japorã	1 a 4	1 a 6
Jardim	1 a 4	1 a 5
Jateí	1 a 4	1 a 4
Juti	1 a 4	1 a 6
Laguna Carapã	1 a 6	1 a 6
Maracaju	1 a 6	1 a 6
Mundo Novo	1 a 4	1 a 6
Naviraí	1 a 4	1 a 6
Nioaque		1 a 5
Nova Alvorada do Sul	1 a 6	1 a 6
Nova Andradina	1 a 4	1 a 4
Novo Horizonte do Sul	1 a 4	1 a 4
Paranhos	1 a 4	1 a 6
Paraíso das Águas	1 a 4	1 a 5
Pedro Gomes	1 a 4	1 a 5
Ponta Porã	1 a 6	1 a 6
Porto Murtinho	1 a 4	1 a 5
Rio Brilhante	1 a 6	1 a 6
Sete Quedas	1 a 4	1 a 6
Sidrolândia	1 a 6	1 a 7
Sonora	1 a 4	1 a 5
Tacuru	1 a 4	1 a 6
Taquarussu	1 a 4	1 a 4
Vicentina	1 a 6	1 a 6

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Amambaí	1 a 2	1 a 3
Anaurilândia		1 a 3
Angélica	1 a 2	1 a 3
Antônio João	1 a 5	1 a 5
Aral Moreira	1 a 5	1 a 5
Batayporã	1 a 2	1 a 7
Bela Vista	1 a 3	1 a 4
Bonito	1 a 3	1 a 4
Caarapó	1 a 5	1 a 5
Caracol	1 a 3	1 a 4
Coronel Sapucaia	1 a 5	1 a 5
Deodápolis	1 a 2	1 a 3
Douradina	4 a 5	1 a 5
Dourados	4 a 5	1 a 5
Eldorado	1 a 3	1 a 5
Fátima do Sul	1 a 5	1 a 5
Glória de Dourados	1 a 2	1 a 3
Guia Lopes da Laguna	1 a 3	1 a 4
Iguatemi	2 a 3	1 a 5
Itaporã	1 a 5	1 a 5
Itaquiraí	1 a 3	1 a 5
Ivinhema	1 a 2	1 a 3
Japorã	1 a 3	1 a 5
Jardim	1 a 3	1 a 4
Jateí	1 a 2	1 a 3
Juti	1 a 3	1 a 5
Laguna Carapã	1 a 5	1 a 5
Maracaju	1 a 5	1 a 5
Mundo Novo	1 a 3	1 a 5
Naviraí	1 a 3	1 a 5
Nova Alvorada do Sul	1 a 5	1 a 5
Nova Andradina	1 a 2	1 a 3
Novo Horizonte do Sul	1 a 2	1 a 3
Paranhos	1 a 3	1 a 5
Ponta Porã	1 a 5	1 a 5
Porto Murtinho	1 a 3	1 a 4
Rio Brilhante	4 a 5	1 a 5
Sete Quedas	1 a 3	1 a 5
Sidrolândia		1 a 5
Tacuru	1 a 3	1 a 5
Taquarussu	1 a 2	1 a 3
Vicentina	1 a 5	1 a 5

PORTARIA Nº 241, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho consorciado com braquiária no Estado de Mato Grosso, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O cultivo consorciado de plantas produtoras de grãos com forrageiras tropicais, em sistema de plantio direto, tem aumentado significativamente, nos últimos anos nas regiões que apresentam inverno seco.

No Estado o plantio consorciado de braquiária com o milho vem sendo utilizado, predominantemente, no cultivo do milho 2ª safra (safrinha).

O consórcio do milho com a braquiária é possível graças ao diferencial de tempo e espaço no acúmulo de biomassa entre as espécies.

No consórcio do milho com braquiária a forrageira pode servir como alimento para a exploração pecuária, a partir do final do verão até início da primavera e, posteriormente, para formação de palhada no sistema plantio direto. Há, também, possibilidade da utilização da forrageira, exclusivamente, como planta produtora de palhada, proporcionando cobertura permanente do solo até a semeadura da safra de verão subsequente.

A forrageira pode ser semeada simultaneamente com o milho. Para isso, as sementes são misturadas ao adubo e depositadas no compartimento de fertilizante da semeadora, sendo distribuídas na mesma profundidade do adubo. Nesse sistema, a braquiária apresenta desenvolvimento lento até a colheita do milho, iniciando seu pleno desenvolvimento, beneficiado pelo adubo residual após essa colheita.

Os resultados de pesquisas envolvendo o cultivo consorciado de milho com Brachiária brizantha demonstram a viabilidade deste sistema de produção.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Para que ocorra um mínimo de competição entre as culturas é fundamental proporcionar condições para que o milho se desenvolva e ocupe o terreno antes de a braquiária se estabelecer plenamente.

Os efeitos do consórcio (reciclagem de nutrientes, acúmulo de palha na superfície, melhoria da parte física do solo pela ação conjunta dos sistemas radiculares e pela incorporação e acúmulo de matéria orgânica) são benéficos para os plantios subsequentes, em especial para os de soja, contribuindo para o aumento de produtividade.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura para o cultivo do milho 2ª safra, consorciado com brachiária brizantha no Estado, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico das culturas, considerando-se as seguintes variáveis:

Precipitação pluvial, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fenológicas de cultivares de milho, coeficiente de cultura (Kc) e capacidade de água disponível dos solos,

O balanço hídrico foi realizado para períodos decendiais de semeadura. Para cada período, fase fenológica e local da estação pluviométrica, foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação ETr/ETm (evapotranspiração real/evapotranspiração máxima).

A definição das áreas de risco climático para o consórcio foi associada à ocorrência de déficit hídrico na fase de florescimento/enchimento de grãos para a cultura do milho e na fase de germinação/estabelecimento da cultura para a braquiária.

As cultivares de milho foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 120 dias); Grupo II (120 dias < n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Foram adotados os seguintes critérios para o cultivo consorciado do milho com a brachiária brizantha, em condições de baixo risco climático:

- ISNA maior ou igual a 0,60 na fase de germinação/estabelecimento da braquiária;
- ISNA maior ou igual a 0,50 na fase de floração/enchimento de grãos da cultura do milho;
- Risco de ocorrência de geada inferior a 20%.

Considerou-se apto para o cultivo do milho consorciado com a brachiária brizantha, o município que apresentou, no mínimo, 20% de sua área com condições climáticas dentro dos critérios considerados, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho consorciado com braquiária no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares de milho indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9534 , ADV9534 PRO, ADV9853, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD305, AD190, AD150, AD189 e AD105;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B587PW, 2B587RR, 2B210PW, 2B433PW, DB 2B339PW, 2A401PW, CD3410PW, MG580PW, MG300PW, 30A77PW, 30A37PW, 30A37RR, 20A78PW, 2B346PW, CD384RR, MG600PW, MG744PW, MG699RR, CD3775PW, 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2A521PW, MG711PW, 2B640PW, 2B512PW, 2B610PW, 2B633PW, MG652PW e CD3612PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30K73YHR, 30K73H, 30F53VYHR, 30F53VYH, 30K73, P3456, P3431, BG7330, BG7330H, P3431H, P3431YHR, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F35HR, P3456H, P3456VYH, 30F35H, 30F53R, P3431YH, 30F35, P2830H, P3250, P1630YH, P2830VYH, 30F53YH, BG7432H, 30F53YHR, 30F53EH, 30F53HR, 30F53, BG7318YH, 30F53H, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037HR, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P2830, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3340H, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3340YHR, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 1055, BRS 2223, BRS 1060, BRS 3040 e BRS Gorutuba;

GENERAL MILLS BRASIL ALIMENTOS LTDA: AP6005, XAP4511 e AP 8203;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 3063, SHS 4070, SHS 4090, SHS 4080, BM 820, BM 810, BM 207, BM 709, BM 502, BM 955, BM 905, SHS 5080, SHS 5560, SHS 7090, SHS 5550, SHS 5070, SHS 5090, SHS 3031, SHS 5050, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 3M51, 2M80 e 2M77;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MARCIO DEMEIS: TR167;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 4002, AM 4003, AM 606, AM 997 e AX 727;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28 e PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG9030PRO2, AG9030RR2, DKB250PRO2, AG9030PROX, AG 9080PRO2, DKB285PRO2, DKB340PRO2, AS 1551PRO, AG9080PRO, DKB310PRO3, DKB 330RR2, AG9045PRO2, DKB 310, GNZ 9505YG, DKB330PRO, DKB330PRO2, GNZ 9505PRO, AS1656PRO3, AS 1660PRO, AG9080RR2, RB 9110YG, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, RB9110PRO, AG 9010PRO, AG 9030, AG 9040YG, LG 6304YG, LG 6304PRO, ADV 9434, LG 3055PRO3, AS 1633, AS1660PRO3, AS1575PRO3, AG9030PRO3, AG8061PRO3, RB 9006PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, ADV9345PRO3, AS 1572PRO, AS 1660PRO2, AS 1665PRO, AS1660PROX, AS 1660, AS1656RR2, AS1633PRO3, AS1633PRO, AS1590PRO, DKB 330, DKB 315, DKB 285RR2, DKB285PRO3, DKB 285PRO, DKB 285, DKB 275PRO, AS 1633PRO2, AG 9010, AG 5055, AG 5055PRO, AG 7000, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO2, SHS7910PRO3, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 7098RR2, AG 8011PRO, AG 8061PRO, LG 3055PRO2, BALU 280PRO, BM 650, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, AG 8088RR2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, AG 8544, AG 8544PRO, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, DKB 340PRO, DKB 350, DKB 240PRO2, ADV 9434PRO2, ADV 9434PRO3, AG 1051, AG 5011, AG 5011YG, LG 6036RR2, LG6050PRO2, AG8677PRO2, AG8677PRO3, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8780PRO, AG8780PRO3, AS 1575, AS 1575PRO, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO2, NS 50PRO, AG8580PROX, NS 56PRO2, DKB275PRO3, AG 8061, AG8061PROX, NS 90PRO, NS 56RR2, NS 90PRO2, LG 6038PRO3, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, DKB315PRO, AG 8061RR2, AG8500RR2, AG8544PRO3, AG8580PRO2, AG8580PRO3, AG 9040, AG7088PROX, AG7098PRO2, AG7098PRO3, AG7098PROX, AG 7098PRO, AG 8580PRO, AG 8676PRO2, AG8690PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG9030PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9626PRO, DKB 350PRO, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB 390RR2, AG 7098, LG 3055PRO, AS 1581PRO, AS 1596, AS 1596PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, LG 6036PRO2, LG 6036PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, GNZ 9690RR2, GNZ 9690PRO2, RB 9006PRO, RB 9005PRO2, LG6036PRO3, RB 9005PRO, RB 9004RR2, RB 9004PRO2, RB 9004PRO, NS 92PRO2, NS92PRO, NS 90RR2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9505PRO3, AS1642PRO, RB 9108, AS 1656PRO2, AS 1661PRO, DKB245PRO2, DKB250PRO3, DKB290, DKB290PRO, AS 1598PRO2, AS 1642, AS 1642 PRO2, AS1551PRO2, LG 3055, AS1555PRO, AS1555PRO2, SHS 7920PRO3, AS1555PRO3, SHS 7920PRO, SHS7915PRO3, AS1555RR2, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9308YG, RB 9308, RB 9210PRO2, RB 9210PRO, RB 9210, RB 9110, AS1596PRO3, RB 9108PRO2, RB 9108PRO, AS1656PRO, DKB390PRO3, DKB340PROX, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB395PRO3, GNZ 9501, GNZ9501PRO, GNZ 9505PRO2, BM780PRO, BM 780PRO2, CD 3715RR2, CD 397PRO, AG9025PRO3, RB 9108PROX, RB 9108PRO3, AS1573PRO, RB 9077PRO, RB 9006RR2, RB 9006PRO2, ADV 9275PRO, BM 780PRO3, BM 840PRO, BM 840RR2, DKB290PRO3, 2300RR2, 3200RR2, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, 4600RR2, BM 915PRO, BM780RR2, CD324PRO, CD 3715, CD 3715PRO, CD 3715PRO2, ADV 9434PRO, DKB 310PRO2, DKB330PRO3, DKB390PROX, DKB177PROX, BALU 480RR2, DKB 175PRO, AS1677PRO3, CD 397YG, DKB 175PRO2, DKB 390YG, AG9045PRO3, DKB177PRO3, DKB 175RR2, DKB 310PRO, BALU 480PRO, DKB 177, DKB 245RR2, BALU 480PRO2, DKB177PRO, DKB 240YGRR2, BALU 480PROX, AS1666PRO, DKB 177RR2, DKB 175, NS 50PRO3, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, DKB 177PRO2, AS1777PRO3, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950, BM950PRO3, AG8700, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS30, NS88, NS88PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO e LG 6036;

NIDERA: NS77PRO2 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 204, PZ 316 e PZ 240;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu445, Balu787 e Balu787PRO2;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: FTH 960, GNZ 9506, SM 511, SM 966, K9220PRO2, ATL 110, ATL 200, ATL 310, ATL 400, Balu 188, DG 213, DG 601, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3 e SM 505;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 8010 Bt, XB 8010, XB 9003 Bt, XB 9003, XB 8018, 60XB14 Bt, 90XB06 Bt, 90XB06, XB 8018 Bt e 60XB14;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22T10 TP, PRE 22T10, PRE 22D11, PRE22S18, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP3, SX1093, PRE 22S18 TP, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;

SUPER SEMENTES GENETICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS LTDA: 14SS18, 14SS17, 15ST33, 15ST45 e 16GSS43;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SX7331 Viptera, SY6222 VIP3, Somma, SYN7316 Viptera, Garra, Celeron TLTG, BALU 761, Balu 184, Tork TL, SZ7030 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 TG, SYN7205, 3040VIP3, SX7331 TG, SYN7205 VIP2, SYN4306, Somma Viptera, SYN7205 TL, GSS41242, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, Formula VIP2, Cargo TL, Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, SYN4306 TL, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX6003 VIP3, SX6552 VIP3, SX6663 VIP3, SX7331, SX7341 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8394 VIP3, SX8555 VIP3, SX8773 VIP3, SX8934 VIP3, SYN5T78 TLTG Viptera, SZ7634 VIP3, SZ7684 VIP3, SX5885 VIP3, SX6665 VIP3 e SX7331 VIP4.

GRUPO II

AVANTI SEEDS : AV 4142.

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION e Taurus;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316 e CD 316Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe e Copacabana;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2A620PW, 2B688RR, 2B810PW, 2B877PW, 2B655PW, 2B688PW, 2B710PW, CD3770PW, CD3765PW, NEX 5617PW, CD 384PW, MG699PW, 30A95PW, 30A91PW, 20A55PW e 2B647PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30F90H, BG7032YH, BG7032YHR, 30F35R, BG7032H, BG7032HR e BG7032;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BR 451, BRS 3025, BR 106, BRS 1010, BRS 2022, BRS 2020, BRS 4104, BR 206, BR 205, BR 473, BRS 4103, BRS 3035, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã e BRS 3046;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ 2005 YG, GNZ7280PRO2, GNZ7280, GNZ7210 e GNZ7210PRO2;

IAC: IAC 3330, IAC 8046, IAC 8077 e IAC 8390;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M88;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 811, BALU 7690, MS 2010 e MS 2013;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: ANHEMBI;

NIDERA: NS82;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242 e PZ 677;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9800PRO2, K9600PRO2, R9080, GNZ 9510, K9100, R9080PRO2, R9330PRO2, RK3014, RK3115, FTH 510, SG 6010, SG 6011, SG 6302, K9200, ATL 100, DG 501, DG 627 e ATL 300S;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30 e RVM 40;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7253, XB 6012 Bt, XB 6012, XB 4013, XB 7116 Bt, XB 7116, XB 8030 Bt, XB 8030 e XB 7253 Bt;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044 e MS3022;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1086 TP, SX1086 TP2, SX1086 TP3, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3, PRE2601 TP, SX1076, SX1086 e PRE2601;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPER SEMENTES GENETICA E MELHORAMENTO DE PLANTAS LTDA: 14ST07, 14SV28 e 14ST01;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SG 6418 e CD 308;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA-ME: AGRI340.

GRUPO III

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

AVANTI SEEDS : SW 5130, SW 5156, SW 5560 e SW 5198;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 393 e CD 393Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001 e IPANEMA;

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR: IPR 164, IPR 127, IPR 119 e IPR 114;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 03 e RG 02A;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Piratininga, AL Bandeirante, AL Avaré, AL 34, CATIVERDE 02 e Al Bianco;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA-ME: AGRI-104.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Acorizal	4 a 6	4 a 7
Água Boa	4 a 5	4 a 6
Alta Floresta	4 a 7	4 a 7
Alto Araguaia	4 a 6	4 a 7
Alto Boa Vista	4 a 7	4 a 7
Alto Garças	4 a 6	4 a 7
Alto Paraguai	4 a 6	4 a 7
Alto Taquari	4 a 6	4 a 7
Apiacás	4 a 7	4 a 7
Araguaiana	4 a 5	4 a 5
Araguainha	4 a 6	4 a 6
Araputanga	4 a 7	4 a 7
Arenápolis	4 a 7	4 a 7
Aripuanã	4 a 7	4 a 7
Barão de Melgaço	4 a 5	4 a 6
Barra do Bugres	4 a 7	4 a 7
Barra do Garças	4 a 5	4 a 5
Bom Jesus do Araguaia	4 a 6	4 a 6
Brasnorte	4 a 7	4 a 7
Cáceres	4 a 5	4 a 6
Campinápolis	4 a 5	4 a 6
Campo Novo do Parecis	4 a 7	4 a 7
Campo Verde	4 a 6	4 a 7
Campos de Júlio	4 a 7	4 a 7
Canabrava do Norte	4 a 6	4 a 7
Canarana	4 a 5	4 a 6
Carlinda	4 a 7	4 a 7
Castanheira	4 a 7	4 a 7
Chapada dos Guimarães	4 a 7	4 a 7
Cláudia	4 a 6	4 a 7
Cocalinho	4 a 5	4 a 5
Colíder	4 a 7	4 a 7
Colniza	4 a 7	4 a 7
Comodoro	4 a 7	4 a 7
Confresa	4 a 6	4 a 7
Conquista d"Oeste	4 a 7	4 a 7
Cotriguaçu	4 a 7	4 a 7
Cuiabá	4 a 7	4 a 7
Curvelândia	4 a 6	4 a 7
Denise	4 a 7	4 a 7
Diamantino	4 a 7	4 a 7
Dom Aquino	4 a 6	4 a 6
Feliz Natal	4 a 6	4 a 7
Figueirópolis d"Oeste	4 a 7	4 a 7
Gaúcha do Norte	4 a 6	4 a 6
General Carneiro	4 a 5	4 a 6
Glória d"Oeste	4 a 6	4 a 6
Guarantã do Norte	4 a 7	4 a 7
Guiratinga	4 a 6	4 a 6
Indiavaí	4 a 7	4 a 7
Ipiranga do Norte	4 a 6	4 a 7
Itanhangá	4 a 6	4 a 7
Itaúba	4 a 6	4 a 7
Itiquira	4 a 6	4 a 7
Jaciara	4 a 6	4 a 7
Jangada	4 a 6	4 a 7
Jauru	4 a 7	4 a 7
Juara	4 a 7	4 a 7
Juína	4 a 7	4 a 7
Juruena	4 a 7	4 a 7
Juscimeira	4 a 5	4 a 6
Lambari d"Oeste	4 a 6	4 a 7
Lucas do Rio Verde	4 a 6	4 a 7
Luciára	4 a 5	4 a 6
Marcelândia	4 a 6	4 a 7
Matupá	4 a 7	4 a 7
Mirassol d"Oeste	4 a 6	4 a 7
Nobres	4 a 6	4 a 7
Nortelândia	4 a 7	4 a 7
Nossa Senhora do Livramento	4 a 6	4 a 6
Nova Bandeirantes	4 a 7	4 a 7
Nova Brasilândia	4 a 6	4 a 7
Nova Canaã do Norte	4 a 7	4 a 7
Nova Guarita	4 a 7	4 a 7
Nova Lacerda	4 a 6	4 a 7
Nova Marilândia	4 a 7	4 a 7
Nova Maringá	4 a 7	4 a 7
Nova Monte verde	4 a 7	4 a 7
Nova Mutum	4 a 6	4 a 7
Nova Nazaré	4 a 5	4 a 5
Nova Olímpia	4 a 7	4 a 7
Nova Santa Helena	4 a 6	4 a 7
Nova Ubiratã	4 a 6	4 a 7
Nova Xavantina	4 a 5	4 a 5
Novo Horizonte do Norte	4 a 7	4 a 7
Novo Mundo	4 a 7	4 a 7
Novo Santo Antônio	4 a 5	4 a 5
Novo São Joaquim	4 a 5	4 a 6
Paranaíta	4 a 7	4 a 7
Paranatinga	4 a 6	4 a 6
Pedra Preta	4 a 6	4 a 6
Peixoto de Azevedo	4 a 7	4 a 7
Planalto da Serra	4 a 6	4 a 6
Poconé	4 a 5	4 a 6
Pontal do Araguaia	4 a 5	4 a 6
Ponte Branca	4 a 5	4 a 6
Pontes e Lacerda	4 a 7	4 a 7
Porto Alegre do Norte	4 a 6	4 a 7
Porto dos Gaúchos	4 a 7	4 a 7
Porto Esperidião	4 a 6	4 a 7
Porto Estrela	4 a 6	4 a 7
Poxoréo	4 a 5	4 a 6
Primavera do Leste	4 a 6	4 a 7
Querência	4 a 6	4 a 7
Reserva do Cabaçal	4 a 7	4 a 7
Ribeirão Cascalheira	4 a 5	4 a 6
Ribeirãozinho	4 a 5	4 a 6
Rio Branco	4 a 6	4 a 7
Rondolândia	4 a 7	4 a 7
Rondonópolis	4 a 5	4 a 6
Rosário Oeste	4 a 6	4 a 7
Salto do Céu	4 a 7	4 a 7
Santa Carmem	4 a 6	4 a 7
Santa Cruz do Xingu	4 a 7	4 a 7
Santa Rita do Trivelato	4 a 6	4 a 7
Santa Terezinha	4 a 5	4 a 6
Santo Afonso	4 a 7	4 a 7
Santo Antônio do Leste	4 a 5	4 a 6
Santo Antônio do Leverger	4 a 6	4 a 6
São Félix do Araguaia	4 a 7	4 a 7
São José do Povo	4 a 5	4 a 6
São José do Rio Claro	4 a 7	4 a 7
São José do Xingu	4 a 7	4 a 7
São José dos Quatro Marcos	4 a 6	4 a 7
São Pedro da Cipa	4 a 5	4 a 6
Sapezal	4 a 7	4 a 7
Serra Nova Dourada	4 a 5	4 a 6
Sinop	4 a 6	4 a 7
Sorriso	4 a 6	4 a 7
Tabaporã	4 a 6	4 a 7
Tangará da Serra	4 a 7	4 a 7
Tapurah	4 a 6	4 a 7
Terra Nova do Norte	4 a 7	4 a 7
Tesouro	4 a 5	4 a 6
Torixoréu	4 a 6	4 a 6
União do Sul	4 a 6	4 a 7
Vale de São Domingos	4 a 7	4 a 7
Várzea Grande	4 a 6	4 a 7
Vera	4 a 6	4 a 7
Vila Bela da Santíssima Trindade	4 a 6	4 a 7
Vila Rica	4 a 6	4 a 6

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Acorizal	4 a 5	4 a 5
Alta Floresta	4 a 5	4 a 6
Alto Araguaia	4 a 5	4 a 5
Alto Boa Vista		4 a 5
Alto Garças		4 a 5
Alto Paraguai	4 a 5	4 a 5
Alto Taquari	4 a 5	4 a 5
Apiacás	4 a 6	4 a 7
Araguainha		4 a 5
Araputanga		4 a 5
Arenápolis	4 a 5	4 a 6
Aripuanã	4 a 6	4 a 6
Barra do Bugres	4 a 5	4 a 5
Brasnorte	4 a 5	4 a 6
Campo Novo do Parecis	4 a 5	4 a 6
Campo Verde		4 a 5
Campos de Júlio	4 a 5	4 a 6
Canabrava do Norte		4 a 5
Carlinda	4 a 6	4 a 6
Castanheira	4 a 5	4 a 6
Chapada dos Guimarães	4 a 5	4 a 6
Cláudia	4 a 5	4 a 5
Colíder	4 a 5	4 a 6
Colniza	4 a 6	4 a 7
Comodoro	4 a 6	4 a 7
Confresa		4 a 5
Conquista d"Oeste	4 a 5	4 a 6
Cotriguaçu	4 a 6	4 a 6
Cuiabá	4 a 5	4 a 6
Curvelândia		4 a 5
Denise	4 a 5	4 a 6
Diamantino	4 a 5	4 a 6
Dom Aquino		4 a 5
Feliz Natal		4 a 5
Figueirópolis d"Oeste		4 a 7
Gaúcha do Norte		4 a 5
Glória d"Oeste		4 a 5
Guarantã do Norte	4 a 5	4 a 5
Indiavaí		4 a 7
Ipiranga do Norte	4 a 5	4 a 5
Itanhangá	4 a 5	4 a 5
Itaúba	4 a 5	4 a 5
Itiquira	4 a 5	4 a 5
Jaciara		4 a 5
Jangada	4 a 5	4 a 5
Jauru		4 a 5
Juara	4 a 5	4 a 6
Juína	4 a 5	4 a 6
Juruena	4 a 5	4 a 6
Lambari d"Oeste	4 a 5	4 a 5
Lucas do Rio Verde	4 a 5	4 a 5
Marcelândia	4 a 5	4 a 5
Matupá	4 a 5	4 a 5
Mirassol d"Oeste		4 a 5
Nobres	4 a 5	4 a 5
Nortelândia	4 a 5	4 a 6
Nossa Senhora do Livramento		4 a 5
Nova Bandeirantes	4 a 5	4 a 6
Nova Brasilândia		4 a 5
Nova Canaã do Norte	4 a 5	4 a 6
Nova Guarita	4 a 5	4 a 6
Nova Lacerda	4 a 5	4 a 6
Nova Marilândia	4 a 5	4 a 6
Nova Maringá	4 a 5	4 a 6
Nova Monte verde	4 a 5	4 a 6
Nova Mutum	4 a 5	4 a 5
Nova Olímpia	4 a 5	4 a 6
Nova Santa Helena	4 a 5	4 a 5
Nova Ubiratã		4 a 5
Novo Horizonte do Norte	4 a 5	4 a 5
Novo Mundo	4 a 5	4 a 6
Paranaíta	4 a 5	4 a 6
Paranatinga		4 a 5
Pedra Preta		4 a 5
Peixoto de Azevedo	4 a 5	4 a 5
Planalto da Serra		4 a 5
Pontes e Lacerda	4 a 5	4 a 6
Porto Alegre do Norte		4 a 5
Porto dos Gaúchos	4 a 5	4 a 5
Porto Esperidião		4 a 5
Porto Estrela		4 a 5
Primavera do Leste		4 a 5
Querência		4 a 5
Reserva do Cabaçal	4 a 5	4 a 5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rio Branco	4 a 5	4 a 5
Rondolândia	4 a 6	4 a 6
Rosário Oeste	4 a 5	4 a 5
Salto do Céu	4 a 5	4 a 5
Santa Carmem		4 a 5
Santa Cruz do Xingu	4 a 5	4 a 5
Santa Rita do Trivelato		4 a 5
Santo Afonso	4 a 5	4 a 6
Santo Antônio do Leverger		4 a 5
São Félix do Araguaia	4 a 5	4 a 5
São José do Rio Claro	4 a 5	4 a 6
São José do Xingu	4 a 5	4 a 5
São José dos Quatro Marcos		4 a 5
Sapezal	4 a 5	4 a 6
Sinop	4 a 5	4 a 5
Sorriso	4 a 5	4 a 5
Tabaporã	4 a 5	4 a 5
Tangará da Serra	4 a 5	4 a 6
Tapurah	4 a 5	4 a 5
Terra Nova do Norte	4 a 5	4 a 5
União do Sul	4 a 5	4 a 5
Vale de São Domingos	4 a 5	4 a 6
Várzea Grande		4 a 5
Vera		4 a 5
Vila Bela da Santíssima Trindade		4 a 5
Vila Rica		4 a 5

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Acorizal		4 a 5
Alta Floresta	4 a 5	4 a 5
Alto Paraguai		4 a 5
Apiacás	4 a 5	4 a 5
Araputanga		4 a 5
Arenápolis	4 a 5	4 a 5
Aripuanã	4 a 5	4 a 5
Barra do Bugres		4 a 5
Brasnorte	4 a 5	4 a 5
Campo Novo do Parecis	4 a 5	4 a 5
Campo Verde		4 a 5
Campos de Júlio	4 a 5	4 a 5
Carlinda	4 a 5	4 a 5
Castanheira	4 a 5	4 a 5
Chapada dos Guimarães		4 a 5
Cláudia		4 a 5
Colíder	4 a 5	4 a 5
Colniza	4 a 5	4 a 5
Comodoro	4 a 5	4 a 5
Conquista d"Oeste		4 a 5
Cotriguaçu	4 a 5	4 a 5
Cuiabá		4 a 5
Denise	4 a 5	4 a 5
Diamantino	4 a 5	4 a 5
Figueirópolis d"Oeste		4 a 5
Guarantã do Norte		4 a 5
Indiavaí		4 a 5
Ipiranga do Norte		4 a 5
Itanhangá		4 a 5
Itaúba		4 a 5
Jaciara		4 a 5
Jangada		4 a 5
Jauru		4 a 5
Juara	4 a 5	4 a 5
Juína	4 a 5	4 a 5
Juruena	4 a 5	4 a 5
Lambari d"Oeste		4 a 5
Lucas do Rio Verde		4 a 5
Marcelândia		4 a 5
Matupá		4 a 5
Nobres		4 a 5
Nortelândia	4 a 5	4 a 5
Nova Bandeirantes	4 a 5	4 a 5
Nova Brasilândia		4 a 5
Nova Canaã do Norte	4 a 5	4 a 5
Nova Guarita	4 a 5	4 a 5
Nova Lacerda		4 a 5
Nova Marilândia	4 a 5	4 a 5
Nova Maringá	4 a 5	4 a 5
Nova Monte verde	4 a 5	4 a 5
Nova Mutum		4 a 5
Nova Olímpia	4 a 5	4 a 5
Nova Santa Helena		4 a 5
Novo Horizonte do Norte		4 a 5
Novo Mundo	4 a 5	4 a 5
Paranaíta	4 a 5	4 a 5
Peixoto de Azevedo		4 a 5
Pontes e Lacerda	4 a 5	4 a 5
Porto dos Gaúchos		4 a 5
Reserva do Cabaçal		4 a 5
Rio Branco		4 a 5
Rondolândia	4 a 5	4 a 5
Rosário Oeste		4 a 5
Salto do Céu		4 a 5
Santa Cruz do Xingu		4 a 5
Santa Rita do Trivelato		4 a 5
Santo Afonso	4 a 5	4 a 5
São José do Rio Claro	4 a 5	4 a 5
São José do Xingu		4 a 5
São José dos Quatro Marcos		4 a 5
Sapezal	4 a 5	4 a 5
Sinop		4 a 5
Sorriso		4 a 5
Tabaporã		4 a 5
Tangará da Serra		4 a 5
Tapurah		4 a 5
Terra Nova do Norte		4 a 5
Vale de São Domingos		4 a 5
Várzea Grande		4 a 5
Vila Bela da Santíssima Trindade		4 a 5

PORTARIA Nº 242, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho consorciado com braquiária no Estado de Minas Gerais, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O cultivo consorciado de plantas produtoras de grãos com forrageiras tropicais, em sistema de plantio direto, tem aumentado significativamente nos últimos anos nas regiões que apresentam inverno seco.

No Estado o plantio consorciado de braquiária com o milho vem sendo utilizado, predominantemente, no cultivo do milho 2ª safra (safrinha).

O consórcio do milho com a braquiária é possível graças ao diferencial de tempo e espaço no acúmulo de biomassa entre as espécies.

No consórcio do milho com braquiária a forrageira pode servir como alimento para a exploração pecuária, a partir do final do verão até início da primavera e, posteriormente, para formação de palhada no sistema plantio direto. Há, também, possibilidade da utilização da forrageira, exclusivamente, como planta produtora de palhada, proporcionando cobertura permanente do solo até a semeadura da safra de verão subsequente.

A forrageira pode ser semeada simultaneamente com o milho. Para isso, as sementes são misturadas ao adubo e depositadas no compartimento de fertilizante da semeadora, sendo distribuídas na mesma profundidade do adubo. Nesse sistema, a braquiária apresenta desenvolvimento lento até a colheita do milho, iniciando seu pleno desenvolvimento, beneficiado pelo adubo residual após essa colheita.

Os resultados de pesquisas envolvendo o cultivo consorciado de milho com Brachiaria brizantha demonstram a viabilidade deste sistema de produção.

Para que ocorra um mínimo de competição entre as culturas é fundamental proporcionar condições para que o milho se desenvolva e ocupe o terreno antes de a braquiária se estabelecer plenamente.

Os efeitos do consórcio (reciclagem de nutrientes, acúmulo de palha na superfície, melhoria da parte física do solo pela ação conjunta dos sistemas radiculares e pela incorporação e acúmulo de matéria orgânica) são benéficos para os plantios subseqüentes, em especial para os de soja, contribuindo para o aumento de produtividade.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura para o cultivo do milho 2ª safra, consorciado com brachiária brizantha no Estado, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico das culturas, considerando-se as seguintes variáveis:

Precipitação pluvial, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fenológicas de cultivares de milho, coeficiente de cultura (Kc) e capacidade de água disponível dos solos,

O balanço hídrico foi realizado para períodos decendiais de semeadura. Para cada período, fase fenológica e local da estação pluviométrica, foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação ETr/ETm (evapotranspiração real/evapotranspiração máxima).

A definição das áreas de risco climático para o consórcio foi associada à ocorrência de déficit hídrico na fase de florescimento/enchimento de grãos para a cultura do milho e na fase de germinação/estabelecimento da cultura para a braquiária.

As cultivares de milho foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 120 dias); Grupo II (120 dias < n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Foram adotados os seguintes critérios para o cultivo consorciado do milho com a brachiária brizantha, em condições de baixo risco climático:

- ISNA maior ou igual a 0,60 na fase de germinação/estabelecimento da braquiária;
- ISNA maior ou igual a 0,50 na fase de floração/enchimento de grãos da cultura do milho;
- Risco de ocorrência de geada inferior a 20%.

Considerou-se apto para o cultivo do milho consorciado com a brachiária brizantha, o município que apresentou, no mínimo, 20% de sua área com condições climáticas dentro dos critérios considerados, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho consorciado com braquiária no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares de milho indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9534 , ADV9534 PRO, ADV9853, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD305, AD190, AD150 e AD189;

BIONACIONAL SEMENTES: ÓRION;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Copacabana e Mucuripe;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B512PW, 2A620PW, 2B877PW, 2B655PW, 2B610PW, 2B210PW, 2B688RR, 2B587RR, 2B433PW, 2B710PW, 2B587PW, 2B633PW, 2B810PW, 2B688PW, 2A401PW, CD3410PW, 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A77PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, Dow WxA504, CD 384PW, DB 2B339PW, NEX 5617PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, 2B346PW, CD384RR, MG600PW, CD3775PW, 2B647PW, MG699RR, MG744PW, 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, 2A521PW, MG711PW e 2B640PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30K73, 30K73YHR, 30K73H, 30F53VYHR, 30F53VYH, P3431, P3340YHR, BG7032YH, BG7330H, P3456, BG7032YHR, 30F35HR, 30F53R, BG7032, 30F35R, P3456VYH, 30F90H, P3431H, 30F35VYHR, 30F35H, P3431YHR, 30F35YH, 30F35, P3456H, P3431YH, 30F53, 30F53YHR, BG7318YH, P1630YH, P3250, 30F53YH, BG7032H, P2830VYH, 30F53EH, 30F53HR, P2830H, BG7032HR, BG7432H, P2830, 30F53H, P3340H, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037HR, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 3040, BRS 3046, BR 206, BRS 2020, BRS 2022, BRS 2223, BR 106, BR 451, BR 473, BRS 4103, BRS 4154, BRS Caimbé, BRS Sol da Manhã, BRS 1055, BRS 1060, BRS 3035, BRS Gorutuba, BRS 4104 e BR 205;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 905, BM 3066, BM 955, BM 3063, BM 207, SHS 4090, BM 709, SHS 5050, SHS 4080, BM 810, SHS 4070, BM 820, BM 502, SHS 7090, SHS 5560, SHS 5090, SHS 3031, SHS 5070, SHS 5550, SHS 5080, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 3M51, 2M80, 2M88 e 2M77;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 4003, AX 727, BALU 7690 e MS 2010;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: ANHEMBI, PR 27D28 e PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB285PRO2, AG9030RR2, AS 1551RR2, AG 9080PRO2, GNZ 9505PRO, DKB340PRO2, AG9045PRO2, GNZ 9505YG, DKB250PRO2, AG9030PROX, AS 1551PRO, AG9080PRO, DKB 330, DKB 330RR2, AG9030PRO2, DKB330PRO, AG 9010PRO, AS 1660PRO, AG 9040YG, LG 6304YG, LG 6304PRO, ADV 9434, LG 3055PRO3, RB 9006PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, ADV9345PRO3, AS 1572PRO, AS 1660PRO2, AS1551PRO2, AS1660PROX, AS 1660, AS1656RR2, AS1656PRO3, AS1633PRO3, AS1633PRO, AS1590PRO, AG 9010, AG9080RR2, RB 9110YG, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, RB9110PRO, AS 1633, AS1660PRO3, AS1575PRO3, AG9030PRO3, AG8061PRO3, DKB330PRO2, DKB 285RR2, DKB285PRO3, DKB 285PRO, DKB 285, DKB 275PRO, AS 1633PRO2, AG 9030, LG 3055PRO2, AG 7000, BALU 280PRO, BM 650, AG 8088RR2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, AG 8544, AG 8544PRO, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO2, AG 8580PRO, SHS7910PRO3, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 7098RR2, AG 8011PRO, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, DKB315PRO, RB 9108PRO, RB 9108, DKB 250RR2, DKB 340PRO, ADV 9434PRO2, ADV 9434PRO3, AG 1051, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG 5055PRO, AG 7098, NS 56PRO2, AG8580PROX, AG 8061, AG8061PROX, NS 56RR2, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO2, NS 50PRO, AG8677PRO2, AG8677PRO3, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8780PRO, AG8780PRO3, LG 6036RR2, AG 8676PRO2, AG8690PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG9030PRO, AG 9040, AG 9045PRO, AG 9045RR2, AG7088PROX, AG7098PRO2, AG7098PRO3, AG7098PROX, NS 90PRO2, NS 90PRO, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, AG 8061RR2, AG8500RR2, AG8544PRO3, AG8580PRO2, AG8580PRO3, DKB275PRO3, NS92PRO, NS 92PRO2, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9626PRO, GNZ 9505RR2, GNZ 9505PRO3, DKB 350, DKB 350PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, AS 1598PRO2, RB 9005PRO2, LG6036PRO3, RB 9005PRO, RB 9004RR2, RB 9004PRO2, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB 390RR2, AG 7098PRO, LG 3055PRO, AS 1596, AS 1596PRO, LG 6036PRO2, LG 6036PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO2, GNZ 9690RR2, RB 9004PRO, NS 90RR2, DKB290PRO, AS 1656PRO2, AS 1661PRO, AS 1665PRO, 2300RR2, AS1642PRO, AS1656PRO, DKB245PRO2, DKB250PRO3, DKB290, AS1555PRO3, SHS 7920PRO, SHS7915PRO3, AS1555RR2, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9308YG, RB 9308, RB 9210PRO2, RB 9210PRO, RB 9210, RB 9110, AS1573PRO, AS1596PRO3, RB 9108PRO2, AS 1642, LG6050PRO2, LG 6038PRO3, AS 1642 PRO2, AS1555PRO, LG 3055, SHS 7920PRO3, AS1555PRO2, DKB395PRO3, GNZ 9501, GNZ9501PRO, CD 3715RR2, CD 397PRO, AG9025PRO3, RB 9108PROX, RB 9108PRO3, RB 9077PRO, RB 9006RR2, BM 780PRO2, BM 780PRO3, BM 840PRO, BM 840RR2, CD324PRO, CD 3715, CD 3715PRO, CD 3715PRO2, DKB290PRO3, GNZ 9505PRO2, BM780PRO, BM 915PRO, BM780RR2, DKB 310, DKB 310PRO2, 3200RR2, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO, DKB310PRO3, DKB330PRO3, DKB340PROX, DKB390PRO3, DKB390PROX, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB 240PRO2, DKB 177RR2, DKB 240YGRR2, DKB 245PRO, DKB 245RR2, DKB 250, DKB 250PRO, DKB 310PRO, DKB 390YG, DKB177PRO, DKB177PROX, RB 9006PRO2, RB 9006PRO, AS1666PRO, AS1677PRO3, BALU 480PRO, BALU 480PRO2, BALU 480PROX, BALU 480RR2, AG9045PRO3, AS 1575, AS 1575PRO, AS 1581, AS 1581PRO, CD 397YG, DKB 175, DKB 175PRO, DKB 175PRO2, DKB 175RR2, DKB 177, DKB 177PRO2, DKB177PRO3, DKB 240RR2, 3020RR2, NS 50PRO3, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, LG 6030PRO, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, BM950, BM950PRO3, AG8700, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS88, NS88PRO3, DKB265PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO, LG 6036 e AS1777PRO3;

NIDERA: NS77PRO2 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 677, PZ 204, PZ 316, PZ 240, PZ 226, PZ 216 e PZ 232;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu445, Balu787 e Balu787PRO2;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: K9800PRO2, K9600PRO2, R9080, R9080PRO2, SM 511, K9220PRO2, SG 6302, ATL 310, SG 6011, DG 601, FTH 510, ATL 100, RK3115, DG 501, RK3014, ATL 200, R9330PRO2, DG 213, K9200, SM 966, K9100, Balu 188, GNZ 9510, ATL 110, GNZ 9506, ATL 400, FTH 960, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3 e ATL 300S;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 4013, XB 8010, XB 8030, XB 6012 Bt, XB 6012, XB 9003, XB 7253, XB 7116, XB 8018, XB 7253 Bt, 60XB14 Bt, 90XB06, XB 9003 Bt, XB 8018 Bt e 60XB14;

SEMPRE SEMENTES: PRE 22T10, SX1093, PRE 22S18 TP3, PRE 22S18 TP2, PRE22S18, PRE 22D11, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;

SYNGENTA SEEDS LTDA: GSS 3969, GSS 41240, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, RB 6324, Thunder, SYN7205 VIP2, SX6003 VIP3, SX8394 VIP3, SX8934 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SW3949 TL, SX7331, SX7331 Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SG 6418, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, Tork TL, Tropical Plus, Balu 184, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, Somma, Celeron TL, Cargo TL, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, Somma Viptera, SX7341 VIP3, SW3949, SYN4306, SYN4306 TL, SYN5T78, SYN7205 TL, SZ7142, SZ7142 TLTG Viptera, GSS41242, SX8442 VIP3, 3040VIP3, Formula VIP2, SZ7050 VIP3, SX6663 VIP3, Formula, SW5004 VIP3, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SW8064 VIP3, SW8074 VIP3, SX6552 VIP3, SX7772 VIP3, SX8555 VIP3, SX8773 VIP3, SY6222 VIP3, SZ7684 VIP3, SX5885 VIP3 e SX7331 VIP4.

GRUPO II

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

AVANTI SEEDS : SW 5130, SW 5156, SW 5560, SW 5198 e AV 4142;

BIONACIONAL SEMENTES: Taurus;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 316Hx, CD 393 e CD 393Hx;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: CD3880PW;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 1010 e BRS 3025;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004, GNZ 2005 YG, GNZ7280PRO2, GNZ7280, GNZ7210 e GNZ7210PRO2;

IAC: IAC 3330 e IAC Airan;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 03 e RG 02A;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: MS 2013;

NIDERA: NS82;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: DG 627, SG 6010 e SM 505;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 40 e RVM 30;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044;

SEMPRE SEMENTES: SX1086, SX1076, PRE 32D10, SX1086 TP2, SX1086 TP, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3 e PRE2601 TP;

SYNGENTA SEEDS LTDA: CD 308;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA-ME: AGRI340 e AGRI-104.

GRUPO III

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: DSS 1001 e IPANEMA;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Vivi;

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR: IPR 164, IPR 127, IPR 119 e IPR 114;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, Al Bianco, CATIVERDE 02, AL Bandeirante, AL Piratininga e AL 34.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODO DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abadia dos Dourados	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Abaeté	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Abre Campo	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Acaiaca	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Açucena	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Água Boa		1 a 3	1 a 3
Água Comprida	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Aguanil	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Águas Formosas			1 a 2
Águas Vermelhas			1 a 2
Aiuruoca	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Alagoa	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Albertina	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Além Paraíba	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Alfenas	1 a 5	1 a 6	1 a 9
Alfredo Vasconcelos	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Alpinópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 8
Alterosa	1 a 5	1 a 7	1 a 9
Alto Caparaó	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Alto Jequitibá	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Alto Rio Doce	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Alvarenga			2 a 3
Alvinópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Alvorada de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Amparo do Serra	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Andradas	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Andrelândia	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Angelândia		1 a 2	1 a 3
Antônio Carlos	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Antônio Dias	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Antônio Prado de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Araçaí	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Aracitaba	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Araguari	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Arantina	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Araponga	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Araporã	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Arapuá	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Araújos	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Araxá	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Arceburgo	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Arcos	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Areado	1 a 5	1 a 6	1 a 9
Argirita	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Aricanduva		1 a 3	1 a 3
Arinos	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Astolfo Dutra	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Ataléia			1 a 2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Augusto de Lima	2 a 3	1 a 3	1 a 4
Baependi	1 a 6	1 a 8	1 a 9
Baldim	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Bambuí	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Bandeira do Sul	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Barão de Cocais	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Barão de Monte Alto	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Barbacena	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Barra Longa	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Barroso	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Bela Vista de Minas	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Belmiro Braga	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Belo Horizonte	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Belo Oriente	2 a 3	1 a 3	1 a 5
Belo Vale	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Bertópolis			1 a 2
Betim	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Bias Fortes	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Bicas	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Biquinhas	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Boa Esperança	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Bocaina de Minas	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Bocaiúva			1 a 3
Bom Despacho	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Bom Jardim de Minas	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Bom Jesus da Penha	1 a 5	1 a 6	1 a 9
Bom Jesus do Amparo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Bom Jesus do Galho		1 a 3	1 a 5
Bom Repouso	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Bom Sucesso	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Bonfim	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Bonfinópolis de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Borda da Mata	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Botelhos	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Botumirim			1 a 3
Brás Pires	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Brasilândia de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Brasópolis	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Braúnas	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Brumadinho	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Bueno Brandão	1 a 5	1 a 7	1 a 9
Buenópolis		1 a 3	1 a 3
Bugre		1 a 3	1 a 5
Buritis	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Buritizeiro			1 a 3
Cabeceira Grande	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Cabo Verde	1 a 6	1 a 9	1 a 9
Cachoeira da Prata	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Cachoeira de Minas	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Cachoeira Dourada	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Caetanópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Caeté	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Caiana	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Cajuri	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Caldas	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Camacho	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Camanducaia	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Cambuí	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Cambuquira	1 a 5	1 a 6	1 a 8
Campanário		2 a 3	2 a 3
Campanha	1 a 5	1 a 6	1 a 8
Campestre	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Campina Verde	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Campo Belo	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Campo do Meio	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Campo Florido	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Campos Altos	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Campos Gerais	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Cana Verde	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Canaã	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Canápolis	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Candeias	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Cantagalo	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Caparaó	1 a 4	1 a 7	1 a 7
Capela Nova	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Capelinha		1 a 2	1 a 5
Capetinga	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Capim Branco	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Capinópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Capitólio	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Caputira	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Caranaíba	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Carandaí	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Carangola	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Caratinga		1 a 3	1 a 5
Carbonita		1 a 3	1 a 3
Careaçu	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Carlos Chagas			1 a 3
Carmésia	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Carmo da Cachoeira	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Carmo da Mata	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Carmo de Minas	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Carmo do Cajuru	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Carmo do Paranaíba	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Carmo do Rio Claro	1 a 4	1 a 5	1 a 9
Carmópolis de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Carneirinho	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Carrancas	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Carvalhópolis	1 a 5	1 a 6	1 a 9
Carvalhos	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Casa Grande	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Cascalho Rico	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Cássia	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Cataguases	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Catas Altas	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Catas Altas da Noruega	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Catuji			1 a 2
Caxambu	1 a 5	1 a 6	1 a 9
Cedro do Abaeté	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Centralina	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Chácara	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Chalé		1 a 2	1 a 3
Chapada Gaúcha		1 a 3	1 a 3
Chiador	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Cipotânea	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Claraval	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Cláudio	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Coimbra	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Coluna	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Comendador Gomes	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Conceição da Aparecida	1 a 5	1 a 6	1 a 9
Conceição da Barra de Minas	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Conceição das Alagoas	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Conceição das Pedras	1 a 5	1 a 8	1 a 9
Conceição de Ipanema		1 a 2	1 a 5
Conceição do Mato Dentro	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Conceição do Pará	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Conceição do Rio Verde	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Conceição dos Ouros	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Confins	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Congonhal	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Congonhas	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Congonhas do Norte	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Conquista	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Conselheiro Lafaiete	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Consolação	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Contagem	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Coqueiral	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Cordisburgo	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Cordislândia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Corinto	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Coroaci	2 a 3	1 a 3	1 a 3
Coromandel	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Coronel Fabriciano	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Coronel Pacheco	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Coronel Xavier Chaves	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Córrego Danta	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Córrego do Bom Jesus	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Córrego Fundo	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Córrego Novo		1 a 3	1 a 5
Couto de Magalhães de Minas	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Crisólita			1 a 2
Cristais	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Cristiano Otoni	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Cristina	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Crucilândia	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Cruzeiro da Fortaleza	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Cruzília	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Curvelo	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Datas	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Delfim Moreira	1 a 5	1 a 6	1 a 8
Delfinópolis	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Delta	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Descoberto	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Desterro de Entre Rios	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Desterro do Melo	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Diamantina	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Diogo de Vasconcelos	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Dionísio	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Divinésia	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Divino	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Divinolândia de Minas	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Divinópolis	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Divisa Nova	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Dom Bosco	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Dom Cavati			1 a 3
Dom Joaquim	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Dom Silvério	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Dom Viçoso	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Dona Eusébia	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Dores de Campos	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Dores de Guanhães	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Dores do Indaiá	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Dores do Turvo	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Doresópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Douradoquara	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Durandé		1 a 3	1 a 5
Elói Mendes	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Entre Folhas		1 a 3	1 a 5
Entre Rios de Minas	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Ervália	1 a 6	1 a 6	1 a 6
Esmeraldas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Espera Feliz	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Espírito Santo do Dourado	1 a 5	1 a 8	1 a 9
Estiva	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Estrela Dalva	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Estrela do Indaiá	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Estrela do Sul	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Eugenópolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Ewbank da Câmara	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Extrema	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Fama	1 a 5	1 a 6	1 a 8
Faria Lemos	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Felício dos Santos	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Felixlândia	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Fernandes Tourinho			1 a 3
Ferros	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Fervedouro	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Florestal	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Formiga	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Formoso	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Fortaleza de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Fortuna de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Francisco Dumont			2 a 3
Franciscópolis		1 a 3	1 a 5
Frei Gaspar		2 a 3	1 a 3
Frei Inocêncio			1 a 3
Frei Lagonegro	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Fronteira	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Frutal	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Funilândia	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Goianá	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Gonçalves	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Gonzaga	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Gouveia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Governador Valadares		2 a 3	1 a 3
Grupiara	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Guanhães	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Guapé	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Guaraciaba	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Guaranésia	1 a 6	1 a 9	1 a 9
Guarani	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Guarará	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Guarda-Mor	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Guaxupé	1 a 6	1 a 9	1 a 9
Guidoval	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Guimarânia	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Guiricema	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Gurinhatã	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Heliodora	1 a 5	1 a 6	1 a 9
Iapu		2 a 3	1 a 5
Ibertioga	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Ibiá	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Ibiraci	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Ibirité	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ibitiúra de Minas	1 a 5	1 a 7	1 a 9
Ibituruna	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Igarapé	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Igaratinga	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Iguatama	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ijaci	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Ilicínea	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Imbé de Minas		1 a 3	1 a 3
Inconfidentes	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Indianópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ingaí	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Inhapim			1 a 3
Inhaúma	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Inimutaba	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Ipaba		1 a 3	1 a 5
Ipanema		1 a 3	1 a 3
Ipatinga	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Ipiaçu	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ipuiúna	1 a 5	1 a 7	1 a 9
Iraí de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Itabira	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itabirito	1 a 4	1 a 5	1 a 5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Itaguara	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itaipé		1 a 2	1 a 3
Itajubá	1 a 5	1 a 8	1 a 9
Itamarandiba		1 a 3	1 a 3
Itamarati de Minas	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Itambacuri		2 a 3	1 a 3
Itambé do Mato Dentro	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Itamogi	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itamonte	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Itanhandu	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Itapagipe	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Itapecerica	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itapeva	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Itatiaiuçu	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Itaú de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itaúna	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Itaverava	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Ituiutaba	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itumirim	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Iturama	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Itutinga	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Jaboticatubas	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Jacuí	1 a 5	1 a 6	1 a 9
Jacutinga	1 a 6	1 a 9	1 a 9
Jaguaraçu	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Jampruca			1 a 3
Japaraíba	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Jeceaba	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Jequeri	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Jequitibá	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Jesuânia	1 a 5	1 a 6	1 a 9
Joanésia	1 a 3	1 a 5	1 a 5
João Monlevade	1 a 3	1 a 5	1 a 5
João Pinheiro	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Joaquim Felício		2 a 3	1 a 3
José Raydan	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Juatuba	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Juiz de Fora	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Juruaia	1 a 6	1 a 9	1 a 9
Ladainha		1 a 3	1 a 5
Lagamar	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Lagoa da Prata	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Lagoa Dourada	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Lagoa Formosa	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Lagoa Grande	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Lagoa Santa	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Lajinha		1 a 2	1 a 3
Lambari	1 a 5	1 a 6	1 a 9
Lamim	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Laranjal	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Lassance		1 a 3	1 a 3
Lavras	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Leandro Ferreira	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Leopoldina	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Liberdade	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Lima Duarte	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Limeira do Oeste	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Luisburgo	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Luminárias	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Luz	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Machacalis			1 a 2
Machado	1 a 5	1 a 7	1 a 9
Madre de Deus de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Malacacheta		1 a 2	1 a 5
Manhuaçu	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Manhumirim	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Mar de Espanha	1 a 7	1 a 7	1 a 8
Maravilhas	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Maria da Fé	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Mariana	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Marilac		1 a 3	1 a 3
Mário Campos	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Maripá de Minas	1 a 5	1 a 6	1 a 8
Marliéria	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Marmelópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Martinho Campos	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Martins Soares	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Materlândia	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Mateus Leme	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Mathias Lobato			1 a 3
Matias Barbosa	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Matipó	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Matozinhos	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Matutina	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Medeiros	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Mercês	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Mesquita	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Minas Novas		1 a 2	1 a 3
Minduri	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Miradouro	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Miraí	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Moeda	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Moema	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Monjolos	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Monsenhor Paulo	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Monte Alegre de Minas	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Monte Belo	1 a 5	1 a 7	1 a 9
Monte Carmelo	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Monte Santo de Minas	1 a 5	1 a 6	1 a 9
Monte Sião	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Morada Nova de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Morro da Garça	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Morro do Pilar	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Munhoz	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Muriaé	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Mutum		1 a 2	1 a 3
Muzambinho	1 a 7	1 a 9	1 a 9
Nacip Raydan	2 a 3	1 a 3	1 a 3
Nanuque			1 a 3
Naque		1 a 3	1 a 5
Natalândia	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Natércia	1 a 5	1 a 7	1 a 9
Nazareno	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Nepomuceno	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Ninheira			1 a 2
Nova Era	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Nova Lima	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Nova Ponte	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Nova Resende	1 a 5	1 a 7	1 a 9
Nova Serrana	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Nova União	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Novo Cruzeiro			1 a 3
Olaria	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Olhos-d"Água		1 a 3	1 a 3
Olímpio Noronha	1 a 5	1 a 7	1 a 9
Oliveira	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Oliveira Fortes	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Onça de Pitangui	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Oratórios	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Orizânia	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Ouro Branco	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ouro Fino	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Ouro Preto	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ouro Verde de Minas			1 a 3
Paineiras	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Pains	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Paiva	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Palma	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Papagaios	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Pará de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Paracatu	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Paraguaçu	1 a 5	1 a 6	1 a 8
Paraisópolis	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Paraopeba	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Passa Quatro	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Passa Tempo	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Passabém	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Passa-Vinte	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Passos	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Patos de Minas	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Patrocínio	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Patrocínio do Muriaé	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Paula Cândido	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Paulistas	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Peçanha	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Pedra Bonita	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Pedra do Anta	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Pedra do Indaiá	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Pedra Dourada	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Pedralva	1 a 6	1 a 9	1 a 9
Pedrinópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Pedro Leopoldo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Pedro Teixeira	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Pequeri	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Pequi	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Perdigão	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Perdizes	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Perdões	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Periquito		2 a 3	1 a 3
Pescador		2 a 3	2 a 3
Piau	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Piedade de Caratinga		1 a 3	1 a 5
Piedade de Ponte Nova	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Piedade do Rio Grande	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Piedade dos Gerais	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Pimenta	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Pingo-d"Água		1 a 3	1 a 5
Piracema	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Pirajuba	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Piranga	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Piranguçu	1 a 5	1 a 8	1 a 8
Piranguinho	1 a 5	1 a 8	1 a 8
Pirapetinga	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Piraúba	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Pitangui	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Piumhi	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Planura	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Poço Fundo	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Poços de Caldas	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Pocrane			2 a 3
Pompéu	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Ponte Nova	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Porto Firme	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Poté		1 a 2	1 a 5
Pouso Alegre	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Pouso Alto	1 a 5	1 a 7	1 a 9
Prados	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Prata	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Pratápolis	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Pratinha	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Presidente Bernardes	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Presidente Juscelino	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Presidente Kubitschek	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Presidente Olegário	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Prudente de Morais	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Quartel Geral	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Queluzito	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Raposos	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Raul Soares	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Recreio	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Reduto	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Resende Costa	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Ressaquinha	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Riachinho	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Ribeirão das Neves	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ribeirão Vermelho	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Rio Acima	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Rio Casca	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Rio Doce	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Rio Espera	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Rio Manso	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Rio Novo	1 a 6	1 a 7	1 a 8
Rio Paranaíba	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Rio Piracicaba	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Rio Pomba	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Rio Preto	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Rio Vermelho	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Ritápolis	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Rochedo de Minas	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Rodeiro	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Romaria	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Rosário da Limeira	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Sabará	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Sabinópolis	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Sacramento	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santa Bárbara	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Santa Bárbara do Leste		1 a 3	1 a 5
Santa Bárbara do Monte Verde	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Santa Bárbara do Tugúrio	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santa Cruz de Minas	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Santa Cruz do Escalvado	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Santa Efigênia de Minas	2 a 3	1 a 3	1 a 5
Santa Fé de Minas		1 a 2	1 a 3
Santa Helena de Minas			1 a 2
Santa Juliana	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Santa Luzia	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Santa Margarida	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Santa Maria de Itabira	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Santa Maria do Suaçuí		1 a 3	1 a 3
Santa Rita de Caldas	1 a 5	1 a 7	1 a 9
Santa Rita de Ibitipoca	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santa Rita de Jacutinga	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Santa Rita de Minas		1 a 2	1 a 5
Santa Rita do Sapucaí	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Santa Rosa da Serra	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Santa Vitória	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Santana da Vargem	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Santana de Cataguases	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santana de Pirapama	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Santana do Deserto	1 a 6	1 a 7	1 a 8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santana do Garambéu	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santana do Jacaré	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Santana do Manhuaçu		1 a 3	1 a 5
Santana do Paraíso	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Santana do Riacho	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santana dos Montes	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Santo Antônio do Amparo	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Santo Antônio do Aventureiro	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santo Antônio do Grama	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Santo Antônio do Itambé	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santo Antônio do Monte	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Santo Antônio do Rio Abaixo	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santo Hipólito	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Santos Dumont	1 a 5	1 a 6	1 a 7
São Bento Abade	1 a 4	1 a 4	1 a 5
São Brás do Suaçuí	1 a 4	1 a 4	1 a 5
São Domingos das Dores			1 a 3
São Domingos do Prata	1 a 3	1 a 3	1 a 5
São Francisco de Paula	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Francisco de Sales	1 a 5	1 a 5	1 a 6
São Francisco do Glória	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São Geraldo	1 a 5	1 a 6	1 a 6
São Geraldo da Piedade		1 a 3	1 a 3
São Gonçalo do Abaeté	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São Gonçalo do Pará	1 a 4	1 a 4	1 a 5
São Gonçalo do Rio Abaixo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São Gonçalo do Rio Preto	1 a 3	1 a 3	1 a 5
São Gonçalo do Sapucaí	1 a 5	1 a 6	1 a 9
São Gotardo	1 a 5	1 a 6	1 a 6
São João Batista do Glória	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São João da Mata	1 a 5	1 a 8	1 a 9
São João del Rei	1 a 4	1 a 5	1 a 5
São João do Manhuaçu	1 a 3	1 a 3	1 a 5
São João do Oriente			1 a 3
São João Evangelista	1 a 3	1 a 5	1 a 5
São João Nepomuceno	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São Joaquim de Bicas	1 a 4	1 a 4	1 a 5
São José da Barra	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São José da Lapa	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São José da Safira		1 a 3	1 a 3
São José da Varginha	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São José do Alegre	1 a 5	1 a 8	1 a 9
São José do Goiabal	1 a 3	1 a 3	1 a 5
São José do Jacuri	1 a 3	1 a 3	1 a 3
São José do Mantimento		1 a 2	1 a 5
São Lourenço	1 a 4	1 a 6	1 a 7
São Miguel do Anta	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Pedro da União	1 a 6	1 a 9	1 a 9
São Pedro do Suaçuí	1 a 3	1 a 3	1 a 3
São Pedro dos Ferros	1 a 3	1 a 3	1 a 5
São Romão			1 a 3
São Roque de Minas	1 a 5	1 a 6	1 a 6
São Sebastião da Bela Vista	1 a 5	1 a 7	1 a 8
São Sebastião da Vargem Alegre	1 a 6	1 a 6	1 a 7
São Sebastião do Anta		2 a 3	1 a 3
São Sebastião do Maranhão		1 a 3	1 a 3
São Sebastião do Oeste	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Sebastião do Paraíso	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Sebastião do Rio Preto	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Sebastião do Rio Verde	1 a 5	1 a 6	1 a 7
São Thomé das Letras	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Tiago	1 a 4	1 a 5	1 a 5
São Tomás de Aquino	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Vicente de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Sapucaí-Mirim	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Sardoá	2 a 3	1 a 3	1 a 5
Sarzedo	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Sem-Peixe	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Senador Amaral	1 a 7	1 a 8	1 a 8
Senador Cortes	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Senador Firmino	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Senador José Bento	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Senador Modestino Gonçalves	2 a 3	1 a 3	1 a 3
Senhora de Oliveira	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Senhora do Porto	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Senhora dos Remédios	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Sericita	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Seritinga	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Serra Azul de Minas	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Serra da Saudade	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Serra do Salitre	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Serra dos Aimorés			1 a 2
Serrania	1 a 5	1 a 6	1 a 9
Serranos	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Serro	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Sete Lagoas	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Setubinha		1 a 2	1 a 5
Silveirânia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Silvianópolis	1 a 5	1 a 9	1 a 9
Simão Pereira	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Simonésia	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Sobrália			1 a 3
Soledade de Minas	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Tabuleiro	1 a 5	1 a 6	1 a 8
Taparuba			2 a 3
Tapira	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Tapiraí	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Taquaraçu de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Tarumirim			1 a 3
Teixeiras	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Teófilo Otoni		1 a 2	1 a 3
Timóteo	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Tiradentes	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Tiros	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Tocantins	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Tocos do Moji	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Toledo	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Tombos	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Três Corações	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Três Marias	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Três Pontas	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Tupaciguara	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Turmalina		1 a 3	1 a 3
Turvolândia	1 a 5	1 a 6	1 a 9
Ubá	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Ubaporanga		1 a 3	1 a 5
Uberaba	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Uberlândia	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Umburatiba			5 a 6
Unaí	1 a 4	1 a 5	1 a 6
União de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Uruana de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Urucânia	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Urucuia		1 a 3	1 a 3
Vargem Alegre		1 a 3	1 a 5
Vargem Bonita	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Varginha	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Varjão de Minas	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Vazante	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Veredinha		1 a 3	1 a 3
Veríssimo	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Vermelho Novo	1 a 2	1 a 2	1 a 5
Vespasiano	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Viçosa	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Vieiras	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Virgínia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Virginópolis	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Virgolândia	2 a 3	1 a 3	1 a 3
Visconde do Rio Branco	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Volta Grande	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Wenceslau Braz	1 a 5	1 a 7	1 a 8

MUNICÍPIOS	PERÍODO DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abadia dos Dourados	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Abaeté	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Abre Campo	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Acaiaca	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Açucena	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Água Boa		1 a 2	1 a 2
Água Comprida	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Aguanil	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Aiuruoca	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Alagoa	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Albertina	1 a 4	1 a 7	1 a 8
Além Paraíba	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Alfenas	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Alfredo Vasconcelos	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Alpinópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Alterosa	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Alto Caparaó	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Alto Jequitibá	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Alto Rio Doce	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Alvarenga			1 a 2
Alvinópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Alvorada de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Amparo do Serra	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Andradas	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Andrelândia	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Angelândia			1 a 2
Antônio Carlos	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Antônio Dias	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Antônio Prado de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Araçaí		1 a 2	1 a 2
Aracitaba	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Araguari	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Arantina	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Araponga	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Araporã	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Arapuá	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Araújos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Araxá	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Arceburgo	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Arcos	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Areado	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Argirita	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Aricanduva		1 a 2	1 a 2
Arinos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Astolfo Dutra	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ataléia			1 a 2
Augusto de Lima		1 a 2	1 a 2
Baependi	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Baldim		1 a 2	1 a 3
Bambuí	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Bandeira do Sul	1 a 4	1 a 6	1 a 8
Barão de Cocais	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Barão de Monte Alto	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Barbacena	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Barra Longa	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Barroso	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Bela Vista de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Belmiro Braga	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Belo Horizonte	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Belo Oriente		1 a 3	1 a 3
Belo Vale	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Bertópolis			1 a 2
Betim	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Bias Fortes	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Bicas	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Biquinhas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Boa Esperança	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Bocaina de Minas	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Bocaiúva		1 a 2	1 a 2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bom Despacho		1 a 2	1 a 3
Bom Jardim de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Bom Jesus da Penha	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Bom Jesus do Amparo	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Bom Jesus do Galho		1 a 2	1 a 3
Bom Repouso	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Bom Sucesso	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Bonfim	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Bonfinópolis de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Borda da Mata	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Botelhos	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Botumirim			1 a 2
Brás Pires	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Brasilândia de Minas			1 a 2
Brasópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Braúnas	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Brumadinho	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Bueno Brandão	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Buenópolis		1 a 2	1 a 2
Bugre		1 a 2	1 a 3
Buritis	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Cabeceira Grande	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Cabo Verde	1 a 5	1 a 8	1 a 8
Cachoeira da Prata		1 a 2	1 a 2
Cachoeira de Minas	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Cachoeira Dourada	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Caetanópolis		1 a 2	1 a 2
Caeté	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Caiana	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cajuri	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Caldas	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Camacho	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Camanducaia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cambuí	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cambuquira	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Campanário			1 a 2
Campanha	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Campestre	1 a 4	1 a 6	1 a 8
Campina Verde	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Campo Belo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Campo do Meio	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Campo Florido	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Campos Altos	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Campos Gerais	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Cana Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Canaã	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Canápolis	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Candeias	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Cantagalo	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Caparaó	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Capela Nova	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Capelinha		1 a 2	1 a 2
Capetinga	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Capim Branco	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Capinópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Capitólio	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Caputira		1 a 2	1 a 3
Caranaíba	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Carandaí	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Carangola	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Caratinga		1 a 3	1 a 3
Carbonita		1 a 2	1 a 3
Careaçu	1 a 4	1 a 5	1 a 8
Carlos Chagas			1 a 2
Carmésia	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Carmo da Cachoeira	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Carmo da Mata	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Carmo de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Carmo do Cajuru	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Carmo do Paranaíba	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Carmo do Rio Claro	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Carmópolis de Minas	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Carneirinho	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Carrancas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Carvalhópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Carvalhos	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Casa Grande	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Cascalho Rico	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Cássia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cataguases	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Catas Altas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Catas Altas da Noruega	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Caxambu	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Cedro do Abaeté	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Centralina	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Chácara	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Chalé		1 a 2	1 a 3
Chiador	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Cipotânea	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Claraval	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cláudio	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Coimbra	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Coluna		1 a 2	1 a 3
Comendador Gomes	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Conceição da Aparecida	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Conceição da Barra de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Conceição das Alagoas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Conceição das Pedras	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Conceição de Ipanema		1 a 3	1 a 3
Conceição do Mato Dentro	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Conceição do Pará	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Conceição do Rio Verde	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Conceição dos Ouros	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Confins		1 a 2	1 a 3
Congonhal	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Congonhas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Congonhas do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Conquista	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Conselheiro Lafaiete	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Consolação	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Contagem	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Coqueiral	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Cordisburgo		1 a 2	1 a 2
Cordislândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Corinto		1 a 2	1 a 2
Coroaci		1 a 2	1 a 3
Coromandel	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Coronel Fabriciano	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Coronel Pacheco	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Coronel Xavier Chaves	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Córrego Danta	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Córrego do Bom Jesus	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Córrego Fundo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Córrego Novo		1 a 2	1 a 3
Couto de Magalhães de Minas	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Crisólita			1 a 2
Cristais	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Cristiano Otoni	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Cristina	1 a 4	1 a 7	1 a 8
Crucilândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Cruzeiro da Fortaleza	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Cruzília	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Curvelo		1 a 2	1 a 2
Datas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Delfim Moreira	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Delfinópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Delta	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Descoberto	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Desterro de Entre Rios	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Desterro do Melo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Diamantina	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Diogo de Vasconcelos	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Dionísio	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Divinésia	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Divino	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Divinolândia de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Divinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Divisa Nova	1 a 4	1 a 6	1 a 8
Dom Bosco	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Dom Cavati		1 a 2	1 a 2
Dom Joaquim	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Dom Silvério	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Dom Viçoso	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Dona Eusébia	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Dores de Campos	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Dores de Guanhães	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Dores do Indaiá	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Dores do Turvo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Doresópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Douradoquara	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Durandé		1 a 2	1 a 3
Elói Mendes	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Engenheiro Caldas			1 a 2
Engenheiro Navarro			1 a 2
Entre Folhas		2 a 3	1 a 3
Entre Rios de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ervália	1 a 4	1 a 4	1 a 4
Esmeraldas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Espera Feliz	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Espírito Santo do Dourado	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Estiva	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Estrela Dalva	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Estrela do Indaiá	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Estrela do Sul	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Eugenópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ewbank da Câmara	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Extrema	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Fama	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Faria Lemos	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Felício dos Santos	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Felixlândia		1 a 2	1 a 3
Fernandes Tourinho			1 a 2
Ferros	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Fervedouro	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Florestal	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Formiga	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Formoso		1 a 2	1 a 3
Fortaleza de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Fortuna de Minas		1 a 2	1 a 2
Francisco Dumont			1 a 2
Franciscópolis		1 a 2	1 a 2
Frei Gaspar			1 a 2
Frei Inocêncio			1 a 3
Frei Lagonegro		1 a 2	1 a 3
Fronteira	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Frutal	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Funilândia		1 a 2	1 a 2
Goianá	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Gonçalves	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Gonzaga	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Gouveia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Governador Valadares			1 a 2
Grupiara	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guanhães	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Guapé	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guaraciaba	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Guaranésia	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Guarani	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Guarará	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Guarda-Mor	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guaxupé	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Guidoval	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Guimarânia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Guiricema	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Gurinhatã	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Heliodora	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Iapu		1 a 2	1 a 3
Ibertioga	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ibiá	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ibiraci	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ibirité	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ibitiúra de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Ibituruna	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Igarapé	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Igaratinga	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Iguatama	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ijaci	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ilicínea	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Imbé de Minas		1 a 2	1 a 3
Inconfidentes	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Indianópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ingaí	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Inhapim		1 a 2	1 a 3
Inhaúma		1 a 2	1 a 2
Inimutaba		1 a 2	1 a 2
Ipaba		1 a 2	1 a 3
Ipanema		1 a 3	1 a 3
Ipatinga	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ipiaçu	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Ipuiúna	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Iraí de Minas	1 a 3	1 a 3	1 a 4

Itabira	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Itabirito	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Itacambira			1 a 2
Itaguara	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Itajubá	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Itamarandiba		1 a 2	1 a 3
Itamarati de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Itambacuri			1 a 2
Itambé do Mato Dentro	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Itamogi	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Itamonte	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Itanhandu	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itapagipe	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Itapecerica	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Itapeva	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Itatiaiuçu	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Itaú de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itaúna	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Itaverava	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Ituiutaba	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Itumirim	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Iturama	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Itutinga	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jaboticatubas		1 a 2	1 a 3
Jacuí	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Jacutinga	1 a 4	1 a 7	1 a 8
Jaguaraçu	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Jampruca			1 a 3
Japaraíba	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jeceaba	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Jequeri	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Jequitibá		1 a 2	1 a 2
Jesuânia	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Joanésia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
João Monlevade	1 a 2	1 a 3	1 a 3
João Pinheiro	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Joaquim Felício		1 a 2	1 a 2
José Raydan		1 a 2	1 a 2
Juatuba	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Juiz de Fora	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Juruaia	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Ladainha		1 a 3	1 a 3
Lagamar	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Lagoa da Prata	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Lagoa Dourada	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Lagoa Formosa	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Lagoa Grande	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Lagoa Santa		1 a 2	1 a 3
Lajinha		1 a 2	1 a 3
Lambari	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Lamim	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Laranjal	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Lassance			1 a 2
Lavras	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Leandro Ferreira		1 a 2	1 a 3
Leopoldina	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Liberdade	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Lima Duarte	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Limeira do Oeste	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Luisburgo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Luminárias	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Luz	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Machacalis			1 a 2
Machado	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Madre de Deus de Minas	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Malacacheta		1 a 2	1 a 2
Manhuaçu		1 a 3	1 a 3
Manhumirim	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Mar de Espanha	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Maravilhas	1 a 2	1 a 2	1 a 2
Maria da Fé	1 a 4	1 a 7	1 a 8
Mariana	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Marilac		1 a 2	1 a 3
Mário Campos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Maripá de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Marliéria		1 a 3	1 a 3
Marmelópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Martinho Campos		1 a 2	1 a 3
Martins Soares		1 a 3	1 a 3
Materlândia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Mateus Leme	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Mathias Lobato			1 a 3
Matias Barbosa	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Matipó		1 a 3	1 a 3
Matozinhos		1 a 2	1 a 3
Matutina	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Medeiros	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Mercês	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Mesquita	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Minas Novas			1 a 2
Minduri	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Miradouro	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Miraí	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Moeda	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Moema	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Monjolos	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Monsenhor Paulo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Monte Alegre de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Monte Belo	1 a 4	1 a 6	1 a 8
Monte Carmelo	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Monte Santo de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Monte Sião	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Morada Nova de Minas	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Morro da Garça		1 a 2	1 a 2
Morro do Pilar	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Munhoz	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Muriaé	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Mutum		1 a 2	1 a 3
Muzambinho	1 a 6	1 a 8	1 a 8
Nacip Raydan		1 a 2	1 a 3
Naque		1 a 2	1 a 3
Natalândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Natércia	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Nazareno	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Nepomuceno	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Nova Era	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Nova Lima	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Nova Ponte	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Nova Resende	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Nova Serrana	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Nova União		1 a 2	1 a 3
Olaria	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Olhos-d"Água		1 a 2	1 a 2
Olímpio Noronha	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Oliveira	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Oliveira Fortes	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Onça de Pitangui	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Oratórios	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Orizânia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Ouro Branco	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ouro Fino	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Ouro Preto	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ouro Verde de Minas			1 a 2
Paineiras	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Pains	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Paiva	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Palma	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Papagaios		1 a 2	1 a 2
Pará de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Paracatu	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Paraguaçu	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Paraisópolis	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Paraopeba		1 a 2	1 a 2
Passa Quatro	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Passa Tempo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Passabém	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Passa-Vinte	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Passos	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Patos de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Patrocínio	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Patrocínio do Muriaé	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Paula Cândido	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Paulistas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Peçanha		1 a 3	1 a 3
Pedra Bonita	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Pedra do Anta	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Pedra do Indaiá	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pedra Dourada	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Pedralva	1 a 5	1 a 7	1 a 8
Pedrinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Pedro Leopoldo	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Pedro Teixeira	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Pequeri	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Pequi		1 a 2	1 a 3
Perdigão	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Perdizes	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Perdões	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Periquito		1 a 2	1 a 3
Piau	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Piedade de Caratinga		2 a 3	1 a 3
Piedade de Ponte Nova	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Piedade do Rio Grande	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Piedade dos Gerais	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pimenta	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pingo-d"Água		1 a 2	1 a 3
Piracema	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pirajuba	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Piranga	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Piranguçu	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Piranguinho	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Pirapetinga	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Piraúba	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Pitangui	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Piumhi	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Planura	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Poço Fundo	1 a 4	1 a 6	1 a 8
Poços de Caldas	1 a 4	1 a 6	1 a 8
Pocrane			1 a 2
Pompéu		1 a 2	1 a 3
Ponte Nova	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Porto Firme	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Poté			1 a 2
Pouso Alegre	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Pouso Alto	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Prados	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Prata	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Pratápolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pratinha	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Presidente Bernardes	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Presidente Juscelino	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Presidente Kubitschek	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Presidente Olegário	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Prudente de Morais		1 a 2	1 a 2
Quartel Geral	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Queluzito	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Raposos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Raul Soares		1 a 2	1 a 3
Recreio	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Reduto		1 a 3	1 a 3
Resende Costa	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ressaquinha	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Riachinho		1 a 2	1 a 3
Ribeirão das Neves	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ribeirão Vermelho	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Rio Acima	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Rio Casca	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Rio Doce	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Rio Espera	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Rio Manso	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Rio Novo	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Rio Paranaíba	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Rio Piracicaba	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Rio Pomba	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Rio Preto	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Rio Vermelho	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ritápolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Rochedo de Minas	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Rodeiro	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Romaria	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Rosário da Limeira	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Sabará	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Sabinópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Sacramento	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santa Bárbara	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Bárbara do Leste			1 a 3
Santa Bárbara do Monte Verde	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Santa Bárbara do Tugúrio	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santa Cruz de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Cruz do Escalvado	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santa Efigênia de Minas		1 a 2	1 a 3
Santa Juliana	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santa Luzia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Margarida	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Maria de Itabira	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Maria do Suaçuí	1 a 2	1 a 2	1 a 2
Santa Rita de Caldas	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Santa Rita de Ibitipoca	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Santa Rita de Jacutinga	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Santa Rita de Minas		2 a 3	1 a 3
Santa Rita do Sapucaí	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Santa Rosa da Serra	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Santa Vitória	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santana da Vargem	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santana de Cataguases	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Santana de Pirapama	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Santana do Deserto	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Santana do Garambéu	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santana do Jacaré	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santana do Manhuaçu		1 a 2	1 a 3
Santana do Paraíso	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santana do Riacho	1 a 2	1 a 3	1 a 3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Santana dos Montes	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santo Antônio do Amparo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santo Antônio do Aventureiro	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santo Antônio do Grama	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santo Antônio do Itambé	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santo Antônio do Monte	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santo Antônio do Rio Abaixo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santo Hipólito	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Santos Dumont	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Bento Abade	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Brás do Suaçuí	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Domingos das Dores			1 a 2
São Domingos do Prata	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Francisco de Paula	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Francisco de Sales	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São Francisco do Glória	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Geraldo	1 a 3	1 a 4	1 a 4
São Geraldo da Piedade		1 a 2	1 a 3
São Gonçalo do Abaeté	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Gonçalo do Pará	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Gonçalo do Rio Abaixo	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Gonçalo do Rio Preto	1 a 2	1 a 2	1 a 3
São Gonçalo do Sapucaí	1 a 3	1 a 5	1 a 7
São Gotardo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São João Batista do Glória	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São João da Mata	1 a 4	1 a 6	1 a 7
São João del Rei	1 a 3	1 a 3	1 a 4
São João do Manhuaçu	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São João do Oriente		1 a 2	1 a 2
São João Evangelista	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São João Nepomuceno	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Joaquim de Bicas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São José da Barra	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São José da Lapa	1 a 2	1 a 2	1 a 3
São José da Safira		1 a 2	1 a 2
São José da Varginha	1 a 2	1 a 2	1 a 3
São José do Alegre	1 a 4	1 a 5	1 a 7
São José do Goiabal	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São José do Jacuri		1 a 2	1 a 3
São José do Mantimento		1 a 2	1 a 3
São Lourenço	1 a 3	1 a 5	1 a 7
São Miguel do Anta	1 a 3	1 a 3	1 a 4
São Pedro da União	1 a 5	1 a 8	1 a 8
São Pedro do Suaçuí		1 a 2	1 a 3
São Pedro dos Ferros	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Roque de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São Sebastião da Bela Vista	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Sebastião da Vargem Alegre	1 a 4	1 a 4	1 a 5
São Sebastião do Anta			1 a 2
São Sebastião do Maranhão		1 a 2	1 a 2
São Sebastião do Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Sebastião do Paraíso	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São Sebastião do Rio Preto	1 a 3	1 a 4	1 a 4
São Sebastião do Rio Verde	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São Thomé das Letras	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São Tiago	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Tomás de Aquino	1 a 3	1 a 4	1 a 4
São Vicente de Minas	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Sapucaí-Mirim	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Sardoá		1 a 2	1 a 3
Sarzedo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Sem-Peixe	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Senador Amaral	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Senador Cortes	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Senador Firmino	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Senador José Bento	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Senador Modestino Gonçalves		1 a 2	1 a 3
Senhora de Oliveira	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Senhora do Porto	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Senhora dos Remédios	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Sericita	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Seritinga	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Serra Azul de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Serra da Saudade	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Serra do Salitre	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Serrania	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Serranos	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Serro	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Sete Lagoas		1 a 2	1 a 2
Setubinha			1 a 2
Silveirânia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Silvianópolis	1 a 4	1 a 6	1 a 8
Simão Pereira	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Simonésia		1 a 2	1 a 3
Sobrália		1 a 2	1 a 2
Soledade de Minas	1 a 3	1 a 5	1 a 7
Tabuleiro	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Taparuba		1 a 3	1 a 3
Tapira	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Tapiraí	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Taquaraçu de Minas		1 a 2	1 a 3
Tarumirim			1 a 2
Teixeiras	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Timóteo		1 a 3	1 a 3
Tiradentes	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Tiros	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Tocantins	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Tocos do Moji	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Toledo	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Tombos	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Três Corações	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Três Marias		1 a 2	1 a 3
Três Pontas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Tupaciguara	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Turmalina		1 a 2	1 a 3
Turvolândia	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Ubá	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ubaporanga			1 a 3
Uberaba	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Uberlândia	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Unaí	1 a 3	1 a 4	1 a 4
União de Minas	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Uruana de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Urucânia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Vargem Alegre		1 a 2	1 a 3
Vargem Bonita	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Varginha	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Varjão de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Vazante	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Veredinha			1 a 2
Veríssimo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Vermelho Novo		1 a 2	1 a 3
Vespasiano	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Viçosa	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Vieiras	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Virgínia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Virginópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Virgolândia		1 a 2	1 a 3
Visconde do Rio Branco	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Volta Grande	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Wenceslau Braz	1 a 4	1 a 5	1 a 6

MUNICÍPIOS	PERÍODO DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLO S TIPO 1	SOLO S TIPO 2	SOLO S TIPO 3
Abadia dos Dourados		1 a 3	1 a 3
Abaeté		1 a 3	1 a 3
Abre Campo		1 a 3	1 a 3
Acaiaca	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Açucena		1 a 3	1 a 3
Água Boa		1 a 3	1 a 3
Água Comprida		1 a 3	1 a 3
Aguanil		1 a 3	1 a 3
Águas Formosas		1 a 2	1 a 2
Águas Vermelhas		1 a 3	1 a 3
Aimorés		1 a 3	1 a 3
Aiuruoca	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Alagoa	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Albertina	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Além Paraíba	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Alfenas	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Alfredo Vasconcelos	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Almenara		1 a 2	1 a 2
Alpercata		1 a 3	1 a 3
Alpinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Alterosa	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Alto Caparaó		1 a 3	1 a 3
Alto Jequitibá		1 a 3	1 a 3
Alto Rio Doce	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Alvarenga		1 a 3	1 a 3
Alvinópolis		1 a 3	1 a 3
Alvorada de Minas		1 a 3	1 a 3
Amparo do Serra		1 a 3	1 a 3
Andradas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Andrelândia		1 a 3	1 a 3
Angelândia		1 a 3	1 a 3
Antônio Carlos	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Antônio Dias		1 a 3	1 a 3
Antônio Prado de Minas		1 a 3	1 a 3
Araçaí		1 a 3	1 a 3
Aracitaba	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Araçuaí		1 a 2	1 a 2
Araguari		1 a 3	1 a 3
Arantina	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Araponga		1 a 3	1 a 3
Araporã		1 a 3	1 a 3
Arapuá		1 a 3	1 a 3
Araújos		1 a 3	1 a 3
Araxá	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Arceburgo	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Arcos		1 a 3	1 a 3
Areado	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Argirita	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Aricanduva		1 a 3	1 a 3
Arinos		1 a 3	1 a 3
Astolfo Dutra	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Ataléia		1 a 3	1 a 3
Augusto de Lima		1 a 3	1 a 3
Baependi	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Baldim		1 a 3	1 a 3
Bambuí		1 a 3	1 a 3
Bandeira		1 a 2	1 a 2
Bandeira do Sul	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Barão de Cocais		1 a 3	1 a 3
Barão de Monte Alto	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Barbacena	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Barra Longa		1 a 3	1 a 3
Barroso	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Bela Vista de Minas		1 a 3	1 a 3
Belmiro Braga	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Belo Horizonte	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Belo Oriente		1 a 3	1 a 3
Belo Vale		1 a 3	1 a 3
Berilo		1 a 2	1 a 3
Berizal		1 a 3	1 a 3
Bertópolis		1 a 2	1 a 2
Betim		1 a 3	1 a 3
Bias Fortes	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Bicas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Biquinhas		1 a 3	1 a 3
Boa Esperança		1 a 3	1 a 3
Bocaina de Minas	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Bocaiúva		1 a 3	1 a 3
Bom Despacho		1 a 3	1 a 3
Bom Jardim de Minas	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Bom Jesus da Penha	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Bom Jesus do Amparo		1 a 3	1 a 3
Bom Jesus do Galho		1 a 3	1 a 3
Bom Repouso	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Bom Sucesso		1 a 3	1 a 3
Bonfim		1 a 3	1 a 3
Bonfinópolis de Minas		1 a 3	1 a 3
Bonito de Minas		1 a 3	1 a 3
Borda da Mata	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Botelhos	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Botumirim		1 a 3	1 a 3
Brás Pires	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Brasilândia de Minas		1 a 3	1 a 3
Brasília de Minas		1 a 3	1 a 3
Brasópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Braúnas		1 a 3	1 a 3
Brumadinho		1 a 3	1 a 3
Bueno Brandão	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Buenópolis		1 a 3	1 a 3
Bugre		1 a 3	1 a 3
Buritis		1 a 3	1 a 3
Buritizeiro		1 a 3	1 a 3
Cabeceira Grande		1 a 3	1 a 3
Cabo Verde	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Cachoeira da Prata		1 a 3	1 a 3
Cachoeira de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cachoeira de Pajeú		1 a 2	1 a 2
Cachoeira Dourada		1 a 3	1 a 3
Caetanópolis		1 a 3	1 a 3
Caeté		1 a 3	1 a 3
Caiana	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cajuri		1 a 3	1 a 3
Caldas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Camacho		1 a 3	1 a 3
Camanducaia	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Cambuí	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cambuquira	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Campanário		1 a 3	1 a 3
Campanha	1 a 2	1 a 3	1 a 4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Campestre	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Campina Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Campo Azul		1 a 3	1 a 3
Campo Belo		1 a 3	1 a 3
Campo do Meio		1 a 3	1 a 4
Campo Florido	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Campos Altos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Campos Gerais		1 a 3	1 a 4
Cana Verde		1 a 3	1 a 3
Canaã		1 a 3	1 a 3
Canápolis		1 a 3	1 a 3
Candeias		1 a 3	1 a 3
Cantagalo		1 a 3	1 a 3
Caparaó		1 a 3	1 a 3
Capela Nova		1 a 3	1 a 3
Capelinha		1 a 3	1 a 3
Capetinga		1 a 3	1 a 3
Capim Branco		1 a 3	1 a 3
Capinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Capitão Andrade		1 a 3	1 a 3
Capitão Enéas		1 a 3	1 a 3
Capitólio		1 a 3	1 a 3
Caputira		1 a 3	1 a 3
Caraí		1 a 3	1 a 3
Caranaíba		1 a 3	1 a 3
Carandaí		1 a 3	1 a 3
Carangola	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Caratinga		1 a 3	1 a 3
Carbonita		1 a 3	1 a 3
Careaçu	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Carlos Chagas		1 a 3	1 a 3
Carmésia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Carmo da Cachoeira		1 a 3	1 a 3
Carmo da Mata		1 a 3	1 a 3
Carmo de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Carmo do Cajuru		1 a 3	1 a 3
Carmo do Paranaíba		1 a 3	1 a 3
Carmo do Rio Claro		1 a 3	1 a 4
Carmópolis de Minas		1 a 3	1 a 3
Carneirinho		1 a 3	1 a 3
Carrancas		1 a 3	1 a 3
Carvalhópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Carvalhos	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Casa Grande		1 a 3	1 a 3
Cascalho Rico		1 a 3	1 a 3
Cássia		1 a 3	1 a 3
Cataguases	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Catas Altas		1 a 3	1 a 3
Catas Altas da Noruega		1 a 3	1 a 3
Catuji		1 a 3	1 a 3
Catuti		1 a 2	1 a 3
Caxambu	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Cedro do Abaeté		1 a 3	1 a 3
Central de Minas		1 a 3	1 a 3
Centralina	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Chácara	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Chalé		1 a 3	1 a 3
Chapada do Norte		1 a 3	1 a 3
Chapada Gaúcha		1 a 3	1 a 3
Chiador	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Cipotânea	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Claraval	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Claro dos Poções		1 a 3	1 a 3
Cláudio		1 a 3	1 a 3
Coimbra	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Coluna		1 a 3	1 a 3
Comendador Gomes	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Comercinho		1 a 2	1 a 2
Conceição da Aparecida	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Conceição da Barra de Minas		1 a 3	1 a 3
Conceição das Alagoas		1 a 3	1 a 3
Conceição das Pedras	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Conceição de Ipanema		1 a 3	1 a 3
Conceição do Mato Dentro		1 a 3	1 a 3
Conceição do Pará		1 a 3	1 a 3
Conceição do Rio Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Conceição dos Ouros	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cônego Marinho		1 a 3	1 a 3
Confins		1 a 3	1 a 3
Congonhal	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Congonhas		1 a 3	1 a 3
Congonhas do Norte		1 a 3	1 a 3
Conquista		1 a 3	1 a 3
Conselheiro Lafaiete		1 a 3	1 a 3
Conselheiro Pena		1 a 3	1 a 3
Consolação	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Contagem		1 a 3	1 a 3
Coqueiral		1 a 3	1 a 3
Coração de Jesus		1 a 3	1 a 3
Cordisburgo		1 a 3	1 a 3
Cordislândia	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Corinto		1 a 3	1 a 3
Coroaci		1 a 3	1 a 3
Coromandel		1 a 3	1 a 3
Coronel Fabriciano		1 a 3	1 a 3
Coronel Murta		1 a 2	1 a 2
Coronel Pacheco	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Coronel Xavier Chaves		1 a 3	1 a 3
Córrego Danta	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Córrego do Bom Jesus	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Córrego Fundo		1 a 3	1 a 3
Córrego Novo		1 a 3	1 a 3
Couto de Magalhães de Minas		1 a 3	1 a 3
Crisólita		1 a 2	1 a 2
Cristais		1 a 3	1 a 3
Cristália		1 a 3	1 a 3
Cristiano Otoni		1 a 3	1 a 3
Cristina	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Crucilândia		1 a 3	1 a 3
Cruzeiro da Fortaleza		1 a 3	1 a 3
Cruzília		1 a 3	1 a 3
Cuparaque		1 a 2	1 a 2
Curral de Dentro		1 a 2	1 a 2
Curvelo		1 a 3	1 a 3
Datas		1 a 3	1 a 3
Delfim Moreira	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Delfinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Delta		1 a 3	1 a 3
Descoberto	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Desterro de Entre Rios		1 a 3	1 a 3
Desterro do Melo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Diamantina		1 a 3	1 a 3
Diogo de Vasconcelos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Dionísio		1 a 3	1 a 3
Divinésia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Divino		1 a 3	1 a 3
Divino das Laranjeiras		1 a 3	1 a 3
Divinolândia de Minas		1 a 3	1 a 3
Divinópolis		1 a 3	1 a 3
Divisa Alegre		1 a 3	1 a 3
Divisa Nova	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Divisópolis		1 a 2	1 a 2
Dom Bosco		1 a 3	1 a 3
Dom Cavati		1 a 3	1 a 3
Dom Joaquim		1 a 3	1 a 3
Dom Silvério		1 a 3	1 a 3
Dom Viçoso	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Dona Eusébia	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Dores de Campos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Dores de Guanhães		1 a 3	1 a 3
Dores do Indaiá		1 a 3	1 a 3
Dores do Turvo	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Doresópolis		1 a 3	1 a 3
Douradoquara		1 a 3	1 a 3
Durandé		1 a 3	1 a 3
Elói Mendes	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Engenheiro Caldas		1 a 3	1 a 3
Engenheiro Navarro		1 a 3	1 a 3
Entre Folhas		1 a 3	1 a 3
Entre Rios de Minas		1 a 3	1 a 3
Ervália	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Esmeraldas		1 a 3	1 a 3
Espera Feliz	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Espinosa		1 a 3	1 a 3
Espírito Santo do Dourado	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Estiva	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Estrela Dalva	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Estrela do Indaiá	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Estrela do Sul		1 a 3	1 a 3
Eugenópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ewbank da Câmara	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Extrema	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Fama	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Faria Lemos	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Felício dos Santos		1 a 3	1 a 3
Felisburgo		1 a 2	1 a 2
Felixlândia		1 a 3	1 a 3
Fernandes Tourinho		1 a 3	1 a 3
Ferros		1 a 3	1 a 3
Fervedouro	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Florestal		1 a 3	1 a 3
Formiga		1 a 3	1 a 3
Formoso		1 a 3	1 a 3
Fortaleza de Minas		1 a 3	1 a 3
Fortuna de Minas		1 a 3	1 a 3
Francisco Badaró		1 a 2	1 a 2
Francisco Dumont		1 a 3	1 a 3
Francisco Sá		1 a 3	1 a 3
Franciscópolis		1 a 3	1 a 3
Frei Gaspar		1 a 3	1 a 3
Frei Inocêncio		1 a 3	1 a 3
Frei Lagonegro		1 a 3	1 a 3
Fronteira	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Fronteira dos Vales		1 a 2	1 a 2
Fruta de Leite		1 a 2	1 a 2
Frutal	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Funilândia		1 a 3	1 a 3
Galiléia		1 a 3	1 a 3
Gameleiras		1 a 3	1 a 3
Glaucilândia		1 a 3	1 a 3
Goiabeira		1 a 3	1 a 3
Goianá	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Gonçalves	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Gonzaga		1 a 3	1 a 3
Gouveia		1 a 3	1 a 3
Governador Valadares		1 a 3	1 a 3
Grão Mogol		1 a 3	1 a 3
Grupiara		1 a 3	1 a 3
Guanhães		1 a 3	1 a 3
Guapé		1 a 3	1 a 3
Guaraciaba	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Guaraciama		1 a 3	1 a 3
Guaranésia	1 a 3	1 a 6	1 a 7
Guarani	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guarará	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guarda-Mor		1 a 3	1 a 3
Guaxupé	1 a 3	1 a 6	1 a 7
Guidoval	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guimarânia		1 a 3	1 a 3
Guiricema	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Gurinhatã		1 a 3	1 a 3
Heliodora	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Iapu		1 a 3	1 a 3
Ibertioga	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ibiá	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ibiaí		1 a 3	1 a 3
Ibiracatu		1 a 3	1 a 3
Ibiraci	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ibirité		1 a 3	1 a 3
Ibitiúra de Minas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ibituruna		1 a 3	1 a 3
Icaraí de Minas		1 a 3	1 a 3
Igarapé		1 a 3	1 a 3
Igaratinga		1 a 3	1 a 3
Iguatama		1 a 3	1 a 3
Ijaci		1 a 3	1 a 3
Ilicínea		1 a 3	1 a 4
Imbé de Minas		1 a 3	1 a 3
Inconfidentes	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Indaiabira		1 a 2	1 a 2
Indianópolis		1 a 3	1 a 3
Ingaí		1 a 3	1 a 3
Inhapim		1 a 3	1 a 3
Inhaúma		1 a 3	1 a 3
Inimutaba		1 a 3	1 a 3
Ipaba		1 a 3	1 a 3
Ipanema		1 a 3	1 a 3
Ipatinga		1 a 3	1 a 3
Ipiaçu		1 a 3	1 a 3
Ipuiúna	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Iraí de Minas		1 a 3	1 a 3
Itabira		1 a 3	1 a 3
Itabirito		1 a 3	1 a 3
Itacambira		1 a 3	1 a 3
Itacarambi		1 a 3	1 a 3
Itaguara		1 a 3	1 a 3
Itaipé		1 a 3	1 a 3
Itajubá	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itamarandiba		1 a 3	1 a 3
Itamarati de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Itambacuri		1 a 3	1 a 3
Itambé do Mato Dentro		1 a 3	1 a 3
Itamogi		1 a 3	1 a 3
Itamonte	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Itanhandu	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Itanhomi		1 a 3	1 a 3
Itaobim		1 a 2	1 a 2
Itapagipe	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Itapecerica		1 a 3	1 a 3
Itapeva	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itatiaiuçu		1 a 3	1 a 3
Itaú de Minas		1 a 3	1 a 3
Itaúna		1 a 3	1 a 3
Itaverava		1 a 3	1 a 3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Itinga		1 a 2	1 a 2
Itueta		1 a 3	1 a 3
Ituiutaba		1 a 3	1 a 3
Itumirim		1 a 3	1 a 3
Iturama		1 a 3	1 a 3
Itutinga		1 a 3	1 a 3
Jaboticatubas		1 a 3	1 a 3
Jacinto		1 a 2	1 a 2
Jacuí	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jacutinga	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Jaguaraçu		1 a 3	1 a 3
Jaíba		1 a 3	1 a 3
Jampruca		1 a 3	1 a 3
Janaúba		1 a 3	1 a 3
Januária		1 a 3	1 a 3
Japaraíba		1 a 3	1 a 3
Japonvar		1 a 3	1 a 3
Jeceaba		1 a 3	1 a 3
Jenipapo de Minas		1 a 3	1 a 3
Jequeri		1 a 3	1 a 3
Jequitaí		1 a 3	1 a 3
Jequitibá		1 a 3	1 a 3
Jequitinhonha		1 a 3	1 a 3
Jesuânia	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Joaíma		1 a 2	1 a 2
Joanésia		1 a 3	1 a 3
João Monlevade		1 a 3	1 a 3
João Pinheiro		1 a 3	1 a 3
Joaquim Felício		1 a 3	1 a 3
Jordânia		1 a 2	1 a 2
José Gonçalves de Minas		1 a 3	1 a 3
José Raydan		1 a 3	1 a 3
Josenópolis		1 a 2	1 a 2
Juatuba		1 a 3	1 a 3
Juiz de Fora	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Juramento		1 a 3	1 a 3
Juruaia	1 a 3	1 a 6	1 a 7
Juvenília		1 a 3	1 a 3
Ladainha		1 a 3	1 a 3
Lagamar		1 a 3	1 a 3
Lagoa da Prata		1 a 3	1 a 3
Lagoa dos Patos		1 a 3	1 a 3
Lagoa Dourada		1 a 3	1 a 3
Lagoa Formosa		1 a 3	1 a 3
Lagoa Grande		1 a 3	1 a 3
Lagoa Santa		1 a 3	1 a 3
Lajinha		1 a 3	1 a 3
Lambari	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Lamim		1 a 3	1 a 3
Laranjal	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Lassance		1 a 3	1 a 3
Lavras		1 a 3	1 a 3
Leandro Ferreira		1 a 3	1 a 3
Leme do Prado		1 a 3	1 a 3
Leopoldina	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Liberdade	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Lima Duarte	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Limeira do Oeste		1 a 3	1 a 3
Lontra		1 a 3	1 a 3
Luisburgo		1 a 3	1 a 3
Luislândia		1 a 3	1 a 3
Luminárias		1 a 3	1 a 3
Luz		1 a 3	1 a 3
Machacalis		1 a 2	1 a 2
Machado	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Madre de Deus de Minas		1 a 3	1 a 3
Malacacheta		1 a 3	1 a 3
Mamonas		1 a 3	1 a 3
Manga		1 a 3	1 a 3
Manhuaçu		1 a 3	1 a 3
Manhumirim		1 a 3	1 a 3
Mantena		1 a 3	1 a 3
Mar de Espanha	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Maravilhas		1 a 3	1 a 3
Maria da Fé	1 a 3	1 a 5	1 a 7
Mariana		1 a 3	1 a 3
Marilac		1 a 3	1 a 3
Mário Campos		1 a 3	1 a 3
Maripá de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Marliéria		1 a 3	1 a 3
Marmelópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Martinho Campos		1 a 3	1 a 3
Martins Soares		1 a 3	1 a 3
Mata Verde		1 a 2	1 a 2
Materlândia		1 a 3	1 a 3
Mateus Leme		1 a 3	1 a 3
Mathias Lobato		1 a 3	1 a 3
Matias Barbosa	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Matias Cardoso		1 a 3	1 a 3
Matipó		1 a 3	1 a 3
Mato Verde		1 a 2	1 a 2
Matozinhos		1 a 3	1 a 3
Matutina	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Medeiros	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Medina		1 a 2	1 a 2
Mendes Pimentel		1 a 3	1 a 3
Mercês	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Mesquita		1 a 3	1 a 3
Minas Novas		1 a 3	1 a 3
Minduri		1 a 3	1 a 3
Mirabela		1 a 3	1 a 3
Miradouro	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Miraí	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Miravânia		1 a 3	1 a 3
Moeda		1 a 3	1 a 3
Moema		1 a 3	1 a 3
Monjolos		1 a 3	1 a 3
Monsenhor Paulo		1 a 3	1 a 4
Montalvânia		1 a 3	1 a 3
Monte Alegre de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Monte Azul		1 a 3	1 a 3
Monte Belo	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Monte Carmelo		1 a 3	1 a 3
Monte Formoso		1 a 2	1 a 2
Monte Santo de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Monte Sião	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Montes Claros		1 a 3	1 a 3
Montezuma		1 a 3	1 a 3
Morada Nova de Minas		1 a 3	1 a 3
Morro da Garça		1 a 3	1 a 3
Morro do Pilar	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Munhoz	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Muriaé	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Mutum		1 a 3	1 a 3
Muzambinho	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Nacip Raydan		1 a 3	1 a 3
Nanuque		1 a 3	1 a 3
Naque		1 a 3	1 a 3
Natalândia		1 a 3	1 a 3
Natércia	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Nazareno		1 a 3	1 a 3
Nepomuceno		1 a 3	1 a 3
Ninheira		1 a 3	1 a 3
Nova Belém		1 a 3	1 a 3
Nova Era		1 a 3	1 a 3
Nova Lima		1 a 3	1 a 3
Nova Módica		1 a 3	1 a 3
Nova Ponte		1 a 3	1 a 3
Nova Porteirinha		1 a 3	1 a 3
Nova Resende	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Nova Serrana		1 a 3	1 a 3
Nova União		1 a 3	1 a 3
Novo Cruzeiro		1 a 3	1 a 3
Novo Oriente de Minas		1 a 2	1 a 2
Novorizonte		1 a 2	1 a 2
Olaria	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Olhos-d"Água		1 a 3	1 a 3
Olímpio Noronha	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Oliveira		1 a 3	1 a 3
Oliveira Fortes	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Onça de Pitangui		1 a 3	1 a 3
Oratórios		1 a 3	1 a 3
Orizânia		1 a 3	1 a 3
Ouro Branco		1 a 3	1 a 3
Ouro Fino	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ouro Preto		1 a 3	1 a 3
Ouro Verde de Minas		1 a 3	1 a 3
Padre Carvalho		1 a 2	1 a 2
Padre Paraíso		1 a 3	1 a 3
Pai Pedro		1 a 2	1 a 2
Paineiras		1 a 3	1 a 3
Pains		1 a 3	1 a 3
Paiva	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Palma	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Palmópolis		1 a 2	1 a 2
Papagaios		1 a 3	1 a 3
Pará de Minas		1 a 3	1 a 3
Paracatu		1 a 3	1 a 3
Paraguaçu	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Paraisópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Paraopeba		1 a 3	1 a 3
Passa Quatro	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Passa Tempo		1 a 3	1 a 3
Passabém		1 a 3	1 a 3
Passa-Vinte	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Passos	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Patis		1 a 3	1 a 3
Patos de Minas		1 a 3	1 a 3
Patrocínio		1 a 3	1 a 3
Patrocínio do Muriaé	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Paula Cândido	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Paulistas		1 a 3	1 a 3
Pavão		1 a 2	1 a 2
Peçanha		1 a 3	1 a 3
Pedra Azul		1 a 2	1 a 2
Pedra Bonita		1 a 3	1 a 3
Pedra do Anta		1 a 3	1 a 3
Pedra do Indaiá		1 a 3	1 a 3
Pedra Dourada	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Pedralva	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Pedras de Maria da Cruz		1 a 3	1 a 3
Pedrinópolis		1 a 3	1 a 3
Pedro Leopoldo		1 a 3	1 a 3
Pedro Teixeira	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Pequeri	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pequi		1 a 3	1 a 3
Perdigão		1 a 3	1 a 3
Perdizes		1 a 3	1 a 3
Perdões		1 a 3	1 a 3
Periquito		1 a 3	1 a 3
Pescador		1 a 3	1 a 3
Piau	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Piedade de Caratinga		1 a 3	1 a 3
Piedade de Ponte Nova		1 a 3	1 a 3
Piedade do Rio Grande		1 a 3	1 a 3
Piedade dos Gerais		1 a 3	1 a 3
Pimenta		1 a 3	1 a 3
Pingo-d"Água		1 a 3	1 a 3
Pintópolis		1 a 3	1 a 3
Piracema		1 a 3	1 a 3
Pirajuba	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Piranga	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Piranguçu	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Piranguinho	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Pirapetinga	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Pirapora		1 a 3	1 a 3
Piraúba	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pitangui		1 a 3	1 a 3
Piumhi		1 a 3	1 a 3
Planura	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Poço Fundo	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Poços de Caldas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Pocrane		1 a 3	1 a 3
Pompéu		1 a 3	1 a 3
Ponte Nova	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ponto Chique		1 a 3	1 a 3
Ponto dos Volantes		1 a 2	1 a 2
Porteirinha		1 a 3	1 a 3
Porto Firme	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Poté		1 a 3	1 a 3
Pouso Alegre	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Pouso Alto	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Prados		1 a 3	1 a 3
Prata	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pratápolis		1 a 3	1 a 3
Pratinha	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Presidente Bernardes	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Presidente Juscelino		1 a 3	1 a 3
Presidente Kubitschek		1 a 3	1 a 3
Presidente Olegário		1 a 3	1 a 3
Prudente de Morais		1 a 3	1 a 3
Quartel Geral		1 a 3	1 a 3
Queluzito		1 a 3	1 a 3
Raposos		1 a 3	1 a 3
Raul Soares		1 a 3	1 a 3
Recreio	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Reduto		1 a 3	1 a 3
Resende Costa		1 a 3	1 a 3
Resplendor		1 a 3	1 a 3
Ressaquinha	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Riachinho		1 a 3	1 a 3
Riacho dos Machados		1 a 3	1 a 3
Ribeirão das Neves		1 a 3	1 a 3
Ribeirão Vermelho		1 a 3	1 a 3
Rio Acima		1 a 3	1 a 3
Rio Casca		1 a 3	1 a 3
Rio do Prado		1 a 2	1 a 2
Rio Doce		1 a 3	1 a 3
Rio Espera		1 a 3	1 a 3
Rio Manso		1 a 3	1 a 3
Rio Novo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Rio Paranaíba	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Rio Pardo de Minas		1 a 2	1 a 2
Rio Piracicaba		1 a 3	1 a 3
Rio Pomba	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Rio Preto	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Rio Vermelho		1 a 3	1 a 3
Ritápolis		1 a 3	1 a 3
Rochedo de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Rodeiro	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Romaria		1 a 3	1 a 3
Rosário da Limeira	1 a 2	1 a 3	1 a 3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Rubelita		1 a 2	1 a 3
Rubim		1 a 2	1 a 2
Sabará		1 a 3	1 a 3
Sabinópolis		1 a 3	1 a 3
Sacramento	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Salinas		1 a 2	1 a 2
Salto da Divisa		1 a 2	1 a 2
Santa Bárbara		1 a 3	1 a 3
Santa Bárbara do Leste		1 a 3	1 a 3
Santa Bárbara do Monte Verde	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santa Bárbara do Tugúrio	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Cruz de Minas		1 a 3	1 a 3
Santa Cruz de Salinas		1 a 2	1 a 2
Santa Cruz do Escalvado		1 a 3	1 a 3
Santa Efigênia de Minas		1 a 3	1 a 3
Santa Fé de Minas		1 a 3	1 a 3
Santa Helena de Minas		1 a 2	1 a 2
Santa Juliana		1 a 3	1 a 3
Santa Luzia		1 a 3	1 a 3
Santa Margarida		1 a 3	1 a 3
Santa Maria de Itabira		1 a 3	1 a 3
Santa Maria do Salto		1 a 2	1 a 2
Santa Maria do Suaçuí		1 a 3	1 a 3
Santa Rita de Caldas	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santa Rita de Ibitipoca	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Rita de Jacutinga	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santa Rita de Minas		1 a 3	1 a 3
Santa Rita do Itueto		1 a 3	1 a 3
Santa Rita do Sapucaí	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santa Rosa da Serra	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Vitória		1 a 3	1 a 3
Santana da Vargem		1 a 3	1 a 3
Santana de Cataguases	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santana de Pirapama		1 a 3	1 a 3
Santana do Deserto	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santana do Garambéu	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santana do Jacaré		1 a 3	1 a 3
Santana do Manhuaçu		1 a 3	1 a 3
Santana do Paraíso		1 a 3	1 a 3
Santana do Riacho		1 a 3	1 a 3
Santana dos Montes		1 a 3	1 a 3
Santo Antônio do Amparo		1 a 3	1 a 3
Santo Antônio do Aventureiro	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santo Antônio do Grama		1 a 3	1 a 3
Santo Antônio do Itambé		1 a 3	1 a 3
Santo Antônio do Jacinto		1 a 2	1 a 2
Santo Antônio do Monte		1 a 3	1 a 3
Santo Antônio do Retiro		1 a 3	1 a 3
Santo Antônio do Rio Abaixo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santo Hipólito		1 a 3	1 a 3
Santos Dumont	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Bento Abade		1 a 3	1 a 3
São Brás do Suaçuí		1 a 3	1 a 3
São Domingos das Dores		1 a 3	1 a 3
São Domingos do Prata		1 a 3	1 a 3
São Félix de Minas		1 a 3	1 a 3
São Francisco		1 a 3	1 a 3
São Francisco de Paula		1 a 3	1 a 3
São Francisco de Sales		1 a 3	1 a 3
São Francisco do Glória	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Geraldo	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Geraldo da Piedade		1 a 3	1 a 3
São Geraldo do Baixio		1 a 3	1 a 3
São Gonçalo do Abaeté		1 a 3	1 a 3
São Gonçalo do Pará		1 a 3	1 a 3
São Gonçalo do Rio Abaixo		1 a 3	1 a 3
São Gonçalo do Rio Preto		1 a 3	1 a 3
São Gonçalo do Sapucaí	1 a 2	1 a 3	1 a 5
São Gotardo	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São João Batista do Glória		1 a 3	1 a 4
São João da Lagoa		1 a 3	1 a 3
São João da Mata	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São João da Ponte		1 a 3	1 a 3
São João das Missões		1 a 3	1 a 3
São João del Rei		1 a 3	1 a 3
São João do Manhuaçu		1 a 3	1 a 3
São João do Manteninha		1 a 3	1 a 3
São João do Oriente		1 a 3	1 a 3
São João do Pacuí		1 a 3	1 a 3
São João do Paraíso		1 a 2	1 a 2
São João Evangelista		1 a 3	1 a 3
São João Nepomuceno	1 a 3	1 a 3	1 a 4
São Joaquim de Bicas		1 a 3	1 a 3
São José da Barra		1 a 3	1 a 4
São José da Lapa		1 a 3	1 a 3
São José da Safira		1 a 3	1 a 3
São José da Varginha		1 a 3	1 a 3
São José do Alegre	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São José do Divino		1 a 3	1 a 3
São José do Goiabal		1 a 3	1 a 3
São José do Jacuri		1 a 3	1 a 3
São José do Mantimento		1 a 3	1 a 3
São Lourenço	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Miguel do Anta		1 a 3	1 a 3
São Pedro da União	1 a 3	1 a 5	1 a 7
São Pedro do Suaçuí		1 a 3	1 a 3
São Pedro dos Ferros		1 a 3	1 a 3
São Romão		1 a 3	1 a 3
São Roque de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Sebastião da Bela Vista	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São Sebastião da Vargem Alegre	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Sebastião do Anta		1 a 3	1 a 3
São Sebastião do Maranhão		1 a 3	1 a 3
São Sebastião do Oeste		1 a 3	1 a 3
São Sebastião do Paraíso		1 a 3	1 a 3
São Sebastião do Rio Preto	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Sebastião do Rio Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Thomé das Letras		1 a 3	1 a 4
São Tiago		1 a 3	1 a 3
São Tomás de Aquino		1 a 3	1 a 3
São Vicente de Minas		1 a 3	1 a 3
Sapucaí-Mirim	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Sardoá		1 a 3	1 a 3
Sarzedo		1 a 3	1 a 3
Sem-Peixe		1 a 3	1 a 3
Senador Amaral	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Senador Cortes	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Senador Firmino	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Senador José Bento	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Senador Modestino Gonçalves		1 a 3	1 a 3
Senhora de Oliveira	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Senhora do Porto		1 a 3	1 a 3
Senhora dos Remédios	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Sericita		1 a 3	1 a 3
Seritinga	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Serra Azul de Minas		1 a 3	1 a 3
Serra da Saudade	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Serra do Salitre		1 a 3	1 a 3
Serra dos Aimorés		1 a 2	1 a 2
Serrania	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Serranópolis de Minas		1 a 2	1 a 2
Serranos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Serro		1 a 3	1 a 3
Sete Lagoas		1 a 3	1 a 3
Setubinha		1 a 3	1 a 3
Silveirânia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Silvianópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Simão Pereira	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Simonésia		1 a 3	1 a 3
Sobrália		1 a 3	1 a 3
Soledade de Minas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Tabuleiro	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Taiobeiras		1 a 2	1 a 2
Taparuba		1 a 3	1 a 3
Tapira	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Tapiraí	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Taquaraçu de Minas		1 a 3	1 a 3
Tarumirim		1 a 3	1 a 3
Teixeiras	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Teófilo Otoni		1 a 3	1 a 3
Timóteo		1 a 3	1 a 3
Tiradentes		1 a 3	1 a 3
Tiros		1 a 3	1 a 3
Tocantins	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Tocos do Moji	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Toledo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Tombos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Três Corações	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Três Marias		1 a 3	1 a 3
Três Pontas		1 a 3	1 a 3
Tumiritinga		1 a 3	1 a 3
Tupaciguara	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Turmalina		1 a 3	1 a 3
Turvolândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ubá	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ubaí		1 a 3	1 a 3
Ubaporanga		1 a 3	1 a 3
Uberaba		1 a 3	1 a 3
Uberlândia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Unaí	1 a 2	1 a 3	1 a 3
União de Minas		1 a 3	1 a 3
Uruana de Minas		1 a 3	1 a 3
Urucânia		1 a 3	1 a 3
Urucuia		1 a 3	1 a 3
Vargem Alegre		1 a 3	1 a 3
Vargem Bonita		1 a 3	1 a 3
Vargem Grande do Rio Pardo		1 a 3	1 a 3
Varginha		1 a 3	1 a 4
Varjão de Minas		1 a 3	1 a 3
Várzea da Palma		1 a 3	1 a 3
Varzelândia		1 a 3	1 a 3
Vazante		1 a 3	1 a 3
Verdelândia		1 a 3	1 a 3
Veredinha		1 a 3	1 a 3
Veríssimo	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Vermelho Novo		1 a 3	1 a 3
Vespasiano		1 a 3	1 a 3
Viçosa	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Vieiras	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Virgem da Lapa		1 a 2	1 a 2
Virgínia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Virginópolis		1 a 3	1 a 3
Virgolândia		1 a 3	1 a 3
Visconde do Rio Branco	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Volta Grande		1 a 3	1 a 3
Wenceslau Braz	1 a 3	1 a 3	1 a 4

PORTARIA Nº 243, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho consorciado com braquiária no Estado de São Paulo, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O cultivo consorciado de plantas produtoras de grãos com forrageiras tropicais, em sistema plantio direto, tem aumentado significativamente, nos últimos anos nas regiões que apresentam inverno seco.

No Estado o plantio consorciado de braquiária com o milho vem sendo utilizado, predominantemente, no cultivo do milho 2ª safra (safrinha).

O consórcio do milho com a brachiária é possível graças ao diferencial de tempo e espaço no acúmulo de biomassa entre as espécies.

No consórcio do milho com brachiária a forrageira pode servir como alimento para a exploração pecuária, a partir do final do verão até início da primavera e, posteriormente, para formação de palhada no sistema plantio direto. Há, também, possibilidade da utilização da forrageira, exclusivamente, como planta produtora de palhada, proporcionando cobertura permanente do solo até a semeadura da safra de verão subsequente.

A forrageira pode ser semeada simultaneamente com o milho. Para isso, as sementes são misturadas ao adubo e depositadas no compartimento de fertilizante da semeadora, sendo distribuídas na mesma profundidade do adubo. Nesse sistema, a braquiária apresenta desenvolvimento lento até a colheita do milho, iniciando seu pleno desenvolvimento, beneficiado pelo adubo residual após essa colheita.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os resultados de pesquisas envolvendo o cultivo consorciado de milho com Brachiaria brizantha demonstram a viabilidade deste sistema de produção.

Para que ocorra um mínimo de competição entre as culturas é fundamental proporcionar condições para que o milho se desenvolva e ocupe o terreno antes de a braquiária se estabelecer plenamente.

Os efeitos do consórcio (reciclagem de nutrientes, acúmulo de palha na superfície, melhoria da parte física do solo pela ação conjunta dos sistemas radiculares e pela incorporação e acúmulo de matéria orgânica) são benéficos para os plantios subsequentes, em especial para os de soja, contribuindo para o aumento de produtividade.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura para o cultivo do milho 2ª safra, consorciado com brachiária brizantha no Estado, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico das culturas, considerando-se as seguintes variáveis:

Precipitação pluvial, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fonológicas de cultivares de milho, coeficiente de cultura (Kc) e capacidade de água disponível dos solos,

O balanço hídrico foi realizado para períodos decendiais de semeadura. Para cada período, fase fenológica e local da estação pluviométrica, foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação ETr/ETm (evapotranspiração real/evapotranspiração máxima).

A definição das áreas de risco climático para o consórcio foi associada à ocorrência de déficit hídrico na fase de florescimento/enchimento de grãos para a cultura do milho e na fase de germinação/estabelecimento da cultura para a braquiária.

As cultivares de milho foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 120 dias); Grupo II (120 dias < n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Foram adotados os seguintes critérios para o cultivo consorciado do milho com a brachiária brizantha, em condições de baixo risco climático:

- ISNA maior ou igual a 0,60 na fase de germinação/estabelecimento da braquiária;
- ISNA maior ou igual a 0,55 na fase de floração/enchimento de grãos da cultura do milho;
- Risco de ocorrência de geada inferior a 20% ;

Considerou-se apto para o cultivo do milho consorciado com a brachiária brizantha, o município que apresentou, no mínimo, 20% de sua área com condições climáticas dentro dos critérios considerados, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho consorciado com braquiária no Estado os solos dos tipos 1, 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares indicadas pelos obtentores /mantenedores para o Estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: PAC 105, ADV9339, ADV9860, ADV9860 PRO, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9534 , ADV9534 PRO, ADV9853, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD109, AD305, AD190, AD150 e AD189;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316, CD 3344Hx e CD 316PRO2;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B688PW, 2A620PW, 2B587PW, 2B512PW, 2B710PW, 2B688RR, 2B433PW, 2B610PW, 2B655PW, 2B877PW, 2B810PW, 2B210PW, 2B587RR, 30A95PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, 2B633PW, 2A401PW, 2B346PW, 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A77PW, 30A91PW, MG580PW, CD 384PW, DB 2B339PW, NEX 5617PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, CD3410PW, CD384RR, MG600PW, MG699RR, CD3775PW, 2B647PW, MG744PW, 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2A521PW, MG711PW, 2B640PW e MG320PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: BG7032YH, P3431H, BG7330, P3431, BG7032YHR, P3456, BG7330H, 30F35H, 30F53, 30F53R, 30F35, 30F35R, 30F35VYHR, 30K73YHR, P3431YH, 30F53VYHR, 30K73H, 30F53YH, 30F53H, P3456VYH, 30F53YHR, 30F53VYH, P3456H, 30K73, 30F53HR, P3431YHR, 30F35YH, 30F35HR, P2830VYH, BG7032, P2830H, BG7432H, P3250, 30F53EH, P1630YH, BG7032H, BG7032HR, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037HR, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7318YH, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P2830, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3340H, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3340YHR, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR, P3707VYH e P4285VYH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 4154, BRS Gorutuba, BRS 4103, BRS 3046, BR 473, BRS 3035, BR 451, BRS Caimbé, BR 106, BRS 2223, BRS 4104, BRS 2022, BRS 1060, BRS 2020, BRS Sol da Manhã, BR 206, BRS 1055, BR 205 e BRS 3040;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 905, BM 955, BM 3063, BM 207, SHS 4090, BM 709, SHS 5050, SHS 4080, BM 810, SHS 4070, BM 820, BM 502, SHS 7090, SHS 5560, SHS 5090, SHS 3031, SHS 5070, SHS 5550, SHS 5080, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;

IAC: IAC 8046, IAC 8077 e IAC 8390;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 3M51, 2M80, 2M88 e 2M77;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 4002, AM 4003, AM 606, AM 811, AM 997, AX 727, BALU 7690 e MS 2010;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28, PR 1150 e ANHEMBI;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: DKB330PRO2, AS 1551PRO, AS 1551, DKB 330RR2, AG9045PRO2, DKB340PRO2, AG9030RR2, AG9030PRO2, DKB250PRO2, DKB285PRO2, GNZ 9505PRO, GNZ 9505YG, AS 1551RR2, DKB 285RR2, DKB285PRO3, DKB 285PRO, DKB 285, DKB 240YGRR2, AS 1660PRO, AS1656PRO3, AS1590PRO, AS1656PRO, AG 9010, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, RB9110PRO, AG 9010PRO, AG 9030, AG 9040YG, LG 6304YG, LG 6304PRO, ADV 9275, LG 3055PRO3, AS1660PRO3, AS1575PRO3, AG9030PRO3, AG8061PRO3, RB 9006PRO3, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, 2200RR2, ADV9345PRO3, AS 1572PRO, AS1777PRO3, AS 1660PRO2, AS1551PRO2, AS1666, AS 1660, AS1656RR2, DKB 330, DKB 315, AG 8544PRO, AG 8544, AG 7000PRO2, AG 1051, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG 5055PRO, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO2, AG 8580PRO, AS1777, BALU 280PRO, BM 650, BM 650 PRO2, BM 650 RR2, AS1633PRO, DKB 340PRO, ADV 9434PRO2, AG 7000, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, AG 7098RR2, AG 8011PRO, AG 8061PRO, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, AG 7000PRO, AG8677PRO2, LG 6036PRO2, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8780, NS 56PRO2, DKB275PRO3, AG 8061, AG8061PROX, NS 90PRO, NS 56RR2, NS 56PRO3, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO3, NS 50PRO2, NS 50PRO, NS 92PRO3, AG8500RR2, AG8580PRO2, AG8580PROX, AG 9045PRO, AG 9045RR2, AG7088PROX, AG7098PRO2, AG7098PROX, AG 7098PRO, NS 90PRO2, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, DKB315PRO, AG 8061RR2, AG 8676PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG9030PRO, AG 9040, AG8780PRO, AG9045PRO3, AG9080PRO, AG 9080PRO2, AG8677PRO3, AS 1598PRO, LG 6036PRO, LG 6033PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO3, LG 6030PRO2, LG 6030PRO, LG 6030, GNZ 9690RR2, RB 9005PRO2, LG6036PRO3, RB 9005PRO, RB 9004RR2, RB 9004PRO2, RB 9004PRO, NS 92PRO2, AS 1598PRO2, NS92PRO, NS 90RR2, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9626PRO, GNZ 9505RR2, DKB 350, DKB 350PRO, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB 390RR2, AG 7098, AS 1596, AS 1596PRO, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, RB 9110, RB 9210PRO, AS1573PRO, RB 9108PRO3, DKB230PRO3, DKB230PROX, DKB245PRO2, DKB250PRO3, DKB290, DKB290PRO, RB 9108, AS 1656PRO2, AS1656PROX, AS 1661PRO, AS1661PRO3, AS 1665PRO, AS1665PRO3, 2300RR2, AS1596PRO3, AS1633PRO3, RB 9108PRO, AS1642PRO, AS 1633PRO2, AS 1642, LG6050PRO2, AS 1642 PRO2, AS1555PRO, SHS 7920PRO3, AS1555PRO2, AS1555PRO3, SHS 7920PRO2, SHS 7920PRO, SHS7915PRO3, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9308, RB 9210PRO2, AS1555RR2, LG 6038PRO3, AG8544PRO3, BM780PRO, BM 780PRO2, BM 840PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, 3020RR2, 3200RR2, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, 4600RR2, ADV 9275PRO, ADV 9434PRO, DKB310PRO3, DKB330PRO, DKB330PRO3, RB 9077PRO, RB 9006RR2, RB 9006PRO2, BM 915PRO, CD324PRO, CD 324PRO3, CD 3715PRO, CD 3715PRO2, CD 3715RR2, CD 397PRO, AG8780PRO3, AG9025, AG9025PRO3, DKB390PRO3, DKB390PROX, DKB395PRO, DKB395PRO2, DKB395PRO3, GNZ 9501, GNZ9501PRO, GNZ 9505PRO2, AG9080RR2, AS 1575, AS 1575PRO, AS 1581, AS 1581PRO, CD 397YG, DKB 175, DKB 175PRO, DKB 175PRO2, DKB 175RR2, DKB 177, DKB 177PRO2, DKB230, DKB177PRO3, DKB 177RR2, DKB 240PRO2, DKB 240RR2, DKB 245PRO, DKB 245RR2, DKB 250, DKB 250PRO, DKB 250RR2, DKB 310PRO, DKB 390YG, DKB177PRO, DKB177PROX, RB 9006PRO, AS1666PRO, AS1666PROX, AS1677PRO3, BALU 480PRO2, BALU 480RR2, AG9050PRO3, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, DKB 275PRO, LG 3055, LG 3055PRO, LG 3055PRO2, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, ADV 9434, BM950PRO3, AG8700PRO3, NS30PRO3, NS30, NS88PRO3, DKB265PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO, LG 6036 e LG 6036RR2;

NIDERA: NS77PRO2 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242, PZ 677, PZ 204, PZ 316, PZ 240, PZ 226, PZ 216 e PZ 232;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu445, Balu787 e Balu787PRO2;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: R9080, K9500PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, DG 213, Balu 188, DG 601, FTH 960, GNZ 9506, GNZ 9510, K9100, ATL 310, R9080PRO2, R9330PRO2, RK3014, RK3115, FTH 510, SG 6011, SG 6302, SM 511, SM 966, K9200, K9220PRO2, ATL 100, ATL 110, ATL 200, ATL 400, DG 501, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3 e ATL 300S;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 9003, XB 8030 Bt, XB 8030, XB 8010 Bt, XB 8010, XB 7253, XB 6012 Bt, XB 6012, XB 4013, XB 7116 Bt, XB 7116, 60XB14 Bt, 60XB14, XB 8018, 90XB06, XB 9003 Bt, XB 8018 Bt, 90XB06 Bt e XB 7253 Bt;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: MS3022;

SEMPRE SEMENTES: PRE22S18, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP, PRE 22T10, PRE 22S18 TP3, PRE 22D11, SX1093, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP e SX1093 TP3;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SX6663 VIP3, SX7341 VIP3, GSS 41240, GSS 3969, SZ7030 TLTG Viptera, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, Somma, SYN7205 Viptera, SYN8A98 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, RB 6324, Thunder, SYN7205 VIP2, SX6003 VIP3, SX8394 VIP3, SX8934 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SW3949 TL, SX7331, SX7331 Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7316 TLTG Viptera, Tropical Plus, Tork TL, Balu 184, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, SW3949, SYN4306, SYN4306 TL, SYN5T78, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, Somma Viptera, SYN7205 TL, SZ7142, SZ7142 TLTG Viptera, GSS41242, SX8442 VIP3, 3040VIP3, Formula VIP2, SZ7050 VIP3, Cargo TL, Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8044 VIP3, SW8054 VIP3, SX7772 VIP3, SY6222 VIP3, SX5885 VIP3 e SX7331 VIP4.

GRUPO II

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

AVANTI SEEDS : SW 5130, SW 5156, SW 5560, SW 5198 e AV 4142;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 316Hx, CD 393 e CD 393Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe, Copacabana, DSS 1001 e IPANEMA;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: Dow WxA504;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 1010 e BRS 3025;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2004, GNZ7280, GNZ7280PRO2, GNZ 2005, GNZ7210 e GNZ7210PRO2;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 3066;

IAC: IAC 3330 e IAC Airan;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01, RG 03 e RG 02A;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 9724 e MS 2013;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: BALU 480PRO;

NIDERA: NS82;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: DG 627, SG 6010 e SM 505;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 20, RVM 30 e RVM 40;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1076, SX1086, SX1086 TP2, SX1086 TP, SX1086 TP3, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP3 e PRE2601 TP;

SYNGENTA SEEDS LTDA: SG 6418 e CD 308;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA-ME: AGRI340 e AGRI-104.

GRUPO III

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR: IPR 164, IPR 127, IPR 119 e IPR 114;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: Al Bianco, AL 34, CATIVERDE 02, AL Bandeirante, AL Piratininga e AL Avaré.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Adamantina	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Adolfo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Aguaí	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Águas da Prata	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Águas de Lindóia	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Águas de Santa Bárbara	1 a 4	1 a 7	1 a 7
Águas de São Pedro	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Agudos	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Alambari	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Alfredo Marcondes	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Altair	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Altinópolis	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Alto Alegre	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Alumínio	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Álvares Florence	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Álvares Machado	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Álvaro de Carvalho	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Alvinlândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Americana	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Américo Brasiliense	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Américo de Campos	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Amparo	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Analândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Andradina	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Angatuba	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Anhembi	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Anhumas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Aparecida	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Aparecida d"Oeste	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Apiaí	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Araçariguama	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Araçatuba	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Araçoiaba da Serra	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Aramina	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Arandu	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Arapeí	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Araraquara	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Araras	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Arco-Íris	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Arealva	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Areias	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Areiópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Ariranha	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Artur Nogueira	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Arujá	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Aspásia	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Assis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Atibaia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Auriflama	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Avaí	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Avanhandava	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Avaré	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Bady Bassitt	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Balbinos	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Bálsamo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Bananal	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Barão de Antonina	1 a 3	1 a 5	1 a 7
Barbosa	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Bariri	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Barra Bonita	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Barra do Chapéu	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Barra do Turvo	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Barretos	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Barrinha	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Barueri	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Bastos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Batatais	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Bauru	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Bebedouro	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Bento de Abreu	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Bernardino de Campos	1 a 3 + 6 a 7	1 a 7	1 a 7
Bertioga	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Bilac	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Birigui	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Biritiba-Mirim	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Boa Esperança do Sul	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Bocaina	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Bofete	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Boituva	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Bom Jesus dos Perdões	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Bom Sucesso de Itararé	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Borá	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Boracéia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Borborema	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Borebi	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Botucatu	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Bragança Paulista	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Braúna	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Brejo Alegre	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Brodowski	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Brotas	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Buri	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Buritama	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Buritizal	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Cabrália Paulista	1 a 3	1 a 4	1 a 7
Cabreúva	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Caçapava	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cachoeira Paulista	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Caconde	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Cafelândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Caiabu	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Caieiras	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Caiuá	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Cajamar	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cajati	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Cajobi	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Cajuru	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Campina do Monte Alegre	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Campinas	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Campo Limpo Paulista	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Campos do Jordão	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Campos Novos Paulista	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Cananéia	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Canas	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cândido Mota	1 a 3 + 7	1 a 7	1 a 7
Cândido Rodrigues	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Canitar	1 a 3 + 6 a 7	1 a 7	1 a 7
Capão Bonito	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Capela do Alto	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Capivari	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Caraguatatuba	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Carapicuíba	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Cardoso	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Casa Branca	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Cássia dos Coqueiros	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Castilho	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Catanduva	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Catiguá	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Cedral	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Cerqueira César	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Cerquilho	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cesário Lange	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Charqueada	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Chavantes	1 a 3 + 6 a 7	1 a 7	1 a 7
Clementina	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Colina	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Colômbia	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Conchal	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Conchas	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Cordeirópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Coroados	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Coronel Macedo	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Corumbataí	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cosmópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Cosmorama	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cotia	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Cravinhos	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Cristais Paulista	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Cruzália	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Cruzeiro	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cubatão	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Cunha	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Descalvado	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Diadema	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Dirce Reis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Divinolândia	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Dobrada	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Dois Córregos	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Dolcinópolis	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Dourado	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Dracena	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Duartina	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Dumont	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Echaporã	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Eldorado	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Elias Fausto	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Elisiário	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Embaúba	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Embu	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Embu-Guaçu	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Emilianópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Engenheiro Coelho	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Espírito Santo do Pinhal	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Espírito Santo do Turvo	1 a 3	1 a 7	1 a 7
Estiva Gerbi	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Estrela d"Oeste	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Estrela do Norte	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Euclides da Cunha Paulista	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Fartura	1 a 3	1 a 6	1 a 7
Fernando Prestes	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Fernandópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Fernão	1 a 3	1 a 4	1 a 7
Ferraz de Vasconcelos	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Flora Rica	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Floreal	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Flórida Paulista	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Florínia	1 a 2	1 a 3	1 a 6
Franca	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Francisco Morato	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Franco da Rocha	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Gabriel Monteiro	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Gália	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Garça	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Gastão Vidigal	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Gavião Peixoto	1 a 3	1 a 4	1 a 5
General Salgado	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Getulina	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Glicério	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guaiçara	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guaimbê	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guaíra	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Guapiaçu	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Guapiara	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Guará	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Guaraçaí	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Guaraci	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Guarani d"Oeste	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Guarantã	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guararapes	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Guararema	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Guaratinguetá	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Guareí	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Guariba	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Guarujá	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Guarulhos	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Guatapará	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Guzolândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Herculândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Holambra	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Hortolândia	1 a 4	1 a 4	1 a 5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Iacanga	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Iacri	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Iaras	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Ibaté	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ibirá	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Ibirarema	1 a 3	1 a 7	1 a 7
Ibitinga	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Ibiúna	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Icém	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Iepê	1 a 2	1 a 3	1 a 3 + 6 a 7
Igaraçu do Tietê	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Igarapava	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Igaratá	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Iguape	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Ilha Comprida	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Ilha Solteira	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ilhabela	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Indaiatuba	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Indiana	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Indiaporã	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Inúbia Paulista	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Ipaussu	1 a 3 + 6 a 7	1 a 7	1 a 7
Iperó	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ipeúna	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ipiguá	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Iporanga	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Ipuã	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Iracemápolis	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Irapuã	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Irapuru	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Itaberá	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itaí	1 a 3	1 a 5	1 a 7
Itajobi	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Itaju	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Itanhaém	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Itaóca	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Itapecerica da Serra	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Itapetininga	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itapeva	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Itapevi	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Itapira	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itapirapuã Paulista	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Itápolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Itaporanga	1 a 3	1 a 5	1 a 7
Itapuí	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Itapura	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Itaquaquecetuba	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Itararé	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Itariri	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Itatiba	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Itatinga	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Itirapina	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itirapuã	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Itobi	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Itu	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Itupeva	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Ituverava	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Jaborandi	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Jaboticabal	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Jacareí	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Jaci	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jacupiranga	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Jaguariúna	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Jales	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Jambeiro	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Jandira	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Jardinópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Jarinu	1 a 4	1 a 6	1 a 6
Jaú	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Jeriquara	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Joanópolis	1 a 5	1 a 6	1 a 7
João Ramalho	1 a 2	1 a 3	1 a 4
José Bonifácio	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Júlio Mesquita	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jumirim	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jundiaí	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Junqueirópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Juquiá	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Juquitiba	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Lagoinha	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Laranjal Paulista	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Lavínia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Lavrinhas	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Leme	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Lençóis Paulista	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Limeira	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Lindóia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Lins	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Lorena	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Lourdes	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Louveira	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Lucélia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Lucianópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 7
Luís Antônio	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Luiziânia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Lupércio	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Lutécia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Macatuba	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Macaubal	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Macedônia	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Magda	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Mairinque	1 a 6	1 a 6	1 a 7
Mairiporã	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Manduri	1 a 4	1 a 7	1 a 7
Marabá Paulista	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Maracaí	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Marapoama	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Mariápolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Marília	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Marinópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Martinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Matão	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Mauá	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Mendonça	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Meridiano	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Mesópolis	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Miguelópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Mineiros do Tietê	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Mira Estrela	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Miracatu	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Mirandópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Mirante do Paranapanema	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Mirassol	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Mirassolândia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Mococa	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Mogi das Cruzes	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Mogi Guaçu	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Moji Mirim	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Mombuca	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Monções	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Mongaguá	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Monte Alegre do Sul	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Monte Alto	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Monte Aprazível	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Monte Azul Paulista	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Monte Castelo	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Monte Mor	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Monteiro Lobato	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Morro Agudo	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Morungaba	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Motuca	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Murutinga do Sul	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Nantes	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Narandiba	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Natividade da Serra	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Nazaré Paulista	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Neves Paulista	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Nhandeara	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Nipoã	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Nova Aliança	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Nova Campina	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Nova Canaã Paulista	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Nova Castilho	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Nova Europa	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Nova Granada	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Nova Guataporanga	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Nova Independência	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Nova Luzitânia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Nova Odessa	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Novais	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Novo Horizonte	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Nuporanga	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ocauçu	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Óleo	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Olímpia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Onda Verde	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Oriente	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Orindiúva	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Orlândia	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Osasco	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Oscar Bressane	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Osvaldo Cruz	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Ourinhos	1 a 3 + 6 a 7	1 a 7	1 a 7
Ouro Verde	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ouroeste	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Pacaembu	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Palestina	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Palmares Paulista	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Palmeira d"Oeste	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Palmital	1 a 3	1 a 7	1 a 7
Panorama	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Paraguaçu Paulista	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Paraibuna	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Paraíso	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Paranapanema	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Paranapuã	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Parapuã	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pardinho	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Pariquera-Açu	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Parisi	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Patrocínio Paulista	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Paulicéia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Paulínia	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Paulistânia	1 a 3	1 a 6	1 a 7
Paulo de Faria	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Pederneiras	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Pedra Bela	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Pedranópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Pedregulho	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Pedreira	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Pedrinhas Paulista	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pedro de Toledo	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Penápolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pereira Barreto	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Pereiras	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Peruíbe	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Piacatu	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Piedade	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Pilar do Sul	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Pindamonhangaba	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Pindorama	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Pinhalzinho	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Piquerobi	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Piquete	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Piracaia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Piracicaba	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Piraju	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Pirajuí	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Pirangi	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pirapora do Bom Jesus	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Pirapozinho	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Pirassununga	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Piratininga	1 a 3	1 a 4	1 a 7
Pitangueiras	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Planalto	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Platina	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Poá	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Poloni	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Pompéia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pongaí	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pontal	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Pontalinda	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Pontes Gestal	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Populina	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Porangaba	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Porto Feliz	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Porto Ferreira	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Potim	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Potirendaba	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pracinha	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Pradópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Praia Grande	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Pratânia	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Presidente Alves	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Presidente Bernardes	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Presidente Epitácio	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Presidente Prudente	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Presidente Venceslau	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Promissão	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Quadra	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Quatá	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Queiroz	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Queluz	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Quintana	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Rafard	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Rancharia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Redenção da Serra	1 a 5	1 a 6	1 a 7

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Regente Feijó	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Reginópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Registro	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Restinga	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ribeira	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Ribeirão Bonito	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Ribeirão Branco	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Ribeirão Corrente	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ribeirão do Sul	1 a 3	1 a 7	1 a 7
Ribeirão dos Índios	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ribeirão Grande	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Ribeirão Pires	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Ribeirão Preto	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Rifaina	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Rincão	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Rinópolis	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Rio Claro	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Rio das Pedras	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Rio Grande da Serra	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Riolândia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Riversul	1 a 3	1 a 5	1 a 7
Rosana	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Roseira	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Rubiácea	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Rubinéia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Sabino	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Sagres	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Sales	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Sales Oliveira	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Salesópolis	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Salmourão	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Saltinho	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Salto	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Salto de Pirapora	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Salto Grande	1 a 3	1 a 7	1 a 7
Sandovalina	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Adélia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Albertina	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Santa Bárbara d"Oeste	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Santa Branca	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santa Clara d"Oeste	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Santa Cruz da Conceição	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santa Cruz da Esperança	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Santa Cruz das Palmeiras	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santa Cruz do Rio Pardo	1 a 3	1 a 7	1 a 7
Santa Ernestina	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Fé do Sul	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Santa Gertrudes	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Santa Isabel	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Santa Lúcia	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Santa Maria da Serra	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santa Mercedes	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Rita d"Oeste	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Santa Rita do Passa Quatro	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santa Rosa de Viterbo	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Santa Salete	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Santana da Ponte Pensa	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Santana de Parnaíba	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Santo Anastácio	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santo André	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Santo Antônio da Alegria	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Santo Antônio de Posse	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santo Antônio do Aracanguá	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santo Antônio do Jardim	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Santo Antônio do Pinhal	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Santo Expedito	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santópolis do Aguapeí	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santos	1 a 7	1 a 7	1 a 7
São Bento do Sapucaí	1 a 7	1 a 7	1 a 7
São Bernardo do Campo	1 a 7	1 a 7	1 a 7
São Caetano do Sul	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São Carlos	1 a 4	1 a 5	1 a 5
São Francisco	1 a 3	1 a 5	1 a 5
São João da Boa Vista	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São João das Duas Pontes	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São João de Iracema	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São João do Pau d"Alho	1 a 3	1 a 3	1 a 3
São Joaquim da Barra	1 a 4	1 a 4	1 a 5
São José da Bela Vista	1 a 4	1 a 5	1 a 5
São José do Barreiro	1 a 5	1 a 6	1 a 7
São José do Rio Pardo	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São José do Rio Preto	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São José dos Campos	1 a 5	1 a 6	1 a 7
São Lourenço da Serra	1 a 7	1 a 7	1 a 7
São Luís do Paraitinga	1 a 5	1 a 6	1 a 7
São Manuel	1 a 4	1 a 5	1 a 7
São Miguel Arcanjo	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São Paulo	1 a 7	1 a 7	1 a 7
São Pedro	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São Pedro do Turvo	1 a 3	1 a 7	1 a 7
São Roque	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São Sebastião	1 a 7	1 a 7	1 a 7
São Sebastião da Grama	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São Simão	1 a 3	1 a 4	1 a 4
São Vicente	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Sarapuí	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Sarutaiá	1 a 3	1 a 7	1 a 7
Sebastianópolis do Sul	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Serra Azul	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Serra Negra	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Serrana	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Sertãozinho	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Sete Barras	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Severínia	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Silveiras	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Socorro	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Sorocaba	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Sud Mennucci	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Sumaré	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Suzanápolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Suzano	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Tabapuã	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Tabatinga	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Taboão da Serra	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Taciba	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Taguaí	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Taiaçu	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Taiúva	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Tambaú	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Tanabi	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Tapiraí	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Tapiratiba	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Taquaral	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Taquaritinga	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Taquarituba	1 a 3	1 a 4	1 a 7
Taquarivaí	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Tarabai	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Tarumã	1 a 2	1 a 3	1 a 6
Tatuí	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Taubaté	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Tejupá	1 a 3	1 a 6	1 a 7
Teodoro Sampaio	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Terra Roxa	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Tietê	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Timburi	1 a 3 + 6 a 7	1 a 7	1 a 7
Torre de Pedra	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Torrinha	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Trabiju	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Tremembé	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Três Fronteiras	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Tuiuti	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Tupã	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Tupi Paulista	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Turiúba	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Turmalina	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Ubarana	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ubatuba	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Ubirajara	1 a 3	1 a 4	1 a 7
Uchoa	1 a 2	1 a 3	1 a 4
União Paulista	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Urânia	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Uru	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Urupês	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Valentim Gentil	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Valinhos	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Valparaíso	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Vargem	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Vargem Grande do Sul	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Vargem Grande Paulista	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Várzea Paulista	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Vera Cruz	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Vinhedo	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Viradouro	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Vista Alegre do Alto	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Vitória Brasil	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Votorantim	1 a 5	1 a 5	1 a 6
Votuporanga	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Zacarias	1 a 2	1 a 3	1 a 4

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Adamantina		1 a 2	1 a 3
Adolfo		1 a 2	1 a 2
Aguaí	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Águas da Prata	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Águas de Lindóia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Águas de Santa Bárbara	1 a 3	1 a 5	1 a 7
Águas de São Pedro	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Agudos	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Alambari	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Alfredo Marcondes		1 a 2	1 a 2
Altair		1 a 2	1 a 3
Altinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Alto Alegre		1 a 2	1 a 2
Alumínio	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Álvares Florence	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Álvares Machado		1 a 2	1 a 2
Álvaro de Carvalho		1 a 2	1 a 3
Alvinlândia		1 a 2	1 a 3
Americana	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Américo Brasiliense	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Américo de Campos		1 a 2	1 a 3
Amparo	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Analândia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Andradina		1 a 2	1 a 2
Angatuba	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Anhembi	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Anhumas		1 a 2	1 a 2
Aparecida	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Aparecida d"Oeste		1 a 2	1 a 3
Apiaí	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Araçariguama	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Araçatuba		1 a 2	1 a 3
Araçoiaba da Serra	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Aramina	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Arandu	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Arapeí	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Araraquara	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Araras	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Arco-Íris		1 a 2	1 a 2
Arealva		1 a 3	1 a 3
Areias	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Areiópolis	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ariranha		1 a 2	1 a 2
Artur Nogueira	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Arujá	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Aspásia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Assis		1 a 2	1 a 3
Atibaia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Auriflama	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Avaí		1 a 2	1 a 3
Avanhandava		1 a 2	1 a 3
Avaré	1 a 3	1 a 4	1 a 7
Bady Bassitt		1 a 2	1 a 3
Balbinos		1 a 2	1 a 2
Bálsamo		1 a 2	1 a 3
Bananal	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Barão de Antonina	1 a 2	1 a 3	1 a 7
Barbosa		1 a 2	1 a 3
Bariri	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Barra Bonita	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Barra do Chapéu	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Barra do Turvo	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Barretos	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Barrinha		1 a 2	1 a 3
Barueri	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Bastos		1 a 2	1 a 2
Batatais	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Bauru	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Bebedouro		1 a 2	1 a 3
Bento de Abreu		1 a 2	1 a 3
Bernardino de Campos	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Bertioga	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Bilac		1 a 2	1 a 3
Birigui		1 a 2	1 a 3
Biritiba-Mirim	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Boa Esperança do Sul	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Bocaina	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Bofete	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Boituva	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Bom Jesus dos Perdões	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Bom Sucesso de Itararé	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Borá		1 a 2	1 a 2
Boracéia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Borborema		1 a 2	1 a 2
Borebi	1 a 3	1 a 4	1 a 5

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Botucatu	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Bragança Paulista	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Braúna		1 a 2	1 a 2
Brejo Alegre		1 a 2	1 a 3
Brodowski	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Brotas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Buri	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Buritama		1 a 2	1 a 3
Buritizal	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Cabrália Paulista	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Cabreúva	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Caçapava	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Cachoeira Paulista	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Caconde	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Cafelândia		1 a 2	1 a 2
Caiabu		1 a 2	1 a 2
Caieiras	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Caiuá		1 a 2	1 a 2
Cajamar	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Cajati	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Cajobi		1 a 2	1 a 2
Cajuru	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Campina do Monte Alegre	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Campinas	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Campo Limpo Paulista	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Campos do Jordão	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Campos Novos Paulista		1 a 3	1 a 3
Cananéia	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Canas	1 a 3	1 a 5	1 a 5
Cândido Mota	1 a 2	1 a 7	1 a 7
Cândido Rodrigues		1 a 2	1 a 2
Canitar	1 a 2 + 5 a 6	1 a 7	1 a 7
Capão Bonito	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Capela do Alto	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Capivari	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Caraguatatuba	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Carapicuíba	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Cardoso	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Casa Branca	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cássia dos Coqueiros	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Castilho		1 a 2	1 a 2
Catanduva		1 a 2	1 a 2
Catiguá		1 a 2	1 a 2
Cedral		1 a 2	1 a 3
Cerqueira César	1 a 3	1 a 4	1 a 6
Cerquilho	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Cesário Lange	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Charqueada	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Chavantes	1 a 2 + 5 a 6	1 a 7	1 a 7
Clementina		1 a 2	1 a 2
Colina		1 a 2	1 a 3
Colômbia		1 a 2	1 a 3
Conchal	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Conchas	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Cordeirópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Coroados		1 a 2	1 a 3
Coronel Macedo	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Corumbataí	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Cosmópolis	1 a 2	1 a 4	1 a 4
Cosmorama	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Cotia	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Cravinhos	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Cristais Paulista	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Cruzália		1 a 2	1 a 2
Cruzeiro	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Cubatão	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Cunha	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Descalvado	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Diadema	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Dirce Reis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Divinolândia	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Dobrada		1 a 2	1 a 3
Dois Córregos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Dolcinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Dourado	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Dracena		1 a 2	1 a 2
Duartina	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Dumont	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Echaporã		1 a 2	1 a 3
Eldorado	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Elias Fausto	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Elisiário		1 a 2	1 a 2
Embaúba		1 a 2	1 a 2
Embu	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Embu-Guaçu	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Emilianópolis		1 a 2	1 a 2
Engenheiro Coelho	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Espírito Santo do Pinhal	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Espírito Santo do Turvo	1 a 2	1 a 7	1 a 7
Estiva Gerbi	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Estrela d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Estrela do Norte		1 a 2	1 a 2
Euclides da Cunha Paulista		1 a 2	1 a 2
Fartura	1 a 2	1 a 3	1 a 7
Fernando Prestes		1 a 2	1 a 2
Fernandópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Fernão	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Ferraz de Vasconcelos	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Flora Rica		1 a 2	1 a 2
Floreal		1 a 3	1 a 3
Flórida Paulista		1 a 2	1 a 2
Florínia		1 a 2	1 a 3
Franca	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Francisco Morato	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Franco da Rocha	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Gabriel Monteiro		1 a 2	1 a 2
Gália	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Garça		1 a 2	1 a 3
Gastão Vidigal		1 a 2	1 a 3
Gavião Peixoto		1 a 3	1 a 3
General Salgado		1 a 3	1 a 3
Getulina		1 a 2	1 a 2
Glicério		1 a 2	1 a 3
Guaiçara		1 a 2	1 a 2
Guaimbê		1 a 2	1 a 2
Guaíra	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Guapiaçu		1 a 2	1 a 3
Guapiara	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Guará	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Guaraçaí		1 a 2	1 a 2
Guaraci		1 a 2	1 a 3
Guarani d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guarantã		1 a 2	1 a 2
Guararapes		1 a 2	1 a 3
Guararema	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Guaratinguetá	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Guareí	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guariba		1 a 2	1 a 3
Guarujá	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Guarulhos	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Guatapará	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Guzolândia		1 a 2	1 a 3
Herculândia		1 a 2	1 a 2
Holambra	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Hortolândia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Iacanga		1 a 2	1 a 3
Iacri		1 a 2	1 a 2
Iaras	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Ibaté	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ibirá		1 a 2	1 a 2
Ibirarema	1 a 2	1 a 7	1 a 7
Ibitinga		1 a 2	1 a 3
Ibiúna	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Icém		1 a 2	1 a 3
Iepê		1 a 2 + 5 a 6	1 a 2 + 5 a 7
Igaraçu do Tietê	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Igarapava	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Igaratá	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Iguape	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Ilha Comprida	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Ilha Solteira		1 a 2	1 a 3
Ilhabela	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Indaiatuba	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Indiana		1 a 2	1 a 2
Indiaporã	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Inúbia Paulista		1 a 2	1 a 2
Ipaussu	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Iperó	1 a 3	1 a 3	1 a 3
Ipeúna	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ipiguá		1 a 2	1 a 3
Iporanga	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Ipuã	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Iracemápolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Irapuã		1 a 2	1 a 3
Irapuru		1 a 2	1 a 2
Itaberá	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Itaí	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Itajobi		1 a 2	1 a 2
Itaju		1 a 2	1 a 3
Itanhaém	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Itaóca	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Itapecerica da Serra	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Itapetininga	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Itapeva	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itapevi	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itapira	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Itapirapuã Paulista	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Itápolis		1 a 2	1 a 3
Itaporanga	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Itapuí	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Itapura		1 a 2	1 a 3
Itaquaquecetuba	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Itararé	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itariri	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Itatiba	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Itatinga	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Itirapina	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Itirapuã	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Itobi	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Itu	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Itupeva	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Ituverava	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Jaborandi	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Jaboticabal		1 a 2	1 a 3
Jacareí	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Jaci		1 a 2	1 a 2
Jacupiranga	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Jaguariúna	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jales	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Jambeiro	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Jandira	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Jardinópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Jarinu	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Jaú	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jeriquara	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Joanópolis	1 a 4	1 a 4	1 a 5
João Ramalho		1 a 2	1 a 2
José Bonifácio		1 a 2	1 a 2
Júlio Mesquita		1 a 2	1 a 2
Jumirim	1 a 2	1 a 2	1 a 2
Jundiaí	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Junqueirópolis		1 a 2	1 a 2
Juquiá	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Juquitiba	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Lagoinha	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Laranjal Paulista	1 a 2	1 a 2	1 a 2
Lavínia		1 a 2	1 a 3
Lavrinhas	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Leme	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Lençóis Paulista	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Limeira	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Lindóia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Lins		1 a 2	1 a 2
Lorena	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Lourdes		1 a 2	1 a 3
Louveira	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Lucélia		1 a 2	1 a 3
Lucianópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Luís Antônio	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Luiziânia		1 a 2	1 a 2
Lupércio		1 a 2	1 a 3
Lutécia		1 a 2	1 a 2
Macatuba	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Macaubal		1 a 2	1 a 3
Macedônia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Magda	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Mairinque	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Mairiporã	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Manduri	1 a 3	1 a 6	1 a 7
Marabá Paulista		1 a 2	1 a 2
Maracaí		1 a 2	1 a 2
Marapoama		1 a 2	1 a 2
Mariápolis		1 a 2	1 a 2
Marília		1 a 2	1 a 3
Marinópolis	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Martinópolis		1 a 2	1 a 2
Matão		1 a 2	1 a 3
Mauá	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Mendonça		1 a 2	1 a 3

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Meridiano	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Mesópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Miguelópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Mineiros do Tietê	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Mira Estrela	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Miracatu	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Mirandópolis		1 a 2	1 a 3
Mirante do Paranapanema		1 a 2	1 a 2
Mirassol		1 a 2	1 a 3
Mirassolândia		1 a 2	1 a 3
Mococa	1 a 3	1 a 5	1 a 6
Mogi das Cruzes	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Mogi Guaçu	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Moji Mirim	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Mombuca	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Monções		1 a 2	1 a 3
Mongaguá	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Monte Alegre do Sul	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Monte Alto		1 a 2	1 a 2
Monte Aprazível		1 a 2	1 a 3
Monte Azul Paulista		1 a 2	1 a 2
Monte Castelo		1 a 2	1 a 2
Monte Mor	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Monteiro Lobato	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Morro Agudo	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Morungaba	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Motuca	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Murutinga do Sul		1 a 2	1 a 2
Nantes		1 a 2	1 a 2
Narandiba		1 a 2	1 a 2
Natividade da Serra	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Nazaré Paulista	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Neves Paulista		1 a 2	1 a 2
Nhandeara		1 a 3	1 a 3
Nipoã		1 a 2	1 a 2
Nova Aliança		1 a 2	1 a 3
Nova Campina	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Nova Canaã Paulista	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Nova Castilho		1 a 2	1 a 3
Nova Europa		1 a 3	1 a 3
Nova Granada		1 a 2	1 a 3
Nova Guataporanga		1 a 2	1 a 2
Nova Independência		1 a 2	1 a 2
Nova Luzitânia		1 a 2	1 a 3
Nova Odessa	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Novais		1 a 2	1 a 2
Novo Horizonte		1 a 2	1 a 2
Nuporanga	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ocauçu		1 a 2	1 a 3
Óleo	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Olímpia		1 a 2	1 a 3
Onda Verde		1 a 2	1 a 3
Oriente		1 a 2	1 a 2
Orindiúva		1 a 2	1 a 3
Orlândia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Osasco	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Oscar Bressane		1 a 2	1 a 3
Osvaldo Cruz		1 a 2	1 a 3
Ourinhos	1 a 2 + 5 a 6	1 a 7	1 a 7
Ouro Verde		1 a 2	1 a 2
Ouroeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pacaembu		1 a 2	1 a 2
Palestina		1 a 2	1 a 3
Palmares Paulista		1 a 2	1 a 2
Palmeira d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Palmital	1 a 2	1 a 7	1 a 7
Panorama		1 a 2	1 a 2
Paraguaçu Paulista		1 a 2	1 a 2
Paraibuna	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Paraíso		1 a 2	1 a 2
Paranapanema	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Paranapuã	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Parapuã		1 a 2	1 a 2
Pardinho	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pariquera-Açu	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Parisi	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Patrocínio Paulista	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Paulicéia		1 a 2	1 a 2
Paulínia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Paulistânia	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Paulo de Faria		1 a 2	1 a 3
Pederneiras	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pedra Bela	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Pedranópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Pedregulho	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Pedreira	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Pedrinhas Paulista		1 a 2	1 a 2
Pedro de Toledo	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Penápolis		1 a 2	1 a 3
Pereira Barreto		1 a 2	1 a 3
Pereiras	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Peruíbe	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Piacatu		1 a 2	1 a 3
Piedade	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Pilar do Sul	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Pindamonhangaba	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Pindorama		1 a 2	1 a 2
Pinhalzinho	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Piquerobi		1 a 2	1 a 2
Piquete	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Piracaia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Piracicaba	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Piraju	1 a 3	1 a 6	1 a 7
Pirajuí		1 a 2	1 a 3
Pirangi		1 a 2	1 a 2
Pirapora do Bom Jesus	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Pirapozinho		1 a 2	1 a 2
Pirassununga	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Piratininga	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pitangueiras		1 a 2	1 a 3
Planalto		1 a 2	1 a 3
Platina		1 a 2	1 a 3
Poá	1 a 5	1 a 6	1 a 6
Poloni		1 a 2	1 a 3
Pompéia		1 a 2	1 a 2
Pongaí		1 a 2	1 a 2
Pontal	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Pontalinda	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Pontes Gestal		1 a 2	1 a 3
Populina	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Porangaba	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Porto Feliz	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Porto Ferreira	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Potim	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Potirendaba		1 a 2	1 a 3
Pracinha		1 a 2	1 a 2
Pradópolis		1 a 2	1 a 3
Praia Grande	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Pratânia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Presidente Alves		1 a 3	1 a 3
Presidente Bernardes		1 a 2	1 a 2
Presidente Epitácio		1 a 2	1 a 2
Presidente Prudente		1 a 2	1 a 2
Presidente Venceslau		1 a 2	1 a 2
Promissão		1 a 2	1 a 2
Quadra	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Quatá		1 a 2	1 a 2
Queiroz		1 a 2	1 a 2
Queluz	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Quintana		1 a 2	1 a 2
Rafard	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Rancharia		1 a 2	1 a 2
Redenção da Serra	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Regente Feijó		1 a 2	1 a 2
Reginópolis		1 a 2	1 a 3
Registro	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Restinga	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Ribeira	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Ribeirão Bonito	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ribeirão Branco	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Ribeirão Corrente	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Ribeirão do Sul	1 a 2	1 a 7	1 a 7
Ribeirão dos Índios		1 a 2	1 a 2
Ribeirão Grande	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Ribeirão Pires	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Ribeirão Preto	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Rifaina	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Rincão	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Rinópolis		1 a 2	1 a 3
Rio Claro	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Rio das Pedras	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Rio Grande da Serra	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Riolândia		1 a 2	1 a 3
Riversul	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Rosana		1 a 2	1 a 2
Roseira	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Rubiácea		1 a 2	1 a 3
Rubinéia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Sabino		1 a 2	1 a 2
Sagres		1 a 2	1 a 2
Sales		1 a 2	1 a 2
Sales Oliveira	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Salesópolis	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Salmourão		1 a 2	1 a 3
Saltinho	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Salto	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Salto de Pirapora	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Salto Grande	1 a 2 + 5 a 6	1 a 7	1 a 7
Sandovalina		1 a 2	1 a 2
Santa Adélia		1 a 2	1 a 2
Santa Albertina	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Bárbara d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Branca	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Santa Clara d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Cruz da Conceição	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Cruz da Esperança	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Santa Cruz das Palmeiras	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Cruz do Rio Pardo	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Santa Ernestina		1 a 2	1 a 3
Santa Fé do Sul	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Gertrudes	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Isabel	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Santa Lúcia	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Maria da Serra	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Mercedes		1 a 2	1 a 2
Santa Rita d"Oeste	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Rita do Passa Quatro	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Rosa de Viterbo	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santa Salete	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santana da Ponte Pensa	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santana de Parnaíba	1 a 4	1 a 5	1 a 5
Santo Anastácio		1 a 2	1 a 2
Santo André	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Santo Antônio da Alegria	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santo Antônio de Posse	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Santo Antônio do Aracanguá		1 a 2	1 a 3
Santo Antônio do Jardim	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Santo Antônio do Pinhal	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Santo Expedito		1 a 2	1 a 2
Santópolis do Aguapeí		1 a 2	1 a 2
Santos	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São Bento do Sapucaí	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São Bernardo do Campo	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São Caetano do Sul	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Carlos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Francisco	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São João da Boa Vista	1 a 4	1 a 7	1 a 7
São João das Duas Pontes	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São João de Iracema	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São João do Pau d"Alho		1 a 2	1 a 2
São Joaquim da Barra	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São José da Bela Vista	1 a 3	1 a 3	1 a 4
São José do Barreiro	1 a 4	1 a 4	1 a 5
São José do Rio Pardo	1 a 4	1 a 7	1 a 7
São José do Rio Preto		1 a 2	1 a 3
São José dos Campos	1 a 4	1 a 5	1 a 5
São Lourenço da Serra	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São Luís do Paraitinga	1 a 4	1 a 4	1 a 5
São Manuel	1 a 3	1 a 4	1 a 5
São Miguel Arcanjo	1 a 5	1 a 7	1 a 7
São Paulo	1 a 5	1 a 7	1 a 7
São Pedro	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Pedro do Turvo	1 a 2	1 a 7	1 a 7
São Roque	1 a 3	1 a 5	1 a 5
São Sebastião	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São Sebastião da Grama	1 a 5	1 a 7	1 a 7
São Simão	1 a 2	1 a 2	1 a 3
São Vicente	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Sarapuí	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Sarutaiá	1 a 3	1 a 6	1 a 7
Sebastianópolis do Sul		1 a 2	1 a 3
Serra Azul	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Serra Negra	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Serrana	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Sertãozinho	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Sete Barras	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Severínia		1 a 2	1 a 2
Silveiras	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Socorro	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Sorocaba	1 a 3	1 a 3	1 a 4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Sud Mennucci		1 a 2	1 a 3
Sumaré	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Suzanápolis		1 a 2	1 a 3
Suzano	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Tabapuã		1 a 2	1 a 2
Tabatinga		1 a 2	1 a 3
Taboão da Serra	1 a 5	1 a 5	1 a 7
Taciba		1 a 2	1 a 2
Taguaí	1 a 2	1 a 2	1 a 3
Taiaçu		1 a 2	1 a 2
Taiúva		1 a 2	1 a 2
Tambaú	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Tanabi		1 a 2	1 a 3
Tapiraí	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Tapiratiba	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Taquaral		1 a 2	1 a 2
Taquaritinga		1 a 2	1 a 2
Taquarituba	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Taquarivaí	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Tarabai		1 a 2	1 a 2
Tarumã		1 a 2 + 5 a 6	1 a 6
Tatuí	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Taubaté	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Tejupá	1 a 2	1 a 3	1 a 6
Teodoro Sampaio		1 a 2	1 a 2
Terra Roxa		1 a 2	1 a 3
Tietê	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Timburi	1 a 2	1 a 7	1 a 7
Torre de Pedra	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Torrinha	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Trabiju	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Tremembé	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Três Fronteiras	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Tuiuti	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Tupã		1 a 2	1 a 2
Tupi Paulista		1 a 2	1 a 2
Turiúba		1 a 2	1 a 3
Turmalina	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Ubarana		1 a 2	1 a 2
Ubatuba	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Ubirajara	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Uchoa		1 a 2	1 a 3
União Paulista		1 a 2	1 a 3
Urânia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Uru		1 a 2	1 a 2
Urupês		1 a 2	1 a 2
Valentim Gentil	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Valinhos	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Valparaíso		1 a 2	1 a 3
Vargem	1 a 3	1 a 4	1 a 4
Vargem Grande do Sul	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Vargem Grande Paulista	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Várzea Paulista	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Vera Cruz		1 a 2	1 a 3
Vinhedo	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Viradouro		1 a 2	1 a 3
Vista Alegre do Alto		1 a 2	1 a 2
Vitória Brasil	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Votorantim	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Votuporanga	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Zacarias		1 a 2	1 a 3

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO III		
	SOLOS TIPO 1	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Adamantina		1 a 2	1 a 2
Adolfo			1 a 2
Aguaí		1 a 2	1 a 3
Águas da Prata	1 a 3	1 a 7	1 a 7
Águas de Lindóia		1 a 2	1 a 2
Águas de Santa Bárbara		1 a 3	1 a 7
Águas de São Pedro		1 a 2	1 a 2
Agudos		1 a 3	1 a 5
Alambari		1 a 2	1 a 2
Altair		1 a 2	1 a 2
Altinópolis		1 a 2	1 a 2
Alto Alegre			1 a 2
Alumínio		1 a 3	1 a 4
Álvares Florence		1 a 2	1 a 2
Álvaro de Carvalho		1 a 2	1 a 2
Alvinlândia		1 a 2	1 a 2
Americana		1 a 2	1 a 2
Américo Brasiliense		1 a 2	1 a 2
Américo de Campos		1 a 2	1 a 2
Amparo		1 a 2	1 a 2
Analândia		1 a 2	1 a 2
Andradina			1 a 2
Angatuba		1 a 2	1 a 2
Anhembi		1 a 2	1 a 2
Anhumas			1 a 2
Aparecida	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Aparecida d"Oeste		1 a 2	1 a 2
Apiaí	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Araçariguama	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Araçatuba		1 a 2	1 a 2
Araçoiaba da Serra		1 a 2	1 a 2
Aramina		1 a 2	1 a 2
Arandu		1 a 3	1 a 6
Arapeí	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Araraquara		1 a 2	1 a 2
Araras		1 a 2	1 a 2
Arco-Íris			1 a 2
Arealva		1 a 2	1 a 2
Areias	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Areiópolis		1 a 2	1 a 3
Ariranha		1 a 2	1 a 2
Artur Nogueira		1 a 2	1 a 2
Arujá	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Aspásia		1 a 2	1 a 2
Assis		1 a 2	1 a 2
Atibaia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Auriflama		1 a 2	1 a 2
Avaí		1 a 2	1 a 2
Avanhandava			1 a 2
Avaré		1 a 3	1 a 5
Bady Bassitt			1 a 2
Balbinos			1 a 2
Bálsamo			1 a 2
Bananal	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Barão de Antonina		1 a 2	1 a 7
Barbosa			1 a 2
Bariri		1 a 2	1 a 2
Barra Bonita		1 a 2	1 a 3
Barra do Chapéu	1 a 3	1 a 6	1 a 7
Barra do Turvo	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Barretos		1 a 2	1 a 2
Barrinha		1 a 2	1 a 2
Barueri	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Bastos			1 a 2
Batatais		1 a 2	1 a 2
Bauru		1 a 2	1 a 2
Bebedouro		1 a 2	1 a 2
Bento de Abreu		1 a 2	1 a 2
Bernardino de Campos	3 a 7	1 a 7	1 a 7
Bertioga	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Bilac			1 a 2
Birigui		1 a 2	1 a 2
Biritiba-Mirim	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Boa Esperança do Sul		1 a 2	1 a 2
Bocaina		1 a 2	1 a 2
Bofete		1 a 2	1 a 2
Boituva		1 a 2	1 a 2
Bom Jesus dos Perdões	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Bom Sucesso de Itararé	1 a 3	1 a 4	1 a 7
Borá			1 a 2
Boracéia		1 a 2	1 a 2
Borborema			1 a 2
Borebi		1 a 3	1 a 5
Botucatu		1 a 2	1 a 3
Bragança Paulista		1 a 2	1 a 3
Braúna			1 a 2
Brejo Alegre		1 a 2	1 a 2
Brodowski		1 a 2	1 a 2
Brotas		1 a 2	1 a 2
Buri	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Buritama		1 a 2	1 a 2
Buritizal		1 a 2	1 a 2
Cabrália Paulista		1 a 2	1 a 3
Cabreúva	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Caçapava	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Cachoeira Paulista	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Caconde	1 a 3	1 a 5	1 a 7
Cafelândia			1 a 2
Caieiras	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Cajamar	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Cajati	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Cajobi		1 a 2	1 a 2
Cajuru		1 a 2	1 a 2
Campina do Monte Alegre		1 a 2	1 a 3
Campinas		1 a 2	1 a 2
Campo Limpo Paulista	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Campos do Jordão	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Campos Novos Paulista		1 a 2	1 a 2
Cananéia	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Canas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Cândido Mota	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Cândido Rodrigues			1 a 2
Canitar	5 a 7	1 a 7	1 a 7
Capão Bonito	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Capela do Alto		1 a 2	1 a 2
Capivari		1 a 2	1 a 2
Caraguatatuba	1 a 5	1 a 6	1 a 7
Carapicuíba	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Cardoso		1 a 2	1 a 2
Casa Branca		1 a 2	1 a 3
Cássia dos Coqueiros		1 a 2	1 a 2
Castilho			1 a 2
Catanduva		1 a 2	1 a 2
Catiguá			1 a 2
Cedral			1 a 2
Cerqueira César		1 a 3	1 a 6
Cerquilho		1 a 2	1 a 2
Cesário Lange		1 a 2	1 a 2
Charqueada		1 a 2	1 a 2
Chavantes	5 a 6	1 a 7	1 a 7
Clementina			1 a 2
Colina		1 a 2	1 a 2
Colômbia		1 a 2	1 a 2
Conchal		1 a 2	1 a 2
Conchas		1 a 2	1 a 2
Cordeirópolis		1 a 2	1 a 2
Coroados		1 a 2	1 a 2
Coronel Macedo		1 a 2	1 a 3
Corumbataí		1 a 2	1 a 2
Cosmópolis		1 a 2	1 a 3
Cosmorama		1 a 2	1 a 2
Cotia	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Cravinhos		1 a 2	1 a 2
Cristais Paulista		1 a 2	1 a 2
Cruzália			1 a 2
Cruzeiro	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Cubatão	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Cunha	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Descalvado	1 a 2	1 a 2	1 a 2
Diadema	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Dirce Reis		1 a 2	1 a 2
Divinolândia	1 a 4	1 a 7	1 a 7
Dobrada			1 a 2
Dois Córregos		1 a 2	1 a 2
Dolcinópolis		1 a 2	1 a 2
Dourado		1 a 2	1 a 2
Dracena			1 a 2
Duartina		1 a 2	1 a 2
Dumont		1 a 2	1 a 2
Echaporã			1 a 2
Eldorado	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Elias Fausto		1 a 2	1 a 2
Elisiário			1 a 2
Embaúba		1 a 2	1 a 2
Embu	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Embu-Guaçu	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Engenheiro Coelho		1 a 2	1 a 2
Espírito Santo do Pinhal		1 a 2	1 a 3

Espírito Santo do Turvo		1 a 6	1 a 7
Estiva Gerbi		1 a 2	1 a 2
Estrela d"Oeste		1 a 2	1 a 2
Fartura		1 a 2 + 6 a 7	1 a 7
Fernando Prestes			1 a 2
Fernandópolis		1 a 2	1 a 2
Fernão		1 a 2	1 a 2
Ferraz de Vasconcelos	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Floreal		1 a 2	1 a 2
Flórida Paulista			1 a 2
Florínia		1 a 2	1 a 2 + 5 a 7
Franca		1 a 2	1 a 2
Francisco Morato	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Franco da Rocha	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Gabriel Monteiro			1 a 2
Gália		1 a 2	1 a 2
Garça		1 a 2	1 a 2
Gastão Vidigal		1 a 2	1 a 2
Gavião Peixoto		1 a 2	1 a 2
General Salgado		1 a 2	1 a 2
Getulina			1 a 2
Glicério			1 a 2
Guaiçara			1 a 2
Guaimbê			1 a 2
Guaíra		1 a 2	1 a 2
Guapiaçu			1 a 2
Guapiara	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Guará		1 a 2	1 a 2
Guaraçaí			1 a 2
Guaraci		1 a 2	1 a 2
Guarani d"Oeste		1 a 2	1 a 2
Guarantã			1 a 2
Guararapes		1 a 2	1 a 2
Guararema	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Guaratinguetá	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Guareí		1 a 2	1 a 2
Guariba		1 a 2	1 a 2
Guarujá	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Guarulhos	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Guatapará		1 a 2	1 a 2
Guzolândia		1 a 2	1 a 2
Herculândia			1 a 2
Holambra		1 a 2	1 a 2
Hortolândia		1 a 2	1 a 2
Iacanga			1 a 2
Iacri			1 a 2
Iaras		1 a 3	1 a 5
Ibaté		1 a 2	1 a 2
Ibirá			1 a 2
Ibirarema		1 a 7	1 a 7
Ibitinga		1 a 2	1 a 2
Ibiúna	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Icém			1 a 2
Iepê		5 a 7	1 a 2 + 5 a 7
Igaraçu do Tietê		1 a 2	1 a 3
Igarapava		1 a 2	1 a 2
Igaratá	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Iguape	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Ilha Comprida	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Ilha Solteira		1 a 2	1 a 2
Ilhabela	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Indaiatuba		1 a 2	1 a 2
Indiaporã		1 a 2	1 a 2
Inúbia Paulista			1 a 2
Ipaussu	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Iperó		1 a 2	1 a 2
Ipeúna		1 a 2	1 a 2
Ipiguá		1 a 2	1 a 2
Iporanga	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Ipuã		1 a 2	1 a 2
Iracemápolis		1 a 2	1 a 2
Irapuã			1 a 2
Irapuru			1 a 2
Itaberá		1 a 2	1 a 3
Itaí		1 a 2	1 a 3
Itajobi			1 a 2
Itaju		1 a 2	1 a 2
Itanhaém	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Itaóca	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Itapecerica da Serra	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Itapetininga		1 a 2	1 a 3
Itapeva	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Itapevi	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Itapira		1 a 2	1 a 2
Itapirapuã Paulista	1 a 4	1 a 6	1 a 7
Itápolis			1 a 2
Itaporanga		1 a 2	1 a 7
Itapuí		1 a 2	1 a 2
Itapura			1 a 2
Itaquaquecetuba	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Itararé	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Itariri	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Itatiba		1 a 2	1 a 2
Itatinga		1 a 2	1 a 3
Itirapina		1 a 2	1 a 2
Itirapuã		1 a 2	1 a 2
Itobi	1 a 2	1 a 4	1 a 5
Itu	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Itupeva		1 a 2	1 a 3
Ituverava		1 a 2	1 a 2
Jaborandi		1 a 2	1 a 2
Jaboticabal		1 a 2	1 a 2
Jacareí	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Jaci			1 a 2
Jacupiranga	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Jaguariúna		1 a 2	1 a 2
Jales		1 a 2	1 a 2
Jambeiro	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Jandira	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Jardinópolis		1 a 2	1 a 2
Jarinu	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Jaú		1 a 2	1 a 2
Jeriquara		1 a 2	1 a 2
Joanópolis	1 a 2	1 a 3	1 a 4
João Ramalho			1 a 2
José Bonifácio			1 a 2
Júlio Mesquita			1 a 2
Jumirim		1 a 2	1 a 2
Jundiaí	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Junqueirópolis			1 a 2
Juquiá	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Juquitiba	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Lagoinha	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Laranjal Paulista		1 a 2	1 a 2
Lavínia		1 a 2	1 a 2
Lavrinhas	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Leme		1 a 2	1 a 2
Lençóis Paulista		1 a 2	1 a 3
Limeira		1 a 2	1 a 2
Lindóia		1 a 2	1 a 2
Lins			1 a 2
Lorena	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Lourdes		1 a 2	1 a 2
Louveira		1 a 2	1 a 2
Lucélia			1 a 2
Lucianópolis		1 a 2	1 a 2
Luís Antônio		1 a 2	1 a 2
Luziânia			1 a 2
Lupércio		1 a 2	1 a 2
Lutécia			1 a 2
Macatuba		1 a 2	1 a 3
Macaubal			1 a 2
Macedônia		1 a 2	1 a 2
Magda		1 a 2	1 a 2
Mairinque	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Mairiporã	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Manduri		1 a 6	1 a 7
Maracaí			1 a 2
Marapoama			1 a 2
Mariápolis			1 a 2
Marília		1 a 2	1 a 2
Marinópolis		1 a 2	1 a 2
Matão		1 a 2	1 a 2
Mauá	1 a 4	1 a 4	1 a 5
Mendonça			1 a 2
Meridiano		1 a 2	1 a 2
Mesópolis		1 a 2	1 a 2
Miguelópolis		1 a 2	1 a 2
Mineiros do Tietê		1 a 2	1 a 2
Mira Estrela		1 a 2	1 a 2
Miracatu	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Mirandópolis			1 a 2
Mirassol			1 a 2
Mirassolândia			1 a 2
Mococa	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Mogi das Cruzes	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Mogi Guaçu		1 a 2	1 a 2
Moji Mirim		1 a 2	1 a 2
Mombuca		1 a 2	1 a 2
Monções		1 a 2	1 a 2
Mongaguá	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Monte Alegre do Sul		1 a 2	1 a 3
Monte Alto			1 a 2
Monte Aprazível			1 a 2
Monte Azul Paulista		1 a 2	1 a 2
Monte Castelo			1 a 2
Monte Mor		1 a 2	1 a 2
Monteiro Lobato	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Morro Agudo		1 a 2	1 a 2
Morungaba		1 a 2	1 a 2
Motuca		1 a 2	1 a 2
Murutinga do Sul			1 a 2
Nantes			1 a 2
Narandiba			1 a 2
Natividade da Serra	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Nazaré Paulista	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Neves Paulista			1 a 2
Nhandeara		1 a 2	1 a 2
Nipoã			1 a 2
Nova Aliança			1 a 2
Nova Campina	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Nova Canaã Paulista		1 a 2	1 a 2
Nova Castilho		1 a 2	1 a 2
Nova Europa		1 a 2	1 a 2
Nova Granada		1 a 2	1 a 2
Nova Guataporanga			1 a 2
Nova Independência			1 a 2
Nova Luzitânia		1 a 2	1 a 2
Nova Odessa		1 a 2	1 a 2
Novais		1 a 2	1 a 2
Novo Horizonte			1 a 2
Nuporanga		1 a 2	1 a 2
Ocauçu		1 a 2	1 a 2
Óleo	5 a 6	1 a 7	1 a 7
Olímpia		1 a 2	1 a 2
Onda Verde		1 a 2	1 a 2
Oriente			1 a 2
Orindiúva		1 a 2	1 a 2
Orlândia		1 a 2	1 a 2
Osasco	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Oscar Bressane			1 a 2
Osvaldo Cruz			1 a 2
Ourinhos	4 a 7	1 a 7	1 a 7
Ouro Verde			1 a 2
Ouroeste		1 a 2	1 a 2
Pacaembu			1 a 2
Palestina		1 a 2	1 a 2
Palmares Paulista		1 a 2	1 a 2
Palmeira d"Oeste		1 a 2	1 a 2
Palmital	4 a 7	1 a 7	1 a 7
Panorama			1 a 2
Paraguaçu Paulista			1 a 2
Paraibuna	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Paraíso		1 a 2	1 a 2
Paranapanema		1 a 2	1 a 3
Paranapuã		1 a 2	1 a 2
Parapuã			1 a 2
Pardinho		1 a 2	1 a 2
Pariquera-Açu	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Parisi		1 a 2	1 a 2
Patrocínio Paulista		1 a 2	1 a 2
Paulicéia			1 a 2
Paulínia		1 a 2	1 a 2
Paulistânia		1 a 2	1 a 4
Paulo de Faria		1 a 2	1 a 2
Pederneiras		1 a 2	1 a 2
Pedra Bela		1 a 2	1 a 3
Pedranópolis		1 a 2	1 a 2
Pedregulho		1 a 2	1 a 2
Pedreira		1 a 2	1 a 2
Pedrinhas Paulista			1 a 2
Pedro de Toledo	1 a 6	1 a 7	1 a 7
Penápolis			1 a 2
Pereira Barreto		1 a 2	1 a 2
Pereiras		1 a 2	1 a 2
Peruíbe	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Piacatu			1 a 2
Piedade	1 a 2	1 a 3	1 a 5
Pilar do Sul	1 a 3	1 a 5	1 a 7
Pindamonhangaba	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Pindorama		1 a 2	1 a 2
Pinhalzinho		1 a 2	1 a 2
Piquete	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Piracaia	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Piracicaba		1 a 2	1 a 2
Piraju		1 a 6	1 a 7
Pirajuí		1 a 2	1 a 2
Pirangi			1 a 2
Pirapora do Bom Jesus	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Pirassununga		1 a 2	1 a 2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Piratininga		1 a 2	1 a 3
Pitangueiras			1 a 2
Planalto			1 a 2
Platina		1 a 2	1 a 2
Poá	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Poloni			1 a 2
Pompéia			1 a 2
Pongaí			1 a 2
Pontal		1 a 2	1 a 2
Pontalinda		1 a 2	1 a 2
Pontes Gestal		1 a 2	1 a 2
Populina		1 a 2	1 a 2
Porangaba		1 a 2	1 a 2
Porto Feliz		1 a 2	1 a 2
Porto Ferreira		1 a 2	1 a 2
Potim	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Potirendaba			1 a 2
Pracinha			1 a 2
Pradópolis		1 a 2	1 a 2
Praia Grande	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Pratânia		1 a 2	1 a 3
Presidente Alves		1 a 2	1 a 2
Promissão			1 a 2
Quadra		1 a 2	1 a 2
Quatá			1 a 2
Queiroz			1 a 2
Queluz	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Quintana			1 a 2
Rafard		1 a 2	1 a 2
Rancharia			1 a 2
Redenção da Serra	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Reginópolis			1 a 2
Registro	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Restinga		1 a 2	1 a 2
Ribeira	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Ribeirão Bonito		1 a 2	1 a 2
Ribeirão Branco	1 a 3	1 a 5	1 a 7
Ribeirão Corrente		1 a 2	1 a 2
Ribeirão do Sul		1 a 7	1 a 7
Ribeirão Grande	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Ribeirão Pires	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Ribeirão Preto		1 a 2	1 a 2
Rifaina		1 a 2	1 a 2
Rincão		1 a 2	1 a 2
Rinópolis			1 a 2
Rio Claro		1 a 2	1 a 2
Rio das Pedras		1 a 2	1 a 2
Rio Grande da Serra	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Riolândia		1 a 2	1 a 2
Riversul		1 a 2	1 a 3 + 6 a 7
Roseira	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Rubiácea		1 a 2	1 a 2
Rubinéia		1 a 2	1 a 2
Sabino			1 a 2
Sagres			1 a 2
Sales			1 a 2
Sales Oliveira		1 a 2	1 a 2
Salesópolis	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Salmourão			1 a 2
Saltinho		1 a 2	1 a 2
Salto		1 a 2	1 a 2
Salto de Pirapora		1 a 2	1 a 3
Salto Grande		1 a 7	1 a 7
Santa Adélia			1 a 2
Santa Albertina		1 a 2	1 a 2
Santa Bárbara d"Oeste		1 a 2	1 a 2
Santa Branca	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santa Clara d"Oeste		1 a 2	1 a 2
Santa Cruz da Conceição		1 a 2	1 a 2
Santa Cruz da Esperança		1 a 2	1 a 2
Santa Cruz das Palmeiras		1 a 2	1 a 2
Santa Cruz do Rio Pardo	7	1 a 7	1 a 7
Santa Ernestina			1 a 2
Santa Fé do Sul		1 a 2	1 a 2
Santa Gertrudes	1 a 2	1 a 2	1 a 2
Santa Isabel	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Santa Lúcia		1 a 2	1 a 2
Santa Maria da Serra		1 a 2	1 a 2
Santa Mercedes			1 a 2
Santa Rita d"Oeste		1 a 2	1 a 2
Santa Rita do Passa Quatro		1 a 2	1 a 2
Santa Rosa de Viterbo		1 a 2	1 a 2
Santa Salete		1 a 2	1 a 2
Santana da Ponte Pensa		1 a 2	1 a 2
Santana de Parnaíba	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Santo André	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Santo Antônio da Alegria		1 a 2	1 a 2
Santo Antônio de Posse		1 a 2	1 a 2
Santo Antônio do Aracanguá		1 a 2	1 a 2
Santo Antônio do Jardim		1 a 3	1 a 3
Santo Antônio do Pinhal	1 a 4	1 a 5	1 a 7
Santópolis do Aguapeí			1 a 2
Santos	1 a 6	1 a 7	1 a 7
São Bento do Sapucaí	1 a 5	1 a 6	1 a 7
São Bernardo do Campo	1 a 4	1 a 6	1 a 7
São Caetano do Sul	1 a 3	1 a 4	1 a 4
São Carlos		1 a 2	1 a 2
São Francisco		1 a 2	1 a 2
São João da Boa Vista	1 a 3	1 a 5	1 a 7
São João das Duas Pontes		1 a 2	1 a 2
São João de Iracema		1 a 2	1 a 2
São João do Pau d"Alho			1 a 2
São Joaquim da Barra		1 a 2	1 a 2
São José da Bela Vista		1 a 2	1 a 2
São José do Barreiro	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São José do Rio Pardo	1 a 3	1 a 5	1 a 6
São José do Rio Preto		1 a 2	1 a 2
São José dos Campos	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Lourenço da Serra	1 a 4	1 a 5	1 a 7
São Luís do Paraitinga	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Manuel	1 a 2	1 a 3	1 a 3
São Miguel Arcanjo	1 a 3	1 a 5	1 a 6
São Paulo	1 a 4	1 a 5	1 a 6
São Pedro		1 a 2	1 a 2
São Pedro do Turvo		1 a 7	1 a 7
São Roque	1 a 2	1 a 3	1 a 4
São Sebastião	1 a 5	1 a 7	1 a 7
São Sebastião da Grama	1 a 2	1 a 2 + 5 a 7	1 a 7
São Simão		1 a 2	1 a 2
São Vicente	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Sarapuí		1 a 2	1 a 3
Sarutaiá		1 a 6	1 a 7
Sebastianópolis do Sul		1 a 2	1 a 2
Serra Azul		1 a 2	1 a 2
Serra Negra	1 a 2	1 a 2	1 a 2
Serrana		1 a 2	1 a 2
Sertãozinho		1 a 2	1 a 2
Sete Barras	1 a 7	1 a 7	1 a 7
Severínia		1 a 2	1 a 2
Silveiras	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Socorro		1 a 2	1 a 2
Sorocaba		1 a 2	1 a 3
Sud Mennucci		1 a 2	1 a 2
Sumaré		1 a 2	1 a 2
Suzanápolis		1 a 2	1 a 2
Suzano	1 a 4	1 a 5	1 a 6
Tabapuã		1 a 2	1 a 2
Tabatinga		1 a 2	1 a 2
Taboão da Serra	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Taciba			1 a 2
Taguaí		1 a 2	1 a 2 + 6 a 7
Taiaçu			1 a 2
Taiúva			1 a 2
Tambaú		1 a 2	1 a 2
Tanabi		1 a 2	1 a 2
Tapiraí	1 a 5	1 a 7	1 a 7
Tapiratiba	1 a 2	1 a 4	1 a 7
Taquaral			1 a 2
Taquaritinga			1 a 2
Taquarituba		1 a 2	1 a 3 + 6 a 7
Taquarivaí	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Tarabai			1 a 2
Tarumã		1 a 2 + 6 a 7	1 a 2 + 5 a 7
Tatuí		1 a 2	1 a 2
Taubaté	1 a 2	1 a 3	1 a 4
Tejupá		1 a 2	1 a 7
Terra Roxa		1 a 2	1 a 2
Tietê		1 a 2	1 a 2
Timburi		1 a 7	1 a 7
Torre de Pedra		1 a 2	1 a 2
Torrinha		1 a 2	1 a 2
Trabiju		1 a 2	1 a 2
Tremembé	1 a 3	1 a 3	1 a 4
Três Fronteiras		1 a 2	1 a 2
Tuiuti		1 a 2	1 a 2
Tupã			1 a 2
Tupi Paulista			1 a 2
Turiúba		1 a 2	1 a 2
Turmalina		1 a 2	1 a 2
Ubarana			1 a 2
Ubatuba	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Ubirajara		1 a 2	1 a 3
Uchoa		1 a 2	1 a 2
União Paulista			1 a 2
Urânia		1 a 2	1 a 2
Uru			1 a 2
Urupês			1 a 2
Valentim Gentil		1 a 2	1 a 2
Valinhos		1 a 2	1 a 2
Valparaíso		1 a 2	1 a 2
Vargem		1 a 2	1 a 3
Vargem Grande do Sul	1 a 3	1 a 4	1 a 5
Vargem Grande Paulista	1 a 3	1 a 3	1 a 5
Várzea Paulista	1 a 2	1 a 3	1 a 3
Vera Cruz		1 a 2	1 a 2
Vinhedo		1 a 2	1 a 2
Viradouro		1 a 2	1 a 2
Vista Alegre do Alto			1 a 2
Vitória Brasil		1 a 2	1 a 2
Votorantim		1 a 2	1 a 3
Votuporanga		1 a 2	1 a 2
Zacarias			1 a 2

PORTARIA Nº 244, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de milho consorciado com braquiária no Estado do Paraná, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

O cultivo consorciado de plantas produtoras de grãos com forrageiras tropicais, em sistema plantio direto, tem aumentado significativamente, nos últimos anos nas regiões que apresentam inverno seco.

No Estado o plantio consorciado de braquiária com o milho vem sendo utilizado, predominantemente, no cultivo do milho2ª safra (safrinha).

O consórcio do milho com a braquiária é possível graças ao diferencial de tempo e espaço no acúmulo de biomassa entre as espécies.

No consórcio do milho com braquiária a forrageira pode servir como alimento para a exploração pecuária, a partir do final do verão até início da primavera e, posteriormente, para formação de palhada no sistema de plantio direto. Há, também, possibilidade da utilização da forrageira, exclusivamente, como planta produtora de palhada, proporcionando cobertura permanente do solo até a semeadura da safra de verão subsequente.

A forrageira pode ser semeada simultaneamente com o milho. Para isso, as sementes são misturadas ao adubo e depositadas no compartimento de fertilizante da semeadora, sendo distribuídas na mesma profundidade do adubo. Nesse sistema, a braquiária apresenta desenvolvimento lento até a colheita do milho, iniciando seu pleno desenvolvimento, beneficiado pelo adubo residual após essa colheita.

Os resultados de pesquisas envolvendo o cultivo consorciado de milho com braquiária demonstram a viabilidade deste sistema de produção.

Para que ocorra um mínimo de competição entre as culturas é fundamental proporcionar condições para que o milho se desenvolva e ocupe o terreno antes de a braquiária se estabelecer plenamente.

Os efeitos do consórcio (reciclagem de nutrientes, acúmulo de palha na superfície, melhoria da parte física do solo pela ação conjunta dos sistemas radiculares e pela incorporação e acúmulo de matéria orgânica) são benéficos para os plantios subsequentes, em especial para os de soja, contribuindo para o aumento de produtividade.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de semeadura para o cultivo do milho 2ª safra, consorciado com braquiária no Estado, em condições de baixo risco climático.

Essa identificação foi realizada a partir de análises térmicas e hídricas. A análise hídrica baseou-se em um modelo de balanço hídrico das culturas, considerando-se as seguintes variáveis:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Precipitação pluvial, evapotranspiração potencial, ciclos e fases fenológicas de cultivares de milho, coeficiente de cultura (Kc) e capacidade de água disponível dos solos,

O balanço hídrico foi realizado para períodos decendiais de semeadura. Para cada período, fase fenológica e local da estação pluviométrica, foram estimados os valores do índice de satisfação da necessidade de água (ISNA), expresso pela relação ETr/ETm (evapotranspiração real/evapotranspiração máxima).

A definição das áreas de risco climático para o consórcio foi associada à ocorrência de déficit hídrico na fase de florescimento/enchimento de grãos para a cultura do milho e na fase de germinação/estabelecimento da cultura para a braquiária.

As cultivares de milho foram classificadas em três grupos de características homogêneas: Grupo I (n ≤ 120 dias); Grupo II (120 dias < n ≤ 145 dias); e Grupo III (n >145 dias), onde n expressa o número de dias da emergência à maturação fisiológica.

Foram adotados os seguintes critérios para o cultivo consorciado do milho com a braquiária, em condições de baixo risco climático:

- ISNA maior ou igual a 0,50 nas fases de germinação/estabelecimento da braquiária e floração/enchimento de grãos da cultura do milho;
- Risco de ocorrência de geada inferior a 20%.

Considerou-se apto para o cultivo do milho consorciado com a braquiária, o município que apresentou, no mínimo, 20% de sua área com condições climáticas dentro dos critérios considerados, em 80% dos anos avaliados.

2. TIPOS DE SOLOS APTOS AO CULTIVO

São aptos ao cultivo de milho consorciado com braquiária no Estado os solos dos tipos 2 e 3, observadas as especificações e recomendações contidas na Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2008.

Não são indicadas para o cultivo:

- áreas de preservação permanente, de acordo com a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012;
- áreas com solos que apresentam profundidade inferior a 50 cm ou com solos muito pedregosos, isto é, solos nos quais calhaus e matacões ocupem mais de 15% da massa e/ou da superfície do terreno.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Para efeito de indicação dos períodos de plantio, as cultivares de milho indicadas pelos obtentores /mantenedores para o estado, foram agrupadas conforme a seguir especificado.

GRUPO I

ADVANTA COMERCIO DE SEMENTES LTDA: ADV9339, ADV9860, PAC 105, ADV9534 , ADV9534 PRO, ADV9860 PRO, ADV9853, ADV9853 PRO, ADV9105 PRO, ADV9105 PRO2 e ADV9860 PRO2;

AMIR JOSÉ KLEIN WERLE: AD150, AD190, AD109, AD305, AD189 e AD105;

AVANTI SEEDS : AV 4142;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 316, CD 316Hx, CD 3344Hx e CD 316PRO2;

CRIAGENE SK PESQUISA E DESENVOLVIMENTO: CR106, CR120, CR BA 02, CR PB 01, CR101, CR102, CR107, CR113, CR109, CR130, CR808, CRAM01, CRWX01, CRWX02, CRWX03, CRWX04, CRWX05, CRWX06, CrSw01 e CrSw02;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: Mucuripe e Copacabana;

DOW AGROSCIENCES SEMENTES & BIOTECNOLOGIA BRASIL LTDA.: 2B633PW, 2B587PW, 2B655PW, 2B877PW, 2B688RR, 2A620PW, 2B688PW, 2B710PW, 2B210PW, 2B610PW, 2B587RR, 2B512PW, 2B433PW, 2B810PW, 2A401PW, 30A91PW, 30A95PW, MG652PW, MG300PW, MG699PW, MG580PW, Dow WxA504, CD 384PW, DB 2B339PW, NEX 5617PW, CD3612PW, CD3765PW, CD3770PW, CD3410PW, 2B346PW, 20A55PW, 20A78PW, 30A37RR, 30A37PW, 30A77PW, CD384RR, MG600PW, MG699RR, CD3775PW, 2B647PW, MG744PW, 2B533PW, CD3312PW, CD3610PW, CD3880PW, 2A521PW, MG711PW, 2B640PW e MG320PW;

DU PONT DO BRASIL S.A.: 30K73, 30K73YHR, 30K73H, 30F53VYHR, 30F53VYH, BG7330, P3431H, P3431, BG7032YHR, P3456, 30F35VYHR, 30F35YH, 30F35, P3431YHR, 30F53R, P3456VYH, 30F35H, P3431YH, 30F35HR, P3456H, 30F35R, 30F53HR, BG7032, BG7032YH, P2830VYH, BG7032H, BG7432H, 30F53EH, 30F53, P2830H, 30F53YHR, P3250, P1680VYH, 30F53YH, 30F53H, P1630YH, BG7032HR, 30K75, 30K75Y, 30K75YH, 30K75YHR, 30S31, 30S31H, 30S31VYH, 30S31VYHR, 30S31YH, 30S31YHR, BG7037H, BG7037HR, BG7037VYH, BG7037VYHR, BG7037YHR, BG7046, BG7046H, BG7046VYH, BG7049, BG7049H, BG7049YH, BG7049YHR, BG7061H, BG7061YHR, BG7318YH, BG7330H, BG7330VYH, BG7439, BG7439H, BG7542H, BG7542VYH, BG7542VYHR, BG7640H, BG7640R, BG7640VYH, BG7640VYHR, BG7720VYHR, P2530HR, P3161, P3161H, P3161HR, P3161VYH, P3161YH, P3161YHR, P3340, P3340H, P3340VYH, P3340VYHR, P3340YH, P3340YHR, P3380HR, P3431VYH, P3456R, P3630H, P3646, P3646H, P3646VYH, P3646VYHR, P3646YH, P3646YHR, P3779H, P3844H, P3844R, P3844VYH, P3844VYHR, P3862H, P3862VYH, P3862VYHR, P3862YH, P3898, P4285, P4285H, P4285HR, P4285R, P4285VYH, P4285VYHR, P4285YH, P4285YHR e P3707VYH;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS 1010, BRS 4154, BRS 3035, BRS 4103, BR 473, BR 451, BR 106, BRS 2223, BRS 2022, BRS 2020, BR 206, BR 205, BRS 3040, BRS 3025, BRS 1060, BRS 1055, BRS 3046, BRS 4104, BRS Sol da Manhã, BRS Planalto, BRS Caimbé e BRS Missões;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ 2005, GNZ 2004 e GNZ 2005 YG;

HELIX SEMENTES LTDA: BM 820, BM 502, BM 3063, SHS 4070, BM 905, SHS 4090, BM 955, SHS 4080, BM 709, BM 3066, BM 810, BM 207, SHS 5080, SHS 5560, SHS 7090, SHS 5550, SHS 5070, SHS 5090, SHS 3031, SHS 5050, BM3066PRO2, BM 3063PRO2, BM 709PRO2, BM810PRO2, BM904, BM812, SHS7990, SHS7990PRO2, BM812PRO2, BM855PRO2, SHS7930PRO2, BM815, BM815PRO2, BM270, SHS7939, SHS7939PRO2 e BM 620;

IAC: IAC 3330, IAC 8046, IAC 8077, IAC 8390 e IAC Airan;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 03;

LEONARDO MENDONCA TAVARES: 2M60, 4M50, 3M51, 2M80, 2M88 e 2M77;

LIMAGRAIN BRASIL S.A: LG36701PRO2 e LG6310;

MARCIO DEMEIS: TR167;

MELHORAMENTO AGROPASTORIL LTDA: AM 4002, AM 4003, AM 606, AM 811, AM 9724, AM 997, AX 727, BALU 7690, MS 2010 e MS 2013;

MHATRIZ PESQUISA AGRÍCOLA: PR 27D28, ZNT 1530, ANHEMBI e PR 1150;

MONSANTO DO BRASIL LTDA: AG9030RR2, GNZ 9505YG, AG9030PRO2, AG9045PRO2, GNZ 9505PRO, AS 1551PRO, DKB250PRO2, DKB 330, DKB 330RR2, DKB285PRO2, DKB330PRO2, AS 1551, DKB340PRO2, RB 9005PRO3, RB 9005RR2, 2200RR2, ADV9345PRO3, AS 1572PRO, AS1777PRO3, AS1777, AS 1660PRO2, AS1551PRO2, AS 1660, AS1656RR2, AS1656PRO3, DKB 315, DKB 285RR2, DKB285PRO3, DKB 285PRO, DKB 285, DKB 275PRO, AS 1660PRO, AS1633PRO3, AS1633PRO, AS1590PRO, AS1656PRO, AG 9010, RB 9110YG, RB 9110RR2, RB 9110PRO2, RB9110PRO, AG 9010PRO, AG 9030, AG 9040YG, LG 6304YG, LG 6304PRO, ADV 9275, LG 3055PRO3, AS1660PRO3, AS1575PRO3, AG9030PRO3, AG8061PRO3, RB 9006PRO3, AG 5055PRO, AG 7000, BALU 280PRO, BM 650, BM 650 PRO2, AG 8061PRO2, AG8088, AG 8088PRO, AG 8088PRO2, AG 8088RR2, AG 8500PRO, AG 8500PRO2, AG 8544, AG 7000PRO, AG 7000PRO2, AG 7088, AG 7088PRO, AG 7088PRO2, BM 650 RR2, AS1642PRO, DKB 340PRO, DKB 350, ADV 9434PRO2, AG 1051, AG 5011, AG 5011YG, AG 5055, AG7088PRO3, AG 7088RR2, AG 8544PRO, AG 8544PRO2, AG 8580PRO, BALU 280PRO3, BM 840PRO3, AG8088PRO3, NS 92PRO3, AG 7098RR2, AG 8011PRO, AG 8061PRO, NS 56PRO2, AG 7098PRO, NS 90PRO2, LG 6038PRO2, LG 6038PRO, AG 8061RR2, AG8500RR2, AG8580PRO2, AG8580PROX, AG8677PRO2, AG8677PRO3, AG8677PROX, AG8690PRO3, AG8780PRO, AG8780PRO3, AG9080PRO, AG 9080PRO2, AG9080RR2, AS 1596PRO, LG 6036PRO2, AG 9045RR2, AG7088PROX, AG7098PRO2, AG7098PROX, AG 8676PRO2, AG9000, AG9000PRO3, AG9030PRO, AG 9040, AG8780, DKB275PRO3, AG 8061, AG8061PROX, NS 90PRO, NS 56RR2, NS 56PRO3, NS 56PRO, NS 50RR2, NS 50PRO3, NS 50PRO2, NS 50PRO, LG 6036PRO, AS 1598PRO2, LG 6033PRO, LG 6030RR2, LG 6030PRO3, LG 6030PRO2, LG 6030PRO, LG 6030, GNZ 9690RR2, RB 9006PRO, RB 9005PRO2, LG6036PRO3, RB 9005PRO, RB 9004RR2, RB 9004PRO2, RB 9004PRO, NS 92PRO2, NS92PRO, NS 90RR2, GNZ 9690PRO2, GNZ 9690PRO, GNZ 9688PRO, GNZ 9626RR2, GNZ 9626PRO, GNZ 9505RR2, DKB 350PRO, DKB 390, DKB 390PRO, DKB 390PRO2, DKB 390RR2, AS 1596, AS 1596PRO2, AS 1596RR2, AS 1598, AS 1598PRO, LG 6033PRO2, AS 1642, AS 1633PRO2, AS 1642 PRO2, AS1555PRO, SHS 7920PRO3, AS1555PRO2, AS1555PRO3, SHS 7920PRO2, SHS 7920PRO, SHS7915PRO3, AS1555RR2, SHS 7915PRO, SHS 7910PRO2, SG 6030YG, RB 9308YG, RB 9210PRO2, RB 9210PRO, RB 9108, AS 1656PRO2, AS1656PROX, AS 1661PRO, AS1661PRO3, AS 1665PRO, AS1665PRO3, 2300RR2, AG 7098, DKB230PRO3, DKB230PROX, DKB245PRO2, DKB250PRO3, DKB290, DKB290PRO, RB 9210, RB 9110, AS1573PRO, RB 9108PRO3, AS1596PRO3, RB 9108PRO, LG6050PRO2, 4600RR2, ADV 9275PRO, DKB395PRO2, DKB395PRO3, GNZ9501PRO, GNZ 9505PRO2, LG 6038PRO3, AG8544PRO3, BM780PRO, BM 780PRO2, BM 840PRO, DKB290PRO3, DKB 310PRO2, 3020RR2, 3200RR2, 3400RR2, 3700RR2, 3770RR2, BM 915PRO, CD324PRO, CD 324PRO3, CD 3715PRO, CD 3715PRO2, CD 3715RR2, CD 397PRO, ADV 9434PRO, DKB310PRO3, DKB330PRO, DKB330PRO3, DKB390PRO3, DKB390PROX, DKB395PRO, AG9025, AG9025PRO3, RB 9077PRO, RB 9006RR2, RB 9006PRO2, AS 1575PRO, AS 1581, DKB 177RR2, DKB 240PRO2, DKB 240RR2, DKB 240YGRR2, DKB 245RR2, DKB 250, AS 1581PRO, CD 397YG, DKB 175PRO, DKB 175PRO2, DKB 177, DKB 177PRO2, DKB177PRO3, DKB 310PRO, DKB315PRO, DKB 390YG, DKB177PRO, DKB177PROX, DKB230, AS1666PRO, AS1666PROX, AS1677PRO3, BALU 480PRO, BALU 480PRO2, BALU 480RR2, AG9045PRO3, AS 1575, AS1666, AG9050PRO3, NS 92RR2, GNZ 9626PRO2, LG 3055, LG 3055PRO, LG 3055PRO2, ADV 9434RR2, ADV 9275PRO3, ADV 9434, BM950PRO3, NS30PRO3, NS30, NS88PRO3, DKB265PRO3, RB 9110PRO3, RB 9210PRO3, RB 9308PRO, LG 6036 e LG 6036RR2;

NIDERA: NS77PRO2 e NS70;

PRIMAIZ SEMENTES LTDA: PZ 242, PZ 677, PZ 204, PZ 316, PZ 240, PZ 226, PZ 216 e PZ 232;

PRODUTORA E COMERCIAL AGRÍCOLA ARAPONGAS LTDA: Balu198, Balu297, Balu460, Balu434, Balu293, Balu787, Balu787PRO2 e Balu445;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: R9080, K9500PRO2, K9600PRO2, K9800PRO2, DG 213, K9100, Balu 188, DG 601, ATL 400, FTH 510, ATL 310, GNZ 9510, ATL 200, RK3115, ATL 110, DG 627, ATL 100, RK3014, K9200, GNZ 9506, K9220PRO2, R9330PRO2, SM 966, DG 501, SM 511, R9080PRO2, SG 6302, FTH 960, SG 6011, K9105 VIP3, K9960 VIP3, K9606 VIP3, K9555 VIP3, K9460, RB9789 VIP3, RB9060, K9822 VIP3, SM 505 e ATL 300S;

RONALDO TORRES VIANNA: RVM 21, RVM 30, RVM 20 e RVM 40;

SEMEALI SEMENTES HIBRIDAS LTDA: XB 7253, XB 6012 Bt, XB 6012, XB 4013, XB 7116 Bt, XB 7116, XB 9003 Bt, XB 9003, XB 8030 Bt, XB 8030, XB 8010 Bt, XB 8010, XB 8018, XB 7253 Bt, 60XB14 Bt, 90XB06 Bt, 90XB06, XB 8018 Bt e 60XB14;

SEMENTES SELEGRÃOS: ROBUSTO;

SEMILHA AGRONEGOCIOS: S8044 e MS3022;

SEMPRE SEMENTES: PRE22S18, PRE 22T10 TP, PRE 22S18 TP2, PRE 22S18 TP, SX1093, PRE 22T10, PRE 22S18 TP3, PRE 22D11, SX1076 TP, SX1076 TP2, SX1076 TP3, SX1093 TP, SX1093 TP2 e SX1093 TP3;

SYNGENTA SEEDS LTDA: GSS 3969, SY6222 VIP3, GSS 41240, GSS 41243, GSS 41490, GSS 41499, GSS 42072, RB 6324, Thunder, SYN7205 VIP2, SW8004 VIP3, SW8014 VIP3, SW8054 VIP3, SX7331 TG, SX8394 VIP3, SX8934 VIP3, SX7991 TLTG Viptera, SX8110 TLTG Viptera, SX8332 TLTG Viptera, SW3949 TL, SX7331, SX7331 Viptera, SYN5T78 TLTG Viptera, 3040VIP3, SYN7205, SYN7205 TG, SYN7205 TLTG Viptera, SYN7205 Viptera, SYN7316 TLTG Viptera, SYN7316 Viptera, SYN7G17 TLTG Viptera, SYN7G17 Viptera, SYN8A98 TLTG Viptera, SYN8A98 Viptera, SZ7030 TLTG Viptera, Tork TL, Tropical Plus, Balu 184, BALU 761, Celeron TLTG, Garra, Somma, SYN3040, Formula VIP2, SX6663 VIP3, Cargo TL, Celeron TL, Formula, Fórmula TL, Formula Viptera, Garra Viptera, Impacto, Impacto TG, Impacto TLTG Viptera, Maximus TLTG Viptera, Penta TLTG Viptera, Somma Viptera, SX7341 VIP3, SW3949, SYN4306, SYN4306 TL, SYN5T78, SYN7205 TL, SZ7142, SZ7142 TLTG Viptera, GSS41242, SX8442 VIP3, SZ7050 VIP3, SX7772 VIP3, SX5885 VIP3 e SX7331 VIP4;

GRUPO II

AGRO-SENA SEMENTES LTDA: LAVRADOR;

AVANTI SEEDS : SW 5130, SW 5156, SW 5560 e SW 5198;

COODETEC DESENVOLVIMENTO, PRODUCAO E COMERCIALIZACAO AGRICOLA LTDA: CD 3408 Hx, CD 393 e CD 393Hx;

DI SOLO SEMENTES MELHORADAS LTDA: IPANEMA e DSS 1001;

EMBRAPA MILHO E SORGO: BRS Vivi;

GENEZE SEMENTES S/A: GNZ7280PRO2, GNZ7280, GNZ7210 e GNZ7210PRO2;

JOSE FERNANDO MARTINS BORGES: RG 01 e RG 02A;

NIDERA: NS82;

RIBER - KWS SEMENTES LTDA: SG 6010;

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - CATI/DSMM: AL Avaré, Al Bianco, CATIVERDE 02, AL Bandeirante, AL Piratininga e AL 34;

SEMPRE SEMENTES: PRE 32D10, SX1086, SX1076, PRE2601, PRE2601 TP2, PRE2601 TP, PRE2601 TP3, SX1086 TP, SX1086 TP2 e SX1086 TP3;

SYNGENTA SEEDS LTDA: CD 308 e SG 6418;

TROPIGENE COMERCIAL AGRICOLA LTDA-ME: AGRI340 e AGRI-104.

GRUPO III

INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ - IAPAR: IPR 164, IPR 127, IPR 119 e IPR 114.

Notas:

1) Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2) Devem ser utilizadas no plantio sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO I	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abatiá	1 a 5	1 a 6
Altamira do Paraná	1 a 5	1 a 5
Alto Paraná	1 a 5	1 a 6
Alto Piquiri	1 a 5	1 a 6
Alvorada do Sul	1 a 5	1 a 6
Anahy	1 a 5	1 a 6
Andirá	1 a 5	1 a 6
Ângulo	1 a 5	1 a 6
Apucarana	1 a 5	1 a 6
Arapongas	1 a 5	1 a 6
Araruna	1 a 5	1 a 6
Ariranha do Ivaí	1 a 5	1 a 5
Assaí	1 a 5	1 a 6
Assis Chateaubriand	1 a 5	1 a 6
Astorga	1 a 5	1 a 6
Atalaia	1 a 5	1 a 6
Bandeirantes	1 a 5	1 a 6
Barbosa Ferraz	1 a 5	1 a 6
Barra do Jacaré	1 a 5	1 a 6
Bela Vista do Paraíso	1 a 5	1 a 6
Boa Esperança	1 a 5	1 a 6
Bom Sucesso	1 a 5	1 a 6
Borrazópolis	1 a 5	1 a 6
Braganey	1 a 5	1 a 5
Brasilândia do Sul	1 a 5	1 a 6
Cafelândia	1 a 5	1 a 6
Califórnia	1 a 5	1 a 6
Cambará	1 a 5	1 a 6
Cambé	1 a 5	1 a 6
Cambira	1 a 5	1 a 6
Campina da Lagoa	1 a 5	1 a 6
Campo Bonito	1 a 5	1 a 5
Campo Mourão	1 a 5	1 a 6
Carlópolis	1 a 5	1 a 6
Centenário do Sul	1 a 5	1 a 6
Cianorte	1 a 5	1 a 6
Congonhinhas	1 a 5	1 a 5
Conselheiro Mairinck	1 a 5	1 a 6
Corbélia	1 a 5	1 a 5
Cornélio Procópio	1 a 5	1 a 6
Corumbataí do Sul	1 a 5	1 a 6
Cruzmaltina	1 a 5	1 a 6
Diamante d"Oeste	1 a 5	1 a 6
Doutor Camargo	1 a 5	1 a 6
Engenheiro Beltrão	1 a 5	1 a 6
Entre Rios do Oeste	1 a 5	1 a 6
Farol	1 a 5	1 a 6
Faxinal	1 a 5	1 a 5
Fênix	1 a 5	1 a 6
Floraí	1 a 5	1 a 6
Floresta	1 a 5	1 a 6
Florestópolis	1 a 5	1 a 6
Flórida	1 a 5	1 a 6
Formosa do Oeste	1 a 5	1 a 6
Foz do Iguaçu	1 a 5	1 a 6
Godoy Moreira	1 a 5	1 a 6
Goioerê	1 a 5	1 a 6
Grandes Rios	1 a 5	1 a 6
Guaíra	1 a 5	1 a 6
Guapirama	1 a 5	1 a 6
Guaraci	1 a 5	1 a 6
Ibaiti	1 a 5	1 a 5
Ibiporã	1 a 5	1 a 6
Iguaraçu	1 a 5	1 a 6
Iguatu	1 a 5	1 a 6
Indianópolis	1 a 5	1 a 6
Iracema do Oeste	1 a 5	1 a 6
Iretama	1 a 5	1 a 6
Itaipulândia	1 a 5	1 a 6
Itambaracá	1 a 5	1 a 6
Itambé	1 a 5	1 a 6
Ivaiporã	1 a 5	1 a 5
Ivatuba	1 a 5	1 a 6
Jaboti	1 a 5	1 a 6
Jacarezinho	1 a 5	1 a 6
Jaguapitã	1 a 5	1 a 6
Jandaia do Sul	1 a 5	1 a 6
Janiópolis	1 a 5	1 a 6
Japira	1 a 5	1 a 6
Japurá	1 a 5	1 a 6
Jardim Alegre	1 a 5	1 a 6
Jataizinho	1 a 5	1 a 6
Jesuítas	1 a 5	1 a 6
Joaquim Távora	1 a 5	1 a 6
Jundiaí do Sul	1 a 5	1 a 6
Juranda	1 a 5	1 a 6
Jussara	1 a 5	1 a 6
Kaloré	1 a 5	1 a 6
Laranjal	1 a 5	1 a 5
Leópolis	1 a 5	1 a 6
Lidianópolis	1 a 5	1 a 6
Lobato	1 a 5	1 a 6
Londrina	1 a 5	1 a 6
Luiziana	1 a 5	1 a 5
Lunardelli	1 a 5	1 a 6
Mamborê	1 a 5	1 a 5
Mandaguaçu	1 a 5	1 a 6
Mandaguari	1 a 5	1 a 6
Marechal Cândido Rondon	1 a 5	1 a 6
Marialva	1 a 5	1 a 6
Mariluz	1 a 5	1 a 6
Maringá	1 a 5	1 a 6
Maripá	1 a 5	1 a 6
Marumbi	1 a 5	1 a 6
Matelândia	1 a 5	1 a 6
Medianeira	1 a 5	1 a 6
Mercedes	1 a 5	1 a 6
Mirador	1 a 5	1 a 6
Miraselva	1 a 5	1 a 6
Missal	1 a 5	1 a 6
Moreira Sales	1 a 5	1 a 6
Munhoz de Melo	1 a 5	1 a 6
Nova Aliança do Ivaí	1 a 5	1 a 6
Nova América da Colina	1 a 5	1 a 6
Nova Aurora	1 a 5	1 a 6
Nova Cantu	1 a 5	1 a 5
Nova Esperança	1 a 5	1 a 6
Nova Fátima	1 a 5	1 a 6
Nova Santa Rosa	1 a 5	1 a 6
Nova Tebas	1 a 5	1 a 5
Novo Itacolomi	1 a 5	1 a 6
Ourizona	1 a 5	1 a 6
Ouro Verde do Oeste	1 a 5	1 a 6
Paiçandu	1 a 5	1 a 6
Palotina	1 a 5	1 a 6
Paraíso do Norte	1 a 5	1 a 6
Pato Bragado	1 a 5	1 a 6
Peabiru	1 a 5	1 a 6
Pitangueiras	1 a 5	1 a 6
Porecatu	1 a 5	1 a 6
Prado Ferreira	1 a 5	1 a 6
Presidente Castelo Branco	1 a 5	1 a 6
Primeiro de Maio	1 a 5	1 a 6
Quarto Centenário	1 a 5	1 a 6
Quatiguá	1 a 5	1 a 6
Quatro Pontes	1 a 5	1 a 6
Quinta do Sol	1 a 5	1 a 6
Ramilândia	1 a 5	1 a 6
Rancho Alegre	1 a 5	1 a 6
Rancho Alegre d"Oeste	1 a 5	1 a 6
Ribeirão Claro	1 a 5	1 a 6
Ribeirão do Pinhal	1 a 5	1 a 6
Rio Bom	1 a 5	1 a 6
Rio Branco do Ivaí	1 a 5	1 a 5
Rolândia	1 a 5	1 a 6
Roncador	1 a 5	1 a 5
Rosário do Ivaí	1 a 5	1 a 5
Sabáudia	1 a 5	1 a 6
Salto do Itararé	1 a 5	1 a 6
Santa Amélia	1 a 5	1 a 6
Santa Fé	1 a 5	1 a 6
Santa Helena	1 a 5	1 a 6
Santa Mariana	1 a 5	1 a 6
Santa Terezinha de Itaipu	1 a 5	1 a 6
Santana do Itararé	1 a 5	1 a 6
Santo Antônio da Platina	1 a 5	1 a 6
Santo Antônio do Paraíso	1 a 5	1 a 5
São Carlos do Ivaí	1 a 5	1 a 6
São João do Ivaí	1 a 5	1 a 6
São Jorge do Ivaí	1 a 5	1 a 6
São José das Palmeiras	1 a 5	1 a 6
São Manoel do Paraná	1 a 5	1 a 6
São Miguel do Iguaçu	1 a 5	1 a 6
São Pedro do Iguaçu	1 a 5	1 a 6
São Pedro do Ivaí	1 a 5	1 a 6
São Sebastião da Amoreira	1 a 5	1 a 6
São Tomé	1 a 5	1 a 6
Sarandi	1 a 5	1 a 6
Serranópolis do Iguaçu	1 a 5	1 a 6
Sertaneja	1 a 5	1 a 6
Sertanópolis	1 a 5	1 a 6
Siqueira Campos	1 a 5	1 a 6
Tamboara	1 a 5	1 a 6
Terra Boa	1 a 5	1 a 6
Terra Roxa	1 a 5	1 a 6
Toledo	1 a 5	1 a 6
Tomazina	1 a 5	1 a 6
Tuneiras do Oeste	1 a 5	1 a 6
Tupãssi	1 a 5	1 a 6
Ubiratã	1 a 5	1 a 6
Uraí	1 a 5	1 a 6
Vera Cruz do Oeste	1 a 5	1 a 6

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURA PARA CULTIVARES DO GRUPO II E III	
	SOLOS TIPO 2	SOLOS TIPO 3
Abatiá	1 a 6	1 a 7
Altamira do Paraná	1 a 5	1 a 5
Alto Paraná	1 a 6	1 a 7
Alto Piquiri	1 a 6	1 a 6
Alvorada do Sul	1 a 6	1 a 7
Anahy	1 a 6	1 a 6
Andirá	1 a 6	1 a 7
Ângulo	1 a 6	1 a 7
Apucarana	1 a 6	1 a 6
Arapongas	1 a 6	1 a 6
Araruna	1 a 6	1 a 6
Ariranha do Ivaí	1 a 5	1 a 5
Assaí	1 a 6	1 a 7
Assis Chateaubriand	1 a 6	1 a 6
Astorga	1 a 6	1 a 7
Atalaia	1 a 6	1 a 7
Bandeirantes	1 a 6	1 a 7
Barbosa Ferraz	1 a 6	1 a 7
Barra do Jacaré	1 a 6	1 a 7
Bela Vista do Paraíso	1 a 6	1 a 7
Boa Esperança	1 a 6	1 a 6
Bom Sucesso	1 a 6	1 a 7
Borrazópolis	1 a 6	1 a 7
Braganey	1 a 5	1 a 5
Brasilândia do Sul	1 a 6	1 a 6
Cafelândia	1 a 6	1 a 6
Califórnia	1 a 6	1 a 6
Cambará	1 a 6	1 a 7
Cambé	1 a 6	1 a 7
Cambira	1 a 6	1 a 6
Campina da Lagoa	1 a 6	1 a 6
Campo Bonito	1 a 5	1 a 5
Campo Mourão	1 a 6	1 a 6
Carlópolis	1 a 6	1 a 7
Centenário do Sul	1 a 6	1 a 7
Cianorte	1 a 6	1 a 7
Congonhinhas	1 a 5	1 a 5
Conselheiro Mairinck	1 a 6	1 a 7
Corbélia	1 a 5	1 a 5
Cornélio Procópio	1 a 6	1 a 7
Corumbataí do Sul	1 a 6	1 a 6
Cruzmaltina	1 a 6	1 a 6
Diamante d"Oeste	1 a 6	1 a 6
Doutor Camargo	1 a 6	1 a 7
Engenheiro Beltrão	1 a 6	1 a 7
Entre Rios do Oeste	1 a 6	1 a 6
Farol	1 a 6	1 a 6
Faxinal	1 a 5	1 a 5
Fênix	1 a 6	1 a 7
Floraí	1 a 6	1 a 7
Floresta	1 a 6	1 a 7
Florestópolis	1 a 6	1 a 7
Flórida	1 a 6	1 a 7
Formosa do Oeste	1 a 6	1 a 6
Foz do Iguaçu	1 a 6	1 a 6
Godoy Moreira	1 a 6	1 a 6
Goioerê	1 a 6	1 a 6
Grandes Rios	1 a 6	1 a 6
Guaíra	1 a 6	1 a 6
Guapirama	1 a 6	1 a 7
Guaraci	1 a 6	1 a 7
Ibaiti	1 a 5	1 a 5
Ibiporã	1 a 6	1 a 7
Iguaraçu	1 a 6	1 a 7
Iguatu	1 a 6	1 a 6
Indianópolis	1 a 6	1 a 7
Iracema do Oeste	1 a 6	1 a 6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Iretama	1 a 6	1 a 6
Itaipulândia	1 a 6	1 a 6
Itambaracá	1 a 6	1 a 7
Itambé	1 a 6	1 a 7
Ivaiporã	1 a 5	1 a 5
Ivatuba	1 a 6	1 a 7
Jaboti	1 a 6	1 a 7
Jacarezinho	1 a 6	1 a 7
Jaguapitã	1 a 6	1 a 7
Jandaia do Sul	1 a 6	1 a 7
Janiópolis	1 a 6	1 a 6
Japira	1 a 6	1 a 7
Japurá	1 a 6	1 a 7
Jardim Alegre	1 a 6	1 a 6
Jataizinho	1 a 6	1 a 7
Jesuítas	1 a 6	1 a 6
Joaquim Távora	1 a 6	1 a 7
Jundiaí do Sul	1 a 6	1 a 7
Juranda	1 a 6	1 a 6
Jussara	1 a 6	1 a 7
Kaloré	1 a 6	1 a 7
Laranjal	1 a 5	1 a 5
Leópolis	1 a 6	1 a 7
Lidianópolis	1 a 6	1 a 6
Lobato	1 a 6	1 a 7
Londrina	1 a 6	1 a 7
Luiziana	1 a 5	1 a 5
Lunardelli	1 a 6	1 a 7
Mamborê	1 a 5	1 a 5
Mandaguaçu	1 a 6	1 a 7
Mandaguari	1 a 6	1 a 7
Marechal Cândido Rondon	1 a 6	1 a 6
Marialva	1 a 6	1 a 7
Mariluz	1 a 6	1 a 6
Maringá	1 a 6	1 a 7
Maripá	1 a 6	1 a 6
Marumbi	1 a 6	1 a 7
Matelândia	1 a 6	1 a 6
Medianeira	1 a 6	1 a 6
Mercedes	1 a 6	1 a 6
Mirador	1 a 6	1 a 7
Miraselva	1 a 6	1 a 7
Missal	1 a 6	1 a 6
Moreira Sales	1 a 6	1 a 6
Munhoz de Melo	1 a 6	1 a 7
Nova Aliança do Ivaí	1 a 6	1 a 7
Nova América da Colina	1 a 6	1 a 7
Nova Aurora	1 a 6	1 a 6
Nova Cantu	1 a 5	1 a 5
Nova Esperança	1 a 6	1 a 7
Nova Fátima	1 a 6	1 a 7
Nova Santa Rosa	1 a 6	1 a 6
Nova Tebas	1 a 5	1 a 5
Novo Itacolomi	1 a 6	1 a 7
Ourizona	1 a 6	1 a 7
Ouro Verde do Oeste	1 a 6	1 a 6
Paiçandu	1 a 6	1 a 7
Palotina	1 a 6	1 a 6
Paraíso do Norte	1 a 6	1 a 7
Pato Bragado	1 a 6	1 a 6
Peabiru	1 a 6	1 a 7
Pitangueiras	1 a 6	1 a 7
Porecatu	1 a 6	1 a 7
Prado Ferreira	1 a 6	1 a 7
Presidente Castelo Branco	1 a 6	1 a 7
Primeiro de Maio	1 a 6	1 a 7
Quarto Centenário	1 a 6	1 a 6
Quatiguá	1 a 6	1 a 7
Quatro Pontes	1 a 6	1 a 6
Quinta do Sol	1 a 6	1 a 7
Ramilândia	1 a 6	1 a 6
Rancho Alegre	1 a 6	1 a 7
Rancho Alegre d"Oeste	1 a 6	1 a 6
Ribeirão Claro	1 a 6	1 a 7
Ribeirão do Pinhal	1 a 6	1 a 7
Rio Bom	1 a 6	1 a 6
Rio Branco do Ivaí	1 a 5	1 a 5
Rolândia	1 a 6	1 a 7
Roncador	1 a 5	1 a 5
Rosário do Ivaí	1 a 5	1 a 5
Sabáudia	1 a 6	1 a 7
Salto do Itararé	1 a 6	1 a 7
Santa Amélia	1 a 6	1 a 7
Santa Fé	1 a 6	1 a 7
Santa Helena	1 a 6	1 a 6
Santa Mariana	1 a 6	1 a 7
Santa Terezinha de Itaipu	1 a 6	1 a 6
Santana do Itararé	1 a 6	1 a 7
Santo Antônio da Platina	1 a 6	1 a 7
Santo Antônio do Paraíso	1 a 5	1 a 5
São Carlos do Ivaí	1 a 6	1 a 7
São João do Ivaí	1 a 6	1 a 7
São Jorge do Ivaí	1 a 6	1 a 7
São José das Palmeiras	1 a 6	1 a 6
São Manoel do Paraná	1 a 6	1 a 7
São Miguel do Iguaçu	1 a 6	1 a 6
São Pedro do Iguaçu	1 a 6	1 a 6
São Pedro do Ivaí	1 a 6	1 a 7
São Sebastião da Amoreira	1 a 6	1 a 7
São Tomé	1 a 6	1 a 7
Sarandi	1 a 6	1 a 7
Serranópolis do Iguaçu	1 a 6	1 a 6
Sertaneja	1 a 6	1 a 7
Sertanópolis	1 a 6	1 a 7
Siqueira Campos	1 a 6	1 a 6
Tamboara	1 a 6	1 a 7
Terra Boa	1 a 6	1 a 7
Terra Roxa	1 a 6	1 a 6
Toledo	1 a 6	1 a 6
Tomazina	1 a 6	1 a 6
Tuneiras do Oeste	1 a 6	1 a 6
Tupãssi	1 a 6	1 a 6
Ubiratã	1 a 6	1 a 6
Uraí	1 a 6	1 a 7
Vera Cruz do Oeste	1 a 6	1 a 6

PORTARIA Nº 245, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE POLÍTICA AGRÍCOLA, no uso de suas atribuições e competências estabelecidas pelo Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2016, e observado, no que couber, o contido nas Instruções Normativas nº 2, de 9 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2008, da Secretaria de Política Agrícola, e nº 18, de 12 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 13 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, resolve:

Art. 1º Aprovar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de soja no Estado do Amapá, ano-safra 2017/2018, conforme anexo.

Art. 2º Esta Portaria tem vigência específica para o ano-safra definido no art. 1º e entra em vigor na data de sua publicação.

NERI GELLER

ANEXO

1. NOTA TÉCNICA

Os elementos climáticos que mais influenciam na produção da soja são a precipitação pluvial, temperatura do ar e fotoperíodo. A disponibilidade de água é importante, principalmente, em dois períodos de desenvolvimento da cultura: germinação/emergência e floração/enchimento de grãos. Déficits hídricos expressivos, durante a floração/enchimento de grãos, provocam alterações fisiológicas na planta, como o fechamento dos estômatos e o enrolamento de folhas e, como consequência, causam a queda prematura de folhas e de flores e abortamento de vagens, resultando, em redução do rendimento de grãos.

A soja se adapta melhor a temperaturas do ar entre 20ºC e 30ºC. A temperatura ideal para seu crescimento e desenvolvimento está em torno de 30ºC. A faixa de temperatura do solo adequada para semeadura varia de 20ºC a 30ºC, sendo 25ºC a temperatura ideal para uma emergência rápida e uniforme.

O crescimento vegetativo da soja é pequeno ou nulo a temperaturas menores ou iguais a 10ºC. Temperaturas acima de 40ºC têm efeito adverso na taxa de crescimento. A floração da soja somente é induzida quando ocorrem temperaturas acima de 13ºC. A floração precoce ocorre, principalmente, em decorrência de temperaturas mais altas, podendo acarretar diminuição na altura de planta. A soja, sendo basicamente uma planta de dias curtos é influenciada pelas condições fotoperiódicas próprias de cada latitude, especialmente na duração do período de emergência à floração.

Objetivou-se, com o zoneamento agrícola de risco climático, identificar os municípios aptos e os períodos de plantio com menor risco climático para o cultivo da soja no Estado.

Essa identificação foi realizada com base em um modelo de balanço hídrico da cultura.

O balanço hídrico foi estimado com o uso das seguintes variáveis:

a) precipitação pluvial e temperaturas máxima e mínima diárias - utilizadas séries históricas com um mínimo de 15 anos e de até 30 anos de registros de 139 estações pluviométricas disponíveis;

b) evapotranspiração potencial - estimada pelo método de Hargreaves e Samani calibrado para as condições brasileiras nas 139 estações climatológicas disponíveis;

c) fase fenológica da cultura - para efeito de simulação foram consideradas as fases de germinação/emergência, crescimento/desenvolvimento, floração/enchimento de grãos e maturação fisiológica.

d) coeficiente de cultura - utilizados dados obtidos experimentalmente e disponibilizados através da literatura reconhecida pela comunidade científica; e

e) disponibilidade máxima de água no solo - estimada em função da profundidade efetiva das raízes e da capacidade de água disponível dos solos. Consideraram-se os solos Tipo 1, 2 e 3, com capacidade de armazenamento de água de 35, 55 e 75 mm, respectivamente.

O balanço hídrico foi calculado diariamente e os resultados foram integrados para períodos decendiais. Consideraram-se os valores do Índice de Satisfação de Necessidade de Água - ISNA (expresso pela relação entre evapotranspiração real e evapotranspiração potencial da cultura - ETr/ETc) por data de semeadura, fase fenológica e localização geográfica das estações pluviométricas e climáticas utilizadas.

Para efeitos de quantificação do risco, foram consideradas as fases de emergência/estabelecimento da cultura e de floração/enchimento de grãos.

O resultado final é a indicação dos municípios que apresentaram ISNA maior ou igual a 0,60, em no mínimo 80% dos anos avaliados e em pelo menos 20% do seu território, considerando as áreas destacadas acima.

3. TABELA DE PERÍODOS DE SEMEADURA

Períodos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 28	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30
Meses	Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		

Períodos	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Maio			Junho			Julho			Agosto		

Períodos	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Datas	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31	1º a 10	11 a 20	21 a 30	1º a 10	11 a 20	21 a 31
Meses	Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		

4. CULTIVARES INDICADAS

Macrorregião 5

GRUPO I

EMBRAPA: BRS 7980; BRS 8381 e BRS 8280RR;

FTS SEMENTES S/A: FTR 3178 IPRO, FTS 2178, FTS Jaciara RR, FTS CAMPO NOVO RR, FTS BALSAS RR, FTS AVANTE RR, FTS ATHENA RR, FTS GALANTE RR, FTS GRACIOSA RR, FTS MASTER RR, FTS TRIUNFO RR, FTR 4179 IPRO, FTR 3180 IPRO, FTR 4180 IPRO, FTR 4280 IPRO, FTR 2182 IPRO, FTR 4182 IPRO, FTR 1186 IPRO e FTR 4183 IPRO.

GRUPO II

EMBRAPA: BRS Raimunda; BRS Tracajá, BRS 314[Gabriela]; BRS 8780; BRS Pérola; BRS 9180IPRO; BRS 9280RR; BRS 9383IPRO e BRS 33RR;

FTS SEMENTES S/A: FTS 4188, FTS URUÇUÍ RR, FTR DIAMANTINO RR, FTS PARAGOMINAS RR, FTS VISTA ALEGRE RR, FTR 1192 IPRO, FTR 3190 IPRO e FTR 4288 IPRO.

Com base nas informações prestadas pelos obtentores/mantenedores, não há cultivar indicada para o Estado com enquadramento no grupo III.

NOTAS:

1.Informações específicas sobre as cultivares indicadas devem ser obtidas junto aos respectivos obtentores/mantenedores.

2.Devem ser utilizadas, no plantio, sementes produzidas em conformidade com a legislação brasileira sobre sementes e mudas (Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e Decreto nº 5.153, de 23 de agosto de 2004).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.As macrorregiões sojícolas estão especificadas na Instrução Normativa nº 1, de 2 de fevereiro de 2012, da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 7 de fevereiro de 2012.

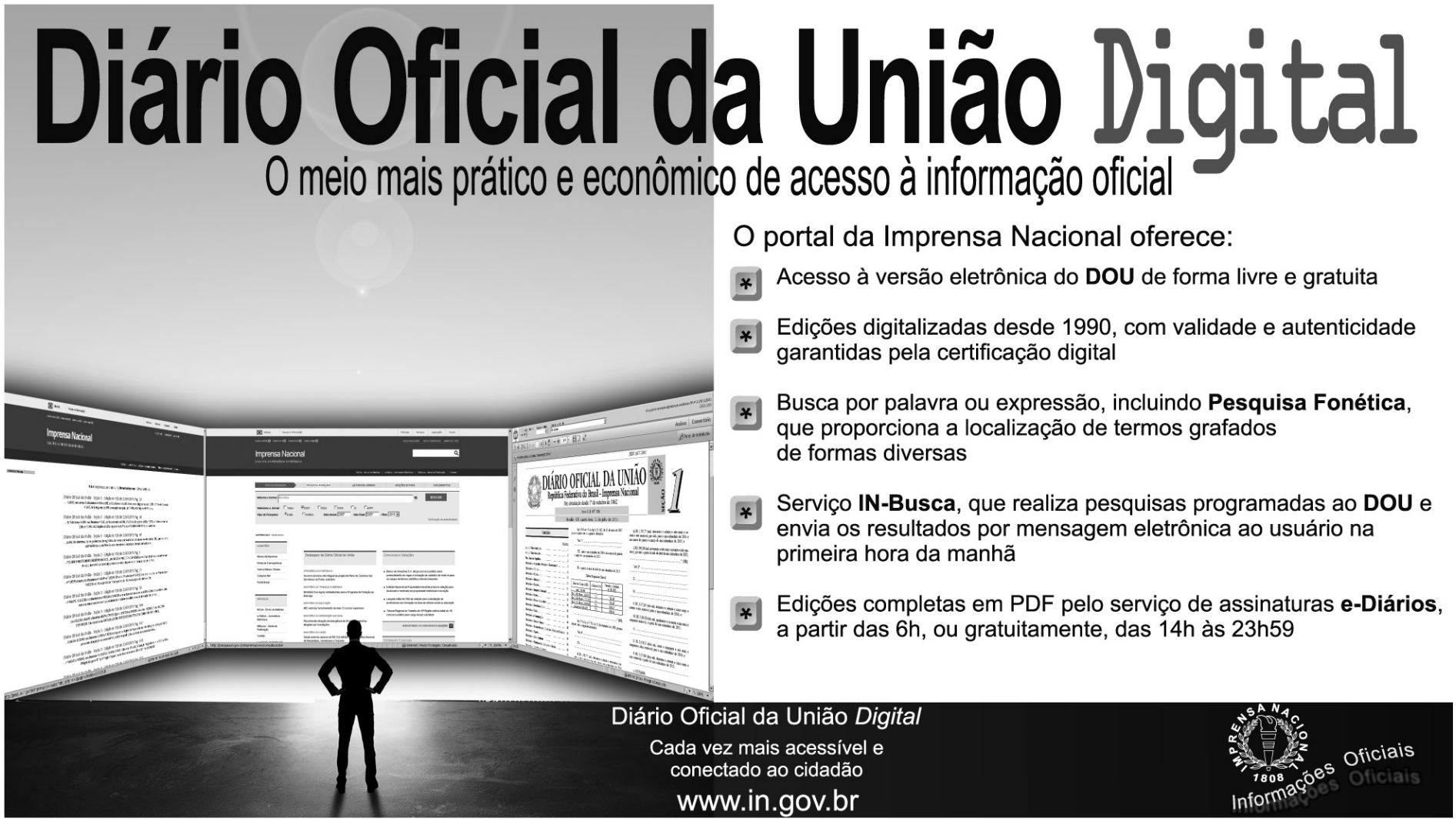
4.Os períodos de semeadura indicados na relação abaixo devem ser adotados em conjunto com boas práticas agrícolas e objetivos conservacionistas, exemplos: integração lavoura pecuária (ILP) e plantio direto consolidado com rotação de culturas, essas práticas são primordiais para o manejo de solo e água, contribuindo substancialmente para a redução de riscos de deficiência hídrica na agricultura.

5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA

MUNIC ÍP I OS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Amapá	10 a 16	10 a 16	10 a 17		17	18	17		
Calçoene	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18				19
Cutias	10 a 15	10 a 16	10 a 16	16	17	17			18
Ferreira Gomes	10 a 16	10 a 17	10 a 18	17				18	
Itaubal	10 a 15	10 a 16	10 a 16	16		17		17	18
Laranjal do Jari	10 a 17	10 a 18	10 a 19				18		
Macapá	10 a 15	10 a 16	10 a 16	16	17	17			18
Mazagão	10 a 16	10 a 17	10 a 17	17		18		18	
Oiapoque	10 a 17	10 a 17	10 a 18		18				19
Pedra Branca do Amapari	10 a 17	10 a 18	10 a 19				18		
Porto Grande	10 a 16	10 a 17	10 a 18	17				18	
Pracuúba	10 a 16	10 a 17	10 a 18	17	18				
Santana	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17				18
Serra do Navio	10 a 17	10 a 18	10 a 18			19	18		
Tartarugalzinho	10 a 16	10 a 16	10 a 17		17	18	17		
Vitória do Jari	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16				17	18

MUNIC Í P IOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Amapá	10 a 15	10 a 15	10 a 16		16		16		17
Calçoene	10 a 16	10 a 16	10 a 17		17				18
Cutias	10 a 14	10 a 15	10 a 15	15	16	16			17
Ferreira Gomes	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17				
Itaubal	10 a 14	10 a 15	10 a 15	15		16		16	17
Laranjal do Jari	10 a 16	10 a 17	10 a 18				17		
Macapá	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16				17
Mazagão	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16				17	
Oiapoque	10 a 16	10 a 17	10 a 17						18
Pedra Branca do Amapari	10 a 16	10 a 17	10 a 18				17		
Porto Grande	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16				17	
Pracuúba	10 a 15	10 a 16	10 a 17	16	17				
Santana	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16	17	16		
Serra do Navio	10 a 16	10 a 17	10 a 18				17		
Tartarugalzinho	10 a 15	10 a 15	10 a 16		16	17	16		
Vitória do Jari	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15				16	17

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	RISCO DE 20%			RISCO DE 30%			RISCO DE 40%		
	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3	SOLO 1	SOLO 2	SOLO 3
Amapá	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15				16
Calçoene	10 a 15	10 a 15	10 a 16		16				17 + 28
Cutias	10 a 13	10 a 14	10 a 14	14		15		15	
Ferreira Gomes	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16				28
Itaubal	10 a 13	10 a 14	10 a 14	14		15		15	
Laranjal do Jari	10 a 15	10 a 16	10 a 17				16	17	
Macapá	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14	15				16
Mazagão	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15				16	
Oiapoque	10 a 15	10 a 16	10 a 16					27 a 28	17 + 27 a 28
Pedra Branca do Amapari	10 a 15	10 a 16	10 a 17			28	16 + 28	17 + 28	
Porto Grande	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15				16 + 28	28
Pracuúba	10 a 14	10 a 15	10 a 16	15	16				
Santana	10 a 14	10 a 14	10 a 15		15	16	15		
Serra do Navio	10 a 15	10 a 16	10 a 17		28	28	16 + 28	17	18
Tartarugalzinho	10 a 14	10 a 15	10 a 15			16	15		
Vitória do Jari	10 a 13	10 a 14	10 a 15	14	15				16



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 6.147/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e na Portaria nº 6.738, de 21 de dezembro de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar TELEVISÃO PONTA PORÃ LTDA. a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, com utilização de tecnologia digital no Município de Laguna Carapã, Estado do Mato Grosso do Sul, por meio do canal 31 (trinta e um), visando a retransmissão dos seus próprios sinais, por recepção via satélite.

Art. 2º Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, e autorizar o funcionamento em caráter provisório, condicionado à autorização para uso da radiofrequência, nos termos do Processo nº 01250.050020/2017-07 e da Nota Técnica nº 22153/2017/SEI-MCTIC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO Nº 246/2017

PROCESSO 53520.000233/2016-75. Interessados: Sul Americana Serviços de Telecomunicações, Telefônica Brasil S.A. ACOLHER o pedido de Desistência da presente Reclamação Administrativa, formulado pelas partes no bojo das correspondências SEI nº 1171662 e nº 1738317; ARQUIVAR o Processo nº 53520.000233/2016-75, nos termos do previsto no art. 53, do Regimento Interno da Agência; NOTIFICAR as partes do teor do presente Despacho.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

DESPACHO DECISÓRIO Nº 247/2017

PROCESSO 53500.002809/2014-13. Interessados: Falkland Tecnologia em Telecomunicações S.A, Tim Celular S.A. ARQUIVAR o processo nº 53500.002809/2014-13, com base no art. 53 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013; DETERMINAR o envio de Memorando à Superintendência de Controle de Obrigação - SCO para análise quanto à instauração de PADO, nos termos do art. 158, IV, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013; NOTIFICAR as partes do teor do presente Despacho.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

DESPACHO DECISÓRIO Nº 270/2017

PROCESSO 53504.005404/2016-51. Interessados: Falkland Tecnologia em Telecomunicações S.A, Telefônica Brasil S.A. ACOLHER o pedido de Desistência da presente Reclamação Administrativa, formulado pelas partes no bojo da correspondência SEI nº 1691341; ARQUIVAR o Processo nº 53504.005404/2016-51, nos termos do previsto no art. 53, do Regimento Interno da Agência; NOTIFICAR as partes do teor do presente Despacho.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

DESPACHO DECISÓRIO Nº 271/2017

PROCESSO 53524.003471/2016-01. Interessados: Ligue Telecomunicações Ltda, Telefônica Brasil S.A. ACOLHER o pedido de Desistência da presente Reclamação Administrativa, formulado pelas partes no bojo das correspondências SEI nº 1751958 e nº 1825420; ARQUIVAR o Processo nº 53524.003471/2016-01, nos termos do previsto no art. 53, do Regimento Interno da Agência; NOTIFICAR as partes do teor do presente Despacho.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

DESPACHO DECISÓRIO Nº 299/2017

PROCESSO 53504.003361/2016-79. Interessados: Telefônica Brasil S.A., GT Group Intenational Brasil Telecomunicações Ltda. ACOLHER o pedido de Desistência da presente Reclamação Administrativa, formulado pelas partes no bojo da correspondência SEI nº 1810942; ARQUIVAR o Processo nº 53504.003361/2016-79, nos termos do previsto no art. 53, do Regimento Interno da Agência; NOTIFICAR as partes do teor do presente Despacho.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATOS DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 14.676 Outorga autorização para uso de radiofrequências à SST ENGENHARIA LTDA, CNPJ 14.309.248/0001-43, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 14.677 Expede autorização à REDE MOTOTAXI INTEGRACAO LTDA - ME, CNPJ 07.135.457/0001-52, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 14.678 Expede autorização à FLAUMER REZENDE EVENCIO, CNPJ 22.904.721/0001-69, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 14.679 Expede autorização à JOAO EMILIO ROCHETO, CPF 01690616806, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 14.680 Expede autorização à HUGO FERREIRA DE QUEIROZ PEREIRA, CPF 03635246654, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 14.681 Expede autorização à BELGO BEKAERT ARAMES LTDA, CNPJ 61074506000130, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 14.682 Expede autorização à JULIO CESAR SOARES UMBELINO, CNPJ 19747778000197, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 14.683 Expede autorização à METROPOLITAN GARDEN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA, CNPJ 12259957000136, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 14.684 Outorga autorização para uso de radiofrequências ao CONDOMINIO DO SHOPPING DEL REY, CNPJ 65.161.515/0001-19 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 14.685 Outorga autorização para uso de radiofrequências à CEMIG DISTRIBUICAO S.A, CNPJ 06.981.180/0001-16 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 14.686 Outorga autorização para uso de radiofrequências a FIDELYS SEGURANÇA PRIVADA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ 08819936000150 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 14.687 Outorga autorização para uso de radiofrequências à ARCELORMITTAL BIOFLORESTAS LTDA, CNPJ 13163645000600 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 14.695 Outorga autorização para uso de radiofrequências à ENERGISA SOLUÇÕES S.A, CNPJ 07115880000190, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 14.700, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida à RUMO LOGISTICA OPERADORA MULTIMODAL S.A., por meio do Ato n° 10066, de 12/12/2014, para ELEVAÇÕES PORTUÁRIAS S.A., CNPJ nº 25.278.404/0001-72, bem como a outorga de autorização de uso de radiofrequência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 14.719, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Expede autorização à TIM CELULAR S.A, CNPJ nº 04.206.050/0001-80 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à (ao):

Nº 14.741 - COMANDO FOX SEGURANÇA E SERVIÇOS SS LTDA - ME, CNPJ nº 12.429.490/0001-25;
Nº 14.756 - AB CONCESSÕES S.A, CNPJ nº 15.019.317/0001-47;

Nº 14.761 - DULCINI S/A, CNPJ nº 01.062.529/0001-00
Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao):

Nº 14.752 - CAMPO DOS SONHOS EMPREENDIMENTOS TURISTICOS E CULTURAIS - EIRELI - EPP, CNPJ nº 01.924.724/0001-94;

Nº 14.764 - VIVANTE S.A, CNPJ nº 02.386.450/0001-90

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 14.713, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Expede autorização à NORDESTE FLORESTAL E AGRÍCOLA S/A, CNPJ nº 76.683.192/0001-40 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

ATO Nº 14.729, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) SUPERINTENDENCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRANSITO, CNPJ nº 13.366.927/0001-91 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 14.768, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Outorga autorização de uso de radiofrequência ao SIND EMP C VEND LOC ADM IMOV ED EM COND RES E COM DE PE, CNPJ: 24.566.663/0001-36, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 14.757, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a Embaixada da República do Paraguai a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, durante visita do Senhor Horacio Cartes, Presidente da República do Paraguai, nas cidades de Brasília/DF, Goiânia/GO e São Paulo/SP, no período de 20/12/2017 a 21/12/2017.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 12851, de 06/10/2017, publicada no DOU de 24/10/2017, Seção 1, página 52, retifica-se o que segue:

Na tabela do Art. 1º, onde se lê: "Santos/SP." Leia-se: "Guarujá/SP."

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.704/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária, ocorrida em 7 de dezembro de 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01250.013097/2017-98

Requerente: Universidade Federal de Lavras

CQB: 0145/01

Endereço: Campus Universitário, Caixa Postal 3037, Lavras/MG

Assunto: Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Unidade Operativa: Laboratório de Fisiologia Molecular de Plantas

Extrato Prévio: 5528/2017, publicado em 24/3/17

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB, concluiu pelo seu DEFERIMENTO. A Universidade Federal de Lavras solicitou à CTNBio incluir no CQB 0145/01 o Laboratório de Fisiologia Molecular de Plantas, vinculado ao Departamento de Biologia da Universidade Federal de Lavras (MG), para realizar pesquisa em regime de contenção com OGM (plantas e microrganismos) da Classe de Risco 1 com finalidade agrícola. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que os OGMs e derivados devem ser utilizados na unidade operativa apenas para os fins propostos. Assim sendo e atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana e animal. No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Solicitações de maiores informações deverão ser encaminhadas, via Serviço de Informação ao Cidadão - SIC, através do portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações: www.mctic.gov.br.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº5.705/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 07 de dezembro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.057013/2017-28

Requerente: Universidade Federal de Goiás / UFG

CQB: 037/97

Endereço: Universidade Federal de Goiás, ICB2, Campus 2, Sala 206. CEP 74001-970- Goiânia-GO.

Assunto: Solicitação de Parecer para extensão de CQB para áreas com nível de biossegurança NB1.

Extrato Prévio: 5813/2017, publicado no DOU em 27 de setembro de 2017.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para inclusão de áreas com nível de Biossegurança NB1 para execução de atividades com organismos geneticamente modificados da classe de risco I de risco biológico, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Universidade Federal de Goiás, Dra. Célia Maria Almeida Soares, solicita parecer técnico da CTNBio para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição para áreas denominadas Laboratório de Neurofarmacologia do Instituto de Ciências Biológicas da UFG com nível de biossegurança NB1. As instalações estão localizadas no endereço: Laboratório de Neurofarmacologia, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Goiás. Avenida Esperança s/n, Campus Samambaia, Prédio ICB II, Sala 231. Goiânia - Goiás - Brasil. CEP 74690-900. O pesquisador responsável pela solicitação será o Dr. Mauro Cunha Xavier Pinto e este declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.706/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 07 de dezembro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.058008/2017-32

CQB: 029/97

Requerente: Instituto de Química - Universidade de São Paulo/USP.

Assunto: Solicitação de Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) para instalações com nível de biossegurança NB-1

Extrato Prévio: 5831/2017, publicado no DOU em 08 de novembro de 2017.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para as instalações da instituição com nível de biossegurança NB-1, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Diretor do Instituto de Química da Universidade de São Paulo, Dr. Luiz Henrique Catalani, solicita parecer técnico da CTNBio para Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) para instalações com nível de biossegurança NB-1 para execução das atividades de pesquisa em regime de contenção e ensino com organismos geneticamente modificados das Classes de risco 1 em instalações com nível de biossegurança NB-1. Os organismos a serem manipulados nas instalações da instituição são linhagens comerciais de células: ARPE-19, LLC-MK2, Caco-2, U87-MG, BBMEC da classe de risco 1. As instalações a serem credenciadas são denominadas Laboratórios de Pigmentos de Flores Fluorescentes, situ a Av. Prof. Lineu Prestes, 748, sala 461. Butantan, São Paulo, e está sob a responsabilidade do Dr. Erick Leite Bastos. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para a operação e a qualificação da equipe de técnicos envolvida na atividade, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.707/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 07 de dezembro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.065695/2017-42

CQB: 255/08

Requerente: Amyris Brasil Ltda

Assunto: Solicitação de Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) para instalações com nível de biossegurança NBGE-1

Extrato Prévio: 5852/2017, publicado no DOU em 08 de novembro de 2017.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para as instalações da instituição com nível de biossegurança NBGE-1, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da CIBio da Amyris Brasil Ltda, Dr. Eduardo Loosli, solicita parecer técnico da CTNBio para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para incluir área de 104,10 m², que corresponde à área onde está localizado o Evaporador da unidade operativa da Amyris em Brotas com nível de biossegurança em grande escala 1 - NBGE1, localizada no endereço: Fazenda Paraíso Bioenergia. Rodovia Brotas/Torrinha, s/n, km 7,5 - Zona Rural. CEP 17380-000 - Brotas - SP, Brasil, cujas finalidades são: pesquisa em regime de contenção, uso comercial, transporte, avaliação de produto, descarte, ensino, armazenamento, produção industrial, manipulação, importação e exportação de derivado de leveduras inativadas de Saccharomyces cerevisiae geneticamente modificada e seus produtos. A instituição declara que as instalações contam com equipamentos úteis em nível de biossegurança adequado às atividades propostas. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.708/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 07 de dezembro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.013413/2017-21

Requerente: Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas - FCM/Unicamp

CQB: 072/98

Endereço: Rua Cinco de Junho, 350, FCM 15, Campinas, SP. CEP: 13083-877.

Assunto: Solicitação de parecer para projeto de pesquisa com OGM da classe de risco 2 em área com Certificado de Qualidade em Biossegurança com nível de biossegurança NB-2 para trabalhos.

Extrato Prévio: nº 5553/17, publicado no DOU em 08 de maio de 2017.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer técnico para atividades de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco 2 em áreas com Certificado de Qualidade em Biossegurança com nível de biossegurança NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas - FCM/Unicamp, Dr. Aníbal Eugênio Vercesi, solicita à CTNBio parecer técnico para execução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da class de risco 2 em área com nível de biossegurança 2. A área a ser utilizada na execução do projeto são de nominadas NB-1: Laboratório de Bioenergética (NB-1) e Laboratório de Cultura de Células (NB-2) devidamente credenciadas para atividades de pesquisa em regime de contensão e ensino com organismos geneticamente modificados da classe de risco 1 e 2. O projeto que será executado nessas instalações é denominado: "Regulação da homeostase intracelular de Cálcio em tripanossomatídeos". O responsável pelas instalações será o Dr. Aníbal Eugênio Vercesi e este declara que possui as condições de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir os riscos associados às atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.709/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 07 de dezembro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.047879/2017-21

Requerente: Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

CQB:0069/98

Endereço:Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas, Rua Monteiro Lobato, n. 255, Cidade Universitária "Zaferino Vaz", Campinas - SP,

Assunto:Solicitação de parecer para execução de projeto de pesquisa com OGM da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2.

Extrato Prévio nº:5809/17 publicadono DOU de 10 de outubrode 2017.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas, Dra. José Luiz Proença Modena, solicita parecer da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança para execução de projeto de pesquisa com OGM da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2. As instalações a serem utilizadas são denominadas Laboratório de Imunoparasitologia do Departamento de Genética, Evolução e Bioagentes do Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas. O projeto a ser executado nestas instalações é denominado: "Avaliação funcional da proteína ligante de ácidos graxos tipo 4 (FABP4) e modulação via PPARgama na infecção por Leishmania amazonenses". O responsável técnico pelas instalações será o Dr. Danilo Cicone Miguel e este declara que as instalações possuem equipamentos e pessoal técnico qualificado para gerir com segurança as atividades propostas no projeto. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.711/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 07 de dezembro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.055808/2017-00

Requerente: Universidade de Brasília / UnB

CQB: 034/97

Endereço: Departamento de Biologia Celular, Bloco K, térreo - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte - Distrito Federal - 70.910-900.

Assunto: Solicitação de Parecer para execução de projeto de pesquisa com Organismo geneticamente modificado da classe de risco 2.

Extrato Prévio: 5778/2017, publicado no DOU em 08 de março de 2017.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação do pedido de parecer para execução de projeto de pesquisa com Organismo geneticamente modificado da classe de risco 2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Dr. Vicente de Paulo Martins, presidente da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio da instituição, solicitou parecer técnico da CTNBio para execução projeto de pesquisa com organismos geneticamente modificados da Classe de risco 2. O organismo a serem manipulados são linhagens geneticamente modificadas de Cryptococcus neoformans. O título do projeto de pesquisa a ser executado é: "A ruptura gênica sistemática em C. neoformans feita pela substituição, por recombinação, dos genes nativos por uma construção genética (CnACT1-NATR-CnTRP1)". As instalações a serem utilizadas são as do Laboratório de Biologia Molecular do departamento do Biologia Celular, sob a responsabilidade da Dra. Ildinete Silva Pereira. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para as instalações e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização das atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.714/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 207ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 09 de novembro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01250.048069/2017-91

Requerente: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

CQB: 423/2016

Endereço Rua Sarmento Leite, nº 245, 7º andar, sala 714, Prédio 3, Centro Histórico, Porto Alegre/RS.

Assunto: Solicitação de extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para inclusão de áreas com nível de Biossegurança NB1 para execução de atividades com organismos geneticamente modificados da classe de risco 1.

Extrato Prévio: 5786/2017, publicado no DOU em 27 de setembro de 2017.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para inclusão de áreas com nível de Biossegurança NB1 para execução de atividades com organismos geneticamente modificados da classe de risco I de risco biológico, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Dra. Jenifer Saffi, Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, solicita parecer para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para inclusão de áreas com nível de Biossegurança NB1 para execução de atividades com organismos geneticamente modificados da classe de risco 1. As atividades a serem desenvolvidas pela instituição são: Pesquisa em regime de contenção, ensino e armazenamento com organismos geneticamente modificados da classe de risco I. Os organismos a serem manipulados são linhagens comerciais da bactéria Escherichia coli contendo gene humanos. As instalações a serem credenciadas são denominadas de Laboratório de Citogenética, situ a Rua Sarmento Leite, nº 245, 4º andar, sala 404, Prédio principal, Centro Histórico, Porto Alegre/RS. O responsável técnico pelas instalações será o Dr. Paulo Ricardo Gazzola Zen e este declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.715/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 207ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 09 de novembro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.010080/2017-89

Requerente: Centro de pesquisa René Rachou - Fundação Oswaldo Cruz/CPqRR-Fiocruz

CQB: 157/02

Endereço: Gerência de Biossegurança - Avenida Augusto de Lima, 1715. Barro Preto, Belo Horizonte - MG. CEP: 30190-002.

Assunto: Solicitação de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com OGM"s da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2.

Extrato Prévio nº: 5536/17 publicado no DOU de 29 de março de 2017.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A responsável legal do Centro de pesquisa René Rachou - Fundação Oswaldo Cruz/CPqRR-Fiocruz, Dra. Zélia Maria Profeta da Luz, solicita à CTNBio parecer técnico para realização de projeto de pesquisa com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico. O projeto a ser executado é denominado: "GoldLeish: Triagem de complexos de ouro (Au) na busca por metalofármacos com a atividade antileishmania". Os organismos a serem testados são linhagens de Leishmania sp. geneticamente modificadas. O pesquisador responsável pelo projeto será o Dr. Rubens Lima do Monte Neto e este declara que possui as condições de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir os riscos associados às atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.716/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 03 de outubro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01250.034916/2017-31

Requerente: Biotério Central da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

CQB: 393/13

Endereço: Av. Dr. Arnaldo, 455 - Cerqueira César - CEP: 01246-903. São Paulo- SP.

Assunto: Solicitação de extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança 1.

Extrato Prévio nº: 5728/17 publicado no DOU de 02 de agosto de 2017.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para extensão de Certificado de Qualidade em para instalações com nível de biossegurança NB-1, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Dr. Christian Albert Merkel, Presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Biotério Central da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), solicita parecer para extensão do Certificado de Qualidade em biossegurança para inclusão de novas áreas no CQB da empresa para execução de atividades com OGM da classe de risco 1. As áreas a serem incluídas no CQB da instituição são denominadas: Salas de experimentação (Salas 1,2,3 e apoio) do Centro de Bioterismo da Diretoria Técnica de apoio ao Ensino e à Pesquisa da Faculdade de medicina da Universidade de São Paulo, localizadas no Piso Térreo do Biotério Central da DTA-pEP da Faculdade de Medicina USP Av. Dr. Arnaldo, 455- Cerqueira César - CEP: 01246-903, São Paulo- SP. O responsável técnico pelas instalações declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.717/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 03 de outubro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.010742/2017-11

Requerente: Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FHRP.

CQB: 297/10

Endereço: Rua Tenente Catão Roxo, 2501. Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto/SP, CEP 14051-140.

Assunto: Solicitação de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com OGM"s da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2

.Extrato Prévio nº: 5534/17 publicado no DOU de 29 de março de 2017.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FHRP, Dra. Simone Kashima Haddad, solicita a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança parecer técnico para execução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos da classe II de risco biológico. Os organismos a serem manipulados são: linhagens celulares humanas transformadas com vetores Lentivirais comerciais com genes humanos. O projeto a ser executado denomina-se: "Desenvolvimento e caracterização de nanopartículas de PLGA funcionalizadas com folato contendo paclitaxel para a otimização da terapia do câncer de ovário". A pesquisadora responsável será a Dra. Virgínia Picanço e Castro e esta declara que a instituição possui todas as condições técnicas para conduzir com segurança as atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.719/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 03 de outubro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.031681/2017-25

Requerente: Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos - Fundação Oswaldo Cruz.

CQB: 110/99

Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2

Extrato Prévio: 5726/17 publicado em 02 de agosto de 2017.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do processo de pedido de Parecer Técnico referente à Solicitação de Parecer para projeto, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O Sr. Adriano da Silva Campos, Presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos - Bio-Manguinhos - da Fundação Oswaldo Cruz, solicita parecer para inclusão de novo organismo em projeto aprovado para execução pela CTNBio envolvendo de OGM da classe de risco 2 em instalações com nível de biossegurança NB-2. O título do projeto a ser executado é: "Expressão Heteróloga das Proteínas de Envelope E1 e E2 do Vírus Chikungunya Utilizando Diferentes Sistemas", previamente aprovado pela CTNBio através do parecer técnico 5130/2016 e o organismo a ser incluído são linhagens comerciais de Agrobacterium tumefaciens contendo genes do capsídeo do Vírus Chikungunya. As áreas onde serão executadas as atividades são denominadas está instalado o laboratório são denominadas Laboratório de Tecnologia Recombinante (LATER) da Vice-Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico (VDTEC), localizadas no Pavilhão Rocha Lima. O responsável técnico pelas instalações declara que e este declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.720/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 07 de dezembro 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.015987/2017-34

Requerente: Laboratório Biovet S/A.

CQB: 311/10

Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2

Extrato Prévio: 5550/17

Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Segurança e eficácia de vacina inativada experimental contra a mastite em vacas e novilhas causada por Staphylococcus aureus e Escherichia coli". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.721/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 03 de outubro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.036137/2017-70

Requerente: Instituto Butantan.

CQB: 39/98.

Endereço: Avenida Vital Brasil, 1500 CEP: 05503-900 - São Paulo/SP.

Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de atividade de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco II.

Extrato Prévio: 5730/2017, publicado no DOU em 02 de agosto de 2017.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer técnico para execução de atividade de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco II em instalações com nível de biossegurança NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Dra. Aryene Góes Trezena, presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Butantan, solicita à CTNBio parecer técnico para execução de atividade de pesquisa em regime de contenção com Organismo Geneticamente Modificado da classe de risco II. O projeto a ser desenvolvido denomina-se: "Vacinas bivalentes contra a gripe e a infecção por Streptococcus pneumoniae" O organismo a ser manipulado é o Vírus da Influenza tipo A contendo genes de Discosoma sp. e Streptococcus pneumoniae, sob a responsabilidade da pesquisadora: Dra. Eliane Namie Miyajie serão manipuladas nas instalações do Laboratório Bacteriologia - unidade 2. A pesquisador responsável declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.722/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 03 de outubro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.036142/2017-82

Requerente: Instituto Butantan.

CQB: 39/98.

Endereço: Avenida Vital Brasil, 1500 CEP: 05503-900 - São Paulo/SP.

Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de atividade de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco II.

Extrato Prévio: 5731/2017, publicado no DOU em 02 de agosto de 2017.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer técnico para execução de atividade de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco II em instalações com nível de biossegurança NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Dra. Aryene Góes Trezena, presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Butantan, solicita à CTNBio parecer técnico para execução de atividade de pesquisa em regime de contenção com Organismo Geneticamente Modificado da classe de risco II. O projeto a ser desenvolvido denomina-se: "Caracterização da resposta imunológica à vacina contra influenza H7N9 usando como adjuvantes a flagelina ou uma emulsão de óleo em água" O organismo a ser manipulado é o Vírus da Influenza tipo A contendo genes de Discosoma sp., sob a responsabilidade da pesquisadora: Dra. Alessandra Soares Schanoski e serão manipuladas nas instalações do Laboratório Bacteriologia - Unidade 2 e Laboratório de Imunologia Viral. A pesquisador responsável declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.723/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 03 de outubro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.041748/2017-30

Requerente: Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FHRP.

CQB: 297/10

Endereço: Rua Tenente Catão Roxo, 2501. Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto/SP, CEP 14051-140.

Assunto: Solicitação de parecer para execução de projeto com organismos da classe de risco 2.

Extrato Prévio nº: 5734/2017 publicado no DOU de 02 de agosto de 2017.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FHRP, Dra. Simone Kashima Haddad, solicita a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança parecer técnico para execução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos da classe II de risco biológico. Os organismos a serem manipulados são: linhagens celulares humanas transformadas com vetores Lentivirais com gene da luciferase. O projeto a ser executado denomina-se: "Modificação de Células com o Gene da Luciferase para Estudos in vivo". A pesquisadora responsável será a Dra. Virginia Picanço e Castro e esta declara que a instituição possui todas as condições técnicas para conduzir com segurança as atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.724/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 07 de dezembro 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.043801/2017-37

Requerente: Instituto de Ciências Biomédicas/USP

CQB: 046/98

Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2

Extrato Prévio: 5760/17

Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Direcionamento de antígenos recombinantes para células dendríticas in vivo: uma nova estratégia para o desenvolvimento de vacinas". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.725/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 07 de dezembro 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.061670/2017-70

Requerente: Embrapa Suínos e Aves

CQB: 041/98

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-3
Extrato Prévio: 5833/17
Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto NB-3 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-3, assim denominado: "Obtenção de proteínas estruturais do vírus da Doença de Newcastle". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.726/2016

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 208ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 07 de dezembro 2017, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.016264/2017-52
Requerente: Laboratório Biovet S/A.
CQB: 311/10
Assunto: Solicitação de Parecer para Importação
Extrato Prévio: 5551/17
Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a importação de Importação de Staphylococcus aureus Sa15981; Staphylococcus aureus V329; Escherichia coli MN081., classificada pela requerente como pertencente à classe 2 de risco biológico para pesquisa em regime de contenção. A solicitação foi enviada contendo as informações concernentes à biossegurança.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares sobre o processo acima listado deverão ser solicitadas via SIC (Serviço de Informação ao Cidadão).

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.727/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 05 de outubro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01250.043154/2017-63
Requerente: Escola Paulista de Medicina- Universidade Federal de São Paulo/ UNIFESP
CQB: 028/97
Endereço: Rua Botucatu, 862 - (Prédio do CEDEME) 1º andar, Vila Clementino - São Paulo - SP. CEP: 04023-06.
Assunto: Solicitação de parecer para projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em áreas com Nível de Biossegurança NB-2.
Extrato Prévio nº: 5735/2017 publicado no DOU de 02 de agosto de 2017.
Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidente da CIBio da Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo, Dra. Giselle Zenker Justo, solicita à CTNBio parecer técnico para projeto de pesquisa com organismo geneticamente modificado da classe de risco 2 em áreas com Nível de Biossegurança NB-2. O projeto a ser executado denomina-se: "Desenvolvimento de um modelo de terapia gênica para angioedema hereditário baseado na edição do gene KLKBI pelo sistema CRISPR-Cas9" e será executado nas instalações do Laboratório de Cultura Celular da Disciplina de Nefrologia sob a responsabilidade do Dr. João Bosco Pesquero. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para a execução do projeto, bem como a declaração formal dos responsáveis assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização dos projetos propostos. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.728/2017

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 206ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 05 de outubro de 2017, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.049406/2017-68
Requerente: Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FHRP.
CQB: 297/10
Endereço: Rua Tenente Catão Roxo, 2501. Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto/SP, CEP 14051-140.
Assunto: Solicitação de parecer para execução de projeto com organismos da classe de risco 2.
Extrato Prévio nº: 5752/2017 publicado no DOU de 14 de setembro de 2017.
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados da classe II de risco biológico em instalações credenciadas com nível de biossegurança NB-2, conclui pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FHRP, Dra. Virgínia Picanço e Castro, solicita a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança parecer técnico para execução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos da classe II de risco biológico. Os organismos a serem manipulados são: linhagens celulares humanas transformadas com vetores Lentivirais comerciais com genes humanos. O projeto a ser executado denomina-se: "Adaptação para cultivo em suspensão e meio de cultura livre de soro fetal bovino da linhagem celular HEK-293T para produção em larga escala de vetores lentivirais". A pesquisadora responsável será a Dra. Amanda Mizukami, e esta declara que a instituição possui todas as condições técnicas para conduzir com segurança as atividades propostas. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende plenamente às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

ATO Nº 4, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O Chefe do Departamento de Logística da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos no uso das atribuições que lhe confere a Portaria/PRESI-95/2017, torna público o Edital, o Regulamento Interno de Armazém Geral, o Memorial Descritivo de Armazém Geral e a Tarifa Remuneratória de Armazém Geral.

EDITAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, com sede à Quadra SBN Quadra 1, Bloco A CJ 03 - Asa Norte - Brasília - Distrito Federal, 53.5.0000030-5, pelo processo nº 00-2017/249006-5, de 11/08/2017, deferido por Decisão Singular de 08/12/2017, arquivado como "Documento de Armazéns Gerais" sob o nº 00003126357, de 08/12/2017, requer Carta de Matrícula de Armazém Geral para a unidade armazenadora localizada à Rua AFONSO CAVALCANTI, 22 7º ANDAR, PAV. A - Cidade Nova - Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, NIRE 33.9.0142983-7, nos termos do art. 1º do Decreto Federal nº 1.102, de 21.11.1903, c/c art. 1º da IN/DREI nº 17, de 05.12.2013, razão pela qual se faz saber o Regulamento Interno, o Memorial Descritivo das características da(s) unidade(s) armazenadora(s) e as Tarifas Remuneratórias, conforme cópias que a este acompanham.

REGULAMENTO INTERNO DE ARMAZÉM GERAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS com filial unidade armazenadora na Rua Afonso Cavalcanti, 22 - 7º andar, pavimento A, Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ 20.211-987. Nome Fantasia CLI Cidade Nova. NIRE 33901429837 JUCERJA. CNPJ: 34.028.316/9257-86. ESTABELECE as normas que regerão sua atividade de Armazenamento de Mercadorias da seguinte forma: Art. 1º. Serão recebidas em depósito, mercadorias gerais e secas, nacionais e/ou nacionalizadas, excluindo as mercadorias estrangeiras e as mercadorias de natureza agropecuária, perigosa, inflamável ou que necessite de precaução especial. Art. 2º. Recusas de mercadoria: Por falta de espaço; mercadorias de fácil deterioração; se as mercadorias vierem a prejudicar outras já armazenadas e se não vierem acompanhadas da documentação fiscal exigida em lei. Art. 3º. O armazém responderá nos exatos termos do Art.11 do Decreto Federal 1102/1903. Condições Gerais: Os seguros e as emissões de títulos serão regidos pelo Decreto Federal 1102/1903; o pessoal auxiliar, obrigações, horário de funcionamento e casos omissos serão observados pelo uso, costumes e praxe comercial de acordo com a lei vigente.

MEMORIAL DESCRITIVO DE ARMAZÉM GERAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS com filial unidade armazenadora na Rua Afonso Cavalcanti, 22 - 7º andar, pavimento A, Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ 20.211-987. Nome Fantasia CLI Cidade Nova. NIRE 33901429837 JUCERJA. CNPJ: 34.028.316/9257-86. Capital social: R$ 2.070.231.254,11 (filial não possui capital social destacado). Capacidade 1.172,36 m². Comodidade atende as necessidades de armazenagem, carga e descarga. Apresenta todas as condições de atendimento ao trabalho e higiene. Segurança área devidamente segregada (cercada), monitorada e preparada para pátio e armazenagem, controlada e monitorada por meio de câmeras estrategicamente posicionadas. Natureza das Mercadorias que se Propõe Receber em Depósito: mercadorias gerais e secas, nacionais e/ou nacionalizadas, excluindo as mercadorias estrangeiras e as mercadorias de natureza agropecuária, perigosa, inflamável ou que necessite de precaução especial. Equipamentos: paleteira elétrica, empilhadeira retrátil elétrica, balança eletrônica, máquina paletizadora e paleteira mecânica. Operações de serviço: armazenagem de posição palete e armazenagem de carga blocada no piso.

TARIFA REMUNERATÓRIA DE ARMAZÉM GERAL

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS com filial unidade armazenadora na Rua Afonso Cavalcanti, 22 - 7º andar, pavimento A, Cidade Nova - Rio de Janeiro - RJ 20.211-987, nome Fantasia CLI Cidade Nova, NIRE 33901429837 JUCERJA, CNPJ: 34.028.316/9257-86. ESTABELECE as tarifas remuneratórias da atividade de Armazenamento de Mercadorias da seguinte forma: Armazenagem mensal de posição palete no valor de R$ 150 mínimo de 100 posições palete; Armazenagem de carga blocada no piso no valor de R$ 120 por m² mínimo de mínimo de 1000m².

WILLYAN AKIRA MATSUBARA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO Nº 2.063/SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A SECRETÁRIA DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 76, inciso XVII, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo nº 01250.015114/2017-21, resolve:

Aprovar o disposto na Nota Técnica nº 28536/2017/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão para não conhecer e negar provimento ao recurso formulado pela RÁDIO E TV ARAUCÁRIA LTDA.

VANDA JUGURTHA BONNA NOGUEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 6.943, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53563.001002/2013	Associação Comunitária Maria Dos Santos De Castro	RADCOM	Canguaretama	RN	Multa	1.028,10	Art. 40, XV e XIX, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 6943, de 12/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIAS DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta no processo abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.005356/2014	Associação Movimento Comunitário Radio Itamaracá Fm	RADCOM	Ipaussu	SP	Multa	913,86	Art. 40, XIX, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 139, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53504.003095/2014	Associação Comunitária De Desenvolvimento Cultural E Artístico De Orlândia	RADCOM	Orlândia	SP	Multa	2.741,59	Art. 40, XVII e XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 330, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53532.002562/2014	Associação Comunitária Rádio Líder De Abreu E Lima	RADCOM	Abreu e Lima	PE	Multa	571,16	Art. 40, inciso XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 2047, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53545.000482/2014	Associação De Rádio Comunitária Cristo Rei - ARCREI	RADCOM	Várzea Grande	MT	Multa	1.713,49	Art. 40, inciso XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 2053, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53560.006392/2014	Centro Comunitário De Radiodifusão De Santa Quitéria	RADCOM	Santa Quitéria	CE	Multa	571,16	Art. 40, inciso XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 2076, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53545.001032/2014	Associacão Princesa De Rádio Comunitária - ASPRAC	RADCOM	Juruena	MT	Multa	571,16	Art. 40, inciso XV, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 3158, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53545.000604/2014	Associação Cultural Comunitária Dos Pioneiros De Campos De Júlio	RADCOM	Campos de Júlio	MT	Multa	571,16	Art. 40, inciso XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 6933, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53520.003118/2014	Associação Rádio Comunitária Imbuiense - ARCI	RADCOM	Imbuia	SC	Multa	571,16	Art. 40, inciso XXII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 6944, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53560.005564/2014	Rádio Comunitária Bom Jesus Fm	RADCOM	Bom Jesus	PI	Multa	248,78	Art. 40, inciso XIX, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 7055, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 858/2008

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.037036/2014	Associação Comunitária De Itapirapuã	RADCOM	Itapirapuã	GO	Multa	1.599,26	Art. 11 da Lei n° 9.612/2005	Portaria DECEF n° 7069, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada a penalidade de advertência, em função de processo administrativo instaurado pela Anatel, nos termos do Convênio celebrado entre o Ministério das Comunicações e Anatel em 08/08/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53504.008310/2014	Associação Comunitária Cultural De Monte Aprazível	RADCOM	Monte Aprazível	SP	Advertência	Art. 40, XVII, do Decreto n° 2.615/1998.	Portaria DECEF n° 299, de 14/12/2017	Portaria MC n° 112/2013

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias de 07 de dezembro de 2017, do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, publicada no D.O.U de 15 de dezembro de 2017, seção 1, página 6, última tabela, onde se lê: Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de em multa, Leia-se: Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de advertência.

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 6.634/SEI, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.052677/2012-31, resolve:

Art. 1º Consignar à TV MAR LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Peruíbe/SP, o canal 34 (trinta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 590 a 596 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA PETRI DUARTE

PORTARIA Nº 6.877/SEI, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.005661/2017-07, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de PIEDADE/SP, o canal 27 (vinte e sete), correspondente à faixa de frequência de 548 a 554 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANGELA PETRI DUARTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 7.082/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº53000.018874/2012-21, resolve:

Art. 1º Consignar à SUL BRASIL - RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de GUARATUBA/PR, o canal 15 (quinze), correspondente à faixa de frequência de 476 a 482 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3ºA execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 7.083/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº53000.025730/2009-26, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO BOAS NOVAS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário na localidade de PORTO ALEGRE/RS, o canal 40 (quarenta), correspondente à faixa de frequência de 626 a 632 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

PORTARIA Nº 7.189/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº53000.061242/2012-88, resolve:

Art. 1º Consignar ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PANTANAL S/C LTDA., autorizatário do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de PONTA GROSSA/PR, o canal 46 (quarenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 662 a 668 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º . 3ºA execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 1.298/SEI, DE 11 DE AGOSTO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.047177/2017-47, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO PRINCESA MONTE AZUL LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de MONTE AZUL PAULISTA/SP, utilizando o canal n.º 219 (duzentos e dezenove), classe B2, nos termos da Nota Técnica n.º 17985/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.907/SEI, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.005919/2013-89, resolve:

Aprovar a alteração das características técnicas da estação de onda média da RÁDIO PRESIDENTE VENCESLAU LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de PRESIDENTE VENCESLAU, estado de São Paulo, utilizando a frequência 610 kHz, classe C, nos termos da Nota Técnica nº 26076/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.974/SEI, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.055080/2017-16, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO EMISSORA FANDANGO LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de CACHOEIRA DO SUL/RS, utilizando o canal n.º 208 (duzentos e oito), classe A4, nos termos da Nota Técnica n.º 27288/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.990/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso II, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no Processo n.º 01250.011564/2016-64, resolve:

Art. 1º Autorizar a alteração de local do estúdio principal da RÁDIO MELODIA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, utilizando o canal 248 (duzentos e quarenta e oito), classe E1, em conformidade com a descrição abaixo:

ESTÚDIO PRINCIPAL
Endereço: Rua Teresa nº 608 sala 129 - Centro - Petrópolis/RJ - CEP 25618-025

Art. 2º. Fica excluído o equipamento transmissor auxiliar modelo FM10000 M/E de fabricação da Lys Eletronic Ltda.

Art. 3º. Este Despacho entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.028/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.068787/2017-84, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da SOCIEDADE RÁDIO AM FRONTEIRA LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Corumbá-MS, utilizando o canal n.º 295 (duzentos e noventa e cinco), classe B2, nos termos da Nota Técnica n.º 28065/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.043/SEI, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.059435/2017-38, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO CULTURAL SENHOR BOM JESUS DOS REMÉDIOS, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Afogados da Ingazeira-PE, utilizando o canal n.º285 (duzentos e oitenta e cinco), classe C, nos termos da Nota Técnica n.º 28326/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 2.053/SEI, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.006994/2017-45, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO CATURITÉ LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Campina Grande/PB, utilizando o canal n.º 281 (duzentos e oitenta e um), classe A3, nos termos da Nota Técnica n.º 28489/2017/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DESPACHO Nº 444, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 173, de 29 de junho de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, decide:

Art. 1º Credenciar o projeto CONSTRUÇÃO - CINEMAIS ALTAMIRA - SHOPPING SERRA DOURADA apresentado pela empresa CINEMAIS CINEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.868.869/0001-40, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à construção do complexo CINEMAIS ALTAMIRA - SHOPPING SERRA DOURADA, localizado à AVENIDA NOVA ALTAMIRA Nº 1851, BELA VISTA, CEP: 68.378-329, ALTAMIRA, PA.

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA TRINDADE MACHADO

DESPACHO Nº 448, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 173, de 29 de junho de 2017, e considerando o disposto na Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012, decide:

Art. 1º Credenciar o projeto Quanta DGT - Lumière apresentado pela empresa DGT SERVIÇOS DE MONITORAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.691.691/0001-94, com vistas à sua habilitação ao Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica - RECINE, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Instrução Normativa ANCINE nº 103, de 26 de junho de 2012, enquadrando-o na categoria AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS PARA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO EM SALAS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA.

Art. 2º O objeto do projeto credenciado refere-se à locação de equipamentod audiovisuais para as empresas listadas a seguir:

1 - Empresa: Lumière Empresa Cinematográfica Eireli ME, Complexo cinematográfico LUMIERE BANANA SHOPPING localizado à AVENIDA ARAGUAIA, 376, QUADRA 39 LOTE 02E - BANANA SHOPPING, CENTRO, CEP 74.030-100 - GOIÂNIA, GO;

2 - Empresa: Lumière Empresa Cinematográfica Eireli ME, Complexo cinematográfico LUMIERE LUZIÂNIA SHOPPING localizado à RUA OPHIR JOSÉ BRAZ, S/N, ÁREA ESPECIAL CENTRAL I, LOJA 326, PISO 3 - LUZIÂNIA SHOPPING, CEP 72.800-150 - LUZIÂNIA, GO;

3 - Empresa: Empresa de Cinemas Majestic Eireli - ME, Complexo cinematográfico LUMIERE ARAGUAIA SHOPPING localizado à RUA 44 Nº399, SALA 01 A 05, CENTRO, CEP: 74.063-010 - GOIÂNIA, GO;

4 - Empresa: Empresa de Cinemas Majestic Eireli - ME, Complexo cinematográfico LUMIERE CATALÃO localizado à RUA JOCELIM GOMES PIRES , N 2300, LOJA 23 A 28 - NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, CEP 75.709-140 - CATALÃO, GO;

5 - Empresa: Lumière Empresa Cinematográfica Eireli ME, Complexo cinematográfico LUMIERE PORTAL SUL localizado à RUA INDEPENDÊNCIA, N 195, QUADRA 39A, LOTE ÁREA 02, LOJA 03 - JARDIM LISBOA, CEP 74.357-015 - GOIÂNIA, GO;

Art. 3º Será de inteira responsabilidade da empresa credenciada a adoção de todas as medidas necessárias à habilitação do projeto junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos termos da Instrução Normativa nº 1.446 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, de 17 de fevereiro de 2014.

Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA TRINDADE MACHADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO Nº 145, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Autorizar a alteração de agência bancária e publicar as contas de captação do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

14-0019 O SHOW DA LUNA (2ª TEMPORADA)

Processo: 01580.043516/2013-51

Proponente: PG - PRODUÇÕES DE CINEMA E VÍDEO E TV LTDA.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 01.161.933/0001-23

Valor total aprovado: R$ 3.093.662,50

Valor aprovado no Art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.588.979,38

Banco: 001- agência: 6998-1 conta corrente: 8169-8

Valor aprovado no Art. Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 350.000,00

Banco: 001- agência: 6998-1 conta corrente: 8168-X

Prazo de captação: 31/12/2017.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

16-0243 NÔMADES - O FILME

Processo: 01580.005346/2016-59

Proponente: FINA FLOR PRODUTORA DE FILMES LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 10.358.078/0001-36

Valor total aprovado: R$ 460.000,00

Valor aprovado no Art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 140.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 46937-8

Valor aprovado no Art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 437.000,00 para R$ 297.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 43347-0

Prazo de captação: até 31/12/2017.

Art. 3º Aprovar a análise complementar do projeto audiovisual, para qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

15-0591- VIAJANTES DO BOSQUE ENCANTADO

Processo: 01580.070688/2015-69

Proponente: BURITI FILMES LTDA

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 02.238.621/0001-33

Valor total aprovado: de R$ 7.331.026,57 para R$ 11.380.000,00

Valor aprovado no art. 1ºA da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00

Banco: 001- agência: 1201-7 conta corrente: 41024-1

Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 0,00

Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 3.000.000,00

Banco: 001- agência: 1201-7 conta corrente: 42991-0

Prazo de captação: 31/12/2019

Art. 4º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual relacionado abaixo.

17-0456 - de "SOLANGE" para "GUERRA DA TAPIOCA"

Processo: 01416.023227/2017-61

Proponente: TARDO FILMES.

Cidade/UF: Fortaleza / CE

CNPJ: 16.894.643/0001-66

Art. 5º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

MARCIAL RENATO DE CAMPOS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA N° 767, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016, o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, e o art. 1º, §9º da Instrução Normativa nº 4, de 30 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº 4, de 30 de março de 2017, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e do inciso III do Art. 51 da Instrução Normativa MinC nº 4/2017, conforme anexo II.

Art. 3º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 4º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do Art. 59 da Instrução Normativa MinC nº 04/2017, aos proponentes relacionados no anexo referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 59 da referida Instrução Normativa.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
12-4623	A Arte Brasileira Invade Moscou	Clayton Benedito da Silva	057.402.498-05	O presente projeto prevê a realização de exposição na cidade de São Paulo, dos artistas brasileiros: Lima Júnior e Clayton Silva, no contexto da arte da pintura contemporânea brasileira. Prevê também a exposição em Moscou, na Rússia, de forma a difundir a arte brasileira no leste europeu, sendo um propagador de nossa cultura naquela região.	R$ 283.998,00	R$ 93.850,00
09-5511	Vitrine Cultural	Magma - Cultura, Turismo e Eventos Ltda.	06.126.184/0001-17	Um caminhão que abre seu baú e se transforma em palco, leva o encantamento do teatro para comunidades carentes que não têm acesso a este produto cultural. Serão 14 cidades abrangidas pelo projeto que viaja do Sul ao Nordeste do país, promovendo cultura através de espetáculos teatrais gratuitos.	R$ 378.230,00	R$ 358.200,00

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUÍDO AO FNC
12-8568	Arte Itinerante em 3D	Pacatu Cultura, Educação e Aviação LTDA-ME	72.783.608/0001-40	Produzir uma inovadora peça de teatro, itinerante e gratuita, destinada ao público infanto-juvenil. A temporada será de 4 meses, somando 192 apresentações distribuídas por 8 cidades, desconcentrando, dessa maneira, a cultura dos principais polos urbanos e estimulando a difusão das artes cênicas. A peça será apresentada em um caminhão de grande porte e utilizará tecnologia 3D, unindo duas linguagens e mostrando a evolução da cultura digital no nosso país	R$ 867.079,00	R$ 330.000,00	R$ 314.622,47
13-4086	Estrada da Cultura	Pacatu Cultura, Educação e Aviação LTDA-ME	72.783.608/0001-40	Apresentar um espetáculo teatral gratuito e itinerante pelas estradas do Brasil, destinado a caminhoneiros e carreteiros. Os estacionamentos de grandes postos de abastecimento de combustível se transformarão em espaços culturais para receber 96 apresentações teatrais durante 4 meses. O teatro realmente chegará a pessoas que, geralmente, não têm contato com esse tipo de atividade cultural.	R$ 838.618,00	R$ 838.618,00	R$ 838.618,00
06-5638	Restauração do Paço da Associação Comercial da Bahia Fase I - Projetos e Obras Emergenciais	Associação Comercial da Bahia	15.231.210/0001-68	Restauração completa do Paço do Comércio, edifício sede da Associação Comercial da Bahia.	R$ 3.523.489,20	R$ 1.452.400,00	R$ 1.239,729,39

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

10-11258	Mário Lago homem do século XX - folias do lago	Ação Social Luz da Manhã	07.418.506/0001-64	Fazer 2000 CDS com marchinhas de autoria de Mário lago que são sucesso até hoje. As músicas serão interpretadas pelo bloco carnavalesco Cordão do Boitatá. Serão realizados dois shows (Rio de Janeiro e Minas Gerais). Os CDS serão vendidos a R$ 25,00 e os ingressos dos shows de lançamento serão R$ 30,00 a inteira e R$ 15,00 a meia entrada.	R$ 306.930,00	R$ 174.000,00	R$ 174.000,00
13-11021	Trio Independente Léo Santana e Parangolé - Carnaval Salvador 2014	Salvador Produções Artísticas e Entretenimentos Ltda.	13.157.376/0001-56	Viabilizar o desfile de um trio independente, sem cordas de proteção, que percorrerá as ruas de Salvador durante o carnaval baiano e será comandado por Léo Santana e banda Parangolé. O desfile ocorrerá na quinta-feira, dia 27 de fevereiro, no circuito Barra Ondina e será 100% gratuito, não havendo nenhum tipo de comercialização do acesso.	R$ 286.900,00	R$ 260.000,00	R$ 260.000,00
10-11786	Voca People - Tour Brasil	BSB Agencia de Produção de Eventos Ltda.	09.534.120/0001-43	Espetáculo internacional teatral, musical, motivacional, interativo e de entretenimento familiar. A presente proposta busca viabilizar a tour brasileira do grupo Voca People no Brasil em 2011, com apresentações em São Paulo, Brasília, Porto Alegre e Recife entre os dias 19 de maio à 12 de junho perfazendo um total de 25 shows.	R$ 3.278.370,90	R$ 760.000,00	R$ 760.000,00
11-3122	Palcos Populares de Artes Cênicas	Associação de Preservação da Cultura Mato-Grossense	08.608.798/0001-60	A proposta consiste em realizar o projeto "Palcos Populares de Artes Cênicas" com 20 apresentações itinerantes de dança, teatro e circo em bairros da cidade de Lucas do Rio Verde, no estado de Mato Grosso.	R$ 184.450,00	R$ 117.435,23	R$ 117.435,23

PORTARIA Nº 768, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

177259 - Artes Cênicas e Música Instrumental no Natal Caçador 2017
CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE CACADOR
CNPJ/CPF: 83.059.733/0001-29
Cidade: Caçador - SC;
Valor Reduzido: R$ 41.706,00
Valor total atual: R$ 371.742,00

172266 - Desfile da Acadêmicos do Grande Rio 2018
G.R.E.S. Acadêmicos do Grande Rio
CNPJ/CPF: 32.001.117/0001-86
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 18.810,00
Valor total atual: R$ 2.515.490,00

176552 - Diverte Teatro Viajante - 4ª edição
Brasil Entretenimento Infantil Representação Eireli
CNPJ/CPF: 12.424.091/0001-71
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 83.200,00
Valor total atual: R$ 1.564.819,20

176997 - FUERZA BRUTA - LOOK UP!
T4F ENTRETENIMENTO S.A.
CNPJ/CPF: 02.860.694/0001-62
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 202.423,45
Valor total atual: R$ 3.359.583,96

177214 - Natal em Paranaguá
PARNAXX LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.568.738/0001-03
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 5.347,50
Valor total atual: R$ 688.913,00

177065 - PLANO ANUAL 2018 DRAGÃO DO MAR
INSTITUTO DRAGAO DO MAR
CNPJ/CPF: 02.455.125/0001-31
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Reduzido: R$ 56.000,00
Valor total atual: R$ 4.244.335,39

177257 - Risorama
PARNAXX LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.568.738/0001-03
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 18.760,00
Valor total atual: R$ 2.912.558,00

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

177428 - Filarmônica Antoninense Plano Anual 2018
FILARMÔNICA ANTONINENSE
CNPJ/CPF: 77.056.109/0001-75
Cidade: Antonina - PR;
Valor Reduzido: R$ 4.690,00
Valor total atual: R$ 572.359,56

175787 - MÚSICA PARA TODOS 2018
SOCIEDADE CULTURA ARTISTICA
CNPJ/CPF: 82.901.638/0001-68
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Reduzido: R$ 115.847,36
Valor total atual: R$ 325.653,02

177144 - Plano anual 2018 Instituto Moinho Cultural
INSTITUTO MOINHO CULTURAL SUL-AMERICANO
CNPJ/CPF: 05.420.357/0001-42
Cidade: Corumbá - MS;
Valor Reduzido: R$ 129.712,69
Valor total atual: R$ 3.266.501,69

176510 - Plano Anual de Atividades da Santa Marcelina Cultura 2018
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
CNPJ/CPF: 10.462.524/0001-58
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 554.864,50
Valor total atual: R$ 19.602.655,06

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

176111 - 11. FestFoto - Festival Internacional de Fotografia de Porto Alegre
Brasil Imagem Serviços Fotográficos Ltda.
CNPJ/CPF: 03.640.289/0001-00
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 1.935,00
Valor total atual: R$ 462.426,30

171675 - 11ª Bienal de Artes Visuais do Mercosul
Fundação Bienal de Artes Visuais do Mercosul
CNPJ/CPF: 01.546.913/0001-70
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 3.613.680,75
Valor total atual: R$ 4.885.330,22

177480 - Basquiat (nome provisório) - Itinerância
Art Unlimited SP Produções Artisticas e Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 08.262.392/0001-79
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 2.573.315,52
Valor total atual: R$ 6.010.982,73

177212 - SORRISO PARA TODOS
MIX COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA
CNPJ/CPF: 01.274.447/0001-11
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 307.400,11
Valor total atual: R$ 2.003.305,08

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

177439 - 15ª FEIRA DO LIVRO DE JOINVILLE
INSTITUTO DA CULTURA E EDUCACAO
CNPJ/CPF: 07.229.473/0001-04
Cidade: Joinville - SC;
Valor Reduzido: R$ 36.250,00
Valor total atual: R$ 753.183,64

172100 - AFROETNICA FLINK SAMPA
Faculdade Zumbi dos Palmares
CNPJ/CPF: 14.050.274/0001-08
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 56.550,00
Valor total atual: R$ 1.350.022,50

177347 - Arte, Moda e Sustentabilidade
Flavio Enninger EPP - Usina Projetos Culturais
CNPJ/CPF: 18.981.045/0001-50
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 43.500,00
Valor total atual: R$ 425.683,75

176575 - Estante de Histórias
VR SERVIÇOS CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 10.910.211/0001-15
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Reduzido: R$ 23.212,80
Valor total atual: R$ 827.763,30

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)

172430 - Plano Anual 2018 da Pinacoteca de São Paulo
Associação Pinacoteca Arte e Cultura – APAC
CNPJ/CPF: 96.290.846/0001-82
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 873,57
Valor total atual: R$ 16.084.372,00

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)

177248 - Ava Rocha
GUTORUOCCO PRODUCOES CULTURAIS EIRELI – EPP
CNPJ/CPF: 05.778.530/0001-89
Cidade: Mococa - SP;
Valor Reduzido: R$ 2.460,00
Valor total atual em: R$ 118.172,25

177125 - Reveillon na Paulista 2018
PLAYTIME APRESENTACOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 20.994.434/0001-61
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 528.044,62
Valor total atual em: R$ 5.586.208,38

PORTARIA Nº 769, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

179498 - Danças e coreografias CTG Carreteiros de Horizonte
CTG Carreteiros de Horizonte
CNPJ/CPF: 89.921.274/0001-27
Processo: 01400034898201726
Cidade: Horizontina - RS;
Valor Aprovado: R$ 233.415,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Serão 8 apresentações de grupos de danças e coreografias do CTG Carreteiros de Horizonte (Centro de Tradições Gauchas) sendo realizadas mensalmente uma apresentação, cada grupo tem a sua diferenciação de idade, coreografias e músicas, contribuindo para manter o folclore gaúcho.

179336 - "CIRCO AMARILLO - Espetáculo CLAKE"
AMARILLO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 23.714.945/0001-70
Processo: 01400034658201721
Cidade: Cotia - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.984.114,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "CIRCO AMARILLO - Espetáculo Clake" é um espetáculo circense itinerante,atividades artísticas e lúdicas para todas as idades.

179113 - 12 letras em cena
RONE PERCY TRAVAGGIN
CNPJ/CPF: 216.829.838-62
Processo: 01400034362201719
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.940,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto consiste na publicação de 3.000 exemplares que compõem a segunda tiragem dos livros "Dulcinéia&Teobaldo" e "Catherine" do escritor Rone Percy Travaggin e de 12 sessões de leitura dramática da obra. Esse projeto surgiu do interesse do autor em fomentar a leitura e efetuar a inclusão social através da leitura dramática.

179351 - 1º Rodeio Artístico da cidade de Taquara
CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS O FOGAO GAUCHO
CNPJ/CPF: 88.276.860/0001-01
Processo: 01400034676201711
Cidade: Taquara - RS;
Valor Aprovado: R$ 284.695,90
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O objeto da presente propostaé realizar o PrimeiroRodeio Artístico e Cultural da cidade de Taquara, no Rio Grande do Sul, nos termos da LEI Nº 13.364, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2016, tendo como conteúdo concursos de danças tradicionais gaúchas realizadas em grupo e de forma individual, contendo, ademais, apresentação de grupos folclóricos, concursos de declamação, orquestra, e espetáculos musicais.

178300 - 200 Anos do Grande Reinado de Itapecerica
Associação do Reinado do Rosario de Itapecerica
CNPJ/CPF: 18.765.057/0001-47
Processo: 01400033234201740
Cidade: Itapecerica - MG;
Valor Aprovado: R$ 158.686,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto visa a comemoração de 200 anos e a preservação da manifestação popular de valor cultural do Congado na cidade de Itapecerica - MG, através da Associação do Reinado do Rosário de Itapecerica, compreendendo 6 dias de festa com encenações, rituais, musicalidade, dança, devoção, a um público de aproximadamente 4 mil pessoas, de todas as faixas etária e gratuitamente.

178931 - 32º RODEIO CRIOULO INTERNACIONAL DE VACARIA- cultura e tradição
CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS PORTEIRA DO RIO GRANDE
CNPJ/CPF: 88.675.434/0001-32
Processo: 01400034116201759
Cidade: Vacaria - RS;
Valor Aprovado: R$ 869.420,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Rodeio Crioulo Internacional de Vacaria, maior evento tradicionalista da América Latina, chega a sua 32ª edição. Assim, visando fomentar este patrimônio cultural baseado na tradição e folclore do Estado do Rio Grande do sul, sua realização estará destacando as lides campeiras, usos e costumes do gaúcho, através de concursos artísticos, shows musicais e desfile temático, valorizando a cultura gaúcha.

179239 - 3ª Weihnachtsfest - Festa de Natal Pomerode - SC
Fundação Cultural de Pomerode
CNPJ/CPF: 79.363.511/0001-28
Processo: 01400034541201748
Cidade: Pomerode - SC;
Valor Aprovado: R$ 421.753,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar a 3ª Weihnachtsfest - Festa de Natal com intuito apoiar, valorizar e difundir as manifestações culturais fortalecendo o resgate das tradições europeias, trazidas pelos imigrantes durante o processo de colonização. Serão realizadas ações culturais como: desfiles de lanternas , Mercado de Natal - Feira de Artesanato, apresentações de danças folclóricas, grupos de cordas, grupos instrumentais e canto-coral.

178880 - 40ª FEARG 2018
ASSOCIACAO DAS MICROS PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS DO RG
CNPJ/CPF: 92.003.227/0001-09
Processo: 01400034016201722
Cidade: Rio Grande - RS;
Valor Aprovado: R$ 919.209,49
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto prevê 05 espetáculos de DANÇA, 03 espetáculos de TEATRO, 03 shows de Stand Up e 06 shows de MÚSICA INSTRUMENTAL durante a FEARG 2018, de acesso gratuito ao público em geral, valorizando os grupos e artistas locais e regionais, bem como aspectos culturais do Rio Grande do Sul, e fomentando a cultura gaúcha, sem deixar de valorizar outras diferentes manifestações culturais.

179039 - 40º Rodeio de Campo Bom
Centro de Tradições Gaúchas Campo Verde
CNPJ/CPF: 88.873.559/0001-77
Processo: 01400034271201775
Cidade: Campo Bom - RS;
Valor Aprovado: R$ 911.958,55
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O 40º Rodeio do CTG Campo Verde acontece durante 10 dias, em Campo Bom, no Parque do Trabalhador. Além de resgatar e fortalecer os valores da cultura gaúcha, o evento abre espaço para diversas ações culturais através da realização de concursos de Danças Tradicionais Mirim, Tradicionais Pré-Mirim, Tradicionais Juvenil, Tradicionais Veterana, Tradicionais Adulta; Das Declamações Mirim Prenda, Mirim Peão, Juvenil Prenda, Juvenil Peão, Prenda Adulta, Peão Adulta; Das Chulas Mirim, Juvenil, Adulta; Dos Intérpretes Vocal Prenda Mirim, Vocal Peão Mirim, Vocal Prenda Juvenil, Vocal Peão Juvenil, Vocal Prenda Adulta, Vocal Peão Adulto; Das Trovas Mi Maior de Gavetão, Estilo Gildo de Freitas e Martelo para que as pessoas se identifiquem com suas raízes. Realizaremos 2 shows com músicos do nosso folclore local. A Formação de Plateia atenderá mil crianças da rede pública do município para demonstrar as danças tradicionais da cultura gaúcha que acontecerá nos espaços do parque do Rodeio.

179274 - 44º Festival de Inverno de Itabira
Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade
CNPJ/CPF: 21.611.579/0001-07
Processo: 01400034582201734
Cidade: Itabira - MG;
Valor Aprovado: R$ 476.191,31
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Festival de Inverno de Itabira traz, em sua história, a marca de ser ininterrupto por 43 edições. Realizado sempre no mês de julho, é um evento já aguardadopelo públicoao longo desses anos. É realizado na cidade de Itabira/MG, terra natal de Carlos Drummond de Andrade. E evento tornou-se de grandeimportância, uma vez que promove a mobilização cultural, viabiliza a circulação da produção artística e a formação artístico-cultural, valoriza a diversidade e possibilita o intercâmbio doscostumes, consolidando a identidade do evento e mantendo a tradição deste que é um dos mais antigos festivais de inverno do Brasil. Desta forma, para complementar as suas atividades, busca, por meio dessa proposta, viabilizar os eventos:04 espetáculos de artes cênicas (incluindo 02 infantis),01 espetáculo de dança,02 eventos literários, 02 eventos de música erudita e instrumental, 02 exposições de artes e 10 oficinas de artes cênicas (sendo 04 em bairros periféricos e 02 nos distritos).

179119 - A COMÉDIA DOS DEFUNTOS SEM COVA
Heloisa Helena Duarte Vargas
CNPJ/CPF: 315.098.006-20
Processo: 01400034369201722
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 170.925,72
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto "A Comédia dos defuntos Sem Cova" prevê a remontagem do espetáculo e apresentações em Belo Horizonte e no interior (Pará de minas, Nova Lima e Betim).

179494 - A Condessa de Marsay
DEROSA - PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 19.175.966/0001-98
Processo: 01400034889201735
Cidade: Mairinque - SP;
Valor Aprovado: R$ 165.620,70
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A Condessa de Marsay é um espetáculo teatral inédito do gênero drama, ambientado no final do século XIX e conta uma história sobre o amor. A protagonista sofre as dores de um amor não correspondido que se tornou uma grande desilusão. A trama desenvolve-se trazendo elementos como o sentimento de rejeição, o ciúme, a paixão, a loucura e o desejo de vingança.

179326 - A Energia que traz a Alegria - O Carnaval
Vilma Cristina da Silva Militao
CNPJ/CPF: 808.187.228-00
Processo: 01400034642201719
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 96.456,60
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Curso é sobre o conhecimento dos critérios básicos de julgamento dos Desfiles das Escolas de Samba e Blocos Carnavalesco da cidade de São Paulo. Divididos nos seguintes módulos: Visual (Enredo, Fantasia e Alegoria); Dança (Comissão de Frente, Evolução e Mestre-Sala e Porta-Bandeira) e Música (Harmonia, Samba-Enredo e Bateria)

179519 - A Esperança Vive Numa Caixa de Chicletes Ping Pong da Infância
NISKA PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.386.956/0001-24
Processo: 01400034932201762
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 951.279,30
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: "A Esperança Vive Numa Caixa de Chicletes Ping Pong da Infância" é um espetáculo teatral, com texto inédito de Clarice Niskier, sendo este texto uma costura dramatúrgica, um cordel, um rap, que reúne letras de músicas do cantor e compositor maranhense Zeca Baleiro.

178643 - A FOLIA DOS BONECOS GIGANTES
OMF SERVIÇOS E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 23.748.348/0001-67
Processo: 01400033693201723
Cidade: Olinda - PE;
Valor Aprovado: R$ 749.595,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A proposta trata da realização do Projeto "A Folia dos Bonecos Gigantes", que pretende estimular o intercâmbio cultural entre produtores e artístas do Nordeste, levando, a cultura da confecção, produção e manipulação dos Bonecos Gigantes, vindos de Pernambucos, durante quatro dias de evento à cidade de Patos na Paraíba. Faremos um grande festival com 03 espetáculos de dança de rítmos diversificados, junto a 01 apresentação de orquestra popular de frevo, com cultura e entretenimento, além de uma exposição de artes visuais, oficinas de confecção, manipulação e desfile dos históricos bonecos gigantes vindos da cidade de Olinda, estado de Pernambuco, para 10 mil pessoas por dia, totalizando 40 mil pessoas. O acesso será gratuito ao público em geral.

179391 - A GOTA
MARK ADRIAN BROMILOW
CNPJ/CPF: 234.612.368-45
Processo: 01400034727201705
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 198.315,71
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: "A Gota" será um espetáculo cultural ao vivo, reunindo teatro, performances corporais e efeitos visuais e sonoros, que acontecerá dentro de uma cúpula inflável, proporcionando uma experiência sensorial multimídia interativa para o público de todas as idades. Com direção de Mark Bromilow, esse projeto inovador no país, irá apresentar um espetáculo sobre um dos temas mais importantes do nosso dia-a-dia: a água. Serão realizadas apresentações em Brasília-DF (16 apresentações), Belo Horizonte - MG (16 apresentações), e Salvador-BA (16 apresentações), totalizando 48 apresentações. Todas as apresentações serão gratuitas.

179324 - A Idade da Ameixa, (adaptação da obra homônima de Aristides Vargas)
GRATFILMS PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI EPP
CNPJ/CPF: 26.757.471/0001-32
Processo: 01400034637201714
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 537.957,25
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto visa à circulação do espetáculo teatral adulto "A Idade da Ameixa", adaptado da obra homônima do autor argentino Arístides Vargas.O texto retrata o universo feminino, gerando discussões atuais, tais como: a mulher na sociedade patriarcal; machismo; preconceito; as influências da sociedade e as convenções impostas à figura feminina; como a mulher vivencia a terceira idade; as relações humanas e familiares e como elas se modificam de acordo com a ação do tempo; a relação humana com o tempo: sonhos, frustrações, expectativas e realizações. A obra original traz diversas referências regionais do autor, então com o intuito de aproximar a obra do público brasileiro adaptamos as personagens para a cultura mineira pela sua diversidade e riqueza cultural.O projeto propõe também uma interação com o público, por meio do desenvolvimento de duas oficinas, uma voltada para o público em geral e outra para mulheres da terceira idade, além de rodas de conversa após o espetáculo.

178958 - A LENDA DO VALE DA LUA (musical infanto-juvenil)
TIARAJU PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 19.094.858/0001-90
Processo: 01400034158201790
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 816.192,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Remontagem e encenação do espetáculo teatral "A LENDA DO VALE DA LUA" (musical infanto-juvenil) escrito pelo consagrado João das Neves um dos mais importantes autores e diretores brasileiros, um dos clássicos da dramaturgia infanto-juvenil em língua portuguesa, que em 2018 completará 43 anos. Ao longo deste período de sua escritura, tem recebido diversas premiações que atestam sua excelência e permanência. Agora, repaginado traz a assinatura de Chico César nas composições musicais.

179167 - A MÃE
SABIOS PROJETOS E PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 06.751.480/0001-09
Processo: 01400034421201741
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 979.545,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Comemorando os 150 anos de Máximo Gorki, dramaturgo russo - considerado um dos grandes nomes da literatura do século 20, a montagem do espetáculo "A Mãe" de Gorki, mostra uma sociedade virada pelo avesso onde é preciso destruir tudo, não para fazer de novo, mas para fazer diferente. A obra valoriza o conhecimento, através dos livros como ação transformadora da miséria humana. O projeto é idealizado pelo diretor Luiz Antônio Rocha e pela atriz e autora Beth Zalcman, e conta com uma ficha técnica de inquestionável qualidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178999 - A PAZ PERPÉTUA - Temporada São Paulo
SOMART PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 10.684.879/0001-91
Processo: 01400034221201798
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 644.954,90
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste em dar continuidade ao projeto teatral "A Paz Perpétua" do autor espanhol Juan Mayorga em uma temporada de 2 meses. O texto mistura elementos de fábula e teatro e aborda temas como filosofia, autoridade, violência e a questão do terrorismo a partir da perspectiva das suas consequências políticas e morais nas democracias de hoje. A montagem foi eleita entre as 10 melhores peças teatrais de 2016 pela crítica especializada.

179197 - A REAÇÃO
SELENE & CIBELE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.954.775/0001-10
Processo: 01400034477201703
Cidade: Santo André - SP;
Valor Aprovado: R$ 637.560,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se de projeto para temporadas do espetáculo "A Reação" de Lucy Prebble, que trata de questões contemporâneas como o uso desenfreado de psicotrópicos, a indústria farmacêutica, os limites da medicina e a depressão, através de uma história de amor. Dois jovens aceitam participar de uma pesquisa e ficam enclausurados numa clínica testando um novo antidepressivo até que tudo foge ao controle.

179339 - A Tartaruga de Darwin
Cubo Produções LTDA
CNPJ/CPF: 12.998.320/0001-61
Processo: 01400034661201745
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 868.361,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste realização da temporada do espetáculo "A Tartaruga de Darwin", que estreou em 17/11/2017, para uma temporada em São Paulo e outra no Rio de janeiro.

178864 - A TERAPIA DO AMOR
PRODUCAO CULTURAL INTERBALLET LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.121.612/0001-07
Processo: 01400034000201710
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.482.335,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Montagem e apresentação, da obra teatral "A Terapia do Amor". O espetáculo "A Terapia Do Amor" é a encenação de texto inédito, do gênero comédia dramática, de Anne Raquel Sampaio.

178645 - Abajur Lilás
OS PRIVILEGIADOS PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA.
CNPJ/CPF: 02.154.878/0001-07
Processo: 01400033695201712
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 92.610,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste em montagem e realização de temporada do espetáculo teatral"Abajur Lilás", texto de Plínio Marcos.

179383 - Abuso
No Problem Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 15.201.428/0001-70
Processo: 01400034717201761
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 198.569,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: ABUSO é um espetáculo teatral criado a partir de pesquisa cênico-corporal e dramatúrgica sobre os vários tipos de violência contra a mulher, tanto a física quanto psicológica. Com direção de Nadia Bambirra, tem como objetivo principal mergulhar no universo feminino, destrinchando os principais atos abusivos que uma mulher pode vir a sofrer ao longo da vida pelo simples fato de ter nascido mulher. A pesquisa baseia-se em um trabalho minucioso de coletar e selecionar depoimentos reais de mulheres agredidas e abusadas, transformando essas histórias em cenas, a fim de vivenciar e compartilhar essas experiências no palco.

179437 - Aldeia das Artes
Associação Girino Cultural
CNPJ/CPF: 18.561.748/0001-29
Processo: 01400034795201766
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 599.309,07
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produzir o espetáculo "Aldeia das Artes" como resultado de oficinas culturais oferecidas a comunidade das cidades de Porto Alegre e Santa Maria no Rio Grande do Sul. Serão oferecidas oficinas de música, dança e teatro de bonecos, O público alvo são crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social nas localidades onde as Aldeias Infantis SOS atua. Serão beneficiadas 200 crianças e adolescentes diretamente e indiretamente 800 pessoas da comunidade.

178685 - Amor é Química
MOIRA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.986.106/0001-18
Processo: 01400033751201719
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 692.269,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Uma comédia sobre a aventura do amor e do desejo numa época como a nossa em que tudo se programa e quantifica, tudo pode ser preparado e planejado, mas que ainda pode acontecer a felicidade a quem tem coragem de arriscar. O projeto preve a montagem deste espetáculo teatral inédito, e sua temporada por dois meses no Rio de Janeiro.

179465 - ARAXÁ: um canto, um conto em Minas.
Instituto de Artes, Cultura e Meio Ambiente TUCA - Talentos Únicos da Cidade de Araxa
CNPJ/CPF: 10.655.141/0001-04
Processo: 01400034847201702
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 438.107,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Oficinas gratuitas de canto, artes cênicas e literatura para crianças e adolescentes da comunidade araxaense, faixa etária entre 12 e 18 anos, objetivando gerar acessibilidade e possibilidades de inclusão através das artes integradas.

178993 - Arte de Dançar II
Flávia Cedrinho
CNPJ/CPF: 088.515.938-17
Processo: 01400034212201705
Cidade: Serrana - SP;
Valor Aprovado: R$ 496.781,31
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Arte de Dançar II" é um projeto de renovação da proposta do "Arte de Dançar", realizado via Lei Rouanet em 2017. O programa visa promover a formação cultural no segmento da dança. O "Arte de Dançar II" objetiva, durante um ano, oferecer vivências artísticas e culturais em Balé Clássico e Contemporâneo, Dança do Ventre, Danças Urbanas e Dança de Salão. O projeto também conta com a produção e execução de apresentações gratuitas e abertas ao público, além da participação dos bailarinos em eventos culturais. Além disso, a segunda edição do projeto visa promover melhorias no prédio utilizado para a realização das atividades do "Arte de Dançar" há dois anos. Haverá, então, a instalação de uma brigada de incêndio e a adequação estrutural do espaço para promover maior acessibilidade e segurança para o público.

179266 - Arte pela arte - Uma celebração a cultura nordestina
FELIPE NOGUEIRA FAVARO
CNPJ/CPF: 400.681.278-71
Processo: 01400034570201718
Cidade: Acari - RN;
Valor Aprovado: R$ 199.955,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "A ARTE PELA ARTE UM CELEBRAÇÃO A CULTURA NORDESTINA "vem resgatar e celebrar as diversas manifestações culturais nordestinas através de um festival que contemple, os saberes, através da música,das artes cênicas e o entretenimento nas mais diversas formas.

178946 - Artes Cênicas e Música Instrumental em Joaçaba 2018
Câmara de Dirigentes Lojistas de Joaçaba
CNPJ/CPF: 84.590.728/0001-00
Processo: 01400034136201720
Cidade: Joaçaba - SC;
Valor Aprovado: R$ 333.120,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover, gratuitamente, apresentações de artes cênicas, concertos de música instrumental e erudita, aulas espetáculo de teatro popular e montagem de cenários com apresentações de artes cênicas, em uma programação cultural distribuída em diversos pontos da cidade de Joaçaba, Santa Catarina.

179415 - ASTROS DO GELO - ANO 3
CAIO VILELA FOTOGRAFIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 20.050.701/0001-42
Processo: 01400034754201770
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 4.744.343,13
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Astros no Gelo - Ano 3" é um espetáculo de dança, coreografado sobre palco de gelo, com coreografia artística, música e efeitos especiais de luzes, fumaça e som, entre outros. O projeto prevê três shows que serão realizados com corpo de bailarinos internacionais, os mesmos que apresentam o espetáculo em outros países. É um show dividido em dois atos, embalados por sucessos de musicais consagrados de Hollywood.Ésta é a terceira edição do espetáculo no Brasil, antes realizada pela Koch Tavares (PRONAC 140731, ano 1, e PRONAC 153496, ano 2) e agora a cargo da Caio Vilela Fotos, como carta enviada pela Koch, detentora dos direitos do espetáculo no Brasil.

178908 - Atividades Culturais do Teatro Mãe de Deus
Instituto Social, Educativo e Beneficente Novo Signo
CNPJ/CPF: 78.636.974/0003-15
Processo: 01400034050201705
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 375.932,48
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar no Teatro Mãe de Deus, em Londrina-Pr, apresentações de teatro, dança e música instrumental para atender um público composto por alunos e professores da rede pública municipal, estadual e federal, população de baixa renda e bairros periféricos de Londrina. O Teatro possui 550 lugares e excelente estrutura cênica. Na programação, prioritariamente, teremos artístas e grupos culturais de Londrina e região. Como ação para formação de plateia, serão realizadas palestra sobre temas culturais, sociais e ambientais.

179009 - AUTO DA PAIXAO DE CRISTO 22a EDIÇÃO
cristiano dias de souza
CNPJ/CPF: 821.831.041-04
Processo: 01400034233201712
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 333.816,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Auto da Paixão de Cristo 22a Edição, preve a montagem e excução de um grandioso espetaculo teatral, que contara com grande estrutura fisica, e um grande aparato tecnologico. Com elenco de 300 pessoas envolvidasna sua execução, pretendemos promover a maior encenação teatral da via sacra ja registrada no estado de Goiás, com isso promoveremos o encantamento do publico, que supera 100.000 pessoas. O projeto completará 22 anos de realizações ininterruptas, a cada edição este projeto vem crescendo e ganhando notoriedade no meio cultural do estado de Goiás, alem de ter uma grande relevancia cultural, pois mantem viva varias tradiçoes culturais Goianas, e ainda exerce grande função sociocultural com o resgate jovens, crianças e adolescentes da situação de vulnerabilidade social e promove o acesso de pessoas com deficiencias diversas e através da sua cadeia produtiva gera empregos, renda, divisas para o estado, potencializando e economia local.

179345 - BALLET GABRIELA - THEATRO MUNICIPAL DO RJ
ASSOCIACAO DOS AM DO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/CPF: 28.247.526/0001-90
Processo: 01400034667201712
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.686.421,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto consiste na remontagem e apresentações do Título "BALLET GABRIELA", no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, em 8 apresentações. Contaremos com Orquestra e bailarinos solistas contratados.Ballet em três atos, baseado na obra de Jorge Amado com Libreto de Gilberto Motta e regência do Maestro Silvio Viegas.

179491 - Bárbara Heliodora
Marcelo do Nascimento
CNPJ/CPF: 833.288.586-87
Processo: 01400034886201700
Cidade: Varginha - MG;
Valor Aprovado: R$ 186.894,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A turnê Bárbara Heliodora irá comemorar os 200 anos de morte - "1819-2019" - da grande heroína da Inconfidência Mineira em 101 cidades mineiras com 121 uma apresentações. Será um evento conhecido por propor arte de qualidade histórica voltado para os estudantes das escolas públicas, tendo todas as suas apresentações gratuitas. Uma turnê totalmente focado nos alunos menos favorecidos em cada localidade. Oportunidade única deste público escolhido receber uma apresentaçao teatral de teor rico em história e educacional. Existem municipios que não recebem nenhuma manifestação cultural, principalmente a arte do teatro; fazer com que estás cidades tenham contato com a cultura viva da encenação, será para os estudantes de cada localidades uma oportunidade única e de grande aceitação. Cultura de qualidade gerando inclusão cultural e social.

179505 - Berenice e Soriano - Circulação
Oitis Produções Culturais ltda ME
CNPJ/CPF: 12.841.700/0001-98
Processo: 01400034910201701
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 466.087,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Berenice e Soriano - Circulação", trata da turnê do primeiro espetáculo infantil da Oitis Produções Culturais, de autoria da roteirista Manuela Dias e direção da premiada atriz Fernanda Vianna. O espetáculo cumprirá 4 apresentações artísticas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, e circulará com 1 apresentação pelas cidades de Diamantina, Serro, Milho Verde (distrito de Serro), Ouro Branco, Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Tiradentes, Barbacena e Parati.Todas as apresentações com montagem na rua serão gratuitas, as que acontecerão em teatros serão gratuitas ou preço populares. Os locais de realização ainda não foram definidos. O projeto propõe ainda 1 oficina de palhaço em cada uma das cidades, com duração de 3h cada.

178957 - Boca a Boca - um solo para gregório
Associação BR-116
CNPJ/CPF: 13.196.419/0001-02
Processo: 01400034155201756
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 743.715,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de uma temporada de apresentações do espetáculo "Boca a Boca - um solo para Gregório" em cinco cidades brasileiras. Com roteiro e direção de João Sanches e interpretação do ator Ricardo Bittencourt, o espetáculo aproximará as plateias atuais às obras do grande poeta baiano Gregório de Matos.

179018 - Brasilusão
DIOGO MAROJA RIBEIRO
CNPJ/CPF: 20.923.627/0001-21
Processo: 01400034242201711
Cidade: Goiânia - GO;

Valor Aprovado: R$ 321.826,92
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Brasilusão" consiste em um projeto cultural de natureza lúdico-formativa, que busca promover a difusão da cultura do ilusionismo em todo o território nacional, por meio da realização de circuitos de atividades culturais que envolvem a apresentação do espetáculo de mágica "Moleza Leveza na Terra das Ilusões" e da oficina "Introdução às Artes Mágicas" em diversos territórios culturais brasileiros. Representando uma proposta cultural altamente inovadora, "Brasilusão" é um projeto itinerante, em sintonia com a ancestralidade circense, bem como em alinhamento com a trajetória artística e pessoal do proponente. Na capital de cada um dos estados brasileiros, serão realizadas 2 (duas) apresentações do espetáculo "Moleza Leveza na Terra das Ilusões" e 1(uma) oficina de "Introdução às Artes Mágicas". A turnê terá início na cidade de Goiânia, base de produção do proponente e durará aproximadamente 14 (catorze) meses, passando por todas as capitais das 27 unidades federativas brasileiras.

179208 - CABARÉ TRANSVERSÕES
ATOS E DIVAS PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 10.560.652/0001-34
Processo: 01400034489201720
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 592.006,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: CABARÉ TRANSVERSÕES é um espetáculo teatral com texto de Antonio Quinet. Um espetáculo poético e musical que vai do cômico ao trágico no formato de cabaré em sua vocação original como nasceu na Europa, composto por cenas, poesias, depoimentos, relatos, crítica social, dança e canções, sendo acompanhado por um músico em cena. O presente projeto pretende realizar 2 meses de temporada do espetáculo inédito e contribuir para a formação de plateia através de ações educativas voltadas para estudantes e professores.

178943 - Cabaret Volant, Circulação Nacional
SABATINO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 21.401.572/0001-52
Processo: 01400034133201796
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.812.764,80
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A presente proposta visa realizar Circulação Nacional e Temporada em São Paulo do do espetáculo "Cabaret Volant: o sonho!", em 10 capitais, no total de 30 apresentações. Com estimativa de alcançar cerca de mil pessoas por espetáculo, e realizar as apresentações em praças, parques, teatros e equipamentos públicos ou privados, equipamentos culturais locais com ingressos gratuitos e/ou a preços populares. O espetáculo "Cabaret Volant, o Sonho!" proporcionará ao público presente uma experiência cultural e artística única.

179192 - CAMPO MOURÃO CIDADE NATAL 2018
ASA -ASSOCIAÇÃO SOU ARTE DE CAMPO MOURÃO
CNPJ/CPF: 11.189.780/0001-86
Processo: 01400034469201759
Cidade: Campo Mourão - PR;
Valor Aprovado: R$ 2.320.172,80
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Criação de um grande Espetáculo Cênico Natalino contando com a participação de artistas locais e regionais e jovens frequentadores da rede de ensino público dequatro comunidades de Campo Mourão-Pr, que atuarão em avenidas e praças públicas ambientadas com cenografia natalina de alta qualidade técnica e grandeefeito visual.Este projeto de intervensão artística do espaço público ocorrerá em 03 pontos diferentes na cidade, sendo: Comunidade do Lar Paraná, Comunidadedo Jardim Tropical (áreas afastada e de alta vunerabilidade social), e Praça Central. O projeto contará com 14 dias de atividades, sendo que nos outros 10 dias, aPraça Central será palco de apresentações de artistas locais e regionais aberto a toda comunidade. Serão desenvolvidas oficinas culturais de circo, teatro e dançaem 04 escolas distintas da rede pública de ensino, atendendo 150 jovens.

179515 - Capoeira e Cidadania na Roda da Vida
ASSOCIACAO DE CAPOEIRA SERPENTE DO OESTE
CNPJ/CPF: 78.121.993/0001-47
Processo: 01400034927201750
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado: R$ 139.490,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Ministrar aulas de Capoeira de forma gratuita para crianças, jovens e adultos a fim de estimular e preservar essa manifestação cultural, ensinando a manipulação dos instrumentos (Berimbau, Pandeiro e Atabaque).

179237 - Caravana das Artes - ano 3
INSTITUTO MPUMALANGA - CULTURA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE
CNPJ/CPF: 15.350.954/0001-00
Processo: 01400034539201779
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 6.573.656,23
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Continuidade do projeto Caravana das Artes Ano 2 que se trata de um projeto itinerante desenvolvido em parceria com o UNICEF que percorre municípios com baixos índices de desenvolvimentohumano (IDH) e Infantil (IDI), promovendo atividades artísticas entre crianças e jovens, além de capacitação aos professores da rede pública de ensino. O projeto contempla também um teatro móvel e um cinema itinerante. Mais infos: http://mpumalanga.com.br/instituto/

178960 - Carmen, a Grande Pequena Notável
Cleber Paulo Montanheiro
CNPJ/CPF: 077.045.618-98
Processo: 01400034162201758
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 694.005,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Uma festa. O projeto Carmen - A Grande Pequena Notável é um espetáculo de teatro musical para o público infantil e jovem, inspirado na obra homônima de Julia Romeu e Heloísa Seixas. O livro escrito por elas e direcionado ao público infantil, foi premiado com o Prêmio FNLIJ de Melhor Livro de Não Ficção de 2015. Por tratar-se de uma obra que resgata pérolas da música popular brasileira e conta a história de uma das maiores artistas de todos os tempos para o público infanto juvenil, entendemos que torna-se de grande importância histórica e pedagógica em 2018, quando comemoraremos 90 anos que Carmen Miranda cantou pela primeira vez na rádio Roquete Pinto.

178266 - Carnaval de Rua da Cidade de Concórdia - SC
Sociedade Cultural Beneficente Carnavalesca Império do Sol
CNPJ/CPF: 00.710.450/0001-78
Processo: 01400033193201791
Cidade: São Leopoldo - RS;
Valor Aprovado: R$ 176.534,46
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar o desfile de carnaval de rua da Associação Cultural e Carnavalesca Escola de Samba Matriz do Samba da Cidade de Concórdia no Estado de Santa Catarina. Potencializando-a para a apresentação de um excelente Espetáculo, incentivando a cadeia produtiva e econômica que gira em torno do segmento, promovendo e dialogando diretamente com o crescente desenvolvimento de nossa cultura popular.

179241 - CARNAVAL POPULAR É NA SERIE A
LIGA DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO - LIERJ
CNPJ/CPF: 10.241.525/0001-72
Processo: 01400034544201781
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 5.188.200,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: PRODUÇÃO DO DESFILE DE CARNAVAL DE 2018, DAS ESCOLAS DE SAMBA DA SERIE A QUANDO A ESCOLAS VÃO CONSTRUIR CARROS ALEGORICOS EM ESTRUTURAS DE FERRO, MADEIRA CONJUNTOS CENOGRAFICOS, INSTALAÇÕES ELETRICAS E PRODUÇÃO DE FANTASIAS.

179446 - Carne de Umbigo
MUITA COISA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 20.948.740/0001-61
Processo: 01400034823201745
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 110.149,64
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê acirculação do espetáculo CARNE DO UMBIGO, com a poeta e performer carioca Maria Rezende. O espetáculo mistura recital de poesia, performance ao vivo e videoarte. A concepção e direção ficam a cargo da própria poeta, que sozinha no palco diz poemas de seus três livros de forma cotidiana e informal.Está previsto um mês de circulação pelo Norte e Nordeste do Brasil passando por Porto Velho- Rondônia, Manaus- Amazônas, Belém- Pará, João Pessoa- Paraíba, Recife-Pernambuco e Aracaju- Sergipe. O espetáculo vai se apresentar em duas datas em cada uma das seis cidades propostas, num total de 12 apresentações.

179468 - Causos, Viola e Cachaça
REINALDO ANDRE CLEMENTE - ME
CNPJ/CPF: 26.376.193/0001-73
Processo: 01400034852201715
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 659.475,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da turnê do espetáculo "Causos, Viola e Cachaça" por 10 cidades do Brasil, sendo 3 no interior do Estado de Goiás e 7 em outras regiões do país. Trata-se de uma peça de teatro musical centrada no diálogo e experiências de dois personagens que se encontram na soleira de uma casa de adobe para contar causos, tomar cachaça e tocar viola. Ao passo que o diálogo se desenrola, os "cumpades" vão contando variadas histórias e as entremeiam com canções caipiras (modas de viola consagradas) embaladas ao som de um belo ponteio de viola.

178682 - CAZUMBÁ 2018 - Plano Anual
Companhia Cazumba de Teatro e Dança
CNPJ/CPF: 86.773.512/0001-06
Processo: 01400033748201703
Cidade: São Luís - MA;
Valor Aprovado: R$ 2.003.100,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O PLANO ANUAL DE ATIVIDADES CAZUMBÁ 2018 pretende viabilizar a manutenção da Companhia durante o próximo exercício, ano em que comemorará 45 anos de existência. A Cia. Cazumbá de Teatro e Dança tem por principal objetivo estudar e perpetuar as tradições culturais maranhenses: Auto do Boi, Quadrilha, Bogi-Buá, Pajelança, Tambor de Mina, Baile de São Gonçalo e Tambor de Crioula.

179269 - Celebrando Campo Grande
Cia. de Idéias Produções Culturais e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 06.905.765/0001-57
Processo: 01400034574201798
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 488.009,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Celebrando Campo Grande pretende celebrara história do bairro de Campo Grande, localizado na zona oeste da cidade do rio de Janeiro. Para isso, será desenvolvida uma peça teatral que conte a história do bairro, divertindo e informando o público. Destacando a história, personalidades, especificidades, produções e curiosidades do bairro, pretende-se trazer um olhar informativo e de celebração, despertando a autoestima dos moradores locais. Pretende-se realizar 10 apresentações teatrais, sendo as08 em espaços culturais e escolas do bairro, e 02 em espaços a serem definidos no dia 17 de novembro, data do aniversário de Campo.

178994 - Cia Araxaensce de danças urbanas
Juliano Carlos Paiva
CNPJ/CPF: 080.160.136-35
Processo: 01400034214201796
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 392.887,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Companhia araxaense de hip-hop é uma proposta que visa valorizar a cultura das danças urbanas de Araxá, e incentivar grupos e núcleos artísticos; a proposta visa também profissionalizar bailarinos como forma de sustentabilidade da cultura local, para que tal Companhia alcance projeção não apenas a seus idealizadores e equipe, quanto fortalecer localmente e até internacionalmente nosso país.

179495 - Cinzas do Norte
Cooperativa Paulista de Teatro
CNPJ/CPF: 51.561.819/0001-69
Processo: 01400034890201760
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 973.237,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Cinzas do Norte é uma adaptação para teatro do aclamado romance homônimo do premiado autor manauara Milton Hatoum. Trata-se do relato de uma longa revolta e o esforço de compreendê-la; trata-se da formação de um artista, em relação à sociedade e ao meio ambiente; trata-se, sobretudo, de uma amizade e outras paixões que a circundam. Na tentativa de emprestar qualquer teatralidade à literatura de Hatoum, unir-se-ão diversos artistas, em um processo colaborativo para a criação de um drama contemporâneo calcado ao mesmo tempo na obra-base e na realidade política hodierna. O projeto contempla a criação e a estreia do espetáculo teatral inédito Cinzas do Norte, com 33 apresentações distribuídas em 4 cidades do país (Manaus, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo). Além das apresentações, serão realizadas ações formativas que proporcionarão a democratização do acesso à produção cultural e a proximidade do público com a obra artística.

179143 - CIRCO TEATRO GALO
ANDRESS AUGUSTO DE MESQUITA CORREA
CNPJ/CPF: 399.334.508-83
Processo: 01400034393201761
Cidade: Mongaguá - SP;
Valor Aprovado: R$ 443.640,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O CIRCO TEATRO GALO - Um Circo de Teatro Viajante é um equipamento itinerante de difusão cultural e fomento da democratização de produtos artísticos que consiste em um compacto teatro móvel adaptado em módulos de palco com 24m2 e uma tenda padrão em boxtruss com 150m2 para abrigar palco e plateia, instalado em qualquer espaço público, garantindo o acesso irrestrito e gratuito do público. O CIRCO TEATRO será munido de completa infraestrutura técnica com sonorização e iluminação cênica, 300 banquetas plásticas para acomodar o público e 2 tendas flexíveis para camarins e housemix. O GALO, fomentará o teatro apresentado em lonas, reunindo as duas artes, e levará uma programação com um cortejo, três espetáculos de circo-teatro e três intervenções que anunciam os espetáculos, de forma gratuita para 10 cidades do país, contemplando estudantes da rede pública e público em geral.

178914 - Circuito Pé de Livro e a Arte de Contar Histórias
Fabrício Belmiro Rodrigues da Silva
CNPJ/CPF: 038.606.956-57
Processo: 01400034075201709
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 357.830,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A ideia central desse circuito é valorizar a leitura e a milenar arte de contar histórias. O projeto consiste em realizar o encontro da palavra e do movimento através da Biblioteca Itinerante, juntamente com as apresentações teatrais, oficinas de Contação de Histórias e exposição de Arte Sequencial. Mostrando então como o livro além de fonte de registros se apresenta como um grande instrumento que compartilha conhecimentos e também pode inspirar novas formas de conviver, criar e se desenvolver. O livro instiga o viver de várias maneiras.Nessa proposta lúdica, artística e educacional, a Estação Criativa encantará o público de todas as idades unindo literatura, fantasia e a arte da Contação de Histórias. Tudo isso em um único projeto!

179053 - Circuito repertório da Cia Municipal de dança de Porto Alegre 2018-2019
Lucida Desenvolvimento Cultural
CNPJ/CPF: 11.872.944/0001-75
Processo: 01400034290201700
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 431.612,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: Proposta consiste em 12 apresentações descentralizadas pela cidade de Porto Alegre, remontando o repertório da Companhia Municipal de Dança, com seus espetáculos Salão Grená (2014), Tempos de Partida (2015), Adágio (fragmentos Água Viva e Narciso - 2015), Carmina Burana (2016), HUmano Vazio (2017) e Vila Brasil (2017). Propõe-se apresentações gratuitas, em palcos abertos, montados em espaços públicos da cidade, aproximando a comunidade Porto Alegrense deste segmento artístico. Projeto com 15 meses que inclui duas oficinas teóricas de formaçao de plateia e duas oficinas práticas de dança, dirigidas aos alunso da rede pública de ensino.

178679 - Circulação Espetáculo - Cidade do Sorriso
Fernando Dias
CNPJ/CPF: 008.161.220-67
Processo: 01400033745201761
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 187.638,35
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Circulação do espetáculo "Cidade do Sorriso" (Teatro de rua e circo) em 8 cidades do sudeste brasileiro que tenham pouco acesso as artes cênicas, fornecendo gratuitamente, além do espetáculo, uma oficina de teatro para população, democratizando o acesso ao teatro a camadas mais carentes das cidades. Cidade do Sorriso já apresentou em mais de 45 locais, alcançando mais de 30 mil espectadores.

179082 - Circulação Perdoa-me por me traíres
OS SURTADOS PRODUCOES ARTISTICAS - ME
CNPJ/CPF: 09.000.465/0001-17
Processo: 01400034325201701
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 895.627,97
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto consiste na circulação do espetáculo "Perdoa-me por me traíres", de Nelson Rodrigues (1912 - 1980), considerado um dos mais influentes dramaturgos do Brasil. O espetáculo realizou 3 temporadas de sucesso na capital do Rio de Janeiro entre Março e Novembro de 2017,e agora pretende circular para outras regiões do Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus e Recife.

179263 - Com Quantas Notas se Faz um Espetáculo - Theatro Municipal do Rio de Janeiro
ASSOCIACAO DOS AM DO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/CPF: 28.247.526/0001-90
Processo: 01400034567201796
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 347.674,03
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Com Quantas Notas se Faz um Espetáculo é um projeto de arte-educação que busca aproximar concertos, balés e óperas, ás novas gerações por meio de quatro espetáculos didáticos associados com material explicativo.

179001 - Constelações
Rivas Produções Culturais LTDA EPP
CNPJ/CPF: 11.944.069/0001-90
Processo: 01400034223201787
Cidade: Botucatu - SP;
Valor Aprovado: R$ 670.000,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto Constelações realizará gratuitamente capacitação jovens estudantes da rede pública de ensino em dança, teatro e break. Serão trezentas vagas para alunos(as) de escolas públicas de bairros periféricos com pouca acessibilidade sociocultural, em aulas semanais de manhã e tarde, com professor e monitor em cada turma. Serão realizadas seis apresentações gratuitas à população nos teatros municipais da cidade, valorizando a capacitação e a auto estima dos(as) jovens participantes. Para as apresentações também será fornecido transporte dos familiares O projeto inclui gratuitamente aos participantes: uniformes para o período das oficinas, alimentação em todas a aulas e transporte dos bairros para os locais das aulas, ida e volta, para todas as turmas. Nas apresentações estão inclusos figurinos e acessórios e equipe técnica (produção artística, dramaturgia, coreografia, cenografia, iluminação, som, suporte logístico, organização).

178450 - Consthinna
KAYNA GRUPO TEATRAL
CNPJ/CPF: 21.089.319/0001-05
Processo: 01400033438201781
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 165.394,25
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O KAYNÃ GRUPO TEATRAL através do projeto cultural com seu espetáculo teatral Consthinna realizará 8 apresentações com acesso gratuito, promovendo oportunidade iguais de acesso a cultura das artes cênicas.

179166 - CORPO VIVO - DANÇA INCLUSIVA CONTEMPORANEA
ASSOC.DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE DE ARCOS
CNPJ/CPF: 20.876.579/0001-68
Processo: 01400034420201704
Cidade: Arcos - MG;
Valor Aprovado: R$ 212.900,60
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto CORPO VIVO - DANÇA INCLUSIVA CONTEMPORANEA tem como objetivo captar recursos para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE DE ARCOS realizar 25 (vinte e cinco) apresentações públicas e gratuitas de dança contemporanea na cidade de Arcos e 10 apresentações públicas e gratuitas de dança contemporanea na cidade de Belo Horizonte. Serão realizadas 35 (trinta e cinco) apresentações. Alem do grupo de dança da sede em Arcos/MG, será criado um núcleo na cidade de Belo Horizonte/MG. As apresentações ocorrerão em escolas públicas ou privadas, Organizações da Sociedade Civil - OSCs voltadas para atendimento de crianças, adolescentes, pessoas com síndrome de Down, idosos e centros voltados para acessibilidade de pessoas com deficiência. Também poderão ser realizadas apresentações em espaços públicos, uma vez que são muitos os convites para apresentações em solenidades e eventos, nas praças e outros espaços de Arcos, realizados por empresas e entidades.

178853 - Criação de Espetáculo - Águas Vermelhas
ARINEY BORGES
CNPJ/CPF: 306.600.018-45
Processo: 01400033986201719
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 332.305,09
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto da Cia Corpos em Arte, pretende realizar um processo de criação para a concepção do espetáculo, "Águas Vermelhas", baseado nos poemas do escritor Castro Alves, tendo o principal "O Navio Negreiro". Este trabalho, com características transdisciplinares, visa a valorização de artistas locais, que serão selecionados para a pesquisa e montagem em questão. Por fim, o espetáculo terá apresentações e workshops dentro do território brasileiro, assim como roda de debate a cada apresentação, levando artistas e público a argumentarem sobre a obra que traz como tema, a escravidão.

179129 - Criança - Dança e Vida
PROJETO SOCIAL GREMIO UNIAO
CNPJ/CPF: 09.367.172/0001-72
Processo: 01400034379201768
Cidade: Pindamonhangaba - SP;
Valor Aprovado: R$ 192.412,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "Criança Dança e Vida" é uma ação que visa formar bailarinos nas modalidades de Danças Urbanas e Balé.Com o programa, o proponenteoferecerá aulas semanais para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos com o intuito de apresentar essa manifestação cultural como ferramenta de transformação social para o público em questão. Além da formação de novos bailarinos, o projeto visa a realização de eventos culturais gratuitos e abertos ao público.

179104 - Cuidado! Seu Príncipe pode ser uma Cinderela
DELGADO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 21.902.694/0001-22
Processo: 01400034351201721
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.203.316,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: "Cuidado! Seu Príncipe pode ser uma Cinderela", é uma comédia que consegue desenvolver o prazer mais simples do teatro ao público, o HUMOR. O espetáculo desenvolve com o bom gosto temas que envolvem os relacionamentos modernos, como: o preconceito e os tabus entre as pessoas.

178074 - Cultura e Gastronomia
ACERTE PROJETOS
CNPJ/CPF: 77.515.120/0001-56
Processo: 01400032945201705
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.214.280,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Cultura e Gastronomia é um espetáculo de teatro musical recheado de sabores, danças, cenas, história e informação. É o resultado de uma pesquisa histórica, cujo período temporal definido será o ponto de partida para criação do roteiro. A gastronomia cultural e as diferentes formas de expressão como teatro musical, circo e dança serão auxiliadores na compreensão das características e traços do período definido. Além do espetáculo, será ofertado três edições de curso sobre Gastronomia Cultural para 360 pessoas.

179111 - Cultura na Praça
OFICINA DE ALEGRIA ENTRETENIMENTO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 17.180.270/0001-24
Processo: 01400034359201797
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 829.012,80
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Cultura na Praça compreende a mistura de oficinas, artes cênicas e música, trazendo elementos da cultura brasileira ao espaço público. Idealizado para toda a família, pretende proporcionar imersão cultural as pessoas em espaços que são pouco explorados na cidade de São Paulo. O projeto prevê 4 grandes experiências abertas ao público, integrando diferentes áreas culturais: 1) Oficinas (criação de instrumentos com material reciclável, dança, roda de capoeira e pintura), 2) Teatro (produto principal), e 3) Música. Os eventos ocorrerão em finais de semana, em praças, parques ou ruas, com duração de 6 horas, com o objetivo de espalhar a alegria pelos quatro cantos da cidade. A partir de todas estas experiências e interações num mesmo ambiente, com muita alegria, convidamos todas as famílias - dos netos aos avôs - a ocuparem os espaços públicos para desfrutar do prazer de brincar ao ar livre, interagir, aprender e curtir o teatro e a boa música presente na cultura brasileira.

178932 - Cupidos
André Felipe Wacemberg Esteves
CNPJ/CPF: 034.983.404-09
Processo: 01400034117201701
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 180.000,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Esta proposta refere-se à montagem do espetáculo teatral musical "Cupidos", uma obra original escrita e composta pelo pernambucano Andre Wacemberg. Cupidos é uma comédia que mostra o empenho de dois cupidos em flechar um casal de humanos que não se combina muito. O espetáculo envolve canções, arranjos e coreografias de estilo Broadway. Ficará em cartaz durante o mês de Junho de 2018, no total de 9 sessões de sexta a domingo no Teatro Barreto Júnior ou semelhante em Recife, PE.

179017 - Dança Anápolis 2018
Elza Miranda Cavalcante Fonseca
CNPJ/CPF: 434.603.721-68
Processo: 01400034241201769
Cidade: Anápolis - GO;
Valor Aprovado: R$ 354.868,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Resumo A presente proposta pretende realizar o Festival DANÇA ANÁPOLIS 2018, evento promovido integralmente na cidade de Anápolis (GO), região central de Goias. Em sua programação o DANÇA ANÁPOLIS 2018 irá promover e realizar 90 diferentes apresentações, espetáculos e coreografias de dança contemporanea, clássica e também dance street, que serão oferecidas gratuitamente a população. Dentro da programação do evento também serão realizados uma Mostra Competitiva de Dança além de uma série de seis oficinas culturais relacionados ao universo da Dança.

178838 - Dança Brasil apresenta: Cinema em Dança
ASSOCIACAO DOS AMIGOS EM PROL DA EDUCACAO, CULTURA E ARTE DE PORTO SEGURO - BAHIA - ECOAR
CNPJ/CPF: 20.830.018/0001-28
Processo: 01400033970201706
Cidade: Porto Seguro - BA;
Valor Aprovado: R$ 749.240,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto DANÇA BRASIL é um evento que valoriza a identidade da dança brasileira em um espetáculo anual que integra no mesmo palco, os melhores dançarinos profissionais do Brasil, como os dançarinos das companhias de dança das comunidades locais: Arraial D´Ajuda, Trancoso, Porto Seguro e arredores. A proposta é realizar o segundo ano do espetáculo, com o tema Cinema Brasileiro , convidando a população para um diálogo artístico e cultural revelando o potencial dos novos talentos da região e fomentando a criatividade, e a economia cultural local.

179005 - DANÇA ESCOLA RIO
ASSOCIACAO IDEIAS & IDEAIS
CNPJ/CPF: 14.178.029/0001-72
Processo: 01400034228201718
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.570.280,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto propõe a realização de oficinas de dança de Balé, Hip-Hop e Jazz ensino para alunos de escolas públicas dos bairros Marechal Hermes, Rocha Miranda,Honório Gurgel e Bento Ribeiro.

179312 - Dançando a Vida 2019
Escola de Desenvolvimento e Integração Social da Criança e Adolescente - EDISCA
CNPJ/CPF: 69.697.662/0001-69
Processo: 01400034624201737
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 1.812.727,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto IV DANÇANDO A VIDA, em sua 4ª versão, pretende a construção coletiva de um espetáculo de dança concebido e elaborado exclusivamente por adolescentes e jovens pobres da periferia de Fortaleza. As três primeiras edições deste projeto resultaram nos espetáculos Demoaná, de 2005, Urbes Favela - a grande dança, de 2006, e Paideia em 2013, todos realizados por meio da Lei Rouanet.

179321 - DANDARA CAMINHA EM FRENTE - ANO II
Instituto Nacional Dandara Capoeira Arte e Cultura
CNPJ/CPF: 22.215.285/0001-10
Processo: 01400034635201717
Cidade: Paranaguá - PR;
Valor Aprovado: R$ 204.600,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto visa a realização de oficinas das quais visam estimular a cultura nacional através da realização de ensino de dança à população.

178669 - Desfiles da 36ª Festa Pomerana
Fundação Cultural de Pomerode
CNPJ/CPF: 79.363.511/0001-28
Processo: 01400033731201748
Cidade: Pomerode - SC;
Valor Aprovado: R$ 485.158,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar os desfiles alusivos a 36ª edição da Festa Pomerana, evento com intuito apoiar, valorizar e difundir as manifestações culturais europeias trazidas pelos imigrantes alemães, retratadas por meio das apresentações de grupos folclóricos, bandas típicas e carros alegóricos.

179184 - Dias Espetaculares
RUTHERS PROMOCAO DE EVENTOS CULTURAIS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 13.561.297/0001-06

Processo: 01400034458201779
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 199.970,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto DIAS ESPETACULARES apresenta uma programação infantil de espetáculos. Serão em apresentações de artes cênicas que resgatam a cultura do teatro de rua e das performances, com entrada franca.

179267 - Doutores Fuxico
FIANDEIRAS PRODUTORA CULTURAL LTDA-EPP
CNPJ/CPF: 20.924.243/0001-23
Processo: 01400034572201707
Cidade: Poços de Caldas - MG;
Valor Aprovado: R$ 548.784,60
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Doutores Fuxico" leva a arte do palhaço - e toda sua poesia, o transformar, a humanização, a suavidade e a alegria - ao mundo Hospitalar, através de performances e improvisações.

179052 - Doutores Mágicos
LEONARD NUNES DE LIMA
CNPJ/CPF: 039.772.606-69
Processo: 01400034288201722
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.175,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto tem o intuito de produzir apresentações teatrais baseadas em técnicas de ilusionismo, com humor, em espaços hospitalares.

178283 - EDUCANDO COM ARTE
ASSOCIACAO DE BENEFICIO MUTUO AO SERVIDOR PUBLICO
CNPJ/CPF: 05.952.128/0001-79
Processo: 01400033211201735
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.270.438,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto propõe a realização de oficinas deTeatro à serem realizadas nos bairros Madureira, Penha,Olaria e Pavuna, em escolas públicas, no Município do Rio de Janeiro.

178900 - Ego - O Despertar de Uma Nova Consciencia
Mãe Joana Filmes e Produções
CNPJ/CPF: 14.787.970/0001-93
Processo: 01400034036201701
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 286.285,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Estrear espetáculo inédito na cidade do Rio de Janeiro intitulado "EGO" com estréia prevista para maio de 2018. A temática dessa proposta viabiliza apresentar ao público o seu próprio ego sob um ponto de vista crítico e com embasamentos filosóficos após anos de estudos sobre o tema. É ainda uma livre adaptação do livro "O Despertar de Uma Nova Consciência" do conferencista e escritor alemão Eckhart Tolle. Este livro além de ser um dos maiores bestseller do mundo, lido por mais de 9 milhões de pessoas. No teatro, a força deste texto não será diferente, pois certamente haverá uma identificação dupla por parte do público durante o espetáculo: - um reconhecimento do seu próprio ego ali analisado, mas sob a ótica de um livro já lido pela grande maioria ali presente. A direção será de Clarice Niskier, com Bruno Caldeira, Bruno Fagotti e um terceiro ator ainda a ser definido.

179141 - ELE AINDA ESTÁ AQUI
VIRA LATA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 22.952.661/0001-50
Processo: 01400034391201772
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 913.957,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto de montagem, temporada e circulação do espetáculo teatral "Ele ainda está aqui". O espetáculo consiste na Junção de três atores de grandes nomes da cena internacional em Países de língua portuguesa, formando a união entre um ator Angolano, um Brasileiro e um Português. Um texto de dramaturgia rebuscada e moderna, que em paralelo ao fio condutor da história, seja destrinchado as diferenças de dialetos da língua portuguesa em seus diversos países e continentes onde atua.Projeto de montagem, temporada e circulação do espetáculo teatral "Ele ainda está aqui". O espetáculo consiste na Junção de três atores de grandes nomes da cena internacional em Países de língua portuguesa, formando a união entre um ator Angolano, um Brasileiro e um Português. Um texto de dramaturgia rebuscada e moderna, que em paralelo ao fio condutor da história, seja destrinchado as diferenças de dialetos da língua portuguesa em seus diversos países e continentes onde atua.

178955 - Em Contratempo
Cena 27 Produções Artísticas ME
CNPJ/CPF: 16.972.577/0001-03
Processo: 01400034152201712
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.133.625,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização do espetáculo teatral Em Contratempo, com direção de Rainer Cadete e texto de Luisa Prado. O a temporada prevê 2 meses de ensaio, 2 meses de temporada no Rio de Janeiro e 2 meses de temporada na cidade de São Paulo. O projeto tem como prioridade provocar a reflexão: até que ponto precisamos ser escravos tanto do tempo quanto de convenções? E quando há um ou mais erros de percurso? Como nos despir de nossos dogmas e quebrar certos paradigmas? Com inspiração claraemautores consagrados como Harold Pinter, Yasmina Reza e Eugene Ionesco, a linguagem do texto pretende resgatar as raízes do teatro do absurdo, como um espaço de questionamento, e mesclar com a inovação do teatro contemporâneo, como uma forma de potencializar o aspecto dramático da montagem.

178843 - EM ROMA NA PRIMAVERA
Travessia Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 14.069.244/0001-35
Processo: 01400033975201721
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.621.427,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê a tradução, adaptação, montagem, estreia e temporada teatral da primeira versão mundial do clássico texto de Tennessee Williams, intitulado A PRIMAVERA ROMANA DA SRA. STONE, cujo o título no Brasil será EM ROMA NA PRIMAVERA. O projeto prevê ainda uma ação integrada, completa e inclusiva de acessibilidade.

179428 - ENCENANDO PARA A VIDA
CONSTANTINO ISIDORO FILHO
CNPJ/CPF: 532.993.101-00
Processo: 01400034780201706
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 457.735,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Encenando para Vida promove o aperfeiçoamento artístico de 40 jovens. A ação é realizada por meio de laboratórios formativos estruturados como uma encenação, de forma processual e gradual, baseando-se nas memórias de vidas reais ou imaginada dos participantes, que se responsabilizaram pela criação e direção de sua própria cena, produzindo ao final do processo um espetáculo experimental resultante das habilidades e competências desenvolvidas.

179045 - ENCONTRO DE DANÇAS JAPONESAS E GRUPOS DE TAIKO 24ª FESTA DA CEREJEIRA
Associação Cultural e Esportiva de Apucarana
CNPJ/CPF: 75.332.817/0001-66
Processo: 01400034279201731
Cidade: Apucarana - PR;
Valor Aprovado: R$ 171.182,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar entre os dias 21 e 24 de Junho de 2018, o Encontro de Grupos Bon Odori (Dança Japonesa), Grupos de Taiko e YOSSAKOI SORAN (que são grupos de dança com taiko)dentro da programação da 24ª Festa de Cerejeira de Apucarana Pr. Estão previstas 10 apresentações de grupos de dança e 08 apresentaçõesde TAIKO (percussão) e 08 apresentações de grupos de dança regional, para um público estimado de 20.000 pessoas. Este projeto tem com objetivo promovera cultura japonesa, democratizar a cultura e gerar recursos para as atividades culturais da Associação Cultural e Esportiva de Apucarana (ACEA). N aprogramação estão previstos 26 grupos com 548 participantes vindos de 10 municípios da região norte do Paraná.

172048 - ESCOLA DE CARNAVAL - PLATAFORMA DE DESENVOLVIMENTO, PESQUISA E PRODUÇÃO DO CARNAVAL
GREMIO RECREATIVO CULTURAL ESCOLA DE SAMBA MIRIM PIMPOLHOS DA GRANDE RIO
CNPJ/CPF: 06.347.750/0001-10
Processo: 01400017297201759
Cidade: Duque de Caxias - RJ;
Valor Aprovado: R$ 493.760,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de oficinas de Produção de Carnaval, Fantasias, Carros Alegórico e Adereços; oficinas de percussão, dança, cavaquinho, canto, composição, teatro, maquiagem; oficinas culturais de arte educação e palestras. Dar Acesso aos equipamentos culturais do Estado do Rio de Janeiro, através de passeios monitorados, para crianças, jovens e adultos, visitas à exposições e espaços culturais, trocas com profissionais do carnaval e do mercado de entretenimento.

178318 - Escola Mano Down de Artes Cênicas Integradas - Arte e Cultura pela Cidadania
INSTITUTO MANO DOWN
CNPJ/CPF: 23.684.121/0001-03
Processo: 01400033254201711
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.302,03
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: PRIMEIRA PROPOSTA CULTURAL DO INSTITUTO MANO DOWN. O projeto Escola Mano Down de Artes Cênicas Integradas - Arte e Cultura pela Cidadania tem como objetivo captar recursos para oferecer cursos em quatro modalidades (Dança de Salão, Dança Flamenca, Zumba e Capoeira) e realizar 16 (dezesseis) apresentações públicas. Eixo 1 - Formação de Alunos: Turma 1 -Dança de Salão. Turma 2 - Dança Flamenca. Truma 3 - Zumba. Turma 4 - Capoeira. São 100 vagas para ambos os sexos, 02 encontros semanais de 02 horas cada, por 10 meses. 75 vagas destinadas a pessoas com síndrome de down e 25 vagas para familiares e comunidade. Eixo 2 - Apresentação: Serão realizadas 16 apresentações públicas e gratuitas dos grupos de dança que participam dos cursos. As apresentações ocorrerão em escolas públicas ou privadas, Organizações da Sociedade Civil - OSCs voltadas para atendimento de crianças, adolescentes, pessoas com síndrome de Down, idosos e centros voltados para acessibilidade de pessoas com deficiência.

179467 - Especialistas da Alegria
JEFFERSON MARQUES BERTOLDI
CNPJ/CPF: 024.993.119-24
Processo: 01400034851201762
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 222.196,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Especialistas da Alegria" consiste em um grupo de palhaços que faz visitas e apresentações à pacientes em hospital, em oficinas formativas de artistas e em palestras educativas na área do projeto.

179499 - ESPETÁCULO - A FEIRA
ROGERIO CORREA PEREIRA
CNPJ/CPF: 205.378.138-61
Processo: 01400034900201767
Cidade: São Bernardo do Campo - SP;
Valor Aprovado: R$ 340.755,55
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A proposta é realizar uma temporada de dois meses do espetáculo "A FEIRA", cujo texto é da dramaturga brasileira Lourdes ramalho. A obra possui caráter regionalista e se passa no sertão nordestino. Apresenta personagens típicos dessa localidade, referências essas fielmente fescritas no texto dessa dramaturga nascida e criada no sertão da Paraíba, mais especificamente nos Jardins de Seridó, divisa com o Estado do Rio Grande do Norte. O texto é rico por abordar questões regionais e sociais como: a miséria, a prostituição infantil, o abandono, a solidão, a falta de saúde e educação, a criminalidade através da linguagem cômica e trágica da forma característica do povo nordestino inserido em seu universo.

179275 - Espetáculo "TRIBAIS - A essência do encontro"
Rede Cultural Beija Flor
CNPJ/CPF: 09.021.168/0001-58
Processo: 01400034583201789
Cidade: Diadema - SP;
Valor Aprovado: R$ 299.602,45
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "TRIBAIS - A essência do encontro" passos sobre reflexos ancentrais é a produção de um espetáculo que terá 9 (nove) apresentações de dança, com duração de 45 minutos, livre para todas as idades, no endereço: Estr. Pedreira Alvarenga, 2343/9 - Bairro Eldorado, Diadema - SP, em anfiteatro com capacidade para 230 pessoas por encontro. Propõe um processo de montagem interdisciplinar com oficinas no contraturno escolar para 50 crianças na faixa etária de 7 a 21 anos, que resultará na produção colaborativa com o intuito de instigar a produção cultural e criativa dos participantes e estimular a formação de público. Todas as etapas de realização do espetáculo de dança serão registradas em fotografias e textos descritivos, com depoimentos dos envolvidos.

179306 - Espetáculo de Contação de Histórias CONTA QUE TE CONTO: memórias de uma menina
GILMARA MENDES GOULART
CNPJ/CPF: 005.106.019-10
Processo: 01400034618201780
Cidade: Timbó - SC;
Valor Aprovado: R$ 141.702,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar o projeto de circulação de espetáculos de contação de histórias com o título - CONTA QUE TE CONTO: memórias de uma menina. O projeto visa envolver o espectador por meio da narrativa de 5 contos e algumas cantigas populares.

179286 - Espetáculo Educação (Montagem 2018)
CÓCCIX COMPANHIA TEATRAL
CNPJ/CPF: 10.825.599/0001-56
Processo: 01400034596201758
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 449.064,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizaremos a montagem do espetáculo "Educação", inspirado na história da educação no Brasil. Sua pesquisa envolverá as linguagens épico dialética, máscaras, performance e ocupação de espaços. O projeto tem 4 etapas distintas: A 1ª etapa "Seminário de Arte-Educação", envolverá 10 palestrantes de 4 estados brasileiros e contará a participação da comunidade escolar, comunidade acadêmica e artistas. A 2ª etapa "Workshop e ensaios", conta com análise do projeto político pedagógico, estudo de leis e correntes educacionais,que influenciaram a formação da educação pública no Brasil; haverá confecção de máscaras e ensaios. A 3ª etapa contempla "Oficinas nas escolas e finalização do roteiro" de dramaturgia. A 4ª etapa "Apresentações do espetáculo", contará com 10 apresentações em 5 escolas, envolvendo no elenco um total de 100 alunos de escolas públicas, além dos profissionais da área teatral.

179433 - ESPETÁCULO TEATRAL O REGRESSO
ANA MARIA FURTADO DE MELO
CNPJ/CPF: 079.366.387-33
Processo: 01400034788201764
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 535.740,92
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto aqui apresentado visa a montagem etemporada de 8 semanas (sexta a domingo) do espetáculo na cidade do Rio de Janeiro.Prevê um público abrangente, sem distinção entre classes e idades. O Regresso é um espetáculo teatral inédito e contagiante, de alta categoria artística, que discute questões profundas do ser humano, bem como suas barreiras e preconceitos. Traz a público o desenvolvimento cultural e social do nosso país, com foco na década de 30, ressaltando o surgimento da identidade nacional brasileira: a ascensão de Getúlio, a Nova Constituinte, a morte de Santos Dumont e a pujança cultural dos movimentos modernistas que veio nas ondas da Semana de 1922, etc. O espetáculo ocorre num thriller de emoções e acontecimentos que envolve e toca profundamente a platéia. O regresso é um romance impactante e emblemático pelas discussões propostas e pela forma que se apresenta, levando o público á reflexão acerca das mudanças ocorridas no Brasil ao longo das décadas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

179490 - Estrela do Amanhã
SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA -SESI
CNPJ/CPF: 03.851.171/0001-12
Processo: 01400034883201768
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 781.836,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Promover a inclusão sociocultural de 100 crianças, jovens e adultos, por meio da realização de atividades de Teatro, Contação de História, Danças Urbanas e Capoeira, cuja metodologia integra cultura e educação, numa prática reflexiva e contextualizada, com vistas à realização de duas Mostras Finais.
179300 - EU ME LEMBRO ...
Eduardo Jacsenis
CNPJ/CPF: 951.785.118-91
Processo: 01400034611201768
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 699.408,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção e montagem do espetáculo teatral "Eu Me Lembro..." e temporada na cidade de São Paulo/SP, com 24 apresentações.
178986 - Eu Rio
Luiz Cláudio Rodrigues
CNPJ/CPF: 854.200.856-15
Processo: 01400034201201717
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 260.167,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na realização de performances cênicas e ações de sensibilização com arte nas cidades de Brumadinho, Contagem, Nova Lima, Ribeirão das Neves e Sabará. As performances serão realizadas por Brenda Marques que também conduzirá um processo de elaboração coletivo de cenas com o público participante e incluindo artistas locais em um teatro em processo, desenvolvido a partir da metodologia do Teatro do Oprimido, de Augusto Boal. Na capital ocorrerá também uma apresentação da performance e a distribuição de uma caderno de dramaturgia com textos elaborados durante as vivências artísticas nas cidades a serem performados.

178952 - EXPO FARROUPILHA E 23ª FENAKIWI 2018 (programação cultural)
AM9 PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.507.280/0001-78
Processo: 01400034143201721
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 988.269,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar e promover apresentações culturais de alto nível durante a EXPO FARROUPILHA E 23ª FENAKIWI 2018 (programação cultural) em Farroupilha no Rio Grande do Sul. O Projeto visa uma programação cultural que apresente para a população as artes regionais de diferentes segmentos. São espetáculos de música instrumental, grupos de dança, teatro e arte circense. A programação cultural prevê a formação de plateia através do contato do público com as artes cênicas. O projeto busca beneficiar todas as camadas da população no maior evento comunitário do município.
179394 - Expolagoa 2018 - Parte Cultural
PDOZE FEIRAS E EVENTOS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 21.544.238/0001-58
Processo: 01400034733201754
Cidade: Soledade - RS;
Valor Aprovado: R$ 200.291,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto pretende oferecer programação cultural gratuita e de qualidade durante os quatro dias da EXPOLAGOA 2018, na cidade de Lagoa Vermelha no Rio Grande do Sul, incluindo apresentações de teatro, dança e música em uma estrutura montada no local da feira.
177991 - Falsa Magra
Lord Lu Produções Ltda ME.
CNPJ/CPF: 11.099.910/0001-90
Processo: 01400032664201744
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.281.295,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar um espetáculo gênero comédia musical na cidade de São Paulo que abordará o tema do empoderamento da mulher acima de seu peso, seus dilemas, frustrações e conquistas para levar ao público um produto que tem por objetivo a reflexão desse importante e atual tema. Texto genuinamente brasileiro que trata do tema com leveza, mas de forma contundente. Utilizará cenários com destaque nos materiais metalizados e acrílico, guarda roupa com mais de cem figurinos. Elenco com seis atores e dez bailarinos. Trilha sonora terá um mix de canções compostas para o espetáculo, mescladas com outras do universo pop, executadas ao vivo por cinco músicos.
179369 - FEIRA SUPER TEENS ESTUDANTES - PROGRAMAÇÃO CULTURAL
BLESSA CENOGRAFIA E EVENTOS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 04.700.446/0001-80
Processo: 01400034699201718
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 520.156,80
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da programação cultural da FEIRA SUPER TEENS ESTUDANTES, dedicada ao estudante de ensino médio e pré-vestibulandos, promovendo espetáculos teatrais e palestras, a serem realizados em São Carlos - SP durante os três dias da Feira
179226 - Festa é um Mágico XV (A)
Luiz Antônio Vieira Machado
CNPJ/CPF: 082.619.706-04
Processo: 01400034520201722
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 180.657,62
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Objetivo, uma turnê no interior de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, com a peça "A Festa é um Mágico", que relata a vida de um mágico em um show. Com bonecos, contação de história e um pequeno teatro de fantoches falam, de um modo ludico sobre, Formação de Plateia, Frequência a Bibliotea, Meio Ambiente, Não ao Trabalho Infantil e Combate a Dengue. Esse projeto será continuidade do Pronac 164372.
178290 - Festival Arte Nossa
MINAFRA PRODUÇÕES CULTURAIS LIMITADA
CNPJ/CPF: 11.039.355/0001-00
Processo: 01400033223201760
Cidade: Coronel Fabriciano - MG;
Valor Aprovado: R$ 140.100,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de Festival de Arte e Cultura focado nos artistas locais e regionais das cidades participantes. Contemplará apresentações teatrais, apresentação de grupos de dança local, folclore, música e varal de poesias. Será realizado em cinco cidades em espaço aberto e com acesso gratuito.
179504 - FESTIVAL CULTURA DA AMAZÔNIA
Maicy Gilber Wanderley Teles
CNPJ/CPF: 606.604.062-68
Processo: 01400034909201778
Cidade: Porto Velho - RO;
Valor Aprovado: R$ 699.975,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Um grande evento no qual a cultura amazônica é ponto alto. Onde se apresenta, abertamente ao público, companhias de danças típicas e folclóricas da região e companhias de música instrumental erudita contemporânea. O evento ocorrerá em duas cidades de Rondônia, em Porto Velho e em Ouro Preto D"Oeste.

178845 - Festival de Circo Social da Fronteira
ASSOCIACAO NUCLEO DE CIRCO FRONTEIRA
CNPJ/CPF: 12.420.715/0001-82
Processo: 01400033977201710
Cidade: Foz do Iguaçu - PR;
Valor Aprovado: R$ 71.250,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto visa a promover o Festival de Circo Social da Fronteira, edição do ano de 2018, no município de Foz do Iguaçu (PR), na fronteira da Argentina, Brasil e Paraguai. O evento assenta na linguagem, concepção e metodologia do circo social, abrangendo espetáculos artísticos, oficinas formativas e diálogo sobre a arte circense como ferramenta de inserção social de crianças, adolescentes e jovens. A programação é gratuita, realizada em regiões populares. Os espetáculos e atividades itinerantes acontecem em feiras livres, praças, organizações voltadas para o atendimento da população infantojuvenil, associações comunitárias, terminais de transporte coletivo e instituições de educação especial. O festival prevê a realização e roda de conversa com artistas, educadores, realizadores e gestores culturais, para a elaboração de plano de ação estratégica. O documento norteará iniciativas de fomento ao circo social na região das Três Fronteiras, de forma colaborativa e participativa.
178924 - Festival Hocus Pocus de Mágica
carrapeta produçoes artísticas ltda
CNPJ/CPF: 18.520.060/0001-09
Processo: 01400034094201727
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 224.048,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização do Festival Hocus Pocus de Mágica que contará com espetáculos dos estilos "Long Form", " Stand Up" e "Cabaré" com apresentações voltados às diferentes técnicas da mágica, unindo alguns dos principais representantes dessa arte no Brasil e outros países. Além disso, haverá workshops de mágica para a família e mesas de debates que abordarão temas relacionados ao mundo da mágica. Na programação haverá também duas exposições interativas sobre a história da mágica.
178938 - Festival Ítalo - Brasileiro - Primórdios da Chegada
DELB, PRODUCOES DE VIDEOS, EVENTOS, MARKETING CULTURAL E ESPORTIVO LTDA
CNPJ/CPF: 13.800.108/0001-00
Processo: 01400034126201794
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.318.965,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O 1º Festival Ítalo-Brasileiro será realizado, em São Paulo, com o objetivo de preservar de enfatizar a cultura brasileira a partir de influências da cultura italiana, para manter as tradições para as novas gerações. Será um grande sucesso pois contaremos com a presença de representantes de algumas províncias da Itália misturando com a cultura dos nossos estados;
178928 - Henrique IV
CIA MELODRAMATICA BRASILEIRA PROD ART LTDA ME
CNPJ/CPF: 41.883.281/0001-55
Processo: 01400034107201768
Cidade: Carmo do Rio Claro - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.691.550,63
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção e temporada de espetáculo teatral baseado no texto clássico HENRIQUE IV, de Luigi Pirandello.
178439 - I FESTIVAL DE TEATRO DE BETIM - DA JANELA À CENA
Teatro
CNPJ/CPF: 421.366.446-53
Processo: 01400033422201778
Cidade: Betim - MG;
Valor Aprovado: R$ 630.710,70
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização do I Festival de Teatro de Rua de Betim/MG - Da janela à Cena, no período de 20 a 29 de julho de 2018, com duração de dez dias corridos de espetáculos e a realização de oficinas de teatro, circo, bonecos e percussão, bem como e discussões na temática do teatro de rua, como atividade desdobramento do Festival, entre 30 de julho a 05 de agosto de 2018. Os espetáculos acontecerão em praças públicas tanto da zona urbana quanto rural da cidade.
178291 - JANELA DA DRAMATURGIA - 6ª EDIÇÃO
Marcus Vinicius dos Santos Souza
CNPJ/CPF: 19.782.082/0001-00
Processo: 01400033224201712
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 157.820,10
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "6ª JANELA DE DRAMATURGIA" visa realizar a edição 2018 do festival de dramaturgia contemporânea, realizado anualmente em Belo Horizonte desde 2012. Esse será a sexta edição que contará com 5 sessões, realizadas entre os meses de julho a dezembro, apresentando 10 textos ineditos de dramaturgos nacionais e 2 internacionais, selecionados pela curadoria do festival. Como forma de promover a reflexão e formação, serão realizados debates com os dramaturgos selecionados e uma oficina com um profissional referência em escrita teatral contemporânea.
178786 - Kiev Ballet - Tour 2018
DD2 Produções Ltda. - ME
CNPJ/CPF: 08.878.729/0001-77
Processo: 01400033898201717
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 1.803.686,41
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto prevê trazer de volta ao Brasil uma das mais renomadas companhia balé do mundo, a companhia nacional de balé da Ucrânia, mais conhecida como Kiev Ballet. Interpretando 02 montagens compiladas em uma única apresentação, que ainda serão definidas, Os espetáculos acontecerão nas cidades Belém/PA, Fortaleza/CE, Natal/RN, Recife/PE, Goiânia/GO e Brasília/DF. Também será ministrada por uma solista do Kiev Ballet aula de dança para até 40 crianças por cidade.
178896 - Lennon - O mundo pede paz
HIRAM FIRMINO
CNPJ/CPF: 102.038.186-87
Processo: 01400034032201715
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 699.958,13
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de montagem, produção e circulação do espetáculo teatral musical "LENNON - O Mundo pede Paz", obra que pretende contar a história de John Lennon sob o viés pacifista e amoroso do artista através de sua trajetória de luta, vida e morte violenta do líder do maior conjunto de rock de todos os tempos. Estão previstas 05 (cinco) apresentações do espetáculo teatral musical, sendo 03 (três) em Belo Horizonte e 02 (duas) em Ipatinga, ambas em Minas Gerais. O espetáculo combinará bailarinos, orquestra, coral e banda, com interpretações do artista.
178905 - Les Comedian
TARGET ESPORTES PRODUCOES E EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 18.508.453/0001-99
Processo: 01400034045201794
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 483.677,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O espetáculo Teatral " Le Comédien" com a atriz Camila Amado. Serão 3 meses em cartaz, com10 apresentações. Estamos retomando a benéfica influência que tivemos da Cultura Francesa, de origemLatina em sua raíz como a nossa língua, a Portuguesa. Uma cultura de amor e Paz. O amor, é a qualidadeprincipalíssima da inteligência diz Mário de Andrade, e a música popular francesa é uma canção de amor.Amor entre os homens, amor a sua Pátria e a sua Cultura. Cláudio Tovar e eu temos em nossos corações estatarefa. Trazer o amor de novo para o centro, o protagonista exemplar da nossa cultura. Esta cultura foi desviada e esquecida pela sedução da Cultura Americana de raiz Anglo Saxônica, que nos desviou da nossa cultura identificada com a natureza e a vida e sorrateiramente nosconfinou em seus campos de morte. A cultura americana é fatalmente uma cultura de Morte por todas asguerras, por todas as perdas e luto que ainda hoje têm de elaborar e sublimar por conta de tantas guerras, tanta morte.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178901 - Macunaíma
SARAU AGENCIA DE CULTURA BRASILEIRA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 00.185.247/0001-20
Processo: 01400034037201748
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.894.741,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar uma nova montagem teatral do clássico "Macunaíma", de Mário de Andrade, com músicas originais, direção de Bia Lessa e a Cia Barca dos Corações Partidos no elenco. O espetáculo celebra os 90 anos da sua publicação e os 40 anos da histórica montagem feita por Antunes Filho no CPT.

178879 - Manaka Passarinheiro em Aventuras Cantadas - Temporada Carioca
FRANCISCO ABREU FERNANDES ALVARENGA
CNPJ/CPF: 061.011.686-03
Processo: 01400034015201788
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 596.755,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Manaka Passarinheiro em: Aventuras Cantadas" é um espetáculo cênico-musical empolgante para crianças e familiares, com 13 músicas originais e uma dramaturgia criada a partir do universo do brincar e da infância. Em cena, a dupla de pesquisadores intergalácticos "Manaka Passarinheiro" investiga a origem da felicidade e encontra no Planeta Terra receitas simples que tornam a vida feliz e recheada de afetos. Este projeto se destina à TEMPORADA CARIOCA de 3 MESES do espetáculo, na cidade do RIO DE JANEIRO, durante o ano de 2018.

178861 - Manual da Mística Moderna
Inverso Produções Artisticas LTDA.
CNPJ/CPF: 11.455.296/0001-51
Processo: 01400033996201746
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 487.455,23
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a montagem e temporada do primeiro monologo da atriz Monique Alfradique; "MANUAL DA MISTICA MODERNA" com texto inédito de Camila Fremder e direção de Leandro Hassum. Temos intenção de apresentar em teatros com uma média de 300 lugares. Durante a temporada, dsponibilizaremos uma porcentagem de ingressos para os patrocinadores, divulgação, população de baixa renda e sessões para deficientes auditivos, com intérprete de libras, conforme detalhado no Plano de distribuição.

178855 - MEU PAI É UM HOMEM PÁSSARO - Circulação de espetáculo
CIA. EXPERIMENTUS TEATRAIS
CNPJ/CPF: 04.386.229/0001-67
Processo: 01400033989201744
Cidade: Itajaí - SC;
Valor Aprovado: R$ 98.992,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto propõe a circulação do espetáculo infantil "Meu Pai é Um Homem Pássaro" encenado pela Cia Experimentus Teatrais (Itajaí-SC) pela cidade de Itajaí e/ou outras cidades a serem definidas na ocasião da execução/produção do projeto.

178871 - Nações: Movimentos do Mundo
Mais Cultura e Arte
CNPJ/CPF: 11.917.786/0001-22
Processo: 01400034007201731
Cidade: Três Passos - RS;
Valor Aprovado: R$ 699.948,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O GEMP, fundado em 1995, é uma companhia de danças folclóricas do interior do estado, já consagrado como um dos melhores grupos nacionais, que desde então vem ultrapassando as barreiras brasileiras ao estudar e apresentar a cultura de diversos Estados do Brasil e depois, levou esta cultura para exatamente 20 países da Ásia, Europa, América do Sul e do Norte. E são dessas experiências internacionais que nasceu o espetáculo "NAÇÕES: MOVIMENTOS DO MUNDO". Com duração aproximada de 80 minutos, o espetáculo propõe através da dança um passeio do ocidente pelo oriente, mostrando a riqueza e a diferença da arte e da cultura de povos como chineses, árabes, ucranianos ou chilenos, entre tantos outros. A proposta deste projeto é levar toda esta volta ao mundo transformada em dança em forma de espetáculo a 06 municípios. Em estruturas montadas em praças e locais públicos, o GEMP se apresentará de forma gratuita às populações de Alpestre, São Carlos, Itatiba do Sul, Itá, Faxinalzinho e Itapiranga.

178909 - O MENINO E A GAITA MÁGICA
GEISON CEZARE CARDOSO - ME
CNPJ/CPF: 16.444.108/0001-03
Processo: 01400034051201741
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 456.405,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto do grupo Menino e a Gaita Mágica: propõe a produção e criação do espetáculo inédito infanto-juvenil, realizando apresentações a preços populares. O projeto uma cota dos ingressos com distribuição gratuita para as comunidades carentes e escolas da rede publica. A criação do espetáculo se dará através do coletivo, somando elenco e diretores, além da participação de profissionais da musica. Conta a história da gaita de boca desde a China Antiga (5.000 anos a.C) a partir de um instrumento chinês chamado Sheng, passando pela transformação nas mãos de alemães no século XIX e a imigração para o Brasil, no início do século XX. O espetáculo é uma comedia musical que inclui arte circense abordando assuntos como preservação do meio ambiente, reciclagem, consciência ecológica e sustentabilidade. Duração média: 45 minutos.

178473 - Oba, É feriado!
ARVORE DE COMUNICACAO E PRODUCOES EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 04.055.290/0001-21
Processo: 01400033472201755
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 819.794,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto de ocupação de espaços públicos (praças e parques) com atividades culturais para crianças durante 6 (seis) feriados nacionais. Oportunidade para, por meio da música, contação de histórias e brincadeiras, recuperar a história e as tradições envolvidas em cada data comemorativa brasileira.

178683 - Paixão de Cristo - 40 anos de emoções
Grupo de Teatro Transart
CNPJ/CPF: 15.388.903/0001-69
Processo: 01400033749201740
Cidade: Campo Grande - MS;
Valor Aprovado: R$ 4.639.184,88
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Paixão de Cristo (A Vida de Jesus) é um projeto a ser realizado de forma itinerante por 40 cidades do Estado de Mato Grosso do Sul, com uma apresentação em cada cidade, exceto Campo Grande com 4 totalizando 43 apresentações, atingindo um público de mais de 300 mil espectadores. Paixão de Cristo (A Vida de Jesus) leva ao público a conhecida história da vida, paixão e morte de Jesus, baseada em relatos bíblicos.

178850 - PINHÃO FOLK FESTIVAL
Mario Sergio Arruda Antunes ME
CNPJ/CPF: 11.459.100/0001-05
Processo: 01400033982201722
Cidade: Lages - SC;
Valor Aprovado: R$ 445.695,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O "PINHÃO FOLK FESTIVAL" é um evento de PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL regional do Sul do Brasil que envolve o Folclore e a Tradição através da dança, da declamação e da música. O Festival que será realizado no ano de 2018, em Lages - SC. Serão desenvolvidas competições nas modalidades Danças Tradicionais Gaúchas, Dança da Chula, Declamação, Solista Vocal e Instrumental de gaitas e violões. Isto em 4 categorias: Mirim, Juvenil, adulto e veterano. O Festival também contempla uma Mostra de Projeção Folclórica de Dança com Grupos de renome no cenário da dança. Serão em torno de 40 grupos e aproximadamente 1000 participantes que estarão em palco nos dias de evento.

178676 - Plano Anual de Atividades Gente Amiga 2018
ASSOCIACAO BENEFICIENTE EDUCACIONAL E ASSISTENCIAL GENTE AMIGA
CNPJ/CPF: 07.004.037/0001-37
Processo: 01400033742201728
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 302.708,80
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Plano Anual de Atividades da Associação Gente Amiga consiste em uma gama de ações culturais que serão desenvolvidas no decorrer do ano de 2018, com foco em oficinas de dança, música, teatro, entre outras.

178701 - POSIARTE 2018
L & K PROJETOS CULTURAIS S/S
CNPJ/CPF: 19.352.930/0001-32
Processo: 01400033768201776
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 77.865,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de uma de série de apresentações de espetáculos amadores de artes cênicas, desenvolvidos pelos alunos do Colégio Positivo de Curitiba/PR. A proposta engloba uma Mostra Amadora de Teatro e Dança, através da qual serão apresentadas inúmeras atrações. Entre teatro e dança, serão 45 apresentações. Público estimado de 5.000 pessoas.

178666 - Preta e Pretinho: Um Álbum Musical (nome provisório)
Associação Arte Nova Produções Culturais e Artísticas
CNPJ/CPF: 09.372.135/0001-52
Processo: 01400033728201724
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.560.725,84
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "Preta e Pretinho: Um Álbum Musical" (nome provisório) é um espetáculo de teatro que retrata musicalmente o Morro do Firmamento, no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. Destaque nos noticiários policiais desde a década de oitenta, berço e abrigo de lendários traficantes, cenário de sangrentos confrontos, palco de histórias inusitadas, o Firmamento é um microcosmo carioca, ninho de sonho e de luz fervendo a quarenta graus. Nesta civilização encruzilhada emergem desejos, traições, sacrifícios de cidadãos inteiramente loucos como um compositor sertanejo que se aventura nos concursos de samba-enredo, uma jovem que sonha tornar-se rainha de bateria, um traficante de nome Jesus, um playboy metido a malandro e um bicheiro enamorado.

178832 - PROGRAMAÇÃO CINE THEATRO BRASIL 3ª EDIÇÃO: MOSTRA CINE BRASIL TEATRO E MÚSICA
ASSOCIACAO CINE THEATRO BRASIL - VALLOUREC
CNPJ/CPF: 09.207.902/0001-78
Processo: 01400033964201741
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.976.932,64
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar a "Programação Cine Theatro Brasil 3ª edição: Mostra Cine Brasil Teatro e Música", no decorrer de 10 (dez) meses, com o objetivo de trazer à Belo Horizonte uma extensa programação para formação de público e democratização do acesso às artes. Com o total de 24 espetáculos (15 espetáculos adulto, 04 espetáculos infantis e 5 shows de música) o projeto viabilizará toda a estrutura de cachês, técnica e de logística. Os grupos e artistas serão selecionados por empresas de produção especializadas. As ações terão público estimado em 24.000 pessoas de diversas idades e seguimentos sociais, sendo os ingressos vendidos a preços populares.

178472 - Programação com Acessibilidade Theatro Via Sul Shopping
PROCULT - PRODUTORA DE ARTE E EVENTOS CULTURAIS
CNPJ/CPF: 08.894.752/0001-55
Processo: 01400033471201719
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 5.813.369,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo a realização de uma ampla e diversificada programação, compreendendo a pluralidade cultural e identitária do público de Fortaleza. Com um amplo olhar para as saberes e fazeres da cultura local e promovendo a descentralização da produção cultural nacional, o projeto busca firmar raízes subjetivas na construção de estratégias de aproximação e pertencimento do público local levando em consideração as múltiplas faixas etárias, os diversos seguimentos culturais com o espaço cultural em questão.

178661 - Prosa na Estrada
Prosa dos Ventos Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 16.499.400/0001-23
Processo: 01400033717201744
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 396.936,80
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Apresentação do projeto "Prosa na Estrada" em 33 cidades do interior paulista, todas com até no máximo 5 mil habitantes. O projeto é composto pelo espetáculo de contação de histórias "A Princesa e o Mar", com Élcio Rodrigues, Laruama Alves e Leandro Goulart, que será apresentado gratuitamente em local aberto que comporte de 150 a 200 pessoas (alunos da rede pública). Também faz parte do projeto a realização do "Espaço da Prosa" uma vivência de três horas voltada à dramaturgia e à linguagem da contação de histórias, para até 40 pessoas (professores da rede pública), para incentivar o uso da contação em sala de aula e também a criação de polos de contadores nas cidades visitadas pelo projeto. Esta vivência será coordenada pelos atores e pelo dramaturgo Fabio Brandi Torres.

177819 - RECIFE MAIS CULTURA
BUREAU DE CULTURA E TURISMO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 11.848.554/0001-60
Processo: 01400031911201795
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 578.251,74
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Recife Mais Cultura consiste na realização de apresentações de grupos de cultura popular na Pracinha de Boa Viagem para turistas e a população do Recife e cidades da Região Metropolitana. O projeto terá duração de 12 (doze) meses com uma programação contínua todas as quartas-feiras, das 19h às 22h, com apresentações de grupos de cultura popular (Ciranda, Coco, Maracatu, Forró, Frevo e outros), apresentações de repentistas, recital de cordel e Aulas espetáculos para residentes e turistas, com objetivo de divulgar e fortalecer as manifestações artísticas da cidade, além de aproximar turistas e residentes da produção cultural local.

178269 - Set Cinético
ACERTE PROJETOS
CNPJ/CPF: 77.515.120/0001-56
Processo: 01400033196201725
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.569.803,75
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Set Cinético é um espetáculo de artes cênicas interativas dentro de um circo tecnológico, isto é, uma cápsula vivencial. Ela é um ambiente revestido por lona para proteger as áreas de projeção e manter o controle de luz e projeção interna, de fácil montagem e desmontagem. Público e artista serão transformadores do espetáculo e dessa forma, promove-se o desenvolvimento da criatividade, da conexão entre arte e público e do reconhecimento de si mesmo como parte de um sistema. Serão 44 apresentações e 4.400 ingressos.

178953 - Sorriso Livre
Cia. de Idéias Produções Culturais e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 06.905.765/0001-57
Processo: 01400034144201776
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 318.016,60
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Sorriso Livre busca sensibilizar o público para atitudes singelas que possam amenizar um dia repleto de dificuldades, as dificuldades do cotidiano atarefado ou simplesmente proporcionar um momento de satisfação durante o dia. Esse tema será abordado através de uma peça teatral voltada para o público de todas as idades, que busque instigar a refletir sobre pequenas atitudes e gentilezas que possam contribuir para um dia a dia proveitoso assim como uma convivência mais harmônica e agradável entre as pessoas.

178921 - Teatro do Mallandro
Agilidade Entret e Especiliz em Capt de Incentivos Fiscais Ltda ME

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CNPJ/CPF: 18.116.792/0001-20
Processo: 01400034089201714
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 874.921,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da circulação doTeatro do Mallandro por 6 capitais brasileiras. Sergio Malandro fará uma pequena turnê que circulará nas seguintes cidades: Goiânia, Brasília, Natal, Teresina, São Paulo e Rio de Janeiro.

178617 - WILD
SELENE & CIBELE PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 05.954.775/0001-10
Processo: 01400033661201728
Cidade: Santo André - SP;
Valor Aprovado: R$ 779.625,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se da montagem e temporadasdo espetáculo Wild, texto inédito do dramaturgo inglês Mike Bartlett, considerado um dos maiores autores da contemporaneidade. A peça se inspira no caso de "Edward Snowden" para tratar das virtuoses, perigos da internet, sistema de vigilância global e tráfego de informações. Mike Bartlett é conhecido pela sua perspicácia e inteligência ao tratar de temas cotidianos com olhar arguto e ironia fina.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

179190 - Projeto GAITAS E GAITEIROS-Prêmio Nésio Alves Corrêa (Gildinho)
CAROLINA VALENCIO SILVEIRA DA SILVA
CNPJ/CPF: 20.908.969/0001-72
Processo: 01400034467201760
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 248.555,25
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto GAITAS E GAITEIROS-Prêmio Nésio Alves Corrêa (Gildinho)" trata-se de um festival de gaiteiros, onde a cada anos será escolhido um ìcone da Gaita do Rio Grande para ser homenageado.Nesta 1ª edição foi escolhido Nésio Alves Corrêa, o Gildinho do Grupo Os Monarcas.haverá uma palestra sobre a música instrumental.

179094 - Shakti - Mantras para o Bem Estar - Sadhana Aquariana
LEONORA TAVARES MEIRELES
CNPJ/CPF: 549.087.526-72
Processo: 01400034340201741
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 137.600,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção, gravação e confecção de CD da obra "Mantras para o Bem Estar - Sadhana Aquariana" do Grupo Shakti Jatha, com tiragem de1000 cópias em CD para promoção e realização de Concertos em BeloHorizonte, em Teatro, Praça Publica, Centro Cultural e Escolas com entrada franca e mediante retirada de convites.

179471 - 170 ANOS DA ESCOLA DE MÚSICA DA UFRJ
Fundação Universitária José Bonifácio
CNPJ/CPF: 42.429.480/0001-50
Processo: 01400034856201795
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 679.661,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Temporada artística comemorativa dos 170 anos da Escola de Música da UFRJ, em 2018. Mais antiga instituição de ensino musical do país, a Escola de Música da UFRJ é a maior responsável pela oferta de concertos e espetáculos musicais oferecidos anualmente na cidade do Rio de Janeiro. Os eventos são realizados nos seus salões, na sede localizada na Rua do Passeio, na Lapa, e em espaços parceiros como a Sala Cecília Meireles, o Theatro Municipal do Rio, Teatro Municipal de Niterói e o CCMJ - Museu da Justiça. O Salão Leopoldo Miguez, principal salão da Escola, é considerado uma das salas de concerto com melhor acústica no país. A Temporada oferece cerca de 70 concertos anuais, tanto de grupos de câmara, jazz e choro, quanto de grupos sinfônicos, além de festivais, óperas e mostras de grande importância para o cenário musical brasileiro.

179319 - 1º Festival ChorandoSemParar Paraty/São Carlos - Edição Paulo Moura
Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FAI.UFSCar
CNPJ/CPF: 66.991.647/0001-30
Processo: 01400034632201783
Cidade: São Carlos - SP;
Valor Aprovado: R$ 228.750,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar, na cidade de Paraty RJ, conforme art. 18/Lei Rouanet, o Festival de música instrumental ChorandoSemParar, o mesmo que há 14 anos é realizado na cidade de São Carlos SP. Em São Carlos o Festival ocorre tradicionalmente no início de dezembro e a presente proposta visa realizar mais uma edição por ano, sendo a segunda, em Paraty. Portanto, o projeto propõe expandir a ação desse Festival que é realizado por iniciativa do Projeto Contribuinte da Cultura, da UFSCar, juntamente com instituições parceiras e patrocinadores, na maioria das vezes através da Lei Rouanet e do ProAc. A proposta do Festival é difundir e valorizar a música instrumental brasileira e, de modo especial, o Choro. A cada ano há uma programação de palestras, oficinas, exposições e apresentações musicais em auditórios e ao ar livre, com entrada franca. O homenageado em memória de cada edição inspira os temas, elenco e atividades. No último dia, a programação apresenta 12 horas de revezamento do elenco convidado, das 10h às 22h, formato que justifica o nome do Festival. Dessa forma, o presente projeto propõe realizar, em junho de 2018, o 1º. Festival ChorandoSemParar Paraty/São Carlos - Edição Paulo Moura.

179196 - 1º Festival Cultural Ítalo - Brasileiro - Expobarra 2018
SOCIEDADE ITALIANA MONTE VENETO
CNPJ/CPF: 02.681.089/0001-24
Processo: 01400034475201714
Cidade: Barra do Rio Azul - RS;
Valor Aprovado: R$ 228.690,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar o 1º Festival Cultural Ítalo - Brasileiro - Expobarra 2018, no Município de Barra do Rio Azul no RS. Um evento para contar a história de um povo e resgatar o hábito cultural através da música instrumental, orquestras, bandas e corais. Potencializar o comércio local com a Expobarra 2018 e fomentar o desenvolvimento econômico e cultural.

178966 - 1º Mostra de Música Gaúcha em Santa Catarina
MARAGATO PROMOCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 00.103.813/0001-07
Processo: 01400034173201738
Cidade: São Leopoldo - RS;
Valor Aprovado: R$ 374.969,44
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto 1º Mostra de Música Gaúcha em Santa Catarina vem para oportunizar palco para a música instrumental gaúcha dentro doEstado de Santa Catarina, levando a história e a cultura do Estado do Rio Grande do Sul, enaltecendo os instrumentistas e fomentando o consumo pela música instrumental gaúcha e realizando um intercâmbio cultural entre os dois estados.

179524 - 2 º ENCONTRO/FESTIVAL PIFERCUSSÃO - ENTRE MESTRES E APRENDIZES DA CULTURA E MÚSICA POPULAR DO NORDESTE BRASILEIRO
Heráclito Dornelles Araújo Coutinho de Melo
CNPJ/CPF: 050.693.024-69
Processo: 01400034941201753
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 19.550,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O 2º Encontro / Festival Pifercussão será realizado no Centro Cultural Banco do Nordeste emSousa / PB em-Março de 2018 e reunirá, no sertão da Paraíba durante dois dias, mestres representantes da cultura do pífano nordestino e alunos do projeto Pifercussão, que proporciona há cerca de sete anos aulas, oficinas e vivências musicais gratuitas para crianças e adolescentes na cidade de Bayeux e João Pessoa/PB. O projeto foi contemplado no edital de patrocínio a eventos culturais do Banco do Nordeste 2016 / 2017 e agora aguarda sua aprovação na Lei Rouanet para receber o valor e ser executado.

179121 - 24 º RIO INTERNATIONAL CELLO ENCOUNTER
ASSOCIAÇÃO MUSICAL RIO CELLO ENSEMBLE
CNPJ/CPF: 72.387.376/0001-01
Processo: 01400034371201700
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 709.545,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização do Festival internacional de violoncelo 24º RIO INTERNATIONAL CELLO ENCOUNTER

179470 - 3 Oficina Sol Maior - Música Instrumental
Quattro Projetos e Serviços Ltda - ME
CNPJ/CPF: 11.658.211/0001-32
Processo: 01400034854201704
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 209.000,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar oficinas de música instrumental para crianças e jovens. Proporcionaremos, de forma gratuita, diversas opções culturais relacionadas a música, oferecendo um primeiro contato com diferentes instrumentos musicais, trabalhando expressões sonoras e a construção de instrumentos musicais com material reciclável, focando no desenvolvimento de atividades lúdicas. Oferecer recreação através de atividades culturais às crianças estimula a criatividade e a imaginação.

179509 - 42º Festival Popular da Canção Italiana
Marca Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 07.793.081/0001-73
Processo: 01400034916201770
Cidade: Nova Prata - RS;
Valor Aprovado: R$ 38.778,75
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar um festival de coros, no município de Protásio Alves - RS, com a presença de inúmeros grupos da região.

178299 - 6º Festival Internacional Música na Serra - FIMS
Instituto José Paschoal Baggio
CNPJ/CPF: 09.198.242/0001-06
Processo: 01400033233201703
Cidade: Lages - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.355.429,54
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Festival Internacional Música na Serra acontece desde julho de 2013. Neste sexto ano foram programadas várias modalidades de máster class para formação de orquestra sinfônica completa, coral adulto e infantil. Estas máster são oficinas diárias que acontecerão em espaços escolares. As apresentações de dança ocorrerão em dias especiais, o coral adulto e infantil também terão particularidades nas apresentações e produção. O FIMS pretende realizar durante todo o período de Pré-Produção e produção um conjunto de ações que se subdividem: a Formação de Plateia e a Adesão de um maior número de alunos oriundos de Lages e demais regiões do estado de Santa Catarina. Os concertos acontecerão todas as noites com artistas internacionais, professores do festival, alunos e bolsistas na apresentação da orquestra sinfônica e Corais do Festival Música na Serra. O Festival está inserido num circuito de Festivais de inverno que acontece nos estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

179511 - A convite da Viola
VIOLA DE NOIS PRODUÇÕES
CNPJ/CPF: 08.913.421/0001-15
Processo: 01400034920201738
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 557.516,25
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "A convite da Viola" leva ao público de Uberlândia/MG o encontro do violeiro anfitrião Arnaldo Freitas e seus 2 convidados. Ainda como parte da programação do projeto, será realizado 1 concurso de desenho para crianças e adolescentes de escolas públicas, culminando com uma cerimônia de premiação durante a apresentação solo de Arnaldo Freitas no teatro da cidade.

178922 - Academia de Música da OSINCA
F. BONELLA CUNHA PROJETOS CULTURAIS - ME
CNPJ/CPF: 09.117.895/0001-13
Processo: 01400034090201749
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 891.378,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Academia de Música da OSINCA consiste na realização das atividades pedagógicas da Orquestra Sinfônica de Carazinho, durante 10 meses, bem como a realização de concertos didáticos para a comunidade em Carazinho. Com direção artística do maestro e cravista Fernando Cordella, a Academia de Música oferece à comunidade ensino musical continuado de qualidade, com carga horária semanal dividida em aula de instrumento, teoria e percepção musical, além da disciplina opcional de prática coral e, ainda, para os alunos mais adiantados no instrumento, a oportunidade de integrar a Orquestra Sinfônica de Carazinho.

178833 - AÇÃO CULTURAL ABECAO
ASSOCIACAO BENEFICENTE CULTURAL E ASSISTENCIAL DE OLIMPIA
CNPJ/CPF: 12.647.352/0001-12
Processo: 01400033965201795
Cidade: Olímpia - SP;
Valor Aprovado: R$ 518.580,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Desenvolver e manter as ações culturais da ABECAO (Associação Beneficente Cultural e Assistencial de Olímpia) nas modalidades de música (instrumental e canto), artes visuais e humanidades (literatura), através de oficinas, apresentações itinerantes e exposições artísticas itinerantes.

178490 - Acorde da Música Instrumental e Poético
Mariana Menezes Ribeiro
CNPJ/CPF: 013.493.780-54
Processo: 01400033489201711
Cidade: Camaquã - RS;
Valor Aprovado: R$ 95.663,75
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: No ACORDE DA MÚSICA INSTRUMENTAL E POÉTICO, participam10 melodias do estado e região sul, com instrumentos aculturados no regionalismo gaúcho em sua origem, com temas para violão, acordeon e violino de acordo com o tema recitado.Ocorrerá, paralelo ao ACORDE, o ACORDE PIÁque terá a participação de todas as escolas do município, na data que antecede a fase estadual, escolhendo em cada uma delas numa seleção local, os seus representantes que se apresentarão no mesmo palco, possibilitando o crescimento e o enriquecimento das atividades artísticas tão carentes de projeção, para seguirem o rastro da essência de nossa cultura. Precisamos resgatar esse vestival que tem tamanha importância para Camaquã e RS, o sucesso das edições anteriores pedem que o mesmo seja retomado.

178292 - Admirando o Sertão: Cultura e Musica Caipira
JEFFERSON QUINTINO GOMES
CNPJ/CPF: 129.352.888-90
Processo: 01400033225201759
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 699.537,60
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo formar de um conjunto composto por músicos instrumentistas para a montagem e produção da turnê do espetáculo musical instrumental que leva o titulo de "Admirando o Sertão: Música e Cultura Caipira" que tem o intuito de difundir a música de viola e sertaneja de raiz, a cultura e os costumes do povo sertanejo. A proposta é a apresentação de uma seleção de musicas que vão das clássicas a moderna presentes na cultura popular sertaneja através de arranjos produzidos por músicos da nova geração a fim de fazer um parâmetro entre a música sertaneja de raiz clássica e a musica sertaneja contemporânea. Para tanto, além da utilização da viola caipira a produção se utilizará de instrumentos como sanfona, percussão, guitarra entre outros que, nos dias de hoje, são muito utilizados por bandas e orquestras de música instrumental.

178869 - Afinando as Cordas
DANIEL RAFAEL DE ALMEIDA
CNPJ/CPF: 064.729.574-10
Processo: 01400034005201742
Cidade: São Paulo - SP;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Valor Aprovado: R$ 686.490,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto refere-se à produção de um espetáculo de música instrumental inédito composto por viola, violão e guitarra com circulação em municípios do interior paulista. A ideia é quebrar tendências tradicionalistas da música trazendo uma estética popular a clássicos da música brasileira através da criação de novos arranjos que serão produzidos especialmente para o espetáculo.

178949 - Além das Fronteiras
EXPERIMENTE CERVEJAS & PRODUTOS ARTESANAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 22.553.233/0001-54
Processo: 01400034139201763
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.352.605,80
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Esse projeto visa a realização do Festival Além das Fronteiras, que trará a Nova Lima-MG, no bairro Jardim Canadá, um festival com apresentações de música instrumental, de rock e blues. Serão realizadas 6 edições do Festival, trazendo ao público a cada edição 2 bandas diferentes de fora de Minas Gerais, além de uma banda local que também se apresentará em cada edição.

179245 - ALLEGRO PIANO - MISSAL
Universidade Livre da Cultura
CNPJ/CPF: 10.505.300/0001-86
Processo: 01400034548201760
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 148.005,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto vem propor a compra de um piano de meia-cauda para a cidade de Missal, no Oeste do Estado do Paraná,visando condicionar a cidade, em parceria com a Unicultura, a promover uma programação efetiva de concertos, concertosdidáticos, workshops e fomento musical erudito na cidade. Além da compra, propõe-se também um concerto de estreia do novopiano na cidade.

179189 - Aprendizes de Beija-Flor
IBF INSTITUTO BEIJA-FLOR
CNPJ/CPF: 13.110.653/0001-75
Processo: 01400034466201715
Cidade: Colombo - PR;
Valor Aprovado: R$ 198.337,15
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto "Aprendizes de Beija-Flor" foi criado atender para crianças e jovens do Instituto Beija - Flor, com o objetivo de proporcionar o aprendizado de música intrumental. O projeto pretende suprimir a lacuna neste tipo atuação, Em uma escola onde os alunos terão um espaço para sua formação artística e técnica, contendo na sua essência, um caráter de inserção social e profissional.O Projeto será desenvolvido na sede do Instituto Beija-Flor que esta localizada na região do Guaraituba, município de Colombo - Paraná. Além das aulas o projeto oferecerá oficinas lúdicas de expressão corporal e desenvolvimento humano. Na contrapartida, serão realizados 05 concertos didáticos com o propósito de formação de platéia em hospitais, asilos, escolas públicas e no próprio Instituto.Os concertos serão gratuitos, e destinados aos familiares dos alunos e pacientes, idosos e familiares, pessoas geradoras de opiniões, incentivadores e público em geral.

179525 - Apresentações do HSQ - Hegenberg String Quartet
WILLIAM HEGENBERG
CNPJ/CPF: 073.339.169-95
Processo: 01400034942201706
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 226.300,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de uma temporada de apresentações de música instrumental do HSQ - Hegenberg String Quartet. Serão 10 concertos. O HSQ foi criado em 2016 e realiza diferentes ações socioculturais, de educação musical e formação de público.

178877 - Aquarela
Francisco Olímpio de Aguiar Rocha 05947022320
CNPJ/CPF: 17.087.871/0001-97
Processo: 01400034013201799
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 156.051,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Aulas de flauta e percussão para crianças e adolescentes carentes. Teremos quatro turmas com quinze alunos, os quais aprenderão elementos básicos para tocar um instrumento musical (flauta ou percussão) e um repertório com músicas regionais e cantigas de roda. A carga horária será de 180 horas/ aula e uma vez por semana teremos um aulão aberto para que a criançada da comunidade possa também participar. Os cursos serão gratuitos e realizados na área metropolitana de Natal/RN e João Pessoa/PB.

179459 - ARTEMIX - 2ª edição
GILNEI FERNANDO KEIBER - ME
CNPJ/CPF: 10.709.140/0001-97
Processo: 01400034839201758
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 734.666,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: ARTEMIX é um evento que engloba artes circenses, teatro, dança e música através de um evento executado em estrutura montada a céu aberto, livre e gratuita para toda a população. Nesta edição, a programação prevê um intercâmbio de atividades entre artistas do Sul e Centro-Oeste do País, a serem realizados na cidade de Palmeiras de Goiás.

178468 - Banda Marcial Joubert de Carvalho
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA BANDA MUSICAL JOUBERT DE CARVALHO
CNPJ/CPF: 72.147.309/0001-10
Processo: 01400033467201742
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 372.771,52
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Banda Marcial Joubert de Carvalho, busca inicialmente fomentar a participação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, capacitando-as ao aprendizado de um instrumento musical, criando perspectivas de geração de emprego e renda através da música e atuando na formação plena do cidadãodar oportunidades as crianças, jovens, adolescentes e adultos a aprenderem e vivenciarem a música através de apresentações e do ensino coletivo de forma gratuita, contribuindo para a manutenção da tradição das fanfarras/Bandas na cidade de Maringá-Paraná, também conhecida como Cidade Canção. Serão realizadas08 apresentações na região metropolitana de Maringá, buscando fomentar a formação de uma platéia apreciadoras da música instrumental, incentivar a formação de novas apreciadores musicais com ênfase nas Bandas Marciais. O projeto busca a formação intelectual do indivíduo como um todo. Serão abertas 40 vagas, sendo 10 para trombone e eufônio, 10 para trompete e 20 para percussão, as oficinas acontecerão na Fundação Luzamor, as aulas serão coletivas e gratuitas.

179076 - Banjo e Viola vol 2
Chaparrall Produções LTDA
CNPJ/CPF: 15.492.281/0001-14
Processo: 01400034319201745
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 196.950,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Gravação do volume dois do CD de música instrumental Banjo e Viola da banda Chaparrall contendo 10classicos da música regional e sertaneja que serão distribuidos gratuitamente.

178907 - Blue Note Classic
Gaia Produções Artísticas e Culturais - EPP
CNPJ/CPF: 40.186.140/0001-10
Processo: 01400034048201728
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.501.862,29
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de uma temporada de concertos temáticos sobre a música clássica, com apresentação de orquestra de câmera e participação de solistas convidados.

178940 - Brasil Instrumental - Workshop
Bwa Assessoria e Consultoria Ltda
CNPJ/CPF: 05.704.401/0001-46
Processo: 01400034130201752
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado: R$ 318.010,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar workshops gratuitos de Bateria, Guitarra e Baixo em oito cidades, abrangendo três estados: Paraná, São Paulo e Santa Catarina.

178486 - CAÇADOR DE MÚSICOS
MARCOS PAULO ARCARI
CNPJ/CPF: 054.380.469-05
Processo: 01400033485201724
Cidade: Videira - SC;
Valor Aprovado: R$ 385.564,83
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Objetivo Geral: Ensinar música através de aulas de Flauta Doce, direcionadas a crianças de 8 a 12 anos, mostrando como as manifestações artísticas podem abrir novos caminhos e ajudar a desenvolver novas habilidades tanto no âmbito social, quanto no pessoal.

179026 - Camerata Jovem Beethoven - Música que transforma
ASSOCIAÇÃO ARTISTICA E CULTURAL DO INTERIOR PAULISTA - AACIP
CNPJ/CPF: 71.744.957/0001-90
Processo: 01400034254201738
Cidade: São José do Rio Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 222.650,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto fará a circulação da Orquestra Jovem Beethoven, com repertótio de música clássica e popular instrumental, totalmente gratuito para a população, por oito cidades da região.

179417 - CD Instrumental - Kuribi In Concert
Calil Abumanssur
CNPJ/CPF: 012.531.218-00
Processo: 01400034756201769
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado: R$ 239.490,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Gravação de um CD de música instrumental, contendo 10 (dez) composições/arranjos com a tiragem de 1.000 (mil) cópias e realização de 01 (uma) apresentação de lançamento.

179376 - CELIO BALONA & ORQUESTRA SESIMINAS - 80 ANOS DE VIDA E 65 ANOS DE MÚSICA
VEREDAS PRODUCOES EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 00.614.034/0001-76
Processo: 01400034710201740
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 515.653,79
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Para comemorar seus 80 anos de vida e 65 anos de música, o instrumentista Celio Balona criou um espetáculo especial com a participação da Orquestra Sesiminas e os músicos convidados Clóvis Aguiar e Milton Ramos. O projeto levará shows a teatros do Sesi em 9 cidades de Minas Gerais. Com um repertório que reúne composições de Cartola, Gonzaquinha, Chico Buarque, Tom Jobim, Edu Lobo, entre outros grandes compositores, o concerto promove um encontro instrumental em arranjos originais. Todas as apresentações têm entrada gratuita.

179396 - Cena Luz
FASE10 PRODUCOES ARTISTICAS E EDITORA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 40.255.762/0001-53
Processo: 01400034735201743
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 166.818,75
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Propomos a realização da projeção de cinco filmes do cinema mudoem que as trilhas sonoras, todas instrumentais, serãoexecutadas ao vivo por músiccos iprofissionais. As apresentações serão realizadas em três dias consecutivos, com duração aproximada de 60 minutos cada. Os filmes propostos são: "King Kong", "O Artista", "Drácula", "Nosferatu" e "Perfume de mulher".As trilhas serãointerpretadas por um grupo composto pelos músicos Blas Rivera (Piano), David Chew (Cello), Michele Barsand (Percussão) e Renato Hanriot (Bandoneón). Comampliada de utilização do espaço urbano para intervenções artisticas, as exibições serão realizadas em três locais distintos da cidade do Rio de Janeiro.São eles: Cine Odeon (Centro), Cidade das Artes (Zona Oeste) e Roxy (Zona Sul). Esses espaços já foram contatados e demonstraram o interesse de abrigar o projeto. A proposta contará, ainda, com duas oficinas masterclasse (expressão inglesa que se refere a aulas dadas porespecialistas detentores de notório saber em determinada área do conhecimento) sobre o projeto em escolas públicas a serem ministrada pelo curador do projeto Blas Rivera. Será produzido, ainda, um documentário (curta metragem) sobre todas as ações realizadas, a ser exibido em um hot sit de divulgação do projeto.

178890 - CIRCUITO ARTÍSTICO DE MÚSICA, TEATRO E DANÇA
Tiago Vieira de Liz
CNPJ/CPF: 802.680.480-53
Processo: 01400034026201768
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 293.160,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A dança, o teatro, a música, são artes que integradas fazem nossa cultura forte. É com este espírito que realizaremos espetáculos que valorizem expressões locais e ao mesmo tempo valorizem artistas que geralmente são pouco lembrados. O circuito será composto por música instrumental, grupo de dança e teatro de humor com duração média de 03h com estrutura de som, luz, espaço coberto, palco e divulgação em determinadas localidades da Serra Gaúcha. O protagonismo dele é a arte de unir culturas em favor da fruição de produtos culturais.O Circuito Artístico de Música, Teatro e Dança tem a finalidade de integrar etnias e gêneros artísticos mostrando a diversidade cultural regional e brasileira com entrada franca e proporcionado momentos de lazer e descontração, reverenciando a tradição.

179105 - Circuito Cordas e Sons
AGT BRASIL LTDA ME
CNPJ/CPF: 06.128.047/0001-11
Processo: 01400034352201775
Cidade: Patos de Minas - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.520.937,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto criará um circuito/festival onde 05 cidades do Brasil receberão eventos multiculturais. Ao todo, o projeto realizará 05 eventos. Cada um deles contará com 01 apresentações de música instrumental com artistas de renome nacional no estilo viola caipira, 02 apresentações de música instrumental local, 02 apresentações de grupos folclóricos locais, 02apresentações de Cia de dança local e feira com exposições de artesanato e gastronomia típica local. Os eventos serão gratuitos e realizados em espaços públicos.

179020 - CIRCUITO IEIJ - PRESERVARTE SOMOS TODOS PARTE
INSTITUTO DE EDUCACAO INFANTIL
CNPJ/CPF: 77.441.467/0001-00
Processo: 01400034245201747
Cidade: Londrina - PR;
Valor Aprovado: R$ 195.720,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Viabilizar a implantação do Projeto "Circuito IEIJ: Preservarte - Somos Todos Parte", que consiste em um calendário anual de performances culturais nas áreas de Música Instrumental, Artes Cênicas e Exposição de Artes Visuais, visando disseminar estas manifestações artísticas à comunidade de entorno, fomentando a formação de plateias apreciadoras e o fomento à arte ambiental.

179463 - Concerto Nostra Italia 2018
ASSOCIACAO TREVISIANA NO MUNDO

CNPJ/CPF: 07.892.710/0001-12
Processo: 01400034844201761
Cidade: Cordeirópolis - SP;
Valor Aprovado: R$ 105.241,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização da 3ª Edição do Concerto Nostra Itália, com a execução de trechos de Ópera e música tradicional Italiana, com a participação da Orquestra Sinfonica de Cordeirópolis (OSC), Coro da OSC, Coral Italiano da Associação Trevisiana NoMundo - Cascalho (ATM), Cantores Solistas convidados e grupo de dança da ATM - Cascalho e atuante participação da comunidade local e especial as crianças da rede municipal de ensino. O projeto preve ainda a realização de 3 oficinas de preparação para o Concerto com a participação de crianças das Escolas Municipais e participantes da ATM - Cascalho (oficinas de dança, música e culinária italiana) visando a valorização e difusão da cultura italiana, em especial no bairro de Cascalho (sede da ATM) e preparação para a participação no Concerto. As oficinas irão trabalhar com as crianças e comunidade local a tradução das árias que serão executadas no concerto, explicação sobre os compositores, oficinas de música italiana e dança típica italiana (valorização cultural), degustação de pratos típicos , história da formação da comunidade italiana no Bairro de Cascalho em Cordeirópolis (onde esta instalada a sede da ATM) visita guiadaàCasa da cultura e aos pontos turisticos do bairro de Cascalho.

178967 - Concertos - Orquestra Sinfônica de Montes Claros - OSMC
LAISA CELENE MIRANDA BASTOS 06398975685
CNPJ/CPF: 22.311.618/0001-05
Processo: 01400034174201782
Cidade: Montes Claros - MG;
Valor Aprovado: R$ 349.888,15
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Oprojeto consiste na realização deapresentações musicais da Orquestra Sinfônica de Montes Claros, através deuma série de Concertos, a serem realizados no município de Montes Claros/MG (sede da orquestra), assim como em outros municípios do Norte de Minas Gerais, com 14 (quatorze) apresentações musicais e Concertos Didáticos. O projeto busca também popularizar e reduzir a distância do público à música erudita, através de concertos gratuitos e à preços populares, oportunizando, expandindo e fortalecendo a sua atuação em Montes Claros/MG e região. Os concertos serão realizados, em sua maioria, em praças e espaços públicos do(s) município(s), objetivando oportunizar e democratizar o acesso gratuito às apresentações.

179290 - CONCERTOS DIDÁTICOS - MÚSICA COMENTADA
ALEXANDRE VIANNA MEIRELES DOS SANTOS
CNPJ/CPF: 087.679.576-92
Processo: 01400034600201788
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 198.739,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Concertos Didáticos - Música Comentada" propõe a realização de concertos didáticos de música instrumental erudita gratuitos, em espaços mais democráticos, elaborado para jovens músicos e estudantes de escolas públicas, com o objetivo de promover a apreciação e compreensão deste estilo musical e, consequentemente, instigar a escuta do repertório instrumental erudito.

179220 - Concertos do Quarteto de Cordas AMuSC - 2018
ASSOCIACAO DE EDUCACAO MUSICAL E CULTURA SANTA CECILIA
CNPJ/CPF: 25.533.220/0001-01
Processo: 01400034512201786
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 62.296,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A realização de 3 concertos do quarteto de cordas AMuSC, grupo profissional da Associação Musical Santa Cecília - AMuSC, na cidade de São Paulo. O projeto será divido em três concertos em 2018, onde será apresentada uma obra de um compositor erudito consagrado, uma obra escrita especialmente para a ocasião e um arranjo de música popular brasileira. Os três concertos serão realizados em espaços distintos, um em teatro, um em escola pública e um em praça ou parque, todos com entrada gratuita, sem distinção a qualquer pessoa. Esses três concertos farão parte da série de concertos daAMuSC chamado Concertos Abertos, projeto que tem como objetivo promover concertos gratuitos em local de fácil acesso, aumentando a oferta de música de qualidade gratuita na cidade de São Paulo.

179332 - Concertos Matinais
Luci Jose da Costa Kirinus
CNPJ/CPF: 872.541.239-68
Processo: 01400034652201754
Cidade: Itapoá - SC;
Valor Aprovado: R$ 31.248,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar 10 concertos com música instrumental com o intuito de formação de plateia.

178443 - CORAL GREMIG EM CONCERTO
Luiz Flávio dos Santos
CNPJ/CPF: 526.076.316-53
Processo: 01400033428201745
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 396.448,68
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto consiste na realização de onze apresentações do coral Gremig nas cidades de Belo Horizonte, Sabinópolis, Diamantina, em Minas Gerais, e ainda uma apresentação na cidade de Natal, RN. As apresentações terão entrada franca e acontecerão em espaços preferencialmente públicos e de fácil acesso. Das oito apresentações previstas para Belo Horizonte, uma será em uma escola pública, a título de formação de plateia, e terá breve explanação em caráter didático, trazendo conteúdo sobre a história do canto coral, sua evolução e seu papel enquanto elemento propagador da cultura. O coral, regido pelo Maestro Luiz Flávio dos Santos, conta ainda com acompanhamento de teclado e solos em sopros (saxofone e flauta), valorizando seu vasto e diversificado repertório, e tornando as apresentações envolventes e dinâmicas.

179371 - CORAL JOVENS CANTORES DO BRASIL
Sérgio Alexandre José da Cunha
CNPJ/CPF: 954.056.316-04
Processo: 01400034704201792
Cidade: Patos de Minas - MG;
Valor Aprovado: R$ 699.150,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Coral Jovens Cantores do Brasil, é um projeto de formação musical com cursos permanentes e gratuitos, para formação, aprimoramento e realização de apresentações de um coral de música erudita, constituído por crianças e adolescentes entre 9 e 16 anos de idade.

178455 - CORAL MEMBRA VOCAL
GISLAYNE MARCIA ZAMBERLAN DAL BERTO
CNPJ/CPF: 736.162.739-00
Processo: 01400033444201738
Cidade: Cascavel - PR;
Valor Aprovado: R$ 655.978,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto visa a manutenção do coral Membra Vocal para realização de concertos anais. O Membra Vocal é um grupo independente de canto erudito, fundado em julho de 2013, composto por quarenta e cinco vozes, trinta e dois instrumentistas juntamente com seu maestro coralista. Os integrantes do Membra Vocal contam com a orientação do experiente maestro e professor de canto lírico, Chanceler Jocimar Silva detentor de um notável curriculum na área da música. Na condução do grupo Membra Vocal o maestro vem fazendo um trabalho de vanguarda, e até então inédito na região, abordando o repertório lírico do período barroco até o contemporâneo. Todavia este projeto visa a manutenção do grupo uma vez que até o momento todas atuam como voluntários.

178936 - Coro Cênico Musical Jovem Mascuino, Nós da Voz
ASSOCIACAO ARTE E CULTURA DO OESTE DO PARANA - AACOP
CNPJ/CPF: 28.884.266/0001-63
Processo: 01400034122201714
Cidade: Marechal Cândido Rondon - PR;
Valor Aprovado: R$ 189.675,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto é uma iniciativa cultural e social, com oficinas práticas e teóricas de artes cênicas e musicalização, resultando na criação de um espetáculo cênico musical, com 5 apresentações em municípios da região Oeste do Paraná.

178273 - CULTURA MUSICAL
ASSOCIACAO DE BENEFICIO MUTUO AO SERVIDOR PUBLICO
CNPJ/CPF: 05.952.128/0001-79
Processo: 01400033200201755
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.094.016,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto propõe a realização de oficinas de música, sendo aulas de Violão, Instrumentos de Percussão e Ukulele à serem realizadas nos bairros Gardênia Azul, Freguesia, Anil e Rio das Pedras, em escolas públicas, no período de fevereiro à dezembro de 2018.

179344 - DIA INTERNACIONAL DO JAZZ BRASIL
HAPPENING PRODUCOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 29.055.661/0001-04
Processo: 01400034666201778
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.934,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto de realização de um show musical instrumental que pretende incluir o Brasil no calendário oficial do Dia Internacional do Jazz, evento que já acontece anualmente em 180 países, com a participação de 15 renomados artistas do jazz brasileiro.

179277 - EDUCANDO COM MUSICA 2018
Associação Flilarmônica Camerata Florianopolis
CNPJ/CPF: 01.962.610/0001-39
Processo: 01400034585201778
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 260.000,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto EDUCANDO COM MUSICA 2018 consiste em viabilizar mais um ano de atividades do projeto educacional de ensino de musica desenvolvido na comunidade rural de Santa Filomena - município de São Pedro de Alcântara - SC, envolvendo 40 crianças e adolescentes, bem como a realização de 5 concertos públicos com a Orquestra de São Pedro de Alcântara, formada pelos alunos avançados e professores do projeto.

178988 - Eón Classic Festival
LUIZ AUGUSTO BOLOGNANI DE SOUZA JABOUR
CNPJ/CPF: 019.229.421-03
Processo: 01400034205201703
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 589.676,41
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Eón Classic Festival é uma iniciativa culturalpara realizar um evento musical que contará com uma série de apresentações de música clássica e de música instrumental.

179210 - Escola de Artes REAL ESPERANÇA
ASSOCIACAO BENEFICENTE CRISTA REAL ESPERANCA
CNPJ/CPF: 10.564.570/0001-68
Processo: 01400034493201798
Cidade: Balneário Camboriú - SC;
Valor Aprovado: R$ 400.000,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de um programa de atividades culturais e artísticas da Associação Beneficente Cristã Real Esperança, de Balneário Camboriú (SC). A entidade atua com crianças, em contra turno escolar, desde 2008 no Bairro Vila Real, localidade de reconhecida vulnerabilidade social do município de Balneário Camboriú, litoral de Santa Catarina. Atualmente, as atividades culturais se resumem às aulas de música para as crianças e aulas de artesanato para mulheres da comunidade dos bairros atendidos pela entidade. Com a realização desse projeto, além de manter as atividades já realizadas, será possível ampliar a oferta de atividades artísticas de contra turno escolar, e também aumentar a oferta de cursos de artesanato como fonte de geração de renda para mulheres de baixa renda dos bairros atendidos pela instituição. Todas as atividades são oferecidas gratuitamente.14893

179051 - ESCOLA DE MÚSICA FAVELA BRASS
THOMAS MATTHEW ASHE
CNPJ/CPF: 060.947.307-71
Processo: 01400034287201788
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 686.964,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Escola de Música Favela Brass tem o objetivo de proporcionar educação musical para 50 alunos de zero a quinze anos, moradores das comunidades da Pereira da Silva, Fogueteiro e arredores do bairro de Santa Teresa no Rio de Janeiro. Esta proposta abrange o período de 24 meses, com 3 aulas semanais de uma hora de duração cada e 2 shows mensais para apresentação dos alunos, totalizando 6 shows e 72 horas/aulas por bimestre para cada aluno. Além das aulas de formação musical para os alunos(as), realizar atividades funcionais com os responsáveis e pais, fomentando a cultura dentro das comunidades, aproximando os participantes. Nosso intuito é fomentar cultura, lazer e educação significativa e mais permanente, estimulando o aprendizado nestes grupos em que a desigualdade social representa uma ameaça latente em suas vidas, com atividades contínuas que exerçam a inclusão social e deem oportunidade àqueles que se empenham por qualidade de vida, desenvolvendo sua cidadania.

179228 - FANFARRA CARNAVALESCA
CAFEBOI PROJETOS E EMPREENDIMENTOS CULTURAIS E AGRARIOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.251.444/0001-62
Processo: 01400034522201711
Cidade: Serrinha - BA;
Valor Aprovado: R$ 5.283.000,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Fanfarra Carnavalesca acontecerá durante Final de Semana em várias localidades do município sede de realização deste evento cultural, com músicas tocadas por Grupos Musicais Instrumental que assim se apresentarão de forma gratuita, aberta ao grande público de modo geral e no formato de um grande Bloco de Rua Popular. Realização está com a apresentação de 50 shows musicais em respectiva cidade brasileira estrategicamente localizada quanto à visibilidade e projeção nacional, que assim acontecerão em espaços devidamente estruturados contando ainda entre outros com sonorização e iluminação profissional. Desta que, apesar de serem das manifestações culturais tradicionais e populares do Brasil, devida crise política e financeira que apresenta o nosso país, corre o risco de não poder se apresentar.

178836 - FARROUPILHA arte e cultura
AM9 PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.507.280/0001-78
Processo: 01400033968201729
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.022.166,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "FARROUPILHA arte e cultura" é um projeto que tem por objetivo realizar os eventos culturais do calendário oficial do município de Farroupilha no Rio Grande do Sul com qualificada programação. Serão intervenções artísticas de música instrumental regionalista, música instrumental, dança, teatro, coros, grupos de folclore italiano, música erudita e talentos locais. O projeto vai fomentar a cultura local e regional, apresentando arte para todos os níveis da população farroupilhense em diferentes espaços públicos do município.

179200 - Fazendo Arte - Um diálogo aberto a melhor idade
REJANE TODESCHI LARA MAYRINK MURTA
CNPJ/CPF: 026.704.336-85
Processo: 01400034480201719
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 193.865,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: O Projeto Fazendo Arte - Um dialogo aberto a melhor idade, consiste num projeto inovador que tem como base a trasformação das pessoas da terceira idade através das artes e da cultura.O projeto baseia em pilares culturais para que esse diálogo seja agente transformador da identidade destas pessoas vivenciado através da música, da dança da gastronomia e do artesanato.

179117 - Festa da Música - Encontro das tradicionais Bandas de Música

Bruno Cunha Minafra
CNPJ/CPF: 061.009.056-98
Processo: 01400034367201733
Cidade: Coronel Fabriciano - MG;
Valor Aprovado: R$ 112.580,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização de um grande Encontro de Bandas de Música instrumental. O evento terá acesso gratuito ao público e serão convidadas Corporações Musicais para apresentação musical. Na programação do evento as Bandas desfilam e apresentam individualmente para o público presente.

179330 - Festival Café com Música
RE-MI-FO PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 03.726.853/0001-01
Processo: 01400034650201765
Cidade: Itajubá - MG;
Valor Aprovado: R$ 169.070,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Festival Café com Música, é um projeto de inclusão cultural realizado na cidade de Cristina-MG, que ocorre no feriado nacional de Corpus Chisti, desde 2008. O evento tem características singulares, pois sua espinha dorsal e atividade principal são as oficinas instrumentais para músicos das tradicionais bandas brasileiras. O festival visa valorizar as riquezas da região, e oferece gratuitamente para a comunidade espetáculos música instrumental a partir dos recursos técnicos e humanos disponíveis nas oficinas, exposições artísticas, passeios fotográficos, além de expor mostras da culinária tradicional produzida a base do café cultivado na cidade. O Festival tem início em 30 de maio de 2018, e duração de 5 (cinco) dias.

178944 - II Violoncelada Peirópolis - Homenagem a Heitor Villa-Lobos

Kayami Satomi Farias
CNPJ/CPF: 046.548.944-38
Processo: 01400034134201731
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.272,75
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto "II Violoncelada Peirópolis - Homenagem a Heitor Villa-Lobos" é um encontro nacional de alunos e professores de violoncelo, realizado em Peirópolis (distrito de Uberaba), constituído por um curso intensivo e concentrado para os praticantes do instrumento, e ainda por concertos e recitais gratuitos abertos a toda a comunidade e turistas.

178527 - Meu Som - Escola de Música
MK PRODUCOES E EVENTOS EIRELI - EPP
CNPJ/CPF: 26.626.604/0001-31
Processo: 01400033533201784
Cidade: Pouso Redondo - SC;
Valor Aprovado: R$ 529.503,70
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto consiste na criação e manutenção da Escola de Música "Meu Som" na cidade de Pouso Redondo(SC). As atividades previstas contribuem para incentivar o aparecimento de novos talentos musicais e favorecer aformação de bandas e grupos musicais da cidade de Pouso Redondo e região, promovendo acesso a iniciação,aprendizado e aperfeiçoamento musical.

178898 - Natal em Estrela 2018
LUME-ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.142.121/0001-42
Processo: 01400034034201712
Cidade: Encantado - RS;
Valor Aprovado: R$ 938.628,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto visa contemplar a programação natalina do Natal em Estrela, que a cada ano ganha proporções maiores e desperta nos municípes o gosto pelas atrações culturais, fortalecendo valores, gerando emoções. Para o ano de 2018, está previsto apresentações de artes cênicas e circenses e concertos de música instrumental, bem como música erudita, show de águas dançantes com luzes, sons e efeitos, visando celebrar o espírito natalino e despertar emoções no público presente.

177954 - Natureza em Concerto
RADHA - Rede de Amigos da Holoarte
CNPJ/CPF: 07.499.506/0001-36
Processo: 01400032593201780
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 49.227,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Um concerto de música integrativa que acontece no 1º sábado de cada mês no Parque Olhos d"Água - Brasília/DF, fundamentado na sonoridade consonante do violão cósmico criado pelo músico Arun. Os concertos vem acontecendo de forma independente com o nome de "Meditação Concerto", mas a edição 2018 se chamará Natureza em Concerto.

178492 - ORELHÃO - Intercâmbio musical DK pra lá
DET DANSKE KULTURINSTITUT
CNPJ/CPF: 09.334.550/0001-11
Processo: 01400033491201781
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 684.693,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: "ORELHÃO - Intercâmbio musical DK pra lá" é uma mostra itinerante de música erudita contemporânea, realizado como uma primeira etapa de um festival de música experimental que terá outras edições, cada uma focada em uma vertente, tendo como grande premissa o intercâmbio cultural entre Dinamarca (DK) e Brasil. Este projeto abrange apresentações no Brasil dos dinamarqueses SCENATET e ANDREAS BORREGAARD, bem como residências artísticas e oficinas. O grupo SCENATET realizará oficinas e se apresentará nas cidades do Rio de Janeiro e Paulo, e o músico ANDREAS BORREGAARD passará pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba.

178906 - ORQUESTRA JOVEM BRASILEIRA DE VIOLA CAIPIRA
GAE ENERGY SYSTEMS E CULTURA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 24.877.187/0001-74
Processo: 01400034046201739
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 221.533,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto formará e manterá em Barão de Cocais MG, uma orquestra profissional de viola caipira, a Orquestra Jovem Brasileira de Viola Caipira, tendo como objetivo o aproveitamento de grandes e principais talentos formados e descobertos pelo Luthier Pedro Alexandrino, na região de Barão de Cocais, durante os 11 anos de realização do projeto Luthier Arte Ofício Cidadania. Serão realizadas 10 apresentações gratuitas da orquestra em cidades mineiras. Além das apresentações, serão realizadas 180 horas de aulas (oficinas) gratuitas para 30 alunos na cidade de Barão de Cocais e região.

178935 - Plano Anual de Atividades Artístico-Culturais da Universidade do Sul de Santa Catarina
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA-UNISUL
CNPJ/CPF: 86.445.293/0001-36
Processo: 01400034121201761
Cidade: Tubarão - SC;
Valor Aprovado: R$ 369.694,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Plano Anual de Atividades Artístico-Culturais da Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul, visa a promover, durante o ano de 2018, atividades artístico-culturais para a cidade de Tubarão e Região, por meio de apresentações musicais (música instrumental, erudita e de canto coral); apresentações teatrais e de dança, assim como o Uniluz-Natal Luz. Além de tais apresentações, o Plano conta com atividades de criação, produção e difusão artísticas, realizadas em oficinas de música, de dança e de teatro, bem como preservação do patrimônio cultural.

178675 - Projeto de Música Florescer
Claudia Giovana Bressan
CNPJ/CPF: 664.190.770-87
Processo: 01400033741201783
Cidade: Caxias do Sul - RS;
Valor Aprovado: R$ 199.886,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar, no período de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2019, na cidade de Caxias do Sul, o Projeto de Música Florescer, que consiste na oferta gratuita de atividades de música de canto e instrumento a cerca de 230 crianças e adolescenteque integram o Programa Floscer, todos em situação de vulnerabilidade social, possibilitando a geração de novos talentos e a inserção sociocultural.

179425 - SEMAD /2018
CENTRO CULTURAL EGON FREY
CNPJ/CPF: 02.220.027/0001-15
Processo: 01400034775201795
Cidade: Fraiburgo - SC;
Valor Aprovado: R$ 248.164,70
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto SEMAD prevê dois produtos culturais: 1)Apresentação musical: música erudita e instrumental com apresentação do TRIO AMADEUS, Coro Lírico Catarinense e Metralhas com o Show Beattles Again . 2) Oficinas artísticas: técnica vocal -canto em grupo, teatro e dança. As Oficinas de capacitação de músicos, atores e portadores de deficiência em Fraiburgo - Santa Catarina.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

179485 - Ocupação Espaço Expositivo Art Veine
FASE10 PRODUCOES ARTISTICAS E EDITORA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 40.255.762/0001-53
Processo: 01400034878201755
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 352.501,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Inaugurado em abril de 2017, a Art Veine é uma plataforma digital de artes visuais que abriga portfólios de artistas sem representação em galeria para divulgação / venda de suas obras, possuindo, ainda, um espaço para apresentação de exposições virtuais. O projeto proposto visa a ocupação do espaço expositivo Art Veine 2018/2019 com 3 exposições virtuais, compostas, cada qual, por 12 artistas, com duração de 90 dias, ao longo de 12 meses. Serão convidados tres curadores, ainda a serem escolhidos para cada exposição para que os mesmos definam os recortes curatoriais. O projeto conta, ainda, com a elaboração de 3 cursos online a serem ministrados pelos proprios curadores convidados, de acordo com seus referidos recortes curatoriais.

179254 - "VIX XVI" - reflexões e vivências em arte
ARTICULAR COMUNICAÇÃO PROJETOS E EVENTOS CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 04.276.966/0001-07
Processo: 01400034557201751
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 804.295,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar uma exposição de arte contemporânea a partir dos resultados dos processos artísticos de 15 artistas, sendo 10 do Estado Espirito Santo e 5 estrangeiros que vivem no Brasil partindo do contexto da cidade de Vitória como uma referência no mapa cultural nacional. As obras serão realizadas especialmente para a ocasião da reabertura do Museu de Arte do Espírito Santo Dionísio Del Santo (Maes), com posterior doação para o acervo do museu.

179350 - 12° Salão Elke Hering - Mostra Nacional Contemporânea de Artes Visuais
Fundação Cultural de Blumenau
CNPJ/CPF: 83.799.551/0001-94
Processo: 01400034675201769
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 51.045,02
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Dar continuidade ao Salão Elke Hering Mostra Nacional Contemporânea de Artes Visuais que no perído de 1994, quando ocorreu sua edição inaugural à 2014, realizou onze edições. Realizar o 12° Salão Elke Hering Mostra Nacional Contemporânea de Artes Visuais, promovendo crítica e conhecimento sobre a arte contemporânea estadual e nacional, e difundindo as artes visuais com objetivos específicos de estimular, documentar, integrar, premiar, disseminar, dialogar e questionar as mais diversas manifestações artísticas contemporâneas. Realizar a seleção de 20 propostas, com premiação de 3 propostas que receberem maior pontuação. Realizar mostra composta pelos trabalhos relativos às 20 propostas selecionadas. Oferecer oficina direcionada a professores e arte educadores. Promover ações educativas e mediadoras durante o período de visitação da mostra.

179086 - 1o Salão de Arte Naif BBTur
Associacao Cultural Solar do Rosario
CNPJ/CPF: 40.408.353/0001-40
Processo: 01400034332201702
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 491.041,60
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização do 1o Salão de Arte Naif BBTur que será divulgado nacionalmente com o propósito de estimular os artistas iniciantes e a arte Naif, tão essencial no nosso dia a dia por representar a vida e temas intrinsecamente ligados ao cotidiano do povo brasileiro. Os inscritos serão julgados por um comitê curatorial formado por duas artistas Naif de extenso currículo e renome nacional além de um convidado da área de críticos de arte. Serão selecionados em torno de 100 artistas para participar do catálogo, dentre os quais, os dez primeiros receberão prêmio aquisição.

179303 - 7º Festival do Japão do Rio Grande do Sul
Associação do Festival do Japão do Rio Grande do Sul
CNPJ/CPF: 19.695.098/0001-77
Processo: 01400034615201746
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 341.251,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Festival do Japão RS é um evento cultural realizado anualmente pela Associação do Festival do Japão do Rio Grande do Sul. Em sua 7ª Edição, a ser realizada no ano de 2018, será produzido um documentário resgatando as raízes nipobrasileiras que formaram as colônias japonesas no RS, com a participação dos primeiros imigrantes japonesesque aportaram em 1956. Nestes dois dias o festival celebrará os laços culturais entre os dois povos, preservando suas identidades e tradições, oportunizando ao público conhecer, apreciar e vivenciar os hábitos e costumes, a culinária e as mais variadas expressões artísticas e práticas relacionadas ao cotidiano do povo japonês. Em 2018 o público estimado para o evento é de 50 mil pessoas.

179358 - 80 Anos da Missão de Pesquisas Folclóricas
Associação Amigos do Centro Cultural São Paulo
CNPJ/CPF: 02.593.372/0001-02
Processo: 01400034684201750
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.422.001,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização de exposição inédita, em comemoração aos 80 anos da Missão de Pesquisas Folclóricas, importante acervo da cidade de São Paulo, articulada nos formatos expositivo, discursivo e editorial, com a confecção de uma edição especial de um catálogo bilíngue, e programação composta por apresentações musicais e encontros com pesquisadores do acervo.

178929 - A Xilogravura Popular (título provisório)
Galeria Pontes Comercio de Arte Contemporânea e Artesanato Ltda - ME
CNPJ/CPF: 10.193.990/0001-85
Processo: 01400034109201757
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.141.329,60
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar uma exposição mostrando a riqueza da xilografia popular desenvolvida no nordeste brasileiro nos séculos XIX e XX, ao mesmo tempo, a exposição homenageia o poeta popular, o cantador, o repentista, que com seus versos, seus

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

desafios e suas histórias encantaram gerações, sobretudo, na região do nordeste brasileiro.

179123 - Amar e Viver São Paulo
NILDA LUZ PINTO MIRANDA
CNPJ/CPF: 099.866.998-94
Processo: 01400034373201791
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 384.270,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Exposição com obras da artista plástica Nilda Luz, acrílico sobre tela, retratando lugares da cidade de São Paulo em homenagem ao aniversário da cidade. Catálogos ilustrados em cores contendo fotos das obras com tiragem de 2000 exemplares. Flyer, 15.000 unidades para distribuição ao público visitante. Convite,500 unidades. Banners, 2 unidades. A exposição será realizada no Colegio Pateo do Collegio. Coquetel de abertura para autoridades e convidados

179367 - Arte é bom
Dueto Produções e Publicidade Ltda
CNPJ/CPF: 27.872.415/0001-01
Processo: 01400034697201729
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 6.776.255,34
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Exposição interativa que objetiva, de maneira lúdica, misturar museus e playgrounds para que pais e filhos entrem em contato com obras ainda pouco conhecidas através da releitura das obras. Serão também convidados a integrar a mostra artistas que representem, através de diferentes linguagens, a arte contemporânea. Por fim, os visitantes poderão dar vazão à própria criatividade através de uma sessão no melhor estilo "faça você mesmo". Serão ainda promovidas palestras e workshops gratuitos que se relacionem com o tema.

179219 - Arte na Via
PEDRO BORGES FILHO ME
CNPJ/CPF: 24.888.414/0001-67
Processo: 01400034511201731
Cidade: Pirenópolis - GO;
Valor Aprovado: R$ 2.620.223,25
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto consiste na ralização de dois grandes paineis de autoria do artista plástico e azulejista Pedro borges, será uam Intervenção Artística, viaduto do balão do Aeroporto JK, em Brasília, com a implantação de um inovadora programação visual, conferindo-lhe um aspecto moderno, mais humanizado e, sobretudo, brindando a Capital, com uma sui-generis atração turística que irá impactar os visitantes e a própria população.

179007 - ArtePraia | Ano V
Espaço Cultural Casa da Ribeira
CNPJ/CPF: 04.729.359/0001-55
Processo: 01400034230201789
Cidade: Natal - RN;
Valor Aprovado: R$ 1.499.182,39
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto ArtePraia possui a intencionalidade de provocar, nas situações cotidianas da população - como o ir à praia - interferências ao repertório habitual, facilitando o questionamento da paisagem e evidenciando possibilidades de outras atmosferas de percepção. Na sua 5ª edição, esta mostra de Arte Pública, com intervenções criadas especialmente para promover o diálogo da arte com o espaço litorâneo do Brasil, irá selecionar, por edital público 10 artistas residentes no país bem como convidar dois nomes do cenário artístico nacional, proporcionando a exposição de 12 obras de arte contemporânea. O projeto prevê, ainda, a publicação de um catálogo, com tiragem de 2.000 cópias.

179010 - ATEMPORAL
INPULSO PROMOCOES E EVENTOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 09.082.509/0001-03
Processo: 01400034234201767
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 261.590,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização do projeto comemorativo que celebra os 40 anos de profissão do artista plástico cearense Mano Alencar, por sua trajetória junto às artes visuais, por meio de uma exposição de arte, publicação de um livro e edição de um documentário.

178995 - Bienal de Curitiba 2018 | 25 anos
Instituto Paranaense de Arte
CNPJ/CPF: 05.317.494/0001-56
Processo: 01400034215201731
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 2.770.381,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A Bienal de Curitiba completa seus 25 anos de existência em 2018 com uma programação comemorativa, composta por exposições e intervenções urbanas de renomados artistas que já passaram pela Bienal e também nomes inéditos na cidade. Ocupando diversos espaços culturais, o evento aproxima o público da arte por meio de um recorte mundial da arte contemporânea. Para ampliar o alncance das ações, a itinerância passará por mais 5 (cinco) cidades do Paraná. O projeto conta com uma ampla Ação Educativa, com visitas guiadas pelos espaços e formação de professores. Para memória, é publicado um catálogo bilíngue, contendo informações sobre os espaços expositivos, artistas e obras selecionadas nessa edição comemorativa, com imagens, currículos, textos críticos e entrevistas. Além do guia de bolso, que oferece mapa e informações para os visitantes. A Bienal de Curitiba atrai vistantes de diferentes regiões do país e do mundo e já faz parte do calendário da cidade.

178972 - Bienal Internacional de Tatuagem - Exposição e Livro
SHIMADA TATTOO SERVICOS DE TATUAGEM E DESENHOS ARTISTICOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 20.446.081/0001-65
Processo: 01400034182201729
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 842.131,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de uma exposição de artes visuais e de um livro de arte sobre tatuagem.

178985 - Casa Arte Viva
SIS EDITORA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E IMAGEM LTDA
CNPJ/CPF: 02.526.919/0001-49
Processo: 01400034200201772
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.131.669,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Casa Arte Viva é uma proposta de uma instalação artística em uma casa no centro da cidade ou na zona Oeste de São Paulo, onde um artista plástico convidado irá ocupar essa casa, toda sua estrutura e cômodos, com seu universo criativo.

179078 - Centro Cultural de Três Saltos
Agilidade Entret e Especiliz em Capt de Incentivos Fiscais Ltda ME
CNPJ/CPF: 18.116.792/0001-20
Processo: 01400034321201714
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.627.142,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Museu 3 Saltos prevê a criação de um museu com exposição imersiva estruturado na cidade de Brotas, interior de São Paulo, que tem como temas a água, a aventura e a vida. A mostra permanente proposta neste projeto cria ambientes que o visitante pode percorrer para vivenciar os diferentes ciclos da água nas diferentes épocas da história. Serão montados 6 ambientes: Convocação dos Aventureiros, A Água e a Formação do Planeta, O Mundo Moldado pela Água, O Ciclo da Água, Biomas de Brotas e Entrando pelo Cano. Com a continuidade, o museu pretende se tornar um ponto de atração cultural na cidade, tendo como base sua principal commodity: a água, em torno da qual o município e região criaram seu ambiente cultural e se organizam como sociedade. O museu pretende nos anos seguintes incluir novos ambientes, propor mostras temporárias e se tornar uma das atrações culturais da cidade, ao lado do único cinema da cidade, das feiras e festivais de música ao vivo e artesanato que integram a oferta permanente de cultura na região. A cidade recebe, em média, 20 mil turistas por ano, mas o museu terá também a missão de atender a população local, assim como já acontece com o Centro de Observação do Universo, onde está construído um observatório. A proposta prevê a visitação de alunos das redes públicas e privada do Estado de São Paulo e do restante do país, como parte de apoio educativo não formal aos alunos do Fundamental 1 e 2. O site dedicado do centro vai manter conteúdo atualizado sobre o tema e a produção cultural da região, além de divulgar horários, funcionamento e documentos, palestras e demais eventos que venham a ser realizados no local. Público estimado 2 mil pessoas por mês, totalizando 24 mil pessoas no primeiro ano de funcionamento do Centro Cultural. Estimativa inclui população das cidades da região e a formada pelo fluxo turístico anual à cidade.

178680 - Circuito de Exposições de Artes Plásticas
LUMIAR PRODUCAO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 15.674.814/0001-89
Processo: 01400033746201714
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 2.185.307,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Circuito de Exposições de Artes Plásticas trata da realização de 4 grandes exposições a realizarem-se na cidade de Fortaleza, estado do Ceará. Estão previstas no projeto as seguintes exposições: Portinari - A poética da Modernidade; Volpi - A emoção da Cor; Pancetti - O marinheiro Só; Di Cavalcanti - O enamorado das ruas.

178305 - Concurso Fotográfico Sentido do Olhar
Luiz Ricardo Silva
CNPJ/CPF: 381.094.096-87
Processo: 01400033239201772
Cidade: Nova Lima - MG;
Valor Aprovado: R$ 385.091,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A segunda edição do concurso fotográfico Sentido do Olhar inclui todo o território do Estado de Minas Gerais, com o intuito de apresentar e promover a importância da preservação do patrimônio histórico-cultural, incentivar o registro da memória e estimular a produção cultural, fortalecendo a história regional e fomentando a integração das diversas regiões do Estado. A edição 2018 destinará uma premiação especial à macroregião do Alto Paranaíba, a fim de descentralizar as práticas artísticas e valorizar uma região pouco divulgada. Será realizada uma exposição e a publicação de um catálogo das fotografias selecionadas pela comissão de avaliação. As imagens virão acompanhadas de textos explicativos.

178278 - CONHECENDO OS PATRIMONIOS HISTORICOS DE CUIABÁ NOS SEUS 300 ANOS- EXPOSIÇAO FOTOGRAFICA ITINERANTE
IQD-INSTITUTO QUALITHY DE DESENVOLVIMENTO
CNPJ/CPF: 03.377.636/0001-45
Processo: 01400033205201788
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 659.600,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Exposição fotográfica em 25 bikebanners (50 fotos, nos formatos 1,15 x 1,90m, horizontais ou verticais) em Cuiabá durante os 300 anos da capital mato-grossense em 2019. A arte acessível a todos em uma mídia ecológica, sustentável, gerando empregos temporários e revelando nosso patrimônio histórico, cultural e turístico. A imagem como instrumento de preservação deste patrimônio histórico. Uma ação inédita, num evento que reunirá mais de 100.000 mil pessoas, durante o mês comemorativo do aniversário da cidade de Cuiabá.

179089 - CORES DA SANTA MARIA MÃE DE DEUS
Asssociação dos Produtores Culturais de MAto Grosso
CNPJ/CPF: 04.793.249/0001-52
Processo: 01400034335201738
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 1.433.151,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Cores da Santa Maria Mãe de Deus propõe uma exposição permanente no município de Matupá em Mato Grosso, contendo obras sacras da artista plástica Mari Bueno utilizando a técnica de mosaico em vidro. Compõe a exposição, painéis com a coleção Via Sacra em técnica de mosaico sobre concreto.

179180 - CORES DE NOSSA SENHORA APARECIDA
Asssociação dos Produtores Culturais de MAto Grosso
CNPJ/CPF: 04.793.249/0001-52
Processo: 01400034445201708
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 969.745,92
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A exposição permanente será realizada na cidade de Tapurah-MT com obras sacras da artista Mari Bueno e serão confeccionados um conjunto de vitrais, rosácea, cruz de vidro e painéis utilizando as técnicas mosaico sobre vidro, sobre concreto e pintura. Palestras a estudantes da rede pública de ensino sobre artes visuais como formação de público estão entre as ações que serão de acesso gratuito.

179268 - cores e formas - seus criadores
LUIS PELLEGRINI EDITORA - EPP
CNPJ/CPF: 06.310.531/0001-67
Processo: 01400034573201743
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 925.892,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: CORES & FORMAS - SEUS CRIADORES A primeira parte da mostra, reproduz o panorama de intensa criatividade que caracterizou a segunda metade do século 20 no cenário das artes plásticas brasileiras. O conjunto de fotografias referentes a cada artista será acompanhado por uma obra original bem representativa desse mesmo autor, bem como de um texto curto para informar sobre a sua vida e obra. Serão 50 artistas escolhidos.

179168 - Criatividarte
IMAN - Instituto Mazeredo de Arte Nova
CNPJ/CPF: 04.238.837/0001-24
Processo: 01400034422201795
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 518.050,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A exposição da artista plástica Mazeredo, pretende chamar a atenção para o exercício da criatividade de cada um, principalmente dos jovens estudantes de arte do Brasil. A mostra será realizada no Museu/Galeria do Forte de Copacabana no Rio de Janeiro.

179095 - DE CHAGALL À MALEVITCH. A REVOLUÇÃO DAS VANGUARDAS.
Fundação Armando Alvares Penteado
CNPJ/CPF: 61.451.431/0001-69
Processo: 01400034341201795
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 6.007.904,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), em parceria com o Grimaldi Forum de Mônaco, propõe a realização da primeira itinerância no Brasil da exposição "De Chagall à Malevitch - A Revolução das Vanguardas", sobre a produção plástica da Vanguarda Russa em seu Museu de Arte Brasileira (MAB). Com curadoria de Jean-Louis Prat, a exposição apresentará ao público cerca de 150 peças oriundas de diversos museus e colecionadores russos abordando o tema De Chagall à Malevitch, concebida a partir de nove eixos temáticos : Classicismo e neoprimitivismo; Raionismo e cubo-futurismo; Teatro Judeu de Chagall; Abstração; Suprematismo; Construtivismo; Gabinete de Desenhos; Escola de Matiouchine e Em direção à uma nova representação. Serão produzidos também catálogos bilíngues com textos e fotografias.

178970 - Exposição - Arte, Cultura e História de Campos Dos Goytacazes
SAGRE Consultoria Empresarial Ltda.
CNPJ/CPF: 07.902.231/0001-30
Processo: 01400034180201730
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 100.176,75
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Projeto vai promover a montagem de uma exposição inédita apresentando ao público imagens de monumentos históricos e culturais do município de interior do estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes. O Projeto irá informar, incentivar e estimular os visitantes da exposição à preservação do patrimônio histórico e cultural nacional.

179246 - Exposição "SONHOSNINHOS" da artista brasileira Sirlane Fernandes

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SIRLANE GONCALVES FERNANDES
CNPJ/CPF: 525.923.837-00
Processo: 01400034549201712
Cidade: Vila Velha - ES;
Valor Aprovado: R$ 121.800,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Exposição "SONHOSNINHOS" da artista brasileira Sirlane Fernandes em seus 17 anos de experiência no mundo das artes, são 12 obras em canvas 1.00 x 1.50 , 12 lenços em seda de Artwear. A artista aborda o tema de SONHOSNINHOS usando uma linguagem plástica através das cores e grafismos. Traznos um questionamento de construção de um objetivo de uma relação, das nossas conquistas, de realização ou do ninho vazio... E qual sua função? Uma obra da artista para ver sentir e pensar. Diante da expressividade dos trabalhos realizados pelo artista e do convite formulado pelo Consulado-Geral do Brasil, sediado na cidade de Milão, tomou-se a iniciativa de elaborar o presente projeto, visando buscar o apoio financeiro de entidades culturais que procura aperfeiçoar propostas encaminhadas pelo e evidentemente, com o objetivo de atender demandas das comunidades. A ser realizada na Galeria Cartas Descobertas em Milão - Italia no período de 10 dias durante a semana do Design em Milão, indicativamente a partir de sábado 14 de abril até segunda 23 de abril, a fim de hospedar a mostra da artista Sirlane Fernanses.

179443 - Exposição Amazônia Mundi no Exterior
Fare Arte Serviços de Eventos Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 68.159.532/0001-00
Processo: 01400034817201798
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.831.076,81
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Trata-se da concepção e montagem de uma exposição de caráter artístico que trará a diversidade e riqueza da Amazônia brasileira enfatizando a ocupação humana na região desde sua origem até os dias de hoje. A mostra envolverá artistas, fotógrafos, cenógrafos, escritores, cineastas, artistas plásticos paulistas, além de artesãos e representantes da região amazônica. Mostra semelhante foi realizada no SESC Itaqueraem 2013-15 - Amazônia Mundi. Para 2018, a intenção é realizar a mostra em Pretoria, na África do Sul.

179156 - Exposição Arthur Luiz Piza
Lumen Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 35.794.023/0001-08
Processo: 01400034406201701
Cidade: Angra dos Reis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 806.550,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização de uma exposição de Arthur Luiz Piza, do conjunto da obra do artista, recentemente falecido aos 89 anos de idade. A exposição constará de relevos, gravuras e investigações tridimensionais e será acompanhada de um catálogo que permanecerá como um documento da homenagem prestada a esse grande artista para estudo e fonte de pesquisa para especialistas, artistas e amantes das artes.

178923 - Exposição Chico Fortunato
Blah! Comunicação e Produção LTDA - ME
CNPJ/CPF: 22.748.994/0001-61
Processo: 01400034093201782
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 274.932,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização do projeto "Exposição Chico Fortunato" no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro - MAM RJ, no final do segundo semestre de 2018, que reunirá a produção do artista plástico carioca de 2000 a 2018, marcando a comemoração dos seus 40 anos de carreira. Serão apresentadas pinturas e projetos de design - um conjunto de móveis, objetos e jóias. A exposição terá curadoria de Fernando Cocchiarale, curador e diretor do MAM RJ, e de Tulio Mariante, curador de design do MAM-RJ. Serão realizadas visitas guiadas para o público em geral (com tradução para a linguagem de libras e acompanhamento de um arte educador especializado em deficientes visuais) e para estudantes e professores da rede pública de ensino. O ingresso para o MAM RJ custa R$ 14,00 (com entrada franca às quartas-feiras e para menores de 12 anos).

178979 - Exposição de Artes Marciais Mistas
CASE VIAGENS E TURISMO LTDA
CNPJ/CPF: 05.144.273/0001-23
Processo: 01400034194201753
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.960.066,52
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Trata-se de uma exposição com 4 semanas de duração sobre a história das artes marciais no mundo, da antiguidade aos dias de hoje. Abordaremos toda a força cultural das artes marciais, suas origens, princípios, importância em cada país onde foram desenvolvidas, seus impactos culturais e sociais, suas diversas interações e miscigenações com o povo e a cultura brasileira. Essa premissa será evoluída para sua transição mais recente: os torneios de artes marciais mistas. Contaremos as curiosas e envolventes histórias desses diferentes torneios que colocaram em teste as mais diversas técnicas e estilos de luta. Mostraremos alguns dos mais marcantes competidores, acontecimentos, momentos e personagens que fizeram parte desse legado cultural. Ao longo de todo o percurso da exposição, os visitantes poderão interagir com objetos e instalações, participar de aulas especiais, sempre de uma maneira leve e descontraída, enaltecendo o caráter histórico, cultural e a ética que permeia esse universo.

178948 - EXPOSIÇÃO DESC[ARTE]
INSTITUTO FOCUS TÊXTIL
CNPJ/CPF: 18.843.398/0001-93
Processo: 01400034138201719
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 757.717,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto visa produzir uma exposiçãocom título "EXPOSIÇÃO DESC[ARTE] - LIXO É ARTE?", uma exposição de artes plásticas, sobre o tema de reaproveitamento dos descartes para a arte, ou seja, arte produzida com lixos diversos. A exposição trará um histórico da relação arte e descartes, passando por artistas nacionais e internacionais e contará com reproduções de obras de artes plásticas e de design produzidas com lixo e descartes. A exposição será toda em paineis e ficará montada em espaço privado de acesso público. Será produzido e distribuido catpalogo da exposição.

179115 - Exposição Modernismo Brasileiro na Coleção da Fundação Edson Queiroz
FUNDAÇAO EDSON QUEIROZ
CNPJ/CPF: 07.373.434/0001-86
Processo: 01400034365201744
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 496.443,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto realizará a itinerância da Exposição Modernismo Brasileiro na Coleção da Fundação Edson Queiroz na Embaixada do Brasil na cidade de Roma, na Itália. Ao longo dos últimos 30 anos, a Fundação Edson Queiroz, constituiu uma das mais sólidas coleções de arte brasileira, que percorre cerca de quatrocentos anos de produção artística com obras significativas de todos os períodos. Iniciada em 2015, percorreu cinco capitais brasileiras e em 2017 foi à Portugal e agora Itália.

179256 - Exposição Multiplicidade 2018 - Ano 14
27 MAIS 1 Comunicação VisualLtda.
CNPJ/CPF: 05.666.069/0001-72
Processo: 01400034559201740
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.227.918,99
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Exposição Multiplicidade 2018 - Ano 14 será uma Exposição que reunirá importantes nomes de artistas internacionais e nacionais com obras inéditas no campo da arte digital. A exposição, de acesso totalmente gratuito, acontecerá no Centro Cultural Oi Futuro Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, ocupando todos os seus espaços. O projeto, que faz parte do Calendário Cultural "Rio de Janeiro a Janeiro", apresentará os principais pilares do impacto das tecnologias do passado, do presente e do futuro, nas artes contemporâneas. Faz parte do projeto a edição de um Livro de Arte, na forma de um catálogo documental da exposição.

178895 - Exposição Novas Cores.
ADHEMIR FOGASSA
CNPJ/CPF: 767.557.038-34
Processo: 01400034031201771
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 350.648,80
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar a exposição Novas Cores onde serão apresentadas obras de 20 artistas contemporâneos brasileiros, que será realizada no Instituto AMO - Arte em Movimento situado na cidade de Cotia.

179148 - Exposição Rosilene Luduwico
Instituto Modus Vivendi de Desenvolvimento Social, Cultural e Ambiental
CNPJ/CPF: 08.636.850/0001-92
Processo: 01400034398201794
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 584.029,80
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto visa realizar uma exposição da artista Rosilene Luduvico no espaço cultural do Palácio Anchieta, em Vitória (ES). Com curadoria de Ronaldo Barbosa, a exposição apresentará pinturas de grandes dimensões, que serão produzidas para a mostra. O projeto também contará com a publicação de um catálogo, com texto do alemão León Krempel. Será realização duas ações educativas descritas no projeto.

179520 - Exposição Tempo Livre - Viva a Sua Independência
MAGNETOSCOPIO PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 07.647.467/0001-77
Processo: 01400034933201715
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 6.215.980,78
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Consiste em uma exposição de artes visuais no formato interativo. Será utilizada obra de cunho artístico e humanístico que traz consigo fatos históricos, sendo que, em conjunto, ilustra e conta a cultura e história de nosso país. A exposição iniciará na cidade de Brasília. Posteriormente, com eventual proposta futura, circulará nos demais estados e capitais por meio de sua itinerância.

178934 - Exposição Terra Papagalli
MARTE CULTURA E EDUCACAO LTDA
CNPJ/CPF: 12.236.522/0001-76
Processo: 01400034120201717
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.362.013,45
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto tem como produto final a Exposição Terra Papagalli, a ser realizada na Embaixada do Brasil em Tóquio, Japão. Eduardo Brettas, pintor naturalista, utiliza a técnica com guache para retratar diversas espécies de psitacídeos e seus habitats naturais no Brasil. O trabalho desperta o interesse pela relação da arte com a natureza e atrai olhares para a fauna do Brasil. Serão 88 originais integrados no projeto expográfico com outros recursos gráficos e imersivos, além de outras atividades de formação e de estudo.

179258 - EXPOSIÇÃO VIA NAVA
Nó de Rosa Produções Ltda.
CNPJ/CPF: 06.216.994/0001-64
Processo: 01400034562201763
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 425.475,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Para Exposição Via Nava, que poderá ser recebida em centros culturais de Minas Gerais e de qualquer outra cidade, fabrica-se uma versão minimalista do Viaduto Santa Tereza, em BH-MG e, na montagem são distribuídos projeções de parágrafos e citações poéticas tiradas da obra abrangente do memorialista Pedro Nava. Objetos pessoais do prosador serão acoplados na base da estrutura e visualmente em contato com o público pelo fechamento em vidro: máquina de escrever, portraits ancestrais e inéditos diários de Viagens à Europa manuscritos. Serão usados mecanismos de mídia de tecnologia adaptada, tal feito na Realidade Aumentada para expor peças históricas de Pedro Nava selecionadas também por Matheus Nava, herdeiro sobrinho-neto do escritor bissexto. A proposta também conta com desenhos a lápis variados feitos por Matheus Nava.

179287 - Exposições - Elisa de Magalhães
LETRA E IMAGEM EDITORA E PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 31.253.792/0001-30
Processo: 01400034597201701
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 78.860,65
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Exposições constitui-se de mostra e livro sobre obras de Elisa de Magalhães, com curadoria e ensaio crítico de Viviane Matesco. Fotos, instalação e vídeos abrangem ações que discutem a relação nu/nudez: a imagem do nu relacionado ao desejo perpassado pela mediação da arte. Potencializam o exibir-se nu como um entreato de interdição e transgressão próprios da exposição pública. Exposições reflete sobre a exibição do corpo na contemporaneidade, cifrados na poética da obra de Elisa de Magalhães.

178699 - Gastronomia brasileira em retratos
KROMO PRODUCOES VISUAIS E FOTOGRAFICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 01.191.023/0001-93
Processo: 01400033766201787
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.995,60
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Concepção, desenvolvimento e execução de exposição fotográfica na cidade de São Paulo com retratos de chefs com atuação no Brasil que tenham contribuição importante para o desenvolvimento da gastronomia no país e da relação do brasileiro com a culinária. Partindo da percepção de que nos últimos anos a gastronomia passou a ocupar lugar importante nas discussões, no cotidiano e no imaginário dos brasileiros (algo que pode-se verificar também pela quantidade de programas televisivos, revistas, livros, sítios de internet e páginas em redes sociais voltados ao tema), o projeto visa retratar e reunir em uma publicação os responsáveis por essse fenômeno: os chefs que atuam no país e têm destaque aferido pela crítica, pela mídia e pelo público, sendo referências na inovação, criatividade e dedicação à culinária brasileira. Além da exposição será publicado, como produto secundário, livro com as fotografias dos 50 chefs retratados, selecionados pela direção artística do projeto.

178706 - I FESTIVAL FAZ CULTURA DIREITOS CULTURAIS EM FOCO
Sonora Editora Ltda - ME
CNPJ/CPF: 23.300.722/0001-67
Processo: 01400033773201789
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 9.947.587,47
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Festival Faz Cultura celebra o talento artístico brasileiro, fomenta a produção cultural, o intercâmbio artístico, a inclusão social, ressaltando a importância dos profissionais da cadeia cultural, e da Cultura, para o desenvolvimento e a identidade do país. Durante dez dias, serão realizadas atividades multiculturais onde o a atividade central é uma exposição de artes, fotografia, arte de rua, com performances de vídeo Mapping, tendo como tema central os direitos culturais. O tema será ainda debatido e trabalhado através de palestras e simpósios que contarão com a presença de personalidades nacionais e internacionais de grande relevância em suas áreas, e, em oficinas e workshops voltados para a informação, inclusão e a experimentação. Todas as atividades serão gratuitas ou ao preço popular de R$10,00 (Dez reais), e acontecerão em diversos locais da cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 2018.

178689 - MOSQ - 4ª Edição
Fundação Hassis
CNPJ/CPF: 04.649.941/0001-01
Processo: 01400033755201705
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 110.550,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo do Projeto: MOSQ - 4ª Edição, sera uma Feira de Artes Visuais dedicada àdivulgação e circulação de artes visuais em Santa Catarina.Apresentara aproximadamente 200 artistas expositores atraves de pinturas, esculturas, fotografias, desenhos, entre outrasartes. A MOSQ - 4ª Edição, acontecerá na Fundação Hassis, em Florianopolis, SC e seu acesso será gratuito.

178476 - Nova Cidade Livre
Inventarte Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 04.282.025/0001-86
Processo: 01400033475201799
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 508.375,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Nova Cidade Livre propõe a reunião de grupos, artistas e coletivos atuantes em diversas linguagens - circo, teatro e artes visuais - para a realização de ocupações colaborativas na cidade de Nova Friburgo, Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. As ações acontecerão no Teatro Municipal, incluindo o teatro e a galeria, bem como em praças, escolas e outros espaços públicos. O projeto vai estimular a experiência cultural no interior do Estado do Rio de Janeiro com ações públicas e participativas. Entre os participantes estão o coletivo Circo Viva, o coletivo de teatro Companhia Arteira, o coletivo de artes visuais Filhos da Mãe, a Revista Carbono e as artistas visuais Gabriela Gusmão e Mari Fraga.

178496 - OS ITALIANOS E O ALIMENTO NO BRASIL NOS SÉCULOS XIX AO XX
TOP MIDIA COMUNICACAO E EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 00.838.467/0001-05
Processo: 01400033498201701
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 437.204,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Trata- se da exposição fotográfica : "OS ITALIANOS E O ALIMENTO NO BRASIL NOS SÉCULOS XIX AO XX" para ser exibida no Festival de Inverno do Município de Santa Teresa em 2018. A exposição apresentará cerca de30 fotos históricas em tamanho grande, entre 1870 a 1950 acerca da contribuição da imigração italiana à produção alimentícia no Brasil e a influência cultural desta imigração à cultura brasileira, passando pela forma em que viveram na época: do sonho de um Novo Mundo ao inferno real das dificuldades em um país praticamente virgem.Uma oportunidade para o reviver a história e a cultura Ítalo-brasileira em uma das mais típicas festas de colônias italianas no Brasil.

178868 - Pimp Nossa Cooperativa 2018
Parede Viva Produção de Eventos
CNPJ/CPF: 14.231.011/0001-97
Processo: 01400034004201706
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 490.004,60
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O "Pimp Nossa Cooperativa" tem por finalidade revitalizar as paredes de 5 cooperativas de reciclagem no Brasil, por meio da arte e da cultura, resultando na criação de murais artísticos em um dia de evento em que artistas criam seus painéis, com muita música e atividades gratuitas para os cooperados e para a comunidade do entorno, constituindo uma verdadeira exposição de arte visuais em cada edição realizada. Além disso, o projeto prevê a publicação online de um banco de imagens dos murais autorais e exclusivos elaborados durante o evento sobre o tema da sustentabilidade.

178915 - Programa de Residência Artística Instituto Adelina
INSTITUTO ADELINA
CNPJ/CPF: 28.812.479/0001-80
Processo: 01400034076201745
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 199.608,80
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de 2 exposições de 4 jovens artistas latino-americanos (2 brasileiros e 2 estrangeiros), resultantes de residências artísticas realizadas no Instituto Adelina no primeiro e no segundo semestres de 2018.

178430 - Quarta Cultural 2017-2018
FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E CULTURAL DO SISTEMA DE CREDITO COOPERATIVO - FUNDACAO SICREDI
CNPJ/CPF: 07.430.210/0001-69
Processo: 01400033408201774
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 294.881,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar uma programação cultural mensal na Biblioteca da Fundação Sicredi, em espaço aberto ao público, nas áreas de literatura, música e artes visuais. Por mês, serão realizadas duas ações sendo: uma exposição de artes visuais e uma apresentação musical ou uma ação literária.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

179379 - "Restauração da Torre do Relógio, Cabine de Sinais e Cabine de Manobras, e estudo do entorno e acessibilidade do Pátio Ferroviário de Paranapiacaba"
FORMARTE PROJETOS PRODUCAO E ASSESSORIA LTDA
CNPJ/CPF: 00.486.398/0001-18
Processo: 01400034713201783
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.072.171,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "Restauração da Torre do Relógio, Cabine de Sinais e Cabine de Manobras e estudo do entorno e acessibilidade do Pátio Ferroviário de Paranapiacaba" propõe ações interventivas de restauração com a intenção de recuperar três imóveis do Pátio Ferroviário de Paranapiacaba, sendo eles: Cabine de Sinais, Cabine de Manobra e o Torre do Relógio, buscando desta forma preservar não só a memória do patrimônio ferroviário, bem como a preservação do patrimônio inserido no Complexo de Paranapiacaba, auxiliando na recuperação a memória deste icônico conjunto tombado pelas instancias municipal, estadual e federal, por meio das respectivas resoluções de tombamento: COMDEPHAAPASA (Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André) nº de processo 56616/1996-5; CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) Resolução nº 37 de 30/09/87 e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) nº de processo 1252-T-87. Os imóveis estão localizados no Pátio Ferroviário, próximos a Vila de Paranapiacaba em Santo André, no estado de São Paulo. Os projetos básico e executivo de restauro aprovados por estes órgãos foram produzidos pelo escritório de arquitetura Gomes Machado Arquitetos Associados. É alvo desta proposta cultural também a elaboração dos projetos executivos complementares ao restauro e o estudo do entorno e acessibilidade do Pátio Ferroviário, local onde estão inseridas as edificações a serem restauradas.

179418 - Catedral São Francisco de Paula - Torre Norte
SURYA PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.091.943/0001-56
Processo: 01400034757201711
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 842.222,36
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Pretende-se realizar a restauração da Torre Norte da Catedral São Francisco de Paula de Pelotas, bem tombado estadual, contemplando forro, revestimentos, piso, esquadrias, escada e sino. Será realizada uma obra de restauro com arquiteta especializada em bens tombados, assim como uma oficina de apresentação das técnicas utilizadas de restauração e o registro tanto das etapas de obra como da oficina por meio dea confecção de um video e um site.

178987 - CONGRESSO DE ARQUITETURA, TURISMO E SUSTENTABILIDADE - CATS
ELISABETE ALVES KROPF CORREIA
CNPJ/CPF: 704.720.687-68
Processo: 01400034202201761
Cidade: Cataguases - MG;
Valor Aprovado: R$ 148.516,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto bianual, objetiva continuar criando em Cataguases, cidade da Zona da Mata Mineira, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) um polo de encontro e de discussão sobre a preservação do patrimônio edificado na cidade, conscientizando seus moradores e participantes sobre a importância dos legados arquitetônico e artístico deixados na cidade entre os anos de 1940 e 1960. A partir de ações de educação patrimonial, como a realização de mesas redondas, palestras, sessões de comunicação; além de cursos e oficinas de capacitação, promoveremos uma aproximação entre a população, estudantes e profissionais dando sequência ao trabalho já realizado em nossas edições de 2012, 2014 e 2016.

179374 - Delicias do Brasil
CAFE DA SEDE BC LTDA
CNPJ/CPF: 20.035.941/0001-78
Processo: 01400034707201726
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 5.506.297,57
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Delicias do Brasil tem por objetivo realizar um Festival cultural que trará ao grande o publico um pouco da historia da culináriа regional do nosso país, incentivando a preservação dos diversos pratos e elementos da culinaria nacional, considerados patrimonio imaterial do Brasil. Além disso, serão realizados shows de musica instrumental e palestras com chefs convidados.

178975 - EXPOCACHAÇA 21ANOS - A VITRINE MUNDIAL DA CACHAÇA
CENTRO BRASILEIRO DE REFERENCIA DA CACHACA
CNPJ/CPF: 09.026.681/0001-31
Processo: 01400034190201775
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 804.897,60
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: A 28a. Expocachaça e 12a. Brasilbier serão realizadas de 07 a 10 de junho de 2018, no Expominas, em Belo Horizonte, Minas Gerais, comemorando os seus 21 anos de atividades ininterruptas como a maior, mais importante e conceituada vitrine mundial da cadeia produtiva e de valor da cachaça. Pode-se constatar que hoje ela é um evento que nasceu em Minas Gerais, ganhou a liderança no Brasil e visibilidade mundial. A concepção de Festival com uma proposta aberta a novos expositores e uma programação mais eclética, complementar, em que negócios, lazer, entretenimento, gastronomia, turismo, cultura interagem e convivem harmonicamente, dando o molho necessário para o encantamento do público, o sucesso na comercialização de produtos e a visibilidade junto à mídia. Consolidado como evento de referência do setor, já teve duas edições anuais, em Belo Horizonte e em São Paulo, no Mercado Municipal Paulistano, cumprindo seu papel de apoiar o produtor da bebida artesanal da cachaça e de cerveja.

178945 - II SMISSIATE
FEDERACAO DE ENTIDADES ITALO-BRASILEIRAS DO MEIO OESTE E PLANALTO CATARINENSE
CNPJ/CPF: 01.890.503/0001-42
Processo: 01400034135201785
Cidade: Caçador - SC;
Valor Aprovado: R$ 51.876,18
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realizar o II Seminário SMISSIATE em Pinhalzinho-SC, no período de maio de 2018, o evento que irá discutir ações de salvaguarda e valorização de uma Língua - o Talian - reconhecida como Língua de Referência Cultural Brasileira pelo MinC / IPHAN, em 2014. Os participantes deverão vir dos mais diversos locais dos estados do Sul do Brasil onde a Língua Talian tem mais falantes,com a finalidade de promover o resgate da Língua Talian, valorizando a cultura dos imigrantes italianos.

178794 - Programa Formativo da Oficina-Escola de Revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa-PB
OFICINA ESC REVITALIZACAO PATRIMONIO CULTURAL J PESSOA
CNPJ/CPF: 35.589.522/0001-55
Processo: 01400033911201720
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 1.727.115,41
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Programa Formativo da Oficina-Escola de João Pessoa é um projeto que já se realiza há 25 anos, e objetiva a formação e capacitação de 60 jovens adultos, da faixa etária entre 18 e 25 anos, desempregados, em situação de risco social, de ambos os sexos, em ofícios relacionados ao restauro do patrimônio histórico e cultural, com vistas à inserção neste mercado de trabalho. Trata-se de um curso de 2 anos, com 3.520 horas aula, que se realiza em nossa sede em João Pessoa-PB.

178168 - REDE NACIONAL DO ARTESANATO CULTURAL BRASILEIRO - ano II
ARTESOL - ARTESANATO SOLIDARIO
CNPJ/CPF: 05.354.529/0001-27
Processo: 01400033054201768
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.325.016,95
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Dar continuidade ao projeto Rede Nacional do Artesanato Cultural Brasileiro (pronac 154278), promovendo a salvaguarda dos saberes e fazeres artesanais, conhecimentos que integram a matriz identitária do Brasil, alguns dos quais registrados como patrimônio imaterial nacional. Nesta nova etapa, a plataforma contará com mapeamento de novos grupos, ações de estímulos para manutenção e perpetuação da rede de contato e articulação de artistas populares, mestres, grupos de artesãos, agentes de comercialização, profissionais, ONGs e programas governamentais de apoio. Além da plataforma digital, o projeto prevê formação continuada para desenvolver meios auto-sustentáveis de manter a rede produzindo conteúdos e articulações que permitam a autonomia da rede a médio e longo prazo. Serão promovidas ações que mantenham a conexão de seus diferentes elos, o mapeamento constante e atualização de informações a respeito do fazer artesanal tradicional e dos grupos envolvidos nesta cadeia produtiva.

178913 - Restauração do Telhado do Clube Comercial de Pelotas
SURYA PROJETOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 12.091.943/0001-56
Processo: 01400034071201712
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 2.416.439,09
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto apresentado pretende executar a primeira etapa das obras que visam a restauração completa das estruturas físicas do Clube Comercial de Pelotas, assim como possibilitar, através desta ação, a retomada da utilização dos seus espaços internos por parte da população e garantir o acesso público ao seu acervo artístico.

178927 - Restauro Fundamental
SOCIEDADE PORTUGUESA BENEFICENTE DO AMAZONAS
CNPJ/CPF: 04.382.792/0001-67
Processo: 01400034102201735
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 932.061,24
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Hospital Beneficente Português do Amazonas, construído a partir de 1873 pela sociedade local, vem atendendo, desde então, a população de diversos níveis sócio-econômicos, de toda a região Norte do país. A arquitetura eclética de seu prédio conserva os valores da herança cultural lusitana no Brasil. Hospital idealizado para cuidar dos doentes na epidemia de varíola, incluiu na sua obra pinturas artísticas e artigos nobres que remontam a riqueza do Ciclo da Borracha. Hoje, o Hospital presta assistencia medica e realiza atividades de ensino de estudantes de Medicina, Fisioterapia e Enfermagem. Alem disso, mantem em funcionamento o Centro Cultural Luso Brasileiro do Amazonas, sob fortes dificuldades com a segurança das obras do acervo, pois já sofreu 2 invasões criminosas nos últimos anos. Não obstante, o saguão principal e salao nobre encontram-se danificados, descaracterizados por manutenções não especializadas ao longo dos anos. O Restauro Fundamental dará continuidade ao processo de recuperação iniciado em 2013 com a cobertura do hospital e agora abordará o edifício de circulação central e salão nobre, reconstituindo as pinturas originais, assoalhos, esquadrias, lustres e mobiliário da época.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
179202 - "A Criatura: Um Olhar do Nosso Tempo"
CRIATURA MULTIMIDIA - ME
CNPJ/CPF: 00.712.675/0001-63
Processo: 01400034483201752
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 570.090,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O livro "A Criatura: Um Olhar do Nosso Tempo" faz parte de um projeto -- livro, e-book e prêmio-homenagem -- que visa valorizar e difundir manifestações culturais e seus realizadores. Reunirá as entrevistas e fotografias mais relevantes veiculadas pela Revista Digital A Criatura sobre Literatura, Cinema, Artes, Negócios,Teatro, TV, Comportamento, Ciência, Esportes, Gastronomia, Moda, Música e Política. A obra será um registro da memória do período em que as entrevistas aconteceram, complementando a plataforma digital. O livro será a primeiro de uma coleção que eternize o que surgiu de relevante em termos de reflexão. A edição vai reunir personalidades da Cultura, cujos depoimentos relatam experiências em suas áreas de atuação. A seleção das entrevistas mais relevantes será realizada por um júri de notáveis. E um júri popular escolherá, do seu ponto de vista, as melhores entrevistas. As personalidades escolhidas pelo voto popular serão homenageados com troféu em evento de premiação.
179380 - 12ª Feira do Livro de Jaraguá do Sul
DESIGN EDITORA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.855.644/0001-00
Processo: 01400034714201728
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 599.307,13
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A 12ª edição da Feira do Livro de Jaraguá do Sul, acontecerá no Centro Cultural de Jaraguá do Sul. Utilizando 2 auditórios, salas de exposição e um galpão de lona de 1000 metros quadrados, com acesso gratuito a debates e contações de história, oferecendo milhares de livros, com preços a partir de um real.
179182 - 20 Salão FNLIJ do Livro para Crianças e Jovens
Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
CNPJ/CPF: 33.996.604/0001-99
Processo: 01400034453201746
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.761.049,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização do 20º Salão FNLIJ do Livro para Crianças e Jovens. Primeiro evento brasileiro voltado exclusivamente para a literatura infantil e juvenil, será realizado num período de 12 dias,em junho de 2018 e contará com 65espaços para editoras exporem sua produção na área,espaços institucionais e de atividades, exposições, bibliotecas para bebês, crianças e jovens; espaços do Ilustrador e de Leitura; Encontros Paralelos e outros, para a programação cultural do evento, contemplando atividades como: encontros com autores, lançamentos de livros, leituras de obras premiadas e performances com ilustradores.Em paralelo, 20º Seminário de Literatura Infantil e Juvenil; Encontros Paralelos,com mesastemáticas e Encontro Nacional do Varejo.Para promover o intercâmbio entre educadores, bibliotecários, especialistas, escritores e ilustradores, um país será homenageado.São organizadas visitasescolarese toda criança será contemplada com um livro selecionado pela FNLIJ para sua faixa etária.
179260 - 50 ANOS DE FOTOJORNALISMO NO BRASIL - 1950 - 2000
SIMBRASIL PRODUCOES CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 19.465.307/0001-96
Processo: 01400034564201752
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.174.781,59
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Um projeto para a edição do livro "50 Anos de Fotojornalismo no Brasil-1950-2000" a partir do trabalho de Nilton Ricardo, fotógrafo e repórter durante 33 anos na extinta Revista Manchete/Bloch Editores, sendo 40 anos de profissão e,em 1985, em reportagem pela Amazônia, passou a registrar toda uma atmosfera rica em "causos e relatos" de seus colegas de profissão. Durante 15 anos ele recolheu 180 depoimentos de Jornalistas, Fotojornalistas e Foto Documentaristas que trabalharam e trabalham de norte a sul do país. O livro traz uma abordagem que representa o expoente de uma categoria profissional no Brasil, e destaca o fotojornalismo como vetor principal para promover um debate sobre o universo histórico e atual da Mídia. E com o objetivo de garantir os propósitos do livro, o projeto contempla a realização de um Fórum de Lançamento-5 capitais do país; a montagem do Painel Fotos & Capas - exposição durante os Fóruns; um DVD Documentário e um Site para lançar a Plataforma do Fotojornalismo.
179110 - 64ª Feira do Livro de Porto Alegre
Câmara Rio-Grandense do Livro
CNPJ/CPF: 03.042.751/0001-69
Processo: 01400034358201742
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.432.595,47
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Criada em 1955 por um grupo de livreiros, a Feira do Livro de Porto Alegre chega a sua 64ª edição, que ocorrerá de 1º a 18 de novembro de 2018, na Praça da Alfândega. Patrimônio Imaterial da cidade de Porto Alegre, do Estado do RS e condecorada com a Medalha da Ordem do Mérito Cultural do Ministério da Cultura, é o mais antigo evento literário do Brasil realizado em caráter ininterrupto e uma das maiores feiras de livros a céu aberto do Continente Americano. Tornou-se referência no País por seu caráter popular, pela vasta gama de livros comercializados a preços reduzidos e pela intensa programação cultural oferecida ao público com entrada livre e gratuita.
179187 - A Felicidade em Livro e Cena
ALEXANDRE MARTINS FRANZIN
CNPJ/CPF: 290.172.988-63
Processo: 01400034462201737
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 186.731,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto trata da publicação do primeiro livro de Alexandre Franzin que apresentará resultados do trabalho de educação para a sensibilidade desenvolvido pelo autor com jovens ilustradores. O livro será publicado no formato Ensaio e serão realizadas novas oficinas para público jovem e adulto nas cidades envolvidas no projeto.
179109 - A História dos Alimentos - A Cultura Alimentar a Partir do Brasil
INEX CULTURA ARTES E EVENTOS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 19.916.114/0001-04
Processo: 01400034357201706
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 450.771,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto cultural "A História dos Alimentos- A Cultura Alimentar a Partir do Brasil", de autoria de João Macchado e Likka Rojas, será um importante registro e instrumento de divulgação da rica e profundamente diversificada cultura alimentar brasileira. O intuito da publicação é o de apresentar o ser humano, seus costumes e tradições desenvolvidos a partir do contato com o alimento, bem como os diferentes usos da comida que ultrapassam o simples ato de alimentar-se e que são utilizados de variadas formas, no Brasil e em todo o Mundo.
179431 - AURAL
AGENCIA DE IDEIAS PRODUCOES CULTURAIS E EDITORIAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 23.522.087/0001-62
Processo: 01400034785201721
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 278.788,59
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "AURAL" trata da produção do livro de arte homônimo sobre a obra do artista plástico Emerson Pingarilho (1976-2017), a.k.a. Aural. Natural de Canoas (RS), Aural cresceu entre sua cidade natal e a capital Porto Alegre, e a floresta amazônica, dada sua origem gaúcha e manauara. As culturas locais influenciaram em seus estudos, que se focaram no contraste entre a vivência do homem na cidade e na floresta. Aural é um dos cofundadores do coletivo gaúcho Upgrade do Macaco e um dos precursores do movimento artístico Metagrafismo no Brasil, realizando obras com diversas técnicas - do audiovisual e música às artes plásticas e visuais como arte digital, silk screen, acrílica, colagens digitais e esculturas."AURAL" pretende fazer uma revisão cronológica do trabalho de Emerson Pingarilho, dado que sua obra está diretamente conectada aos estudos acadêmicos e independentes do artista, que se expandiram para os campos da psicanálise, da filosofia da arte, da matemática e da física.
179139 - Belo Horizonte Cidade Literária
BANDEIRA BRANCA PRODUTORA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 20.954.652/0001-72
Processo: 01400034389201701
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 746.317,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto propõe o lançamento público da plataforma cultural "Belo Horizonte: Cidade Literária" - em formato de Festival -, o início da circulação do "Ônibus literário", e ações digitais via site do projeto e das redes sociais, de modo a promover a interação do público com a plataforma. Está prevista, ainda, a realização de uma exposição, dentro do conteúdo proposto. Todas as ações serão gratuitas e abertas ao público em geral.
179127 - Brinquedo virou museu: a história da menina Luiza
Instituto Cultural Luiza de Azevedo Meyer
CNPJ/CPF: 05.346.906/0001-86
Processo: 01400034377201779
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 228.502,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Livro infantil sobre o Museu dos Brinquedos, que já conta com 5.000 peças. Rica em ilustrações e escrita porespecialistas, a obra visa a enfatizar o papel indispensável do brincar no desenvolvimento humano, ao mesmo tempoem que contribui para a preservação e difusão do patrimônio cultural lúdico da infância no Brasil.
178518 - Ciranda Cultural
GILCA MARIA HUBNER NAPIER
CNPJ/CPF: 551.014.537-49
Processo: 01400033524201793
Cidade: Muriaé - MG;
Valor Aprovado: R$ 400.635,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto de formação, fomento e promoção cultural que visa integrar artistas, artesãos, agentes culturais e jovens estudantes do Ensino Médio, por meio do pensar e do fazer artístico para que, de forma coletiva, possam construir uma metodologia criativa de desenvolvimento e gestão de projetos, estimulando o protagonismo cultural e a formação de uma rede de multiplicadores nas suas comunidades.
178950 - Circuito da Palavra
Natalia Fernandes de Azevedo Barbosa
CNPJ/CPF: 25.018.610/0001-43
Processo: 01400034140201798
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 366.923,75
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto Circuito da Palavra pretende promover oficinas entre escritores, pesquisadores, professores, estudantes, profissionais do meio editorial e todo público interessado em trocar informações e vivências sobre a poética e a prosaica, dentro do universo das artes. Com um circuito de artistas oficineiros, que serão selecionados por meio de curadoria especializada, pretende-se que diversas possibilidades de manifestações literárias sejam contempladas na cidade de Petrópolis.
179207 - COLEÇÃO: ENCANTANDO A CRIANÇA POR MEIO DA LITERATURA
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO COLEGIO LOGOSOFICO GONZALEZ PECOTCHE
CNPJ/CPF: 09.320.634/0001-04
Processo: 01400034488201785
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 261.996,88
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produção de uma coleção de livros infantis, com 07 títulos e 07 autores diferentes.
178448 - Comida de Rua do Brasil
MARCELO KATSUKI - ME
CNPJ/CPF: 20.490.533/0001-06
Processo: 01400033435201747
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 372.063,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Comida de Rua do Brasil é um livro que traça um mapa dos hábitos e das iguarias típicas das ruas de capitais nas cinco regiões do Brasil. Com rico material de fotos e textos, o livro mostra como as diferenças dos aromas e sabores formam parte do patrimônio cultural do país. Ingredientes, moldados e criados em diferentes solos e condições climáticas, traçam um mapa da diversidade, marca do cotidiano de todo brasileiro.
178658 - CONTANDO E OUVINDO HISTÓRIAS - A ARTE DO ENCONTRO
Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial
CNPJ/CPF: 58.396.029/0001-14
Processo: 01400033714201719
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 452.850,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Ouvindo e Contando Histórias - A Arte do Encontro", ao trabalhar com a metodologia do "Círculos de Leitura" visa resgatar a tradição oral, requalificar os espaços públicos, fortalecer os traços de identidade coletiva, os valores culturais tradicionais, materiais e imateriais das comunidades, contribuindo para reforçar o sentimento de orgulho e pertencimento dos seus membros. Serão realizados saraus literários quinzenais, abertos à comunidade, com a duração de 3 horas, em 7 bairros da região de Fortaleza e em Juazeiro do Norte, no estado do Ceará. Nos saraus ocorrerão a leitura e contação de histórias, contemplando repertório de obras da literatura universal, bem como de escritores e poetas e regionais, que serão convidados a participar, visando assim dar destaque às raízes culturais e fortalecer sua permanência e conhecimento pelas gerações mais jovens do território.
179144 - Cozinhas do Campo
Hermínio Rogério Recco
CNPJ/CPF: 433.545.729-49
Processo: 01400034394201714
Cidade: Maringá - PR;
Valor Aprovado: R$ 141.789,91
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto de publicação de um livro histórico abordando o patrimônio imaterial dos emigrantes, os saberes e fazeres de comunidades rurais que pretende fazer um resgate da memória gastronômica, relacionada à culinária regional de comunidades rurais por meio da seleção de produtoras rurais, já identificadas, cujas receitas são representativas da Região Noroeste do Estado do Paraná.
179077 - Curitiba Literária 2018
Instituto Paranaense de Arte
CNPJ/CPF: 05.317.494/0001-56
Processo: 01400034320201770
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 872.975,16
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Curitiba Literária integra a programação da Bienal de Curitiba, com uma programação anual de literatura. A edição de 2018, a ser realizada em novembro, difunde a literatura brasileira e estimula o público à leitura de autores nacionais, com atividades gratuitas que ocupam diversos espaços culturais da cidade, priorizando espaços públicos como parques e praças. Dentre essas atividades, estão mesas literárias, palestras, oficinas, exposições de textos literários e ações pontuais. Outra característica do projeto é a "adoção" de escolas da rede pública de ensino em regiões da cidade de difícil acesso à cultura, onde escritores trabalham temas literários ao longo do período do evento. Ao final do projeto, é publicada uma antologia, com textos dos autores participantes, distribuída para bibliotecas e escolas municipais e estaduais, incluindo as escolas adotadas para a continuidade das ações realizadas nas mesmas,aumentando assim o alcance do projeto.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

179048 - De Sarah a Judite Butler
Leonarda do Vale Feitosa e Castro
CNPJ/CPF: 185.068.523-15
Processo: 01400034284201744
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 171.191,30
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Romance histórico, descreveremos a transição do papel da mulher desde a matriarca Sarah até Judite Butler, suas conquistas no espaço da profissão, da liberdade de opinião e nas relações afetivas, o qual será publicado em formato impresso e open acess, em português e inglês gratuitamente em página de web. Será ambientado no eixo Brasil, Buenos Aires, Alemanha e Israel, como parte do acervo cultural universal. Será base para estudo e diversão sem conotação religiosa, com base teórica científica confiável, cuprindo os objetivos 4,5 e 16 da ONU e dando subsídios a escolas no atendiemtno ao decreto lei que obriga a divulgação do holocausto e da cultura judaica nas escolas públicas.

178712 - DE SOL A SOL - MEMÓRIA DOS OFÍCIOS E TECNOLOGIAS TRADICIONAIS NO CEARÁ
Patricia Veloso ME
CNPJ/CPF: 12.306.262/0001-68
Processo: 01400033779201756
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 471.266,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a produção de uma obra (livro impresso e digital) voltada para o registro e a disseminação dos saberes tradicionais articulados às atividades produtivas tradicionais no estado do Ceará tais como: casa de taipa e de palha; pesca artesanal; cataventos de madeira; saberes da medicina popular; manejo com gado; fabricação de farinha, rapadura, queijo coalho, redes de dormir, etc. Visa pesquisar, registrar e difundir conhecimentos sobre o patrimônio material e imaterial constituído por esses saberes e práticas, considerando as origens culturais, as transformações sofridas em face dos diferentes contextos socioeconômicos, bem como as consequentes permanências e mudanças.As propostas nas áreas de registro e educação patrimonial, objetivam salvaguardar esse universo cultural - raramente contemplado em ações de registro e documentação, bem como incentivar sua transmissão e inserção em novos arranjos produtivos tendo como foco a economia criativa.

179118 - ELICER 2018 - ENCONTRO LITERÁRIO DO CERRADO (UBERLÂNDIA/MG)
HPL PRODUÇÃO E EVENTOS LTDA.
CNPJ/CPF: 08.726.185/0001-28
Processo: 01400034368201788
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.839.043,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O ELICER - Encontro Literário do Cerrado já ocorreu 2 edições (2015 e 2017) em Uberlândia, MG como projeto piloto. Em 2018 será novamente em Uberlândia- MG. Conforme projeto piloto: Feira do Livro; o Mundo da Fantasia, espaço com atividades em torno da literatura infantil e infanto juvenil; Núcleo Digital; Palco para apresentações musicais; Salas e auditórios para palestras, oficinas e debates, e espaço para exposição de poesia visual; Cine Elicer, com projeção de filmes infanto-juvenil e de secretários municipais de educação de MG. Como inovação sera realizado um Seminário literário para acadêmicos e profissionais ligados ao setor da educação e literatura; e Concurso de dissertação. O projeto contempla doação de livros com Vale Livros para alunos e professores da rede pública.

179097 - E-mapa da cultura popular no Brasil - identidade, oficinas e referências.
PRESENTE - INFORMAÇÃO COMPARTILHADA NO TEMPO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 16.721.044/0001-40
Processo: 01400034343201784
Cidade: Campo Largo - PR;
Valor Aprovado: R$ 52.700,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Criação de e-book interativo sobre as ocorrências das atividades artístico-artesanais e arte popular no Brasil. A plataforma mostrará visualmente no mapa do Brasil, os municípios brasileiros que se caracterizam pela arte popular e onde ocorrem produção e atividades artesanais, incluindo feiras de artesanato e pontos de comercialização, mostrando inclusive dias e horários de funcionamento. Será disponibilizado o auto cadastro, ou seja, o próprio artista/artesão poderá inserir informações sobre seu trabalho, podendo atingir, desta forma, um maior número de pessoas. Tiragem: 300 cópias digitais, formato e-book.

179221 - Escritor na Escola
VALDECI RICARDO DUARTE
CNPJ/CPF: 631.748.802-97
Processo: 01400034513201721
Cidade: Rio Branco - AC;
Valor Aprovado: R$ 312.079,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto "Escritor nas escolas" consiste na doação de livros em escolas públicas com eventos de autores acreanos nessas escolas e palestras para os alunos.

178859 - Existencialismo em perspectiva: Literatura.
GIAN PAULO MAZZUCCO JUNG
CNPJ/CPF: 077.439.019-04
Processo: 01400033994201757
Cidade: Nova Veneza - SC;
Valor Aprovado: R$ 14.040,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Esta ontologia visa reunir textos que abordam a Literatura através do olhar Existencialista. Partindo da coleta de artigos produzidos pelo movimento existencialista da região sul catarinense, entre os quais tem-se representantes das seguintes instituições, Centro de Psicologia Simone de Beauvoir, UNISUL, UNESC, ESUCRI. Com isto busca-se tornar acessível ao público as discussões já existentes, e que vem sendo traçadas nesta região, por profissionais da Filosofia, Psicologia, Pedagogia, Letras e entre outros, que amparados pelo existencialismo compreendem a possibilidade deste para compreender a escrita literária. Um diálogo pertinente, uma vez que a filosofia existencialista, é um movimento cultural preocupado com desenvolvimento social e humano, que abraça e compreende o importante papel que a literatura pode desempenhar como um "potencializador" deste processo.

179440 - Expedição Bali - A Ilha dos Deuses
Panorama Produções Culturais LTDA
CNPJ/CPF: 19.754.636/0001-57
Processo: 01400034803201774
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 157.003,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto "Expedição Bali - A Ilha dos Deuses" é um livro de fotografia ambiental (humanidades) que abrange a cerca do patrimônio natural da ilha de Bali, na Indonésia. Como não se restringe à temática ambiental, analisa também aspectos históricos e antropológicos, patrimônios culturais e a relação homem-natureza. Desta feita o livro conjuga descrições textuais e inúmeras fotografias em grande formato Unidades de Conservação, áreas protegidas em geral, fauna, flora, entre outros sendo as fotos do livro complementadas por materiais extras (vídeos, textos, entrevistas etc, no site do projeto). O livro será o quinto volume da Coleção EcoExpedições, que vem tendo seus volumes aprovados para auferir aos benefícios fiscais da Lei Rouanet. O projeto prevê além da produção do livro (produto principal), a realização de uma exposição em Recife (acesso gratuito) e uma palestra com os fotógrafos também em Recife (ação de formação de plateia igualmente gratuita e divulgada na web).

179375 - Festa Literária da Serra Imperial
INSTITUTO OLDEMBURG DE DESENVOLVIMENTO
CNPJ/CPF: 05.755.307/0001-16
Processo: 01400034708201771
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 266.096,72
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto pretende realizar a Festa Literária da Serra Imperial com duração de 3 (três) dias, em Petrópolis - Região Serrana do Rio de Janeiro , com exposição de estandes com acervos de livros de grande interesse literário, artístico e cultural, em local de livre acesso à população em geral .

178891 - Igneomorfia: belo no calor do acaso
SandroAugusto Lobato de Lima
CNPJ/CPF: 695.460.022-91
Processo: 01400034027201711
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 387.648,80
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Produzir livro de fotorafia,trilingue - que será distribuído gratuitamente para as principais bibliotecas do Brasil - com imagens capturadas através de lentes especiais, capazes de capturar mesmo a poeira em movimento, em indústrias metalúrgicas, ciderúrgias, montadoras de automóveis e/ou aeronaves, oficinas mecânicas de bairros e afins, imagens dos processos de soldagem; fusão; lixamento; rapagem; remoção de detritos; e todo e qualquer processo em que se produza fogo; fiscas; centelhas; ou mesmo superaquecimento de superfícies, que contribuam com esta pesquisa, que deverá reunir lindas e exuberantes imagens, dadas a partir da casualidade do exercício de profissão diversa a fotografia, porporcionando um espetáculo visual inimaginável, lastreando motes para debates sobre as causas da forma e seu conteúdo, e possíveiss viéses sobre seus limites, tomados a partir da discussão entre "Belo e estético".

178325 - julia ishida e sandra hiromoto (provisorio)
claudia suemi hamasaki
CNPJ/CPF: 598.299.159-72
Processo: 01400033262201767
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 158.784,08
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Publicar um livro de arte destacando dentro das artes plásticas brasileiras a influência japonesa de duas artistas Sandra Hiromoto e Julia Ishida. Sãoartistas que criam e produzem em separado, porém são obras que abordam aspectos naturais ou construídos da paisagem com o intuito de representarlugares. São lugares formados de espaço e tempo singulares onde os indivíduos são conduzidos por necessidade de reflexão em particular, quando-displicentemente observam objetos tidos como de natureza utilitária ou sem importância. Portanto será um diálogo entre as duas artistascontemporâneas nipo-brasileiras; neste livro conterão obras já produzidas e no mínimo dez novas obras.

178951 - Livro Tolerancialismo
BRUNO PORTELLA MOTONO
CNPJ/CPF: 218.495.338-57
Processo: 01400034142201787
Cidade: Barueri - SP;
Valor Aprovado: R$ 301.644,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto compreende a produção e publicação de 2.000 exemplares do livro Tolerancialismo - O livro da Exposição de Arte Interativa Tolerancialismo, apresentando o processo de produção e obras dos artistas Bruno Portella e Paula Portella.

178892 - O Matriarcado de Pindorama - o feminino no imaginario indigena brasileiro
MONICA PRADO BERGER
CNPJ/CPF: 581.547.369-34
Processo: 01400034028201757
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 114.001,55
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto refere-se à publicação de um livro, "O Matriarcado de Pindorama - o feminino no imaginário indígena brasileiro", já em processo de revisão. Trata-se de uma pesquisa relacionada ao imaginário indígena brasileiro e à existência, na gênese dos mitos, de uma Mãe Primária, intitulada "Cy". Inúmeras outras figuras mitológicas femininas ganham espaço no decorrer do livro. Algumas bastante conhecidas, como a Yara, Mani, ou as lendárias Amazonas. Outras desconhecidas, como Amana ou Dinahi. É oferecido ao leitor, além dos capítulos dissertativos, um pequeno dicionário de personagens míticas femininas.

178893 - Pesquisa e publicação das referências culturais da Lapinha da Serra
BRUNO REGA DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 080.196.006-12
Processo: 01400034029201700
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 199.899,46
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Essa publicação irá registrar, divulgar e promover os saberes, os modos de fazer, as formas de expressão, celebrações, as festas e danças populares, lendas, músicas e outros costumes da comunidade Lapinha da Serra, município Santana do Riacho, em Minas Gerais. Serão realizados levantamentos, estudos e pesquisas das referências culturais do distrito para em seguida editar e imprimir 1000 exemplares do livro com fotografias e informações sobre a história cultural da comunidade, destacando sua importância para a preservação da memória coletiva e a relação desses bens culturais com o meio ambiente no qual estão inseridas. A intenção é promover e valorizar os patrimônios culturais e paisagísticos da comunidade, como os batuques, as festas populares e outras tradições da população local que são recriadas e preservadas pelas pessoas dessa comunidade desde o século XVIII.

178865 - PIAPORÃ
RKF RIO EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS LTDA
CNPJ/CPF: 23.033.777/0001-58
Processo: 01400034001201764
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 87.780,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto se constitui na edição do livro de imagens "Piaporã", com tiragem de 1.000 exemplares. O livro de autoria de Flávio Vitoi traz uma proposta intrigante de entendimento de histórias sem texto.

178920 - São Paulo - O que você enxerga , mas não vê
Noeli Fernandes Feijão ME
CNPJ/CPF: 17.002.109/0001-60
Processo: 01400034086201781
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 408.320,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Projeto artístico/fotográfico que pretende fazer notar esculturas e estátuas instaladas nos espaços públicos da cidade, mas que não são devidamente percebidas pela população. Com recursos especiais de fotografia e de produção vamos "retirá-las" do ambiente original - praças, parques e outros locais públicos - e fotografá-las com iluminação de uma exposição em recinto fechado.

178847 - Viagem pela Cultura Tropeira
ESSENTIAL IDEA EDITORA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 09.566.899/0001-89
Processo: 01400033979201717
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 286.052,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Edição e publicação de livro sobre como os tropeiros, que desbravaram grande parte do interior do país, colaboraram com uma difusão cultural baseada em influências europeias, africanas, indígenas e bandeirantes. O projeto mostrará a formação e a sobrevivência da cultura tropeira presente nas artes, na dança, na música e nas comidas e também a sua influência na literatura brasileira, em livros como os de Afonso Arinos e Guimarães Rosa.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
179233 - Café Árabe, um símbolo de generosidade.
INSTITUTO DE PRESERVA O E DIFUS O DA HISTORIA DO CAFE E DA IMIGRA O
CNPJ/CPF: 02.634.914/0001-30
Processo: 01400034534201746
Cidade: Santos - SP;
Valor Aprovado: R$ 381.072,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O presente projeto de exposição, no Museu do Café em Santos, tem como foco mostrar tradições árabes trazidas por pessoas em seus movimentos migratórios dos países árabes do golfo e do mediterrâneo para o Estado de São Paulo tendo por base o tombamento dessa cultura imaterial em dossiê da UNESCO, expondo objetos e relacionando-os com sua técnica de preparo e cultura imaterial ligada ao café árabe.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

179132 - CONSTRUÇÃO DE NOVO EQUIPAMENTO MUSEAL PARA AMPLIAÇÃO DO MUSEU SACRO FRANCISCANO

FRATERNIDADE FRANCISCANA SECULAR DE SAO FRANCISCO DA PENITENCIA

CNPJ/CPF: 14.721.347/0001-38

Processo: 01400034382201781

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 52.697.403,00

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O Museu Sacro Franciscano (MSF), criado em 1933 pela Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, foi o primeiro museu sacro da América Latina e surgiu pela necessidade de expor a população seu rico acervo memorial e perpetuar a história de seus membros no Brasil, há quase 400 anos. Durante quarenta anos a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência e o MSF estiveram fechados à população. No ano de 2003, após a conclusão das obras na nave principal da igreja, com o apoio do BNDES, retomou suas atividades com visitas diárias. A construção de um novo equipamento museal faz parte da implantação do projeto CAMINHO DE SÃO FRANCISCO que visa criar acessibilidade, obras emergenciais, ampliação e modernização do MSF, que compreende a igreja, todo seu acervo e complexo arquitetônico. Adequação do espaço museal e aplicação de metodologias gerenciais para uma condução das atividades seguindo as normativas nacionais e internacionais para gestão de museus e salvaguarda do patrimônio.

179454 - CONSTRUÇÃO DO MOVA

Instituto Cultural Artigos e Carros de Época

CNPJ/CPF: 12.558.265/0001-99

Processo: 01400034834201725

Cidade: Belo Horizonte - MG;

Valor Aprovado: R$ 6.503.258,00

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto propõe a construção de um complexo cultural e de entretenimento temático que contará com uma gama variada de espaços com vistas a dar a uma coleção de carros e artigos antigos reunida ao longo dos anos uma destinação pública, educativa e cultural que melhor se traduz na forma de Museu. A proposta de criação e implantação do Museu de Objetos e Veículos Antigos (MOVA) nasceu principalmente do desejo de preservar a memória através da divulgação e pesquisa de coleção do patrimônio histórico e artístico relacionado a carros e artigos dos séculos XIX e XX, reunida há mais de três décadas, restaurada e conservada pelo Instituto Cultural Artigos e Carros de Época (ICACE), bem como de constituir um empreendimento capaz de agregar a essa representativa coleção uma função educativa e cultural.

179021 - Design Moderno Brasileiro - Bernardo Figueiredo Memória do Design Brasileiro

Casa 5 Produções Artísticas ltda

CNPJ/CPF: 04.378.171/0001-00

Processo: 01400034247201736

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 432.181,00

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Design Moderno Brasileiro - Bernardo Figueiredo, Memória do Design Brasileiro visa a difusão da obra do arquiteto e designer Bernardo Figueiredo, colaborando para uma reflexão que preencherá uma lacuna significativa no panorama da produção acerca do design moderno brasileiro, iniciada nos anos 60. Será realizado um estudo abrangente sobre sua obra, resultando em uma exposição temporária no Museu da Casa Brasileira, em São Paulo, SP, apresentando moveis originais, reedições de moveis fabricados atualmente, e a criação de uma plataforma de web hospedada no site do MCB que terá como destaque o acervo de caracter museologico deixado por Figueiredo, com fotos, desenhos, escritos, plantas de arquitetura, entre outros documentos. Design Moderno Brasileiro - Bernardo Figueiredo disponibilizará gratuitamente amplo acesso deste acervo ao publico, resguardando a memória cultural brasileira, por meio da atuação de Bernardo Figueiredo como designer moderno.

178129 - Memória e Educação na Salvaguarda do Samba

Centro Cultural Cartola

CNPJ/CPF: 04.248.634/0001-19

Processo: 01400033015201761

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 366.137,50

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto atua em 3 áreas que são: salvaguarda da memória do samba, sua história para as presentes e futuras gerações;desenvolvimento de processos educativos para o conhecimento e conscientização de nossa história; empreendedorismo, oficinas de formação de agentes culturais. No âmbito da salvaguarda, o Museu tem atuações no registro da história do samba por meio da narrativa de personagens desse universo. É o "Memória das Matrizes do Samba no Rio de Janeiro. Os registros são feitos no Museu. Oacervo já conta com mais de cem depoimentos. Serão gravados 12 novos depoimentos. No Educativo, o Museu atua, em geral e, especialmente, para instituições educacionais.Éutilizadoum conjunto de instrumentos que fazem parte de uma escola de samba como parte da mediação. Outra modalidade é a chamada "Vivência do samba" com a experimentação das etapas que o mundo do sambista. No empreendedorismo,acontecemas oficinas para formação de agentes culturais, com saberes e fazeres relativos ao samba.

178734 - Salvaguarda e Disseminação da obra de Fritz Alt - Primeira Parte

WILKA SETO GEHLEN

CNPJ/CPF: 743.225.919-49

Processo: 01400033807201735

Cidade: Joinville - SC;

Valor Aprovado: R$ 694.950,00

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Aproveitar o cinquentenário de morte do escultor teutocatarinense Fritz Alt (1902-1968) para dar grande incremento na sua obra, nos aspectos da preservação e da difusão, tanto das esculturas quanto das suas técnicas. O projeto vai conferir segurança a suas criações e amplificar seu alcance, expandindo o conhecimento sobre esse acervo que constitui parcela significativa do Patrimônio Cultural de Santa Catarina e brasileiro. Na execução do projeto serão feitas oficinas com as técnicas de confecção de moldes em silicone bem como dos métodos tradicionais de fundição artística em cera perdida, os quais se inscrevem no âmbito do patrimônio artístico imaterial. O projeto permitirá a circulação da obra em exposições itinerantes, para o grande público, o que no momento está vedado, uma vez que suas peças mais importantes encontram-se em gesso, fragilizado após mais de meio século. O projeto vai empregar o mesmo método a que foi submetida a obra de Rodin, na França, e de João Turim, em Curitiba.

179430 - Seminário de Museologia Social

Sandra Costa Siaines de Castro

CNPJ/CPF: 221.657.547-04

Processo: 01400034783201731

Cidade: Nova Friburgo - RJ;

Valor Aprovado: R$ 22.402,50

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Trata-se de um Seminário de Museologia Social que irá levar o entendimento do conceito de patrimônio cultural imaterial a pessoas comuns da comunidade, saindo do ambiente acadêmico e ampliando e contextualizando o sentido de identidade, preservação, e memória, no campo da museologia social, estimulando a formação de redes de preservação da memória social.

178459 - Villa Vive - Novas perspectivas biográficas sobre Heitor Villa-Lobos

Janaina Isabele Santos Baêta

CNPJ/CPF: 15.765.226/0001-50

Processo: 01400033448201716

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 151.506,00

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Villa Vive - Novas perspectivas biográficas sobre Heitor Villa-Lobos, é um projeto de pesquisa e ciclo de palestras, visando revelar fatos, preencher lacunas e reparar erros no que se refere à trajetória de Heitor Villa-Lobos, considerado, ainda em vida, o maior compositor das Américas no século XX. O projeto prevê pesquisadores contínuos, equipe que exercerá um trabalho especializado, hábil no uso de ferramentas de pesquisa contemporâneas não disponíveis anteriormente, hoje consideradas como divisoras de águas na área de pesquisa - a exemplo da Hemeroteca Digital Brasileira, o World Cat, e os portais de pesquisa específicos de importantes periódicos do Brasil e do mundo, como O Globo, Folhas, New York Times e Le Monde. O projeto prevê palestras em instituições de ensino gratuito de música para alunos e professores. O alentado resultado dessa pesquisa será incorporado ao acervo do Museu Villa-Lobos (RJ) que chancela a iniciativa, terá um blog que servirá como amostragem da pesquisa e estará disponível para consulta de pesquisadores de todo o mundo.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)

178646 - 16º FESTIVAL NACIONAL DA CUCA COM LINGUIÇA - PROGRAMAÇÃO ARTISTICA E CULTURAL

DOWNLOAD PRODUTORA DE EVENTOS E MARKETING LTDA. EEP

CNPJ/CPF: 17.603.449/0001-47

Processo: 01400033697201710

Cidade: Porto Alegre - RS;

Valor Aprovado: R$ 630.450,00

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente Projeto denominado 16º Festival Nacional da Cuca com Linguiça - Progaamação Artística e Cultural, celebra a tradicional cultura da cidade de Victor Graeff com seus grupos de dança, teatro e bandinhas típicas (instrumentais) da região.

178477 - 2º FESTIVAL DA CANÇÃO RURAL

HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS ME

CNPJ/CPF: 19.212.845/0001-79

Processo: 01400033476201733

Cidade: Campos Novos - SC;

Valor Aprovado: R$ 600.000,01

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Realização da segunda edição do Festival da Canção Rural, concurso de músicas inéditas e interpretações, voltado exclusivamente para o trabalhador rural. O festival será realizado em 4 etapas classificatórias e uma final, e faz parte das comemorações do cinquentenário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - FETAESC. Em 2008, por ocasião dos 40 anos da entidade, foi realizada a primeira edição do Festival. É intenção da proponente realizar o festival com maior periodicidade a fim de valorizar a produção cultural do homem do campo.

177900 - É MELHOR SER ALEGRE QUE SER TRISTE - Excursão Sul e Sudeste

CULTURA E CONVENCOES PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - EPP

CNPJ/CPF: 09.152.241/0001-20

Processo: 01400032409201700

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 537.264,00

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto se destina viabilizar a excursão do espetáculo teatralÉ MELHOR SER ALEGRE QUE SER TRISTE. Nosso espetáculo conta a história/trajetória do nosso eterno Poetinha Viniccius de Morais, através de suas canções e poemas. Contamos sua história como diplomata e seus amores, num cenário que representa o calçadão de Copacana e os bares cariocas dos anos 50/60. Uma história que se confunde com o Brasil do surgimento da Bossa Nova. Um dado importante: em 2018 o surgimento da Bossa Nova compela 60 anos.

178255 - Formigueiro no Parque

LAISA CELENE MIRANDA BASTOS 06398975685

CNPJ/CPF: 22.311.618/0001-05

Processo: 01400033180201712

Cidade: Montes Claros - MG;

Valor Aprovado: R$ 349.985,20

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto Formigueiro no Parque consiste na realização de 06 (seis) eventos de artes integradas com foco em música, abrangendo arte, cultura, meio ambiente, educação, esporte, lazer e projetos sociais, a serem realizados no Parque Municipal Milton Prates em Montes Claros/MG, oferecido gratuitamente à toda a população.

177853 - Gravação de DVD e Turnê - Henrique & Marcílio

H&M PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME

CNPJ/CPF: 26.931.797/0001-34

Processo: 01400032124201761

Cidade: São João Evangelista - MG;

Valor Aprovado: R$ 1.106.140,00

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto tem por finalidade a gravação do DVD da dupla sertaneja Henrique & Marcílio, como também a realização de uma turnê de divulgação do mesmo.

177943 - Gravação do DVD e Tournée para Divulgação da Cantora Dijane Paixão

DIJANE PAIXAO

CNPJ/CPF: 18.569.935/0001-59

Processo: 01400032554201782

Cidade: Alumínio - SP;

Valor Aprovado: R$ 949.112,11

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: Este projeto buscará através da tradição de filmes de estrada (Road movies) para gravação do DVD da figura da cantora Dijane Paixão, dismitificar e superar preconceitos em relação à música sertaneja que ainda existe no imaginário de algumas camadas sociais do nosso País. As modificações dentro do gênero musical têm provocado muitas confusões e discussões no país acerca do que seria música caipira/sertaneja e este projeto deapresentações pretende resgatar e desmistificar este genero musical.

178541 - MANU & RAFAEL

CLAYTON EMANUEL PEREIRA FREITAS

CNPJ/CPF: 036.841.661-54

Processo: 01400033547201706

Cidade: Campo Grande - MS;

Valor Aprovado: R$ 199.601,25

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização da turnê da dupla Manu & Rafael, residentes hoje em Campo Grande/MS, por algumas cidades do Brasil que têm grande referência no mundo sertanejo, partindo de sua cidade de origem, Mato Grosso do Sul e seguindo para mais 2 cidades de outros estados (num total de 3 apresentações). As apresentações terão início em Maio de 2018 e visa levar ao conhecimento do público os mais diversificados meios de expressar os valores da moda de viola, além de expandir a cultura evidenciada por este estilo musical.

179247 - Mariana Aydar e Mestrinho Convidam

DD2 Produções Ltda. - ME

CNPJ/CPF: 08.878.729/0001-77

Processo: 01400034550201739

Cidade: Brasília - DF;

Valor Aprovado: R$ 1.719.750,00

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto "Mariana Aydar e Mestrinho Convidam" pretende realizar uma turnê de 10 shows em que estarão juntos, no palco, MARIANA AYDAR E MESTRINHO, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Natal, Fortaleza, Aracajú, Belém, Vila Velha e Belo Horizonte. Em 3 cidades serão convidados artistas de renome nacional para participarem dos shows.

177852 - Musical Abertura 40 Anos

EDGAR GUERRA

CNPJ/CPF: 276.696.370-72

Processo: 01400032122201771

Cidade: Caxias do Sul - RS;

Valor Aprovado: R$ 254.666,55

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O presente projeto tem por finalidade a produção de 2 CDs e a turnê musical da banda "Musical Abertura".

178061 - Origens

JANOEL DE SOUZA CARDOSO ALVES

CNPJ/CPF: 917.348.438-53

Processo: 01400032864201705

Cidade: Mogi das Cruzes - SP;

Valor Aprovado: R$ 391.032,25

Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017

Resumo do Projeto: O projeto tem como foco viabilizar a turnê e gravação do CD Origens do artista Janoel Cardoso, um evento musical que tem como foco apresentar a riqueza e a versatilidade da música popular brasileira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

178435 - Paula e Pâmela ao Vivo
PAULA VALESKA FERRONATO
CNPJ/CPF: 066.348.969-50
Processo: 01400033413201787
Cidade: Pinhais - PR;
Valor Aprovado: R$ 612.603,25
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Gravação do Primeiro DVD ao vivo da Dupla com a realização de Turnê Nacional para sua divulgação.

178723 - PROJETO BONS TEMPOS - Cultura para a 3ª Idade.
ailton antonio avelino
CNPJ/CPF: 336.958.146-91
Processo: 01400033795201749
Cidade: Coronel Fabriciano - MG;
Valor Aprovado: R$ 124.557,30
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: "BONS TEMPOS" é um Projeto Cultural direcionado à 3ª Idade. Um público carente de ações de entretenimento e cultura. A longevidade do brasileiro, o aumento da idade média da população solicita, requer um entretenimento à altura que merece esse público. O projeto é uma performance/apresentação musical e poético/teatral onde os artistas vão tocar, cantar e recitar/interpretar poesia, proporcionando assim, um momento de grande emoção e alegria aos idosos. O roteiro abrange música e poesia com temas de nostalgia e saudade dos BONS TEMPOS DE OUTRORA. Os atores/músicos já adentram ao local cantando antigas e de domínio público, e interagindo com os idosos, através da dança e da música. Após a música começam os poemas. O projeto pretende ser um flash de memória/emoção/saudade daqueles bons tempos que não voltam mais.

178445 - Projeto Festival da Rádio Iara
Samira Abe Rodrigues
CNPJ/CPF: 003.512.852-61
Processo: 01400033431201769
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 335.974,80
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Música é como um passarinho que voa e leva a beleza para todo lado. Música é como a sereia: navega com seus mistérios e encantos por todas as águas. Música é vida que pulsa, é corrente infinita, então reunir essa gente que vive a tocar e a cantar virou nossa missão. A Iara é uma rádio alternativa, com objetivo de divulgar as obras e seus autores, que nem sempre estão nas grandes rádios. Reunimos o acervo e durante 24 horas, você vai ouvir o que há de melhor na música paraense. Um vasto acervo musical que resolvemos pedir emprestado e jogar no ar para todo mundo ouvir, cantar e dançar. Assim surge o Projeto Festival da Rádio Iara, 3 dias de evento grátis, no 2º ano no ar, a equipe pretende ser um pouco mais ousada, dar um passo mais largo na caminhada, subindo com mais velocidade os degraus, divulgando 9 artistas que estão iniciando a carreira ou que gravaram o primeiro CD ou que são pouco chamados para os grandes eventos de Belém, junto com artistas nacionais e locais mais renomados.

178831 - SHOW E GRAVAÇÃO DE DVD DE RODRIGO SANTOS
RODRIGO DA SILVA SANTOS
CNPJ/CPF: 050.044.656-30
Processo: 01400033963201704
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 376.333,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a realização de um show do artista Rodrigo Santos e produção do DVD com 18 músicas autorais do proponente. Serão prensados 3.000 unidades.

178766 - TURNÊ DO CANTOR MATHEUS LUCCATO
MATHEUS FELIPE RIBEIRO SILVA
CNPJ/CPF: 065.287.796-60
Processo: 01400033853201734
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 570.486,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na realização da turnê do músico Matheus Luccato e banda, por 08 cidades do interior do Estado de Minas Gerais.

178301 - TURNE LAILA GARIN E A RODA
QUASE 9 COMUNICACAO LTDA - ME
CNPJ/CPF: 17.632.237/0001-98
Processo: 01400033235201794
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 420.630,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realizar 5 (cinco) shows musicais da artista Laila Garin e a Roda.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26)

178762 - ENSINART
GILBERTO PEREIRA DA SILVA
CNPJ/CPF: 075.645.568-54
Processo: 01400033846201732
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 675.446,25
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto EnsinArt, consiste em realizar uma parceria com a comunidade local, estudantes universitários de designer gráfico, T.I e moda. Como também, visa estabelecer laços com as entidades governamentais, para a instalação de um Infocentro cultural, com o objetivo de promover através desse espaço: Incubadora social aberta para alunos de 16 a 49 anos, para ensinamentos básicos e aperfeiçoamento na construção de jogos e aplicativos; Oficina de Cartoon digital para formação e orientação profissional. Promovendo o desenvolvimento das habilidades individuais dos alunos. Visando a criação de estampas criativas, com o objetivo de posterior comercialização dessas estampas para a indústria têxtil; No espaço de convivência (área comum), serão disponibilizados computadores e orientadores, para a comunidade em geral, no intuito de colaborar no acesso à rede de internet, pesquisas e formatação de projetos. Nesse espaço será possível interagir com a comunidade local, disponibilizando livre acesso supervisionado para o atendimento comunitário. O projeto Ensin´Art será um espaço voltado para potencializar o processo criativo e o desenvolvimento profissional e pessoal. Estimulando através das novas descobertas, a autoconfiança e a autoestima de alunos e participantes em geral. O projeto propõe orientação, formação profissional e o fomento cultural sustentável.

177918 - Plano Anual de Atividades - Escola de Artes Visuais
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DA ESCOLA DE ARTES VISUAIS
CNPJ/CPF: 29.279.924/0001-50
Processo: 01400032447201754
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 8.109.151,82
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Este projeto tem como finalidade apresentar o plano de atividades da Escola de Artes Visuais do Parque Lage para o ano de 2018. A programação da EAV contempla atividades prioritariamente voltadas para o campo das artes visuais, além de explorar as relações entre as demais expressões artísticas (música, dança, cinema, teatro, literatura) e a visualidade. Serão desenvolvidas ações de formação de artistas e profissionais da arte, exposições, projeções de filmes, programação educativa (palestra, seminários, visitas mediadas), biblioteca e centro de documentação e publicações.

178717 - Quatro Estações KIDFEST
PROPONO CONSULTORIA EXECUTIVA
CNPJ/CPF: 13.309.246/0001-91
Processo: 01400033788201747
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 312.375,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Quatro Estações KIDFEST é uma exposição temática com foco em confrontar os costumes, brincadeiras e divertimentos lúdicos das crianças dos tempos anteriores com a atual prática ligada às novas tecnologias, buscando recuperar as tradições esquecidas para que possam contribuir com a formação cultural das crianças, proporcionando atividades interativas com pais e filhos, dividida em quatro estações, quatro espaços diferentes, que trazem o conceito do projeto.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (Artigo 26)

177170 - Museu Catavento - Plano Anual de Atividades 2018
CATAVENTO CULTURAL E EDUCACIONAL
CNPJ/CPF: 08.698.186/0001-06
Processo: 01400.029708/2017-59
Cidade: São Paulo - SP;
Valor: Aprovado: R$ 3.393.903,56
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: Dar continuidade, no ano de 2018, às atividades regulares do Museu Catavento - Espaço Cultural de Ciência: a visitação ao acervo, os projetos culturais e de formação.

177622 - Preservação e divulgação do acervo documental do Museu da Companhia Paulista
SOCIEDADE DE PESQUISA PARA MEMÓRIA DO TREM
CNPJ/CPF: 68.697.044/0001-56
Processo: 01400.031029/2017-40
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.303.423,76
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto propõe intervenções para preservação, organização e divulgação do acervo arquivístico e bibliográfico do Museu da Companhia Paulista, sediado no Complexo FEPASA e subordinado à Sec. de Cultura da Prefeitura Municipal de Jundiaí-SP. Esse acervo é composto de 1.512 metros lineares (1869-2008), e procede de algumas das mais importantes ferrovias paulistas, entre as quais a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, a E. F. Sorocabana, a E. F. Santos a Jundiaí, a E. F. Araraquara, a E. F. São Paulo e Minas, a E. F. Bragantina e também de outras ferrovias do Brasil, quer seja do período da administração da Rede Ferroviária Federal SA-RFFSA, como das estradas de ferro que a formaram, além de estudos e projetos do GEIPOT-Emp. Brasileira de Planej. de Transportes. Dada a atual precariedade da conservação, a dificuldade de acesso e o alto custo da execução total é que propomos intervenções em caráter emergencial, inicialmente para 230 metros lineares.

17 6560 - PROJETO ANUAL MON 2018
ASSOCIACAO DOS AMIGOS DO MON - MUSEU OSCAR NIEMEYER
CNPJ/CPF: 05.695.855/0001-06
Processo: 01400.027676/2017-57
Cidade: Curitiba - PR
Valor Aprovado: 8.542.270,36
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto Anual MON 2018 da Associação dos Amigos do Museu Oscar Niemeyer compreende a realização de exposições de acervo e temporárias nas áreas de atuação: artes visuais, design e arquitetura. Serão 22 exposições, 10 publicações de catálogo e 1 publicação de livro. Todas as mostras são acompanhadas de um amplo projeto pedagógico, composto por atividades de mediação, capacitação, edição de materiais e oficinas artísticas que desdobram os conteúdos. O projeto visa também estabelecer novas parcerias nacionais e internacionais, além de estabelecer vínculos com artistas, professores, formadores de opinião, transformando as ações do museu em espaço para a reflexão e promoção do pensamento sobre a arte.

177622 - Preservação e divulgação do acervo documental do Museu da Companhia Paulista
SOCIEDADE DE PESQUISA PARA MEMÓRIA DO TREM
CNPJ/CPF: 68.697.044/0001-56
Processo: 01400031029201740
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.303.423,76
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Projeto propõe intervenções para preservação, organização e divulgação do acervo arquivístico e bibliográfico do Museu da Companhia Paulista, sediado no Complexo FEPASA e subordinado à Sec. de Cultura da Prefeitura Municipal de Jundiaí-SP. Esse acervo é composto de 1.512 metros lineares (1869-2008), e procede de algumas das mais importantes ferrovias paulistas, entre as quais a Cia. Paulista de Estradas de Ferro, a Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, a E. F. Sorocabana, a E. F. Santos a Jundiaí, a E. F. Araraquara, a E. F. São Paulo e Minas, a E. F. Bragantina e também de outras ferrovias do Brasil, quer seja do período da administração da Rede Ferroviária Federal SA-RFFSA, como das estradas de ferro que a formaram, além de estudos e projetos do GEIPOT-Emp. Brasileira de Planej. de Transportes. Dada a atual precariedade da conservação, a dificuldade de acesso e o alto custo da execução total é que propomos intervenções em caráter emergencial, inicialmente para 230 metros lineares.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)

178721 - ECONEWS - Jornal Escolar
ALEXANDRE GALVAO LEITE
CNPJ/CPF: 610.561.202-82
Processo: 01400033792201713
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 99.122,48
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: A Amazônia é vasta região que engloba inúmeras delimitações estaduais, nacionais, culturais, étnicas, sociais e de biodiversidade. Neste contexto, o Homem se insere originando diversos desdobramentos sociais que se integram ao ambiente. Um dos desdobramentos sociais observados é a educação. De fato, o governo mantem, de modo incipiente, escolas de ensino fundamental não apenas nas capitais mas também nas localidades do interior do estados. Apesar da presença do ambiente educacional em que crianças e adolescentes são assistidas, existem inúmeras possibilidades de inserção de iniciativas que complementam a contextualizadas no ambiente escolar. A propostaECONEWS - Jornal Escolar é uma iniciativa do terceiro setor no sentido de inserir um jornal escola impresso na realidade do ambiente educacional do ensino fundamental e médio das escolas da rede pública de ensino objetivando fomentar o pensamento reflexivo da realidade na qual a criança esta inserida através da construção de textos.

177866 - Le Piece Jornal
PAULO HENRIQUE FERNANDES DA SILVA
CNPJ/CPF: 363.279.248-83
Processo: 01400032209201749
Cidade: Jundiaí - SP;
Valor Aprovado: R$ 477.122,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na produção e publicação de jornal com temática voltada para as artes plásticas, arte urbana, música pop e popular, ilustrações, contos, poemas urbanos e artes liberais, valorizando a produção artística regional.

177524 - Rodas de conversa de impacto sobre a Cultura e a Inovação Social no Brasil
ASHOKA BRASIL
CNPJ/CPF: 05.865.089/0001-72
Processo: 01400030772201782
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.503.797,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 à 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto rodas de conversa de impacto sobre a cultura e a inovação social no Brasil irá promover eventos de discussão sobre temáticas, com edições em diferentes regiões do país, irá reunir especialistas, interessados e a população em geral para disseminar e gerar conhecimento sobre essa temática, possibilitando a ampliação deste movimento que impacta as dimensões da identidade, da economia e da cultura nacionais.

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 560 de 15/09/2017, publicada no D.O.U. em 18/09/2017, Seção 1, referente ao Projeto Irmãos Brothers Circo-lando - Pronac: 17 2121
Onde se lê: Prazo de captação: 18/09/2017 a 24/12/2017
Leia-se: Prazo de captação: 18/09/2017 a 31/12/2017
Na Portaria nº 1 de 02/01/2017, publicada no D.O.U. em 03/01/2017, Seção 1, referente ao Projeto Arte e cidadania: produtos da cooperação - Pronac: 16 2646
Onde se lê: Prazo de captação: 01/01/2017 a 29/12/2017
Leia-se: Prazo de captação: 01/01/2017 a 31/12/2017

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 175, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo I, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais, relacionados no anexo II, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
178974 - 18ª Goiânia Mostra Curtas
ICUMAM CULTURAL EIRELI ME
CNPJ/CPF: 14.399.728/0001-42
Processo: 01400034188201704
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 303.637,40
Prazo de Captação: 19/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Goiânia Mostra Curtas é um festival nacional de curta-metragem, realizado pelo Icumam. Entre outros festivais também dedicados à exibição de filmes de curta-metragem, a Goiânia Mostra Curtas se destaca como um evento gratuito que reúne produções brasileiras, priorizando a produção goiana e buscando inovação e renovação da linguagem audiovisual, ao exibir e divulgar filmes de diferentes domínios cinematográficos que celebram a diversidade cultural do país. O festival conta com a exibição de filmes brasileiros de curta-metragem, exibindo aproximadamente 120 filmes, e também realiza atividades no campo do audiovisual promovendo intercâmbio, difusão, formação e reflexão, a partir de debates temáticos, encontros de realizadores de festivais, seminários e oficinas de formação audiovisual. O público estimado do festival é de 10.000 pessoas.

178791 - 25º Festival de Cinema de Vitória
Instituto Brasil de Cultura e Arte - IBCA
CNPJ/CPF: 11.474.955/0001-05
Processo: 01400033905201772
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 2.199.756,25
Prazo de Captação: 19/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: Retrospectiva 25 anos: 3 sessões exibindo 5 curtas que passaram pelo festival, totalizando 15 curtas para 750 pessoas. Seminários 25 anos: 3 seminários abordando as temáticas: Prodav, Lei Rouanet e formatação de projetos, para 750 pessoas. 25º Festival de Cinema de Vitória: realizando a 22ª Mostra Competitiva de Curtas; 19º Festivalzinho; 8ª Mostra Competitiva de Longas; 7ª Mostra Foco Capixaba; 7ª Mostra Corsária; 5ª Mostra de Animação; 8ª Mostra Quatro Estações; 3ª Mostra Mulheres no Cinema; 3ª Mostra Cinema e Negritude; 2ª Mostra Nacional de Videoclipes; 1ª Mostra Nacional de Cinema Ambiental; debates com realizadores; homenagem a uma personalidade nacional; homenagem a uma personalidade capixaba. 11 mostras, totalizando 25 sessões para 15 mil pessoas, exibindo 100 curtas e 5 longas. Oficinas: Cinco oficinas realizadas no período do Festival para 20 alunos, somando 100 pessoas atendidas. Itinerante: realizar exibições em 10 localidades do interior capixaba estimando 3000 pessoas.

179314 - 4º Manuel Padeiro
BOUGANVILLE PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI ME
CNPJ/CPF: 28.588.845/0001-69
Processo: 01400034626201726
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 328.497,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: Festival de Cinema e Animação homenageando o líder quilombola Manuel Padeiro. Mostras de curta metragens a céu aberto (Zona Portuária de Pelotas/RS), com 45 filmes exibidos e um total aproximado de R$ 57 mil em prêmios, a ser realizado nas datas de 10 a 13 de outubro de 2018. Realizado em coprodução com a o Curso de Cinema e Animação da Universidade Federal de Pelotas, contará também com debates com a participação de produtores e realizadores no espaço denominado "experimentário" além da produção da revista do festival, que conterá a sinopse dos filmes exibidos e a história de Padeiro e dos remanescentes quilombolas. Para a fase competitiva serão triados 5 (cinco) filmes nas categorias curta-metragem Ficção, Documentário, Animação e Vídeo Universitário, com duração de até 20 (vinte) minutos cada obra, 5 (cinco) Videoclipes com duração de até 10 minutos, 10 (dez) curtas Vídeocelular com duração de até 3 (três) minutos e 10 (dez) Vinhetas de até 1 (um) minuto de duração, totalizando 45 (quarenta e cinco) filmes a serem distribuídos conforme a duração durante os três dias da mostra competitiva. Para a Mostra de Cinema Acessível serão escolhidos 3 (três) longa metragens com audiodescrição. A estimativa de público em todas as fases do projeto é de aproximadamente 4.000 pessoas.

178585 - Cine Estrada - 2ª edição
GABRIELI BORGES DA SILVA 37566128809
CNPJ/CPF: 24.954.036/0001-72
Processo: 01400033619201715
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 589.454,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: Segunda edição do projeto de cinema itinerante, que levará a real experiência do cinema à 14 comunidades do Brasil, por meio de uma carreta transformada em sala de exibição com alta tecnologia, com capacidade para até 91 pessoas. Todos os participantes terão direito a pipoca, refrigerante e entrada gratuitos. Em cada comunidade serão executados 2 dias de projeto, sendo 5 sessões de cinema diárias. O Cine Estrada - 2ª edição ficará em itinerância de agosto a outubro de 2018. A estimativa de público é de cerca de 12.740 participantes (14 locais X 2 dias X 5 sessões por dia X 91 pessoas =12.740 pessoas). Serão exibidos até 10 filmes.

178919 - Cine Humberto Mauro - Programação e Fomento 2018
ASSOCIACAO PRO-CULTURA E PROMOCAO DAS ARTES
CNPJ/CPF: 70.945.209/0001-03
Processo: 01400034085201736
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 796.972,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto proposto se destina a viabilizar a programação cultural do Cine Humberto Mauro, composta pelo tradicional Festival Internacional de Curta Metragem, mostras de filmes, cursos, palestras e sessões comentadas, dentre outros eventos ligados à Sétima Arte. Pretende-se, ainda, possibilitar o funcionamento regular desta que é uma das mais consagradas salas de cinema de Minas Gerais, providenciando estrutura técnica e logística para viabilizar suas atividades anuais. O Cine Humberto Mauro localiza-se nas dependências físicas do Palácio das Artes, integrando este que é um dos maiores centros culturais do País. Com quase 40 anos de atividade, proporciona acesso gratuito a todas as sessões investindo assim na formação de público para o cinema independente.

178917 - Cinema em Movimento ano XVI
Meios de Produção e Comunicação Ltda
CNPJ/CPF: 27.920.016/0001-79
Processo: 01400034080201711
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 3.575.139,34
Prazo de Captação: 19/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O Cinema em Movimento é um projeto de difusão e de exibição de longas-metragens da produção cinematográfica brasileira, diretores brasileiros e de filmes internacionais com temas de interesse pedagógico. Sessões gratuitas em comunidades, praças, espaços culturais, escolas públicas e em universidades de todo o território brasileiro através de seus circuitos: Escola, Oficinas Audiovisuais, Universitário de exibição e Comunitário Praça. Em atividade desde 2000, o projeto é hoje a maior rede não comercial de distribuição de filmes da América Latina. O Projeto prevê a exibição de 14 filmes com a opção legenda descritiva e alguns com libras e audiodescrição, realização de 32 oficinas onde serão produzidos 32 curtas com a opção de legenda descritiva. Será realizada 1900 sessões todas com legenda descritiva, 20 sessões com libras e audiodescrição, nossa abrangência será em 160 municípios nos 27 estados da federação para um público de 100.000 espectadores no período de 05/03/2018 á 05/03/2019.

178513 - IMAGEM DOS POVOS - MULHERES
T"AI Criação e Produção Ltda
CNPJ/CPF: 07.110.153/0001-30
Processo: 01400033518201736
Cidade: Brumadinho - MG;
Valor Aprovado: R$ 586.002,30
Prazo de Captação: 19/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: IMAGEM DOS POVOS é uma mostra internacional de conteúdo audiovisual em múltiplas plataformas: cinema, televisão e web. A 11ª edição aborda o protagonismo feminino na produção audiovisual, as produções escolhidas trazem mulheres como diretoras, roteiristas, produtoras e atrizes em papeis de destaque. Serão exibidas 50 produções (28 sessões de cinema, 10 exibições na TV e 12 títulos por streaming na web) de formatos e gêneros variados: ficção, documentário, longa e curta, série e animação; escolhidos pelas curadoras e organizados em 6 programas:Cinemateca,Produtora em destaque,Diretora em destaque,Roteirista em destaque,Panorama Brasil e Panorama Mundial.Serão realizadas 5 MasterClasses ministrados por mulheres para profissionais do setor: Produtora, Diretora Cinema e Séries, Roteirista, Atriz e A Construção da Imagem da Mulher na Produção Audiovisual. As sessões realizadas são apresentadas pelas curadoras e/ou diretoras. Público estimado: Cinema 2.800, TV e WEB 60 mil, MasterClass 150.

178911 - Imagens em movimento - 8ª edição
RAIAR REDES DE ACOES E INTERACOES ARTISTICAS
CNPJ/CPF: 21.613.809/0001-69
Processo: 01400034063201776
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.614.470,50
Prazo de Captação: 19/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: Realização de 14 oficinas de cinema, no período de março a dezembro de 2018 para 210 estudantes das escolas publicas do Rio de Janeiro, Juiz de Fora (MG) e Sabará (MG), além de uma oficina para 20 professores das escolas na cidade do Rio de Janeiro. Através de uma parceria com a Cinemateca Francesa e o programa "Cinema, cem anos de juventude", propomos a experiência da linguagem cinematográfica no ambiente escolar, propiciando o desenvolvimento de habilidades criativas e críticas de cada beneficiário. Cada oficina produzirá dois curtas em formato digital HD 1920 X 1080 de em média 10 minutos.

179224 - MINA DE MORRO VELHO - A história de Nova Lima
MARCO LOYOLA PROPAGANDA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 04.195.659/0001-00
Processo: 01400034518201753
Cidade: Nova Lima - MG;
Valor Aprovado: R$ 792.431,12
Prazo de Captação: 19/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O PRODUTO FINAL DO PROJETO / 3000 exemplares: SERÁ UM FILME DOCUMENTÁRIO DE MÉDIA METRAGEM COM 30m DE DURAÇÃO FINALIZADO EM HD; ENCARTADO EM UM LIVRO COM 100pgs; FORMATO A2; 4X4 CORES; IMPRESSO A PARTIR DE EDIÇÃO DE CÓPIAS ICONOGRÁFICAS, FOTOS E TEXTO HISTÓRICO DOCUMENTAL A estratégia de abordagem do documentário será a de contextualizar a atividade mineira do ouro iniciada no século XVII, com a abertura da Mina de Morro Velho, que iniciou suas operações no ano de 1725, passando a pertencer a partir de 1834 à Companhia Inglesa Saint John del Rey Mining Company, até 1960, quando foi vendida a Empresa Americana Hanna Company. A linguagem escolhida pela direção do média metragem é um documentário com até 30 minutos que não se alimenta de entrevistas apenas, mas também se afirma com a apresentação de documentos históricos, fotos e relatos dos moradores da região que contarão, a partir de suas experiências, a convivência e as influências deixadas pelas minas.

178256 - Naja, o resgate - Média metragem de ficção
A N DE SOUSA PRODUCOES CINEMATOGRAFICAS - ME
CNPJ/CPF: 28.236.805/0001-58
Processo: 01400033181201767
Cidade: Jacundá - PA;
Valor Aprovado: R$ 510.299,20
Prazo de Captação: 19/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: O projeto consiste na gravação e lançamento do média metragem de ficção Naja, como 69 minutos e finalização em HD.

177873 - SOMBRIA
Júlio César do Espírito Santo Meloni
CNPJ/CPF: 256.880.098-45
Processo: 01400032273201720
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 106.967,25
Prazo de Captação: 19/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: Título (provisório): SOMBRIA. Formato: curta-metragem. Duração aproximada: 10 minutos. Gênero: suspense. Tom: thriller psicológico com toques de terror e drama. Suporte de captação e finalização do filme: HD. Breve Sinopse: Quando inesperadamente a jovem Sandra bate à porta da casa sombria, a velha Dolores tem a chance de quebrar a terrível maldição da qual é prisioneira. Para isso, ela terá que fazer a moça passar pelo mesmo ritual que foi vítima. Acontece que Ernesto, seu velho marido, também foi amaldiçoado e também pretende recuperar a juventude que um dia lhe foi roubada. Agora, Dolores e Ernesto são inimigos mortais, e apenas um dos dois poderá voltar a ser jovem.

ANEXO II

177998 - EU SOU A MARROM
DOCUMENTA PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 00.360.459/0001-04
Processo: 01400032675201724
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 346.864,00
Prazo de Captação: 19/12/2017 a 31/12/2017
Resumo do Projeto: Dona de uma voz inconfundível, personalidade marcante e suingue inigualável, Alcione é uma das artistas brasileiras mais prestigiadas no país e no exterior. Emblemática e com um carisma especial, conquistou uma legião de fãs ao longo de mais de 45 anos de carreira e 70 de vida. A Marrom, apelido que ganhou no início da carreira no Maranhão, detém um glorioso currículo que inclui os principais palcos do Brasil e de mais de 30 países. A proposta da websérie é de trazer ao público a trajetória desta personagem numa homenagem que aprofundará o conhecimento de sua carreira, trajetória que se confunde com a história da música brasileira, pois Alcione, além de intérprete, é uma grande musicista. Em formato interativo, conheceremos quem é ALCIONE atrás dos holofotes que cercam uma diva. A websérie terá 20 episódios de 03 minutos cada, exibidos semanalmente em plataforma gratuita do Youtube e no site que será criado para a webserie (eusouamarrom.com.br) Os 20 filmes serão finalizados em MOV H264, coloridos, com som stéreo.

PORTARIA Nº 176, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor dos projetos culturais relacionados nos anexos desta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
176978 - Cinema e Reflexão 2018
CNPJ/CPF: 07.446.174/0001-21
Associação do Audiovisual
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 24.560,00
Valor total atual: R$ 386.840,00

173998 - Juventude, Arte e Transformação
Associação Imagem Comunitária - Grupo de Pesquisa e Experimentação em Mídias de Acesso Público
CNPJ/CPF: 02.291.981/0001-07
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 14.935,00
Valor total atual: R$ 228.854,95
177175 - Os Melhores Filmes do Ano 2017
CENTRAL DAS ARTES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.
CNPJ/CPF: 04.008.366/0001-68
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 1.890,00
Valor total atual: R$ 286.483,50
ANEXO II
175731 - Plano Anual de Manutenção de Entidades - FUNPAR
Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e da Cultura
CNPJ/CPF: 78.350.188/0001-95
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Reduzido: R$ 44.776,00
Valor Reduzido em: R$ 1.391.311,25

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 46/MD, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Altera o Anexo da Portaria Normativa nº 9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016, que versa sobre o "Glossário das Forças Armadas" - MD35-G-01 (5ª Edição/2015).

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e o inciso III do art. 31 da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, tendo em vista o disposto nos incisos III, VI e IX do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017, e considerando o que consta no Processo nº 60080.000047/2017-17, resolve:

Art. 1º Os conceitos de "TEATRO DE GUERRA", "ZONA DE DEFESA" e "ZONA DO INTERIOR", dispostos no Anexo da Portaria Normativa nº 9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

"TEATRO DE GUERRA - É o espaço geográfico, terrestre, marítimo, aeroespacial e cibernético que seja ou possa ser diretamente envolvido nas operações militares de uma guerra. Um Teatro de Guerra pode comportar um ou mais Teatro de Operações." (NR)

"ZONA DE DEFESA - Parte do território nacional pertencente à Zona do Interior, onde um comando operacional ativado planejará e coordenará as ações de defesa territorial, em consonância com as ações de defesa aeroespacial." (NR)

"ZONA DO INTERIOR - Parte do território nacional, não incluída no Teatro de Operações, onde se pressupõe a ausência de operações militares de grande vulto entre os contendores. Na Zona do Interior, excluídas as Zonas de Defesa, as atividades de defesa territorial serão desencadeadas pelas Forças Singulares, em coordenação com as ações de defesa aeroespacial." (NR)

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

RAUL JUNGMANN

COMANDO DA MARINHA

GABINETE DO COMANDANTE

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 376/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Cabotagem RAUL RAMIDE BATISTA DE CASTRO (CIR: 021P2001168849) e pelo Primeiro Oficial de Náutica JOÃO FELIPE COSTA SANTOS (CIR: 381P2006037215), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
CBO FLAMENGO	3813886328	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 336, de 16 de novembro de 2017, publicada no DOU de 21 de novembro de 2017.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 377/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso GILBERTO DA SILVA SANTOS (CIR: 021P2001098093) e pelo Capitão de Cabotagem RUSIVER ALBARADO DE MORAES (CIR: 381P2002009297), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
SKANDI RIO	3810517968	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a dispensa da obrigatoriedade do serviço de praticagem concedida para a embarcação "SKANDI RIO" por meio da Portaria nº 205, de 10 de outubro de 2012, publicada no DOU de 11 de outubro de 2012.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 378/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso ANDRÉ CARNEIRO DA SILVA (CIR: 381P2001330583) e pelo Capitão de Cabotagem PAULO HENRIQUE AMADO (CIR: 021P2001138915), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
PINGUIM	3813905144	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis, Forno e Açu (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 415, datada de 20 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 21 de dezembro de 2016.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 379/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso ION JOAQUIM RODRIGUES (CIR: 381P2009018377) e pelo Capitão de Cabotagem JEAN CESAR MARTINS LOURENÇO (CIR: 021P2003005231), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
BRAM BOA VISTA	4430482446	Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a dispensa da obrigatoriedade do serviço de praticagem concedida para a embarcação "BRAM BOA VISTA" por meio da Portaria nº 380, de 17 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 20 de dezembro de 2013.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 380/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso HÉLIO MACIEL JORGE DE SOUZA (CIR: 021P2001141436) e pelo Capitão de Cabotagem HILDEBRANDO MOURÃO ROCHA (CIR: 381P2001270246), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
MR.CHAFIC	3810513717	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a dispensa da obrigatoriedade do serviço de praticagem concedida para a embarcação "MR. CHAFIC" por meio da Portaria nº 205, de 10 de outubro de 2012, publicada no DOU de 11 de outubro de 2012.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 381/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Cabotagem MARCELO GOMES MEDEIROS DE MACEDO (CIR: 021P2004006407) e pelo Capitão de Cabotagem GUILHERME BLUMM MATSUDA (CIR: 381P2007001598), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
SKANDI FLUMINENSE	3810519103	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a dispensa da obrigatoriedade do serviço de praticagem concedida para a embarcação "SKANDI FLUMINENSE" por meio da Portaria nº 205, de 10 de outubro de 2012, publicada no DOU de 11 de outubro de 2012.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 383/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Cancela definitivamente Certificado de Habilitação de Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 03 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Cancelar definitivamente, de acordo com a Ordem de Serviço no 10-307, de 28 de novembro de 2017, da Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte, o Certificado de Habilitação de Prático da Zona de Natal (RN) - ZP-07 do Sr. JAIRO JOSINO DE MEDEIROS, CIR 181P2001006821, de acordo com o previsto na subalínea 1, da alínea a, do item 0236 (afastamento definitivo por falecimento) das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (1a Revisão), aprovadas pela Portaria no 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 392/DPC, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário em Águas sob Jurisdição Nacional - LESTA), resolve:

Art. 1º Dispensar da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem a embarcação empregada na navegação de apoio marítimo, abaixo listada, comandada pelo Capitão de Longo Curso JORGE LUIZ DE ARAUJO DIAS (CIR: 381P2001232417) e pelo Capitão de Longo Curso MOZANIEL DE CASTRO CASTILHO (CIR: 021P2001046361), com arqueação bruta (AB) acima de 3.000 e menor ou igual a 5.000, que atende ao preconizado no inciso 5, da alínea c, do item 0404 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço da Praticagem - NORMAM-12/DPC (1ª Revisão):

NOME DA EMBARCAÇÃO	NÚMERO DE INSCRIÇÃO	LOCAL DE INSCRIÇÃO	PORTOS DE OPERAÇÃO AUTORIZADOS
SKANDI BOTAFOGO	3810516546	Capitania dos Portos do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro, Niterói, Sepetiba, Ilha Guaíba, Ilha Grande (TEBIG), Angra dos Reis e Forno (RJ)

Art. 2º A dispensa da obrigatoriedade do Serviço de Praticagem está limitada aos portos e terminais mencionados, devendo ser respeitadas as restrições operacionais e características dos respectivos portos e terminais.

Art. 3º Os comandantes da embarcação dispensada deverão observar a alínea d, do item 0404, da NORMAM-12/DPC (1ª Revisão), comunicando obrigatoriamente à Estação de Praticagem e/ou ao Serviço de Tráfego de Embarcação (VTS) a sua movimentação dentro da Zona de Praticagem.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Art. 5º Fica revogada a dispensa da obrigatoriedade do serviço de praticagem concedida para a embarcação "SKANDI BOTAFOGO" por meio da Portaria nº 205, de 10 de outubro de 2012, publicada no DOU de 11 de outubro de 2012.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 395/DPC, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Praticante de Prático à Prático.

DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Habilitar à Prático, de acordo com a Ordem de Serviço nº 10-316, datada de 12 de dezembro de 2017, da Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte e de acordo com a alínea n, do item 0224 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011, por ter sido aprovada no Exame de Habilitação para Prático da Zona de Praticagem de Natal (RN) - ZP-07, a Praticante de Prático CLÁUDIA GONÇALVES DUARTE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 396/DPC, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Praticante de Prático à Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Habilitar à Prático, de acordo com a Ordem de Serviço nº 10-315, datada de 11 de dezembro de 2017, da Capitania dos Portos do Rio Grande do Norte e de acordo com a alínea n, do item 0224 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011, por ter sido aprovado no Exame de Habilitação para Prático da Zona de Praticagem de Natal (RN) - ZP-07, o Praticante de Prático MARCO AURÉLIO DEL SARTO VENDRAMINI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

PORTARIA Nº 397/DPC, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Credenciamento de Instituições para Ministrar Cursos para Profissionais Não Tripulantes e Tripulantes Não Aquaviários (NORMAM-24 - 2ª Revisão).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, resolve:

Art. 1º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para Credenciamento de Instituições para Ministrar Cursos para Profissionais Não Tripulantes e Tripulantes Não Aquaviários, 2ª Revisão (NORMAM-24 - 2ª Revisão), aprovadas pela Portaria nº 72/DPC, de 27 de abril de 2012, publicada no DOU nº 86 de 4 de maio de 2012, seção 1, páginas 20 e 21; alteradas pela Portaria nº 336/DPC, de 18 de novembro de 2013, publicada no DOU nº 225 de 20 de novembro de 2013, seção 1, página 10; alteradas pela Portaria nº 89/DPC, de 13 de abril de 2015, publicada no DOU nº 73 de 17 de abril de 2015, seção 1, páginas 12 e 13; alteradas pela Portaria nº 245/DPC, de 11 de agosto de 2015, publicada no DOU nº 153 de 12 de agosto de 2015, seção 1, página 8; alteradas pela Portaria nº 57/DPC, de 4 de janeiro de 2016, publicada no DOU nº 30 de 16 de fevereiro de 2016, seção 1, página 9; alteradas pela Portaria nº 345/DPC, de 8 de novembro de 2016, publicada no DOU nº 217 de 11 de novembro de 2016, seção 1, página 29, conforme o anexo que a esta acompanha.

Art. 2º Estas alterações representam a 3ª Revisão (REV.3) à NORMAM-24.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

O Anexo que acompanha esta Portaria encontra-se disponível na página da internet da Diretoria de Portos e Costas.

Vice-Almirante WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.553, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, em observância à Portaria Interministerial nº 316, de 9 de outubro de 2017, do Ministério da Educação - MEC e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG, resolve:

Art. 1º Ficam distribuídos, do MEC para as Instituições Federais de Ensino Superior - Ifes, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, constantes dos Anexos I e II a esta Portaria.

Art. 2º O provimento dos códigos de vaga deverá seguir o estabelecido no Anexo I da Portaria Interministerial MEC/MPDG nº 316/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MENDONÇA FILHO

ANEXO I

ÓRGÃO	CARGO	NOME DO CARGO	QUANT.	CÓDIGO DE VAGA	
				INICIAL	FINAL
26230 UNIVASF	705001	Professor do Magistério Superior	41	0931687	0931727
26231 UFAL	705001	Professor do Magistério Superior	20	0931728	0931747
26232 UFBA	705001	Professor do Magistério Superior	32	0931748	0931779
26233 UFC	705001	Professor do Magistério Superior	24	0931780	0931803
26234 UFES	705001	Professor do Magistério Superior	2	0931804	0931805
26235 UFG	705001	Professor do Magistério Superior	15	0931806	0931820
26237 UFJF	705001	Professor do Magistério Superior	9	0931821	0931829
26239 UFPA	705001	Professor do Magistério Superior	44	0931830	0931873
26241 UFPR	705001	Professor do Magistério Superior	24	0931874	0931897
26242 UFPE	705001	Professor do Magistério Superior	6	0931898	0931903
26243 UFRN	705001	Professor do Magistério Superior	26	0931904	0931929
26244 UFRGS	705001	Professor do Magistério Superior	2	0931930	0931931
26246 UFSC	705001	Professor do Magistério Superior	11	0931932	0931942
26247 UFSM	705001	Professor do Magistério Superior	15	0931944	0931958
26248 UFRPE	705001	Professor do Magistério Superior	43	0931943	0931985
26249 UFRRJ	705001	Professor do Magistério Superior	2	0931986	0931987
26250 UFRR	705001	Professor do Magistério Superior	2	0931988	0931989
26251 UFT	705001	Professor do Magistério Superior	27	0931990	0932016
26252 UFCG	705001	Professor do Magistério Superior	5	0932017	0932021
26253 UFRA	705001	Professor do Magistério Superior	19	0932022	0932040

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

26254 UFTM	705001	Professor do Magistério Superior	2	0932042	0932043
26255 UFVJM	705001	Professor do Magistério Superior	36	0932041	0932076
26258 UTFPR	705001	Professor do Magistério Superior	45	0932077	0932121
26260 UNIFAL	705001	Professor do Magistério Superior	13	0932122	0932134
26261 UNIFEI	705001	Professor do Magistério Superior	4	0932135	0932138
26262 UNIFESP	705001	Professor do Magistério Superior	11	0932139	0932149
26263 UFLA	705001	Professor do Magistério Superior	58	0932150	0932207
26264 UFERSA	705001	Professor do Magistério Superior	19	0932208	0932226
26266 UNIPAMPA	705001	Professor do Magistério Superior	26	0932227	0932252
26267 UNILA	705001	Professor do Magistério Superior	9	0932253	0932261
26268 UNIR	705001	Professor do Magistério Superior	23	0932262	0932284
26269 UNIRIO	705001	Professor do Magistério Superior	4	0932285	0932288
26270 UFAM	705001	Professor do Magistério Superior	5	0932289	0932293
26271 UNB	705001	Professor do Magistério Superior	7	0932294	0932300
26272 UFMA	705001	Professor do Magistério Superior	32	0932301	0932332
26273 FURG	705001	Professor do Magistério Superior	18	0932333	0932350
26274 UFU	705001	Professor do Magistério Superior	2	0932351	0932352
26275 UFAC	705001	Professor do Magistério Superior	14	0932353	0932366
26276 UFMT	705001	Professor do Magistério Superior	23	0932367	0932389
26277 UFOP	705001	Professor do Magistério Superior	4	0932390	0932393
26278 UFPEL	705001	Professor do Magistério Superior	7	0932394	0932400
26279 UFPI	705001	Professor do Magistério Superior	21	0932401	0932421
26280 UFSCAR	705001	Professor do Magistério Superior	2	0932422	0932423
26281 UFSE	705001	Professor do Magistério Superior	6	0932424	0932429
26282 UFV	705001	Professor do Magistério Superior	4	0932430	0932433
26283 UFMS	705001	Professor do Magistério Superior	34	0932434	0932467
26284 UFCSPA	705001	Professor do Magistério Superior	8	0932469	0932476
26285 UFSJ	705001	Professor do Magistério Superior	20	0932468	0932487
26286 UNIFAP	705001	Professor do Magistério Superior	32	0932488	0932519
26350 UFGD	705001	Professor do Magistério Superior	14	0932520	0932533
26351 UFRB	705001	Professor do Magistério Superior	16	0932534	0932549
26440 UFFS	705001	Professor do Magistério Superior	21	0932550	0932570
26441 UFOPA	705001	Professor do Magistério Superior	2	0894972	-
				0895124	-
26442 UNILAB	705001	Professor do Magistério Superior	5	0932571	0932573
				0905739	-
				0905857	-
26447 UFOB	705001	Professor do Magistério Superior	50	1000333	1000382
26448 UNIFESSPA	705001	Professor do Magistério Superior	86	1002316	1002401
26449 UFCA	705001	Professor do Magistério Superior	25	0999542	0999566
26450 UFESBA	705001	Professor do Magistério Superior	83	1001108	1001190

ANEXO II

ÓRGÃO	CARGO	NOME DO CARGO	QUANT.	CÓDIGO DE VAGA	
				INICIAL	FINAL
26234 UFES	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	1	0203884	-
26235 UFG	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	3	0316356	0316358
26236 UFF	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	2	0203912	-
				0204844	-
26237 UFJF	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	2	0205733	-
				0207696	-
26238 UFMG	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	2	0210531	-
				0210654	-
26240 UFPB	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	2	0212927	-
				0214671	-
26242 UFPE	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	3	0218321	-
				0219159	-
				0219181	-
26243 UFRN	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	2	0219183	-
				0219253	-
26244 UFRGS	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	2	0219334	-
				0219337	-
26245 UFRJ	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	2	0219338	-
				0220041	-
26246 UFSC	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	4	0839712	0839715
26249 UFRRJ	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	1	0220044	-
26250 UFRR	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	2	0220219	-
				0220796	-
26254 UFTM	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	1	0222302	-
26272 UFMA	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	2	0222308	-
				0224337	-
26274 UFU	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	2	0233216	-
				0233798	-
26275 UFAC	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	3	0234382	-
				0237476	-
				0250337	-
26281 UFS	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	2	0250968	-
				0251200	-
26222 UFV	707001	Prof. de Ens. Básico, Téc. e Tecnológico	2	0251299	-
				0251329	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

PORTARIA 1.396, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA, no uso de suas atribuições legais e conforme consta do Processo n°. 23063.002963/2016-90, resolve:

Art. 1º. - Prorrogar, por um ano, a partir de 28 dezembro de 2017, o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, de que trata o Edital nº. 020 de 30 de novembro de 2016, publicado no DOU de 06 de dezembro de 2016 e homologado através da Portaria nº. 1.436 de 26 de dezembro de 2016, publicada no DOU de 28 de dezembro de 2016, seção 1, página 84;

Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvado o disposto no Art. 1º.

CARLOS HENRIQUE FIGUEIREDO ALVES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

CENTRO DE TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 26, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor do Centro de Tecnologia em exercício, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 10/2017-CT, de 24.10.2017, publicado no DOU em 26.10.2017, o processo nº23111.029138/2017-95 e as Leis Nº 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10.12.93; 27.10.99 e 15.05.2003, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do processo Seletivo para contratação de Professor Substituto para o Curso de Engenharia de Materiais, correspondente a Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, Centro de Tecnologia, do Campus Ministro Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, considerando classificados os candidatos na área de Química e Caracterização de Materiais: Francisca Pereira de Araújo (1º Lugar); Raquel do Nascimento Silva (2º Lugar) e Marcel Leiner de Sá (3º Lugar). Aprovando para contratação o primeiro lugar.

RAFAEL ROCHA MATIAS

PORTARIA Nº 2, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor do Centro de Tecnologia em exercício, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 11/2017-CT, de 24.10.2017, publicado no DOU em 26.10.2017, o processo nº23111.029138/2017-95 e as Leis Nº 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10.12.93; 27.10.99 e 15.05.2003, respectivamente, resolve:

Homologar o resultado final do processo Seletivo para contratação de Professor Substituto para o Curso de Engenharia de Materiais, correspondente a Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, Centro de Tecnologia, do Campus Ministro Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, considerando classificados os candidatos na área de Sistema de Propriedade e Processos de Transformação dos Materiais Metálicos: Pedro Henrique Moura Leal (1º lugar), e na área de Propriedade e Processamento dos Materiais: Robin Bahr Júnior (1º lugar). Aprovando para contratação os primeiros lugares.

RAFAEL ROCHA MATIAS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PORTARIA Nº 497, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

A Reitora da Universidade Federal de São Carlos, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o "ad-referendum" do Conselho de Administração, resolve:

Aprovar a alteração da nomenclatura do Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências para Departamento de Filosofia, com a sigla DFil.

WANDA APARECIDA MACHADO HOFFMANN

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.860, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO EXERCÍCIO DA REITORIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Processo nº. 23113.026205/2016-19; resolve:

Art. 1º - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Engenharia Civil/ Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, objeto do Edital nº. 013/2017, publicado no D.O.U. em 23/06/2017e no Correio de Sergipe em 24/06/2017, conforme informações que seguem:

Matérias de Ensino	Análise Estrutural, Resistência dos Materiais e Concreto
Disciplinas	Resistência dos Materiais, Isostática, Resistência dos Materiais I e II, Hiperestática, Análise Estrutural, Concreto I, II e III, Pontes e Concreto Protendido
Cargo/Nível	Professor Adjunto-A - Nível I
Regime de Trabalho	Dedicação Exclusiva
Resultado Final	
Ampla Concorrência	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Lei nº 12.990/14)	Nenhum candidato aprovado
Cotas (Decreto nº 3.298/99)	Nenhum candidato aprovado

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DILTON CÂNDIDO SANTOS MAYNARD

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 1.431, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Vice-Reitor da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0580/2015, de 19/06/2015, publicada no Diário Oficial da União de 22/06/2015, considerando o que consta do Processo 010957/2015, resolve:

Aplicar à empresa BASTOS COMÉRCIO DE LIVROS LTDA - EPP, CNPJ nº 11.116.850/0001-76, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 2 (dois) anos e 7 (sete) meses, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos itens 05, 07, 21, 24, 28, 30, 32, 43, 55 e 57, constantes do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2016NE800031, tudo com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos subitens 16.1, 16.1.6, 16.2 e 16.2.2 do Edital de Pregão nº 329/2015, determinando, ainda, o cancelamento dos itens não entregues, bem como o registro das punições e o descredenciamento junto ao Sicaf, em atenção ao subitem 16.6.

JOÃO CARLOS CARDOSO GALVÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA

DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

CAMPUS BOA VISTA

PORTARIA Nº 608, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretora-Geral do Campus Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria n.º 1.594/GR/2016, publicado no DOU de 14/09/2016, e pela Portaria n.º 0899/GR/2015, publicada no Boletim de Serviço n.º 06A, de 18/06/2015, considerando o Processo Administrativo nº 23229.000720.2016-71, resolve:

I - Aplicar à empresa LIDIANE SENA DE MORAIS - EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.716.651/0001-33, com fulcro nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993, as penalidades de: a) Multa de 10% (dez por cento) sobre a diferença entre o valor do empenho 2015NE800351 e a Nota fiscal n.º 000.001.318, com fulcro no item 11 - IMPONTUALIDADE, constante no Termo de Referência; e b) Suspensão Temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Instituto Federal de Roraima, por um prazo de 01 (um) ano, com fulcro no item 25 - PENALIDADES E SANÇÕES, do Termo de Referência, corroborado na Lei n.º 10.520/2002, art. 7.º.

JOSEANE DE SOUZA CORTES

PORTARIA Nº 609, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretora-Geral do Campus Boa Vista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Portaria n.º 1.594/GR/2016, publicado no DOU de 14/09/2016, e pela Portaria n.º 0899/GR/2015, publicada no Boletim de Serviço n.º 06A, de 18/06/2015, considerando o Processo Administrativo nº 23229.000603.2017-99, resolve:

I - Aplicar à empresa PEREIRA E FERREIRA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.129.598/0001-56, com fulcro nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993, art. 7.º da Lei 10.520/02 e itens 11 e 25 do Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 40/2015, as penalidades de: a) multa moratória, não compensatória, de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do empenho, e b) Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Instituto Federal de Roraima, pelo prazo de 12 (doze) meses.

JOSEANE DE SOUZA CORTES

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Regulamenta os artigos 5º, 6º, 8º, 11, 13, 16, 20, 22, 24, 27, 28, 32, 33, 34 e 40 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.

O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP), por meio de sua Presidente, no exercício de suas atribuições, conforme estabelecem os incisos I e VI do art. 16 do Anexo I do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007, e tendo em vista também a Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, resolve:

CAPÍTULO I

DA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO NA FASE DE AVALIAÇÃO

Art 1º Sobre o disposto no Art. 5º, inciso III, §9º da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, referente ao ressarcimento de taxa de avaliação, a solicitação deverá ser requerida por ofício e conter os seguintes dados:

I - Nome da Mantenedora e da Mantida;

II - CNPJ (de quem realizou o pagamento);

III - Ato regulatório;

IV - Número(s) do(s) processo(s);

V - Nome do curso (se aplicável);

VI - Valor pago;

VII - Motivo da solicitação;

VIII - Dados Bancários da IES (que realizou o pagamento) contendo nº do banco, da agência e da conta; e

IX - Cópia do(s) comprovante(s) de pagamento da(s) Taxa(s) de Avaliação.

Parágrafo único. O ofício deve ser assinado por dirigente ou responsável pela IES e enviado por correio ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Diretoria de Avaliação da Educação Superior - DAES para o endereço SIG Quadra 4 Lote 327, Brasília/DF, CEP 70610-440.

Art. 2º Conforme o Art. 6º, §6º, da Portaria nº 19, de 13 de dezembro de 2017, o PDI e o PPC poderão ser inseridos pela própria IES até 10 dias antes do início da visita, de acordo com as especificações do Sistema Eletrônico.

§1º O Inep não realizará a inserção do arquivo.

§2º Nos casos de instabilidade do Sistema que levarem à impossibilidade de inserção no prazo estabelecido pelo caput, a IES deverá encaminhar à Daes uma demanda com as evidências comprobatórias do problema.

§3º Comprovada a instabilidade do Sistema, pelo suporte de Tecnologia da Informação do Inep, o campo para inserção será reaberto por 24 (vinte e quatro) horas.

CAPÍTULO II - DA COMISSÃO AVALIADORA

Art. 3º Segundo o Art. 8º, caput, da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a comissão avaliadora será formada por, no mínimo, 2 (dois) membros.

Parágrafo único. No caso das avaliações institucionais:

I - em instituições privadas, ao menos 1 (um) dos avaliadores deverá possuir vínculo com IES privada;

II - em instituições públicas, ao menos 1 (um) dos avaliadores deverá possuir vínculo com IES pública; e

III - pelo menos 1 (um) dos membros terá titulação de doutor.

Art. 4º O perfil dos avaliadores, disposto no Art. 11, incisos I e II, alíneas b, da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, passa a ser:

I - formação em Engenharia de Computação, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, ou em áreas correlatas;

II - experiência comprovada relacionada às competências necessárias para avaliar os critérios de análise dos indicadores dos instrumentos de avaliação externa relativos à tecnologia da informação para EaD; e

III - capacitação feita pela CGACGIES, com relação aos critérios de análise e atributos pertinentes aos objetos de avaliação para a modalidade a distância.

Art. 5º Em relação ao Parágrafo único do Art. 13 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, serão admitidos avaliadores com formação correlata seguindo ao menos um dos critérios:

I - compatibilidade entre as áreas e os códigos da OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE);

II - relação entre a matriz curricular do curso a ser avaliado e a matriz dos cursos de formação dos avaliadores selecionados;

III - correspondência entre a matriz curricular do curso a ser avaliado e o currículo dos cursos de pós-graduação realizados pelos avaliadores.

§1º Os eixos tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia vigente serão utilizados para designação de Cursos Superior Tecnologia (CST).

§2º Os avaliadores serão designados conforme a área de sua atuação nos CST.

CAPÍTULO III - DAS VISITAS

Art. 6º De acordo com o Art. 16, §2º, da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a IES deverá protocolizar a solicitação de mudança de endereço na Seres/MEC.

§1º Caberá à IES comunicar ao Inep e à comissão de avaliadores designada a alteração de endereço, mediante a apresentação de solicitação formal à Seres.

§2º Os avaliadores deverão realizar a visita no novo endereço, desde que no mesmo município, e informar este fato no relatório de avaliação.

§3º Em caso de alteração de endereço para outro município, a avaliação será cancelada e o processo retornará à Seres.

Art. 7º Em relação ao Art. 20, §4º, da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a avaliação dos integrantes da Comissão Avaliadora:

I - será realizada pelo Procurador Institucional (PI) da IES; e

II - será disponibilizada a partir das 20 horas (horário de Brasília) do último dia in loco no Sistema Eletrônico, pelo prazo de 72 horas, sem possibilidade de prorrogação ou reabertura do prazo.

Art. 8º O Relatório de Avaliação será elaborado e concluído pela comissão de avaliação em até cinco dias após o término da visita in loco.

Parágrafo único. O relatório de avaliação somente será finalizado pela CGACGIES e disponibilizado para manifestação da Secretaria Competente e pela IES a partir do transcurso do prazo do Art. 7º, inciso II, desta Instrução Normativa.

Art. 9º Em acordo com o Art. 22, incisos I e II, da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, os resultados das avaliações institucional e de curso serão expressos, respectivamente, pelo Conceito Institucional-CI e Conceito de Curso-CC, faixa e contínuo.

Parágrafo único. Serão disponibilizados na visão pública do Sistema Eletrônico campos específicos para os conceitos faixa e contínuo.

I - O Conceito Institucional Faixa (CIfaixa) e o Conceito de Curso Faixa (CCfaixa) serão calculados considerando as ponderações previstas para cada ato, seguido de uma conversão (arredondamento) do resultado originalmente contínuo para um valor discreto variando de 1 a 5, conforme a escala dos instrumentos de avaliação externa.

II - O Conceito Institucional Contínuo (CIcontínuo) e o Conceito de Curso Contínuo (CCcontínuo) serão calculados considerando as ponderações previstas para cada ato, e o resultado será expresso em um valor contínuo com precisão de duas casas decimais.

CAPÍTULO IV - CTAA

Art 10 Considerando o Art. 24, §1º, da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, as denúncias relacionadas a avaliadores dos bancos de avaliadores deverão ser encaminhadas ao endereço eletrônico da CTAA - se.ctaa@inep.gov.br.

Art. 11 Com base no Art. 27, §1º, da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, cabe à Daes encaminhar para a CTAA denúncias recebidas sobre as condutas dos avaliadores.

§1º A Daes, por meio da CGACGIES, analisará as denúncias com base no Termo de Conduta Ética e no Termo de Ciência e Compromisso e poderá adotar medidas administrativas internas e/ou encaminhar para a CTAA quando comprovado o seu descumprimento.

§2º Serão adotadas medidas administrativas internas, prioritariamente, nos seguintes casos:

I - com relação ao Termo de Conduta Ética, o descumprimento dos seguintes itens:

a) atuar com urbanidade, probidade, idoneidade, comprometimento, seriedade e responsabilidade (item 3);

b) respeitar a diversidade e as especificidades das instituições de educação superior avaliadas (item 4);

c) comunicar o Inep sobre eventual impedimento ou conflito de interesses (item 6);

II - com relação ao Termo de Ciência e Compromisso, o descumprimento dos seguintes itens:

a) comparecer à instituição na data designada e cumprir com pontualidade o cronograma de avaliação (item 1);

b) reportar ao INEP quaisquer situações que dificultem ou impeçam a avaliação in loco (item 4);

c) participar, sempre que convocado, de atividades de capacitação no âmbito do Sinaes, promovidas pelo INEP (item 5);

d) não conceder entrevistas ou outras formas de exposição na mídia (item 6);

e) não antecipar o resultado da avaliação à instituição (item 7);

f) evitar comparações com experiências existentes em outras instituições de educação superior (item 8);

g) somente utilizar passagens aéreas autorizadas pelo INEP (item 9);

h) manter atualizados os dados cadastrais (item 12);

i) comunicar a aposentadoria (item 13); e

j) assegurar a compatibilidade entre as atividades na instituição à qual está vinculado e o desempenho da atividade de avaliador junto ao INEP (item 14).

§3º Serão encaminhados para a CTAA os avaliadores, nos seguintes casos:

I - com relação ao Termo de Conduta Ética, o descumprimento dos seguintes itens:

a) manter sigilo sobre as informações obtidas em função da avaliação in loco, disponibilizando-as exclusivamente ao MEC (item 1);

b) não promover ou indicar atividade de consultoria, assessoria ou organização de eventos relacionados à atividade educacional (item 2); e

c) não aceitar presentes, pagamento de hospedagem ou quaisquer benefícios (item 5);

II - com relação ao Termo de Ciência e Compromisso, o descumprimento dos seguintes itens:

a) apresentar relatórios claros, objetivos e suficientemente densos (item 2);

b) manter sob sua responsabilidade as senhas de acesso aos sistemas de informação do MEC (item 3);

c) não usar a ocasião da visita para realizar palestras, cursos, promoção de livros ou outras atividades de caráter pessoal (item 10); e

d) utilizar as informações coletadas exclusivamente para os objetivos da avaliação (item 11).

§4º Nos casos previstos no parágrafo 2º, em caso de reincidência, os avaliadores serão afastados temporariamente das funções de avaliação e encaminhados à CTAA.

Art. 12 Cumprido o prazo exposto no Art. 27, §4º, inciso III, da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, o avaliador excluído do BASis, que pretenda retornar ao banco, deverá realizar novo cadastro.

Art. 13 Com relação ao Art. 28, §1º, da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, será considerada como conclusão satisfatória do processo de recapacitação:

I - participação efetiva nas atividades propostas; e

II - realização das avaliações de aprendizagem, com aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento).

Parágrafo único. Critérios adicionais para cada processo de recapacitação serão determinados na ocasião em que o avaliador for convocado.

Art. 14 Com relação ao Art. 32, caput, da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017:

§1º A seleção para ingresso nos bancos de avaliadores ocorrerá por meio de edital, que conterá os procedimentos e critérios pertinentes, conforme as características da demanda por avaliadores do fluxo de avaliação.

§2º Consideram-se como critérios de permanência nos bancos de avaliadores:

I - Comprovar, documentalmente, vínculo ativo de docência, sempre que solicitado;

II - Atender a convocações para recadastramento;

III - Disponibilizar, anualmente, ao menos 10 (dez) períodos na agenda de disponibilidade do e-MEC;

IV - Participar de formação continuada sempre que convocado, com aproveitamento satisfatório (cumprimento das atividades e das avaliações de aprendizagem propostas); e

V - Cumprir os termos de Conduta Ética e de Ciência e Compromisso, em sua integralidade.

§3º O docente aposentado de IES pública ou privada poderá permanecer no BASis, desde que comprovado exercício da docência ou pesquisa na educação superior, conforme Art. 1º da Lei nº 11.507, de 20 de julho de 2007 e Decreto 7.114, de 19 de fevereiro de 2010.

§4º A avaliação dos avaliadores, realizada pela IES após a visita, constitui insumo para a administração dos bancos de avaliadores.

Art. 15 As solicitações de substituição de avaliador, por parte de IES, serão objeto de análise pela Daes, considerando os motivos comprovados de suspeição, impedimento ou conflito de interesse.

Parágrafo único. As solicitações de substituição de avaliador com formação divergente da área específica do curso serão analisadas, sem prejuízo ao disposto no art.XX desta Instrução Normativa.

Art. 16 De acordo com o Art. 33, §2º, da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, a Daes poderá substituir os avaliadores de comissões já designadas, nos casos:

I - em que houver valores excessivos com relação ao deslocamento;

II - de pendências do avaliador no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP);

III - de excesso de diárias anuais estipuladas pelos órgãos competentes, segundo o Art. 7º, inciso II, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012; e

IV - determinados pela CTAA.

§1º Os avaliadores que se enquadrem no caso do inciso III, ao atingirem o limite de diárias anuais serão afastados das atividades de avaliação e retornarão no início do ano seguinte.

§2º Os avaliadores enquadrados no inciso IV serão afastados das atividades de avaliação conforme cada caso.

Art. 17 O desempenho individual no processo de capacitação, citado no Art. 34, §3º, da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, compreende:

I - participação efetiva nas atividades propostas;

II - demonstração do domínio sobre o(s) instrumento(s) de avaliação objeto da capacitação;

III - apropriação da legislação pertinente e aspectos teóricos relacionados; e

IV - realização das avaliações de aprendizagem, com aproveitamento mínimo de 70%.

Art. 18 O período cadastral descrito no parágrafo único do Art. 40 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017refere-se ao espaço de 3 (três) anos.

Parágrafo único. Ao final de cada triênio, os cadastrados que não tenham sido selecionados ou capacitados serão excluídos, mantido o direito de nova inscrição durante o período cadastral seguinte.

Art. 19 Os artigos 3º, 4º, 7º, 8º e 9º entrarão em vigor após a implementação das adequações de suporte necessárias no Sistema Eletrônico.

Parágrafo único. Os procedimentos atuais permanecerão vigentes até a conclusão das referidas adequações.

Art. 20 Os avaliadores e os candidatos a avaliador deverão manter os dados cadastrais atualizados, incluindo número de celular e email.

Parágrafo único. O envio de email e SMS é um serviço adicional, devendo os avaliadores e os candidatos a avaliador verificar sua caixa de mensagens do Sistema e-MEC.

Art. 21 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA INÊS FINI

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.348, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto n° 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201355875	TEOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE SOLIDARIA DO OESTE PAULISTA	IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTERIO PRESIDENTE PRUDENTE	RUA PAULO MARCONDES, 1447, PARQUE RESIDENCIAL SÃO LUCAS, PRESIDENTE PRUDENTE/SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.	201415899	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	70 (setenta)	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE MACEIO	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE SALVADOR LTDA	RUA DESPORTISTA CARLOS GONZAGA BRÊDA JÚNIOR, 201, JATIÚCA, MACEIÓ/AL
3.	201405786	FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA (Licenciatura)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE SERRA GERAL	INSTITUTO EDUCACIONAL NOVA CIDADANIA LIMITADA	RUA DOM ARISTIDES, 70, CENTRO, JANAÚBA/MG
4.	201405654	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE MANAUS	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA TAPAJÓS, 200, CENTRO, MANAUS/AM
5.	201602445	PEDAGOGIA (Licenciatura)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE FREIRE DE ENSINO	R A FREIRE ENSINO - ME	RUA OTÁVIO MENDES, 147, JARDIM PROFESSOR FRANCISCO MORATO, FRANCISCO MORATO/SP
6.	201414513	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE JUIZ DE FORA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 499, MANOEL HONÓRIO, JUIZ DE FORA/MG
7.	201507706	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	FACULDADE CAMPOS GIGLIO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE VOTORANTIM - ASSEVO	RUA ALBERTINA NASCIMENTO, 132, CENTRO, VOTORANTIM/SP
8.	201355873	PEDAGOGIA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE SOLIDARIA DO OESTE PAULISTA	IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTERIO PRESIDENTE PRUDENTE	RUA PAULO MARCONDES, 1447, PARQUE RESIDENCIAL SÃO LUCAS, PRESIDENTE PRUDENTE/SP
9.	201414515	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE JUIZ DE FORA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 499, MANOEL HONÓRIO, JUIZ DE FORA/MG
10.	201414516	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE JUIZ DE FORA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 499, MANOEL HONÓRIO, JUIZ DE FORA/MG
11.	201405653	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE MANAUS	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA TAPAJÓS, 200, CENTRO, MANAUS/AM
12.	201405655	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE MANAUS	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA TAPAJÓS, 200, CENTRO, MANAUS/AM
13.	201414512	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE PITÁGORAS DE JUIZ DE FORA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 499, MANOEL HONÓRIO, JUIZ DE FORA/MG
14.	201405656	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE MANAUS	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA TAPAJÓS, 200, CENTRO, MANAUS/AM
15.	201415517	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	70 (setenta)	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE MACEIO	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE SALVADOR LTDA	RUA DESPORTISTA CARLOS GONZAGA BRÊDA JÚNIOR, 201, JATIÚCA, MACEIÓ/AL
16.	201405657	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE JOAQUIM NABUCO DE MANAUS	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA TAPAJÓS, 200, CENTRO, MANAUS/AM
17.	201415518	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	70 (setenta)	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE MACEIO	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE SALVADOR LTDA	RUA DESPORTISTA CARLOS GONZAGA BRÊDA JÚNIOR, 201, JATIÚCA, MACEIÓ/AL
18.	201355872	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	FACULDADE SOLIDARIA DO OESTE PAULISTA	IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS MINISTERIO PRESIDENTE PRUDENTE	RUA PAULO MARCONDES, 1447, PARQUE RESIDENCIAL SÃO LUCAS, PRESIDENTE PRUDENTE/SP
19.	201602555	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DO INSTITUTO PECEGE	INSTITUTO DE PESQUISAS E EDUCACAO CONTINUADA EM ECONOMIA E GESTAO DE EMPRESAS	RUA ALEXANDRE HERCULANO, 120, TORRE B, VILA MONTEIRO, PIRACICABA/SP

PORTARIA Nº 1.349, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC (Cód. E-MEC 407) - Faculdade Cenecista Farroupilha (Cód. e-MEC 631). Pedido de qualificação como Instituição Comunitária de Educação Superior. Lei nº 12.881/2013. Portaria/MEC nº 863/2014. Deferimento.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 405/2017-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Faculdade Cenecista Farroupilha (Cód. e-MEC 631), mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC (Cód. E-MEC 407), CNPJ nº 33.621.384/0001-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.350, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC (Cód. E-MEC 407) - Faculdade Cenecista de Itaboraí (Cód. e-MEC 1156). Pedido de qualificação como Instituição Comunitária de Educação Superior. Lei nº 12.881/2013. Portaria/MEC nº 863/2014. Deferimento.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 403/2017-CGLNRS/DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Faculdade Cenecista de Itaboraí (Cód. e-MEC 1156), mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC (Cód. E-MEC 407), CNPJ nº 33.621.384/0001-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.351, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC (Cód. E-MEC 407) - Faculdade CNEC Unaí (Cód. e-MEC 1070). Pedido de qualificação como Instituição Comunitária de Educação Superior. Lei nº 12.881/2013. Portaria/MEC nº 863/2014. Deferimento.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 416/2017-CGLNRS/DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Faculdade CNEC Unaí (Cód. e-MEC 1070), mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC (Cód. E-MEC 407), CNPJ nº 33.621.384/0001-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.352, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC (Cód. E-MEC 407) - Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves - FACEBG (Cód. e-MEC 1084). Pedido de qualificação como Instituição Comunitária de Educação Superior. Lei nº 12.881/2013. Portaria/MEC nº 863/2014. Deferimento.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 406/2017-DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves (Cód. e-MEC 1084), mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC (Cód. E-MEC 407), CNPJ nº 33.621.384/0001-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.353, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC (Cód. E-MEC 407) - Faculdade CNEC de Santo Angelo (Cód. e-MEC 1231). Pedido de qualificação como Instituição Comunitária de Educação Superior. Lei nº 12.881/2013. Portaria/MEC nº 863/2014. Deferimento.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 417/2017-CGLNRS/DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Faculdade CNEC de Santo Angelo (Cód. e-MEC 1231), mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC (Cód. E-MEC 407), CNPJ nº 33.621.384/0001-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

PORTARIA Nº 1.354, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC (Cód. E-MEC 407) - Faculdade CNEC de Joinville (Cód. e-MEC 1530). Pedido de qualificação como Instituição Comunitária de Educação Superior. Lei nº 12.881/2013. Portaria/MEC nº 863/2014. Deferimento.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso de suas atribuições, e considerando as disposições da Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, e da Portaria nº 863, de 3 de outubro de 2014, do Ministério da Educação, e com fundamento na Nota Técnica nº 415/2017-CGLNRS/DPR/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Fica qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) a Faculdade CNEC de Joinville (Cód. e-MEC 1530), mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC (Cód. E-MEC 407), CNPJ nº 33.621.384/0001-19.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE SARTORI DE ALMEIDA PRADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIAS DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Nº 1.706 - Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, conforme Edital n° 01/2016, publicado no DOU de 25/02/2016.
Unidade: FACULDADE DE FARMÁCIA
Campus: Salvador
Departamento: MEDICAMENTO
Área de Conhecimento: FARMÁCIA CLÍNICA E ATENÇÃO FARMACÊUTICA
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.065934/17-84
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord Classif.Geral
1º Pablo de Moura Santos

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Nº 1.707 - Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 09/02/2018, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 149, DOU de 09/02/2017.
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Área de Conhecimento: Psicologia Social
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Nº 1.708 - Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 24/01/2018, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 78, DOU de 24/01/2017.
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Área de Conhecimento: Psicologia e Saúde: Interfaces Entre Dimensões Psicossociais, Clínicas e Políticas
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Nº 1.709 - Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 04/01/2018, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 1744, DOU de 04/01/2017.
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Área de Conhecimento: Psicologia do Desenvolvimento: Adolescência, adultez e velhice
Classe: ADJUNTO A
Regime de Trabalho: DE

LORENE LOUISE SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

PORTARIA N° 6.513, DE 12 DEZEMBRO 2017

O Reitor da UFG, tendo em vista o que consta na Portaria nº 450/MP, de 06/11/2002, no Decreto nº 6.944 de 21/08/2009 e do Processo nº 23070.011701/2016-90, resolve:

Prorrogar, por um ano, o prazo de validade do concurso público para Professor da Carreira do Magistério Superior, Classe A, Nível 1, Área: Língua Portuguesa, realizado pelo Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, objeto do Edital nº 51, publicado no D.O.U. de 31/08/2016, homologado através do Edital nº 14, publicado no D.O.U. de 31/01/2017, seção 3, pág. 47.

ORLANDO AFONSO VALLE DO AMARAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 912, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450/MPOG/2002, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.038952/2016-24e do item 14.6 do Edital do Concurso, resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 02 de fevereiro de 2018, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Engenharias da Mobilidade, do Centro Tecnológico de Joinville, campo de conhecimento: Física/Física Geral, objeto do Edital n° 033/DDP/PRODEGESP/2016 de, 18 de agosto de 2016 e homologado pela Portaria n° 084/DDP/2017 publicada no Diário Oficial da União de 02 de fevereiro de 2017.

PATRIC DA SILVA RIBEIRO

PORTARIA Nº 913, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor, em exercício, do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no art. 12 da Portaria n° 450/MPOG/2002, de 06 de novembro de 2002, do Processo 23080.040495/2016-38e do item 14.6 do Edital do Concurso, resolve:

Prorrogar por 12 meses, a partir de 18 de janeiro de 2018, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Educação do Campo, do Centro de Ciências da Educação, campo de conhecimento: Ensino/Ensino de História/Educação do Campo, objeto do Edital n° 033/DDP/PRODEGESP/2016 de, 18 de agosto de 2016 e homologado pela Portaria n° 08/DDP/2017publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2017.

PATRIC DA SILVA RIBEIRO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 553, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece as diretrizes e políticas gerais a serem observadas na administração do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA E O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da atribuição que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 8.764 de 10 de maio de 2016, resolvem:

Art. 1º Para efeitos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.764, de 10 de maio de 2016, a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB observará na administração do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais - Sinter as diretrizes e políticas gerais estabelecidas nesta Portaria Interministerial.

Art. 2º Os comitês temáticos previstos no art. 6º do Decreto nº 8.764, de 2016, serão instituídos conforme cronograma de implantação das respectivas fases do Sinter, pela RFB, à qual compete também coordenar as suas atividades.

§ 1º Deverão ser convidados pela RFB a compor os comitês temáticos a que refere o caput os órgãos da Administração Pública Federal que detêm atribuição legal de instituir cadastros de informações relativas a imóveis, além dos representantes mencionados no § 1º do art. 6º do Decreto nº 8.764, de 2016.

§ 2º Cada comitê temático será composto por um titular e respectivo suplente indicados pelo titular de cada órgão ou entidade participante do comitê.

Art. 3º O uso das informações provenientes dos serviços de registros públicos agregadas no Sinter ficará restrito ao âmbito interno da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. É vedado aos agentes públicos dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal usuários do Sinter, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, divulgar as informações a que se refere o caput ou franquear seu acesso ao público.

Art. 4º O desenvolvimento do SINTER deve priorizar a inclusão de forma econômica e eficiente dos diversos intervenientes dos entes públicos na integração de cadastros e sistemas e a racionalização de recursos públicos, buscando padrão de interoperabilidade, independência de fornecedor e intensificação da segurança da informação conforme a Estratégia de Governança Digital, estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Art. 5º Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 548, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Plano de Aplicação do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF) e da sua Subconta Especial, para o exercício de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, considerando o disposto nos artigos 6º e 9º do Decreto-Lei n° 1.437, de 17 de dezembro de 1975, ratificado pelo Decreto Legislativo n° 22, de 27 de agosto de 1990, e no §§ 2° e 4° do artigo 3° da Lei n° 9.716, de 26 de novembro de 1988, art. 6° da Lei n° 7.711, de 22 de dezembro de 1988 e o Decreto n° 98.135, de 12 de setembro de 1989, resolve:

Art. 1° Aprovar, para o exercício de 2018, o Plano de Aplicação do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF) e da sua Subconta Especial, alocando a receita das fontes que compõem o Fundo aos valores das ações orçamentárias na PLOA 2018 das Unidades Orçamentárias da Secretaria da Receita Federal do Brasil, incluso o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do Anexo Único desta Portaria.

Art. 2° O eventual excesso de arrecadação nas fontes do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF) e da sua Subconta Especial, durante o exercício de 2018, obedecerá ao critério de aplicação descrito no art. 1° desta Portaria.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

Ações e Planos Orçamentários Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	Grupo de Despesa	Fonte FUNDAF	Valor PLOA 2018
Administração da Unidade	3	132	224.172.943,94
	4	132	33.237.214,50
Adequação do Ambiente de Tecnologia da Informação	3	132	301.220.000,00
	4	132	93.879.990,37
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	3	132	3.800.000,00
Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional	3	132	16.500.000,00
Manutenção de Sistema Informatizado para a Dívida Ativa Previdenciária	3	132	45.000.000,00
	4	132	3.199.956,00
Construção do Edifício Sede II do Ministério da Fazenda em Vitória - ES	4	132	5.000.000,00
Construção de Edifício-Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Manaus - AM	4	132	2.500.000,00
Total PGFN			728.510.104,81

Secretaria da Receita Federal do Brasil Conselho Administrativo de Recursos Fiscais		Grupo de Despesa	Fonte FUNDAF	Valor PLOA 2018
Ações Orçamentárias	Plano Orçamentário			
Administração da Unidade	0001 - Funcionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF	3	150	22.552.739,00

		4	150	3.500.000,00
	0002 - Administração da Unidade - RFB	3	132	106.000.000,00
		3	150	650.083.256,87
		4	150	20.152.247,40
Fortalecimento Institucional	0007 - Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Soluções Tecnológicas	4	158	11.340.000,00
	0008 - Modernização da Infraestrutura de Tecnologia, Informação e Comunicação - TIC	3	150	9.624.498,97
		4	158	151.022.602,62
	0009 - Modernização da Fiscalização, Vigilância e Repressão	3	150	12.224.350,04
		4	158	43.512.000,00
	000A - Intervenções na Logística, Adequação e Reforma de Imóveis e Unidades de Fronteira	3	150	31.510.200,00
		4	158	107.896.000,00
	000B - Reaparelhamento das Unidades Operacionais	4	158	56.642.063,33
	000C - Capacitação e Especialização de Recursos Humanos	3	150	31.200.000,57
		3	158	31.091.819,00
Sistemas Informatizados da Secretaria da RFB e do CARF	0001 - Sistemas Informatizados da Secretaria da Receita Federal do Brasil	3	131	60.000.000,00
		3	132	804.513.572,81
		3	150	100.000.000,00
		3	158	886.015.165,99
		3	175	450.000.000,00
		4	132	65.667.989,68
		4	158	50.000.000,00
	0002 - Sistemas Informatizados do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	3	158	7.200.000,00
		4	158	1.200.000,00

Secretaria da Receita Federal do Brasil Conselho Administrativo de Recursos Fiscais		Grupo de Despesa	Fonte FUNDAF	Valor PLOA 2018
Ações Orçamentárias	Plano Orçamentário			
Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira	0000 - Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira - Despesas Diversas	3	132	17.089.739,94
		3	158	60.000.000,00
		4	158	4.933.809,30
	2866 - Ações de Caráter Sigiloso	3	158	500.000,00
		4	158	500.000,00
	2867 - Operações de Repressão à Sonegação, Contrabando e Descaminho	3	158	18.256.717,10
Arrecadação Tributária e Aduaneira	0000- Arrecadação Tributária e Aduaneira	3	132	12.443.547,38
		3	158	39.470.980,00
Construção do Edifício Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília	0000 - Construção do Edifício Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília	4	158	100.000,00
Construção do Edifício Sede do MF em Salvador - BA	0000 - Construção do Edifício Sede do MF em Salvador - BA	4	158	14.000.000,00
Construção do Edifício-Sede da Delegacia da RFB em Natal - RN	0000 - Construção do Edifício-Sede da Delegacia da RFB em Natal - RN	4	158	4.000.000,00
Construção do Edifício Sede II do Ministério da Fazenda em Curitiba - PR	0000 - Construção do Edifício Sede II do Ministério da Fazenda em Curitiba - PR	4	158	1.000.000,00
Construção do Edifício Sede da Delegacia da RFB em Franca - SP	0000 - Construção do Edifício Sede da Delegacia da RFB em Franca - SP	4	158	200.000,00
Construção do Anexo do Ministério da Fazenda em Fortaleza- CE	0000 - Construção do Anexo do Ministério da Fazenda em Fortaleza- CE	4	158	100.000,00
Construção do Edifício Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Vitória - ES	0000 - Construção do Edifício Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Vitória - ES	4	158	1.000.000,00
Construção do Edifício Sede do MF em Belém- PA	0000 - Construção do Edifício Sede do MF em Belém- PA	4	158	18.000.000,00
Construção do Edifício Sede de Unidades do MF em Manaus - AM	0000 - Construção do Edifício Sede de Unidades do MF em Manaus - AM	4	158	500.000,00
Construção do Edifício Sede de Unidades do MF em Porto Alegre- RS	0000 - Construção do Edifício Sede de Unidades do MF em Porto Alegre- RS	4	158	14.000.000,00
Construção do Edifício Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Recife - PE	0000 - Construção do Edifício Sede de Unidades do Ministério da Fazenda em Recife - PE	4	158	26.600.000,00
Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro - RJ	0000 - Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro - RJ	4	158	100.000,00
Obra de Recuperação do Edifício-Sede do Ministério da Fazenda de São Paulo - SP	0001 - Reforma no Edifício Sede do MF em São Paulo (Prestes Maia)	4	158	300.000,00
	0002 - Reforma no Edifício Sede do Ministério da Fazenda na Rua Florêncio de Abreu	4	158	100.000,00
Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior	0000 - Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior	4	175	39.024.000,00
Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Notas Fiscais Eletrônicas	0000 - Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Notas Fiscais Eletrônicas	4	158	6.000.000,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Secretaria da Receita Federal do Brasil Conselho Administrativo de Recursos Fiscais		Grupo de Despesa	Fonte FUNDAF	Valor PLOA 2018
Ações Orçamentárias	Plano Orçamentário			
Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira	0001- Desenvolvimento e Implantação do Redesim	4	158	2.400.000,00
	0002- Aprimoramento do SPED - Sistema Público de Escrituração Digital	4	132	24.000.000,00
		4	158	24.030.000,00
	0003- Implantação do eSocial	4	158	4.800.000,00
	0004- Desenvolvimento do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais - Sinter	4	158	10.190.000,00
	0005 - Desenvolvimento de Sistema para Cumprimento de Obrigações Fiscais para Contas no Exterior - FATCA	4	158	1.250.000,00
Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica	0001 - Contribuição à Associação Iberoamericana de Tribunais e Justiça Fiscal ou Administrativa - AIT	3	150	25.000,00
	0002 - Contribuição ao Fórum sobre Administração Tributária - FTA	3	150	25.000,00
	0003 - Contribuição ao Comitê de Assuntos Fiscais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - CFA	3	150	25.000,00
	0004 - Contribuição ao Fórum Global sobre Transparência e Intercâmbio de Informações para Fins Tributários	3	150	980.000,00
	0005 - Contribuição à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE	3	150	240.000,00
	0006 - Contribuição à Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Assuntos Tributários - CMATM	3	150	25.000,00
Ajuda de custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes	0000 - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	3	150	250.000,00
		3	158	500.000,00
Total RFB e CARF				4.059.907.300,00

Pessoal Ativo da União	Bônus de Produtividade e Eficiência na Atividade Tributária e Aduaneira	1	132	1.288.997.081,00
			139	100.000.000,00
Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	Bônus de Produtividade e Eficiência na Atividade Tributária e Aduaneira	1	132	883.209.624,30
			139	42.788.429,70
Total RFB				2.314.995.135,00

Descrição das Fontes FUNDAF
131 - Selos de Controle e Lojas Francas
132 - Juros de Mora da Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF
139 - Alienação de Bens Apreendidos
158 - Multas Incidentes sobre a Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros - Sistema S
175 - Taxas por Serviços Públicos - Siscomex

PORTARIA Nº 550, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º, incisos I, II e III, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Ampliar os limites de pagamento de que trata o Anexo II, do Decreto no 8.961, de 16 de janeiro de 2017, bem como ajustar o detalhamento dos Anexos I, II e III da Portaria MF nº 523, de 1º de dezembro de 2017, na forma dos Anexos I, II, III, IV e V desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR
ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 523, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

	R$ mil
ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Dez
36000 Ministério da Saúde	2.027.800
42000 Ministério da Cultura	9.305
74902 Operações Oficiais de Crédito - FIES	300.000
Total	2.337.105

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR
ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA MF Nº 523, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

	R$ mil
ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Até Dez
20000 Presidência da República	99.184
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	284.900
26000 Ministério da Educação	1.447.580
28000 Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	148.093
30000 Ministério da Justiça e Cidadania	217.727
32000 Ministério de Minas e Energia	82.539
39000 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	92.500
44000 Ministério do Meio Ambiente	5.600
52000 Ministério da Defesa	336.000
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	1.200.000
71000 Encargos Financeiros da União - Demais	131.144
71102 Encargos Financeiros da União - MPDG	27.800
Total	4.073.067

Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III

REDUÇÃO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR
ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 523, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	R$ mil Até Dez
44000 Ministério do Meio Ambiente	5.600
71000 Encargos Financeiros da União - Demais	131.144
Total	136.744

Fontes: 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO IV

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR
ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA MF Nº 523, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	R$ mil Até Dez
20000 Presidência da República	15.400
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	15.100
42000 Ministério da Cultura	9.305
52000 Ministério da Defesa	130.000
Total	169.805

Fontes: 150, 180, 250, 280 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO V

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE PAGAMENTO RELATIVOS A DOTAÇÕES CONSTANTES DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017 E AOS RESTOS A PAGAR
ANEXO II DO DECRETO Nº 8.961, DE 16 DE JANEIRO DE 2017 - DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO III DA PORTARIA MF Nº 523, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

ÓRGÃOS E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	R$ mil Até Dez
26000 Ministério da Educação	200.000
32000 Ministério de Minas e Energia	1.000
39000 Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	1.150.500
42000 Ministério da Cultura	30.000
51000 Ministério do Esporte	22.000
52000 Ministério da Defesa	700.000
54000 Ministério do Turismo	16.000
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	65.000
56000 Ministério das Cidades	1.004.844
Total	3.189.344

Nota: Não inclui Emendas PAC.

PORTARIA Nº 551, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece os percentuais de desconto de que tratam o art. 2º, § 3º e o art. 11, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 2º, § 3º, e no art. 11, § 1º, inciso II, da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1° O percentual de desconto de que trata o art. 2º, §§ 3º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017 será de 0,09% a.a. (nove centésimos por cento ao ano).

Art. 2° O percentual de desconto de que trata o art. 11, § 1º, inciso II da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017 será de 0,09% a.a. (nove centésimos por cento ao ano).

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000005/2017-31.
Interessado: Estado do Piauí.
Assunto: Contrato de Garantia, a ser firmado entre a União e o Estado do Piauí, com a interveniência da Caixa Econômica Federal - CAIXA, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Estado do Piauí, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., ambos relativos ao Contrato de Financiamento nº 0477.608-24/2017 a ser celebrado entre o Estado do Piauí e a CAIXA, no valor de R$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais), cujos recursos serão destinados ao financiamento de obras de infraestrutura, implantação e recuperação de rodovias, melhoria de mobilidade urbana e saneamento básico.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, autorizo as contratações, observadas as normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000077/98-46
Interessado: Estado do Paraná.
Assunto: Sexto Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 011/98 STN/COAFI, celebrado entre a União e o Estado do Paraná em 31 de março de 1998, nos termos da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, e da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Aditivo a ser firmado com fundamento na Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, com a redação dada pela Lei Complementar nº 151, de 5 de agosto de 2015, e na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, tendo por objeto a alteração de disposições contratuais relativas ao Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal - PAF.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, e do art. 10 da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a contratação, mediante o cumprimento das exigências legais.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000200/2017-61

Interessado: Estado do Paraná

Assunto: Garantia da República Federativa do Brasil a operação de crédito externo entre o Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Paraná.

Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, com suas alterações, e considerando a permissão contida na Resolução nº 23, de 7 de dezembro de 2017, publicada em 8 de dezembro de 2017, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União para o Estado do Paraná, observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, bem assim as formalidades de praxe e a celebração do respectivo contrato de contragarantia entre a União e o Estado.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº: 17944.000998/2014-07
Interessado: Estado do Espírito Santo
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado do Espírito Santo e Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até USD 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Estado Presente".

Tendo em vista os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e considerando a permissão contida na Resolução nº 22 , de 29 de novembro de 2017, todas daquela Casa Legislativa, e, no uso da competência que me confere o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, autorizo a concessão de garantia da União para o Mutuário em tela, observadas as condições legais e regulamentares pertinentes, bem assim as formalidades de praxe.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2014/3616
Reg. Col. nº 9415/2014

Acusados	Advogados
Marcus V. Medeiros Cardoso de Sá	Julian Fonseca Peña Chediak (OAB/RJ nº 78.241)
João Miguel Mallet Racy Ferreira	Carlos Motta (OAB/SP nº 172.703)
Michel Wurman	Luiz Antonio de Sampaio Campos (OAB/RJ nº 75.714)
José Antonio Tornaghi Grabowsky	Marcelo Fernandez Trindade (OAB/RJ nº 67.729)
Frederico Marinho Carneiro da Cunha	Luiz Antonio de Sampaio Campos (OAB/RJ nº 75.714)
Cauê Castelo Veiga Innocencio Cardoso	Cauê C. V. Innocencio Cardoso (OAB/SP nº 258.937)

Diretor Relator: Henrique Balduino Machado Moreira
Assunto: Concessão de prazo para manifestação sobre provas produzidas

1. Tendo em vista os documentos juntados pela Superintendência de Processos Sancionadores às fls. 878 a 1.010, reunidos no âmbito da diligência por mim requerida às fls. 876, defiro o prazo de 15 (quinze) dias para que os acusados se manifestem sobre as provas produzidas, nos termos do art. 24 da Deliberação CVM nº 538.

2. Remeto o processo à CCP para que providencie a publicação do presente despacho no Diário Oficial da União, conforme o art. 40 da Deliberação CVM nº 538, de 2008, e na rede mundial de computadores.

HENRIQUE MACHADO
Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2017/4413 (SEI 19957.009721/2017-61)
NOVOTEL ITU - CONDOMÍNIO TERRA.
Objeto Apurar a responsabilidade da TS ITU HOTEL EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA., a SBE-10 PARTICIPAÇÃO LTDA., e a TSJ EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO, na qualidade de incorporadoras, e da ÁTRIO HOTÉIS S.A., na qualidade de operadora hoteleira, bem como do Sr. Rosaldo Malucelli (na qualidade de é sócio administrador da TS Itu), do Sr. Carlos Alberto Campilongo (na qualidade de sócio administrador da SBE-10), e do Sr. Paulo Roberto Caputo (na qualidade de administrador da Átrio) por realização de oferta de valores mobiliários referentes ao empreendimento Itu Terras, sem a obtenção do registro previsto no art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 2º da Instrução CVM nº 400/03 e sem a dispensa prevista no inciso I, do § 5º do art. 19 da Lei nº 6.385/76 e no art. 4º da Instrução CVM nº 400/03, nos termos do art. 56-B da mesma Instrução.
Assunto: Pedido de prorrogação de Prazo para Apresentação de Defesa

Acusados	Advogados
ÁTRIO HOTELS S.A.	Rodrigo Firmo da Silva Pontes OAB/SP 249.253
CARLOS ALBERTO CAMPILONGO CAMARGO	Rodrigo Firmo da Silva Pontes OAB/SP 249.253
PAULO ROBERTO CAPUTO	Rodrigo Firmo da Silva Pontes OAB/SP 249.253
ROSALDO MALUCELLI	Rodrigo Firmo da Silva Pontes OAB/SP 249.253
SBE-10 PARTICIPAÇÕES LTDA	Rodrigo Firmo da Silva Pontes OAB/SP 249.253
TS ITU HOTEL EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIA SPE LTDA	Rodrigo Firmo da Silva Pontes OAB/SP 249.253
TSJ EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA	Rodrigo Firmo da Silva Pontes OAB/SP 249.253

Trata-se de pedido de prorrogação do prazo para apresentação de defesa, formulado pelos acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro o pedido e fixo nova data para apresentação de defesas em 29/01/2018, para todos os acusados no processo.

DOV RAWET
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO Nº 16.024, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 405, de 10 de outubro de 2001, autoriza, nesta data, o Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo, C.N.P.J. 45.246.410/0001-55, a prestar o serviço de Escrituração de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385/76 e da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 175, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Publica Ajustes SINIEF e Convênios ICMS, aprovados na 167ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 15.12.2017.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, torna público que na 167ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 15 de dezembro de 2017, foram celebrados os seguintes normativos:

AJUSTE SINIEF 19/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o art. 40 do Convênio s/n, de 15 de dezembro de 1970, que instituiu Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário da Receita Federal do Brasil, na 167ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira O caput do art. 40 do Convênio s/n, de 15 de dezembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40. Nas vendas à ordem ou para entrega futura, poderá ser exigida a emissão da Nota Fiscal, para simples faturamento, com lançamento do Imposto sobre Produtos Industrializados nos termos de legislação específica, vedado o destaque do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Secretaria da Receita Federal do Brasil - Jorge Antônio Deher Rachid, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

AJUSTE SINIEF 20/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Ajuste SINIEF 07/09, que autoriza as unidades federadas a emitir Nota Fiscal Avulsa e de Produtor Rural por meio eletrônico de dados em papel formato A4.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário da Receita Federal do Brasil, na 167ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 102 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira A cláusula terceira do Ajuste SINIEF 07/09, de 3 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula terceira Estes documentos terão validade jurídica em todo território nacional, devendo ser adequados à Nota Fiscal eletrônica - NF-e, até 31 de dezembro de 2018.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Secretaria da Receita Federal do Brasil - Jorge Antônio Deher Rachid, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

AJUSTE SINIEF 21/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Ajuste SINIEF 01/17, que institui o Bilhete de Passagem Eletrônico e o Documento Auxiliar do Bilhete de Passagem Eletrônico.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário da Receita Federal do Brasil, na 167ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira O § 2º da cláusula décima quinta do Ajuste SINIEF 01/17, de 07 de abril de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º O evento de não embarque deverá ocorrer até 24 horas após o momento do embarque informado no BP-e.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Secretaria da Receita Federal do Brasil - Jorge Antônio Deher Rachid, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AJUSTE SINIEF 22/17, DE 15 DE DEZEMBRODE 2017

Altera o Ajuste SINIEF 21/10, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais - MDF-e.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário da Receita Federal do Brasil, na 167ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira O inciso III da cláusula décima sétima do Ajuste SINIEF 21/10, de 10 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - na hipótese do contribuinte emitente de CT-e, no transporte interestadual de carga lotação, assim entendida a que corresponda a único conhecimento de transporte, ou na hipótese do contribuinte emitente de NF-e, no transporte interestadual de bens ou mercadorias acobertadas por uma única NF-e, realizado em veículos próprios do emitente ou arrendados, ou mediante contratação de transportador autônomo de cargas, a partir de 4 de abril de 2016.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do primeiro mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Secretaria da Receita Federal do Brasil - Jorge Antônio Deher Rachid, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

AJUSTE SINIEF 23/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE2017

Altera o Ajuste SINIEF 09/07, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário da Receita Federal do Brasil, na 167ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados, do Ajuste SINIEF 09/07, de 25 de outubro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - cláusula quinta:

"Cláusula quinta O CT-e deverá ser emitido com base em leiaute estabelecido no MOC, por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte.";

II - cláusula sexta:

"Cláusula sexta O contribuinte credenciado deverá solicitar a concessão de Autorização de Uso do CT-e mediante transmissão do arquivo digital do CT-e via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, com utilização de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte.";

III - § 4° da cláusula décima quarta:

"§ 4° A transmissão do Pedido de Cancelamento de CT-e será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, podendo ser realizada por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na da data da publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Secretaria da Receita Federal do Brasil - Jorge Antônio Deher Rachid, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

AJUSTE SINIEF 24/17, DE 15 DE DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Ajuste SINIEF 21/10, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados, do Ajuste SINIEF 21/10, de 10 de dezembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - cláusula quinta:

"Cláusula quinta O MDF-e deverá ser emitido com base em leiaute estabelecido no Manual de Integração MDF-e - Contribuinte, por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte, devendo, no mínimo:";

II - cláusula sexta:

"Cláusula sexta A transmissão do arquivo digital do MDF-e deverá ser efetuada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, com utilização de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte.";

III - § 4° da cláusula décima segunda-B:

"§ 4º A transmissão do Pedido de Cancelamento de MDF-e será efetivada via Internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, podendo ser realizada por meio de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na da data da publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

AJUSTE SINIEF 25/17 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Ajuste SINIEF 01/12, que institui regime especial nas operações e prestações que envolvam jornais e dá outras providências.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e o Secretário da Receita Federal do Brasil, na 167ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) resolvem celebrar o seguinte

A J U S T E

Cláusula primeira A cláusula sétima do Ajuste SINIEF 01/12, de 10 de fevereiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula sétima Este ajuste entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2012 a 31 de dezembro de 2019.".

Cláusula segunda Este ajuste entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Secretaria da Receita Federal do Brasil - Jorge Antônio Deher Rachid, Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 191/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 153/15, que dispõe sobre a aplicação dos benefícios fiscais da isenção de ICMS e da redução da base de cálculo de ICMS autorizados por meio de convênios ICMS às operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade federada.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, bem como nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 153/15, de 11 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Os benefícios fiscais da redução da base de cálculo ou de isenção do ICMS, autorizados por meio de convênios ICMS com base na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, implementados nas respectivas unidades federadas de origem ou de destino serão considerados no cálculo do valor do ICMS devido, correspondente à diferença entre a alíquota interestadual e a alíquota interna da unidade federada de destino da localização do consumidor final não contribuinte do ICMS.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da sua publicação no diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 192/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece procedimentos para controle e entrega de informações fiscais sobre as operações com etanol hidratado ou anidro.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 87/96, de 13 de setembro de 1996, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O produtor de etanol e o distribuidor de combustíveis, assim definidos e autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, ficam obrigados a entregar informações fiscais sobre as operações realizadas com etanol hidratado de acordo com o estabelecido neste convênio.

§1º O disposto neste convênio também se aplica às operações com etanol anidro realizadas pelo produtor de etanol.

§ 2º A entrega de informações sobre as operações com etanol tratada neste convênio alcança as operações com etanol anidro ou hidratado combustível e para outros fins.

Cláusula segunda Ficam instituídos os relatórios Anexo XIII, Anexo XIV e Anexo XV, com objetivo de:

I - Anexo XIII, informar a movimentação de etanol hidratado e de etanol anidro realizadas por produtor de etanol;

II - Anexo XIV, informar a movimentação de etanol hidratado realizada por distribuidor de combustíveis;

III - Anexo XV, informar as saídas de etanol hidratado ou anidro realizadas por produtor de etanol ou por distribuidor de combustíveis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Ato COTEPE estabelecerá os modelos dos relatórios previstos no caput e aprovará o manual de instruções contendo as orientações para o seu preenchimento.

Cláusula terceira O conjunto dos anexos de etanol, compreendido pelos anexos XIII, XIV e XV, deverá conter todas as informações estabelecidas em Ato Cotepe, sendo vedado às Unidades Federadas a implantação parcial do programa ou a exclusão de dados referentes à apuração do ICMS ou ICMS-ST.

Cláusula quarta Para a entrega das informações referidas na cláusula primeira, o contribuinte deverá:

I - registrar, com a utilização do programa de computador de que trata o §1º da cláusula quinta, os dados relativos a cada operação definidos no referido programa;

II - enviar as informações relativas a essas operações, por transmissão eletrônica de dados, na forma e prazos estabelecidos nas cláusulas quinta e sexta.

Cláusula quinta A entrega das informações relativas às operações com etanol hidratado ou anidro será efetuada mensalmente por transmissão eletrônica de dados.

§ 1º Para a entrega das informações de que trata o caput, deverá ser utilizado programa de computador de que trata o § 2º da cláusula vigésima terceira do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, o qual extrairá as informações diretamente da base de dados nacional da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55.

§ 2º A utilização do programa de computador a que se refere o § 1º é obrigatória, devendo o produtor de etanol e o distribuidor de combustíveis que realizar operações com etanol hidratado ou anidro nele inserirem as informações relativas a essas operações.

Cláusula sexta Com base nas informações prestadas pelo contribuinte, o programa de computador de que trata o §1º da cláusula quinta gerará os relatórios das operações com etanol hidratado ou anidro, em conformidade com os objetivos, os modelos e o manual de instruções previstos na cláusula segunda.

§1º Os relatórios das operações com etanol hidratado ou anidro, relativamente ao mês imediatamente anterior, serão enviados, com utilização do programa de computador a que se refere o § 1º da cláusula quinta, para:

I - a unidade federada de localização do contribuinte emitente, os relatórios identificados como Anexo XIII, Anexo XIV e Anexo XV;

II - a unidade federada destinatária de operações interestaduais com etanol hidratado ou anidro, o relatório identificado como Anexo XV.

§ 2º O envio das informações será feito nos prazos estabelecidos em Ato COTEPE.

§ 3° As informações somente serão consideradas entregues após a emissão do respectivo protocolo.

Cláusula sétima Os bancos de dados utilizados para a geração das informações na forma prevista neste convênio deverão ser mantidos pelo contribuinte, em meio magnético, pelo prazo decadencial.

Cláusula oitava Em decorrência de impossibilidade técnica ou no caso de entrega fora do prazo estabelecido no Ato COTEPE de que trata o § 2º da cláusula sexta, o contribuinte deverá:

I - protocolar na unidade federada de sua localização os seguintes relatórios, oportunidade em que será retida uma das vias, sendo-lhe devolvidas as demais:

a) Anexo XIII, se produtor de etanol, ou Anexo XIV, se distribuidor de combustíveis, em 2 (duas) vias;

b) Anexo XV, em 2 (duas) vias, se relativo a operações internas;

c) Anexo XV, em 3 (três) vias, se relativo a operações interestaduais;

II - remeter uma via do relatório identificado como Anexo XV, protocolada nos termos da alínea "c" inciso I, à unidade federada de destino de operações interestaduais.

Parágrafo único. A entrega dos relatórios extemporâneos sujeitará o contribuinte às penalidades previstas na legislação interna de cada unidade federada.

Cláusula nona O disposto nas cláusulas quarta a oitava não exclui a responsabilidade do produtor de etanol e do distribuidor de combustíveis pela omissão ou pela apresentação de informações falsas ou inexatas, podendo as unidades federadas aplicar penalidades ao responsável pela omissão ou pelas informações falsas ou inexatas.

Cláusula décima O protocolo de entrega das informações de que trata este convênio não implica homologação dos lançamentos e dos procedimentos adotados pelo contribuinte.

Cláusula décima primeira O disposto neste convênio não dispensa o contribuinte da entrega da Guia Nacional de Informação e Apuração do ICMS Substituição Tributária - GIA-ST -, prevista no Ajuste SINIEF 04/93, de 9 de dezembro de 1993.

Cláusula décima segunda O disposto neste convênio não prejudica a aplicação do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007.

Cláusula décima terceira Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do segundo mês subsequente àquele em que o programa de computador a que se refere o § 1º da cláusula quinta estiver adequado para a entrega das informações exigidas neste convênio.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 193/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a unidade federada que menciona a conceder redução da base de cálculo do ICMS devido nas operações internas com FLUORDEOXIGLICOSE - FDG.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Fica o Estado de São Paulo autorizado a reduzir a base de cálculo do ICMS nas operações internas com FLUORDEOXIGLICOSE-FDG - NCM 3006.30.29, de tal forma que a carga tributária seja equivalente a 12% (doze por cento) sobre o valor da operação.

Parágrafo único. Fica o Estado de São Paulo autorizado a não exigir o estorno do crédito fiscal previsto no art. 21 da Lei Complementar 87/96, de 13 de setembro de 1996, relativo às operações de que trata este convênio.

Cláusula segunda A fruição da redução na base de cálculo prevista neste convênio fica condicionada:

I - ao estabelecimento de isenção ou alíquota zero do Imposto de Importação.

II - a que a operação esteja contemplada com a desoneração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao de sua publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 194/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 52/17, que dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, instituídos por convênios ou protocolos firmados entres os Estados e o Distrito Federal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º e nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O § 8º fica acrescentado à cláusula sétima Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, com a seguinte redação:

"§ 8º O regime de substituição tributária alcança somente os itens vinculados aos respectivos segmentos nos quais estão inseridos.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 195/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre redução da base de cálculo do ICMS nas operações com veículos automotores.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Ficam os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia e Sergipe autorizados a reduzir a base de cálculo do ICMS nas operações internas com veículos automotores em até 33,33% (trinta e três inteiros vírgula trinta e três centésimos por cento) de forma que sua aplicação resulte numa carga tributária nunca inferior a doze por cento.

Cláusula segunda Não será exigida a anulação do crédito previsto nos incisos I e II do art. 21 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 196/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 93/15, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade federada.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e no art. 99 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, bem como nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O § 4º da cláusula quarta do Convênio ICMS 93/15, de 17 de setembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 4º A critério da unidade federada de destino, nas prestações de serviço de transporte, o imposto a que se refere a alínea "c" do inciso II da cláusula segunda poderá ser recolhido no prazo previsto no § 2º da cláusula quinta, observado o disposto no § 3º da cláusula quinta, independentemente de inscrição estadual.".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao de sua publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 197/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Convalida novas alíquotas de IPI do Convênio ICMS 51/00, que estabelece disciplina relacionada com as operações com veículos automotores novos efetuadas por meio de faturamento direto para o consumidor

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Fica convalidada a aplicação dos novos percentuais de repartição do ICMS próprio entre a unidade federada de origem e de destino, previstos no Convênio ICMS 14/17, de 23 de fevereiro de 2017, no período entre 1º de janeiro de 2017 até a data da sua publicação, desde que observadas as demais normas.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 198/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 52/17, que dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, instituídos por convênios ou protocolos firmados entres os Estados e o Distrito Federal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto nos art. 6º a 9º da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, bem como na alínea "a" do inciso XIII do §1º e no § 7º do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Ficam alterados os seguintes itens do Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

I - os itens 62.0 e 62.1 do Anexo XVII:

"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
62.0	17.062.00	1905.90.90	Outros pães, exceto o classificado no CEST 17.062.03
62.1	17.062.01	1905.90.90	Outros bolos industrializados e produtos de panificação não especificados anteriormente, incluindo as pizzas; exceto os classificados nos CEST 17.062.02 e 17.062.03

";

II - o CEST 17.062.00 do Anexo XXVII:

"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
	17.062.00	1905.90.90	Outros pães, exceto o classificado no CEST 17.062.03

".

Cláusula segunda Ficam incluídos os seguintes dispositivos ao Convênio ICMS 52/17, com as seguintes redações:

I - os itens 62.2 e 62.3 ao Anexo XVII:

"

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
62.2	17.062.02	1905.90.20 1905.90.90	Casquinhas para sorvete
62.3	17.062.03	1905.90.90	Pão francês até 200g

";

II- os CEST 17.062.01, 17.062.02 e 17.062.03 em "PRODUTOS DE PADARIA E DA INDÚSTRIA DE BOLACHAS E BISCOITOS CONSTANTES DO ANEXO XVII" do Anexo XXVII:

ITEM	CEST	NCM/SH	DESCRIÇÃO
	17.062.01	1905.90.90	Outros bolos industrializados e produtos de panificação não especificados anteriormente, incluindo as pizzas; exceto os classificados nos CEST 17.062.02 e 17.062.03
	17.062.02	1905.90.20 1905.90.90	Casquinhas para sorvete
	17.062.03	1905.90.90	Pão francês até 200g

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do dia 1º de abril de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 199/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com veículos automotores novos relacionados no Anexo XXIV do Convênio ICMS 52/17, que dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, instituídos por convênios ou protocolos firmados entres os Estados e o Distrito Federal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, considerando o disposto nos arts. 6º a 10 da Lei

Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no Convênio ICMS 52/17, de 07 de abril de 2017, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os Estados e o Distrito Federal, nos termos deste convênio e do Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, acordam em adotar o regime de substituição tributária nas operações interestaduais com veículos novos relacionados no Anexo XXIV do referido convênio.

Parágrafo único. O disposto nesta cláusula aplica-se aos acessórios colocados no veículo pelo estabelecimento remetente.

Cláusula segunda Além do disposto na cláusula nona do Convênio ICMS 52/17, as disposições deste convênio não se aplicam às operações interestaduais de remessas em que as mercadorias devam retornar ao estabelecimento remetente;

Cláusula terceira A base de cálculo do imposto para fins de substituição tributária será a prevista na cláusula décima do Convênio ICMS 52/17, ou, na falta desta:

I - em relação aos veículos saídos, real ou simbolicamente, das montadoras ou de suas concessionárias com destino a outra unidade da federação, será o preço final a consumidor sugerido pela montadora, em lista enviada nos termos do Anexo Único deste convênio, já acrescido do valor do frete, do IPI e dos acessórios a que se refere o parágrafo único da cláusula primeira;

II - inexistindo o preço final a consumidor sugerido pela montadora de que trata o inciso I e nas demais situações, será a prevista no inciso III da cláusula décima primeira do Convênio ICMS 52/17.

§ 1º As importadoras que promovem saída de veículos cujo preço final a consumidor tenha sido sugerido pela montadora, em lista enviada na forma do Anexo Único deste convênio, referido no inciso I do caput, deverão observar as disposições nele contidas, inclusive em relação aos valores.

§ 2º A Margem de Valor Agregado (MVA-ST) original, de que trata o inciso II do § 1º da cláusula décima primeira do Convênio ICMS 52/17, é de 30% (trinta por cento).

§ 3º Nas operações destinadas aos Estados de Minas Gerais e Paraná, a MVA-ST original a ser aplicada é a prevista em sua legislação tributária interna.

Cláusula quarta A lista de preço final a consumidor sugerido pela montadora a ser enviada à administração tributária da unidade federada de destino, nos termos do inciso IV da cláusula vigésima segunda do Convênio ICMS 52/17, seguirá o formato do Anexo Único deste convênio.

Cláusula quinta Fica revogado o Convênio ICMS 132/92, de 25 de setembro de 1992.

Cláusula sexta Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

ANEXO ÚNICO

Leiaute do arquivo XML para "Lista de Preço Final a Consumidor Sugerido pela Montadora - Versão 1.0"

Schema XML: envPSCF_v9.99.xsd

	#Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocorr	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
A01	enviPSCF	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz do documento
A02	versao	A	A01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute do arquivo.
B01	dadosDeclarante	G	A01		1-1			Dados do declarante do arquivo de produtos.
C01	CNPJ	E	B01	N	1-1	14		CNPJ do declarante.
C02	IEST	E	B01	N	0-1	2-14		Inscrição Estadual de Substituto Tributário na UF de destino.
C03	razaoSocial	E	B01	C	1-1	3-100		Razão social do declarante.
D01	listaProdutos	G	A01		1-1			Lista de produtos.
E01	produto	G	D01		1-N			TAG de grupo do detalhamento das informações de produtos.
F01	VA_AC	E	E01	C	1-1	2		Informar VA, se veículo automotor. Informar AC, se acessório.
F02	cProd	E	E01	C	1-1	1-60		Código do produto conforme informado na Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, quer seja de cada item (chassi, kits, pintura, som e acessórios variados) ou sumarizado.
F03	xProd	E	E01	C	1-1	1-120		Descrição completa do item como adotada na NF-e.
F04	pot	E	E01	N	0-1	1-4		Potência máxima do motor do veículo (CV) como informado na NF-e.
F05	cilin	E	E01	N	0-1	1-4		Capacidade do motor expressa em Centímetros cúbicos como informado na NF-e.
F06	tpComb	E	E01	C	0-1	1-2		Tipo de combustível como informado na NF-e.
F07	CEST	E	E01	N	1-1	7		Código CEST do produto declarado.
F08	NCM	E	E01	N	1-1	2-8		Código NCM/SH do produto declarado.
F09	cEAN	E	E01	N	0-1	0,8,12 13,14		GTIN (Global Trade Item Number) do produto, antigo código EAN Comercial ou código de barras, conforme informada na NF-e.
F10	cEANTrib	E	E01	N	0-1	0,8,12 13,14		GTIN (Global Trade Item Number) do produto, antigo código EAN Tributário ou código de barras, conforme informada na NF-e.
F11	uCom	E	E01	C	1-1	2-6		Unidade de comercialização do produto, conforme informada na NF-e.
F12	uTrib	E	E01	C	1-1	2-6		Unidade Tributária do produto, conforme informada na NF-e.
F13	anoMod	E	E01	D	1-1	4		Ano de Modelo do veículo.
F14	anoFab	E	E01	D	1-1	4		Ano de Fabricação.
F15	cUF	E	E01	C	1-1	2		Sigla da UF destinatária.
F16	vUnTrib	E	E01	N	1-1	10	2	Preço final a consumidor sugerido pela montadora.
F17	INIC_TAB	E	E01	C	1-1	2-8		Data de início da vigência do preço final a consumidor sugerido pela montadora - tabela atual. Formato: AAAA-MM-DD
F18	INIC_TAB_ANTERIOR	E	E01	C	1-1	2-8		Data de início da vigência do preço final a consumidor sugerido pela montadora - tabela anterior. Formato: AAAA-MM-DD

FORMATOS DOS CAMPOS:

Tipo	N-Indica campo numérico C-Indica campo alfanumérico D-Indica campo de data
Ocorr.	Campo Ocorrência iniciado com 1-Indica que o campo de é preenchimento obrigatório Campo Ocorrência iniciado com 0- Indica que o campo só será preenchido se houver a informação
Tam.	Tamanho do campo (1-n) - pode ter de 1 a "n" caracteres Tamanho do campo (n)- deve ter "n" caracteres Tamanho do campo (n, n", n"",...) - pode ter de n, n", n""... caracteres
Dec.	Quantidade de casas decimais do campo numérico

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONVÊNIO ICMS 200/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com veículos novos de duas e três rodas motorizados relacionados no Anexo XXV do Convênio ICMS 52/17, que dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, instituídos por convênios ou protocolos firmados entres os Estados e o Distrito Federal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, considerando o disposto nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no Convênio ICMS 52/17, de 07 de abril de 2017, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os Estados e o Distrito Federal, nos termos deste convênio e do Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, acordam em adotar o regime de substituição tributária nas operações interestaduais com veículos novos de duas e três rodas motorizados relacionados no Anexo XXV do referido convênio.

Parágrafo único. O disposto nesta cláusula aplica-se aos acessórios colocados no veículo pelo estabelecimento remetente.

Cláusula segunda Além do disposto na cláusula nona do Convênio ICMS 52/17, as disposições deste convênio não se aplicam às operações interestaduais de remessas em que as mercadorias devam retornar ao estabelecimento remetente;

Cláusula terceira A base de cálculo do imposto para fins de substituição tributária será a prevista na cláusula décima do Convênio ICMS 52/17, ou, na falta desta:

I - em relação aos veículos de fabricação nacional, será o preço final a consumidor sugerido pelo fabricante, em lista enviada nos termos do Anexo Único deste convênio, já acrescido do valor do frete, do IPI e dos acessórios a que se refere o parágrafo único da cláusula primeira, ou, inexistindo o preço final a consumidor sugerido pelo fabricante, aplicar-se-á o disposto no inciso III da cláusula décima primeira do Convênio ICMS 52/17;

II - em relação aos veículos importados, será a prevista no inciso III da cláusula décima primeira do Convênio ICMS 52/17.

§ 1º A Margem de Valor Agregado (MVA-ST) original, de que trata o inciso II do § 1º da cláusula décima primeira do Convênio ICMS 52/17, é de 34% (trinta e quatro por cento).

§ 2º Nas operações destinadas aos Estados de Minas Gerais e Paraná, a MVA-ST original a ser aplicada é a prevista em sua legislação tributária interna.

Cláusula quarta A lista de preço final a consumidor sugerido pelo fabricante a ser enviada à administração tributária da unidade federada de destino, nos termos do inciso IV da cláusula vigésima segunda do Convênio ICMS 52/17, seguirá o formato do Anexo Único deste convênio.

Cláusula quinta Fica revogado o Convênio ICMS 52/93, de 30 de abril de 1993.

Cláusula sexta Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

ANEXO ÚNICO

Leiaute do arquivo XML para "Lista de Preço Final a Consumidor Sugerido pelo Fabricante - Versão 1.0"
Schema XML: envPSCF_v9.99.xsd

	#Campo	Ele	Pai	Tipo	Ocorr	Tam.	Dec.	Descrição/Observação
A01	enviPSCF	Raiz	-	-	-	-	-	TAG raiz do documento
A02	versao	A	A01	N	1-1	1-4	2	Versão do leiaute do arquivo.
B01	dadosDeclarante	G	A01		1-1			Dados do declarante do arquivo de produtos.
C01	CNPJ	E	B01	N	1-1	14		CNPJ do declarante.
C02	IEST	E	B01	N	0-1	2-14		Inscrição Estadual de Substituto Tributário na UF de destino.
C03	razaoSocial	E	B01	C	1-1	3-100		Razão social do declarante.
D01	listaProdutos	G	A01		1-1			Lista de produtos.
E01	produto	G	D01		1-N			TAG de grupo do detalhamento das informações de produtos.
F01	VA_AC	E	E01	C	1-1	2		Informar VA, se veículo automotor. Informar AC, se acessório.
F02	cProd	E	E01	C	1-1	1-60		Código do produto conforme informado na Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, quer seja de cada item (chassi, kits, pintura e acessórios variados) ou sumarizado.
F03	xProd	E	E01	C	1-1	1-120		Descrição completa do item como adotada na NF-e.
F04	pot	E	E01	N	0-1	1-4		Potência máxima do motor do veículo (CV) como informado na NF-e.
F05	cilin	E	E01	N	0-1	1-4		Capacidade do motor expressa em Centímetros cúbicos como informado na NF-e.
F06	tpComb	E	E01	C	0-1	1-2		Tipo de combustível como informado na NF-e.
F07	CEST	E	E01	N	1-1	7		Código CEST do produto declarado.
F08	NCM	E	E01	N	1-1	2-8		Código NCM/SH do produto declarado.
F09	cEAN	E	E01	N	0-1	0,8,12 13,14		GTIN (Global Trade Item Number) do produto, antigo código EAN Comercial ou código de barras, conforme informada na NF-e.
F10	cEANTrib	E	E01	N	0-1	0,8,12 13,14		GTIN (Global Trade Item Number) do produto, antigo código EAN Tributário ou código de barras, conforme informada na NF-e.
F11	uCom	E	E01	C	1-1	2-6		Unidade de comercialização do produto, conforme informada na NF-e.
F12	uTrib	E	E01	C	1-1	2-6		Unidade Tributária do produto, conforme informada na NF-e.
F13	anoMod	E	E01	D	1-1	4		Ano de Modelo do veículo.
F14	anoFab	E	E01	D	1-1	4		Ano de Fabricação.
F15	cUF	E	E01	C	1-1	2		Sigla da UF destinatária.
F16	vUnTrib	E	E01	N	1-1	10	2	Preço final a consumidor sugerido pelo fabricante
F17	INIC_TAB	D	E01	C	1-1	2-8		Data de início da vigência do preço final a consumidor sugerido pelo fabricante - lista atual. Formato: AAAA-MM-DD
F18	INIC_TAB_ANTERIOR	D	E01	C	1-1	2-8		Data de início da vigência do preço final a consumidor sugerido pelo fabricante - lista anterior. Formato: AAAA-MM-DD

FORMATOS DOS CAMPOS:

Tipo	N-Indica campo numérico C-Indica campo alfanumérico D-Indica campo de data
Ocorr.	Campo Ocorrência iniciado com 1 - Indica que o campo de é preenchimento obrigatório Campo Ocorrência iniciado com 0 -Indica que o campo só será preenchido se houver a informação
Tam.	Tamanho do campo (1-n) - pode ter de 1 a "n" caracteres Tamanho do campo (n) - deve ter "n" caracteres Tamanho do campo (n, n", n", n""...) - pode ter de n, n", n""... caracteres
Dec.	Quantidade de casas decimais do campo numérico

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONVÊNIO ICMS 201/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade da geração e entrega de arquivos eletrônicos de controle auxiliar para contribuintes prestadores de serviços de comunicação que emitem seus documentos fiscais nos termos do Convênio ICMS 115/03, que dispõe sobre a uniformização e disciplina a emissão, escrituração, manutenção e prestação das informações dos documentos fiscais emitidos em via única por sistema eletrônico de processamento de dados para contribuintes prestadores de serviços de comunicação e fornecedores de energia elétrica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte:

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os contribuintes prestadores de serviços de comunicação que emitem seus documentos fiscais nos termos do Convênio ICMS 115/03, de 12 de dezembro de 2003, ficam obrigados a gerar arquivos eletrônicos de controle auxiliar, conforme leiaute definido no anexo único deste convênio.

§1º São arquivos eletrônicos de controle auxiliar:

I - Arquivo de Carregamento de Créditos em Terminais Telefônicos Pré-pagos, contendo informações obtidas diretamente da plataforma de controle de créditos, devendo espelhar os valores totais das recargas realizadas pelos usuários;

II - Arquivo de Fatura de Serviços de Comunicação e de Telecomunicações, contendo informações relativas às faturas comerciais cujos valores superem os respectivos documentos fiscais emitidos.

§2º O arquivo previsto no inciso I do § 1º poderá ser dispensado a critério de cada unidade federada quando os documentos fiscais emitidos corresponderem exatamente aos valores das recargas realizadas pelos usuários.

§3º Em relação ao arquivo previsto no inciso II § 1º:

I - poderá ser dispensado, a critério de cada unidade federada, quando as faturas comerciais corresponderem exatamente aos valores dos respectivos documentos fiscais emitidos;

II - na hipótese de se tratar de faturamento conjunto:

a)a responsabilidade pela geração e entrega do arquivo é do impressor do documento de cobrança;

b)o arquivo poderá ser dispensado quando o valor das faturas comerciais corresponderem exatamente à soma dos valores dos documentos fiscais impressos.

Cláusula segunda Os arquivos eletrônicos de controle auxiliar deverão ser gerados mensalmente e entregues ao fisco da unidade federada, nos prazos e nas condições estabelecidas em legislação interna.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

ANEXO ÚNICO

Manual de Orientação

1.Apresentação

1.1.Este manual visa orientar o procedimento para a geração e entrega dos seguintes arquivos eletrônicos de controle auxiliar:

a)Arquivo de Carregamento de Créditos em Terminais Telefônicos Pré-pagos;

b)Arquivo de Fatura de Serviços de Comunicação e de Telecomunicações.

2.Dados Técnicos da Geração dos Arquivos

2.1.Meio óptico não regravável

2.1.1.Mídia: CD-R ou DVD-R;

2.1.2.Formatação: compatível com MS-DOS;

2.1.3.Tamanho dos arquivos: 238 bytes para o Arquivo de Carregamento de Créditos em Terminais Telefônicos Pré-pagos e 238 bytes para o Arquivo de Fatura de Serviços de Comunicação e de Telecomunicações, acrescidos de CR/LF (Carriage Return/Line Feed) ao final de cada registro;

2.1.4.Organização: sequencial;

2.1.5.Codificação: ASCII - ISO 8859-1 (Latin-1).

2.2.Formato e preenchimento dos Campos

2.2.1.Numérico (N): sem sinal, não compactado, alinhado à direita, suprimidos quaisquer caracteres não numéricos, com as posições não significativas preenchidas com zeros. Os valores negativos serão representados com o sinal negativo na primeira posição do campo. Na ausência de informação, o campo deverá ser preenchido com zeros. Datas devem ser preenchidas no formato dia, mês e ano (DDMMAAAA);

2.2.2.Alfanumérico (X): letras, números e caracteres especiais válidos. Alinhado à esquerda, com posições não significativas em branco. Na ausência de informação, o campo deverá ser preenchido com brancos.

2.3.Deverá ser realizado controle da autenticidade e integridade do arquivo por meio da utilização do algoritmo MD5(Message Digest5,vide item 5.1.), de domínio público, e o código gerado deverá constar no recibo de entrega.

3.Do Arquivo de Carregamento de Créditos em Terminais Telefônicos Pré-pagos

3.1.Periodicidade de geração do Arquivo

3.1.1.O arquivo será gerado mensalmente, exceto se dispensado pela Unidade Federada, e conterá informações obtidas diretamente da plataforma de controle de créditos vinculados a terminais telefônicos pré-pagos, devendo espelhar os valores totais das recargas realizadas pelos usuários.

3.2.Identificação do arquivo

3.2.1.O arquivo será identificado no formato:

3.2.2.Observações

3.2.2.1.O nome do arquivo é formado da seguinte maneira:

3.2.2.1.1.UF (UF) - sigla da unidade federada do estabelecimento que está apresentando o arquivo;

3.2.2.1.2.CNPJ (CCCCCCCCCCCCCC) - CNPJ do estabelecimento que está apresentando o arquivo;

3.2.2.1.3.Ano (AA) - ano da requisição da recarga dos créditos;

3.2.2.1.4.Mês (MM) - mês da requisição da recarga dos créditos;

3.2.2.1.5.Tipo (PP) - informação fixa "PP", significando pré-pago;

3.2.2.1.6.Situação (S) - indica se o arquivo é normal (N) ou substituto (S);

3.2.2.1.7.Volume (V) - cada volume será composto por até um milhão de registros, devendo o volume ser indicado em ordem crescente a partir de 1;

3.2.2.1.8.Extensão - a extensão do arquivo deverá ser TXT.

3.3.O arquivo deverá ser composto por registros que contenham as seguintes informações, classificadas em ordem crescente de data e CPF/CNPJ:

3.4.Observações

3.4.1.Campo 01 - Informar a data da requisição da recarga, conforme antecipação de valores realizada pelo usuário, no formato DDMMAAAA;

3.4.2.Campo 02 - Informar o CPF ou CNPJ do usuário;

3.4.3.Campo 03 - Informar o nome ou a razão social do usuário;

3.4.4.Campo 04 - Informar o número do terminal telefônico que recebeu a recarga no formato "LLNNNNNNNN", onde "LL" é o código da localidade e "NNNNNNNN", o número de identificação do terminal. No caso de número de identificação do terminal com 9 (nove) dígitos, utilizar o formato "LLNNNNNNNNN";

3.4.5.Campo 05 - Informar o valor da recarga com 2 decimais;

3.4.6.Campo 06 - Informar o CNPJ do estabelecimento que vendeu o crédito (supermercado, banco, farmácia, loja própria, etc., ou a própria operadora);

3.4.7.Campo 07 - Informar o nome/razão social do estabelecimento que vendeu o crédito;

3.4.8.Campo 08 - Informar o CNPJ do responsável pelo repasse dos valores à operadora se essa responsabilidade for do distribuidor que abasteça o ponto de venda. Preencher com zeros nos demais casos.

3.4.9.Campo 09 - Informar o nome/razão social do responsável informado no campo 08, se for o caso;

3.4.10.Campo 10 - Informar o código do item de ativação, sendo que para cada código só poderá haver uma descrição;

3.4.11.Campo 11 - Informar a descrição do item de ativação de modo que permita sua perfeita identificação;

3.4.12.Campo 12 - Informar o valor total da dedução automática por antecipação de crédito, com 2 decimais, caso tenha ocorrido. Preencher com zeros nos demais casos;

3.4.13.Campo 13 - Informar o valor total da taxa por antecipação de crédito, com 2 decimais, caso haja. Preencher com zeros nos demais casos;

3.4.14.Campo 14 - Informar o valor total multa por atraso na recomposição da antecipação de crédito, com 2 decimais, caso tenha ocorrido. Preencher com zeros nos demais casos.

4.Do Arquivo de Fatura de Serviços de Comunicação e de Telecomunicações

4.1Periodicidade de geração do Arquivo

4.1.1.O arquivo será gerado mensalmente, exceto se dispensado pela Unidade Federada, por modelo e série de documento fiscal, e conterá as informações das faturas comerciais que superarem os valores dos respectivos documentos fiscais emitidos.

4.2.Identificação do arquivo

4.2.1.O arquivo será identificado no formato:

4.2.2.Observações

4.2.2.1.O nome do arquivo é formado da seguinte maneira:

4.2.2.1.1.UF (UF) - sigla da unidade federada do estabelecimento que está apresentando o arquivo;

4.2.2.1.2.CNPJ (CCCCCCCCCCCCCC) - CNPJ do estabelecimento que está apresentando o arquivo;

4.2.2.1.3.Ano (AA) - ano da emissão da fatura comercial;

4.2.2.1.4.Mês (MM) - mês da emissão da fatura comercial;

4.2.2.1.5.Modelo (MM) - modelo do documento fiscal a que se refere a fatura comercial;

4.2.2.1.6.Série (SSS) - série do documento fiscal a que se refere a fatura comercial;

4.2.2.1.7.Tipo (FC) - informação fixa "FC", significando fatura comercial;

4.2.2.1.8.Situação (S) - indica se o arquivo é normal (N) ou substituto (S);

4.2.2.1.9.Volume (V) - cada volume será composto por até um milhão de faturas comerciais, devendo o volume ser indicado em ordem crescente a partir de 1;

4.2.2.1.10.Extensão - a extensão do arquivo deverá ser TXT.

4.3O arquivo deverá ser composto por registros que contenham as seguintes informações, classificadas pelo número do documento fiscal e número de item, em ordem crescente:

4.4.Observações

4.4.1.Campo 01 - Informar o CPF ou CNPJ do usuário;

4.4.2.Campo 02 - Informar a sigla da UF de localização do usuário;

4.4.3.Campo 03 - Informar o nome ou a razão social do usuário;

4.4.4.Campo 04 - Informar a data de emissão da fatura comercial no formato DDMMAAAA;

4.4.5.Campo 05 - Informar o número ou código da fatura comercial, atribuído pelo sistema de faturamento do emitente;

4.4.6.Campo 06 - Informar o número de ordem do item da fatura comercial, devendo ser iniciado em 001;

4.4.7.Campo 07 - Informar o código do item da fatura comercial atribuído pela empresa, sendo que cada código só poderá ter uma descrição;

4.4.8.Campo 08 - Informar a descrição do item da fatura comercial de modo que permita sua perfeita identificação. Tratando-se de item de desconto, a descrição deverá informar a que item de faturamento se refere;

4.4.9.Campo 09 - Informar o valor do item com 2 decimais. Item de desconto deverá ter sinal negativo na primeira posição do campo;

4.4.10.Campo 10 - Informar "1" para receita/desconto próprio e "2" para receita/desconto de terceiros;

4.4.11.Campo 11 - Informar o CNPJ do participante quando o campo 10 for preenchido com "2";

4.4.12.Campo 12 - Informar a razão social do participante quando o campo 10 for preenchido com "2";

4.4.13.Campo 13 - Informar o valor total da fatura comercial com 2 decimais;

4.4.14.Campo 14 - Informar a data de emissão do documento fiscal relativo à fatura comercial informada no campo 05, no formato DDMMAAAA;

4.4.15.Campo 15 - Informar o modelo do documento fiscal relativo à fatura comercial informada no campo 05;

4.4.16.Campo 16 - Informar a série do documento fiscal relativo à fatura comercial informada no campo 05;

4.4.17.Campo 17 - Informar o número do documento fiscal relativo à fatura comercial informada no campo 05;

4.4.18.Campo 18 - Informar o valor total do documento fiscal relativo à fatura comercial informada no campo 05, com 2 decimais.

5..MD5 - "Message Digest" 5:

5.1 O MD5 é um algoritmo projetado por Ron Rivest da RSA Data Security e é de domínio público. A função do algoritmo é produzir uma chave de codificação digital (hash code) de 128 bits, para uma mensagem (cadeia de caracteres) de entrada de qualquer tamanho. A chave de codificação digital é utilizada basicamente para a validação da integridade dos dados e assinaturas digitais.

6.Da entrega dos arquivos

6.1.Da entrega em meio óptico não regravável

6.1.1.Os arquivos serão gravados em mídia não regravável (CD-R ou DVD-R) e deverão ser entregues às Unidades Federadas, nos prazos e condições dispostos em legislação interna, acompanhados de duas vias, preenchidas e assinadas por representante legal, do seguinte Recibo de Entrega:

6.2.Da entrega por transmissão eletrônica de dados

6.2.1.A critério de cada Unidade Federada e conforme orientações previstas em legislação interna, a entrega dos arquivos auxiliares de controle, mantidos em meio óptico, poderá ser realizada mediante transmissão eletrônica de dados.

CONVÊNIO ICMS 202/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 130/16, que dispõe sobre a uniformização e disciplina a emissão, escrituração, manutenção e prestação das informações dos documentos fiscais emitidos em via única por sistema eletrônico de processamento de dados para contribuintes prestadores de serviços de comunicação e fornecedores de energia elétrica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira A cláusula segunda do Convênio ICMS 130/16, de 9 de dezembro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2018."

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2018.

Parágrafo único. Fica facultado aos contribuintes a aplicação do disposto na cláusula primeira, a partir de 1º de janeiro de 2018, desde que autorizado pela legislação da respectiva unidade federada."

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 203/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 84/09, que dispõe sobre as operações de saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira As cláusulas sétima-A e sétima-B ficam acrescidas ao Convênio ICMS 84/09, de 25 de setembro de 2009, com a seguinte redação:

"Cláusula sétima-A Nas exportações de que tratam este convênio quando o despacho aduaneiro de exportação for processado por meio de Declaração Única de Exportação (DU-E), nos termos da legislação federal, o exportador deve informar na DU-E nos campos específicos:

I - a chave de acesso da(s) nota(s) fiscal(is) eletrônica(s) ou os dados relativos à Nota Fiscal Formulário correspondentes à remessa com fim específico de exportação;

II - a quantidade na unidade de medida tributável do item efetivamente exportado.

Cláusula sétima-B Na hipótese de que trata a cláusula sétima-A, e desde que a operação de exportação e a remessa com fim específico de exportação estejam amparadas por Nota Fiscal Eletrônica, não se aplicam os seguintes dispositivos:

I - alínea "a" do inciso II da cláusula terceira;

II - cláusula quarta;

III - cláusula quinta;

IV - § 6º da cláusula sexta;

V - cláusula sétima.

Parágrafo único. Para fins fiscais nas operações de que trata o caput, considera-se não efetivada a exportação a falta de registro do evento de averbação na nota fiscal eletrônica de remessa com fim específico, após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da saída, observando-se no que couber o disposto na cláusula sexta.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de primeiro dia do segundo mês subsequente ao da publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 204/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 52/17, que dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, instituídos por convênios ou protocolos firmados entres os Estados e o Distrito Federal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º e nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os seguintes dispositivos do Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - os itens 2.0 e 6.0 do Anexo IV:

"

2.0	03.002.00	2201.10.00	Água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais, em embalagem com capacidade igual ou superior a 5.000 ml; exceto as classificadas no CEST 03.024.00 e 03.025.00
6.0	03.006.00	2201.10.00	Outras águas minerais, potáveis ou naturais, gasosas ou não, inclusive gaseificadas; exceto as classificadas no CEST 03.024.00 e 03.025.00

";

II - os itens 2 e 6 do grupo de "Bebidas não Alcoólicas constantes dos Anexos IV e XVII" do Anexo XXVII:

"

2	03.002.00	2201.10.00	Água mineral, gasosa ou não, ou potável, naturais, em embalagem com capacidade igual ou superior a 5.000 ml; exceto as classificadas no CEST 03.024.00 e 03.025.00
6	03.006.00	2201.10.00	Outras águas minerais, potáveis ou naturais, gasosas ou não, inclusive gaseificadas; exceto as classificadas no CEST 03.024.00 e 03.025.00

".

Cláusula segunda Os seguintes dispositivos ficam incluídos no Convênio ICMS 52/17, com a seguinte redação:

I - os itens 24.0 e 25.0 ao Anexo IV:

"

24.0	03.024.00	2201.10.00	Água mineral em embalagens retornáveis com capacidade igual ou superior a 10 (dez) e inferior a 20 (vinte) litros
25.0	03.025.00	2201.10.00	Água mineral em embalagens retornáveis com capacidade igual ou superior a 20 (vinte) litros

";

II - os itens 26 e 27 ao grupo de "Bebidas não Alcoólicas constantes dos Anexos IV e XVII" do Anexo XXVII:

"

26	03.024.00	2201.10.00	Água mineral em embalagens retornáveis com capacidade igual ou superior a 10 (dez) e inferior a 20 (vinte) litros
27	03.025.00	2201.10.00	Água mineral em embalagens retornáveis com capacidade igual ou superior a 20 (vinte) litros

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do 1º dia do quarto mês subsequente ao da sua publicação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 205/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 52/17, que dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, instituídos por convênios ou protocolos firmados entres os Estados e o Distrito Federal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, considerando o disposto nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no Convênio ICMS 52/17, de 07 de abril de 2017, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O § 11 fica incluído à cláusula décima primeira do Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, com a seguinte redação:

"§ 11. Em se tratando de bem ou mercadoria importado, o preço praticado pelo substituto a que se refere o inciso III do caput, para efeito de apuração da base de cálculo, não poderá ser inferior ao que serviu de base de cálculo para pagamento dos Impostos de Importação (II) e sobre Produtos Industrializados (IPI).".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 206/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 78/15, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder redução da base de cálculo do ICMS nas prestações de serviço de televisão por assinatura, nas condições específicas.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto no Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Ficam alterados os incisos I e IV do caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 78/15, de 27 de julho de 2015, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - 10% (dez por cento), para os Estados do Ceará, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe;";

"IV - 15% (quinze por cento), para os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Tocantins, e para o Distrito Federal;".

Cláusula segunda Fica revogado o inciso II da cláusula primeira do Convênio ICMS 78/15.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação da sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de primeiro de janeiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 207/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Prorroga as disposições do Convênio ICMS 57/15, que autoriza a concessão de crédito presumido de ICMS para a execução de programa social.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira As disposições contidas no Convênio ICMS 57/15, de 30 de junho de 2015, ficam prorrogadas até 30 de abril de 2019.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 208/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 24/11, que dispõe sobre a concessão de regime especial, na área do ICMS, nas operações e prestações que envolvam revistas e periódicos e dá outras providências.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O § 3º da cláusula sexta do Convênio ICMS 24/11, de 1º de abril de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Os distribuidores, revendedores, consignatários ficam dispensados até 31 de dezembro de 2019 da emissão de NF-e prevista no caput e nos §§ 1º e 2º, observado o disposto no § 4º desta cláusula.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 209/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o Estado de São Paulo a não aplicar dispositivo do Convênio ICMS 15/90, que estabelece critérios para as operações com café cru.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar 24, de 7 de janeiro de 1975, e no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

CONVÊNIO

Cláusula primeira Fica o Estado de São Paulo autorizado a não aplicar as disposições previstas na cláusula quinta do Convênio ICMS 15/90, de 30 de maio de 1990.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir 1º de fevereiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONVÊNIO ICMS 210/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 162/94, que autoriza os Estados e o Distrito Federal conceder isenção do ICMS nas operações com medicamentos destinados ao tratamento de câncer.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O § 1º da cláusula primeira do Convênio ICMS 162/94, de 7 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º A fruição do benefício de que trata este convênio fica condicionada:

I - ao cumprimento, pelos contribuintes, das obrigações instituídas na legislação estadual;

II - relativamente ao produto previsto no item 69 do Anexo Único deste convênio, a que a operação esteja contemplada:

a) com isenção ou tributação com alíquota zero pelo Imposto de Importação;

b) com desoneração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.".

Cláusula segunda O item 69 do Anexo Único do Convênio ICMS 162/94, de 7 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"

ITEM	MEDICAMENTO
69	Cloridrato de pazopanibe

.".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 211/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Revoga incisos da cláusula segunda do Convênio ICMS 49/17, que dispõe sobre benefícios fiscais.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados da cláusula segunda do Convênio ICMS 49/17, de 25 de abril de 2017, ficam revogados:

I - LXIII - Convênio ICMS 19/02, de 15 de março de 2002, que autoriza o Estado de São Paulo a conceder isenção do ICMS na importação de mercadorias destinadas a construção de usina produtora de energia elétrica;

II - LXVI - Convênio ICMS 58/02, de 26 de junho de 2002, que autoriza o Estado de São Paulo a conceder isenção do ICMS relativo ao diferencial de alíquotas e à importação, bem como a conceder redução da base de cálculo nas operações internas, relativamente a fornecimento de mercadorias a usinas produtoras de energia elétrica;

III - LXXVIII - Convênio ICMS 34/03, de 4 de abril de 2003, que autoriza o Estado de Santa Catarina a isentar as saídas de mercadorias destinadas à Secretaria da Articulação Nacional de Santa Catarina;

IV - XCIII - Convênio ICMS 66/04, de 18 de junho de 2004, que autoriza o Estado de Santa Catarina a isentar doações de mercadorias para a Fundação Nova Vida;

V - CX - Convênio ICMS 85/05, de 1º de julho de 2005, que autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder crédito presumido para a execução do Programa Luz para Todos;

VI - CXXVI - Convênio ICMS 65/06, de 26 de março de 2006, que autoriza os Estado de Alagoas e Bahia a conceder isenção do ICMS nas saídas de cisternas para captação de água de chuva;

VII - CLV - Convênio ICMS 14/10, de 26 de março de 2010, que autoriza o Estado de Santa Catarina a conceder crédito presumido para a execução do Programa Luz para Todos;

VIII - CLXXX - Convênio ICMS 31/13, de 11 de abril de 2013, que concede isenção do ICMS nas aquisições de equipamentos, partes e peças destinadas ao Projeto do Centro Capixaba de Monitoramento Hidrometeorológico.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União de sua ratificação nacional, produzindo efeitos desde 27 de abril de 2017.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 212/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 01/99, que concede isenção do ICMS às operações com equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira A cláusula terceira do Convênio ICMS 01/99, de 2 de março de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula terceira A fruição do benefício previsto neste convênio fica condicionada:

I - ao estabelecimento de isenção ou alíquota zero do Imposto sobre Produtos Industrializados ou do Imposto de Importação, para os equipamentos e acessórios indicados no anexo;

II - a que a operação esteja contemplada com a desoneração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, relativamente o item 73 do Anexo Único deste convênio.".

Cláusula segunda O item 73 do Anexo Único do Convênio ICMS 01/99 , de 2 de março de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"

73	9021.39.80	Prótese de silicone

".

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 213/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a substituição tributária nas operações com aparelhos celulares e cartões inteligentes relacionados no Anexo XX do Convênio ICMS 52/17, que dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, instituídos por convênios ou protocolos firmados entres os Estados.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, considerando o disposto nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins, nos termos deste convênio e do Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, acordam em adotar o regime de substituição tributária nas operações interestaduais com bens e mercadorias, classificados nos Códigos Especificadores da Substituição Tributária - CEST 21.053.00, 21.053.01, 21.063.00 e 21.064.00, relacionados no Anexo XX do referido convênio.

Cláusula segunda Ficam revogados os seguintes convênios:

I - Convênio ICMS 135/06, de 15 de dezembro de 2006;

II - Convênio ICMS 93/09, de 11 de dezembro de 2009;

III - Convênio ICMS 119/17, de 29 de setembro de 2017.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 214/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 52/17, que dispõe sobre as normas gerais a serem aplicadas aos regimes de substituição tributária e de antecipação do ICMS com encerramento de tributação, relativos às operações subsequentes, instituídos por convênios ou protocolos firmados entres os Estados e o Distrito Federal.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto nos art. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º e nos §§ 7º e 8º do art. 13, no art. 21-B e nos §§ 12 a 14 do art. 26, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O §3º da cláusula nona do Convênio ICMS 52/17, de 7 de abril de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Em substituição ao disposto no inciso II do caput, nas transferências interestaduais destinadas aos Estados do Acre, Alagoas,

Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte e ao Distrito Federal, o regime de que trata o caput não se aplica quando promovidas entre estabelecimentos do industrial fabricante, exceto quando destinada a estabelecimento varejista.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 215 /17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a adesão do Estado do Espírito Santo ao Convênio ICMS 16/15, que autoriza a conceder isenção nas operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica de que trata a Resolução Normativa nº 482, de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975 e nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Fica o Estado do Espírito Santo incluído nas disposições do Convênio ICMS 16/15, de 22 de abril de 2015.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 216/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Manual de Orientação aprovado pelo Convênio ICMS 57/95, que dispõe sobre a emissão de documentos fiscais e a escrituração de livros fiscais por contribuinte usuário de sistema eletrônico de processamento de dados.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto no art. 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte.

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O inciso II do caput da cláusula quinta do Convênio ICMS 57/95, de 28 de junho de 1995, fica acrescido da alínea "k", com a seguinte redação:

"k) Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços, modelo 67".

Cláusula segunda Ficam acrescentados os dispositivos a seguir indicados ao Manual de Orientação aprovado pelo Convênio ICMS 57/95 , de 28 de junho de 1995, com a seguinte redação:

I - os códigos 63 e 67 à Tabela de Modelos de Documentos Fiscais do subitem 3.3.1:

63	Bilhete de Passagem Eletrônico, modelo 63
67	Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços, modelo 67

II - a alínea "k" ao subitem 2.1.2:

"k) Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços, modelo 67";

III - a alínea "n" ao subitem 2.1.4:

"n) Bilhete de Passagem Eletrônico, modelo 63";

IV - ao caput do item 18:

"Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços".

Cláusula terceira Os dispositivos a seguir indicados do Manual de Orientação aprovado pelo Convênio ICMS 57/95, passam a vigorar com as seguintes redações:

I - o subitem 7.1.11:

"7.1.11 - Tipo 70 - Registro de total de Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, de Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8, de Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9, de Conhecimento Aéreo, modelo 10, e de Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11, Conhecimento de Transporte Eletrônico, modelo 57 e Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços, modelo 67, destinado a especificar as informações de totalização do documento fiscal, relativamente ao ICMS;";

II - o subitem 11.1.14:

"11.1.14 - CAMPO 17 - Preencher o campo de acordo com a tabela abaixo:

Situação	Conteúdo do Campo
Documento Fiscal Normal	N
Documento Fiscal Cancelado	S
Lançamento Extemporâneo de Documento Fiscal Normal	E
Lançamento Extemporâneo de Documento Fiscal Cancelado	X
Documento com USO DENEGADO - exclusivamente para uso dos emitentes de Nota Fiscal Eletrônica - Modelo 55, Conhecimento de Transporte Eletrônico, Modelo 57 e Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços, modelo 67.	2
Documento com USO inutilizado - exclusivamente para uso dos emitentes de Nota Fiscal Eletrônica - Modelo 55, Conhecimento de Transporte Eletrônico, Modelo 57 e Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços, modelo 67.	4

III - o caput do item 17:

"17 - REGISTRO TIPO 61: Para os documentos fiscais descritos a seguir, quando não emitidos por equipamento emissor de cupom fiscal: Bilhete de Passagem Aquaviário (modelo 14), Bilhete de Passagem e Nota de Bagagem (modelo 15), Bilhete de Passagem Ferroviário (modelo 16), Bilhete de Passagem Rodoviário (modelo 13), Nota Fiscal de Venda a Consumidor (modelo 2), Nota Fiscal de Produtor (modelo 4) para as unidades da Federação que não o exigirem na forma prevista no item 11, Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (modelo 65) e Bilhete de Passagem Eletrônico, (modelo 63)".

Cláusula quarta Ficam convalidados os procedimentos adotados, no período de 1º de julho de 2017 até o início de produção de efeitos deste convênio, em conformidade com o disposto nas cláusulas primeira, segunda e terceira.

Cláusula quinta Este convênio entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 217/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o Estado de Minas Gerais a conceder o prazo adicional de até sessenta dias para a comprovação da efetiva exportação de insulina resultante da industrialização de mercadoria importada sob o regime aduaneiro de drawback integrado suspensão.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, , na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte:

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Fica o Estado de Minas Gerais autorizado a conceder o prazo adicional de até 60 (sessenta) dias para a comprovação da efetiva exportação de insulina (NCM 2937.12.00), resultante da industrialização de mercadoria importada sob o regime aduaneiro de drawback integrado suspensão, contados a partir da data-limite para exportação prevista no Ato Concessório do drawback.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. Na hipótese desta cláusula, não se aplica o disposto na cláusula sexta do Convênio ICMS 27/90, de 13 de setembro de 1990.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2019.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 218/17, DE 15 DE DEZEMBRODE 2017

Altera o Convênio ICMS 129/04, que autoriza unidades federadas a conceder isenção nas saídas de bens e mercadorias recebidas em doação, efetuadas pela organização não-governamental "AMIGOS DO BEM - Instituição Nacional Contra a Fome e a Miséria no Sertão Nordestino", convalida procedimentos e autoriza a dispensa de imposto.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira A cláusula segunda do Convênio ICMS 129/04, de 10 de dezembro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula segunda Ficam os Estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco e São Paulo autorizados a conceder, relativamente à organização não governamental mencionada na cláusula primeira:

I - dispensa de todas as obrigações acessórias, exceto a de inscrever-se no cadastro de contribuintes do ICMS e a de emitir documentos fiscais, para efeito de trânsito de mercadorias;

II - isenção nas saídas das seguintes mercadorias por ela produzidas ou comercializadas, inclusive na forma de "kits":

a) castanha de caju e seus subprodutos, NCM 0801.32.00, 0802.90.00, 1806.20.00 e 2007.99.29;

b) doce de leite, NCM 1901.90.20;

c) cocada, geleias, doces glaceados ou cristalizados, NCM 2007.99.10 e 2007.99.90;

d) pimenta em conserva, NCM 2001.90.00;

e) mel, NCM 0409.00.00;

f) artesanatos em palha ou babaçu, NCM 4601.94.00 e 4602.19.00;

g) produtos institucionais personalizados, NCM 4821.10.00, 4901.10.00, 6911.10.90, 6912.00.00 e 8523.41.10;

h) artesanatos têxteis, NCM 6217.10.00, 6302.60.00, 6302.5, 6302.9 e 6304.9;

i) produtos de confecção personalizados, NCM 6106.90.00, 6109.10.00 e 6505.00.90;

j) embalagens personalizadas, NCM 3924.90.00, 4804.11.00, 4819.50.00 e 5806.39.00;

k) perfumaria, NCM 3304.99.10, 3307.30.00, 3307.49.00, 3401.20.10 e 3406.00.00;

l) artesanato em madeira, NCM 4420.10.00;

m) artesanato em barro, NCM 9703.00.00;

n) artesanato em cerâmica, NCM 6212.00.00.

Parágrafo único. O disposto nesta cláusula se aplica, também, às prestações de serviços de transporte, quando a responsabilidade pelo pagamento do imposto tenha sido atribuída à beneficiária.".

Cláusula segunda Ficam os Estados de Alagoas, Ceará, Pernambuco e São Paulo autorizados a convalidar procedimentos e a não exigir o imposto incidente nas operações descritas no caput e parágrafo único da cláusula segunda do Convênio ICMS 129/04, com redação dada por este convênio, ocorridas anteriormente à data de início da produção de efeitos deste convênio.

Cláusula terceira Este convênio entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 219/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o Estado de Goiás a conceder à CELG Distribuição S.A - CELG D - remissão e anistia de créditos tributários do ICMS, constituídos ou não, referentes a fatos geradores ocorridos até 27 de janeiro de 2015.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Fica o Estado de Goiás autorizado a conceder à CELG Distribuição S.A - CELG D -, inscrita no CNPJ sob o número 01.543.032/0001-04, remissão e anistia dos créditos tributários constituídos ou não do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, referentes a fatos geradores ocorridos até 27 de janeiro de 2015, nos limites e condições estabelecidos na cláusula segunda.

Cláusula segunda A remissão e anistia de que trata a cláusula primeira:

I - é limitada ao montante correspondente às obrigações assumidas pelo Estado de Goiás, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 7º e do art. 1º, ambos da Lei nº 17.555, de 20 de janeiro de 2012;

II - é condicionada à desistência de qualquer processo administrativo ou judicial.

Cláusula terceira A remissão e a anistia de que trata este convênio deve ser efetivada conforme dispuser a legislação tributária do Estado de Goiás.

Cláusula quarta O disposto neste convênio não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

Cláusula quinta Este convênio entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 220/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 18/17, que institui o Portal Nacional da Substituição Tributária e estabelece as regras para a sua manutenção e atualização.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, considerando o disposto nos arts. 6º a 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), na alínea "a" do inciso XIII do § 1º, nos §§ 7º e 8º do art. 13, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira A cláusula quarta do Convênio ICMS 18/17, de 7 de abril de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula quarta As disposições deste convênio não se aplicam aos Estados do Acre, Bahia, Goiás, Maranhão e Rio de Janeiro.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 221/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio 152/15, que altera o Convênio 93/15, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade federada.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e no art. 99 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal, bem como nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O § 2º da cláusula terceira-A do Convênio ICMS 152/15, de 11 de dezembro de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º Fica o Distrito Federal autorizado a estender o disposto no caput aos fatos geradores a serem realizados até 31 de dezembro de 2019.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 222/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclui o Estado de Goiás das disposições do Convênio ICMS 71/90, que estabelece disciplina de controle da circulação de café em território nacional e estabelece outras providências.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O Estado de Goiás fica excluído das disposições do Convênio ICMS 71/90, de 12 de dezembro de 1990.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo -

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 223/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 65/03, que autoriza os Estados do Mato Grosso e Rio Grande do Sul a conceder redução da base de cálculo do ICMS no fornecimento de refeição promovido por bares, restaurantes e estabelecimentos similares.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar n° 24/75, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Os dispositivos a seguir indicados do Convênio ICMS 65/03, de 4 de julho de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

I - a ementa:

"Autoriza os Estados que especifica a conceder redução da base de cálculo do ICMS no fornecimento de refeição promovido por bares, restaurantes e estabelecimentos similares.";

II - a cláusula primeira:

"Cláusula primeira Ficam os Estados de Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul, autorizados a conceder, na forma e condições estabelecidas em sua legislação, redução de 40% na base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e de Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS no fornecimento de refeições promovido por bares, restaurantes e estabelecimentos similares, assim como na saída promovida por empresas preparadoras de refeições coletivas, excetuando, em qualquer das hipóteses, o fornecimento ou a saída de bebidas.".

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União de sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 224/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza os Estados do Acre, Amapá, Bahia e Paraná a conceder isenção do ICMS nas operações internas com produtos essenciais ao consumo popular que compõem a cesta básica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº. 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Ficam os Estados do Acre, Amapá, Bahia e Paraná autorizados, na forma e condições definidas em sua legislação, a conceder isenção do ICMS nas operações internas com produtos essenciais ao consumo popular, que compõem a cesta básica.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional no Diário Oficial da União.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 225/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a adesão do Estado da Bahia ao Convênio ICMS 176/17, que autoriza a dispensa do pagamento de ICMS diferido ou o estorno de crédito do imposto relacionado com a entrada de bens e mercadorias e o recebimento de serviços quando destinados ao desenvolvimento de protótipos pela indústria automobilística.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira O caput da cláusula primeira e o seu parágrafo único do Convênio ICMS 176/17, de 23 de novembro de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula primeira Ficam os Estados da Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo autorizados, em relação às entradas de bens e mercadorias destinados ao desenvolvimento de protótipos pela indústria automobilística, a dispensar, no momento da destruição, inutilização ou descarte do protótipo:"

"Parágrafo único. Os Estados da Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina e São Paulo estabelecerão as condições para a aplicação do disposto nesta cláusula.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União de sua ratificação nacional, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ratificação.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 226, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Convênio ICMS 174/17, que autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul a conceder redução de multa e de juros de mora, no caso de pagamento em parcela única ou mais de uma parcela, de créditos tributários relativos ao ICMS, na forma que especifica.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Fica acrescida a cláusula sétima-A ao Convênio ICMS 174, de 23 de novembro de 2017, com a seguinte redação:

"Cláusula sétima-A Ficam convalidados os atos praticados com base na Lei Estadual de MS nº 5.071/17, em conformidade e antes da vigência deste convênio."

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

CONVÊNIO ICMS 227/17, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraná, Piauí, Santa Cataria e São Paulo e o Distrito Federal a prorrogar o prazo de pagamento do ICMS devido por contribuintes dedicados ao comércio varejista, relativo aos fatos geradores que ocorrerem no mês de dezembro.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, na sua 167ª Reunião Ordinária, realizada em Vitória, ES, no dia 15 de dezembro de 2017, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, resolve celebrar o seguinte

C O N V Ê N I O

Cláusula primeira Ficam os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraná, Piauí, Santa Cataria e São Paulo e o Distrito Federal autorizados a parcelar em 02 (duas) vezes o recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS referente às saídas de mercadorias realizadas no mês de dezembro, realizadas por contribuintes que exercem a atividade de comércio varejista, com dispensa de juros e multas, desde que:

I - a primeira parcela seja recolhida até o dia 20 do mês de janeiro;

II - a segunda parcela seja recolhida até o dia 20 do mês de fevereiro.

Parágrafo único. O Estado de São Paulo poderá expedir atos para estabelecer controles específicos para operações previstas no caput, podendo excluir do benefício fiscal determinadas mercadorias e categorias de contribuintes, de acordo com o interesse da Administração Tributária.

Cláusula segunda Este convênio entra em vigor na data da publicação no Diário Oficial da União de sua ratificação nacional.

Presidente do CONFAZ, em exercício - Eduardo Refinetti Guardia; Alagoas - George André Palermo Santoro, Amapá - Wellington de Carvalho Campos por Josenildo Santos Abrantes, Amazonas - José Ricardo de Freitas Castro por Alfredo Paes dos Santos, Bahia - Manoel Vitório da Silva Filho, Ceará - João Marcos Maia por Carlos Mauro Benevides Filho, Distrito Federal - Márcia Wanzoff Robalinho Cavalcanti por Wilson José de Paula, Espírito Santo - Bruno Funchal, Goiás - João Furtado de Mendonça Neto, Maranhão - Marcellus Ribeiro Alves, Mato Grosso - Gustavo Pinto Coelho de Oliveira; Mato Grosso do Sul - Jader Rieffe Julianelli Afonso por Guaraci Luiz Fontana, Minas Gerais - José Afonso Bicalho Beltrão da Silva; Pará - Nilo Emanuel Rendeiro de Noronha; Paraíba - Leonilson Lins de Lucena por Marconi Marques Frazão, Paraná - Mauro Ricardo Machado Costa, Pernambuco - Marcelo Andrade Bezerra Barros, Piauí - Rafael Tajra Fonteles, Rio de Janeiro - Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes por Gustavo de Oliveira Barbosa, Rio Grande do Norte - André Horta Melo, Rio Grande do Sul - Luis Antonio Bins por Giovani Batista Feltes, Rondônia - Wagner Garcia de Freitas, Roraima - Ronaldo Marcilio Santos, Santa Catarina - Renato Dias Marques de Lacerda, São Paulo - Helcio Tokeshi, Sergipe - Josué Modesto dos Passos Subrinho e Tocantins - Paulo Antenor de Oliveira.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA
CÂMARA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DECISÃO DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Com base no disposto do art. 19, do Decreto nº 7.123, de 03 de março de 2010, publica-se o resultado do julgamento da 75ª Reunião Ordinária da Câmara de Recursos da Previdência Complementar, realizada em 06 de dezembro de 2017.

1) Processo nº 44011.000166/2015-67

Embargos de Declaração referentes à Decisão de 23 de agosto de 2017, publicada no D.O.U de 06 de setembro de 2017.

Embargantes: Alexej Predtechensky, Adilson Florêncio da Costa, Ricardo Oliveira Azevedo, José Carlos Rodrigues Sousa e Mônica Christina Caldeira Nunes

Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403

Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos

Relator: Marcelo Sampaio Soares

Ementa: "Processo Administrativo Sancionador - Embargos de Declaração com Pedido de Efeitos Infringentes - Alegadas omissões e contradições nas razões de decidir do voto proferido no Recurso Voluntário - Inocorrência - Efeitos infringentes almejados - Ausência de elementos suficientes para excepcionalíssima modificação do julgado - Decisão da CRPC mantida em sua integralidade - Conhecimento e rejeição dos Embargos de Declaração."

Decisão: Por unanimidade de votos, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar conhece dos Embargos de Declaração para, no mérito, negar-lhes provimento.

2) Processo nº 44011.000311/2015-18

Auto de Infração nº 0025/15-18

Decisão nº 40/2016/Dicol/Previc

Recorrentes: Alexej Predtechensky, Adilson Florêncio da Costa, Ricardo Oliveira Azevedo, João Carlos Penna Esteves e Mônica Christina Caldeira Nunes

Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403

Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos

Relator: Frederico Viana de Araujo

Decisão: Processo retirado de pauta a pedido do Relator que converteu o julgamento em diligência, nos termos do art. 38, inciso I, do Decreto nº 7.123, de 03 de março de 2010.

3) Processo nº 44011.000165/2015-12

Auto de Infração nº 0013/15-39

Decisão nº 12/2016/Dicol/Previc

Recorrentes: Alexej Predtechensky e Adilson Florêncio da Costa

Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403

Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos

Relator: José Ricardo Sasseron

Decisão: Sobrestado o julgamento em virtude do pedido de vista do Membro Jeaniton Souza Pinto.

4) Processo nº 44011.000303/2015-63

Auto de Infração nº 0019/15-15

Decisão nº 04/2017/Dicol/Previc

Recorrente: Ricardo Oliveira Azevedo,

Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403

Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos

Relatora: Fernanda Mandarino Dornelas

Decisão: Sobrestado o julgamento em virtude do pedido de vista do Membro Jarbas Antonio de Biagi.

5) Processo nº 44210.000015/2015-62

Auto de Infração nº 38/2015

Decisão nº 42/2016/Dicol/Previc

Recorrentes: Fábio Mazzeo, Valter Renato Gregori e Sérgio Reis Quaglia

Procurador: Flávio Martins Rodrigues - OAB/RJ nº 59.051

Entidade: METRUS - Instituto de Seguridade Social

Relator: José Ricardo Sasseron

Decisão: Sobrestado o julgamento com base no disposto do art. 17, alínea b, c/c com art. 54, Parágrafo Único do Decreto nº 7.123, de 03 de março de 2010.

6) Processo nº 44011.000312/2015-54

Auto de Infração nº 0026/15-81

Decisão nº 06/2016/Dicol/Previc

Recorrentes: Alexej Predtechensky, Adilson Florêncio da Costa, Ricardo Oliveira Azevedo, José Carlos Rodrigues Sousa e Mônica Christina Caldeira Nunes

Procurador: Leonardo Pimentel Bueno - OAB/DF nº 22.403

Entidade: POSTALIS - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos

Relator designado: Alfredo Sulzbacher Wondracek/Denise Viana da Rocha Lima

Decisão: Sobrestado o julgamento, tendo em vista o encerramento da sessão.

PAULO CESAR DOS SANTOS
Presidente da Câmara

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.769, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a aplicação da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), na aquisição de veículos por pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 72 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, na Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, no art. 5º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, no art. 126 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, e na Portaria Interministerial SEDH/MS nº 2, de 21 de novembro de 2003, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina a aplicação da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), instituída pela Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), instituída pelo art. 72 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, na aquisição de veículos destinados a pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou autistas.

§ 1º A isenção a que se refere o caput:

I - aplica-se:

a) quanto ao IPI, à aquisição de automóveis de passageiros ou veículo misto, de fabricação nacional, classificados na posição 87.03 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi); e

b) quanto ao IOF, à aquisição de automóveis de passageiros de fabricação nacional de até 127 HP de potência bruta (SAE).

II - não se aplica a acessórios nem a quaisquer dispositivos que não façam parte do modelo padrão ofertado pelo fabricante, instalados por este ou por terceiros; e

III - não se aplica às operações de arrendamento mercantil (leasing).

§ 2º O direito à isenção de que trata o caput pode ser exercido:

I - quanto ao IPI, uma única vez a cada 2 (dois) anos, contados da data de emissão da nota fiscal referente à aquisição anterior, ainda que no curso desse prazo tenha ocorrido furto, roubo ou perda total do veículo, observada a vigência da Lei nº 8.989, de 1995; e

II - quanto ao IOF, uma única vez, conforme previsto na alínea "a" do § 1º do art. 72 da Lei nº 8.383, de 1991.

§ 3º A fruição simultânea e acumulada do benefício de isenção do IPI e do IOF restringe-se a veículos que atendam às especificações previstas no art. 1º da Lei nº 8.989, de 1995, e no art. 72 da Lei nº 8.383, de 1991.

CAPÍTULO I

DO EXERCÍCIO DO DIREITO À ISENÇÃO

Art. 2º Podem exercer o direito à isenção de IPI de que trata esta Instrução Normativa as pessoas com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, ainda que menores de 18 (dezoito) anos, diretamente ou por intermédio do seu representante legal.

§ 1º Para a verificação da condição de pessoa com deficiência física e visual, deverá ser observado:

I - no caso de deficiência física, o disposto no art. 1º da Lei nº 8.989, de 1995, e nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; e

II - no caso de deficiência visual, o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.989, de 1995.

§ 2º A condição de pessoa com deficiência mental severa ou profunda, ou a condição de autista, será atestada em conformidade com o disposto na Portaria Interministerial SEDH/MS nº 2, de 21 de novembro de 2003.

Art. 3º O direito à isenção de IOF de que trata esta Instrução Normativa poderá ser exercido por pessoa com deficiência física, nos termos do inciso I do § 1º do art. 2º, da qual decorra incapacidade total para dirigir automóvel convencional atestada mediante laudo emitido pelo Departamento de Trânsito (Detran) do estado onde o requerente reside em caráter permanente, o qual deve especificar as adaptações especiais que devem ser feitas no veículo a fim de permitir sua condução pela pessoa com a deficiência atestada.

CAPÍTULO II

DO REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO

Art. 4º A isenção de que trata esta Instrução Normativa será requerida eletronicamente por meio do Sistema de Concessão Eletrônica de Isenção de IPI/IOF (Sisen), disponível no sítio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), na Internet.

§ 1º O acesso ao Sisen será realizado mediante a utilização de certificados digitais válidos, emitidos por autoridades certificadoras integrantes da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), ou por código de acesso gerado no sítio da RFB na Internet.

§ 2º No ato do requerimento, a pessoa com deficiência ou o autista, diretamente ou por intermédio do seu representante legal, prestará as informações que lhe forem solicitadas pelo Sisen e declarará, sob as penas da lei:

I - para fins de isenção do IPI, que possui disponibilidade financeira ou patrimonial compatível com o valor do veículo a ser adquirido, nos termos do art. 5º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, salvo se a aquisição for feita mediante financiamento bancário; e

II - que não há contra si impedimentos legais à obtenção de benefícios fiscais, em conformidade com o disposto nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8429, de 2 de junho de 1992, no inciso II do art. 6º da Lei nº 10522, de 19 de julho de 2002, e no art. 10 da Lei nº 9605, de 12 de fevereiro de 1998.

§ 3º Deverão ser anexadas ao requerimento, por meio do Sisen, cópias digitalizadas:

I - do laudo de avaliação emitido por prestador de serviço público de saúde, por serviço privado de saúde, contratado ou conveniado, que integre o Sistema Único de Saúde (SUS), pelo Detran ou por suas clínicas credenciadas, ou por intermédio de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, criado por lei, caso não tenha sido emitido laudo de avaliação eletrônico; e

II - da certidão de nascimento atualizada do beneficiário, na qual esteja identificado o seu responsável legal, no caso de requerimento transmitido por tutor ou curador.

§ 4º A situação de regularidade fiscal do interessado quanto à contribuição previdenciária, quando este for contribuinte individual segurado do Regime Geral de Previdência Social, poderá ser objeto de declaração prestada nos termos do parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017.

§ 5º A autoridade administrativa responsável pela análise do requerimento de isenção poderá confirmar a veracidade das informações prestadas e do conteúdo dos documentos apresentados mediante consulta ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), aos Departamentos de Trânsito estaduais e a outras instituições conveniadas.

Art. 5º A prestação de informação ou declaração falsa ou a apresentação de documento adulterado ou que contenha declaração ou informação falsa ou diversa da que devia constar, com o fim de obter o benefício de isenção de que trata esta Instrução Normativa, sujeitará o responsável ao pagamento do IPI e do IOF que deixaram de ser pagos, acrescidos dos encargos previstos na legislação, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

CAPÍTULO III

DO RECONHECIMENTO DO DIREITO À ISENÇÃO E DO PRAZO PARA SEU EXERCÍCIO

Art. 6º A decisão que reconhece o direito à isenção de que trata esta Instrução Normativa será proferida pelo Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil em despacho decisório emitido eletronicamente pelo Sisen.

§ 1º O reconhecimento do direito à isenção de que trata esta Instrução Normativa fica condicionado à verificação da regularidade fiscal do beneficiário quanto aos impostos e contribuições administrados pela RFB, observado o disposto no § 4º do art. 4º.

§ 2º Considera-se feita a intimação do requerente, quanto ao conteúdo do despacho eletrônico a que se refere o caput, na data da consulta ao Sisen, nos termos da alínea "c" do inciso III do § 2º do art. 23 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Art. 7º Será indeferido, por meio de despacho decisório, o requerimento feito em desacordo com esta Instrução Normativa.

Art. 8º A autorização para aquisição de veículo com isenção em nome do beneficiário será emitida por Auditor-Fiscal da Receita Federal Brasil e disponibilizada no Sisen.

Parágrafo único. O prazo de validade da autorização de que trata este artigo é de 270 (duzentos e setenta) dias, contado da data em que foi disponibilizada no Sisen, ou da data de sua emissão nos demais casos.

Art. 9º É facultado ao requerente apresentar recurso contra a decisão de indeferimento de que trata o art. 7º, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da ciência da decisão recorrida, nos termos do art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

§ 1º O recurso a que se refere o caput será apreciado por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

§ 2º Interposto o recurso a que se refere o caput, se o Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil não reconsiderar a decisão, encaminhá-lo-á ao titular da sua unidade de exercício.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900117

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º Os recursos fundamentados no art. 56 da Lei nº 9.784, de 1999, contra decisões originadas em unidades locais, serão decididos em última instância pelo titular da respectiva Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil.

CAPÍTULO IV

DA EXPEDIÇÃO DO VEÍCULO ADQUIRIDO COM ISENÇÃO

Art. 10. A autorização para aquisição de veículo com isenção de que trata o art. 8º deverá ser entregue pelo interessado ao distribuidor autorizado, e este a remeterá ao fabricante ou estabelecimento equiparado a industrial.

§ 1º A saída do veículo adquirido com isenção do estabelecimento industrial será autorizada por este somente depois de verificada a autenticidade da autorização, e, no caso de aquisição de veículo realizada por representante legal, mediante comprovação da representação na forma da lei.

§ 2º A nota fiscal de venda do veículo deverá ser emitida em nome do beneficiário da isenção, e dela deverá constar o valor do IPI que deixou de ser pago na aquisição e a seguinte observação: "ISENTO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - Lei nº 8.989, de 1995, autorização nº_____".

CAPÍTULO V

DA TRANSFERÊNCIA A TERCEIROS DE VEÍCULO ADQUIRIDO COM ISENÇÃO

Art. 11. A alienação de veículo adquirido com o benefício da isenção do IPI antes de 2 (dois) anos da sua aquisição, ou antes de 3 (três) anos, se adquirido mediante financiamento com isenção de IOF, contados da data de emissão da nota fiscal a que se refere o § 2º do art. 10, dependerá de autorização a ser emitida por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, conforme modelo constante do Anexo III ou IV desta Instrução Normativa.

§ 1º O IPI e o IOF que deixaram de ser pagos na aquisição não serão exigidos na alienação prevista no caput, desde que:

I - o adquirente faça prova de cumprimento dos requisitos previstos nos arts. 2º e 3º;

II - o alienante e o adquirente requeiram a transferência de propriedade do veículo com manutenção da isenção, conforme modelo constante do Anexo I desta Instrução Normativa; e

III - seja apresentada cópia da nota fiscal referente à aquisição com isenção de IPI.

§ 2º A transferência de propriedade do veículo para pessoa que não cumpra os requisitos estabelecidos nos arts. 2º e 3º poderá ser efetivada mediante requerimento do alienante, conforme modelo constante do Anexo II desta Instrução Normativa, ao qual devem ser juntados:

I - o comprovante do pagamento do IPI que deixou de ser exigido na aquisição em razão da isenção;

II - cópia da nota fiscal referente à aquisição do veículo pelo alienante com isenção de IPI; e

III - se o veículo tiver sido adquirido mediante financiamento, cópia do respectivo contrato e comprovante de pagamento do IOF que deixou de ser exigido no ato da operação.

§ 3º Na hipótese a que se refere o § 2º, o IPI e o IOF deverão ser pagos com os seguintes acréscimos legais, calculados a partir da data de emissão da nota fiscal a que se refere o § 2º do art. 10:

I - juros de mora, se a transferência for feita com a autorização a que se refere o caput;

II - juros e multa de mora, se a transferência for feita sem a autorização a que se refere o caput, mas antes de iniciado o procedimento de fiscalização;

III - multa de ofício de 75% (setenta e cinco por cento) do valor que deixou de ser pago, prevista no art. 80 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, e juros de mora, se a transferência for feita sem a autorização a que se refere o caput e depois de iniciado o procedimento de fiscalização; ou

IV - multa de ofício de 150% (cento e cinquenta por cento) do valor que deixou de ser pago, prevista no inciso II do § 6º do art. 80 da Lei nº 4.502, de 1964, e juros moratórios, na hipótese de fraude.

Art. 12. Não será exigido o IPI sobre as seguintes operações, por não configurarem alienação do veículo adquirido com isenção:

I - alienação fiduciária em garantia do pagamento de empréstimo contraído para aquisição do veículo;

II - retomada do veículo pelo credor fiduciário nas hipóteses previstas no parágrafo único do art. 1.368-B da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e

III - transferência de propriedade do veículo para a companhia seguradora quando, ocorrido o pagamento de indenização em decorrência de perda total por sinistro, furto ou roubo, o veículo for posteriormente recuperado.

§ 1º O disposto no caput não será aplicado se:

I - verificada a hipótese prevista no inciso II do caput, o proprietário fiduciário vender o veículo a terceiro que não cumpra os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º; e

II - verificada a hipótese prevista no inciso III do caput, a companhia seguradora incorporar o veículo ao seu patrimônio ou ao de outra seguradora ou vendê-lo a terceiro que não cumpra os requisitos previstos nos arts. 2º e 3º.

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos I e II do § 1º será considerada como data da venda ou da incorporação, para fins de cálculo do IPI, a data da nota fiscal de venda ou do documento que formalizar a incorporação do veículo ao patrimônio da companhia seguradora.

§ 3º Na hipótese prevista no inciso II do § 1º, ocorrendo a incorporação do veículo ao patrimônio da seguradora ou a sua transferência a pessoa que não satisfaça as condições para se beneficiar da isenção ou a outra empresa seguradora, antes de 2 (dois) anos da aquisição do veículo com isenção, será devido o IPI dispensado na aquisição, com incidência dos acréscimos legais devidos.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Os requerimentos de que trata esta Instrução Normativa podem ser apresentados por intermédio de procurador legalmente constituído, inclusive mediante procuração eletrônica, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.751, de 16 de outubro de 2017.

Art. 14. O requerimento de isenção de IPI e IOF apresentado na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 988, de 22 de dezembro de 2009, que ainda esteja em tramitação, poderá ser substituído por novo pedido, realizado eletronicamente por intermédio do Sisen, hipótese em que o pedido anterior será arquivado.

Art. 15. O disposto nesta Instrução Normativa será executado e decidido no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife-PE.

Art. 16. O art. 17 da Instrução Normativa RFB nº 1.565, de 11 de maio de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. É facultado ao sujeito passivo apresentar recurso administrativo no processo de arrolamento de bens e direitos, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da ciência da decisão recorrida, nos termos do art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

....." (NR)

Art. 17. O preâmbulo da Instrução Normativa RFB nº 1.716, de 12 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 72 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, na Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, no art. 5º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, e no art. 126 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015,

RESOLVE:" (NR)

Art. 18. Os arts. 3º, 8º e 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.716, de 2017, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

§ 1º O acesso ao Sisen será realizado mediante a utilização de certificados digitais válidos, emitidos por Autoridades Certificadoras integrantes da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira, ou por código de acesso gerado no sítio da RFB na Internet.§ 2º No ato do requerimento, o condutor ou motorista profissional prestará as informações que lhe forem solicitadas pelo Sisen e declarará, sob as penas da lei:

.....

IV - que não há contra si impedimentos legais à obtenção de benefícios fiscais, em conformidade com o disposto nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8429, de 2 de junho de 1992, no inciso II do art. 6º da Lei nº 10522, de 19 de julho de 2002, e no ar0 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998." (NR)

"Art. 8º É facultado ao requerente apresentar recurso contra a decisão de que trata o art. 6º, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da ciência da decisão recorrida, nos termos do art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

....." (NR)

"Art. 11. Os requerimentos de que trata esta Instrução Normativa podem ser apresentados por intermédio de procurador legalmente constituído, inclusive mediante procuração eletrônica, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.751, de 16 de outubro de 2017." (NR)

Art. 19. A Instrução Normativa RFB nº 1.716, de 2017, passa a vigorar acrescida do art. 11-A:

"Art. 11-A. O disposto nesta Instrução Normativa será executado e decidido no âmbito da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Recife-PE."

Art. 20. O Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.716, de 2017, fica substituído pelo Anexo IX desta Instrução Normativa.

Art. 21. O art. 138 da Instrução Normativa RFB nº 1.717, de 17 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 138. .....

.....

§ 1º O recurso deve ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da ciência da decisão recorrida, nos termos do art. 56 da Lei nº 9.784, de 1999.

....." (NR)

Art. 22. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Art. 23. Ficam revogadas a Instrução Normativa RFB nº 988, de 22 de dezembro de 2009, e a Instrução Normativa RFB nº 1.369, de 26 de junho de 2013.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

ANEXO I

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO (COM MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO)

Ministério da Fazenda — Receita Federal

Anexo I
Requerimento de Autorização para Transferência de Veículo
(com Manutenção da Isenção)

1. IDENTIFICAÇÃO DO ALIENANTE

Nome	CPF

2. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO A SER TRANSFERIDO

Chassi:	Placa do Veículo	Data de aquisição

3. IDENTIFICAÇÃO DO ADQUIRENTE

Nome	CPF

4. O ADQUIRENTE JÁ ADQUIRIU AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS COM ISENÇÃO DE IPI?

◯ Sim	Placa do Veículo	Data de aquisição	◯ Não

5. REQUERIMENTO

À Secretaria da Receita Federal do Brasil

Os requerentes acima qualificados, tendo em vista o disposto no art. 2ª da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e no § 3º do art. 72 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, solicitam autorização para transferência do veículo identificado no Quadro 2, que foi adquirido com isenção mediante autorização nº _____, à vista da documentação anexa, para o adquirente identificado no Quadro 3, que preenche os requisitos da Instrução Normativa RFB nº 1.769, de 2017.

6. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Os requerentes declaram ser autêntica e verdadeira a documentação apresentada.

7. ASSINATURA DO ALIENANTE

Nome	CPF
Data	Assinatura (este documento pode ser assinado digitalmente com uso de certificado digital no padrão ICP Brasil)

8. ASSINATURA DO ADQUIRENTE

Nome	CPF
Data	Assinatura (este documento pode ser assinado digitalmente com uso de certificado digital no padrão ICP Brasil)

IN RFB 1.769/2017 v.1.00.00 1/1

ANEXO II

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO ADQUIRIDO COM ISENÇÃO, MEDIANTE PAGAMENTO DOS IMPOSTOS QUE DEIXARAM DE SER EXIGIDOS

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Anexo II

Requerimento de Autorização para Transferência de Veículo Adquirido com Isenção, mediante Pagamento dos Impostos que Deixaram de ser Exigidos

1. IDENTIFICAÇÃO DO ALIENANTE

Nome	CPF

2. IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO A SER TRANSFERIDO

Chassi	Placa do Veículo	Data da aquisição

3. IDENTIFICAÇÃO DO ADQUIRENTE

Nome	CPF

4. O ADQUIRENTE JÁ ADQUIRIU AUTOMÓVEL DE PASSAGEIROS COM ISENÇÃO DE IPI?

◯ Sim Placa do Veículo Data de aquisição Chave da Nota Fiscal Eletrônica:	◯ Não

5. REQUERIMENTO

À Secretaria da Receita Federal do Brasil.

O alienante acima identificado (Quadro 1), em observância ao que determina o § 3º do art. 72 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e o art. 6º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, solicita:

I autorização para transferência do veículo identificado no Quadro 2, que foi adquirido com isenção (autorização nº), para o adquirente identificado no Quadro 3, mediante pagamento do IPI e do IOF que deixaram de ser exigidos na primeira aquisição; e

II - que sejam efetuados pela autoridade administrativa os cálculos dos impostos devidos, incluídos dos acréscimos legais, com base na nota fiscal referente à primeira aquisição e no contrato de financiamento (se a primeira aquisição foi feita mediante financiamento), cujas cópias seguem anexas a este requerimento.

6. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

O requerente declara ser autêntica e verdadeira a documentação apresentada.

7. ASSINATURA

Nome	CPF

Data	Assinatura (este documento pode ser assinado digitalmente com uso de certificado digital no padrão ICP Brasil)

IN RFB 1.769/2017 v.1.00.00 1/1

ANEXO III

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO (COM MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO DO IPI)

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Anexo III

Autorização para Transferência de Veículo (com manutenção da isenção do IPI)

1. IDENTIFICAÇÃO DO ALIENANTE

Nome	CPF

2. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Autorização nº / Processo nº

3. IDENTIFICAÇÃO DO ADQUIRENTE

Nome do Adquirente	CPF

4. IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO A SER TRANSFERIDO

Chassi:	Placa:	Data de aquisição:

5. AUTORIZAÇÃO

Tendo em vista o requerimento apresentado pelo interessado acima identificado e documentos constantes do processo supra, **AUTORIZO** a transferência do veículo identificado no quadro 4, com manutenção da isenção dos impostos, concedida com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e no art. 72 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991.

Fica ressalvado o direito da Secretaria da Receita Federal do Brasil de exigir a qualquer tempo os impostos que deixaram de ser pagos na transferência do veículo, com os acréscimos legais, se constatar que o adquirente não atende aos requisitos legais, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Esta autorização terá um prazo de validade de 30 (trinta) dias, a contar de sua entrega ao adquirente.

6. ASSINATURA

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil	CPF

Data	Assinatura (este documento pode ser assinado digitalmente com uso de certificado digital no padrão ICP Brasil)

IN RFB 1.769/2017 1/1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900119

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IV

AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO ADQUIRIDO COM ISENÇÃO, MEDIANTE PAGAMENTO DOS IMPOSTOS QUE DEIXARAM DE SER EXIGIDOS

ANEXO V

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Anexo IV

Autorização para Transferência de Veículo Adquirido com Isenção, mediante pagamento dos impostos que deixaram de ser exigidos

1. IDENTIFICAÇÃO DO ALIENANTE

Nome	CPF

2. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Autorização nº /	Processo nº

3. IDENTIFICAÇÃO DO ADQUIRENTE

Nome do Adquirente	CPF

4. IDENTIFICAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO VEÍCULO A SER TRANSFERIDO

Chassi:	Placa:	Data de aquisição:

5. AUTORIZAÇÃO

Tendo em vista o requerimento apresentado pelo interessado acima identificado e documentos constantes do processo supra, **AUTORIZO** a transferência do veículo identificado no quadro 4.

Fica ressalvado o direito da Secretaria da Receita Federal do Brasil de exigir a qualquer tempo diferenças apuradas no cálculo dos impostos, com acréscimos legais devidos, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

6. ASSINATURA

Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil	CPF

Data	Assinatura (este documento pode ser assinado digitalmente com uso de certificado digital no padrão ICP Brasil)

IN RFB 1.769/2017 1/1

LAUDO DE AVALIAÇÃO DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU VISUAL - ISENÇÃO DE IPI

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Anexo V

Laudo de Avaliação para Isenção de IPI - Pessoa com Deficiência Física e/ou Visual

Serviço Médico/Unidade de Saúde: _____	CNPJ: _____
Data:	

Declaro, sob as penas da lei, que este serviço médico:

- ☐ é um serviço do Departamento de Trânsito (Detran)
- ☐ é um serviço privado credenciado pelo Detran
- ☐ é um serviço público de saúde
- ☐ é um serviço privado que integra o Sistema Único de Saúde (SUS)
- ☐ é uma entidade de assistência social

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	CPF

2. LAUDO DE AVALIAÇÃO

Atestamos, para a finalidade de concessão do benefício previsto no inciso IV do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que o requerente identificado no quadro 1 é portador da deficiência abaixo assinalada:

Tipo de Deficiência	Código Internacional de Doenças – CID-10 (Preencher com tantos códigos quantos sejam necessários)
Deficiência Física (*)	
Deficiência Visual (*)	

Caráter da Deficiência: ◯ Provisória ◯ Permanente

Descrição Detalhada da Deficiência (*) Observar as Instruções de Preenchimento deste Anexo

3. ASSINATURAS

Nome do médico	Assinatura
Nome do médico	Assinatura
Nome do Responsável pelo Serviço Médico/Unidade de Saúde	Assinatura

IN RFB 1.769/2017 v.1.00.00 1/4

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	CPF

4.2 DEFICIÊNCIA FÍSICA

☐ **Portador de Deficiência Física** (Assinalar ao menos uma das formas abaixo)

O interessado acima identificado foi submetido a perícia perante esta junta médica, onde constatou-se que, para fins de aquisição de veículo com isenção de IPI, o mesmo é portador de deficiência física, apresentando alteração completa ou parcial do(s) seguinte(s) segmentos do corpo humano:

☐ Cabeça	☐ Pescoço	☐ Tronco	☐ Membros Inferiores	☐ Membros Superiores

A(s) alteração(ões) acima acarretam o comprometimento da função física do segmento afetado, representando uma perda ou anormalidade que gera incapacidade (*) para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano, ainda que de forma parcial, apresentando-se sob a forma de: (Assinalar ao menos uma das formas abaixo)

☐ Paraplegia	☐ Monoparesia	☐ Triplegia	☐ Hemiparesia	☐ Paralisia Cerebral
☐ Paraparesia	☐ Tetraplegia	☐ Triparesia	☐ Ostomia	☐ Nanismo
☐ Monoplegia	☐ Tetraparesia	☐ Hemiplegia	☐ Amputação ou Ausência de Membro	

☐ Membros inferiores e/ou superiores com deformidade congênita ou adquirida, sendo que tal deformidade não é de ongem estética e resulta em dificuldade para o desempenho das funções do membro deformado, representando uma perda ou anormalidade que gera incapacidade (*) para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano, ainda que de forma parcial.

(*) incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida. (Dec. 3.298/99, art. 3º, inc.III)

4.3 DEFICIÊNCIA VISUAL

☐ **Portador de Deficiência Visual**

O interessado acima identificado foi submetido a perícia perante esta junta médica onde constatou-se que, para fins de aquisição de veículo com isenção de ipi, o interessado é portador de deficiência visual, posto que se enquadra na(s) seguinte(s) condições:

☐ Acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção;

☐ Campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen).

4.4 ASSINATURAS

Nome do médico	Assinatura
Nome do médico	Assinatura
Nome do Responsável pelo Serviço Médico/Unidade de Saúde	Assinatura

Ministério da Fazenda

Receita Federal

4.5 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para os fins do disposto na Lei nº 8.137/1990, que define os crimes contra a ordem tributária, e no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, que as informações constantes deste laudo de avaliação médica, por nós subscrito, referente ao paciente de nome _____, CPF _____, são expressões da verdade.

4.6 ASSINATURA

Nome do médico	CPF
Especialidade	Assinatura
	Assinatura Carimbo e Registro CRM
Nome do médico	CPF
Especialidade	Assinatura
	Assinatura Carimbo e Registro CRM
Unidade Emissora do Laudo	CNPJ
Responsável	CPF

Assinatura do Responsável pela Unidade Emissora do Laudo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Anexo V
Laudo de Avaliação para Isenção de IPI - Pessoa com Deficiência Física e/ou Visual

INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NORMAS E REQUISITOS PARA EMISSÃO DOS LAUDOS DE AVALIAÇÃO PARA O BENEFICIO PREVISTO NA LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995. DEFICIÊNCIA FISICA E/OU VISUAL

(Definições de acordo com o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e CID-10)

Definições:

I. **Deficiência** (1): toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de uma atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

II. **Deficiência permanente**: a que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.

III. **Incapacidade**: uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

IV. **Deficiência física** (2): alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

V. **Deficiência visual** (2): acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, depois da melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (Tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações (art. 1º, § 2º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, incluído pela Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003).

Importante:

1. A deficiência deve ser atestada por equipe (dois médicos) responsável pela área correspondente à deficiência e que prestem serviço para a Unidade Emissora do Laudo (UEL).

2. O Laudo só poderá ser emitido se a deficiência atender cumulativamente aos critérios de deficiência, deficiência permanente e incapacidade (itens I a III, acima), manifestando-se sob uma das formas de deficiência física (item IV) ou visual (item V).

ANEXO VI

LAUDO DE AVALIAÇÃO DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU VISUAL - ISENÇÃO DE IOF

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Anexo VI

Laudo de Avaliação para Isenção de IOF – Pessoa com Deficiência Física

Serviço Médico/Unidade de Saúde: _____	CNPJ: _____
Data:	
Declaro, sob as penas da lei, que este serviço médico: ☐ é um serviço do Departamento de Trânsito (Detran) ☐ é um serviço privado credenciado pelo Detran	

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	CPF

2. LAUDO DE AVALIAÇÃO

Atestamos, para fins de concessão do benefício previsto no inciso IV do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que o requerente identificado no quadro 1 é portador da deficiência abaixo assinalada:

Tipo de Deficiência	Código Internacional de Doenças – CID-10 (Preencher com tantos códigos quantos sejam necessários)
Deficiência Física (*)	

Caráter da Deficiência: ○ Provisória ○ Permanente

Descrição Detalhada da Deficiência (*) Observar as Instruções de Preenchimento deste Anexo

3. ASSINATURAS

Nome do médico	Assinatura
Nome do médico	**Assinatura**
Nome do Responsável pelo Serviço Médico/Unidade de Saúde	**Assinatura**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Fazenda

Receita Federal

4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	CPF

4.2 DEFICIÊNCIA FÍSICA

☐ **Portador de Deficiência Física** (Assinalar ao menos uma das formas abaixo)

O interessado acima identificado foi submetido a perícia perante esta junta médica, onde constatou-se que, para fins de aquisição de veículo com isenção de IOF, o mesmo é portador de deficiência física, apresentando alteração completa ou parcial do(s) seguinte(s) segmentos do corpo humano.

☐ Cabeça	☐ Pescoço	☐ Tronco	☐ Membros Inferiores	☐ Membros Superiores

A(s) alteração(ões) acima acarretam o comprometimento da função física do segmento afetado, representando uma perda ou anormalidade que gera incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano, ainda que de forma parcial, apresentando-se sob a forma de: (Assinalar ao menos uma das formas abaixo)

☐ Paraplegia	☐ Monoparesia	☐ Triplegia	☐ Hemiparesia	☐ Paralisia Cerebral
☐ Paraparesia	☐ Tetraplegia	☐ Triparesia	☐ Ostomia	☐ Nanismo
☐ Monoplegia	☐ Tetraparesia	☐ Hemiplegia	☐ Amputação ou Ausência de Membro	

☐ Membros inferiores e/ou superiores com deformidade congênita ou adquirida, sendo que tal deformidade não é de origem estética e resulta em dificuldade para o desempenho das funções do membro deformado, representando uma perda ou anormalidade que gera incapacidade (*) para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano, ainda que de forma parcial

O requerente possui total incapacidade para dirigir automóveis convencionais? ○ Sim ○ Não

4.3 ASSINATURAS

Nome do médico	Assinatura
Nome do médico	**Assinatura**
Nome do Responsável pelo Serviço Médico/Unidade de Saúde	**Assinatura**

Ministério da Fazenda

Receita Federal

4.4 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos, para os fins do disposto na Lei nº 8.137/1990, que define os crimes contra a ordem tributária, e no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, que as informações constantes deste laudo de avaliação médica, por nós subscrito, referente ao paciente de nome _____, CPF _____, são expressões da verdade.

4.5 ASSINATURA

Nome do médico	CPF
Especialidade	**Assinatura**
	Assinatura Carimbo e Registro CRM
Nome do médico	**CPF**
Especialidade	**Assinatura**
	Assinatura Carimbo e Registro CRM
Unidade Emissora do Laudo	**CNPJ**
Responsável	**CPF**
Assinatura do Responsável pela Unidade Emissora do Laudo	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Anexo VI
Laudo de Avaliação para Isenção de IOF - Pessoa com Deficiência Física

INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

NORMAS E REQUISITOS PARA EMISSÃO DOS LAUDOS DE AVALIAÇÃO PARA O BENEFICIO PREVISTO NA LEI Nº 8.383, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991. DEFICIÊNCIA FISICA

(Definições de acordo com o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e CID-10)

Definições:

I. **Deficiência** (1): toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de uma atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

II. **Deficiência permanente**: a que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.

III. **Incapacidade**: uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

IV. **Deficiência física** (2): alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Importante:

1. A deficiência deve ser atestada por equipe (dois médicos) responsável pela área correspondente à deficiência e que prestem serviço para a Unidade Emissora do Laudo (UEL).

2. O Laudo só poderá ser emitido se a deficiência atender cumulativamente aos critérios de deficiência, deficiência permanente e incapacidade (itens I a III, acima), manifestando-se sob uma das formas de deficiência física (item IV).

ANEXO VII

LAUDO DE AVALIAÇÃO DEFICIÊNCIA MENTAL SEVERA OU PROFUNDA

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Anexo VII

Laudo de Avaliação para Isenção de IPI - Deficiência Mental Severa ou Profunda

Serviço Médico/Unidade de Saúde: _____	CNPJ: _____
Data:	

Declaro, sob as penas da lei, que este serviço médico:

☐ é um serviço do Departamento de Trânsito (Detran)

☐ é um serviço privado credenciado pelo Detran

☐ é um serviço público de saúde

☐ é um serviço privado que integra o Sistema Único de Saúde (SUS)

☐ é uma entidade de assistência social

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	CPF

2. LAUDO DE AVALIAÇÃO

Atestamos, para fins de concessão do benefício previsto no inciso IV do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que o requerente identificado no quadro 1 é portador da deficiência abaixo assinalada:

Tipo de Deficiência	Código Internacional de Doenças – CID-10 (Preencher com tantos códigos quantos sejam necessários)

☐ Deficiência mental severa/grave – F.72 (CID-10) – observadas as instruções deste anexo

☐ Deficiência mental profunda – F.73 (CID-10) – observadas as instruções deste anexo

Caráter da Deficiência: ◯ Provisória ◯ Permanente

Descrição Detalhada da Deficiência (*) Observar as Instruções de Preenchimento deste Anexo

3. ASSINATURAS

Nome do médico	Assinatura
Nome do médico	Assinatura
Nome do Responsável pelo Serviço Médico/Unidade de Saúde	Assinatura

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900124

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Fazenda

Receita Federal

4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	CPF

4.2 DESCRIÇÃO

O interessado acima identificado foi submetido a perícia perante esta Junta Médica, onde constatou-se que o paciente:

1. Apresenta funcionamento intelectual significativamente inferior à média?

( ) Sim ( ) Não

2. Apresenta limitações associadas a DUAS ou MAIS áreas de habilidades adaptativas, dentre as quais destacam-se:

( ) Comunicação ( ) Saúde e Segurança
( ) Cuidado Pessoal ( ) Habilidades Acadêmicas
( ) Habilidades Sociais ( ) Lazer
( ) Utilização da Comunidade ( ) Trabalho

3. A deficiência ou retardo mental manifestou-se **ANTES dos 18 (dezoito) anos**? ( ) Sim ( ) Não

4. A deficiência ou retardo mental **ATENDE A TODOS OS CRITÉRIOS** a seguir para cada nível de deficiência mental severa ou profunda:

4.1 **DEFICIÊNCIA MENTAL SEVERA** (CRITÉRIOS OBRIGATORIAMENTE **CUMULATIVOS**):

( ) Déficit significativo na comunicação, que pode ser feita através de palavras simples;
( ) Atraso acentuado no desenvolvimento psicomotor;
( ) Alteração acentuada no padrão de marcha (dispraxia);
( ) Autocuidados simples sempre desenvolvidos sob rigorosa supervisão;
( ) Déficit intelectual atendendo ao nível severo.

4.2 **DEFICIÊNCIA MENTAL PROFUNDA** (CRITÉRIOS OBRIGATORIAMENTE **CUMULATIVOS**):

( ) Grave atraso na fala e linguagem com comunicação eventual através de fala estereotipada e rudimentar;
( ) Retardo psicomotor gerando grave restrição de mobilidade (incapacidade motora para locomoção);
( ) Incapacidade de autocuidado e de atender suas necessidades básicas;
( ) Outros agravantes clínicos e associação com outras manifestações neuropsiquiátricas;
( ) Déficit intelectual atendendo ao nível profundo.

4.3 ASSINATURAS

Nome do médico	Assinatura
Nome do médico	Assinatura
Nome do Responsável pelo Serviço Médico/Unidade de Saúde	Assinatura

Ministério da Fazenda

Receita Federal

4.4 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos, para os fins do disposto na Lei nº 8.137/1990, que define os crimes contra a ordem tributária, e no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, que as informações constantes deste laudo de avaliação médica, por nós subscrito, referente ao paciente de nome _____, CPF _____, são expressões da verdade

4.5 ASSINATURA

Nome do médico	CPF
Especialidade	Assinatura
	Assinatura Carimbo e Registro CRM
Nome do médico	CPF
Especialidade	Assinatura
Psicologia	Assinatura Carimbo e Registro CRP
Unidade Emissora do Laudo	CNPJ
Responsável	CPF
Assinatura do Responsável pela Unidade Emissora do Laudo	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Anexo VII
Laudo de Avaliação para Isenção de IPI - Deficiência Mental Severa ou Profunda

INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 10 (dezoito) anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
a) comunicação;
b) cuidado pessoal;
c) habilidades sociais;
d) utilização da comunidade;
e) saúde e segurança:
f) habilidades acadêmicas;
g) lazer;
h) trabalho.

Orientações para preenchimento do Laudo - baseado na (CID-10)
Que atenda à definição acima, porém que contemple única e exclusivamente aos níveis severo/grave ou profundo da deficiência mental (retardo mental) (*).
Para tal deverá atender a **todos os critérios** a seguir para cada nível:

Deficiência Mental Severa (Retardo Mental Grave) (*)
. déficit significativo na comunicação, que pode ser feita através de palavras simples
. atraso acentuado no desenvolvimento psicomotor.
. alteração acentuada no padrão de marcha (dispraxia).
. autocuidados simples sempre desenvolvidos sob rigorosa supervisão.
. déficit intelectual atendendo ao nível severo.

Deficiência Mental Profunda (Retardo Mental Profundo) (*)
. grave atraso na fala e linguagem com comunicação eventual através de fala estereotipada e rudimentar.
. retardo psicomotor gerando grave restrição de mobilidade (incapacidade motora para locomoção).
. incapacidade de autocuidado e de atender a suas necessidades básicas.
. outros agravantes clínicos e associação com outras manifestações neuropsiquiátricas.
- déficit intelectual atendendo ao nível profundo.

(*) Na CID-10 o termo Deficiência Mental é referendado como Retardo Mental. Deficiência Mental Severa corresponde à Deficiência Mental Grave.

Observação: O laudo deve ser assinado por um médico e por um psicólogo (conforme art. 3º da Portaria Interministerial SEDH/MS nº 2, de 21 de novembro de 2003).

ANEXO VIII

LAUDO DE AVALIAÇÃO AUTISMO TRANSTORNO AUTISTA E AUTISMO ATÍPICO

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Anexo VIII

Laudo de Avaliação para Isenção de IPI - Transtorno Autista e Autismo Atípico

Serviço Médico/Unidade de Saúde: _____	CNPJ: _____
Data:	

Declaro, sob as penas da lei, que este serviço médico:

☐ é um serviço do Departamento de Trânsito (Detran)

☐ é um serviço privado credenciado pelo Detran

☐ é um serviço público de saúde

☐ é um serviço privado que integra o Sistema Único de Saúde (SUS)

☐ é uma entidade de assistência social

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	CPF

2. LAUDO DE AVALIAÇÃO

Atestamos, para fins de concessão do benefício previsto no inciso IV do art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que o requerente identificado no quadro 1 é portador da deficiência abaixo assinalada:

Tipo de Deficiência

( ) Transtorno autista - **F.84.0 (CID-10)** - observadas as instruções deste anexo.

( ) Autismo atípico - **F.84.1 (CID-10)** - observadas as instruções deste anexo.

Caráter da Deficiência: ◯ Provisória ◯ Permanente

Descrição Detalhada da Deficiência (*) Observar as Instruções de Preenchimento deste Anexo

3. ASSINATURAS

Nome do médico	Assinatura
Nome do médico	**Assinatura**
Nome do Responsável pelo Serviço Médico/Unidade de Saúde	**Assinatura**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Fazenda

Receita Federal

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	CPF

4.2 DESCRIÇÃO

I A. TRANSTORNO AUTISTA (F 84.0)- EIXO "A"

(Preencher um total de 6 (seis) ou mais dos seguintes itens observando-se os referenciais mínimos grifados para cada item)

Item 1 - O interessado apresenta comprometimento qualitativo da **interação social**, manifestado por pelo menos **dois** dos seguintes aspectos:

( ) Comprometimento acentuado no uso de múltiplos comportamentos não-verbais, tais como contato visual direto, expressão facial, posturas corporais e gestos para regular a interação social, fracasso em desenvolver relacionamentos com seus pares apropriados ao nível de desenvolvimento;

( ) Ausência de tentativas espontâneas de compartilhar prazer, interesses ou realizações com outras pessoas (p.ex. não mostrar, trazer ou apontar objetos de interesse);

( ) Ausência de reciprocidade social ou emocional.

Item 2 - O interessado apresenta comprometimento qualitativo da **comunicação**, manifestado por pelo menos **um** dos seguintes aspectos:

( ) Atraso ou ausência total de desenvolvimento da linguagem falada (não acompanhamento por uma tentativa de compensar por meio de modos alternativos de comunicação, tais como gestos ou mímica);

( ) Em indivíduos com fala adequada, acentuado comprometimento da capacidade de iniciar ou manter uma conversa;

( ) Uso estereotipado e repetitivo da linguagem idiossincrática;

( ) Ausência de jogos ou brincadeiras de imitação social variados e espontâneos próprios do nível de desenvolvimento.

Item 3 - O interessado apresenta padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades, manifestados por pelo menos um dos seguintes aspectos:

( ) Preocupação insistente com um ou mais padrões estereotipados e restritos de interesse, anormais em intensidade ou foco;

( ) Adesão aparentemente inflexível a rotinas ou rituais específicos e não funcionais;

( ) Maneirismos motores estereotipados e repetitivos (p.ex., agitar ou torcer mãos e dedos ou movimentos complexos de todo o corpo);

( ) Preocupação persistente com partes de objetos.

II B. TRANSTORNO AUTISTA (F 84.0)- EIXO "B"

O interessado apresenta atrasos ou funcionamento anormal em pelo menos umas das seguintes áreas,

( ) Interação Social;

( ) Linguagem para fins de comunicação social ou;

( ) Jogos imaginativos ou simbólicos.

O transtorno se manifestou antes dos 3 (três) anos de idade? ( ) Sim ( ) Não

4.3 ASSINATURAS

Nome do médico	Assinatura
Nome do médico	Assinatura
Nome do Responsável pelo Serviço Médico/Unidade de Saúde	Assinatura

Ministério da Fazenda

Receita Federal

4.4 IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome	CPF

4.5 DESCRIÇÃO

II - AUTISMO ATÍPICO (F 84.1)

No autismo atípico o desenvolvimento anormal e/ou comprometimento pode se manifestar pela primeira vez **depois da idade de três anos**; e/ou há anormalidades demonstráveis insuficientes em **uma ou duas das três áreas de psicopatologia requeridas para o diagnóstico de autismo** (a saber, **interações sociais recíprocas, comunicação e comportamento restrito, estereotipado e repetitivo**) a despeito de anormalidades características em outra(s) área(s).

Para o diagnóstico de Autismo Atípico, os critérios sintomatológicos são semelhantes aos do Transtorno Autista, ou seja: desenvolvimento anormal ou alterado manifestado na primeira infância nas seguintes áreas do desenvolvimento: interações sociais, comunicação e comportamento. Porém pode apresentar-se com menor grau de comprometimento e ou associado a outras condições médicas.

Item A - Descrição de ao menos **UM** dos critérios sintomatológicos para os itens da área do comportamento qualitativo de interação social **PRESENTES** no paciente submetido ao laudo de avaliação:

Item B - Descrição dos critérios sintomatológicos **AUSENTES** no paciente submetido ao laudo de avaliação em uma das áreas da comunicação e/ou de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades.

Item C - O interessado apresenta **comprometimento qualitativo da interação social**, manifestado pelos seguintes aspectos:

( ) comprometimento acentuado no uso de múltiplos comportamentos não-verbais, tais como contato visual direto, expressão facial, posturas corporais e gestos para regular a interação social.

( ) fracasso em desenvolver relacionamentos com seus pares apropriados ao nível de desenvolvimento.

( ) ausência de tentativas espontâneas de compartilhar prazer, interesses ou realizações com outras pessoas (p.ex. não mostrar, trazer ou apontar objetos de interesse).

( ) ausência de reciprocidade social ou emocional.

Item D - **O início dos sintomas se manifestou até os 5 (cinco) anos de idade:** ( ) Sim ( ) Não

4.6 ASSINATURAS

Nome do médico	Assinatura
Nome do médico	Assinatura
Nome do Responsável pelo Serviço Médico/Unidade de Saúde	Assinatura

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900127

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Fazenda

Receita Federal

4.7 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos, para fins do disposto na Lei nº 8.137/1990, que trata dos crimes contra a ordem tributária, e no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, que as informações constantes deste laudo de avaliação médica, por nós subscrito, referente ao paciente de nome _____, CPF _____, são expressões da verdade.

4.8 ASSINATURA

Nome do médico	CPF
Especialidade	**Assinatura**
	Assinatura Carimbo e Registro CRM
Nome do médico	**CPF**
Especialidade	**Assinatura**
Psicologia	Assinatura Carimbo e Registro CRP
Unidade Emissora do Laudo	**CNPJ**
Responsável	**CPF**

Assinatura do Responsável pela Unidade Emissora do Laudo

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Anexo VIII
Laudo de Avaliação para Isenção de IPI - Transtorno Autista e Autismo Atípico

INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Critérios Diagnósticos. (baseado no DSM - IV - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais e na Classificação Internacional de Doenças - (CID 10) e na Portaria Interministerial SEDH/MS nº 2, de 21 de novembro de 2003.

I - TRANSTORNO AUTISTA (F 84.0)

Preenchimento do Eixo A e B:

Eixo A - Preencher um total de 6 (seis) ou mais dos seguintes itens observando-se os referenciais mínimos grifados para cada item, ou seja:

(1) COMPROMETIMENTO QUALITATIVO DA INTERAÇÃO SOCIAL, MANIFESTADO POR PELO MENOS DOIS DOS SEGUINTES ASPECTOS:

. Comprometimento acentuado no uso de múltiplos comportamentos não verbais, tais como contato visual direto, expressão facial, posturas corporais e gestos para regular a interação social;

. Fracasso em desenvolver relacionamentos com seus pares apropriados ao nível de desenvolvimento;

. Ausência de tentativas espontâneas de compartilhar prazer, interesses ou realizações com outras pessoas (p.ex. não mostrar, trazer ou apontar objetos de interesse);

. Ausência de reciprocidade social ou emocional;

(2) COMPROMETIMENTO QUALITATIVO DA COMUNICAÇÃO, MANIFESTADO POR PELO MENOS UM DOS SEGUINTES ASPECTOS:

. Atraso ou ausência total de desenvolvimento da linguagem falada (não acompanhamento por uma tentativa de compensar por meio de modos alternativos de comunicação, tais como gestos ou mímica);

. Em indivíduos com fala adequada, acentuado comprometimento da capacidade de iniciar ou manter uma conversa;

. Uso estereotipado e repetitivo da linguagem idiossincrática;

. Ausência de jogos ou brincadeiras de imitação social variados e espontâneos próprios do nível de desenvolvimento;

(3) PADRÕES RESTRITOS E REPETITIVOS DE COMPORTAMENTO, INTERESSES E ATIVIDADES. MANIFESTADOS POR PELO MENOS UM DOS SEGUINTES ASPECTOS:

. Preocupação insistente com um ou mais padrões estereotipados e restritos de interesse, anormais em intensidade ou foco;

. Adesão aparentemente inflexível a rotinas ou rituais específicos e não funcionais.

. Maneirismos motores estereotipados e repetitivos (p.ex., agitar ou torcer mãos e dedos ou movimentos complexos de todo o corpo).

. Preocupação persistente com partes de objetos.

Eixo B Atrasos ou funcionamento anormal em pelo menos umas das seguintes áreas, com início antes dos 3 (três) anos de idade: (1) interação social, (2) linguagem para fins de comunicação social ou (3) jogos imaginativos ou simbólicos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Fazenda

Receita Federal

Anexo VIII
Laudo de Avaliação para Isenção de IPI - Transtorno Autista e Autismo Atípico

INSTRUÇÕES E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Continuação

II - AUTISMO ATÍPICO (F 84.1):

No autismo atípico o desenvolvimento anormal e/ou comprometimento pode se manifestar pela primeira vez depois da idade de três anos. Há anormalidades demonstráveis insuficientes em uma ou duas das três áreas de psicopatologia requeridas para o diagnóstico de autismo (a saber, interações sociais recíprocas, comunicação e comportamento restrito, estereotipado e repetitivo) a despeito de anormalidades características em outra(s) área(s).

Para o diagnóstico de Autismo Atípico, os critérios sintomatológicos são semelhantes aos do Transtorno Autista, ou seja, o desenvolvimento anormal ou alterado manifestado na primeira infância nas seguintes áreas do desenvolvimento: interações sociais, comunicação e comportamento. Porém pode apresentar-se com menor grau de comprometimento e ou associado a outras condições médicas.

a) É NECESSÁRIA A PRESENÇA DE PELO MENOS UM CRITÉRIO SINTOMATOLÓGICO PARA OS ITENS DA ÁREA DO COMPORTAMENTO QUALITATIVO DE INTERAÇÃO SOCIAL;

b) COMPROMETIMENTO QUALITATIVO DA INTERAÇÃO SOCIAL MANIFESTADO PELOS SEGUINTES ASPECTOS:

. Comprometimento acentuado no uso de múltiplos comportamentos não-verbais, tais como contato visual direto, expressão facial, posturas corporais e gestos para regular a interação social;

. Fracasso em desenvolver relacionamentos com seus pares apropriados ao nível de desenvolvimento, ausência de tentativas espontâneas de compartilhar prazer, interesses ou realizações com outras pessoas (por exemplo: não mostrar, trazer ou apontar objetos de interesse);

. Ausência de reciprocidade social ou emocional.

c) PODE HAVER AUSÊNCIA DOS CRITÉRIOS SINTOMATOLÓGICOS EM UMA DAS ÁREAS DA COMUNICAÇÃO E/OU DE PADRÕES RESTRITOS E REPETITIVOS DE COMPORTAMENTO, INTERESSES E ATIVIDADES.

d) O INÍCIO DOS SINTOMAS PODE SE MANIFESTAR ATÉ OS 5 (CINCO) ANOS DE IDADE.

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA OU PATRIMONIAL
(Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.716, de 12 de julho de 2017)

Ministério da Fazenda

Receita Federal

ANEXO IX

(Anexo I da Instrução Normativa RFB nº 1.716, de 12 de julho de 2017)

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA OU PATRIMONIAL

(Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, art. 5º)

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome / Nome Empresarial	CPF ou CNPJ

2. DECLARAÇÃO

O interessado acima identificado DECLARA, para fins do disposto no art. 5º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003, que dispõe de recursos financeiros ou patrimoniais suficientes para a aquisição de ___( ) veículo(s) destinado(s) ao serviço de transporte individual de passageiros (táxi), com a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) instituída pela Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

3. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

1. O declarante responsabiliza-se pela exatidão e veracidade das informações prestadas.
2. Declara estar ciente do que Dispõe o art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos....."

4. ASSINATURA

Nome	CPF

Data	Assinatura (este documento pode ser assinado digitalmente com uso de certificado digital no padrão ICP Brasil)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.770, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Fiscal (ECF).

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e XXV do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013, passa a vigorar acrescida dos arts. 6º-A, 6º-B, 6º-C e 6º-D:

"Art. 6º-A A retificação da ECF anteriormente entregue dar-se-á mediante apresentação de nova ECF, independentemente de autorização da autoridade administrativa.

§ 1º A ECF retificadora terá a mesma natureza da ECF retificada, substituindo-a integralmente para todos os fins e direitos, e passará a ser a ativa na base de dados do Sped.

§ 2º Não será admitida retificação de ECF que tenha por objetivo mudança do regime de tributação, salvo para fins de adoção do lucro arbitrado, nos casos determinados pela legislação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º Caso a ECF retificadora altere os saldos das contas da parte B do e-Lalur ou do e-Lacs, a pessoa jurídica deverá verificar a necessidade de retificar as ECF dos anos-calendário posteriores.

Art. 6º-B A pessoa jurídica deverá entregar a ECF retificadora sempre que apresentar ECD substituta que altere contas ou saldos contábeis recuperados na ECF ativa na base de dados do Sped.

Art. 6º-C No caso de lançamentos extemporâneos em ECD que alterem a base de cálculo do IRPJ ou da CSLL da ECF de ano-calendário anterior, a pessoa jurídica deverá efetuar o ajuste por meio de ECF retificadora relativa ao respectivo ano-calendário, mediante adições ou exclusões ao lucro líquido, ainda que a ECD recuperada na ECF retificada não tenha sido alterada.

Art. 6º-D A pessoa jurídica que entregar ECF retificadora que altere valores de apuração do IRPJ ou da CSLL que haviam sido informados na Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais (DCTF) deverá apresentar DCTF retificadora elaborada com observância das normas específicas relativas a esta declaração."

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo da Portaria RFB nº 3.301, de 14 de dezembro de 2017, publicada no DOU nº 241, de 18 de dezembro de 2017, seção 1, página 115,

Onde se lê:

"O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no inciso V do art. 3º da Portaria RFB nº 3.300, de 29 de agosto de 2011,"

Leia-se:

"O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 327 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no inciso V do art. 3º da Portaria RFB nº 3.300, de 29 de agosto de 2011,"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 163, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara nula de ofício a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 35 II, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016, e tendo em vista o que consta no processo digital nº 13646.720065/2017-88, declara:

Art. 1º NULA DE OFÍCIO, a inscrição no CNPJ sob o nº 19.332.712/0001-36 em nome de Kamila Galvão Santos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OLDESIO SILVA ANHESINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 226, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara a exclusão do Regime Especial unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-Simples Nacional, da empresa que menciona.

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS-AM, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU em 17 de maio de 2012, por força da alínea VIII, art. 13, da Portaria de Delegação de Competência do Delegado da DRF/MNS nº 71, de 09 de junho de 2014 e tendo em vista o disposto no art. 29, inciso II e VIII e §1º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, e, ainda, considerando os dados constantes no processo administrativo nº 10283.726.344/2017-23, resolve:

Art. 1° Excluir do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, a empresa DORVAL SOUZA FERREIRA FILHO - ME, CNPJ 03.000.356/0001-13.

Art. 2° A exclusão surtirá efeito retroativo a partir de 1º de Janeiro de 2014, nos termos do art. 29, inciso VIII e seu § 1º, combinado com artigos 26, § 15; 33 e 39, todos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e com o art. 3º II da Rsolução CGSN 10/2007, de 28 de junho de 2007.

Art. 3° Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da ciência deste, apresentar manifestação de inconformidade, dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belém-PA, por meio dessa unidade, assegurados, portanto o contraditório e a ampla defesa.

Art.4° Não havendo manifestação no prazo estipulado, a exclusão tornar-se-á definitiva.

GLAYTON BATISTA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara a exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) da empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art.75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º - Fica excluído do "Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL" o contribuinte MJ ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E MÉDIO LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob nº 18.595.095/0001-07, estabelecido à Av São Paulo, nº 1454, Bairro dos Estados - João Pessoa - PB, por falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária, conforme disposto no art.29, inciso I e VIII, e art.33 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e demais informações contidas no processo administrativo nº 14751.720317/2017-34. A exclusão surtirá efeito a partir de 01/01/2015 a teor do disposto no art.29, §1º, e art.31, inciso V, da Lei Complementar nº 123/2006 e art.76, inciso I e IV, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 2º - Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência deste, apresentar por escrito, suas contestações, relativamente ao procedimento acima, através de manifestação de inconformidade dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, assegurados, portanto, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º - Não havendo manifestação no prazo estipulado, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara a exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) da empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art.75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º - Fica excluído do "Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL" o contribuinte SECULOS COLÉGIO E CURSO LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob nº 07.295.724/0001-59, estabelecido à Rua Radialista Antonio Assunção de Jesus, nº 89, Sala A/B, Bancários - João Pessoa - PB, por falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária, conforme disposto no art.29, inciso I e VIII, e art.33 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e demais informações contidas no processo administrativo nº 14751.720316/2017-90. A exclusão surtirá efeito a partir de 01/01/2013 a teor do disposto no art.29, §1º, e art.31, inciso V, da Lei Complementar nº 123/2006 e art.76, inciso I e IV, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 2º - Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência deste, apresentar por escrito, suas contestações, relativamente ao procedimento acima, através de manifestação de inconformidade dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, assegurados, portanto, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º - Não havendo manifestação no prazo estipulado, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara a exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) da empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOÃO PESSOA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno da Secretária da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no art.75 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º - Fica excluído do "Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL" o contribuinte HONÓRIO DANTAS & CIA LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob nº 01.573.657/0001-00, estabelecido à Rua Radialista Antonio Assunção de Jesus, nº 89, Bancários - João Pessoa - PB, por falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária, conforme disposto no art.29, inciso I e VIII, e art.33 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e demais informações contidas no processo administrativo nº 14751.720315/2017-45. A exclusão surtirá efeito a partir de 01/01/2013 a teor do disposto no art.29, §1º, e art.31, inciso V, da Lei Complementar nº 123/2006 e art.76, inciso I e IV, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 2º - Poderá o contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias da ciência deste, apresentar por escrito, suas contestações, relativamente ao procedimento acima, através de manifestação de inconformidade dirigida à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, assegurados, portanto, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º - Não havendo manifestação no prazo estipulado, a exclusão tornar-se-á definitiva.

MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900130

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 804, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Reestrutura a Equipe Regional de Monitoramento Patrimonial e de Garantia do Crédito Tributário da 6ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 6ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 300 e 314, § 1º, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e Portaria RFB nº 1.441, de 07 de outubro de 2015, considerando os objetivos estratégicos de aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário e elevar a percepção de risco e a presença fiscal, resolve:

Art. 1º . Os art. 4º e 6º da Portaria SRRF06 nº 630, de 28 de outubro de 2015, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A competência para a execução dos procedimentos de que trata o artigo 2º será exercida pela EMOP06 de forma compartilhada, complementar e subsidiária à das Delegacias e Inspetoria da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o domicílio tributário do contribuinte, devendo as chefias envolvidas articularam-se para que não haja sobreposição de tarefas.

Parágrafo único. O compartilhamento de competências previsto no caput não inclui os procedimentos realizados no curso de ações fiscais.

"Art. 6º. A EMOP06 será composta pelos servidores relacionados no Anexo Único da presente portaria.

§1º. Fica designada como Coordenadora Estratégica da EMOP06 a Superintendente-Adjunta, Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil (AFRFB) Maria Letícia Rocha Pimenta, cabendo à coordenação a aprovação das iniciativas e propor ferramentas de controle e gestão da EMOP06.

§ 2º. Fica designado como Supervisor da EMOP06 o AFRFB Pedro Henrique dos Santos, cabendo à supervisão:

I - promover o apoio e os meios necessários à execução das atividades da EMOP06;

II - promover a comunicação das decisões da EMOP06 junto às unidades executoras das atividades de garantia do crédito tributário e monitoramento patrimonial da 6ª Região Fiscal;

III - requisitar a indicação de representantes das unidades executoras das atividades geridas e controladas pela EMOP06 junto aos Delegados da RFB na 6ªRF;

IV - gerenciar tecnicamente os trabalhos da EMOP06 e auxiliar tecnicamente as unidades executoras, dirimindo dúvidas e prestando orientações;

V - distribuir as atividades entre os integrantes da EMOP06 e proceder ao acompanhamento dos trabalhos realizados.

VI - apreciar recurso administrativo apresentado pelo contribuinte, conforme previsão do art. 29 da Norma de Execução Conjunta Cofis/Copes/Codac/Corec/Cosit/CDA/CGD nº 1/2015, contra decisão emitida pela EMOP06, e, se não o acatar, encaminhar para o Delegado da unidade da RFB do domicílio tributário do sujeito passivo,.

§3º. Os servidores que compõem a EMOP06, constantes do Anexo Único desta Portaria, exercerão as suas atividades em regime de dedicação conforme especificado na coluna "Regime de Dedicação" do referido anexo, não havendo alteração da sua unidade de lotação ou de exercício para fins de realização dos trabalhos junto à Equipe."

Art. 2º. O Anexo Único da Portaria SRRF06 Nº 630, de 28 de outubro de 2015, fica substituído pelo Anexo Único desta Portaria.

Art. 3º . Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO ÚNICO

Unidade	Nome	Cargo	Siapecad	Regime de Dedicação
Gabin SRRF	Maria Letícia Rocha Pimenta	AFRFB	00877656	Parcial
Dirac06	Sérgio Augusto Vieira Machado	AFRFB	00076318	Parcial
Difis06	Warlen Pereira da Silva	AFRFB	01293274	Parcial
Dirac06	Rogério Passos Botelho	AFRFB	00013148	Parcial
DRF BHE	Delson Roberto Braga de Sousa	AFRFB	00014674	Parcial
DRF BHE	Maria Jose Comanduci	AFRFB	00877636	Integral
DRF BHE	Luis Henrique Monteiro Nunes	ATRFB	00014813	Integral
DRF BHE	Ana Cristina Anastasia Machado	AFRFB	00877540	Integral
DIRAC06	Carolina de Rezende Janot Pacheco	ATRFB	01291682	Integral
DRF CON	Cristiano Moreira da Silva	ATRFB	01494634	Integral
DRF DIV	Pedro Henrique dos Santos	AFRFB	01292911	Integral
DRF UBL	Margaret Leitão Silva	ATRFB	00016476	Integral
DRF VAR	Henrique Figueiredo Penalva Monteiro	ATRFB	01296756	Integral

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 217, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara Inapta a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 512 de 2 de outubro de 2013 e publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2013, com base na Lei nº 9.430/96, e na Lei nº 11.941/09, e nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º - TORNAR INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica(CNPJ) da sociedade abaixo, conforme os artigos 40, inciso II, 41 parágrafo 2º e 42, inciso I e parágrafo 3º , da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016, em virtude da empresa não ter sido localizada em seu domicílio fiscal.

PROCESSO ADMINISTRATIVO	INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL
18470.726357/2017-05	08.771.387/0001-91	COMÉRCIO DE FRUTAS E LEGUMES SARANDY LTDA-ME

Art. 2º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo os efeitos constantes dos art. 45 e 47 da supracitada Instrução Normativa.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 223, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Promove a nulidade de ofício do ato cadastral da pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 512 de 2 de outubro de 2013 e publicada no Diário Oficial da União de 4 de outubro de 2013, e com base nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art. 1º - DECLARAR NULAS as inscrições no Cadastro Nacional das Pessoa Jurídica (CNPJ) das entidades abaixo, conforme artigo 35, I (atribuição de mais de um número de inscrição no CNPJ para o mesmo estabelecimento), e parágrafos, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL
11707.721689/2016-44	28.179.059/0001-08	CONDOMINIO DO EDIFICIO RIO CICI
15463.722002/2017-30	26.633.337/0001-20	CONDOMINIO DO EDIFICIO SAO BENTO CORPORATE
15463.722043/2017-26	02.630.274/0001-90	CONDOMINIO DO EDIFICIO CASTELINHO
11707.721102/2016-05	28.180.073/0001-21	CONDOMINIO DO EDIFICIO LORD GEORGE

Art. 2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MONICA PAES BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara INSCRITO no Registro Especial para as atividades de PRODUTOR e ENGARRAFADOR, de bebidas alcoólicas, e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtores.

O CHEFE DO SEFIS DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO-SP, no uso das atribuições subdelegadas que lhe conferem o inciso X do art. 4º da Portaria DRF nº 11 de 19 de fevereiro de 2016 publicada no DOU de 24 de fevereiro de 2016, nos termos do parágrafo 3º do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432 de 26 de dezembro de 2013 com alterações posteriores, e, considerando a comprovação das condições necessárias nos documentos constantes no e_dossiê formalizado sob nº 10010.001056/1017-19, declara:

Art. 1º INSCRITO sob nº 08109/0066 no Registro Especial para as atividades de PRODUTOR e ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas, e sobre o selo de controle a que estão sujeitos esses produtores, o contribuinte abaixo identificado:

TRANZANO INDUSTRIA, COMÉRCIO E TRANSPORTES DE BEBIDAS EIRELI
Rua Coronel Américo Batista nº 1.421 - Bairro Ipiranga - CEP: 14.060-060
RIBEIRÃO PRETO -SP.
CNPJ nº 60.152.832/0001-55

Art. 2º O estabelecimento supracitado está autorizado a produzir e engarrafar os produtos abaixo discriminados:

NCM/TIPI	Descrição Detalhada	Marca Comercial	Tipo de Recipiente	Capacidade	AUTORIZAÇÃO MINISTÉRIO AGRICULTURA
2206.00.90	VODKA	LAYKA	VIDRO	900 ML	Nº SP-01671 00004-2
2206.00.90	VODKA	LAYKA	PET	500ML	Nº SP-01671 00004-2
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD AMENDOIM	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00070-7
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD AMENDOIM	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00070-7
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD AMENDOIM	PET	500ML	Nº SP-01671 00070-7
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD COCO	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00068-5
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD COCO	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00068-5
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD COCO	PET	500ML	Nº SP-01671 00068-5
2208.90.00	BATIDA DE COCO	COCO LOKO	PET	500ML	Nº SP-01671 00071-5
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MARACUJÁ	RECORD	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00056-1
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MARACUJÁ	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00056-1

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MARACUJÁ	RECORD	PET	500ML	Nº SP-01671 00056-1
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MILHO	RECORD	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00062-6
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MILHO	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00062-6
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MILHO	RECORD	PET	500ML	Nº SP-01671 00062-6
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD MORANGO	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00069-3
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD MORANGO	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00069-3
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD MORANGO	PET	500ML	Nº SP-01671 00069-3
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E PÊSSEGO	RECORD	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00057-0
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E PÊSSEGO	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00057-0
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E PÊSSEGO	RECORD	PET	500ML	Nº SP-01671 00057-0
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00048-1
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00048-1
2206.00.90	COQUETEL ALCOÓLICO	RECORD	PET	500ML	Nº SP-01671 00048-1
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CACAU	RECORD	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00061-8
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CACAU	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00061-8
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CANELINHA	RECORD	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00063-4
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E CANELINHA	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00063-4
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MENTA	RECORD	VIDRO	960ML	Nº SP-01671 00059-6
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MENTA	RECORD	VIDRO	900ML	Nº SP-01671 00059-6
2206.00.90	COQUETEL DE FERMENTADO DE CANA E MENTA	RECORD	PET	500ML	Nº SP-01671 00059-6

Art. 3º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento das normas previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.432 de 26 de dezembro de 2013, e demais atos normativos que regem a matéria, sob pena de cancelamento do Registro Especial nos termos do art. 8º da referida Instrução Normativa.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

FERNANDO QUEIROZ DE ASSUÇÃO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

PORTARIA Nº 131, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Alteração de prazos de início e vencimento para atos processuais.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e considerando as competências constantes do artigo 302 do referido Regimento Interno e as disposições preconizadas no parágrafo único do artigo 5º do Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972, resolve:

Art. 1º Em vista da impossibilidade de realização de expediente regular no dia 15 de dezembro de 2017 na Agência da Receita Federal do Brasil em Mogi das Cruzes - ARF/MCS, vinculada a esta Delegacia da Receita Federal do Brasil em São José dos Campos - DRF/SJC, em decorrência da realização de serviços de desinsetização e desratização no respectivo edifício sede, reconhecer que no mencionado dia, a referida Unidade Administrativa não manteve expediente normal.

Parágrafo Único. Por consequência, e em conformidade ao rito do processo administrativo-fiscal, o prazo de início ou de vencimento que tenha ocorrido na data citada no caput não deverá ser considerado, observando-se o § único do artigo 5º do Decreto 70.235/72 e artigo 210 da Lei nº 5.172/66 (CTN).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, convalidando os respectivos atos e os efeitos pertinentes.

ROGÉRIO HINO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 109, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/CTA nº 195, de 17 de novembro de 2009 (publicada no Diário Oficial da União de 20 de novembro de 2009), e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 5º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, a pessoa jurídica PRODUCTA - INDUSTRIA E COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS-ME, cadastrada no CNPJ sob o nº 78.150.125/0001-95, tendo em vista a constatação de ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados de inadimplência no recolhimento de tributos e de contribuições referidos no art. 5º da mesma Lei, inclusive os com vencimento após 28 de fevereiro de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão consta nos autos do processo (PAES) nº 18042.000481/2011-93.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data do recebimento deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Curitiba, na Rua Marechal Deodoro, 568 - 4º Andar, nos dias úteis.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do PAES será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data da sua ciência/publicação.

MÁRCIO HUMBERTO GHELLER
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto nos art. 29 e 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, como também no art. 75, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º. O contribuinte MÁRIO GUASPARI AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI - EPP, inscrito no CNPJ sob o nº 72.568.470/0001-67, excluído de sua opção ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em razão do excesso de receita global, da prática reiterada de infração e da não apresentação e/ou escrituração do Livro Caixa ou Diário, hipóteses de exclusão a que se referem o art. 3º, § 4º, inciso V, e o art. 29, incisos I, V e VIII da referida Lei Complementar, conforme demonstrado na Representação objeto do processo nº 11020-723.882/2017-10.

Art. 2º. Os efeitos da exclusão ocorrem a partir de 1º de junho de 2012, de acordo com o disposto no inciso II do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 2006, impedindo a opção pelo regime diferenciado e favorecido desta Lei pelos dez anos-calendário subsequentes, estendendo-se até 31 de dezembro de 2026, nos termos do art. 29, § 2º, da mesma Lei.

Art. 3º. Da presente declaração de exclusão caberá, no prazo de trinta dias, contados a partir da ciência, impugnação junto à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo (Decreto nº 70.235/72), assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º. Não havendo manifestação nesse prazo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

NILSON SOMMAVILLA PRIMO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL (RS), no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 302 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto nos art. 29 e 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, como também no art. 75, inciso I, da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e no art. 1º da Portaria SRRF10 nº 683, de 11 de outubro de 2017, declara:

Art. 1º. O contribuinte MISTRAL VIAGENS E TURISMO EIRELI - ME., inscrito no CNPJ sob o nº 11.301.160/0001-97, excluído de sua opção ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em razão do excesso de receita global e da prática reiterada de infração, hipóteses de exclusão a que se referem o art. 3º, § 4º, inciso V, e o art. 29, incisos I e V da referida Lei Complementar, conforme demonstrado na Representação objeto do processo nº 13005-722.115/2017-15.

Art. 2º. Os efeitos da exclusão ocorrem a partir de 1º de junho de 2012, de acordo com o disposto no inciso II do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 2006, impedindo a opção pelo regime diferenciado e favorecido desta Lei pelos dez anos-calendário subsequentes, estendendo-se até 31 de dezembro de 2026, nos termos do art. 29, § 2º, da mesma Lei.

Art. 3º. Da presente declaração de exclusão caberá, no prazo de trinta dias, contados a partir da ciência, impugnação junto à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo (Decreto nº 70.235/72), assegurando, assim, o contraditório e a ampla defesa.

Art. 4º. Não havendo manifestação nesse prazo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

NILSON SOMMAVILLA PRIMO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO

PORTARIA Nº 85, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVO HAMBURGO, no uso das atribuições regimentais previstas no art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012, publicada no DOU de 17.05.2012 e alterado pela Portaria MF nº 512, de 02.10.2013, publicada no DOU de 04.10.2013, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Receita Federal do Brasil (RFB) pelo prazo de 02 (dois) anos à empresa PERFECT IMPORTS EIRELI - ME, CNPJ 27.728.622/0001-97, com base no que dispõe o subitem 11.1.2 do Edital do Leilão nº 1010700/0001/2017, o art. 87, inciso III da Lei nº 8.666, de 21.06.1993, e a decisão exarada no processo nº 11065.722994/2017-37.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO GODOY CORREA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede Registro Especial para estabelecimento que realiza operações com papel imune na atividade Gráfica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE/RS, exercendo a atribuição contida no art. 2º da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e com fundamento em pedido formalizado no processo administrativo nº 11080.732.325/2017-85, resolve:

Art. 1º Conceder a inscrição no REGISTRO ESPECIAL instituído pela Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, ao contribuinte GRÁFICA EDITORA VALE DO GRAVATAÍ EIRELI - ME, CNPJ nº 02.927.161/0001-50, situado na Avenida Teotônio Vilela nº 180, em Gravataí, para realizar operações com papel imune, na atividade de Gráfica (GP), sob número GP-10101/526.

Art. 2º O estabelecimento inscrito fica obrigado ao cumprimento da legislação tributária que rege a matéria, em especial das exigências estabelecidas na Instrução Normativa RFB nº 976/2009, sob pena de cancelamento dos registros, na forma do Artigo 7º da mesma Instrução Normativa, além das demais sanções cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE RAMPELOTTO

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 1.051, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar os resultados das ofertas de títulos públicos federais realizados no decorrer do mês de agosto de 2017:

Portaria núm.	Data do leilão	Tipo de leilão	Título	Título venc.	Volta	Data de liquid.	Aceit. taxa (%aa)	Aceit. quant.	Aceit. fin. (R$)	(BC) Aceit. quant.	(BC) Aceit. fin. (R$)
674	03.08.2017	Venda	LTN	01.10.2018	1	04.08.2017	7,9280	1.000.000	916.258.470,01	0	0,00
674	03.08.2017	Venda	LTN	01.10.2018	2	07.08.2017	7,9242	83.838	76.840.529,49	0	0,00
674	03.08.2017	Venda	LTN	01.10.2019	1	04.08.2017	8,5120	1.000.000	839.422.293,50	12.000.000	10.073.067.528,00
674	03.08.2017	Venda	LTN	01.10.2019	2	07.08.2017	8,5115	178.181	149.617.594,48	0	0,00
674	03.08.2017	Venda	LTN	01.07.2021	1	04.08.2017	9,4289	3.500.000	2.467.645.128,75	14.200.000	10.011.588.803,00
674	03.08.2017	Venda	LTN	01.07.2021	2	07.08.2017	9,4233	699.987	493.696.820,87	0	0,00
675	03.08.2017	Venda	NTN-F	01.01.2023	1	04.08.2017	9,5699	1.000.000	1.027.920.769,00	0	0,00
675	03.08.2017	Venda	NTN-F	01.01.2023	2	07.08.2017	9,5699	199.999	205.658.501,10	0	0,00
675	03.08.2017	Venda	NTN-F	01.01.2027	1	04.08.2017	9,8787	1.000.000	1.019.112.876,17	0	0,00
675	03.08.2017	Venda	NTN-F	01.01.2027	2	07.08.2017	9,8663	199.997	203.896.313,31	0	0,00
679	08.08.2017	Venda	NTN-B	15.08.2022	1	09.08.2017	4,7100	757.450	2.462.228.178,01	0	0,00
679	08.08.2017	Venda	NTN-B	15.08.2022	2	09.08.2017	4,7100	119.202	387.487.653,68	0	0,00
679	08.08.2017	Venda	NTN-B	15.08.2026	1	09.08.2017	5,0200	242.550	798.092.482,62	0	0,00
679	08.08.2017	Venda	NTN-B	15.08.2026	2	09.08.2017	5,0200	32.688	107.557.398,77	0	0,00
679	08.08.2017	Venda	NTN-B	15.05.2035	1	09.08.2017	5,1400	140.000	466.962.854,28	0	0,00
679	08.08.2017	Venda	NTN-B	15.05.2035	2	09.08.2017	5,1400	12.156	40.545.717,55	0	0,00
679	08.08.2017	Venda	NTN-B	15.05.2055	1	09.08.2017	5,1600	10.000	34.557.166,36	0	0,00
679	08.08.2017	Venda	NTN-B	15.05.2055	2	09.08.2017	5,1600	1.672	5.777.958,22	0	0,00
683	10.08.2017	Venda	LFT	01.09.2023	1	11.08.2017	0,0120	750.000	6.760.275.213,53	2.000.000	18.027.401.954,00
683	10.08.2017	Venda	LFT	01.09.2023	2	11.08.2017	0,0119	2.026	18.261.758,18	0	0,00
682	10.08.2017	Venda	LTN	01.04.2018	1	11.08.2017	7,9388	1.000.000	953.533.102,70	0	0,00
682	10.08.2017	Venda	LTN	01.04.2018	2	14.08.2017	7,9363	86.000	82.028.717,97	0	0,00
682	10.08.2017	Venda	LTN	01.10.2019	1	11.08.2017	8,6838	1.500.000	1.256.994.726,12	0	0,00
682	10.08.2017	Venda	LTN	01.10.2019	2	14.08.2017	8,6813	199.085	166.887.859,52	0	0,00
682	10.08.2017	Venda	LTN	01.07.2021	1	11.08.2017	9,6266	4.500.000	3.156.571.296,97	0	0,00
682	10.08.2017	Venda	LTN	01.07.2021	2	14.08.2017	9,6185	273.508	191.925.334,95	0	0,00
696	17.08.2017	Venda	LTN	01.10.2018	1	18.08.2017	7,9488	1.000.000	918.850.515,15	0	0,00
696	17.08.2017	Venda	LTN	01.10.2018	2	21.08.2017	7,9438	190.000	174.634.600,25	0	0,00
696	17.08.2017	Venda	LTN	01.10.2019	1	18.08.2017	8,7249	3.500.000	2.936.012.749,11	0	0,00
696	17.08.2017	Venda	LTN	01.10.2019	2	21.08.2017	8,7133	699.543	587.014.388,50	0	0,00
696	17.08.2017	Venda	LTN	01.07.2021	1	18.08.2017	9,6689	4.000.000	2.806.478.957,94	0	0,00
696	17.08.2017	Venda	LTN	01.07.2021	2	21.08.2017	9,6640	729.000	511.669.535,12	0	0,00
697	17.08.2017	Venda	NTN-F	01.01.2023	1	18.08.2017	9,8339	1.000.000	1.021.795.697,74	0	0,00
697	17.08.2017	Venda	NTN-F	01.01.2023	2	21.08.2017	9,8184	199.997	204.432.213,87	0	0,00
697	17.08.2017	Venda	NTN-F	01.01.2027	1	18.08.2017	10,1279	1.000.000	1.008.522.032,58	0	0,00
697	17.08.2017	Venda	NTN-F	01.01.2027	2	21.08.2017	10,1161	200.000	201.782.030,40	0	0,00
713	22.08.2017	Venda	NTN-B	15.08.2022	1	23.08.2017	4,7800	414.450	1.313.010.862,92	0	0,00
713	22.08.2017	Venda	NTN-B	15.08.2022	2	23.08.2017	4,7800	0	0,00	0	0,00
713	22.08.2017	Venda	NTN-B	15.08.2026	1	23.08.2017	5,0288	85.550	275.105.813,91	0	0,00
713	22.08.2017	Venda	NTN-B	15.08.2026	2	23.08.2017	5,0288	3.200	10.290.340,20	0	0,00
713	22.08.2017	Venda	NTN-B	15.05.2035	1	23.08.2017	5,1800	145.000	483.949.197,16	0	0,00
713	22.08.2017	Venda	NTN-B	15.05.2035	2	23.08.2017	5,1800	1.450	4.839.491,97	0	0,00
713	22.08.2017	Venda	NTN-B	15.05.2055	1	23.08.2017	5,2250	5.000	17.189.708,44	0	0,00
713	22.08.2017	Venda	NTN-B	15.05.2055	2	23.08.2017	5,2250	0	0,00	0	0,00
709	23.08.2017	Troca	NTN-B	15.08.2022	1	24.08.2017	4,7500	0	0,00	0	0,00
709	23.08.2017	Troca	NTN-B	15.08.2026	1	24.08.2017	5,0200	2.987	9.614.691,91	0	0,00
709	23.08.2017	Troca	NTN-B	15.05.2035	1	24.08.2017	5,1800	145.434	485.577.927,37	0	0,00
709	23.08.2017	Troca	NTN-B	15.05.2055	1	24.08.2017	5,2400	4.566	15.667.063,67	0	0,00
722	24.08.2017	Venda	LFT	01.09.2023	1	25.08.2017	0,0127	750.000	6.783.912.933,02	0	0,00
722	24.08.2017	Venda	LFT	01.09.2023	2	25.08.2017	0,0117	8.861	80.149.663,72	0	0,00
721	24.08.2017	Venda	LTN	01.04.2018	1	25.08.2017	7,6939	1.000.000	957.685.182,00	0	0,00
721	24.08.2017	Venda	LTN	01.04.2018	2	28.08.2017	7,6934	190.000	182.013.723,16	0	0,00
721	24.08.2017	Venda	LTN	01.10.2019	1	25.08.2017	8,5577	2.000.000	1.685.775.177,67	12.000.000	10.114.651.068,00
721	24.08.2017	Venda	LTN	01.10.2019	2	28.08.2017	8,5501	379.997	320.399.564,03	0	0,00
721	24.08.2017	Venda	LTN	01.07.2021	1	25.08.2017	9,5689	2.500.000	1.763.384.764,85	14.200.000	10.016.025.465,20
721	24.08.2017	Venda	LTN	01.07.2021	2	28.08.2017	9,5642	474.824	335.040.700,34	0	0,00
736	31.08.2017	Venda	LTN	01.10.2018	1	01.09.2017	7,6188	1.000.000	924.651.797,85	0	0,00
736	31.08.2017	Venda	LTN	01.10.2018	2	04.09.2017	7,6146	0	0,00	0	0,00
736	31.08.2017	Venda	LTN	01.10.2019	1	01.09.2017	8,4125	1.500.000	1.269.931.160,35	0	0,00
736	31.08.2017	Venda	LTN	01.10.2019	2	04.09.2017	8,4033	0	0,00	0	0,00
736	31.08.2017	Venda	LTN	01.07.2021	1	01.09.2017	9,4469	3.000.000	2.128.955.300,46	0	0,00
736	31.08.2017	Venda	LTN	01.07.2021	2	04.09.2017	9,4415	15.000	10.648.607,25	0	0,00
738	31.08.2017	Venda	NTN-F	01.01.2023	1	01.09.2017	9,5889	750.000	776.308.788,73	0	0,00
738	31.08.2017	Venda	NTN-F	01.01.2023	2	04.09.2017	9,5781	7.500	7.765.935,23	0	0,00
738	31.08.2017	Venda	NTN-F	01.01.2027	1	01.09.2017	9,9719	500.000	510.722.812,98	0	0,00
738	31.08.2017	Venda	NTN-F	01.01.2027	2	04.09.2017	9,9580	18.600	19.006.080,50	0	0,00

LEANDRO PUCCINI SECUNHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.116, de 05/12/2017, publicada no DOU nº 234, de 07/12/2017, seção 1, pág. 860, art. 1º, onde se lê: "Plano de Benefícios - CELGMED - CNPB nº 2000.0069-65", leia-se: "Plano de Benefícios - CELGPREV - CNPB nº 2000.0069-65".

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 45, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Anexo XVII, da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, para modificar o critério de redistribuição das cotas de exportação de carnes de aves e criar enquadramento para as cotas de exportação de leite.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DA INDUSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 17 do Anexo I ao Decreto nº 8.917, de 29 de novembro de 2016, resolve:

Art. 1º O art. 2º, da Seção I, do Anexo XVII, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º .....

§ 2º .....

I - .....

e) Serão redistribuídos para a cota por ordem de registro do RE, conforme inciso II, no primeiro dia útil dos meses de janeiro e abril de cada ano-cota, os saldos de cota-performance para os quais não houver intenção de utilização por parte das empresas contempladas, bem como os saldos de cota das empresas que não se manifestarem na forma prevista na alínea "f";

f) As empresas contempladas com a cota-performance deverão informar ao DECEX, por meio de ofício, até os dias 24 de dezembro e 24 de março de cada ano-cota, a intenção da utilização, total ou parcial (Kg), da cota a ela distribuída;

Art. 2º O art. 4º, da Seção II, do Anexo XVII, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º .....

§ 2º .....

IX - número dos RE emitidos em nome do exportador, com o código de enquadramento 80600, nas mesmas quantidades e valores solicitados no sistema "Cota Produtos Lácteos - Colômbia".

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRÃO MIGUEL ÁRABE NETO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 52000.104132/2017-60
Interessado: DENSO DO BRASIL LTDA

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso de suas atribuições legais e com base na delegação de competência que lhe foi outorgada pela Portaria MDIC nº 74 de 26 de março de 2015, e:

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 156 , de 07 de dezembro de 2017, constante do processo nº 52000.104132/2017-60, que enquadra a tecnologia de alternadores de alta eficiência para o aumento de eficiência energética de veículos automotores, resolve:

Aprovar o pleito das empresas DENSO DO BRASIL LTDA, CNPJ: 43.375.930/0005-66 e DENSO MÁQUINAS ROTANTES DO BRASIL LTDA, CNPJ: 03.005.698/0001-26, quanto ao enquadramento dos modelos de alternadores elencados na tabela seguir, com os respectivos efeitos retroativos, como tecnologia inovadora elegível para a concessão dos respectivos créditos para redução do consumo energético, nos termos do disposto no artigo 11 da Portaria MDIC nº 74, de 2015, e Anexo II do Decreto nº 7.819, de 03 de outubro de 2012.

Modelo do alternador	Crédito de eficiência [MJ/km]	Efeitos a partir de:
CE1	0,0092	25 de maio de 2017
CE2	0,0096	25 de maio de 2017
cSC0 D	0,0175	25 de maio de 2017
cSC0	0,0217	25 de maio de 2017
cSC0 LLD	0,0273	25 de maio de 2017
cSC0 sLLD	0,0345	25 de maio de 2017
SC0	0,0186	06 de julho de 2017
SC0 LLD	0,0306	25 de maio de 2017
cSC1	0,0180	06 de julho de 2017
SC2	0,0194	25 de maio de 2017
SC2 LLD	0,0254	25 de maio de 2017
SC2 sLLD	0,0316	25 de maio de 2017
SC2 LLD TPS RPI	0,0283	25 de maio de 2017
SC2 sLLD LTS	0,0379	25 de maio de 2017

IGOR NOGUEIRA CALVET

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 674, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza empenho e transferência de recursos ao Governo do Estado da Paraíba, para ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Governo do Estado da Paraíba, no valor de R$ 9.504.000,00 (nove milhões, quinhentos e quatro mil reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.000699/2017-00.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

PORTARIA Nº 675, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e considerando o disposto no art. 2-A, incluído pela Medida Provisória n. 786, de 12 de julho de 2017, na Lei n. 11.578, de 26 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1° Instituir como obrigatórias as transferências aos entes federados necessárias à execução das ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, conforme informações constantes na tabela.

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	CÓDIGO DO EMPREENDIMENTO	DETALHAMENTO	MUNICÍPIO / UF
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Construção de Pontes	CARIRÉ- CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	SANTARÉM NOVO - PA
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Readequação e/ou Construção de Pontes	REALEZA - PR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de serviços de Pavimentação em Ruas e Vias	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO - PR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais	CAROEBE - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Construção de Pontes	IRACEMA- RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de construção de passagens molhadas	FORQUILHA - CE
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de pavimentação de ruas e vias	ALTO ALEGRE - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e avenidas	AMAJARI - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação e Recapeamento em Ruas e Avenidas	BONFIM - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais	MUCAJAÍ - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação e Recapeamento em Ruas e Avenidas	PACARAIMA - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais	SÃO JOÃO DA BALIZA - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Recuperação de Estradas Vicinais	SÃO LUIZ - RR
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado	MI. 01223	Execução de Serviços de Pavimentação de Ruas e Vias	POTENGI - CE

Art. 2º Compete à Secretaria ou Entidade Vinculada da Administração Pública Federal, a qual estiver consignada a dotação orçamentária relativa à ação constante na tabela acima, a análise e aprovação formal pela unidade competente do termo de compromisso de que trata o § 1º da art. 3º da Lei n. 11.578, de 26 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Na hipótese de a transferência obrigatória ser efetivada por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, caberá a essas entidades a aprovação de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE FUNDOS REGIONAIS E INCENTIVOS FISCAIS

DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Capítulo III, Anexo VIII da Portaria nº 280, de 6 de junho de 2017, com base na alínea b do inciso VI do artigo 1º da Portaria nº 452, de 21 de dezembro de 2016, ambas do Ministério da Integração Nacional;, c/c alínea "d", do inciso VI, do art. 2º da Portaria nº 452, de 21 e dezembro de 2016, ambas do Ministério da Integração Nacional;

Considerando que a Empresa CAINZA AGROINDUSTRIAL DA AMAZÔNIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.994.224/0001-17, teve projeto aprovado por meio da Resolução CONDEL/SUDAM nº 5.902, e posteriormente, enquadrado na nova sistemática de incentivos fiscais instituída pela Lei nº 8.167/91, por meio da Resolução CONDEL/SUDAM nº 7.764, em 15 de dezembro de 1992, com o objetivo de implantar um empreendimento voltado à exploração da cultura de pimenta do reino, no município de Barcarena/PA, com aporte de recursos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM;

Considerando que o projeto encontra-se paralisado e não apresenta mais viabilidade técnica de ser implantado, tendo por base o objetivo para o qual foi aprovado, conforme última fiscalização realizada no empreendimento - Relatório de Acompanhamento Físico-Contábil nº 028/2015 (Processo nº 59601.000058/2015-11) - conduta essa que configura hipótese legal autorizadora de cancelamento dos incentivos, sem desvio na implantação do projeto, conforme inciso III do § 4º do art. 12 da Lei nº 8.167/1991;

Considerando que a Empresa apresentou Recurso Administrativo, o qual afastou a configuração de desvio de recursos. Contudo, o projeto apresentava irregularidades ensejadoras de cancelamento dos incentivos, quais sejam: a paralisação e a invialidade do empreendimento; e

Considerando a manifestação da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI/SFRI, por meio do Termo de Manifestação nº 64, de 14 de dezembro de 2017, resolve:

CANCELAR, de fato e de direito, SEM desvio na aplicação de recursos, dos incentivos fiscais do Finam concedidos à Empresa CAINZA AGROINDUSTRIAL DA AMAZÔNIA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.994.224/0001-17, pelo fato da Empresa estar paralisada e o projeto inviável técnicamente.

ANTÔNIO LUIS DA SILVA

PORTARIA Nº 12, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E DE RECUPERAÇÃO DE PROJETOS - DFRP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, do art. 10, Seção III, Capítulo III, Anexo VIII da Portaria nº 280, de 6 de junho de 2017, com base na alínea b do inciso VI do artigo 1º da Portaria nº 452, de 21 de dezembro de 2016, ambas do Ministério da Integração Nacional;

Considerando as análises técnicas constantes no elatório de Acompanhamento Físico Contábil - REAFC nº 018/2015 (Processo 59651.000046/2015-97), de 12 de agosto de 2015, com data de referência de 30 de abril de 2015, e da visita dos técnicos à base física do projeto em 18 e 19 de junho de 2015, abrangendo o período contábil de 1º de março de 2012 a 30 de abril de 2015; no Relatório de Conclusão do Projeto - Recon nº 09, de 23 de novembro de 2017 (0698135), da equipe técnica da GRB, e no Despacho GRB 0700025, de 27 de novembro de 2017, os quais foram favoráveis à emissão do CEI em favor da Beneficiária do Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam e atestaram a regularidade do Empreendimento e o percentual de implantação de 100% para um nível de 100% de recursos financeiros liberados;

Ademais, considerando os termos do Parecer nº 74/2017 (0698135) e do Despacho CGIP 0708439, ambos da Coordenação-Geral de Instrução de Processos - CGIP, todos favoráveis à emissão de CEI em favor da Empresa Agropecuária Camila S/A, inscrita sob o CNPJ/MF nº 02.298.704/0001-18, com projeto localizado no Município de Paranatinga, Estado do Mato Grosso - MT; e

Considerando o disposto na manifestação exarada por meio do Termo de Proposição de Manifestação nº 68 (0708440), da Comissão Consultiva para os Fundos de Investimentos - CCFI, resolve:

Art. 1º - Emitir o CERTIFICADO DE EMPREENDIMENTO IMPLANTADO - CEI, para fins do que dispõe o § 12 do art. 5º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991, com a nova redação que lhe foi dada pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em favor da referida Incentivada, que recebeu recursos do Fundo de Investimentos do Amazonas - Finam, nas modalidades de art. 5ºda Lei nº 8.167/1991;

Art. 2º - A Empresa Beneficiária fica obrigada a encaminhar informações ao DFRP, para fins de avaliação econômica, por um período de dez anos, de acordo com os preceitos do § 1º do art. 21 da Portaria MI nº 452/2016;

Art. 3º - O não atendimento ao disposto no artigo anterior representará inadimplência a ser considerada por ocasião da apresentação de pleitos futuros ao Ministério da Integração Nacional.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO LUIS DA SILVA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 264, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
RS	Panambi	Vendaval - COBRADE 1.3.2.1.5	112	24/10/17	59051.004730/2017-83
MS	Itaquiraí	Chuvas intensas - COBRADE 1.3.2.1.4	4291	07/11/17	59051.004862/2017-13
PI	Ipiranga do Piauí	Estiagem - COBRADE 1.4.1.1.0	018	20/11/17	59051.004815/2017-61
SE	Canindé de São Francisco	Estiagem - COBRADE 1.4.1.1.0	596	22/11/17	59051.004816/2017-14
MG	Pirapetinga	Erosão Continental -Boçorocas - COBRADE 1.1.4.3.3	176	24/11/17	59051.004863/2017-50

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

PORTARIA Nº 265, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria n. 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI n. 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e, ainda, a publicação da Portaria n. 638, de 7 de dezembro de 2017, que autorizou o empenho e a transferência de recursos complementares, e o contido no Processo Administrativo n. 59050.000324/2014-17, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de Recuperação previstos no art. 4º da Portaria n. 261, de 18 de dezembro. de 2015, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de São José dos Quatros Marcos - MT, para ações de Defesa Civil, para até 17/06/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.176, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprova o Regimento Interno do Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 6º do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1° Fica aprovado o Regimento Interno do Gabinete do Ministro, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2° O quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança, nos termos do art. 6º, parágrafo único do Decreto n° 9.150 de 4 de setembro de 2017, é o constante do Anexo IV à Portaria nº 820, de 29 de setembro de 2017.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as Portaria nº 557, de 10 de maio de 2016 e nº 1.315, de 26 de julho de 2007.

TORQUATO JARDIM

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE

CAPÍTULO I

DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1° O Gabinete, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a que se refere o art. 2º, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017, tem por finalidade:

I - assistir o Ministro em sua representação política e social e ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal, de sua pauta de audiências e de compromissos;

II - coordenar e desenvolver atividades que auxiliem a atuação institucional do Ministério, no âmbito internacional, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e com outros órgãos da administração pública;

III - planejar, coordenar e executar a política de comunicação social e a publicidade institucional do Ministério, em consonância com as diretrizes de comunicação da Presidência da República;

IV - supervisionar e coordenar as atividades de ouvidoria e as atividades relacionadas aos sistemas federais de transparência e de acesso a informações, no âmbito do Ministério;

V - apoiar as atividades relacionadas ao Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, no âmbito do Ministério, nos termos do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005;

VI - apoiar as atividades relacionadas ao sistema federal de controle interno no âmbito do Ministério;

VII - providenciar a publicação oficial dos atos que forem de competência do Gabinete;

VIII - fomentar e articular o diálogo entre os diferentes segmentos da sociedade civil e os órgãos do Ministério, inclusive por meio da articulação com os órgãos colegiados;

IX - coordenar e articular as relações políticas do Ministério com os diferentes segmentos da sociedade civil;

X - apoiar as atividades relacionadas às relações parlamentares e federativas; e

XI - acompanhar e monitorar os conselhos e demais órgãos colegiados do Ministério.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2° O Gabinete do Ministro - GM - tem a seguinte estrutura:

1. Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro - CGGab:

1.1. Divisão de Cerimonial - DIREC:

1.1.1. Serviço de Cerimonial - SEC;

2. Coordenação Administrativa e de Gestão Processual - CAGP:

2.1. Divisão de Apoio Administrativo e Patrimonial - DIAP;

2.2. Divisão de Gestão de Contratos - DIGEC;

2.3. Divisão de Execução Orçamentária e Financeira - DEOF;

2.4. Divisão de Segurança Orgânica do Gabinete - DISOG;

2.5. Divisão de Documentação - DIDOC:

2.5.1. Serviço de Publicação - SP;

2.5.2. Serviço de Revisão - SR;

3. Coordenação de Participação Social e de Conselhos - CPART;

4. Corregedoria-Geral - COGER;

5. Assessoria Internacional - AI:

5.1. Coordenação de Assuntos Internacionais - CAI:

5.1.1. Divisão de Relações Internacionais - DRI;

6. Assessoria de Comunicação Social - ASCOM:

6.1. Serviço de Publicidade e Promoção - SEPP;

6.2. Serviço de Mídia Digital e Audiovisual - SMA;

6.3. Serviço de Apoio Administrativo - SAD;

7. Ouvidoria-Geral - OUV:

7.1. Serviço de Transparência e Acesso à Informação - STAI;

7.2. Serviço de Ouvidoria - SOUV.

Art. 3° O Gabinete é dirigido por Chefe de Gabinete; as Assessorias, por Chefe de Assessoria; a Coordenação-Geral, por Coordenador-Geral; a Ouvidoria-Geral, por Ouvidor; a Corregedoria-Geral, por Corregedor; e as Divisões, os Serviços e Setores, por Chefes, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições, o Chefe de Gabinete conta com cinco Assessores, três Assessores Técnicos, um Assistente, um Assistente Técnico, um Coordenador-Geral de Gabinete, dois Chefes de Assessoria, um Ouvidor e um Corregedor.

Art. 4° Os ocupantes das funções previstas no art. 3º, caput, serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores por eles indicados e previamente designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5° À Coordenação-Geral do Gabinete compete:

I - assessorar o Chefe de Gabinete no desempenho de suas atribuições, inclusive em sua representação política e institucional;

II - planejar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas do Gabinete, bem como gerir os recursos humanos lotados no Gabinete, ressalvadas as competências da Secretaria-Executiva; e

III - planejar, orientar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas com a programação e a execução orçamentária e financeira, a administração patrimonial, a gestão documental, a participação social e de conselhos, a segurança e o cerimonial do Ministro;

Art. 6º À Divisão de Cerimonial compete:

I - coordenar, orientar e executar o cerimonial do Ministro, bem como dar suporte técnico aos demais eventos do Ministério, zelando pela observância das normas do cerimonial público; e

II - promover, em cooperação com as unidades subordinadas e entidades vinculadas ao Ministério, eventos e datas comemorativas.

Art. 7º Ao Serviço de Cerimonial compete:

I - executar as atividades de apoio logístico voltadas ao atendimento dos eventos promovidos pelo Gabinete, bem como às viagens nacionais e internacionais do Ministro; e

II - apoiar a organização dos eventos oficiais internos e externos realizados pelas unidades subordinadas e entidades vinculadas em que o Ministro esteja presente;

Art. 8° À Coordenação Administrativa e de Gestão Processual compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas do Gabinete; e

II - realizar as atividades relacionadas com a programação, a execução orçamentária e financeira, a administração patrimonial e a gestão documental.

Art. 9° À Divisão de Apoio Administrativo e Patrimonial compete:

I - executar as atividades de gestão administrativa e de pessoal, de serviços gerais, gestão de material e de patrimônio do Gabinete;

II - desenvolver e executar atividades de fomento à inovação e à modernização, no âmbito do Gabinete;

III - coordenar, acompanhar e orientar as atividades relacionadas à frequência, lotação, movimentação, posse, capacitação e férias dos servidores e dos estagiários, bem como prestar apoio à Coordenação Administrativa e de Gestão Processual em assuntos relacionados à gestão de pessoas;

IV - providenciar e monitorar a execução das atividades de recepção e secretariado, portaria, copa, transporte, vigilância, conservação, limpeza, manutenção e outros serviços gerais prestados por empresas terceirizadas nas dependências do Gabinete;

V - providenciar a manutenção do material em uso e propor ao órgão competente troca, cessão ou baixa do material inservível;

VI - requisitar ao órgão competente o material necessário aos serviços do Gabinete; e

VII - controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais de responsabilidade do Gabinete, bem como acompanhar a realização de inventário anual.

Art. 10. À Divisão de Gestão de Contratos compete, exclusivamente, acompanhar, auxiliar, orientar e controlar as atividades relativas aos contratos sob a responsabilidade do Gabinete.

Art. 11. À Divisão de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - elaborar a proposta orçamentária do Gabinete e acompanhar a sua execução, bem como a obtenção de créditos adicionais;

II - elaborar a programação financeira do Gabinete e acompanhar a sua execução;

III - providenciar e controlar, caso autorizada pelo Chefe de Gabinete, a concessão de suprimentos de fundos para servidores do Gabinete e acompanhar sua aplicação e comprovação;

IV - providenciar e controlar a concessão de diárias e a emissão de passagens no âmbito do Gabinete;

V - providenciar subsídios para a elaboração do relatório de gestão e relatório de prestação de contas solicitados pela Presidência da República;

VI - acompanhar recomendações e planos de providências oriundos dos órgãos de controle; e

VII - elaborar o Plano Setorial de Aquisições - PSA - do Gabinete, acompanhar as reuniões da Comissão de Aquisições Compartilhadas - CAC - e atender todas as demandas inerentes a ela.

Art. 12. À Divisão de Segurança Orgânica do Gabinete do Ministro compete:

I - articular com a Divisão de Segurança de Dignatários da Polícia Federal o cumprimento da segurança pessoal do Ministro, de forma a resguardar sua integridade física e moral no exercício da função, inclusive em seus deslocamentos nacionais e internacionais;

II - dirigir, coordenar, planejar e executar a segurança orgânica do Gabinete, resguardando a integridade física e moral no exercício da função de todos que o compõem, sob a orientação do Chefe de Gabinete;

III - recomendar à unidade competente pela segurança do órgão ações e atividades destinadas a estruturar ou complementar a segurança do Ministro e do Ministério; e

IV - solicitar apoio material e de pessoal ao Departamento de Polícia Federal ou a outras instituições policiais, às Adidâncias ou Representações Diplomáticas, sempre que necessário ao cumprimento de sua missão institucional.

Art. 13. À Divisão de Documentação compete:

I - planejar, supervisionar e executar as atividades de produção, recebimento, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos, no âmbito do Gabinete;

II - assegurar o uso adequado dos recursos técnicos de gestão da informação, no âmbito do Gabinete; e

III - coordenar os serviços de preparação de respostas das correspondências e dos documentos do Ministro.

Art. 14. Ao Serviço de Publicação compete:

I - indexar e registrar os atos normativos do Ministério publicados no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviço;

II - acompanhar e registrar as alterações, revogações e correlações dos atos normativos do Ministério;

III - prestar informações sobre publicação, alteração e vigência dos atos normativos do Ministério, quando solicitado pelas demais áreas; e

IV - administrar, alimentar e atualizar base de dados de controle de atos normativos publicados pelo Ministério.

Art. 15. Ao Serviço de Revisão compete:

I - receber, classificar, autuar, cadastrar e distribuir os documentos destinados ao Ministro e às demais unidades do Gabinete;

II - providenciar a expedição, física ou eletrônica, de expedientes e atos;

III - revisar e publicar expedientes e atos assinados por autoridades da unidade; e

IV - monitorar a tramitação e prestar informações referentes aos documentos de interesse do Gabinete.

Art. 16. À Coordenação de Participação Social e de Conselhos compete:

I - Mapear as instâncias e os mecanismos de participação social do Ministério;

II - Acompanhar as ações de participação social que envolvam o Ministério;

III - Promover a articulação das instâncias e dos mecanismos de participação social no âmbito do Ministério; e

IV - Coordenar e sistematizar, em conjunto com o Chefe de Gabinete, as indicações de representantes do Ministério nas instâncias de participação social internas e de outros órgãos.

Art. 17. À Corregedoria-Geral compete:

I - executar, no âmbito de suas atribuições, as atividades relacionadas à prevenção e à apuração de irregularidades disciplinares, por meio da instauração e da condução de procedimentos correcionais, disciplinares e sindicâncias patrimoniais;

II - instaurar e conduzir procedimentos administrativos disciplinares e sindicâncias patrimoniais, bem como decidir o arquivamento, em sede de juízo de admissibilidade, para apurar

responsabilidade de servidor do Ministério ou de órgão da estrutura desde que não possua unidade de correição própria, ressalvada eventual determinação do Ministro para atuar em qualquer dos órgãos do Ministério;

III - convocar, mediante acordo com o Chefe de Gabinete, servidores em exercício no Ministério, ou em qualquer dos órgãos de sua estrutura, para atuarem em procedimentos administrativos disciplinares ou sindicâncias patrimoniais;

IV - representar ao Ministro pelo afastamento do exercício do cargo, ou do exercício em outro setor ou órgão, de servidor que responda a processo disciplinar, nos termos do art. 147 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sempre que o acusado oferecer risco para a devida apuração da irregularidade ou para a segurança dos demais servidores;

V - propor ao Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal medidas que visem à definição, padronização, sistematização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes à atividade de correição, bem como os relativos ao aprimoramento das atividades relacionadas às sindicâncias, aos processos administrativos disciplinares e às atividades de correição;

VI - participar de atividades que exijam ações conjugadas das unidades integrantes do Sistema de Correição, com vistas ao aprimoramento do exercício das atividades que lhes são comuns;

VII - manter registro atualizado da tramitação e do resultado dos processos e expedientes em curso, além de encaminhar ao Órgão Central do Sistema dados consolidados e sistematizados relativos aos resultados das sindicâncias e dos processos administrativos disciplinares, bem como à aplicação das penas respectivas;

VIII - supervisionar as atividades de correição desempenhadas pelos órgãos e pelas entidades submetidos à sua esfera de competência; e

IX - prestar apoio ao Órgão Central do Sistema na instituição e manutenção de informações para o exercício das atividades de correição.

Art. 18. À Assessoria Internacional compete:

I - identificar, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores, os assuntos de interesse da política externa brasileira que requeiram a participação das unidades subordinadas e entidades vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública;

II - identificar junto às unidades subordinadas e entidades vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, os temas e programas que possam ser objeto de cooperação internacional e intermediá-los em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores;

III - prestar assistência às áreas técnicas do Ministério da Justiça e Segurança Pública nas negociações com governos estrangeiros e organismos internacionais, visando à uniformidade de ações do Governo Federal, em consonância com a política externa brasileira;

IV - assessorar o Ministro, no país e no exterior, nos assuntos internacionais de interesse do Ministério;

V - deliberar, em conjunto com o Chefe de Gabinete, sobre a participação do Ministro ou de seus representantes em eventos internacionais; e

VI - representar o Ministério e coordenar as áreas técnicas envolvidas , em grupos de trabalho ou similares instituídos pelo Ministério das Relações Exteriores.

Art. 19. À Coordenação de Assuntos Internacionais compete:

I - elaborar, viabilizar e acompanhar, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores e com as demais unidades subordinadas e entidades vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, as atividades e programas de cooperação e intercâmbio com governos estrangeiros e organismos internacionais;

II - receber e intermediar as demandas apresentadas pelas missões diplomáticas estrangeiras; e

III - divulgar às áreas com pertinência temática os eventos de caráter internacional e formalizar a designação dos representantes indicados.

Art. 20. À Divisão de Relações Internacionais compete:

I - receber, identificar, registrar, classificar, controlar e encaminhar os documentos e as correspondências da Assessoria Internacional; e

II - intermediar os pedidos de passaporte, oficial e diplomático, e de vistos para servidores do Ministério da Justiça e Segurança Pública em missão oficial ao exterior, bem como providenciar as exposições de motivos referentes aos afastamentos do Ministro.

Art. 21. À Assessoria de Comunicação Social, órgão setorial do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal, compete:

I - planejar, coordenar e executar a política de Comunicação Social do Ministério, em consonância com as diretrizes de comunicação da Presidência da República;

II - produzir e divulgar conteúdos institucionais das ações do Ministério em suas principais áreas de atuação;

III - participar aos dirigentes todos os assuntos de interesse do Ministério veiculados nos meios de comunicação;

IV - atender às solicitações de informação dos meios de comunicação e responder aos questionamentos relativos às ações do Ministério;

V - organizar e acompanhar as entrevistas concedidas à imprensa pelo Ministro e pelas demais autoridades do Ministério;

VI - coordenar atividades relacionadas à publicidade institucional do Ministério, mediante prévia aprovação da Secretaria de Comunicação da Presidência da República;

VII - organizar e manter, em consonância com os demais setores do Ministério, a página do Ministério na internet, nas redes sociais, bem como a rede interna de comunicação;

VIII - avaliar e aprovar os materiais gráficos, publicitários, audiovisuais e de web produzidos por todos os setores do Ministério para fins de divulgação interna e externa; e

IX - gerir e fiscalizar os contratos celebrados para o desenvolvimento das atividades de comunicação do Ministério.

Art. 22. Ao Serviço de Publicidade e Promoção compete:

I - propor, desenvolver e executar, quando aprovadas, as atividades relacionadas à publicidade institucional do Ministério;

II - desenvolver, em consonância com os demais setores do Ministério, peças gráficas para uso nas diversas ferramentas de comunicação do Ministério;

III - desenvolver campanhas educativas, preventivas e de serviços;

IV - avaliar os materiais gráficos, publicitários, audiovisuais e de web produzidos por todos os setores do Ministério para fins de divulgação interna e externa; e

V - acompanhar a gestão e execução dos contratos celebrados para o desenvolvimento da atividade de publicidade.

Art. 23. Ao Serviço de Mídia Digital e Audiovisual compete:

I - organizar e manter, em consonância com os demais setores do Ministério, a página do Ministério na internet e nas redes sociais;

II - fornecer suporte audiovisual aos eventos, às reuniões e às solenidades do Ministério, quando necessário;

III - registrar as ações e os eventos do Ministério;

IV - editar e formatar material audiovisual sobre ações do Ministério, para efeitos de divulgação;

V - manter o arquivo de imagem e som do Ministério; e

VI - zelar pelos equipamentos de áudio e vídeo, sob a guarda do Gabinete, que sejam utilizados pela unidade.

Art. 24. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete coordenar as atividades administrativas da Assessoria de Comunicação Social.

Art. 25. À Ouvidoria-Geral compete:

I - exercer a função de ouvidoria-geral dos índios, do consumidor, das polícias federais referidas nos incisos VIII e IX do art. 1º do Anexo I ao Decreto 9.150, de 4 de setembro de 2017, e dos demais temas afetos à Pasta, na qualidade de ouvidoria-central;

II - planejar, coordenar, desenvolver e orientar tecnicamente a rede de representantes de ouvidoria do Ministério, a partir da articulação com as unidades subordinadas e entidades vinculadas ao Ministério e com os órgãos afetos ao tema, estabelecendo normas e procedimentos padrões no âmbito do Ministério;

III - planejar, coordenar, desenvolver e orientar tecnicamente a rede de transparência e acesso à informação do Ministério, a partir da articulação com as unidades subordinadas e entidades vinculadas ao Ministério e com os órgãos afetos ao tema;

IV - requerer informações necessárias ao desempenho de sua função;

V - fornecer aos dirigentes do órgão informações e dados, sugerindo-lhes formas ou pontos de aprimoramento da gestão e dos serviços públicos prestados pelo Ministério, com o objetivo de proporcionar ao cidadão maior segurança e satisfação em relação à atuação institucional;

VI - promover a interlocução entre o cidadão e o Ministério, suas unidades subordinadas e entidades vinculadas, bem como mediar conflitos na busca de soluções possíveis;

VII - promover a transparência pública, o acesso à informação pública e a abertura de dados;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - fomentar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, bem como orientar as unidades da pasta e suas vinculadas, sempre que necessário, acerca do tratamento dos documentos sigilosos ou com restrição de acesso; e

IX - assessorar o Ministro e seu suplente nas reuniões da Comissão Mista de Reavaliação da Informação - CMRI.

Art. 26. Ao Serviço de Ouvidoria compete:

I - receber, registrar, analisar, encaminhar, monitorar e responder denúncias, reclamações, solicitações, elogios e sugestões dos servidores e dos cidadãos;

II - orientar os cidadãos sobre as atividades exercidas pelo Ministério, por seus órgãos vinculados ou por agentes públicos, bem como sobre os órgãos competentes para responder as demandas, caso o assunto não seja de competência da Pasta;

III - produzir, organizar e interpretar dados e informações sobre as manifestações recebidas, submetendo ao Ouvidor proposta de adoção de medidas para o aprimoramento das atividades exercidas Ministério;

IV - manter articulação e integração com os representantes da ouvidoria nas unidades subordinadas e entidades vinculadas ao Ministério; e

V - fomentar pesquisas de satisfação sobre os serviços públicos oferecidos pelo Ministério.

Art. 27. Ao Serviço de Transparência e Acesso à Informação compete:

I - promover a transparência pública, o acesso à informação pública e a abertura de dados no âmbito do Ministério;

II - manter o menu "Acesso à Informação" do Portal do Ministério, em conformidade com os arts. 7º e 8º do Decreto nº 7.724, de 2012;

III - propor ao Ouvidor o aperfeiçoamento dos procedimentos adotados no âmbito do Ministério para acesso à informação;

IV - prestar assistência à autoridade designada à apreciação dos recursos e das reclamações de que tratam o art. 17 da Lei nº 12.527, de 2011, o parágrafo único do art. 21 e os arts. 22 e 37 do Decreto nº 7.724, de 2012; e

V - manter articulação e integração com os representantes da transparência e acesso à informação nas unidades subordinadas e entidades vinculadas ao Ministério.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 28. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - prestar assistência ao Ministro em sua representação política e social;

II - manter contato com os titulares das demais unidades subordinadas e entidades vinculadas ao Ministério para solucionar os assuntos submetidos à consideração do Ministro, e monitorar o cumprimento das determinações do Ministro, pelos Secretários e Assessores Especiais;

III - orientar, coordenar e supervisionar a execução das atividades do Gabinete e de suas unidades;

IV - praticar atos de administração orçamentária e financeira e de administração geral;

V - homologar os atos normativos que disciplinam o funcionamento das diversas unidades do Gabinete;

VI - responsabilizar-se pelos assuntos de interesse direto do Ministro, bem como pela preparação de sua agenda e viagens;

VII - receber, ordenar, registrar, expedir e acompanhar a tramitação de documentos e processos no âmbito do Gabinete;

VIII - coordenar os agendamentos, atendimentos e as audiências concedidas pelo Ministro; e

IX - prestar assistência ao Ministro em outras tarefas por ele designadas.

Art. 29. Aos Chefes de Assessoria incumbe:

I - prestar assistência ao Ministro e ao Chefe de Gabinete nos assuntos afetos à área de competência da Assessoria;

II - coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades da respectiva Assessoria, mantendo o Chefe de Gabinete informado sobre o andamento dos trabalhos;

III - orientar o serviço no âmbito da Assessoria; e

IV - submeter ao Chefe de Gabinete as solicitações que importem a realização de despesas.

Art. 30. Ao Coordenador-Geral incumbe:

I - prestar assistência ao Ministro e ao Chefe de Gabinete nos assuntos afetos à sua área de competência ou a outras tarefas por eles designadas, inclusive em sua representação política e institucional;

II - planejar e coordenar as atividades da respectiva Coordenação-Geral, mantendo a chefia imediata informada sobre os andamentos do trabalho;

III - organizar e processar os documentos relacionados às atividades da Coordenação-Geral, submetendo-os à chefia imediata; e

IV - orientar o serviço no âmbito da Coordenação-Geral.

Art. 31. Ao Ouvidor incumbe:

I - prestar assistência direta ao Ministro, ao Chefe de Gabinete e aos demais dirigentes quanto aos temas afetos à unidade, além de fornecer-lhes informações e dados para o aprimoramento da gestão e dos serviços públicos prestados pela Pasta;

II - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades da unidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas, em sua área de competência;

III - representar o Ministério, interna e externamente, em atividades relacionadas aos temas de sua competência;

IV - desempenhar as atribuições previstas no art. 40 da Lei nº 12.527, de 2011, na apreciação de recursos e reclamações de que tratam o art. 17 da Lei nº 12.527, de 2011, o parágrafo único do art. 21 e os arts. 22 e 37 do Decreto nº 7.724, de 2012;

V - promover, de forma permanente, a articulação e a integração com as unidades subordinadas e entidades vinculadas ao Ministério;

VI - requerer informações para o desempenho de suas atribuições, bem como recomendar às unidades que adotem providências para sanar ou dirimir problemas identificados, sempre com vistas à melhoria dos serviços públicos ou da transparência e acesso à informação; e

VII - orientar os serviços no âmbito de sua atuação.

Art. 32. Ao Corregedor incumbe:

I - prestar assistência ao Ministro e ao Chefe de Gabinete nos assuntos afetos à área de competência da Corregedoria;

II - coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades da Corregedoria, mantendo o Chefe de Gabinete e o Ministro informados sobre o andamento dos trabalhos;

III - instaurar procedimentos administrativos disciplinares e sindicâncias patrimoniais, bem como decidir o arquivamento de representações em sede de juízo de admissibilidade, nos termos do inciso II do art. 27 deste Regimento;

IV - conduzir, sempre que necessário, procedimentos disciplinares;

V - convocar, mediante acordo com o Chefe de Gabinete, servidores em exercício no Ministério, ou em qualquer dos órgãos de sua estrutura, para atuarem em procedimentos administrativos disciplinares ou sindicâncias patrimoniais;

VI - representar ao Ministro pelo afastamento do exercício do cargo, ou do exercício em outro setor ou órgão, de servidor que responda a processo disciplinar, nos termos do art. 147 da Lei nº 8.112, de 1990, sempre que o acusado oferecer risco para a devida apuração da irregularidade ou para a segurança dos demais servidores; e

VII - orientar os serviços no âmbito de sua atuação.

Art. 33. Aos Chefes de Divisão incumbe:

I - coordenar, dirigir, orientar, supervisionar e acompanhar os trabalhos da unidade;

II - realizar estudos com vistas a subsidiar as decisões das chefias imediatas;

III - representar, quando designados, a autoridade superior;

IV - elaborar planos e programas de trabalho; e

V - fornecer dados para elaboração da proposta orçamentária e da programação financeira do Gabinete, bem como do relatório anual de atividades.

Art. 34. Aos Chefes de Serviço e de Setores incumbe:

I - gerir a execução das atividades afetas ao respectivo Serviço ou Setor;

II - emitir parecer sobre assuntos pertinentes à respectiva área de competência;

III - elaborar relatório dos trabalhos realizados pelo Serviço ou Setor; e

IV - praticar atos de administração necessários à execução de suas atividades.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35. Aos servidores com funções não especificadas neste Regimento caberá executar as atribuições que lhes forem cometidas por seus superiores imediatos.

Art. 36. Além das competências e atribuições estabelecidas neste Regimento, outras poderão ser cometidas aos órgãos e servidores pela autoridade competente, com o propósito de cumprir a finalidade do Gabinete.

Art. 37. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe de Gabinete.

PORTARIA Nº 1.178, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Portaria nº 925, de 31 de outubro de 2017, que Delega e subdelega competências ao Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, o Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, o Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017, e a Portaria nº 1.056, de 11 de junho de 2003, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de janeiro de 1967, e no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 925, de 31 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2.....

.....

III - nomear e exonerar ocupantes de cargos em comissão do Grupo-Direção Assessoramento Superiores DAS, níveis 1 a 4, observadas as disposições do Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, do Presidente da República. (NR)"

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TORQUATO JARDIM

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 116ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Às 10:16h do dia treze de dezembro de dois mil e dezessete, o Presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, declarou aberta a presente sessão. Participaram os Conselheiros do Cade João Paulo de Resende, Paulo Burnier da Silveira, Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Mauricio Oscar Bandeira Maia e Polyanna Ferreira Silva Vilanova. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Presentes o Procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Walter de Agra Júnior, o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Márcio Barra Lima, e o Secretário do Plenário, Paulo Eduardo Silva de Oliveira.

O Presidente do Cade anunciou que a autarquia foi homenageada, no dia 7 de dezembro, por suas contribuições ao Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Sensível - PNPC, coordenado pela Agência Brasileira de Inteligência - Abin. A menção ocorreu durante a cerimônia de celebração dos 20 anos da iniciativa. Para a Abin, entre os mais de 90 órgão participantes, o Cade simboliza o sucesso do programa por seu engajamento na implementação das recomendações. No Cade o aprimoramento dos controles relacionados ao conhecimento sensível decorre de iniciativas do Projeto Cadeado e do envolvimento de toda a instituição para o constante acompanhamento e desenvolvimento de ações de melhoria da segurança institucional. Destacou, também, o lançamento, na presente sessão, da nova intranet do Cade. Trata-se de projeto estratégico que permitirá avanços significativos nas agendas de comunicação interna e de gestão do conhecimento.

JULGAMENTOS

1. Processo Administrativo nº 08012.001395/2011-00

Representante: SDE ex officio

Representadas: Philips & Lite-on Digital Solutions Corp., Royal Philips Electronics N.V, Lite-On IT Corporation, Peggy (Chao-Jung) Su, Charlie (Huan Hsiung) Tseng, Y.M (Yiming) Chang, Freddie Hsieh, Jerry (Yow Tsong) Hsieh, Michael Hong Ming Chang, Frederick (Kwong Yew) Wong, Nina (Jui Ping) Wang, Michael (Ren-Wu) Gong, Chang-Der Liu, William Earl Reynolds Jr, Jenn Chiang Lim, Mike (Minghsing) Wu, Leland Key, Hitachi LG Data Storage,Toshiba Samsung Storage Technology Corporation, Sony Optiarc Inc, Teac Corporation, BenQ Corporation (atual Qisda Corporation) e Quanta Storage Inc - QSI

Advogados: Daniel Oliveira Andreoli, Mario Glauco Pati Neto, Fabio Amaral Figueira, Mariana Villela Corrêa, Amadeu Carvalhaes Ribeiro, Frederico Carrilho Donas, Caio Mário da Silva Pereira Neto, Daniel Douek, André Marques Gilberto, Álvaro Adelino Marques Bayeux, Carlos Augusto Behrensdorf Derrak, Ana Cristina Von Gusseck Kleindienst, Paulo de Abreu Leme Filho, André Fonseca Leme, Mário Roberto Villanova Nogueira

Relator: Conselheiro João Paulo de Resende

O processo foi retirado de pauta a pedido do Conselheiro Relator.

Pedido de Autorização Precária e Liminar no Ato de Concentração 08700.007756/2017-51

Requerentes: Excelente B. V., Rio de Janeiro Aeroportos S.A. e Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Advogados: Joyce Midori Honda e outros

Relator: Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia

Decisão: O Plenário, por unanimidade, concedeu a autorização precária e liminar para a consumação da presente operação e, por conseguinte, julgou prejudicado o ato de concentração sob o nº 08700.004105/2017-17, por perda de objeto, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

3. Processo Administrativo nº 08700.000625/2014-08

Representante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte

Representados: Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo do Estado do Rio Grande do Norte - Sindipostos, Antônio Cardoso Sales, Agenor Silveira Távora Neto, José Vasconcelos da Rocha Júnior, Túlio Maurício Câmara Flor, Luis da Costa Cirne Júnior, Rildeniro Medeiros, Fernando Dinoá Medeiros Filho, Posto Novo Horizonte II, Posto Novo Horizonte, Posto Pium Ltda., Posto Pium Ltda. (Filial I), Posto Pium Ltda. (Posto Pirangi), Cavalcanti & Rocha Ltda. (Posto Arêz), Cavalcanti & Rocha Ltda. (Posto Litoral Norte), Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda. (Postos Cirne I), Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda. (Posto Cirne II), Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda. (Posto Cirne III), Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda. (Posto Cirne IV), Cirne Pneus Comércio e Serviços Ltda. (Posto Cirne V), Cirne Distribuidora de Bebidas Ltda., Tirol Comércio Ltda., Joaquim Alves Flôr & Cia. Ltda. (Posto Jota Flôr I), Joaquim Alves Flor & Cia Ltda. (Posto Jota Flôr II) Joaquim Alves Flôr & Cia. Ltda. (Posto Jota Flôr III), Joaquim Alves Flor & Cia Ltda. (Posto Jota Flôr IV), M.B. Comércio e Derivados de Petróleo Ltda. (Posto Via Sul) e Petrobras Distribuidora S.A.

Advogados: Arthur Villamil Martins, Fernando Antônio Leal Caldas Filho, Pedro Lucas de Moura Soares, Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues e outros.

Relatora: Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova

Manifestaram-se oralmente os advogados Fábio de Oliveira Rodrigues, pela Representada Petrobras Distribuidora S.A.; Pedro Lucas de Moura Soares, pela Representada Rildeniro Medeiros e Arthur Villamil Martins, pelos Representados Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Rio Grande do Norte - SINDIPOSTOS, Posto Novo Horizonte II, Posto Novo Horizonte, Posto Pium Ltda., Posto Pium Ltda. (Filial I), Posto Pium Ltda. (Posto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900137

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pirangi) e outros, bem como o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Márcio Barra Lima.

Após o voto da Conselheira Relatora pelo arquivamento do processo em relação a todos os Representados e pelo não acolhimento de recomendação de instauração de processo administrativo em face de Keines Alves Garcez e Eduardo Augusto de Viveiros Pinheiro Borges ou de pessoas jurídicas de que sejam sócios, acompanhado integralmente pelo Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia, o julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro João Paulo de Resende. Aguardam os demais.

2. Processo Administrativo nº 08012.007155/2008-13

Representante: ZF Serviços Ltda.

Advogado: Álvaro Miranda Ramirez

Representados: Associação de Centros Comerciais Atacadistas de Santa Catarina (ACECOMVI) e Jorge Luiz Seyfferth

Advogado: Marcelo Galli Santana

Relatora: Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Manifestou-se oralmente o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Márcio Barra Lima, aditando o parecer ministerial para que, em caso de condenação por ocasião do julgamento do presente processo, seja expedido ofício ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina para ciência, adoção e providências cabíveis no âmbito cível de tutela coletiva.

Decisão: Após o voto da Conselheira Relatora pela condenação dos representados pela prática de infração prevista no artigo 20, inciso I, c/c artigo 21, V, da Lei nº 8.884/1994 (correspondentes ao art. 36, I, e §3º, IV da lei 12.529/11), com aplicação de multa nos seguintes valores: R$ 878.846,00, a Associação de Centros Comerciais Atacadistas de Santa Catarina (ACECOMVI); e R$ 87.885,00, a Jorge Luiz Seyfferth; bem como que a Associação de Centros Comerciais Atacadistas de Santa Catarina (ACECOMVI) comunique o teor da presente decisão aos seus associados, comprovando, perante o CADE, o seu cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação da decisão; manifestou-se em voto-vogal o Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia, pela condenação dos Representados pela prática de infração prevista no art 20, I c/c art. 21, IV, V e X da Lei 8.884/1994 (art. 36, I e §3º, III, IV e VIII da Lei 12.529/2011), propondo a aplicação de multa correspondente a R$ 148.974,00, a Associação de Centros Comerciais Atacadistas de Santa Catarina (ACECOMVI) e de R$ 14.897,40, Jorge Luiz Seyfferth que devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação da decisão, o Conselheiro determinou ainda, nos termos do art. 38, inciso VII, da Lei 12.529/11, que a ACECOMVI comunique o teor dessa decisão aos seus associados em até 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais); na sequência votou a Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova, aderindo ao voto do Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia; o Conselheiro João Paulo de Resende manifestou-se acompanhando o voto da Conselheira Relatora; o Conselheiro Paulo Burnier da Silveira e o Presidente do Cade seguiram o voto-vogal do Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia, sendo que o Conselheiro Paulo Burnier da Silveira sugeriu, ainda, que o voto da Conselheira Relatora, baseado na imposição de penalidade pelo cálculo de vantagem auferida seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, ponto acatado pelos demais integrantes do Plenário.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos Representados e, por maioria, determinou a aplicação das penalidades previstas no voto vogal do Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia. Parcialmente vencidos a Conselheira Relatora e o Conselheiro João Paulo de Resende que divergiram quanto a dosimetria das multas.

4. Processo nº 08700.010322/2012-23

Representante: Cade ex officio

Representadas: Valeo S.A., Valeo Sistemas Automotivos Ltda., Kostal Eletromecânica Ltda. e outros.

Relator: Conselheiro João Paulo de Resende

Decisão: O Plenário, por unanimidade, declarou a extinção de punibilidade em relação aos signatários: Valeo S.A., Valeo Sistemas Automotivos Ltda., Valeo Sistemas Automotivos Ltda. - (ACESSO RESTRITO), as pessoas físicas Alberto Ballesteros Kreigne, Omar Cecchini e Yury Daniel Pereira da Motta, tendo em vista o cumprimento das obrigações previstas no Acordo de Leniência, nos termos do art. 87, parágrafo único, da Lei nº 12.529/2011, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

5. Processo nº 08700.010319/2012-18

Representante: Cade ex officio

Representadas: Indústrias Arteb S.A., Valeo S.A., Valeo Sistemas Automotivos Ltda., Valeo Sistemas Automotivos Ltda - Divisão Iluminação, Valeo Sistemas Automotivos Ltda - Divisão Valeo Service e outros.

Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a extinção de punibilidade em relação aos signatários da leniência: Valeo S.A.,Valeo Sistemas Automotivos Ltda.,Valeo Sistemas Automotivos Ltda. - (ACESSO RESTRITO); Valeo Sistemas Automotivos Ltda.-(ACESSO RESTRITO), Manoel Feitosa Alencar Jr., Pierre Alain Yves Le Marie D"Archemont, George Martins, Sergio Gonsalez Noriega, Ítalo Serra, Emy Yanagizawa , tendo em vista o cumprimento das obrigações previstas no Acordo de Leniência, nos termos do art. 87, parágrafo único, da Lei nº 12.529/11, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

6. Requerimento nº 08700.005226/2017-78

Requerentes: Petrobras Distribuidora S.A.

Advogados: Lauro Celidônio Neto, Frederico Carrilho Donas, Bárbara Decnop.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de compromisso de cessação de conduta, nos termos do Despacho da Presidência nº 323/2017.

7. Requerimento nº 08700.005362/2017-68

Requerentes: Edison Agostinho

Advogados: Arlei Costa e Amanda Barducci Luiz

Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de compromisso de cessação de conduta, nos termos do Despacho da Presidência nº 322/2017.

8. Requerimento nº 08700.002448/2017-39

Requerentes: Sony Optiarc

Advogados: Caio Mario da Silva Pereira Neto

Relator: Conselheiro João Paulo de Resende

Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de compromisso de cessação de conduta, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08012.009566/2010-50

Representante:Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos-CAP

Representados: Sindicon-Sindicato dos Transportadores Autônomos de Contêineres doLitoral Paulista, Sindisan-Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga no Litoral Paulista, Sindicam-Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista, José Luiz Ribeiro Gonçalves, Davi Santos de Lima, Marcelo Marques da Rocha e José Nilton Lima de Oliveira.

Advogados: Celestino Venâncio Ramos, Guilherme Sousa Bernardes, Luiz Eduardo Carvalho dos Anjos, Roberto Antonio Ferreira.

Relator: Conselheiro Paulo Burnier da Silveira

Decisão: O Plenário, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e, no mérito, negou-lhes provimento, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

REFERENDOS

Os despachos, ofícios e outros abaixo relacionados foram referendados pelo Plenário:

Despachos PRES nºs 312/2017 (AC 08012.002689/2011-41), 313/2017 (Req. 08700.000436/2017-70), 314/2017 (Req. 08700.007174/2015-11), 315/2017 (Req. 08700.007820/2015-31), 316/2017 (Req. 08700.006654/2015-56), 317/2017 (AC 08700.010266/2015-70), 318/2017 (AC 08700.005937/2016-61), 319/2017 (Req. 08700.011995/2015-43), 320/2017 (Processo 08012.003706/2000-98), 321/2017 (AC 08012.004423/2009-18), 309/2017 (Processo 08700.007598/2017-39), 310/2017 (Processo 08700.007601/2017-14), 324/2017 (Processo 08700.007305/2017-13), 327/2017 (Acesso Restrito); apresentados pelo Presidente Alexandre Barreto de Souza. O Conselheiro João Paulo de Resende manifestou-se pela não homologação do despacho 319/2017 (Req. 08700.011995/2015-43).

Despachos JPR nºs 26/2017 (PA 08012.001395/2011-00), 27/2017 (PA 08012.004674/2006-50) e ofícios nºs 6355/2017 (PA 08012.007423/2006-27), 6528/2017 (PA 08012.007423/2006-27); apresentados pelo Conselheiro Paulo Burnier da Silveira.

Ofícios CAJS nºs 6457/2017 (AC 08700.002155/2017-51), 6464/2017 (AC 08700.002155/2017-51), 6466/2017 (AC 08700.002155/2017-51), 6467/2017 (AC 08700.002155/2017-51); apresentados pela Conselheira Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt.

Despacho MOBM nº 12/2017 (Acesso Restrito) e Ofícios n°s 6645/2017(PA 08700.009879/2015-64), 6649/2017 (PA08700.009879/2015-64), 6650/2017(PA 08700.009879/2015-64), 6651/2017 (PA 08700.009879/2015-64), 6822/2017 (Acesso Restrito), 6840/2017 (Acesso Restrito); apresentados pelo Conselheiro Maurício Oscar Bandeira Maia.

Despacho PFSV nº 16/2017 (AC 08700.002165/2017-97); apresentados pela Conselheira Polyanna Ferreira Silva Vilanova.

APROVAÇÃO DA ATA

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

Às 14:16h do dia treze de dezembro de dois mil e dezessete, o Presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, declarou encerrada a sessão.

Ficam desde já intimadas as partes e os interessados, na forma dos §§1º e 2º do artigo 144 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - RICADE, quanto aos resultados dos julgamentos do Plenário do Tribunal dos seguintes itens da ata, cujas respectivas decisões foram juntadas aos autos e estão disponíveis para consulta na Coordenação-Geral Processual: 2, 4, 5, 6, 7, 8, Pedido de Autorização Precária e Liminar no Ato de Concentração 08700.007756/2017-51 e Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08012.009566/2010-50.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 25, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Ref.: Procedimento Administrativo nº 08700.003241/2017-81 (apartado de acesso restrito Nº 08700.003262/2017-05) Representante: Cade ex officio. Representados: Construtora Andrade Gutierrez S.A., Construções e Comércio Camargo Correa S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A., Construtora OAS S.A., Construtora Queiroz Galvão S.A., Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A., Construtora Marquise S.A., Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, Constran Construções e Comércio S.A., MWH Brasil Engenharia e Projetos Ltda., TC/BR Tecnlogia e Consultoria Brasileira Ltda, e outros. Acolho a NOTA TÉCNICA Nº 50/2017/CHEFIA GAB-SG/SG/CADE e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c/c art. 186 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face dos Representados mencionados nos parágrafos 33 a 94 da referida Nota Técnica, a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento no art. 36, incisos I a IV c/c seu § 3º, inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "d" e inciso VIII da Lei nº 12.529/2011, na forma do artigo 69 e seguintes da Lei nº 12.529/2011. Notifiquem-se os Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, os Representados deverão especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 195 do Regimento Interno do Cade. Caso os Representados tenham interesse na produção de prova testemunhal, deverão indicar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no art. 70 da Lei nº 12.529/2011 c/c art. 195, §2º, do Regimento Interno do Cade. Ao Protocolo.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DESPACHOS DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 1.830 - Ato de Concentração nº 08700.007741/2017-92. Requerentes: ExxonMobil Exploração Brasil Ltda. e Statoil Brasil Óleo e Gás Ltda. Advogados: Renata Zuccolo e Marianne Correia dos Reis. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.838 - Ato de Concentração nº 08700.007662/2017-81. Requerentes: Atlas Indústria de Eletrodomésticos Ltda. e AB Electrolux. Advogados: Barbara Rosenberg, Marcos Exposto, Ana Carolina C. Zoricic, Carolina Cury Ricciardi e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 6.520, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/90528 - DPF/RPO/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK"S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0008-75, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Espingardas calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.522, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/83645 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GFS SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.099.366/0001-09, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2589/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.538, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/47772 - DPF/LDA/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROGUARDA VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.429.584/0004-19, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1884/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 6.573, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/76016 - DPF/NRI/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO SAO GONCALO SHOPPING RIO, CNPJ nº 06.068.650/0001-55 para atuar no Rio de Janeiro.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.575, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/76759 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa NAFSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.369.790/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 2618/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.627, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/88789 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FORTALEZA - CURSO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 01.350.329/0001-45, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Espingardas calibre 12

4 (quatro) Pistolas calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.642, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/71379 - DPF/AQA/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MARCHESAN IMPLEMENTOS E MÁQUINAS AGRICOLAS TATU S/A, CNPJ nº 52.311.289/0001-63 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2534/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.669, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/101667 - DPF/JVE/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa INTERSEPT VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 08.282.615/0002-40, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Da empresa cedente POSITRONIC - SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA - ME, CNPJ nº 11.487.144/0001-30:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

148 (cento e quarenta e oito) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.673, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/95433 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FUNCIONAL SEGURANÇA CORPORATIVA LTDA, CNPJ nº 08.008.999/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2603/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.678, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/49536 - DPF/VRA/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ENGESEG EMPRESA DE VIGILANCIA COMPUTADORIZADA LTDA, CNPJ nº 64.545.866/0005-94, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1859/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.701, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/91634 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EMBRACON SEGURANÇA E VIGILANCIA S/A, CNPJ nº 04.452.053/0001-02, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 2594/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.720, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99020 - DELESP/DREX/SR/DPF/PR, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HUFFOZ VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.188.532/0001-58, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 2664/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.721, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/100231 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FORT KNOX SISTEMAS DE SEGURANÇA S/S LTDA, CNPJ nº 68.317.684/0001-93, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente MARVIN SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.145.243/0001-79:

22 (vinte e dois) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente MANHATTAN"S SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 38.879.979/0001-92:

7 (sete) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente SKILL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 69.117.869/0001-17:

9 (nove) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente MARVIN SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.145.243/0001-79:

360 (trezentas e sessenta) Munições calibre 38

Da empresa cedente SKILL SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 69.117.869/0001-17:

90 (noventa) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.726, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98205 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CONEXÃO - CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES EIRELI, CNPJ nº 23.123.751/0001-09, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente NOVENTA GRAUS SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 03.772.051/0001-20:

2 (duas) Pistolas calibre .380

14 (quatorze) Espingardas calibre 12

4 (quatro) Carabinas calibre 38

4 (quatro) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente NOVENTA GRAUS SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 03.772.051/0001-20:

450 (quatrocentas e cinquenta) Munições calibre 38

60 (sessenta) Munições calibre .380

230 (duzentas e trinta) Munições calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

4770 (quatro mil e setecentas e setenta) Munições calibre 12

4940 (quatro mil e novecentas e quarenta) Munições calibre .380

19550 (dezenove mil e quinhentas e cinquenta) Munições calibre 38

5000 (cinco mil) Estojos calibre .380

5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380

10000 (dez mil) Espoletas calibre 38

10000 (dez mil) Estojos calibre 38

2592 (dois mil e quinhentos e noventa e dois) Gramas de pólvora

10000 (dez mil) Projéteis calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.728, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/102526 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ESCOLA GAUCHA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA-ME, CNPJ nº 28.168.688/0001-32, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Revólveres calibre 38

50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.730, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/78482 - DPF/SJK/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGVAP ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES S/C LTDA, CNPJ nº 57.524.829/0001-00, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2335/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.732, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/81302 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORÇA ALERTA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.446.347/0002-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Rio Grande do Norte, com Certificado de Segurança nº 2583/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.742, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/99927 - DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACM SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - SERVIP, CNPJ nº 03.030.106/0001-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Espírito Santo, com Certificado de Segurança nº 2673/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.752, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/84421 - DPF/XAP/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SEVEG VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 28.300.446/0001-50, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

100 (cem) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.759, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/80546 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO TÉCNICO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTE LTDA, CNPJ nº 04.122.308/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 2528/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.763, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/85365 - DPF/ANS/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RDS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 16.691.980/0001-56, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2501/2017, expedido pelo DREX/SR/DPF.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

ALVARÁ Nº 6.767, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97390 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GRADCON SEGURANÇA PATRIMONIAL S/C LTDA , CNPJ nº 01.843.064/0001-17, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

12 (doze) Espingardas calibre 12

288 (duzentas e oitenta e oito) Munições calibre 12

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

PORTARIA Nº 7.626, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/DPF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 40123/2017, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a GUERREIROS SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA., CNPJ nº 01.877.813/0001-27, sediada no Amazonas, por praticar a conduta tipificada no artigo 173, inciso VIII PORT.Nº 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2017/47427.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES

PORTARIA Nº 115, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Descredencia a empresa W R Escolta e Serviços LTDA da execução dos serviços de escolta "Própria e de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 25, inciso XI, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Feeral, instituído pela Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça;

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processos nº 08665.002300/2008-87, 08665.002848/2017-18 e 08650.025167/2017-97, resolve:

Art. 1º DESCREDENCIAR a empresa W R ESCOLTA E SERVIÇOS LTDA, credencial nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.255.589/0001-22, estabelecida no Conjunto Jardim de Fátima, nº 13, Bairro Anil, São Luís-MA da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "PRÓPRIA E DE TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 063/2008-CGO, publicada no DOU em 25 de outubro de 2008, que credenciou a referida empresa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO CARVALHO CURCINO GONTIJO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 205, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Novela: TEMPO DE AMAR (Brasil - 2017)
Produtor(es): Central Globo de Produção
Diretor(es): Jayme Monjardim
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Romance
Tipo de Material Analisado: Monitoramento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.046264/2017-78
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

Série: GRACE E FRANKIE - 1ª TEMPORADA (GRACE AND FRANKIE - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2015)
Episódio(s): 01 A 13
Produtor(es): Jane Fonda/Alexa Junge/Marta Kauffama/Lily Tomlin
Diretor(es): Miguel Artela/Bryan Gordon/Dennie Gordon
Distribuidor(es): SONY PICTURES HE DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Comédia
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.067055/2017-68
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Programa: MISS UNIVERSO 2017 - LAS VEGAS (MISS UNIVERSO 2017, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Viviani Negocia
Diretor(es): Roberto Y Plá
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES SA
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Entretenimento/Variedades
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.067275/2017-91
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: NO ESCURO (Brasil - 2017)
Produtor(es): Gabriela Romano
Diretor(es): Mariana Desconsi
Distribuidor(es): FAC - UNB
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.067815/2017-37
Requerente: GABRIELA SOUZA DE MELO ROMANO

Filme: THOMAS E SEUS AMIGOS - VIAGEM AO DESCONHECIDO (THOMAS & FRIENDS - JOURNEY BEYOND SODOR, Reino Unido - 2017)
Produtor(es): Ian Mccue/Tracy Blagdon
Diretor(es): David Stoten
Distribuidor(es): CINEPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Animação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.068597/2017-58
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: BASEADO EM FATOS REAIS (BASED ON A TRUE STORY, Bélgica / França - 2017)
Produtor(es): WY Productions
Diretor(es): Roman Polansky
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama/Suspense
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.069648/2017-69
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: TODAS AS MENINAS JUNTAS VAMOS LÁ (Brasil - 2017)
Diretor(es): Carol Queiroz Fernandes dos Santos
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.069978/2017-54
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: LADY BIRD - A HORA DE VOAR (LADY BIRD, Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): Greta Gerwig
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES INTERNATIONAL BRAZIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Comédia
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08000.069980/2017-23
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: JURASSIC WORLD - REINO AMEAÇADO (JURASSIC WORLD - FALLEN KINGDOM, Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): J.A. Bayona
Distribuidor(es): UNIVERSAL PICTURES INTERNATIONAL BRAZIL LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura/Ação
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.070342/2017-55
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: JOGADOR Nº1 - TRAILER 2F4 (READY PLAYER ONE, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Warner Bros International
Diretor(es): Steven Spielberg
Distribuidor(es): Warner Bros. (South), Inc.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08000.070589/2017-71
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O REI DO SHOW (THE GREATEST SHOWMAN, Estados Unidos da América - 2017)
Diretor(es): Michael Gracey
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Musical
Tipo de Material Analisado: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.070593/2017-30
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Conjunto de Episódios: MOSTRA A TUA CARA! (Brasil - 2016)
Episódio(s): 13
Produtor(es): Frederico Pequeno
Diretor(es): Silvia Godinho
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência , Sexo e Drogas Ilícitas
Processo: 08017.001488/2017-71
Requerente: ALDEIA PRODUÇÕES LTDA.

Trailer: ZAMA (Brasil - 2017)
Produtor(es): Benjamin Domenech/Santiago Gallelli/Matias Rovedo/Vania Catani
Diretor(es): Lucrécia Martel
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Nudez
Processo: 08017.001572/2017-95
Requerente: VITRINE FILMES LTDA

Trailer: SELFIE PARA O INFERNO (SELFIE FROM HELL, Alemanha / Canadá - 2016)
Produtor(es): Industryworks Studios INC
Diretor(es): Erdal Ceylan
Distribuidor(es): CINEART FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Terror
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001587/2017-53
Requerente: CINEMATOGRÁFICA DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA

Trailer: PELA JANELA (Argentina / Brasil - 2017)
Produtor(es): Sara Silveira/Maria Ionescu
Diretor(es): Caroline Leone
Distribuidor(es): VITRINE FILMES
Classificação Pretendida: Livre
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.001591/2017-11
Requerente: VITRINE FILMES LTDA

Filme: SOMOS TODOS IGUAIS (+ ADICIONAIS) (SAME KIND OF DIFFERENT AS ME, Estados Unidos da América - 2017)
Produtor(es): Chris Bancroft/Michael Carney/Hans Graffunder
Diretor(es): Michael Carner
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Material Analisado: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas e Violência
Processo: 08000.069058/2017-36
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Show Musical: ASFALTO - 25 ANOS DE DEAD FISH (Brasil - 2017)
Produtor(es): Clarear Produções Artísticas
Diretor(es): Marcos Okura/Caio Rodriguez
Classificação Pretendida: Não Informado
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001497/2017-62
Requerente: CLAREAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME

Filme: MEXEU COM UMA MEXEU COM TODAS (Brasil - 2016)
Produtor(es): Sandra Werneck T De Sou Prod. Cinemat. Eireli (Cineluz Produções)
Diretor(es): Sandra Werneck
Distribuidor(es): BRETZ FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Documentário
Tipo de Material Analisado: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.001513/2017-17
Requerente: SANDRA WERNECK T DE SOUZA PROD. CINEM EIRELI

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO Nº 308, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo MJ nº 08000.069348/2017-80
Filme: KNOCKDOWN ""DESISTIR NÃO É OPÇÃO""
Requerente: Globo Comunicação e Participações S/A.
Emissora: Rede Globo

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

CONSIDERANDO que a emissora exibiu a obra "KNOCKDOWN ""DESISTIR NÃO É OPÇÃO""" com autoclassificação "não recomendado para menores de dez anos", conforme requerimento protocolado em 04 de dezembro de 2017 .

CONSIDERANDO que durante a análise do filme não foram constatados elementos suficientes para a manutenção da autoclassificação exibida, resolve:

Indeferir o pedido de autoclassificação da obra "KNOCKDOWN ""DESISTIR NÃO É OPÇÃO""" e classificá-la como "não recomendado para menores de doze anos" por conter violência, ficando o interessado na obrigação à nova classificação no prazo de 5 (cinco) dias e sempre quando houver a exibição da obra.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA



Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.011, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2017 (*)

Estabelece recursos a serem transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC para o Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade - MAC dos Estados e do Distrito Federal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Título III da Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde e que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal no que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências; e

Considerando a pactuação ocorrida na 9ª (nona) Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite em 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos no montante anual de R$ 327.515.697,12 (trezentos e vinte e sete milhões, quinhentos e quinze mil seiscentos e noventa e sete reais e doze centavos) que serão transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC para o Limite Financeiro anual de Média e Alta Complexidade - MAC dos Estados e do Distrito Federal, definidos com base na série histórica da produção de serviços aprovados nos Sistema de Informação Ambulatorial SIA/SUS e Sistema de Informação Hospitalar SIH/SUS, no período de junho/2016 à maio/2017, conforme Anexo I.

Art. 2º Os procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses e Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS, transferidos do FAEC para o MAC, estão elencados no Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do valor mensal para os respectivos Fundos de Saúde dos Estados e do Distrito Federal, conforme autorização da Secretaria responsável pelo Programa de Trabalho.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta complexidade, Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade, Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o Art. 1º consignados ao Programa de Trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção dos serviços de que trata esta Portaria.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

(*)Republicada por ter saído, no DOU nº 217, de 13-11-2017, Seção 1, pág. 45, com incorreções no original.

ANEXO I

Recursos Incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade referente a série histórica SIA/SIH/SUS - junho/2016 a maio/2017

UF	IBGE	MUNICÍPIO	VALOR ANUAL
AC	120000	ACRE	309.984,50
AL	270000	ALAGOAS	611.243,81
AL	270030	ARAPIRACA	1.348.856,62
AL	270430	MACEIÓ	5.102.626,51
AL	270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	251.137,15
AL	270640	PÃO DE AÇÚCAR	91.628,32
AL	270670	PENEDO	151.415,99
AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	92.997,35
AL	270860	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	39.751,04
AL	270930	UNIÃO DOS PALMARES	146.226,52
AM	130000	AMAZONAS	2.627.083,92
AM	130080	BORBA	462,50
AM	130120	COARI	1.010,94
AM	130250	MANACAPURU	11,06
AM	130260	MANAUS	71.165,00
AM	130290	MAUÉS	381,70
AP	160000	AMAPÁ	36.934,05
BA	290000	BAHIA	5.842.931,38
BA	290070	ALAGOINHAS	80.805,41
BA	290320	BARREIRAS	58.500,00
BA	290390	BOM JESUS DA LAPA	315,92
BA	290460	BRUMADO	943.481,11
BA	290520	CAETITÉ	693,64
BA	291072	EUNÁPOLIS	260.399,46
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	2.986.008,54
BA	291170	GUANAMBI	1.256.083,89
BA	291360	ILHÉUS	662.965,05
BA	291460	IRECÊ	1.715.060,29
BA	291480	ITABUNA	1.259.179,85
BA	291640	ITAPETINGA	177.534,03
BA	291750	JACOBINA	1.657,70
BA	292230	MURITIBA	175.004,80
BA	292400	PAULO AFONSO	513.134,39
BA	292530	PORTO SEGURO	12.908,92
BA	292740	SALVADOR	12.280.819,92
BA	292800	SANTALUZ	664.674,12
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	59.907,02
BA	292900	SÃO FÉLIX	9.612,40
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	328.015,83
BA	293180	TREMEDAL	3,00
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	816.652,14
CE	230000	CEARÁ	2.716.741,36
CE	230190	BARBALHA	55.968,97
CE	230280	CANINDÉ	122.313,64
CE	230350	CASCAVEL	129.496,46
CE	230380	CEDRO	123.423,44
CE	230440	FORTALEZA	7.574.497,80
CE	230640	ITAPIPOCA	706,60
CE	230730	JUAZEIRO DO NORTE	21.796,22
CE	230765	MARACANAÚ	14.673,15
CE	230770	MARANGUAPE	480.010,13
CE	230960	PACAJUS	2.188,58
CE	231130	QUIXADÁ	4.319,51
CE	231180	RUSSAS	1.421,32
CE	231230	SÃO BENEDITO	392.066,33
CE	231290	SOBRAL	1.098.277,27
DF	530000	DISTRITO FEDERAL	4.704.086,09
ES	320000	ESPÍRITO SANTO	5.614.952,07
ES	320010	AFONSO CLÁUDIO	20,36
ES	320060	ARACRUZ	2.369,26
ES	320150	COLATINA	282.561,87
ES	320190	DOMINGOS MARTINS	3,04
ES	320320	LINHARES	985,02
ES	320460	SANTA TERESA	3,00
ES	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	328,34
ES	320506	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	328,34
ES	320510	VIANA	21,28
ES	320530	VITÓRIA	35.893,80
GO	520000	GOIÁS	930.557,40
GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	747,40
GO	520110	ANÁPOLIS	1.131.631,34
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	6.300,85
GO	520870	GOIÂNIA	3.761.203,86
GO	520880	GOIANIRA	3,00
GO	521190	JATAÍ	4.346,13
GO	521380	MORRINHOS	341,30
GO	521760	PLANALTINA	9.288,00
GO	521850	QUIRINÓPOLIS	708,56
GO	521880	RIO VERDE	3.032,67
GO	522045	SENADOR CANEDO	22.244,00
MA	210000	MARANHÃO	8.486.650,61
MA	210160	BARRA DO CORDA	357,30
MA	210300	CAXIAS	96.783,68
MA	210330	CODÓ	1.039,90
MA	210530	IMPERATRIZ	131.661,86
MA	210860	PINHEIRO	803,80
MA	210910	PRESIDENTE DUTRA	15,04
MA	211130	SÃO LUÍS	1.228.549,84
MG	310000	MINAS GERAIS	9.378.380,99
MG	310160	ALFENAS	126.865,32
MG	310170	ALMENARA	1.269,28
MG	310340	ARAÇUAÍ	363.227,33
MG	310400	ARAXÁ	2.658,72
MG	310560	BARBACENA	68.693,98
MG	310620	BELO HORIZONTE	22.401.989,23
MG	310670	BETIM	3.257.564,66
MG	311340	CARATINGA	2.061,03
MG	311530	CATAGUASES	4.896,42
MG	311800	CONGONHAS	2.058,04
MG	311830	CONSELHEIRO LAFAIETE	17.856,32
MG	311860	CONTAGEM	2.172.899,56
MG	312090	CURVELO	4.799,37
MG	312230	DIVINÓPOLIS	345.173,16
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	893.822,87
MG	312800	GUANHÃES	730.343,92
MG	313130	IPATINGA	925.991,84
MG	313170	ITABIRA	392.796,87
MG	313240	ITAJUBÁ	208.940,80
MG	313310	ITANHANDU	4.342.378,98
MG	313380	ITAÚNA	1.095,90
MG	313420	ITUIUTABA	570.979,10
MG	313510	JANAÚBA	1.123.382,96
MG	313620	JOÃO MONLEVADE	1.686,98
MG	313670	JUIZ DE FORA	1.727.258,54
MG	313820	LAVRAS	993,02
MG	313940	MANHUAÇU	691,04
MG	314310	MONTE CARMELO	349,30
MG	314330	MONTES CLAROS	112.500,00
MG	314610	OURO PRETO	1.711,88
MG	314710	PARÁ DE MINAS	11.643,35
MG	314800	PATOS DE MINAS	45.431,17
MG	314810	PATROCÍNIO	932.462,13
MG	315120	PIRAPORA	481.547,33

MG	315180	POÇOS DE CALDAS	213.351,63
MG	315210	PONTE NOVA	566.284,44
MG	315250	POUSO ALEGRE	594.222,39
MG	315670	SABARÁ	102,00
MG	316070	SANTOS DUMONT	357,30
MG	316370	SÃO LOURENÇO	1.564,72
MG	316470	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	80.556,95
MG	316720	SETE LAGOAS	32.402,90
MG	316860	TEÓFILO OTONI	94.682,78
MG	317010	UBERABA	320.937,65
MG	317020	UBERLÂNDIA	1.037.470,07
MG	317130	VIÇOSA	16.376,03
MS	500000	MATO GROSSO DO SUL	939.398,52
MS	500060	AMAMBAI	328,34
MS	500270	CAMPO GRANDE	1.834.145,25
MS	500320	CORUMBÁ	899,84
MS	500370	DOURADOS	135.170,80
MS	500630	PARANAÍBA	365,30
MS	500830	TRÊS LAGOAS	13.555,69
MT	510000	MATO GROSSO	180.200,58
MT	510340	CUIABÁ	796.684,83
MT	510410	GUARANTÃ DO NORTE	236.207,10
MT	510510	JUARA	2.200,00
MT	510704	PRIMAVERA DO LESTE	7.073,13
MT	510706	QUERÊNCIA	9,12
MT	510760	RONDONÓPOLIS	23.823,91
MT	510790	SINOP	54.000,00
MT	510840	VÁRZEA GRANDE	1.527,17
PA	150000	PARÁ	864.930,56
PA	150010	ABAETETUBA	1.500,00
PA	150080	ANANINDEUA	1.059.504,53
PA	150140	BELÉM	3.277.324,95
PA	150240	CASTANHAL	344.001,80
PA	150420	MARABÁ	12.829,24
PA	150550	PARAGOMINAS	2.401,88
PA	150680	SANTARÉM	90.873,30
PB	250250	BOQUEIRÃO	2.278,00
PB	250280	BREJO DO CRUZ	479.364,30
PB	250320	CABEDELO	1.365,20
PB	250370	CAJAZEIRAS	3.794,13
PB	250400	CAMPINA GRANDE	2.503.547,28
PB	250600	ESPERANÇA	341,30
PB	250630	GUARABIRA	25.651,42
PB	250750	JOÃO PESSOA	4.554.838,98
PB	250940	MOGEIRO	212.037,60
PB	251080	PATOS	34.293,82
PB	251140	PICUÍ	328,34
PB	251210	POMBAL	1.585.864,79
PB	251620	SOUSA	126.057,31
PB	251630	SUMÉ	3.356.555,40
PB	251650	TAPEROÁ	24.609,60
PE	260000	PERNAMBUCO	7.916.072,73
PE	260030	AGRESTINA	317.547,21
PE	260370	CANHOTINHO	4.170,00
PE	260410	CARUARU	1.545.488,22
PE	260600	GARANHUNS	405.023,54
PE	260790	JABOATÃO DOS GUARARAPES	2.330.179,80
PE	260860	LAGOA DO OURO	56.712,00
PE	260890	LIMOEIRO	419.874,66
PE	260960	OLINDA	1.705.933,10
PE	261070	PAULISTA	197.916,92
PE	261110	PETROLINA	4.515,66
PE	261160	RECIFE	4.440.585,34
PE	261370	SÃO LOURENÇO DA MATA	78,00
PI	220000	PIAUÍ	26.201,30
PI	220220	CAMPO MAIOR	800,00
PI	220390	FLORIANO	1.757,30
PI	220770	PARNAÍBA	25.160,20
PI	221100	TERESINA	395.912,26
PR	410000	PARANÁ	13.187.065,48
PR	410140	APUCARANA	3.870.080,06
PR	410430	CAMPO MOURÃO	1.143,00
PR	410550	CIANORTE	1.036.149,20
PR	410690	CURITIBA	5.894.986,05
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	97.450,63
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	68.164,29
PR	410880	GUAÍRA	349,30
PR	411370	LONDRINA	3.023.273,76
PR	411420	MANDAGUARI	81,00
PR	411520	MARINGÁ	1.066.183,43
PR	411760	PALMAS	3,00
PR	411850	PATO BRANCO	141.476,45
PR	412550	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	207.508,42
PR	412810	UMUARAMA	848.183,30
RJ	330000	RIO DE JANEIRO	2.506.030,71
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	373,30
RJ	330040	BARRA MANSA	674.665,16
RJ	330045	BELFORD ROXO	686,00
RJ	330060	BOM JESUS DO ITABAPOANA	5.073,83
RJ	330070	CABO FRIO	38.671,48
RJ	330080	CACHOEIRAS DE MACACU	4.778,60
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	171.730,54
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	634.191,80
RJ	330180	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	1.104,00
RJ	330185	GUAPIMIRIM	985,02
RJ	330190	ITABORAÍ	290,00
RJ	330200	ITAGUAÍ	336,34
RJ	330220	ITAPERUNA	785.510,33
RJ	330240	MACAÉ	10.896,82
RJ	330270	MARICÁ	535,34
RJ	330300	MIRACEMA	341,30
RJ	330310	NATIVIDADE	891,20
RJ	330330	NITERÓI	366.943,10
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	5.788,62
RJ	330350	NOVA IGUAÇU	24.787,36
RJ	330380	PARATY	656,68
RJ	330390	PETRÓPOLIS	352.800,99
RJ	330400	PIRAÍ	114.444,75
RJ	330410	PORCIÚNCULA	5.421,00
RJ	330411	PORTO REAL	1.329,36
RJ	330420	RESENDE	36.496,74
RJ	330430	RIO BONITO	1.505,28
RJ	330440	RIO CLARO	359,34
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	1.753.998,35
RJ	330470	SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA	341,30
RJ	330490	SÃO GONÇALO	327.768,46
RJ	330550	SAQUAREMA	393,40
RJ	330580	TERESÓPOLIS	11.903,69
RJ	330600	TRÊS RIOS	336,34
RJ	330610	VALENÇA	1.580,80
RJ	330620	VASSOURAS	4.572,00
RJ	330630	VOLTA REDONDA	231.651,96
RN	240000	RIO GRANDE DO NORTE	243.415,82
RN	240050	ALEXANDRIA	1.156.782,26
RN	240200	CAICÓ	763.008,26
RN	240325	PARNAMIRIM	400,00
RN	240420	GOIANINHA	333.065,76
RN	240580	JOÃO CÂMARA	60.672,28
RN	240800	MOSSORÓ	230.833,06
RN	240810	NATAL	863.194,04
RN	240940	PAU DOS FERROS	42.470,04
RN	241120	SANTA CRUZ	1.891.209,31
RN	241150	SANTO ANTÔNIO	272.455,67
RN	241200	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	22.495,80
RN	241220	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	8.165,00
RO	110000	RONDÔNIA	586.627,96
RO	110002	ARIQUEMES	985,02
RO	110012	JI-PARANÁ	2.626,72
RR	140000	RORAIMA	14.754,08
RR	140010	BOA VISTA	147.330,48
RS	430000	RIO GRANDE DO SUL	2.686.645,63
RS	430187	BARRA DO QUARAÍ	3,04
RS	430210	BENTO GONÇALVES	6.878,16
RS	430300	CACHOEIRA DO SUL	34.884,03
RS	430390	CAMPO BOM	3.024,02
RS	430460	CANOAS	245.560,20
RS	430470	CARAZINHO	2.395,18
RS	430510	CAXIAS DO SUL	1.042.951,84
RS	430770	ESTEIO	2.663,68
RS	430860	GARIBALDI	6.813,36
RS	430900	GIRUÁ	121.140,78
RS	431140	LAJEADO	364.217,92
RS	431340	NOVO HAMBURGO	673.955,82
RS	431390	PANAMBI	352,54
RS	431440	PELOTAS	28.611,69
RS	431490	PORTO ALEGRE	8.780.794,97
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	332.276,49
RS	431710	SANT"ANA DO LIVRAMENTO	696,10
RS	431720	SANTA ROSA	30.609,96
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	4.909,16
RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	328,34
RS	432040	SERAFINA CORRÊA	381,42
RS	432145	TEUTÔNIA	1.598,80
RS	432250	VACARIA	2.955,06
RS	432260	VENÂNCIO AIRES	200,00
RS	432280	VERANÓPOLIS	3.120,70
SC	420000	SANTA CATARINA	7.274.130,31
SC	420200	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	3.342,44
SC	420240	BLUMENAU	1.220.248,79
SC	420280	BRAÇO DO NORTE	171.666,00
SC	420290	BRUSQUE	4.165,06
SC	420300	CAÇADOR	11.374,00
SC	420380	CANOINHAS	2.215,67
SC	420420	CHAPECÓ	138.397,66
SC	420460	CRICIÚMA	549.722,83
SC	420480	CURITIBANOS	15,20
SC	420750	INDAIAL	13.379,36
SC	420768	IPUAÇU	12,16
SC	420820	ITAJAÍ	140.819,68
SC	420890	JARAGUÁ DO SUL	51.207,89
SC	420910	JOINVILLE	687.099,74
SC	420930	LAGES	20.542,26
SC	420940	LAGUNA	300,00
SC	421170	ORLEANS	336,34
SC	421480	RIO DO SUL	26.970,14
SC	421500	RIO NEGRINHO	7.111,82
SC	421580	SÃO BENTO DO SUL	1.044,55

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SC	421900	URUSSANGA	3.596,20
SE	280000	SERGIPE	58.781,34
SE	280030	ARACAJU	297.139,45
SE	280210	ESTÂNCIA	438.441,18
SE	280290	ITABAIANA	669.426,53
SE	280300	ITABAIANINHA	5,62
SE	280350	LAGARTO	402.716,28
SE	280480	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	869.072,25
SE	280570	PROPRIÁ	702.434,24
SP	350000	SÃO PAULO	46.196.540,06
SP	350010	ADAMANTINA	975,00
SP	350160	AMERICANA	3.687,26
SP	350190	AMPARO	16.682,16
SP	350270	APIAÍ	1.065,73
SP	350280	ARAÇATUBA	744.368,76
SP	350320	ARARAQUARA	439.536,87
SP	350330	ARARAS	4.365,80
SP	350340	AREALVA	75.522,30
SP	350400	ASSIS	7.134,74
SP	350410	ATIBAIA	373,30
SP	350450	AVARÉ	2.215,80
SP	350550	BARRETOS	1.071,77
SP	350570	BARUERI	551.738,38
SP	350600	BAURU	66.814,82
SP	350610	BEBEDOURO	6.730,26
SP	350810	BURITAMA	2.399.169,10
SP	350850	CAÇAPAVA	5.761,78
SP	350880	CAFELÂNDIA	467.238,46
SP	350920	CAJAMAR	3,04
SP	350950	CAMPINAS	260.893,72
SP	350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	328,34
SP	351000	CÂNDIDO MOTA	315,00
SP	351050	CARAGUATATUBA	7.648,22
SP	351110	CATANDUVA	616.809,66
SP	351220	CONCHAL	3.659,74
SP	351350	CUBATÃO	328,34
SP	351380	DIADEMA	45.431,74
SP	351440	DRACENA	381,30
SP	351500	EMBU DAS ARTES	191,24
SP	351518	ESPÍRITO SANTO DO PINHAL	717,84
SP	351620	FRANCA	196.272,66
SP	351670	GARÇA	1.935,00
SP	351740	GUAÍRA	341,30
SP	351840	GUARATINGUETÁ	5.456,96
SP	351870	GUARUJÁ	2.448,42
SP	351880	GUARULHOS	153.844,68
SP	351907	HORTOLÂNDIA	2.955,06
SP	351970	IBIÚNA	682,60
SP	352050	INDAIATUBA	3.283,40
SP	352130	IPUÃ	18,24
SP	352210	ITANHAÉM	1.344,00
SP	352230	ITAPETININGA	1.001,02
SP	352240	ITAPEVA	11.659,36
SP	352260	ITAPIRA	81.262,24
SP	352340	ITATIBA	428,05
SP	352400	ITUPEVA	2.968,02
SP	352410	ITUVERAVA	1.329,36
SP	352430	JABOTICABAL	1.858,50
SP	352440	JACAREÍ	428.639,76
SP	352470	JAGUARIÚNA	1.200,00
SP	352530	JAÚ	31.816,93
SP	352590	JUNDIAÍ	1.737.981,48
SP	352600	JUNQUEIRÓPOLIS	71.374,00
SP	352640	LARANJAL PAULISTA	3.323,40
SP	352680	LENÇÓIS PAULISTA	198.781,50
SP	352690	LIMEIRA	437.612,32
SP	352740	LUCÉLIA	30,00
SP	352900	MARÍLIA	226.474,87
SP	352940	MAUÁ	682,60
SP	352990	MIRACATU	6,04
SP	353050	MOCOCA	341,30
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	1.814,03
SP	353070	MOGI GUAÇU	5.062,46
SP	353080	MOGI MIRIM	328,34
SP	353130	MONTE ALTO	341,30
SP	353150	MONTE AZUL PAULISTA	866,10
SP	353340	NOVA ODESSA	2.087,54
SP	353390	OLÍMPIA	24.712,34
SP	353440	OSASCO	21.017,96
SP	353470	OURINHOS	17.433,23
SP	353520	PALMEIRA D"OESTE	514.809,92
SP	353530	PALMITAL	985,02
SP	353650	PAULÍNIA	2.976,02
SP	353670	PEDERNEIRAS	21.669,54
SP	353730	PENÁPOLIS	7.052,04
SP	353760	PERUÍBE	37.459,14
SP	353870	PIRACICABA	64.094,14
SP	353930	PIRASSUNUNGA	664,68
SP	354020	PONTAL	1.023,90
SP	354070	PORTO FERREIRA	2.378,38
SP	354100	PRAIA GRANDE	945,30
SP	354140	PRESIDENTE PRUDENTE	67.320,04
SP	354330	RIBEIRÃO PIRES	72.070,00
SP	354340	RIBEIRÃO PRETO	410.784,76
SP	354390	RIO CLARO	33.794,51
SP	354400	RIO DAS PEDRAS	341,30
SP	354515	SALTINHO	5,62
SP	354520	SALTO	2.079,12
SP	354580	SANTA BÁRBARA D"OESTE	11,06
SP	354640	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	1.411,02
SP	354730	SANTANA DE PARNAÍBA	219,28
SP	354780	SANTO ANDRÉ	59.313,38
SP	354850	SANTOS	108.556,29
SP	354870	SÃO BERNARDO DO CAMPO	638.201,88
SP	354880	SÃO CAETANO DO SUL	85.832,78
SP	354890	SÃO CARLOS	309.311,17
SP	354910	SÃO JOÃO DA BOA VISTA	2.047,12
SP	354970	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	2.626,72
SP	354980	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	804.349,73
SP	354990	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	3.000.221,54
SP	355030	SÃO PAULO	14.172.409,23
SP	355070	SÃO SEBASTIÃO	1.469,67
SP	355100	SÃO VICENTE	1.087.009,10
SP	355160	SERRA NEGRA	682,60
SP	355220	SOROCABA	141.910,14
SP	355250	SUZANO	69.402,20
SP	355300	TAGUAÍ	341,30
SP	355370	TAQUARITINGA	397.048,36
SP	355400	TATUÍ	10.324,90
SP	355450	TIETÊ	989,48
SP	355620	VALINHOS	1.402,42
SP	355660	VERA CRUZ	6,08
SP	355670	VINHEDO	2.238,16
SP	355680	VIRADOURO	328,34
SP	355710	VOTUPORANGA	16.933,42
TO	170000	TOCANTINS	1.061.977,93
TOTAL GERAL			327.515.697,12

ANEXO II

COMPONENTES CORRESPONDENTES AOS PROCEDIMENTOS TRANSFERIDOS PARA O FINANCIAMENTO DO LIMITE MAC

PROCEDIMENTO	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO
101040032	COLETA EXTERNA DE LEITE MATERNO (POR DOADORA)
101040040	PASTEURIZAÇÃO DO LEITE HUMANO (CADA 5 LITROS)
202010775	DETERMINAÇÃO DE CREMATÓCRITO NO LEITE HUMANO ORDENHADO
202010783	ACIDEZ TITULÁVEL NO LEITE HUMANO (DORNIC)
202080099	CULTURA DO LEITE HUMANO (POS-PASTEURIZAÇÃO)
202080242	PROVA CONFIRMATÓRIA DA PRESENÇA DE MICRO-ORGANISMOS COLIFORMES
202110095	DOSAGEM DE 17 HIDROXI PROGESTERONA EM PAPEL DE FILTRO (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)
202110109	DOSAGEM DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SANGUE EM PAPEL DE FILTRO (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)
202110117	DOSAGEM QUANTITATIVA DA ATIVIDADE DA BIOTINIDASE EM AMOSTRAS DE SORO
202110125	DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM HIPERPLASIA ADRENAL CONGÊNITA
202110133	DETECÇÃO MOLECULAR DE MUTAÇÃO EM DEFICIÊNCIA DE BIOTINIDASE
202110141	DOSAGEM DE CLORETO NO SUOR
206010095	TOMOGRAFIA POR EMISSÃO DE PÓSITRONS (PET-CT)
212010069	TESTE DO ÁCIDO NUCLEICO (NAT) EM AMOSTRAS DE SANGUE DO DOADOR DE SANGUE.
301040052	ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL PARA ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL
301040060	COLETA DE VESTÍGIOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL
301120064	ACOMPANHAMENTO EM SERVIÇO DE REFERÊNCIA EM TRIAGEM NEONATAL (SRTN) - HIPERPLASIA ADRENAL CONGÊNITA.
301120072	ACOMPANHAMENTO EM SERVIÇO DE REFERÊNCIA DE TRIAGEM NEONATAL (SRTN) PACIENTE COM DEFICIÊNCIA DE BIOTINIDASE
304010103	IMPLANTAÇÃO DE HALO PARA RADIOCIRURGIA
304010219	RADIOCIRURGIA - UM ISOCENTRO
304010243	RADIOTERAPIA ESTEREOTÁXICA FRACIONADA
304020389	QUIMIOTERAPIA DE CARCINOMA DO FÍGADO OU DO TRATO BILIAR AVANÇADO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

304020397	QUIMIOTERAPIA DE NEOPLASIA MALIGNA DO TIMO AVANÇADA
307040100	INSTALAÇÃO DE PRÓTESE EM PACIENTES COM ANOMALIAS CRÂNIO E BUCOMAXILOFACIAL
307040119	INSTALAÇÃO DE APARELHO ORTODÔNTICO/ORTOPÉDICO FIXO
403010390	DRENAGEM LIQUÓRICA LOMBAR EXTERNA
404020712	ELEVAÇÃO DO ASSOALHO DO SEIO MAXILAR
404020720	OSTEOSSÍNTESE DE FRATURA BILATERAL DO CÔNDILO MANDIBULAR
404020771	RESSECÇÃO DE LESÃO DA BOCA
404030262	PALATOPLASTIA SECUNDÁRIA EM PACIENTE COM ANOMALIA CRÂNIO E BUCOMAXILOFACIAL
404030270	TRATAMENTO CIRÚRGICO DA INSUFICIÊNCIA VELOFARÍNGEA EM PACIENTE COM ANOMALIA CRÂNIO E BUCOMAXILOFACIAL
404030289	TRATAMENTO CIRÚRGICO REPARADOR DA FISSURA FACIAL RARA EM PACIENTES COM ANOMALIA CRÂNIO E BUCOMAXILOFACIAL
404030297	OSTEOTOMIA CRANIOFACIAL COMPLEXA EM PACIENTE COM ANOMALIA CRÂNIO E BUCOMAXILOFACIAL
404030300	REMODELAÇÃO CRANIOFACIAL EM PACIENTE COM ANOMALIA CRÂNIO E BUCOMAXILOFACIAL
406040079	ANGIOPLASTIA INTRALUMINAL DE VASOS DAS EXTREMIDADES (C/ STENT RECOBERTO)
406040150	CORRECAO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECCAO DA AORTA ABDOMINAL C/ ENDOPROTESE RETA / CONICA
406040168	CORRECAO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECCAO DA AORTA ABDOMINAL E ILIACAS C/ ENDOPROTESE BIFURCADA
406040176	CORRECAO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECCAO DA AORTA TORACICA C/ ENDOPROTESE RETA OU CONICA
406040184	CORRECAO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECCAO DAS ILIACAS C/ ENDOPROTESE TUBULAR
406040273	OCLUSAO PERCUTANEA ENDOVASCULAR DE ARTERIA / VEIA
406040320	TRATAMENTO ENDOVASCULAR DE FISTULAS ARTERIOVENOSAS
406040338	TRATAMENTO ENDOVASCULAR DO PSEUDOANEURISMA
410010138	RETIRADA DE PRÓTESE MAMÁRIA UNILATERAL EM CASOS DE COMPLICAÇÃO DA PRÓTESE MAMÁRIA IMPLANTADA
410010146	RETIRADA DE PRÓTESE MAMÁRIA BILATERAL EM CASOS DE COMPLICAÇÃO DA PRÓTESE MAMÁRIA IMPLANTADA
410010154	RETIRADA DE PRÓTESE MAMÁRIA UNILATERAL EM CASOS DE COMPLICAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DA PRÓTESE, COM IMPLANTAÇÃO DE NOVA PRÓTESE, NO MESMO ATO CIRÚRGICO
410010162	RETIRADA DE PRÓTESE MAMÁRIA BILATERAL EM CASOS DE COMPLICAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DA PRÓTESE, COM IMPLANTAÇÃO DE NOVA PRÓTESE NO MESMO ATO CIRÚRGICO
414020413	TRATAMENTO ODONTOLOGICO PARA PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS
414020421	IMPLANTE DENTÁRIO OSTEOINTEGRADO
416040179	ALCOOLIZAÇÃO PERCUTÂNEA DE CARCINOMA HEPÁTICO
416040187	TRATAMENTO DE CARCINOMA HEPÁTICO POR RADIOFREQUÊNCIA
701020598	MATERIAIS ELÁSTICOS PARA MODELAGEM DE COTOS, CONTROLE CICATRICIAL OU CONTROLE DE EDEMA DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES - FAIXA ELÁSTICA COMPRESSIVA.
701020601	TÁBUA (PRANCHA) PARA TRANSFERÊNCIA
701020610	CINTA PARA TRANSFERÊNCIAS
701020628	ALMOFADA DE ASSENTO PARA PREVENÇÃO DE ÚLCERAS DE PRESSÃO EM CÉLULAS DE AR
701020636	ALMOFADA DE ASSENTO PARA CADEIRA DE RODAS PARA PREVENÇÃO DE ÚLCERAS DE PRESSÃO - SIMPLES
701020644	MESA DE ATIVIDADES PARA CADEIRA DE RODAS (TÁBUA MESA)
701020652	BENGALA DE 4 PONTAS
701030321	SISTEMA DE FREQUENCIA MODULADA PESSOAL
701070153	PRÓTESE DENTÁRIA SOBRE IMPLANTE
701070161	APARELHO ORTOPÉDICO FIXO
701070170	APARELHO ORTODÔNTICO FIXO
701080132	PRÓTESE AURICULAR IMPLANTO SUPORTADA
701080140	PRÓTESE EXTENSA DA FACE (2/3 DA FACE)
701080159	PRÓTESE PARA GRANDE PERDA MAXILAR IMPLANTO SUPORTADA
701080167	PRÓTESE LABIAL IMPLANTO SUPORTADA
701080175	PRÓTESE NASAL IMPLANTO SUPORTADA
701080183	PRÓTESE ÓCULO-PALPEBRAL IMPLANTO SUPORTADA
701080191	PRÓTESE OBTURADORA PALATOFARINGEANA IMPLANTO SUPORTADA

PORTARIA Nº 3.475, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	PARA DE MINAS	PARA DE MINAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02884794000117704	249.955,00	0000	10302201585350001
TOTAL			1 PROPOSTAS	249.955,00		

PORTARIA Nº 3.476, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11306530000117006	170.000,00	0000	10302201585350001
SP	ITAPEVI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPEVI	10864334000117706	1.600.000,00	0000	10302201585350001
TOTAL			2 PROPOSTAS	1.770.000,00		

PORTARIA Nº 3.477, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital, com execução orçamentária e financeira plurianual, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para a modalidade de transferência fundo a fundo.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos deverá ser realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	TEFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / TEFE-AM	07807682000117039	114.760,00	EREL	1030120152E840001
PA	ANAJAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAJAS	13715424000117001	458.795,00	EREL	1030120152E840001
TOTAL			2 PROPOSTAS	573.555,00		

PORTARIA Nº 3.480, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição;

Considerando a Portaria nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, no Título III, regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando Ofício nº 58/2017 - HCFMB, de 2 de agosto de 2017, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP;

Considerando GS Nº 803, de 2 de março de 2015, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, e

Considerando a Resolução nº 41/CIB/SES/SP, de 23 de setembro de 2013, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo, que aprova a solicitação de recurso ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botocatu - UNESP, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar a ser incorporado ao Componente Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Estado de São Paulo, no montante anual de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência regular e automática, em parcelas mensais, do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Estadual de Saúde de São Paulo, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único - Os recursos de que trata o art. 1º consignados ao Programa de Trabalho tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.486, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	ACOPIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACOPIARA	11836824000117002	24370004	175.000,00	175.000,00	10302201585350023
ES	SAO MATEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MATEUS	11356696000117011	32640009	170.000,00	170.000,00	10302201585350032
GO	IACIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F M S	11336696000117008	28330005	89.990,00	89.990,00	10302201585350052
MG	JOAO PINHEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO PINHEIRO	12136070000117088	29380006	48.900,00	48.900,00	10302201585350031
MG	JOAO PINHEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO PINHEIRO	12136070000117089	37430004	143.960,00	143.960,00	10302201585350031
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS - SANTA MARIA DE ITABIRA	14764768000117001	35950007	80.000,00	80.000,00	10302201585350031
MG	UBERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13996274000117734	17450001	660.000,00	660.000,00	10302201585353166
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO BREJO DA MADRE DE DEUS	09159378000117004	28840011	96.730,00	96.730,00	10302201585350026
RJ	MANGARATIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MANGARATIBA RJ	12349225000117007	13100011	299.800,00	299.800,00	10302201585353313
RO	MACHADINHO D"OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACHADINHO D"OESTE	19047937000117023	29470005	121.500,00	121.500,00	10302201585350011
SP	GUARULHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARULHOS	16807135000117006	37170007	200.000,00	200.000,00	10302201585350035
TOTAL			11 PROPOSTAS			2.085.880,00	

PORTARIA Nº 3.487, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de capital, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PE	FLORESTA	FLORESTA FUNDO MUNICPAL DE SAUDE	10965708000117002	37820001	81.000,00	81.000,00	10301201520YL0026
TOTAL			1 PROPOSTAS			81.000,00	

PORTARIA Nº 3.488, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio, devendo onerar o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE REFORMA

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MS	TRES LAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES LAGOAS-MS	13034603000117016	38430001	249.994,00	249.994,00	10301201585810054
SP	ALTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE	11770688000117018	30940001	249.634,00	249.634,00	10301201585810035
SP	TUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11845813000117729	30940001	274.986,00	274.986,00	10301201585810035
TOTAL			3 PROPOSTAS			774.614,00	

PORTARIA Nº 3.489, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO PALMA	12482248000117005	36610006 30200001	90.000,00 100.000,00	190.000,00	10301201585810043 10301201585810043

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900148

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	BASTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BASTOS	11892520000117013	30940001	295.000,00	295.000,00	10301201585810035
SP	BOITUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOITUVA	11864045000117714	30440004	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	BREJO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BREJO ALEGRE	12342750000117004	30940001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	LUCELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07649698000117020	30940001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	MAGDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MAGDA-SP	12137484000117011	30940001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	MONTE CASTELO	FUNDO MUNICIPAL DE MONTE CASTELO	13860785000117005	30940001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	NOVA CANAA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA CANAA PAULISTA	13987513000117019	31340003	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	PARAGUACU PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ESTANCIA TURISTICA DE PARAGUACU PAULISTA	11909974000117705	30940001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	PARAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAPUA	11843243000117707	30940001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	PRACINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRACINHA	13886941000117002	30940001	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	PRESIDENTE EPITACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE EPITACIO	11966021000117006	30940001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13799876000117003	30940001	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	QUATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUATA	11790034000117010	30940001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	QUEIROZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEIROZ	12232988000117003	30940001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	SANTO ANASTACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANASTACIO	11950866000117024	30940001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
SP	TACIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACIBA	14239467000117008	30940001	242.000,00	242.000,00	10301201585810035
TOTAL			17 PROPOSTAS			3.907.000,00	

PORTARIA Nº 3.490, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	BUJARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	19916625000117003	30360003	100.000,00	100.000,00	10301201585810012
AL	FLEXEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11895474000117004	27260003	200.100,00	200.100,00	10301201585810027
BA	TEOFILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEOFILANDIA	12404015000117009	36870009	13.870,00	13.870,00	10301201585812315
GO	MONTIVIDIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11269276000117006	19610010	156.810,00	156.810,00	10301201585810052
GO	MONTIVIDIU DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS MONTIVIDIU DO NORTE	08013657000117703	37040002	89.940,00	89.940,00	10301201585810052
MG	PONTO DOS VOLANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11331987000117006	38200006	170.000,00	170.000,00	10301201585810031
RS	CAMPINA DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA DAS MISSOES	11472547000117003	38410006	33.770,00	33.770,00	10301201585810043
RS	PEDRAS ALTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11921425000117009	36610006	23.165,00	23.165,00	10301201585810043
SE	ILHA DAS FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11513054000117003	29790012	100.000,00	100.000,00	10301201585810028
SP	BOITUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOITUVA	11864045000117719	30440004	45.000,00	45.000,00	10301201585810035
SP	GENERAL SALGADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GENERAL SALGADO	11875037000117015	28860003	87.724,00	87.724,00	10301201585810035
SP	MAGDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MAGDA-SP	12137484000117012	30940001	8.000,00	8.000,00	10301201585810035
SP	NOVA CANAA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA CANAA PAULISTA	13987513000117026	31340003	9.050,00	9.050,00	10301201585810035

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	OURO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09642975000117003	30940001	7.890,00	7.890,00	10301201585810035
SP	PARAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAPUA	11843243000117708	30940001	8.000,00	8.000,00	10301201585810035
SP	PERUIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PERUIBE	97519444000117725	28860003	149.950,00	149.950,00	10301201585810035
SP	PRESIDENTE EPITACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE EPITACIO	11966021000117007	30940001	7.960,00	7.960,00	10301201585810035
SP	QUEIROZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEIROZ	12232988000117004	30940001	57.500,00	57.500,00	10301201585810035
SP	SANTO EXPEDITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15609981000117002	30940001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE SANTOPOLIS DO AGUAPEI	12270821000117708	30940001	7.900,00	7.900,00	10301201585810035
SP	TUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11845813000117727	30940001	8.000,00	8.000,00	10301201585810035
TOTAL			21 PROPOSTAS			1.384.629,00	

PORTARIA Nº 3.492, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	FEIJO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160858201700	29130013	250.000,00	250.000,00	10122201545250012
AP	ITAUBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAUBAL	36000160843201700	11350009	200.000,00	200.000,00	10122201545250016
BA	MARAGOGIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000160837201700	37700005	700.000,00	700.000,00	10122201545250029
MG	SERRA DA SAUDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA DA SAUDADE	36000160718201700	36820007	50.000,00	50.000,00	10122201545253125
PE	NAZARE DA MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZARE DA MATA	36000160823201700	24530002	111.000,00	111.000,00	10122201545250026
PI	TAMBORIL DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160653201700	35230005	67.555,00	67.555,00	10122201545250022
PR	FORMOSA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160766201700	36500006	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
SP	PIACATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIACATU	36000160621201700	30260006	100.000,00	100.000,00	10122201545250035
SP	POPULINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160882201700	15930022	25.000,00	25.000,00	10122201545250035
TOTAL			9 PROPOSTAS			1.603.555,00	

PORTARIA Nº 3.493, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788/GM/MS, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de capital e onerarão o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, nos termos do anexo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900150

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
SP	PRACINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRACINHA	13886941000117003	30940001	60.000,00	60.000,00	10301201585810035
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13799876000117007	30940001	60.000,00	60.000,00	10301201585810035
TOTAL			2 PROPOSTAS			120.000,00	

PORTARIA Nº 3.494, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000141783201700	585.183,00	71070014	585.183,00	10122201545250023	2611678	585.183,00
CE	FORTALEZA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000141784201700	3.044.417,00	71070014	3.044.417,00	10122201545250023	7006810	3.044.417,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160629201700	94.000,00	71140011	94.000,00	10122201545250031	0022985	94.000,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160631201700	1.809.759,00	71140011	1.809.759,00	10122201545250031	0026794	1.809.759,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160632201700	1.040.369,00	71140011	1.040.369,00	10122201545250031	0026808	1.040.369,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160633201700	2.730.715,00	71140011	2.730.715,00	10122201545250031	0026840	2.730.715,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160634201700	238.225,00	71140011	238.225,00	10122201545250031	0026948	238.225,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160635201700	7.320.637,00	71140011	7.320.637,00	10122201545250031	0027014	7.320.637,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160636201700	1.638.225,00	71140011	1.638.225,00	10122201545250031	0027863	1.638.225,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160637201700	2.662.092,00	71140011	2.662.092,00	10122201545250031	2200457	2.662.092,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160639201700	2.892.564,00	71140011	2.892.564,00	10122201545250031	2695324	2.892.564,00
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160642201700	2.500.000,00	71140011	2.500.000,00	10122201545250031	0026921	2.500.000,00
MG	LASSANCE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LASSANCE	36000160835201700	63.737,00	71140011	63.737,00	10122201545250031	2149664	63.737,00
MG	PIRAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160742201700	165.349,00	71140011	165.349,00	10122201545250031	2161362	165.349,00
MT	CUIABA	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000160854201700	4.061.675,00	71120001	4.061.675,00	10122201545250051	2471345	4.061.675,00
PI	TERESINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERESINA	36000160726201700	300.000,00	71190015	300.000,00	10122201545250022	2726998	300.000,00
PI	TERESINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERESINA	36000160727201700	152.309,00	71190015	152.309,00	10122201545250022	2323494	152.309,00
TOTAL			17 PROPOSTAS	31.299.256,00					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 3.495, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade (MAC), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Média e Alta Complexidade, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADOS AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DO TETO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR
SC	LAGUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157003201700	30.000,00	37860001	30.000,00	10122201545250042	2558173	30.000,00
SC	LAGUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157004201700	15.000,00	37860001	15.000,00	10122201545250042	2558211	15.000,00
SC	LAGUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157006201700	8.390,00	37860001	8.390,00	10122201545250042	3427099	8.390,00
SC	TUBARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO	36000160868201700	218.744,00	19730005	218.744,00	10122201545250042	2491575	218.744,00
SC	TUBARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO	36000160869201700	251.115,00	19730005	251.115,00	10122201545250042	2491400	251.115,00
SC	TUBARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO	36000160870201700	30.019,00	19730005	30.019,00	10122201545250042	2491478	30.019,00
SC	TUBARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO	36000160871201700	149.627,00	19730005	149.627,00	10122201545250042	2491583	149.627,00
SC	TUBARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO	36000160873201700	151.016,00	19730005	151.016,00	10122201545250042	2491605	151.016,00
SC	TUBARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO	36000160874201700	537.611,00	19730005	537.611,00	10122201545250042	2491613	537.611,00
SC	TUBARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO	36000160875201700	117.270,00	19730005	117.270,00	10122201545250042	2491648	117.270,00
SC	TUBARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO	36000160877201700	84.470,00	19730005	84.470,00	10122201545250042	2491672	84.470,00
SC	TUBARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO	36000160878201700	237.329,00	19730005	237.329,00	10122201545250042	2550911	237.329,00
SC	TUBARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUBARAO	36000160879201700	222.799,00	19730005	222.799,00	10122201545250042	6156789	222.799,00
SC	TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000157039201700	50.000,00	37860001	50.000,00	10122201545250042	2305097	50.000,00
SP	SAO PAULO	GRUPO DE APOIO AO ADOLESCENTE E A CRIANCA COM C GRAACC	36000160808201700	100.000,00	37490009	100.000,00	10122201545253928	2089696	100.000,00
		TOTAL	15 PROPOSTAS	2.203.390,00					

PORTARIA Nº 3.496, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 788, de 15 de março de 2017, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2017, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 40, § 6º, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 788, de 15 de março de 2017.

Art. 3º Os recursos desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Financiamento da Atenção Básica, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	OLIVEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE OLIVEIRA (MG)	36000160768201700	71140011	184.300,00	184.300,00	10122201545250031
MG	TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOCANTINS MG	36000160593201700	71140011	94.037,00	94.037,00	10122201545250031
PI	ACAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160660201700	71190015	118.490,00	118.490,00	10122201545250022
PI	ALAGOINHA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALAGOINHA DO PIAUI	36000160800201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	ANISIO DE ABREU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ANISIO DE ABREU	36000160659201700	71190015	190.799,00	190.799,00	10122201545250022
PI	BATALHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160736201700	71190015	300.000,00	300.000,00	10122201545250022
PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAJAZEIRAS DO PIAUI	36000160703201700	71190015	70.000,00	70.000,00	10122201545250022
PI	CARIDADE DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160674201700	71190015	152.309,00	152.309,00	10122201545250022
PI	COCAL DOS ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160816201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	CORRENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORRENTE-PI	36000160904201700	71190015	998.239,00	998.239,00	10122201545250022
PI	DOM EXPEDITO LOPES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOM EXPEDITO LOPES	36000160698201700	71190015	97.155,00	97.155,00	10122201545250022
PI	JARDIM DO MULATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARDIM DO MULATO	36000160696201700	71190015	177.000,00	177.000,00	10122201545250022
PI	JOAQUIM PIRES	MUNICIPIO DE JOAQUIM PIRES - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160717201700	71190015	452.309,00	452.309,00	10122201545250022
PI	LAGOA ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA ALEGRE - PIAUI	36000160885201700	71190015	152.309,00	152.309,00	10122201545250022
PI	LANDRI SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LANDRI SALES PI	36000160562201700	71190015	118.490,00	118.490,00	10122201545250022
PI	MARCOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160669201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	MURICI DOS PORTELAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MURICI DOS PORTELAS-PI	36000160675201700	71190015	300.000,00	300.000,00	10122201545250022
PI	NOVA SANTA RITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA SANTA RITA	36000160732201700	71190015	60.000,00	60.000,00	10122201545250022
PI	RIBEIRA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRA DO PIAUI	36000160743201700	71190015	95.000,00	95.000,00	10122201545250022
PI	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160645201700	71190015	250.000,00	250.000,00	10122201545250022
PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DA FRONTEIRA-FMS	36000160886201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	SAO JOSE DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160708201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	SAO RAIMUNDO NONATO	MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO NONATO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160705201700	71190015	80.000,00	80.000,00	10122201545250022
PI	SEBASTIAO BARROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEBASTIAO BARROS-PI	36000160813201700	71190015	100.000,00	100.000,00	10122201545250022
PI	TAMBORIL DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000160654201700	71190015	129.309,00	129.309,00	10122201545250022
TOTAL			25 PROPOSTAS			4.619.746,00	

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CONSULTA PÚBLICA Nº 442, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MS/GM nº 1.162, de 12 de maio de 2017, tendo em vista o disposto na Portaria nº 211, de 6 de fevereiro de 2017, e no art. 44, VIII, aliado ao art. 53, III, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, em Anexo.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de Capítulo sobre Antígenos Leucocitários Humanos, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=35270.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Coordenação da Farmacopeia Brasileira - COFAR, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA

Processo nº: 25351.693404/2015-85

Assunto: Proposta de Capítulo sobre Antígenos Leucocitários Humanos

Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 12.1/2017

Regime de Tramitação: Comum

Área responsável: Coordenação da Farmacopeia Brasileira - COFAR

Relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior

CONSULTA PÚBLICA Nº 443, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MS/GM nº 1.162, de 12 de maio de 2017, tendo em vista o disposto na Portaria nº 211, de 6 de fevereiro de 2017, e no art. 44, VIII, aliado ao art. 53, III, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, em Anexo.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de Monografia de Oxigênio 93% da Farmacopeia Brasileira, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=35904.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Coordenação da Farmacopeia Brasileira - COFAR, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA

Processo nº: 25351.588406/2016-25

Assunto: Proposta de Monografia de Oxigênio 93% da Farmacopeia Brasileira

Agenda Regulatória 2015-2016: Subtema nº 12.1/2017

Regime de Tramitação: Comum

Área responsável: Coordenação da Farmacopeia Brasileira - COFAR

Relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900153

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 195, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017
(Publicada no DOU de 15-12-2017)

ANEXO I (*)

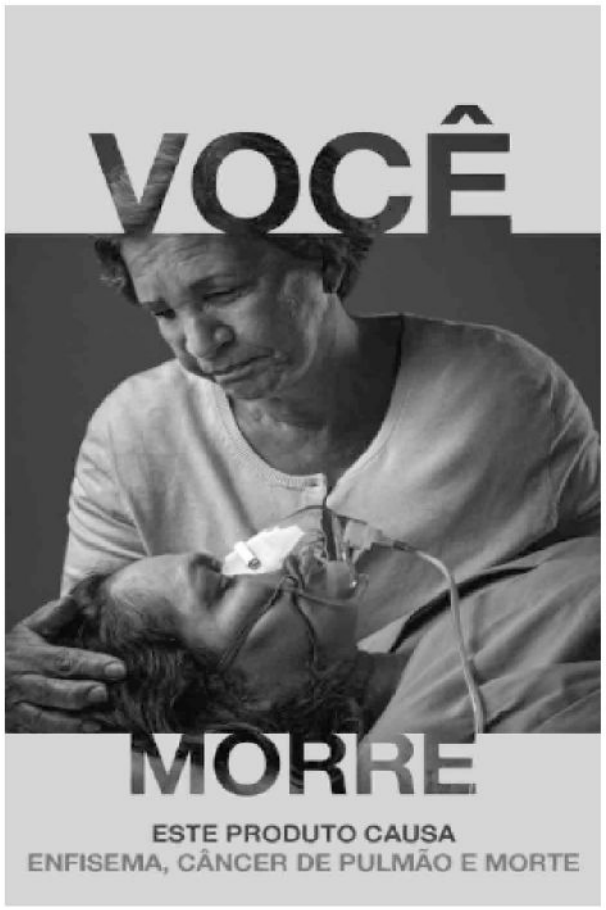
Advertência sanitária padrão
"VOCÊ ENVELHECE. ESTE PRODUTO CAUSA ENVELHECIMENTO PRECOCE"



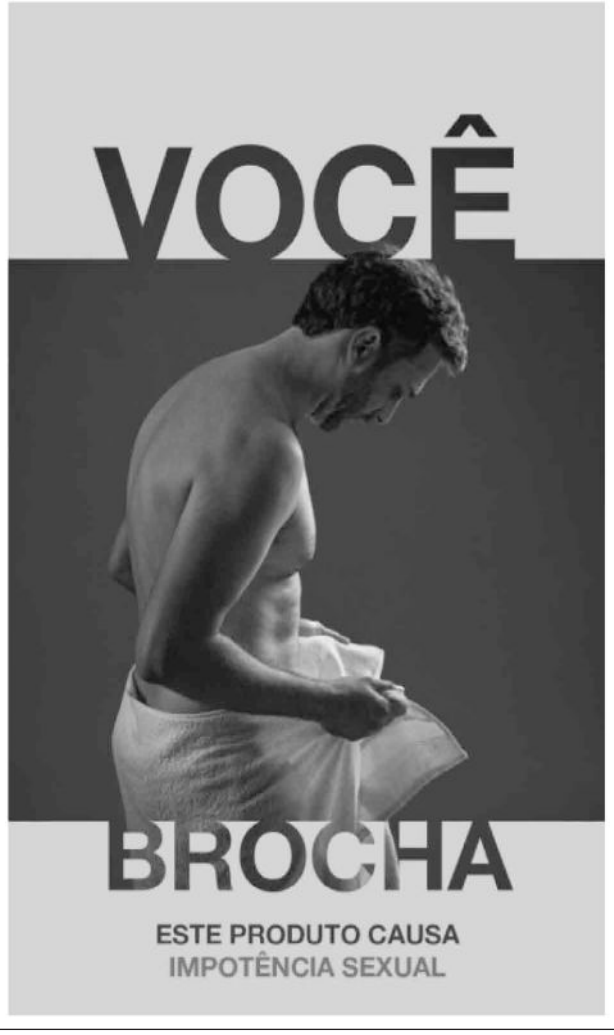
"VOCÊ SOFRE. ESTE PRODUTO CAUSA PERDA DO BEBÊ E PARTO PREMATURO"



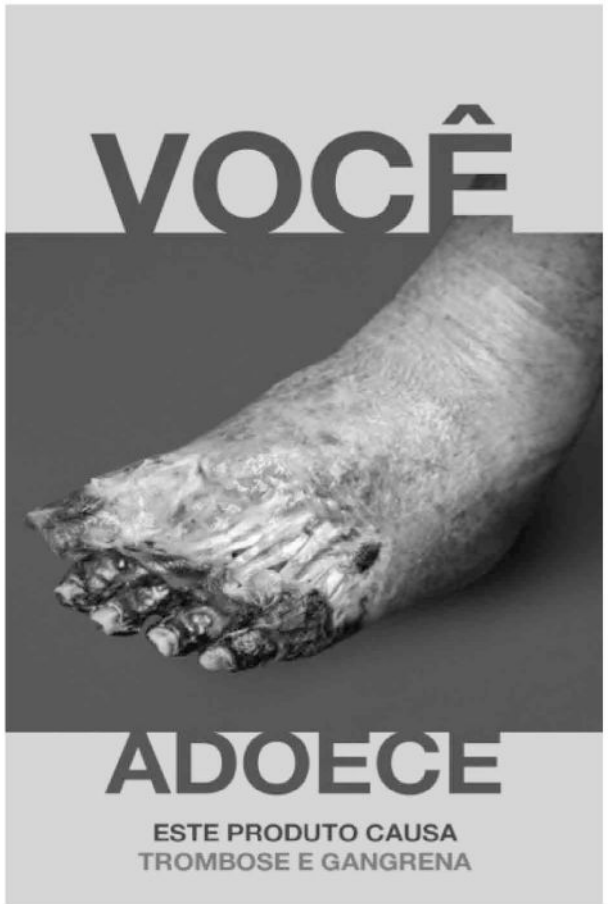
"VOCÊ MORRE. ESTE PRODUTO CAUSA ENFISEMA, CÂNCER DE PULMÃO E MORTE"



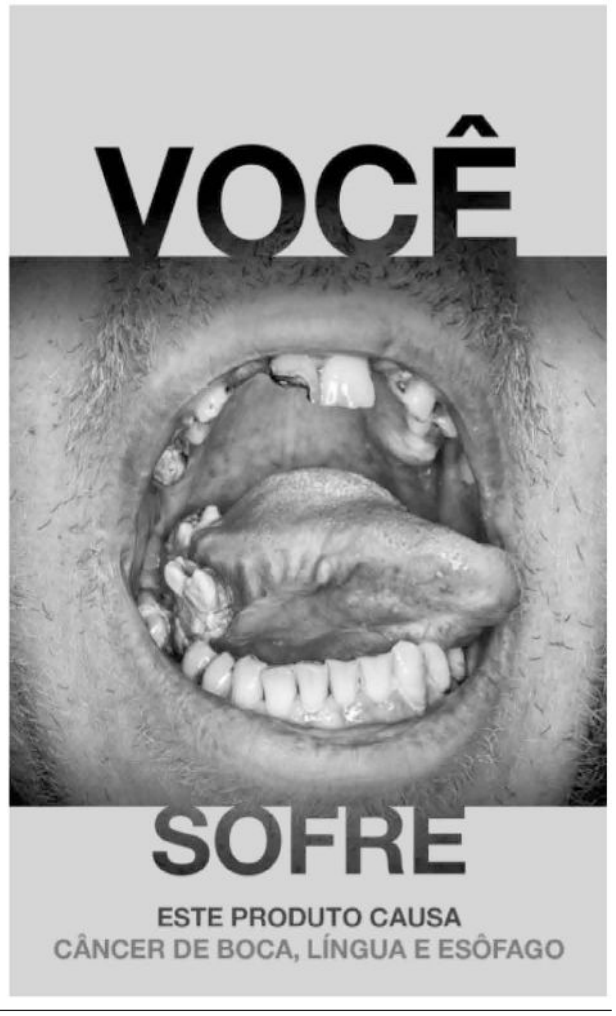
"VOCÊ BROCHA. ESTE PRODUTO CAUSA IMPOTÊNCIA SEXUAL"



"VOCÊ ADOECE. ESTE PRODUTO CAUSA TROMBOSE E GANGRENA"



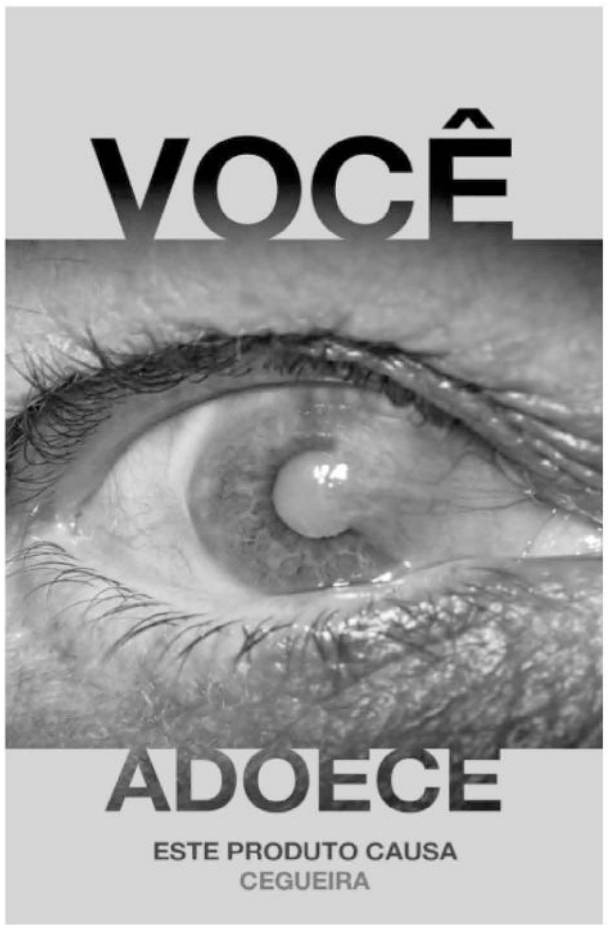
"VOCÊ SOFRE. ESTE PRODUTO CAUSA CÂNCER DE BOCA, LÍNGUA E ESÔFAGO"



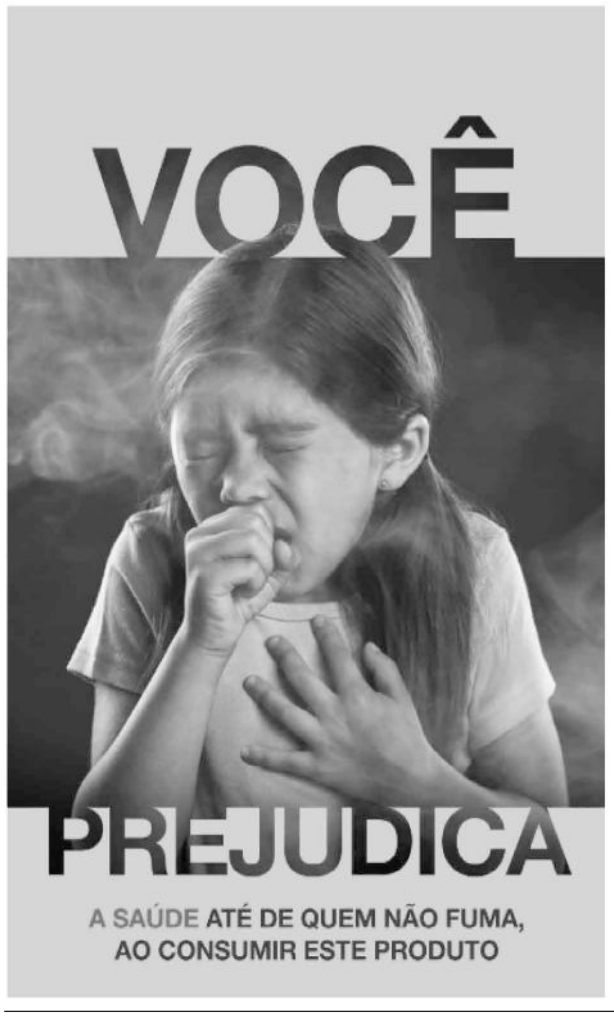
Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"VOCÊ ADOECE. ESTE PRODUTO CAUSA CEGUEIRA"



"VOCÊ PREJUDICA A SAÚDE ATÉ DE QUEM NÃO FUMA, AO CONSUMIR ESTE PRODUTO"



"VOCE INFARTA. ESTE PRODUTO CAUSA INFARTO E OUTRAS DOENÇAS DO CORAÇÃO"



ANEXO II

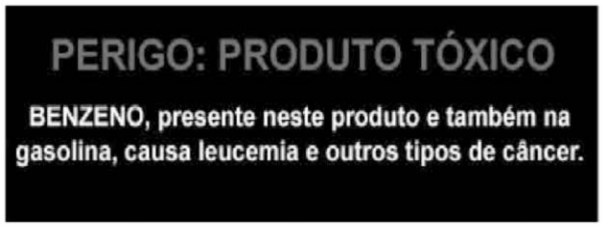
Advertência sanitária frontal



ANEXO III

Advertência sanitária lateral

Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ ENVELHECE. ESTE PRODUTO CAUSA ENVELHECIMENTO PRECOCE"



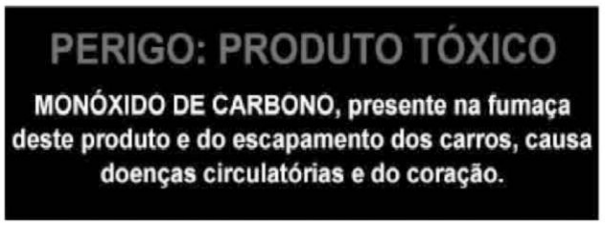
Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ SOFRE. ESTE PRODUTO CAUSA PERDA DO BEBÊ E PARTO PREMATURO"



Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto ad-vertência sanitária padrão "VOCÊ MORRE. ESTE PRODUTO CAU-SA ENFISEMA, CÂNCER DE PULMÃO E MORTE"



Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ BROCHA. ESTE PRODUTO CAUSA IMPOTÊNCIA SEXUAL"



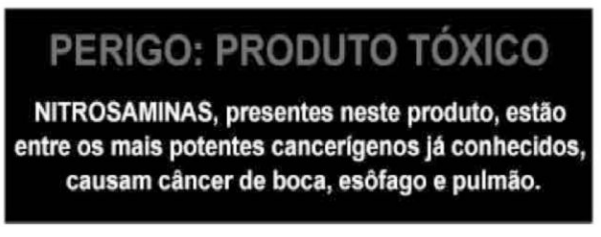
Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ ADOECE. ESTE PRODUTO CAUSA TROMBOSE E GANGRENA"



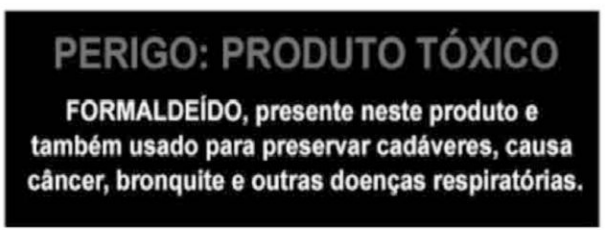
Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ SOFRE. ESTE PRODUTO CAUSA CÂNCER DE BOCA, LÍNGUA E ESÔFAGO"



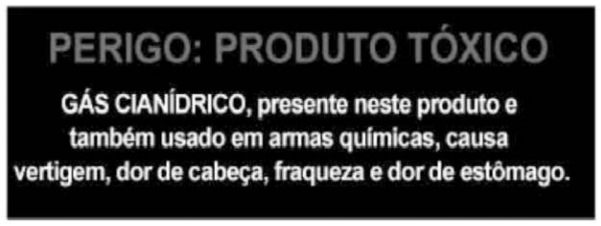
Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ ADOECE. ESTE PRODUTO CAUSA CEGUEIRA"



Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ PREJUDICA A SAÚDE ATÉ DE QUEM NÃO FUMA, AO CONSUMIR ESTE PRODUTO"



Advertência sanitária lateral para ser usada em conjunto com a advertência sanitária padrão "VOCÊ INFARTA. ESTE PRODUTO CAUSA INFARTO E OUTRAS DOENÇAS DO CORAÇÃO"



ANEXO IV

Mensagem de proibição de venda a menor de dezoito anos





(*)N. da Coejo: Republicado por ter saído no DOU nº 240, de 15-12-2017, Seção 1, página 180 e no DOU nº 241, de 18-12-2017, Seção 1, página 142, com incorreção.

DESPACHO N° 108, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem os inciso III e IV, do art. 15, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, bem como o disposto no 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme fluxo aprovado em reunião realizada em 1º de novembro de 2016 e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

nº	monografias/ métodos	Processo nº
1	*Justicia pectoralis* Jacq. [folha]	25351.025341/2017-65
2	*Zingiber officinale* Roscoe [rizoma]	25351.322148/2017-86
3	*Atropa belladonna* L. [folha]	25351.322134/2017-58
4	Definições aplicadas à Farmacognosia	25351.913412/2017-17

Agenda Regulatória 2017-2020: Tema nº 12.1 - Compêndios da Farmacopeia Brasileira
Área responsável: COFAR/GGMED
Regime de Tramitação: Comum
Diretor Relator: Jarbas Barbosa da Silva Júnior

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

DESPACHO Nº 106, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa que se encontra em andamento visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, bem como diante tanto do grande acervo de petições de pós-registro protocoladas antes da vigência da nova legislação quanto da ausência momentânea de um Diretor no quadro dirigente, RESOLVE prorrogar por até 60 dias do prazo original, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO:

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

NOME DA EMPRESA: EMS S/A - 57.507.378/0003-65
NUMERO DE EXPEDIENTE: 1884206/17-2
DATA DO PROTOCOLO: 04/09/2017
NOME DA EMPRESA: EMS S/A - 57.507.378/0003-65
NUMERO DE EXPEDIENTE: 1876382/17-1
DATA DO PROTOCOLO: 01/09/2017
NOME DA EMPRESA: EMS S/A - 57.507.378/0003-65
NUMERO DE EXPEDIENTE: 1876400/17-2
DATA DO PROTOCOLO: 01/09/2017
NOME DA EMPRESA: EMS S/A - 57.507.378/0003-65
NUMERO DE EXPEDIENTE: 1884257/17-7
DATA DO PROTOCOLO: 04/09/2017

DESPACHO Nº 107, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa que se encontra em andamento visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, bem como diante tanto do grande acervo de petições de pós-registro protocoladas antes da vigência da nova legislação quanto da ausência momentânea de um Diretor no quadro dirigente, RESOLVE prorrogar por até 20 dias do prazo original, no caso de petições prioritárias, e por até 60 dias do prazo original no caso de petições ordinárias, nos termos do § 5º do art. 17-A da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente às petições de pós-registro listadas no ANEXO:

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
NUMERO DE EXPEDIENTE DATA DO PROTOCOLO

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33.247.743/0001-10
2217292/17-1 17/11/2017

EMS S/A 57.507.378/0003-65
1486400/17-2 17/07/2017

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60.318.797/0001-00
1859539/17-1 31/08/2017

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

DESPACHO Nº 109, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram delegadas por meio do Despacho do Diretor-Presidente n° 48, publicado no Diário Oficial da União, em 10 de julho de 2017, e em razão da reorganização administrativa que se encontra em andamento visando o adequado cumprimento da Lei nº 13.411/16, bem como diante do aguardo de julgamento de recursos similares em outras diretorias para consenso, RESOLVE prorrogar por até noventa dias, nos termos do art. 15, §§ 4º e 5º, da Lei nº 9.782/99, o(s) prazo(s) para publicação de decisão referente ao(s) recurso(s) administrativo(s) listado(s) abaixo:

WILLIAM DIB

ANEXO

COREC/COSAN/GHCOS
SANDET QUÍMICA LTDA - 60.001.955/0001-95
X4 BASE SANDET
25351.432143/2007-11
20008888141 20/9/2017
20/3/2018
SANDET QUÍMICA LTDA - 60.001.955/0001-95
X4 MAX SANDET
25351.431740/2007-10
1.911481178 08/9/2017
08/3/2018

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.298, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

(*)N. da Coejo: Republicada por ter saído no DOU nº 241, de 18/12/2017, Seção 1, página 150, com incorreção.

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 407, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Divulga a relação dos municípios descredenciados dos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde

- O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56 do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes aos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde, nos termos da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, e considerando os termos da Recomendação nº 01/2017-MPF-PGR-BA, resolve:

Art. 1º Divulgar por meio de sítio eletrônico: http//maismedicos.saude.gov.br, a relação dos municípios descredenciados dos Programas de Provisão de Médicos do Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGERIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

RETIFICAÇÕES

No Anexo da Portaria nº 394/SGTES/MS, de 14 de dezembro de 2017, publicada no DOU nº 240, de 15 de dezembro de 2017, seção 1, página 189.

Onde se lê:

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.043802/2014-49	JOSE MANUEL RIOS VALERA	1300415	MA	COROATÁ

Leia-se:

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.043802/2014-49	JOSE MANUEL RIOS VALERA	2100490	MA	COROATÁ

No Anexo da Portaria nº 396/SGTES/MS, de 14 de dezembro de 2017, publicada no DOU nº 240, de 15 de dezembro de 2017, seção 1, página 189.

Onde se lê:

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.075403/2014-47	RICHARD ALFONSO BONACHEA CARRIEGOS	2600489	PE	2600489

Leia-se:

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.075403/2014-47	RICHARD ALFONSO BONACHEA CARRIEGOS	2600489	PE	EXU

No Anexo da Portaria nº 404/SGTES/MS, de 14 de dezembro de 2017, publicada no DOU nº 240, de 15 de dezembro de 2017, seção 1, página 190.

Onde se lê:

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.082848/2017-98	LISIS SUAREZ RIVERA	3503126	SP	MONTE AZUL PAULISTA

Leia-se:

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.082848/2017-26	LISIS SUAREZ RIVERA	3503126	SP	MONTE AZUL PAULISTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 43, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Instrução Normativa nº 5, de 12 de janeiro de 2017, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Saneamento Básico, para o exercício de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, combinado com o art. 25 da Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e com o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 8.927, de 08 de dezembro de 2016, o art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e o art. 66 do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a Resolução nº 702, de 04 de outubro de 2012, do Conselho Curador do FGTS, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração das propostas orçamentárias e aplicação dos recursos do Fundo e em especial ao disposto em seu art. 8º e em seu art.16, e

CONSIDERANDO a necessidade de efetuar remanejamento no orçamento operacional do FGTS, aprovado pela Resolução nº 825, de 25 de outubro de 2016, destinado à área de saneamento básico para o exercício 2017, de modo a atender demanda de contratações; resolve:

Art. 1º Alterar o Art. 2º da Instrução Normativa nº 5, de 12 de janeiro de 2017, que dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de saneamento básico, para o exercício 2017, publicada no Diário Oficial da União em 13 de janeiro de 2017, seção 1, página 37, que foi alterada pela Instrução Normativa nº 15, de 24 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 27 de março de 2017, seção 1, página 116, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I - (...)

II - ficam destinados até R$ 4.137.690.000,00 (quatro bilhões, cento e trinta e sete milhões, seiscentos e noventa mil reais) para operações de crédito com mutuários do setor público, e;

III - ficam destinados até R$ 1.862.310.000,00 (um bilhão, oitocentos e sessenta e dois milhões, trezentos e dez mil reais) para operações de crédito com mutuários do setor privado.

§ 1º (...)." (NR)

Art. 2º Alterar os Anexos I e II da Instrução Normativa nº 5, de 12 de janeiro de 2017, que passam a vigorar, respectivamente, conforme disposto nos Anexos I e II desta Instrução Normativa.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir de publicação.

ALEXANDRE BALDY

ANEXO I

ORÇAMENTO OPERACIONAL - FGTS
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO
PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS

Programa/Área de Aplicação	Metas Físicas*	Empregos Gerados	Valores (Em R$ 1.000,00)
Saneamento para Todos - Setor Público	4.948.677	239.158	4.137.690
Saneamento para Todos - Setor Privado	2.227.323	107.642	1.862.310
TOTAL - SANEAMENTO BÁSICO	7.176.000	346.800	6.000.000

* Unidade de medida: Habitantes Beneficiados

ANEXO II

ORÇAMENTO OPERACIONAL - FGTS
PLANO DE CONTRATAÇÕES E METAS FÍSICAS
ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO
PROGRAMA SANEAMENTO PARA TODOS

Valores em R$ 1.000,00

UF/REGIÃO	SANEAMENTO PARA TODOS		
	SETOR PÚBLICO	SETOR PRIVADO	TOTAL
RO	0	24.865	24.865
AC	0	0	0
AM	0	0	0
RR	0	0	0
PA	0	229.577	229.577
AP	0	0	0
TO	0	132.569	132.569
NORTE	0	387.011	387.011
MA	0	79.496	79.496
PI	0	0	0
CE	0	0	0
RN	0	0	0
PB	0	0	0
PE	348.970	634.476	983.446
AL	0	140.741	140.741
SE	0	0	0
BA	0	0	0
NORDESTE	348.970	854.713	1.203.683
MG	0	0	0
ES	137.124	0	137.124
RJ	570.087	61.815	631.902
SP	535.254	269.960	805.214
SUDESTE	1.242.465	331.775	1.574.240
PR	1.887.474	0	1.887.474
SC	0	204.309	204.309
RS	310.815	47.310	358.125
SUL	2.198.289	251.619	2.449.908
MS	109.744	0	109.744
MT	0	37.192	37.192
GO	238.222	0	238.222
DF	0	0	0
CENTRO-OESTE	347.966	37.192	385.158
BRASIL	4.137.690	1.862.310	6.000.000

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 268, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.022006/2017-23, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à filial da pessoa jurídica SETA - REALENGO INSTITUIÇÃO TÉCNICA DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ nº 11.443.209/0003-08, situada no Município de Imperatriz - MA, Rodovia BR 010, Km 1343, Setor Ferroviário, Conjunto Nova Vitória, CEP: 65.915-050 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 269, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.108874/2016-19, resolve:

Art. 1º Revogar, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do art. 12º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, a Portaria nº 30, de 26 de janeiro de 2017, publicada no DOU, em 31 de janeiro de 2017, seção I, página 42, que concedeu licença de funcionamento à filial da pessoa jurídica SETA - REALENGO INSTITUIÇÃO TÉCNICA DE INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ nº 11.443.209/0002-27, situada no Município do Rio de Janeiro - RJ, Av. Brasil, nº 2332, Parte A, Bairro Benfica, CEP: 20.930-040 devido à baixa no seu CNPJ junto a Receita Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 270, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (DENATRAN), no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e na Portaria nº 27, de 25 de janeiro de 2017, do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.029827/2017-91, resolve:

Art. 1º Conceder, por quatro anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 8º da Resolução nº 632, de 30 de novembro de 2016, do CONTRAN, renovação da licença de funcionamento à pessoa jurídica AVAL SOROCABA INSPEÇÕES VEICULARES LTDA, CNPJ nº 10.995.158/0001-00, situada no Município de Sorocaba - SP, Avenida três de março, nº 1865, Galpão 01, Aparecidinha, CEP: 18.087-180 para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

PORTARIA Nº 271, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos I e II do art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o disposto no §1º do art. 4º da Resolução CONTRAN Nº 560, de 15 de outubro de 2015, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 80000.036122/2017-20, resolve:

Art. 1º Integrar o Município de Pareci Novo no Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Departamento de Trânsito, ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELMER COELHO VICENZI

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA-GERAL DE COMUNIDADES BRASILEIRAS E DE ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS

DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA PARA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO NA ÁREA DE COMBATE À LAGARTA DO CARTUCHO NA ÁFRICA

O Governo da República Federativa do Brasil, representado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores

e

o Governo dos Estados Unidos da América, representado pela United States Agency for International Development - USAID (Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional), (doravante coletivamente denominados os "Governos"),

considerando que:

o Brasil e os Estados Unidos e compartilham longa parceria no campo de cooperação técnica, estabelecida por meio do Acordo Básico, por Troca de Notas, de Cooperação Técnica, assinado em 19 de dezembro de 1950 e sua emenda assinada em 8 de janeiro de 1952;

o Brasil e os Estados Unidos e celebraram Acordo Relativo à Cooperação em Ciência e Tecnologia firmado em Brasília, em 6 de fevereiro de 1984, e promulgado em 15 de maio de 1986;

o Brasil e os Estados Unidos firmaram Memorando de Entendimento para a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países, em 3 de março de 2010; um Protocolo de Intenções para a Expansão de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países em 19 de março de 2011; e Memorando de Entendimento para a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países para Melhoria da Segurança Alimentar em 9 de abril de 2012;

os Governos dos dois países já implementaram, no decorrer dos últimos dez anos, diversas iniciativas visando ao fortalecimento e à ampliação da cooperação;

os Governos compartilham o desejo de fortalecer a cooperação, no intuito de fomentar o desenvolvimento econômico, a segurança alimentar, os direitos da mulher e maior inclusão social em países selecionados, cujos principais desafios se situam na área da pobreza, conforme mensurada por indicadores mundiais de desenvolvimento;

chegaram ao seguinte entendimento:

Seção I
Objetivo e Designações

1. O presente Protocolo de Intenções (em adiante denominado "PDI") tem por objetivo expressar o desejo do Brasil e dos Estados Unidos de cooperarem, com vistas à transferência de conhecimento do Brasil à África na área de combate de pragas como a lagarta do cartucho, a qual tem afetado vários países africanos nos últimos meses.

2. O presente PDI evidencia a preocupação dos Governos com os impactos causados por pragas como a lagarta do cartucho na segurança alimentar na África, bem como na sustentabilidade de atividades, projetos e programas existentes na área de agricultura, em virtude de tais infestações.

3. O presente PDI não fixa metas para as ações na África para os dois Governos, tendo cada um plena liberdade para sugerir coordenação de atividades, qu ando assim for considerado necessário ou apropriado.

4. Os Governos esperam que as atividades de cooperação técnica que são objeto do presente PDI sejam coordenadas pelos devidos escritórios das seguintes agências, observados os acordos de cooperação específicos de cada um dos Governos com os países beneficiários:

a) A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério de Relações Exteriores do Brasil; e

b) a Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID);

(doravante denominadas "Agências").

Seção II
Atividades

1. Por meio do aproveitamento das melhores práticas das Agências para a implementação de cooperação técnica para o desenvolvimento, os Governos esperam implementar, conjuntamente e em coordenação com os governos dos países beneficiários na África, atividades de cooperação fundamentadas na proposta técnica apresentada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Centro Internacional de Melhoramento do Milho e do Trigo (CIMMYT) e o Centro Internacional de Agricultura e Ciências Biológicas *(*CABI), bem como consistentes com as prioridades geográficas e setoriais das Agências. Tais atividades de cooperação poderão incluir a articulação e atuação com outros atores e instituições-chave, quando assim for considerado necessário ou apropriado pelas Agências.

2. As atividades poderão incluir:

a) elaboração de materiais informativos sobre melhores práticas e protocolos para o manejo da lagarta do cartucho na África, com base nas experiências, êxitos e lições aprendidas, especialmente no Brasil e nos Estados Unidos;

b) desenvolvimento e divulgação de Diretrizes para o Manejo da Lagarta do Cartucho;

c) capacitação e treinamento de técnicos e especialistas de países africanos;

d) introdução e validação de técnicas de controle da lagarta do cartucho que sejam adequadas, eficientes, econômicas e inócuas ao meio ambiente, com vistas a sua potencial disseminação e utilização; e

e) outras formas de cooperação técnica, conforme mutuamente determinadas pelas Agências.

Seção III
Direitos e Obrigações

A celebração do presente PDI não impede o desejo de os Governos manterem seus mandatos específicos e realizarem missões separadamente, nem tampouco afeta suas respectivas responsabilidades. Salvo especificado de outra forma, a cooperação entre os Governos expressa no presente PDI não deverá ser interpretada como parceria ou outro tipo de entidade ou personalidade jurídica. Cada Governo deverá assumir individualmente plena responsabilidade por quaisquer despesas que venha a incorrer em razão do presente PDI. Nada no presente PDI deverá ser considerado, de forma alguma, como substitutivo ou interveniente a qualquer acordo ou contrato celebrado pelos Governos, quer sejam anteriores ou posteriores à sua assinatura. Nada no presente PDI deverá ser compreendido como uma relação exclusiva de trabalho. Os Governos expressamente reconhecem que o presente PDI não resulta em obrigações financeiras, nem tampouco constitui compromisso legal a nenhum dos Governos ou cria direitos a terceiros.

Seção IV
Assinatura e Início

O presente PDI produzirá efeitos a partir da data de sua assinatura, por período indeterminado, até que um dos Governos notifique o outro de sua decisão de interrompê-lo.

Feito em Brasília, em 21 de novembro de 2017, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

JOÃO ALMINO DE SOUZA FILHO
Diretor da ABC

Pelo Governo dos Estados Unidos da América

MICHAEL J. EDDY
Diretor da USAID/Brasil

SUBSECRETARIA-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR

PORTARIA DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017(*)

O SUSECRETÁRIO-GERAL DO SERVIÇO EXTERIOR, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Criar o Grupo de Assistência Operacional e Administrativa, subordinado à Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior.

Art. 2º Compete ao Grupo de Assistência Operacional e Administrativa, de acordo com o interesse da Administração, auxiliar na execução de atividades de competência de unidades administrativas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e de missões diplomáticas permanentes e repartições consulares no exterior; auxiliar na execução da política administrativa do Ministério das Relações Exteriores; e apoiar a realização de conferências, reuniões e eventos internacionais.

Art. 3º Integrarão o Grupo de Assistência Operacional e Administrativa servidores do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, cuja lotação na Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior será publicada em Boletim de Serviço.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(*)Republicada por ter saído no DOU nº 241, de 18/12/2017, seção 1, p. 180, com incorreção no original.

JOÃO PEDRO CORRÊA COSTA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 486, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 15, § 1º, da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no art. 3º do Decreto nº 7.832, de 29 de outubro de 2012, e o que consta no Processo nº 48330.000551/2017-14, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - Renuclear do Projeto de Implantação de Obras de Infraestrutura no Setor de Geração de Energia Elétrica de Origem Nuclear da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA, denominada Unidade de Armazenamento Complementar a Seco de Combustível Irradiado, de titularidade da empresa Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.540.211/0001-67, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O Projeto de que trata o caput é alcançado pelo art. 15 da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011.

Art. 2º As estimativas dos investimentos têm por base o mês de julho de 2017 e são de exclusiva responsabilidade da Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear, cuja razoabilidade foi atestada pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

Art. 3º A Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear deverá informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a entrada em Operação Comercial do Projeto aprovado nesta Portaria, no prazo de até trinta dias do adimplemento do objeto do Contrato.

Parágrafo único. O Período de Execução constante no Anexo à presente Portaria foi informado pela Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear e deve ser considerado unicamente para fins do enquadramento do Projeto no Renuclear.

Art. 4º Alterações técnicas do Projeto aprovado nesta Portaria não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no Renuclear.

Art. 5º A habilitação do Projeto no Renuclear e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 6º A Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto nº 7.832, de 29 de outubro de 2012, e na legislação e normas vigentes e supervenientes.

Parágrafo único. A Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear fica submetida às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 11 e 14 do Decreto nº 7.832, de 2012, sujeitas à fiscalização da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO RENUCLEAR - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE USINAS NUCLEARES	
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO	
01	Nome Empresarial
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear.	
02	CNPJ
42.540.211/0001-67.	
03	DADOS DO PROJETO
Nome do Projeto	Unidade de Armazenamento Complementar a Seco de Combustível Irradiado - UAS, da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.
Descrição do Projeto	Unidade de Armazenamento Complementar a Seco de Combustível Irradiado que atenderá as Centrais Geradoras Termonucleares denominadas UTN Almirante Álvaro Alberto - Unidade I (Antiga Angra I), com Potência Instalada de 640.000 kW e Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UTN.UR.RJ.000100-7.01 e UTN Almirante Álvaro Alberto - Unidade II (Antiga Angra II), com Potência Instalada de 1.350.000 kW e CEG: UTN.UR.RJ.000101-5.01, compreendendo:

	I - Fornecimento dos Dispositivos de Transferência e Armazenamento a Seco, bem como seus Equipamentos Auxiliares: a) Canisters; b) Casco de Transferência; e c) Módulos de Armazenamento; II - Construção da UAS, incluindo: a) Preparação do Local; b) Investigação do Local; c) Construção da Laje; d) Construção da Área de Armazenamento; e) Construção da Guarita; f) Construção da Cerca Dupla; g) Construção do Almoxarifado; e h) Fornecimento e Instalação de todos os Equipamentos para funcionamento da Instalação, Proteção Física e Proteção Radiológica. III - Adequação das Plantas de Angra I e II para viabilizar a transferência de Elementos Combustíveis Irradiados - ECIs utilizando os Dispositivos de Transferência e Armazenamento. Fazem parte da adequação das Usinas os Serviços de: a) Avaliação da Adequação; e b) Modificação de Itens Existentes (incluindo projeto, fabricação, montagem, instalação e comissionamento); IV - Execução de todas as Atividades de Transferência e Armazenamento no UAS dos ECIs, incluindo: a) Desmontagem e Remontagem da Unidade de Reparo dos ECIs de Angra I (FARU); b) Avaliação e Adequação da Via de Carga Pesada e Fornecimento de Veículo Transportador com Acessórios; e c) Execução dos Serviços de Transferência de ECIs de Angra I e II em Dispositivos de Armazenamento; V - Execução dos Serviços a seguir: a) Projeto da Solução (dispositivos, civil, itens de modificação e novos suprimentos); b) Apoio aos Licenciamentos Nuclear e Ambiental, incluindo elaboração de toda documentação requerida, reuniões, esclarecimentos etc; c) Coordenação da Transferência, incluindo fornecimento de mão de obra de operação de equipamentos de içamento e de proteção radiológica; e d) Emissão da Documentação de Conclusão dos Serviços (data-book, relatórios, etc).
Período de Execução	65 (sessenta e cinco) meses.
Localidade do Projeto [Município/UF]	Município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

04	REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA JURÍDICA	
Nome	CPF	
Leonam dos Santos Guimarães.	466.200.367-91.	
05	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM OS BENEFÍCIOS FISCAIS RELATIVOS AO RENUCLEAR (R$)	
Relatório Ambiental Simplificado.	Serviço Nacional.	288.094,20.
Projeto Executivo de Obras Preparatórias.	Serviço Nacional.	133.950,00.
Solução de Armazenamento a Seco - UAS.	Serviço Internacional.	6.843.726,85.
	Serviço Nacional.	86.100.197,67.
	Fornecimento Nacional.	29.189.388,59.
	Fornecimento Internacional.	62.524.607,25.
Execução de Obras Preparatórias.	Serviço Nacional.	28.670.000,00.
Serviços Técnicos Especializados Associados a Inspeções e Ensaios na Fabricação de Componentes, Montagem e Construção da UAS.	Serviço Nacional.	17.140.000,00.
Outros (Reserva de Contingência, Taxas, Contratos Finalizados).	Não se Aplica.	8.370.035,45.
Total (1)		239.260.000,00.
06	ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM OS BENEFÍCIOS FISCAIS RELATIVOS AO RENUCLEAR (R$)	
Relatório Ambiental Simplificado.	Serviço Nacional.	261.445,49.
Projeto Executivo de Obras Preparatórias.	Serviço Nacional.	121.559,63.
Solução de Armazenamento a Seco - UAS.	Serviço Internacional.	6.005.614,30.
	Serviço Nacional.	78.135.929,39.
	Fornecimento Nacional.	26.489.370,14.
	Fornecimento Internacional.	42.399.537,44.
Execução de Obras Preparatórias.	Serviço Nacional.	26.018.025,00.
Serviços Técnicos Especializados Associados a Inspeções e Ensaios na Fabricação de Componentes, Montagem e Construção da UAS.	Serviço Nacional.	15.554.550,00.
Outros (Reserva de Contingência, Taxas, Contratos Finalizados).	Não se Aplica.	8.370.035,45.
Total (2)		203.356.066,83.

PORTARIA Nº 487, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e o que consta do Processo nº 48000.000455/2013-84, resolve:

Art. 1º A Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

§ 2º .....

.....

II - .....

.....

e) .....

1. para projetos de geração: Código Único do Empreendimento de Geração - CEG, potência instalada em kW, número de máquinas, sistema de transmissão de interesse restrito, tipo de fonte e, em caso de fonte térmica, tipo de combustível; e

.....

III - estimativas dos investimentos e do valor de suspensão dos impostos e contribuições a título de REIDI, tendo como base o mês anterior à data de apresentação do requerimento referido no art. 1º, na forma do Anexo, assinado pelo Presidente, pelo Responsável Técnico e pelo Contador da pessoa jurídica titular do projeto e enviado para a ANEEL, disponível no sítio eletrônico da Agência, contendo o seguinte:

....." (NR)

"Art. 2º .....

§ 1º Constatada a necessidade de complementação de informações para a instrução do Processo, a requerente será notificada, preferencialmente por meio dos endereços de correio eletrônico informados no Anexo, para regularizar as pendências no prazo de vinte dias, a contar da data da notificação, sob pena de arquivamento do requerimento.

.....

§ 3º O projeto será considerado aprovado no REIDI mediante a publicação de Portaria específica do Ministério de Minas e Energia, a qual conterá estimativas dos investimentos e da suspensão dos impostos e contribuições decorrentes do REIDI, de responsabilidade exclusiva da pessoa jurídica titular do projeto.

....." (NR)

"Art. 4º .....

.....

III - projetos de reforço nas instalações de concessão de transmissão de energia elétrica objetos de Resolução Autorizativa da ANEEL, Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão - CCT ou Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura - CCI; e

IV - projetos de melhoria nas instalações de concessão de transmissão de energia elétrica objetos de Resolução Autorizativa da ANEEL.

Parágrafo único. .....

.....

II - para os projetos enquadrados nos incisos III e IV do caput, a ANEEL deverá considerar o impacto positivo da aplicação do REIDI nas aquisições e importações de bens e serviços pelas concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica na determinação da Receita Anual Permitida." (NR)

"Art. 6º-A. A Portaria que aprova o enquadramento de projeto ao REIDI, nos termos desta Portaria, poderá ser tornada sem efeito e o projeto considerado não implantado, nos seguintes casos:

I - o empreendimento não ter entrado em operação comercial, no prazo de cinco anos a contar da data da habilitação do titular do projeto ao REIDI; ou

II - revogação da outorga de concessão ou de autorização.

Parágrafo único. A ANEEL informará ao Ministério de Minas e Energia e à Secretaria da Receita Federal do Brasil a ocorrência dos casos descritos no caput." (NR)

Art. 2º A Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

§ 3º .....

.....

II - .....

.....

d) nos casos de projetos sujeitos apenas a registro:

1. Licença Ambiental de Instalação do empreendimento; e

2. Informação de Acesso ao Sistema Elétrico, fornecida pela Concessionária de Distribuição ou pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

.....

f) descrição do projeto, com indicação da data de conclusão, compreendendo Código Único do Empreendimento de Geração - CEG, quando couber, potência instalada em kW, número de máquinas, sistema de transmissão de interesse restrito, tipo de fonte e, em caso de fonte térmica, tipo de combustível.

....." (NR)

"Art. 2º .....

§ 1º Constatada a necessidade de complementação de informações para a instrução do Processo, a requerente será notificada, preferencialmente por meio dos endereços de correio eletrônico informados no Anexo, para regularizar as pendências no prazo de vinte dias, a contar da data da notificação, sob pena de arquivamento do requerimento.

....." (NR)

"Art. 4º O projeto será considerado aprovado no REIDI mediante a publicação de Portaria específica do Ministério de Minas e Energia, a qual deverá conter estimativas dos investimentos e da suspensão dos impostos e contribuições decorrentes do REIDI, de responsabilidade exclusiva da pessoa jurídica titular do projeto.

....." (NR)

"Art. 5º O Ministério de Minas e Energia apresentará à Secretaria da Receita Federal do Brasil, em formato eletrônico, as estimativas constantes do Anexo até o último dia útil do mês de março de cada ano, a partir de 2014, para cada projeto habilitado no REIDI no ano anterior.

....." (NR)

"Art. 6º A Portaria que aprova o enquadramento de projeto ao REIDI, nos termos desta Portaria, poderá ser tornada sem efeito e o projeto considerado não implantado, nos seguintes casos:

I - o empreendimento não ter entrado em operação comercial ou não ser registrado junto à ANEEL, no prazo de cinco anos a contar da data da habilitação do titular do projeto ao REIDI;

....." (NR)

Art. 3º Consideram-se válidos os requerimentos protocolados no Ministério de Minas e Energia anteriores à data de publicação deste Ato, observado que os requerimentos relativos aos projetos que não se enquadram nos termos desta Portaria serão indeferidos e os respectivos Processos arquivados, caso os interessados, uma vez notificados, não cumpram as novas exigências.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados:

I - a alínea "f", do inciso II, do § 2º, do art. 1º, da Portaria MME nº 274, de 19 de agosto de 2013; e

II - a alínea "g", do inciso II, do § 3º, do art. 1º, da Portaria MME nº 310, de 12 de setembro de 2013.

FERNANDO COELHO FILHO

PORTARIA Nº 488, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 2º, §§ 1º, 2º e 3º, e no caput do art. 4º do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e o que consta no Processo nº 48300.004061/2017-44, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 451, de 22 de novembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

b) .....

.....

4. da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM; e

5. da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO COELHO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.764, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000169/2013-88. Interessada: EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.. Objeto: Alterar o caput e o § 1º do art. 1º da Resolução Autorizativa nº 4.377, de 11 de outubro de 2013, que declara de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Distribuição 138 kV Derivação 138 kV Kimberly - Clark - SE NGK, localizada no estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 6.766, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.001233/2017-71. Interessada: Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT. Objeto: (i) autorizar a Concessionária, Contrato de Concessão n° 055/2001, a implantar os reforços em instalação de transmissão de energia elétrica sob sua responsabilidade descritos no Anexo I; (ii) estabelecer, no Anexo I, os valores das parcelas de Receita Anual Permitida - RAP e, no Anexo II, o cronograma para a entrada em operação comercial das instalações de transmissão de energia elétrica de que trata o art. 1º; (iii) determinar que a concessionária apresente, em até 60 dias após entrada em operação comercial dos reforços, comprovação detalhada, por módulo, dos custos incorridos na execução destes reforços. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.357, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003256/2003-16. Interessada: Companhia Energética do Maranhão - CEMAR. Objeto: Prorroga o ano limite para o alcance da universalização rural da Cemar com redes convencionais de 2017 para 2020, redefinindo o ano limite de universalização rural por município. A íntegra desta Resolução consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 796, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Aprovar a versão 1.3 do Submódulo 4.4 e a versão 1.1 do Submódulo 4.4A dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, que trata dos Demais Componentes Financeiros.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, no Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, no Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, na Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, o que consta do Processo nº 48500.005363/2016-01, e considerando as contribuições recebidas na Audiência Pública 4/2017, resolve:

Art. 1º Aprovar a versão 1.3 do Submódulo 4.4 e a versão 1.1 do Submódulo 4.4A dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que tratam dos Demais Componentes Financeiros.

Parágrafo único. Os Submódulos de que tratam esta Resolução estão disponíveis nos autos do Processo nº 48500.005363/2016-01, no endereço SGAN - Quadra 603 - Módulos I e J - Brasília - DF, bem como no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 797, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece os procedimentos para o compartilhamento de infraestrutura de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica com agentes do mesmo setor, bem como com agentes dos setores de Telecomunicações, Petróleo, Gás, com a Administração Pública Direta ou Indireta e com demais interessados.

O Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nos incisos IV, XIV, XV e XVI do art. 4º, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, nos artigos 1º, Parágrafo único, 5º e 6º do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/Anatel/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, a Resolução Conjunta ANEEL/Anatel nº 004, de 16 de dezembro de 2014, o que consta do Processo nº 48500.003884/2016-15, e considerando as contribuições recebidas na Audiência Pública nº 96/2016, realizada entre 23 de dezembro de 2016 e 24 de fevereiro de 2017, que foram objeto de análise desta Agência e permitiram o aperfeiçoamento deste ato regulamentar, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma desta Resolução, os procedimentos para o compartilhamento de infraestrutura de Concessionárias, Permissionárias de Energia Elétrica com agentes do mesmo setor, com agentes dos setores de Telecomunicações, Petróleo, Gás, com a Administração Pública direta ou indireta e com demais interessados.

Art. 2º Para os fins desta Resolução aplicam-se as seguintes definições, além daquelas estabelecidas no art. 3º do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, anexo à Resolução Conjunta ANEEL/Anatel/ANP nº 001, de 1999:

I - Detentor: concessionária ou permissionária de serviços de energia elétrica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, a infraestrutura a ser compartilhada;

II - Ocupante: pessoa jurídica titular de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de energia elétrica, telecomunicações de interesse coletivo, serviços de transporte dutoviário de petróleo, seus derivados e gás natural; administração pública direta ou indireta; e demais interessados, os quais ocupam a infraestrutura disponibilizada pelo Detentor mediante contrato celebrado entre as partes;

III - Ponto de Fixação: ponto de instalação do suporte de sustentação mecânica dos cabos e/ou cordoalha da prestadora de serviços de telecomunicações ou outro Ocupante dentro da faixa do poste destinada ao compartilhamento;

IV - Faixa de Ocupação: espaço nos postes e torres das redes aéreas de distribuição e transmissão de energia elétrica, nas torres de sistemas de telecomunicações de propriedade dos Detentores que são utilizadas para prestação do serviço objeto da respectiva concessão ou permissão, nas galerias subterrâneas e nas faixas de servidão administrativa de redes de energia elétrica onde são definidos pelo Detentor os pontos de fixação, os dutos subterrâneos e as faixas de terreno destinadas ao compartilhamento com os agentes que podem ser classificados como ocupante;

V - Plano de Ocupação de Infraestrutura: documento aprovado por norma técnica do Detentor, que disponibiliza informações de suas infraestruturas, ligadas diretamente ao objeto das outorgas expedidas pelo Poder Concedente, e estabelece as condições técnicas a serem observadas pelo Solicitante para a contratação do compartilhamento;

VI - Ocupação à Revelia: ocupação de infraestrutura que não conste de projeto técnico previamente aprovado pelo Detentor, mesmo que o Ocupante tenha contrato de compartilhamento vigente com o Detentor; e

VII - Ocupação Clandestina: situação na qual ocorre a Ocupação à Revelia de infraestrutura sem que haja contrato de compartilhamento vigente com o Detentor ou quando o proprietário do ativo não tenha sido identificado após prévia notificação do Detentor a todos os Ocupantes com os quais possui contrato de compartilhamento.

Parágrafo único. Para fins desta Resolução, são considerados de interesse restrito os contratos de compartilhamento de infraestrutura celebrados pelo Detentor com: pessoa jurídica titular de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de energia elétrica; administração pública direta ou indireta; ou demais interessados.

Art. 3º Para fins de compartilhamento e associado às respectivas infraestruturas ficam definidas as seguintes unidades de medida:

I - Servidões administrativas: por extensão (km) e por área compartilhada (m²);

II - Dutos, postes, torres de energia elétrica e torres de telecomunicações:

a)dutos (sem subdutos): pela quantidade (nº) e extensão (km);

b)subdutos (subdivisão dos dutos): pela quantidade (nº) e extensão (km);

c) postes e torres de concreto: por ponto de fixação (nº);

d) torres de energia elétrica: pela quantidade de cabos (nº) e extensão (km); e

e) torres de telecomunicações (para comunicação e proteção dos sistemas elétricos de distribuição e transmissão): quantidade de faixas de ocupação de barra (nº), pontos de fixação (nº) e área (m²).

III - Cabos metálicos, coaxiais e fibras ópticas não ativadas:

a) cabos metálicos e fibras ópticas: pela quantidade de pares (nº), fibras (nº) e extensão (km); e

b) cabos coaxiais: pela quantidade de cabos (nº) e extensão (km).

Art. 4º As infraestruturas devem ser utilizadas, prioritariamente, para prestação dos serviços outorgados ao Detentor.

Art. 5º O compartilhamento se limita ao uso da capacidade excedente de cada infraestrutura disponibilizada pelo Detentor, observando o Plano de Ocupação de Infraestrutura, as normas técnicas e regulamentadoras aplicáveis, esta Resolução e os Regulamentos Conjuntos entre as Agências Reguladoras dos setores envolvidos.

Art. 6º A solicitação de compartilhamento deve atender ao disposto no art. 11 do Regulamento Conjunto, anexo à Resolução Conjunta nº 001, de 1999, e conter, no mínimo, as seguintes informações e documentos:

I - nome/razão social, nº CNPJ e endereço;

II - localidades/endereços de interesse;

III - classe, tipo e quantidade de infraestrutura que pretende ocupar;

IV - especificações técnicas dos cabos, acessórios, ferragens e equipamentos que pretende utilizar;

V - eventual necessidade de instalação de equipamentos na infraestrutura (finalidade, especificação e quantidade);

VI - aplicação/tipo de serviço a ser prestado;

VII - cópia do ato de outorga (autorização/permissão/concessão) expedido pela Anatel ou ANP, quando aplicável, referente aos serviços a serem prestados; e

VIII - Projeto técnico completo de ocupação da infraestrutura que pretende compartilhar, inclusive com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contendo a previsão dos esforços mecânicos que serão aplicados, a identificação das localidades e logradouros públicos nos respectivos trajetos de interesse, incluindo o traçado georreferenciado dos cabos que serão instalados na infraestrutura do Detentor.

§1º Suspende-se a contagem do prazo de que trata o § 1º do art. 11 do Regulamento anexo à Resolução Conjunta nº 001/99, caso o Detentor solicite correção, esclarecimento ou informação complementar, devidamente fundamentado, retomando-se a contagem do prazo imediatamente após o cumprimento dessa etapa.

§ 2º As instalações dos Ocupantes devem atender às normas NBR 15688/2009 - Redes de distribuição aérea de energia elétrica com condutores nus, NBR 15214/2005 - Rede de distribuição de energia elétrica - compartilhamento de infraestrutura com redes de telecomunicações, bem como as revisões que se sucederem e outras normas aplicáveis pelo setor elétrico.

§ 3º Os projetos técnicos e/ou execução das obras necessárias para o compartilhamento de infraestrutura devem ser previamente aprovados pelo Detentor, sendo vedada a ocupação de pontos de fixação em postes e de outras infraestruturas à revelia do Detentor.

Art. 7º O compartilhamento de infraestrutura não deve comprometer a segurança de pessoas e instalações, os níveis de qualidade e a continuidade da prestação dos serviços outorgados aos Detentores.

§ 1º O Detentor deve zelar para que o compartilhamento de infraestrutura se mantenha regular às normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

§ 2º A regularização às normas técnicas e regulamentares é de responsabilidade do Ocupante, inclusive quanto aos custos, conforme cronograma de execução acordado entre as partes.

§3º O Detentor deve notificar o Ocupante sobre a necessidade de regularização da ocupação, nos termos do art. 4º da Resolução Conjunta ANEEL/Anatel nº 004, de 2014, sempre que for constatado:

I - descumprimento às normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao compartilhamento; ou

II - Ocupação à Revelia.

§ 4º A ausência de notificação do Detentor para regularização não exime o Ocupante de respeitar as normas técnicas aplicáveis e de proceder às correções necessárias.

§ 5º Para os casos de que tratam o §3º, o Detentor pode solicitar o traçado georreferenciado ou relatório fotográfico dos cabos já instalados em sua infraestrutura.

§6º Na hipótese de não ser efetuada a regularização de que trata o §3º no prazo estabelecido, o Detentor pode solicitar autorização à Comissão de Resolução de Conflitos, nos termos da Resolução Conjunta ANEEL/Anatel/ANP nº 002, de 27 de março de 2001, para retirar os cabos, fios, cordoalhas e/ou equipamentos do Ocupante, assim como por falta de cumprimento das obrigações pecuniárias estabelecidas no contrato.

§ 7º Os cabos, fios, cordoalhas e equipamentos oriundos de Ocupação Clandestina podem ser retirados pelo Detentor, ficando dispensada autorização da Comissão de Resolução de Conflitos, assim como em situações emergenciais ou que envolvam risco de acidente.

§ 8º O Detentor pode cobrar do Ocupante o ressarcimento pelos custos incorridos na eventual retirada dos cabos, fios, cordoalha e/ou equipamentos de responsabilidade do segundo.

§ 9º O Detentor pode condicionar a celebração de novo contrato de compartilhamento de infraestrutura ou renovação de contrato vigente com o mesmo Ocupante ao ressarcimento a que se refere o § 8º, assim como à regularização das obrigações pecuniárias estabelecidas no contrato.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 10 O Ocupante não faz jus a qualquer forma de indenização em função da retirada pelo Detentor dos cabos, fios, cordoalha e/ou equipamentos irregulares tratadas neste artigo.

Art. 8º Cabe ao Solicitante a responsabilidade por todos os custos decorrentes de modificações ou adaptações na infraestrutura do Detentor que se façam necessárias em função do compartilhamento.

Parágrafo único. Cabe ao Detentor centralizar os procedimentos para a execução dos serviços e negociação com os Ocupantes, bem como os de cobrança das modificações e adequações necessárias junto ao Solicitante.

Art. 9º O Detentor deve estabelecer em seus contratos de compartilhamento cláusulas que definam os requisitos estabelecidos no art. 20 do Regulamento Conjunto anexo à Resolução Conjunta nº 001, de 1999, inclusive:

I - a responsabilidade objetiva do Ocupante sobre eventuais danos causados a infraestrutura do Detentor, aos demais Ocupantes ou a terceiros;

II - a prerrogativa do Detentor para fiscalizar as obras do Ocupante, tanto na implantação do compartilhamento quanto na manutenção e adequação;

III - a possibilidade de o Detentor retirar cabos, fios, cordoalhas e equipamentos nas situações previstas no art. 7º e, em ocorrendo a retirada, ser indenizado pelos custos incorridos; e

IV - o tratamento a ser dado no caso de não cumprimento das obrigações pecuniárias estabelecidas no contrato.

Art. 10 O compartilhamento só pode ser negado por razões de limitação na capacidade, segurança, estabilidade, confiabilidade, violação de requisitos de engenharia ou de cláusulas e condições emanadas do Poder Concedente, mediante justificativa formal, por escrito, que comprove as razões que levaram à negativa do compartilhamento.

Art. 11 O Plano de Ocupação de Infraestrutura deve ser aprovado por Norma Técnica do Detentor e disponibilizado em seu sítio na Internet, contendo no mínimo os seguintes dados:

I - classe e tipo de infraestrutura disponível para compartilhamento;

II - procedimentos, condições técnicas e de segurança a serem observadas pelo Solicitante e enquanto perdurar a ocupação; e

III - relação das normas técnicas aplicáveis a cada classe e tipo de infraestrutura a ser disponibilizada.

Art. 12 Os Ocupantes devem manter permanentemente identificados os cabos, fios e cordoalhas de sua propriedade em todos os Pontos de Fixação utilizados, seguindo o disposto nas normas técnicas aplicáveis.

Parágrafo único. Para os compartilhamentos existentes, a identificação dos Pontos de Fixação deve ocorrer concomitantemente com a adequação da ocupação e/ou regularização às normas técnicas aplicáveis, conforme artigos 4º e 5º da Resolução Conjunta nº 004/2014.

Art. 13 Até que seja viabilizado o sistema eletrônico previsto no §1º do art. 9º da Resolução Conjunta nº 004/2014, o Detentor pode publicar em seu sítio na Internet as informações sobre a sua infraestrutura e respectivas condições para compartilhamento como forma alternativa de atender a obrigação de publicidade por meio de jornais prevista no art. 9º do Regulamento Conjunto, anexo à Resolução Conjunta nº 001, de 1999.

Art. 14 A ordem de análise da solicitação de compartilhamento e de disponibilização de infraestrutura deve ser cronológica, priorizando-se o Solicitante que tenha formalizado a solicitação antecipadamente, desde que esta tenha atendido a todos os requisitos de informações e documentos, conforme art. 6º desta Resolução.

Parágrafo único. As solicitações de prestadores de serviços de telecomunicações de interesse coletivo têm prioridade sobre as solicitações dos demais interessados, mesmo que já tenha sido iniciada a análise destas últimas, em atendimento ao disposto na Lei nº 9.472, de 1997.

Art. 15 Dispensa-se a necessidade de prestação de informação à ANEEL sobre a formalização da solicitação de compartilhamento de infraestrutura prevista pelo caput do art. 14 do Regulamento Conjunto, anexo à Resolução Conjunta nº 001, de 1999.

Art. 16 Para efeito de cumprimento do § 2º do art. 16 do Regulamento Conjunto anexo à Resolução Conjunta nº 001, de 1999, os Detentores devem protocolizar, simultaneamente, na ANEEL e Anatel, ou na ANEEL e ANP, conforme o caso, cópia do contrato, acompanhado de cópia de documentos/anexos que eventualmente o integrem, de publicações de que trata o art. 9º do Regulamento Conjunto, exceto nos casos de utilização das formas previstas pelo art. 13 desta Resolução e pelo §1º do art. 9º da Resolução Conjunta nº 004/2014, e de requerimento de homologação, apresentando o seguinte:

I - nome/razão social, CNPJ e endereço do Detentor;

II - nome/razão social, CNPJ e endereço do Ocupante;

III - número e data do pertinente ato de outorga (autorização/permissão/concessão) expedido pela Anatel ou ANP, quando aplicável e acompanhado de pertinente cópia, no mínimo, para a ANEEL, de modo a comprovar o enquadramento ao art. 2º do Regulamento Conjunto, anexo à Resolução Conjunta nº 001, de 1999;

IV - número e data de assinatura do contrato;

V - informação de que o contrato substitui ou renova instrumento apresentado anteriormente à ANEEL, caso aplicável; e

VI - formulário anexo a esta Resolução, adequadamente preenchido e assinado por responsável legal do Detentor.

Art. 17 Caso o contrato de compartilhamento de infraestrutura seja classificado como de interesse restrito, conforme Parágrafo único do art. 2º desta Resolução, tal condição deverá ser informada no momento da protocolização de cópia do contrato pelo Detentor, para fins de registro nesta Agência, observando que:

I - apesar do contrato de que trata o caput não estar sujeito à homologação, deverá seguir as diretrizes do Regulamento Conjunto, anexo à Resolução Conjunta nº 001, de 1999, especialmente o seu art. 20;

II - se o contrato for celebrado com pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos, deverá ser oneroso, enquanto que se for com pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos ou de direito público, poderá ser não oneroso; e

III - a versão original do contrato deverá ficar com o Detentor, à disposição da fiscalização da ANEEL.

Art. 18 Fica revogada a Resolução nº 581, de 29 de outubro de 2002.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

ANEXO

FORMULÁRIO DE ADEQUAÇÃO DO(S) CONTRATO(S) DE COMPARTILHAMENTO DE INFRAESTRUTURA AO REGULAMENTO APROVADO PELA RESOLUÇÃO CONJUNTA - RC N° 001/99, DENTRE OUTRAS NORMAS.

Nº e Data do Contrato

Nome do Detentor

Nome do(s) Solicitante(s)

I - PUBLICIDADE DA DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA (ART. 9º, RC Nº 001/99)

I.I - O Detentor publicou a disponibilidade de infraestrutura na forma prevista pelo art. 13 desta Resolução ou pelo §1º do art. 9º da Resolução Conjunta nº 004/2014? SIM ( ) NÃO ( )

I.II - Caso a resposta à pergunta I.I acima tenha sido "NÃO", favor informar se houve publicações em jornais conforme estabelece o art. 9º da RC nº 001/99: SIM ( ) NÃO ( )

II - AUSÊNCIA DE COMPORTAMENTO PREJUDICIAL À COMPETIÇÃO (ART. 15, RC Nº 001/99)

Nas negociações contratuais e no conteúdo do contrato celebrado houve algum desrespeito aos incisos do art. 15 da RC 001/99? SIM ( ) NÃO ( )

III - ATENDIMENTO À TOTALIDADE DOS REQUISITOS PREVISTOS PELO ART. 20 DA RC Nº 001/99

Houve previsão contratual de todos os incisos do art. 20 da RC Nº 001/99? SIM ( ) NÃO ( )

Item do art. 20 (assunto)	Dispositivo(s) do(s) Contrato(s) que atende(m) ao item do art. 20
I - objeto	
II - modo e forma de compartilhamento da infraestrutura	
III - direitos, garantias e obrigações das partes	
IV - preços a serem cobrados e demais condições comerciais	
V - formas de acertos de contas entre as partes	
VI - condições de compartilhamento da infraestrutura	
VII - condições técnicas relativas à implementação, segurança dos serviços e das instalações e qualidade	
VIII - cláusula específica que garanta o cumprimento do disposto no art. 5ª deste Regulamento	
IX - proibição de sublocação da infraestrutura ou de sua utilização para fins não previstos no contrato sem a prévia anuência do detentor	
X - multas e demais sanções	
XI - foro e modo para solução extrajudicial das divergências contratuais	
XII - prazos de implantação e de vigência	Implantação: Vigência:
XIII - condições de extinção	

IV - ATENDIMENTO À TOTALIDADE DOS REQUISITOS PREVISTOS PELO ART. 9º DESTA RESOLUÇÃO

Houve previsão contratual de todos os incisos do art. 9º desta Resolução? SIM ( ) NÃO ( )

Item do art. 9º (assunto)	Dispositivo(s) do(s) Contrato(s) que atende(m) ao item do art. 9º
I - a responsabilidade objetiva do Ocupante sobre eventuais danos causados a infraestrutura do Detentor, aos demais Ocupantes e a terceiros;	
II - a prerrogativa do Detentor para fiscalizar as obras do Ocupante, tanto na implantação do compartilhamento quanto na manutenção e adequação;	
III - a possibilidade de o Detentor retirar cabos, fios, cordoalhas e equipamentos nas situações previstas no art. 7º e, em ocorrendo a retirada, ser indenizado pelos custos incorridos; e	
IV - o tratamento a ser dado no caso de não cumprimento das obrigações pecuniárias estabelecidas no contrato.	

Declaro que as informações prestadas neste documento correspondem ao(s) contrato(s) em referência e estão de acordo com a legislação aplicável, em especial com o disposto nas Resoluções Conjuntas e nas da ANEEL.

Estou ciente de que declarações falsas caracterizam crime de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal)

Data: _____

Nome e Assinatura do Representante Legal do Detentor: _____

PORTARIA Nº 4.845, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 16, § 1º, do Regimento Interno da ANEEL, e o que consta do Processo n° 48500.003819/2016-90, resolve:

Art. 1º Delegar ao titular da Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição (SRD) as seguintes competências:

I - decidir, para casos concretos, pleitos de agentes que envolvam a aplicação direta de dispositivos constantes de regulamentos associados às competências da superintendência estabelecidas no Regimento Interno da ANEEL;

II - praticar os atos administrativos necessários para operacionalizar as atividades relacionadas à Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, conforme procedimentos e critérios estabelecidos na legislação vigente;

III - declarar universalizadas as áreas de concessão de concessionárias de distribuição de energia elétrica, a partir do término dos prazos limites estabelecidos para o cumprimento dos respectivos planos de universalização;

IV - representar a ANEEL, juntamente com o Superintendente de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública (SMA), na Comissão de Resolução de Conflitos das Agências Reguladoras dos Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, instituída pelo art. 2º da Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 2, de 27 de março de 2001;

V - praticar os atos administrativos necessários para operacionalizar a concessão da subvenção econômica destinada à instalação do ramal de conexão, do kit de instalação interna e do padrão de entrada, conforme procedimentos e critérios estabelecidos na legislação vigente.

Art. 2° Até 1° de março de cada ano, a Superintendência deverá encaminhar à Diretoria relatório gerencial que apresente as decisões tomadas durante o ano anterior, referentes ao disposto no artigo 1°.

Art. 3º Ficam revogadas as Portarias de nº 750, de 18 de setembro de 2007; nº 851, de 30 de janeiro de 2008; nº 1.099, de 11 de novembro de 2008; nº 1.111, de 18 de novembro de 2008; nº 1.195, de 9 de fevereiro de 2009; nº 1.566, de 22 de junho de 2010; nº 1.801, de 10 de maio de 2011; nº 3.390, de 19 de dezembro de 2014; nº 3.882, de 1º de março de 2016; e

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.170, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.002466/2017-91, decide declarar extinto o Processo, sem julgamento do mérito, na forma preconizada pelo art. 52 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e pelo art. 14 da Resolução Normativa nº 273, de 10 de julho de 2007, em face da perda de objeto.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO N° 4.172, 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003898/2015-58, decide por conhecer do Recurso Administrativo interposto pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, contra o Auto de Infração nº 15/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade - SFE, que aplicou multa, em decorrência do descumprimento às datas para a entrada em operação comercial de empreendimentos sob sua responsabilidade e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para rever a dosimetria aplicada e limitar a multa a 2% da Receita Anual Permitida - RAP, R$ 126.406,66 (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e seis reais e sessenta e seis centavos), a serem recolhidos conforme a legislação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.177, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003715/2017-66, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Parque Eólico Assuruá III S.A. e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter, integralmente, a multa de R$ 53.427,82 (cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta e dois centavos), a serem recolhidos conforme a legislação, imposta pelo Auto de Infração nº 59/2017-SFG, por infração relacionada ao descumprimento ao cronograma de implantação da Central Geradora Eólica - EOL Assuruá III.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900161

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 4.178, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003725/2017-00, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Parque Eólico Capoeiras III S.A. e, no mérito, negar-lhe provimento para manter, na íntegra, a multa de R$ 105.044,52 (cento e cinco mil, quarenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), a serem recolhidos conforme a legislação, imposta pelo Auto de Infração nº 60/2017-SFG, por infração relacionada ao descumprimento ao cronograma de implantação da Central Geradora Eólica - EOL Capoeiras III.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.179, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003724/2017-57, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Parque Eólico Curral de Pedras I S.A. em face do Auto de Infração nº 61/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, que aplicou penalidade de multa em decorrência do descumprimento do cronograma de implantação da Central Geradora Eólica - EOL Curral de Pedras I, e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a multa de R$ 81.500,06 (oitenta e um mil e quinhentos reais e seis centavos), a ser recolhida conforme a legislação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.180, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003723/2017-11, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Parque Eólico Curral de Pedras II S.A. e, no mérito, negar-lhe provimento para manter, na íntegra, a multa de R$ 122.250,09 (cento e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta reais e nove centavos), a serem recolhidos conforme a legislação, imposta pelo Auto de Infração nº 62/2017-SFG, por infração relacionada ao descumprimento ao cronograma de implantação da Central Geradora Eólica - EOL Curral de Pedras II.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.181, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003722/2017-68, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Parque Eólico Diamante II S.A. e, no mérito, negar-lhe provimento para manter, na íntegra, a multa de R$ 69.727,83 (sessenta e nove mil, setecentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos), a serem recolhidos conforme a legislação, imposta pelo Auto de Infração nº 63/2017-SFG, por infração relacionada ao descumprimento ao cronograma de implantação da Central Geradora Eólica - EOL Diamante II.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.182, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003721/2017-13, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Parque Eólico Diamante III S.A. em face do Auto de Infração nº 64/2017, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, que aplicou penalidade de multa em decorrência do descumprimento do cronograma de implantação da Central Geradora Eólica - EOL Diamante III, e, no mérito, negar-lhe provimento, para manter a multa de R$ 71.538,94 (setenta e um mil e quinhentos e trinta e oito reais e noventa e quatro centavos), a ser recolhida conforme a legislação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.183, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003716/2017-19, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Parque Eólico Laranjeiras IX S.A. e, no mérito, negar-lhe provimento para manter, na íntegra, a multa de R$ 80.898,04 (oitenta mil, oitocentos e noventa e oito reais e quatro centavos), a serem recolhidos conforme a legislação, imposta pelo Auto de Infração nº 68/2017-SFG, por infração relacionada ao descumprimento ao cronograma de implantação da Central Geradora Eólica - EOL Laranjeiras IX.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.184, 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003181/2011-82, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pelo Departamento de Eletricidade de Poços De Caldas - DMEPC e, de ofício, anular o Auto de Infração nº 1.014/2017-SFF, lavrado pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, haja vista a ocorrência da prescrição intercorrente, nos termos do § 1º do art. 1º da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.188, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003734/2017-92, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto por Eletrobras Distribuição Acre, Eletrobras Distribuição Alagoas, Eletrobras Distribuição Amazonas, Eletrobras Distribuição Piauí, Eletrobras Distribuição Rondônia e Eletrobras Distribuição Roraima, em face do Despacho nº 1.686/2017, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, que retifica os valores homologados dos empréstimos do Fundo de Reserva Global de Reversão - RGR às Distribuidoras Designadas e, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo a decisão do Despacho, por não ter sido identificado erro material nos cálculos executados, tampouco de competência da ANEEL para retificar os valores.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.189, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.003340/2017-34, decide conhecer do Recurso Administrativo interposto pela Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga em face do Despacho nº 2.015, de 10 de julho de 2017 e, no mérito, negar-lhe provimento.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.196, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a deliberação da Diretoria e o que consta dos Processos nºs 48500.002131/2014-21, 48500.002134/2014-64, 48500.003708/2014-11, 48500.003701/2014-08, 48500.003699/2014-69, 48500.003700/2014-55, 48500.003749/2014-16, 48500.003748/2014-63, 48500.001798/2014-14, 48500.003705/2014-88, 48500.002126/2014-18, 48500.002122/2014-30 e 48500.001797/2014-61, decide arquivar, por perda de objeto, os Termos de Intimação nºs 1.006, 1.007, 1.008, 1.009, 1.010, 1.011, 1.012, 1.013, 1.014, 1.015, 1.016, 1.017 e 1.018, todos de 15 de fevereiro de 2017, lavrados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, com a proposta de revogar as autorizações, para implantar e explorar as Centrais Geradoras Eólicas - EOLs Bom Jesus, Cachoeira, Carnaúba I, Carnaúba II, Carnaúba III, Carnaúba V, Cervantes I, Cervantes II, Pitimbu, Punaú I, São Caetano I, São Caetano e São Galvão, pelo descumprimento ao cronograma das Usinas.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.201, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta nos Processos nº 48500.000313/2017-18, nº 48500.000312/2017-65, nº 48500.000311/2017-11 e nº 48500.000310/2017-76, decide: i) arquivar, por perda de objeto, o Termo de Intimação nº 1.027/2017-SFG, lavrado pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, em desfavor da Dracena III Parque Solar S.A., que propõe aplicar a penalidade de revogação da autorização para implantar e explorar a UFV Dracena 3, e ii) arquivar, por considerar comprovada a viabilidade dos Empreendimentos, ainda que com atraso, os Termos de Intimação nº 1.025/2017-SFG, nº 1.026/2017-SFG, e nº 1.028/2017-SFG, lavrados pela Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, em desfavor da Dracena I Parque Solar S.A., da Dracena II Parque Solar S.A. e da Dracena IV Parque Solar S.A., que propõem aplicar a penalidade de revogação da autorização para implantar e explorar, respectivamente, a UFV Dracena 1, a UFV Dracena 2 e a UFV Dracena 4.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.213, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta no Processo nº 48500.004858/2017-95, decide: i) determinar à Eletrobrás Eletronuclear e à Enel Distribuição Rio, celebrar, em até 60 dias, Contrato de Uso dos Sistemas de Distribuição - CUSD referente as conexões da UTN Almirante Álvaro Alberto - Usina de Angra nos setores de 13,8 kV e de 138 kV na Subestação Angra (USI); ii) permitir à Enel Distribuição Rio cobrar à Eletrobras Eletronuclear pelo uso do sistema nas 2 conexões nessa Subestação, a partir de 19 de abril de 2014, e iii) indeferir o pedido da Enel Distribuição Rio, de exclusão das cargas da Eletronuclear na apuração do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - MUST da Distribuidora pelo ONS, até que haja celebração do CUSD, com devolução dos valores já cobrados a título de ultrapassagem no ponto de conexão Angra (USI) - 138kV.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.215, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.001311/2017-38, decide aprovar a nova estrutura dos Procedimentos de Rede, incluindo o aprimoramento do rito de aprovação e de revisão, conforme as seguintes diretrizes: (i) revisão textual para que o entendimento dos objetivos seja direto e eficaz e o conteúdo seja objetivo e coeso; (ii) otimização da distribuição dos assuntos nos módulos e submódulos conforme macroprocessos para a operação do Sistema Interligado Nacional - SIN: 1. Relacionamento com os Agentes; 2. Avaliação da Expansão do SIN; 3. Planejamento da Operação; 4. Programação da Operação; 5. Operação do sistema; 6. Avaliação da Operação; 7. Integração de Instalações; 8. Administração de Contratos e Contabilização Financeira; e 9. Suporte à Operação; (iii) definição das competências entre ANEEL e ONS na aprovação de alterações nos Procedimentos de Rede, de acordo com a afetação ou não de direitos dos agentes econômicos do setor elétrico ou dos consumidores; e (iv) utilização de ferramentas de gestão de conteúdo.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.217, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003638/2016-63, decide por não conhecer, haja vista sua intempestividade, do Recurso Administrativo interposto pela Rede Empreendimentos Industriais Ltda., CNPJ nº 03.114.397/0001-30, em face da Decisão nº 25/2017, de 9 de junho de 2017, emitida pela Superintendência de Licitações e Controle de Contratos e Convênios - SLC, e manter, na íntegra, a sanção administrativa de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do Edital nº 32/2016, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.243, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.002873/2016-18, decide não conhecer do Recurso Administrativo, com solicitação de efeito suspensivo, interposto pela Enel Brasil S.A., em face do Ofício n° 596/2017-SFF/ANEEL, de 25 de outubro de 2017, que informou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, qualquer repactuação de débitos em atraso entre a CCEE e a Celg-D deve seguir as disposições constantes no Termo ECF-3309/2016, já anuídas por meio do Despacho ANEEL nº 2.719, de 11 de outubro de 2016, por interposto contra ato sem conteúdo decisório.

ROMEU DONIZETE RUFINO

DESPACHO Nº 4.244, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, e no que consta do Processo nº 48500.004042/2017-61, decide não conceder, por não se encontrarem presentes os requisitos ensejadores da suspensividade, efeito suspensivo interposto pela Norte Energia S.A. - NESA, em face do Despacho nº 3.897, de 21 de novembro de 2017, que negou provimento à repactuação do risco hidrológico da Usina Hidrelétrica - UHE Belo Monte e de ofício determinou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a diferir os valores não pagos nas liquidações financeiras que ocorrerem até dezembro de 2017 para a liquidação financeira que ocorrer no mês de janeiro de 2018 e a parcelar os valores em até seis vezes com correção monetária.

ROMEU DONIZETE RUFINO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 4.027, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.002328/2016-21. Interessado: Energética Rio Alonzo Ltda. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) da PCH Totô, com 5.175 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.PR.035476-7.01, localizada no rio Alonzo, integrante da sub-bacia 64, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Grandes Rios e Faxinal, estado de Paraná.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.142, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.004705/2000-92. Interessado: CEMIG Geração E Transmissão S.A. Decisão: registrar a adequabilidade aos estudos de inventário e ao uso do potencial hidráulico do Sumário Executivo (DRS-PCH) de ampliação da PCH Poço Fundo, de 9.160 kW para 30.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.MG.002092-3.01, localizada no rio Machado, integrante da sub-bacia 61, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, nos municípios de Poço Fundo e Campestre, estado de Minas Gerais.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.167, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.006752/2011-31. Interessado: Companhia Energética Canoas S.A. Decisão: revisar a série hidrológica da PCH Ado Popinhak, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.SC.031598-2.01, localizada no município de Curitibanos, estado de Santa Catarina.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.233, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.005924/2017-44. Interessado: Galvani Indústria Comércio e Serviços S.A. Decisão: alterar, a pedido da interessada, o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 3.904 de 21 de novembro de 2017, referente à UTE Galvani Serra do Salitre, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada da usina, passando de 31.100 kW para 30.000 kW.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.234, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.006166/2017-81. Interessado: Msul Energias Renováveis Ltda. decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH B2, cadastrada sob o CEG PCH.PH.SC.038193-4.01, situada no rio do Peixe, no estado de Santa Catarina; (ii) o DRI-PCH é de titularidade exclusiva e intransferível antes da entrega do Sumário Executivo; (iii) tem-se o prazo de até 14 (quatorze) meses para a elaboração do projeto básico e apresentação, na ANEEL, do Sumário Executivo, as correspondentes ART e o arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sítio da ANEEL; e (iv) considerando que o eixo integra inventário posteriormente aprovado à indicada Resolução, serão admitidas outras solicitações de DRI-PCH desde que protocoladas até o dia 22 de janeiro de 2018.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.245, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Processos nº 48500.006242/2017-59. Interessado: Três Rios Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. Decisão: Autorizar a Três Rios Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.614.096/0001-34, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.253, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.004670/2015-85. Interessados: EBDE Energia S.A. Decisão: prorrogar, até 28 de dezembro de 2017, o prazo estabelecido por meio do Despacho n° 194/2016, para elaboração dos estudos de inventário referentes ao rio Preto, no trecho delimitado entre a nascente e o remanso do reservatório da PCH Santa Rosa I, integrante da sub-bacia 58, nos estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente Adjunta

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 4.236, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004512/2017-97, resolve:

(i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a CEMIG Distribuição S.A. - CEMIG D, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo;

(ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CEMIG D, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

Acx Telecom Ltda	Allan Informática Ltda	Andrade & Landim Telecomunicações Ltda
Britis Telecom Ltda	CENTER PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	Century Telecom Ltda
Conecta Net Telecomunicações Ltda	Conecta Minas Telecom Ltda	Conecte Telecomunicações Ltda
Conectiva Informática e Telecomunicações Ltda	Conquest Telecomunicações Ltda	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. - EMBRATEL
Global Lines NetWork Telecomunicações do Brasil Ltda	Global Soluções em Tecnologia e Telecomunicações, Ganhães Internet Ltda	Intermicro Ltda
IP3 Tecnologia Ltda	Itanet Informática Ltda	José Eustáquio Ferreira de Souza, Lup Telecomunicações Ltda
Macedo & Castro Informática Ltda	Marcio Alexandre Farias da Silva - ME	Minas Gerais Telecomunicações Ltda
Net.Com Telecomunicações Ltda	Netvga Serviços em Telecomunicações Ltda	Nova Rede de Telecomunicações Ltda
On Net Soluções em Internet Ltda.	Plim Telecomunicações Ltda	Point Telecomunicações Ltda
QOS Tecnologia e Sistemas Ltda	Rapeedo Ltda	Rebapnet Telecomunicações Ltda
Rede Tupiniquim de Comunicação Ltda	Star Net Divino Ltda	Stiw Sistema de Telecomunicações e Informática Wireless Ltda
Tdnet Telecomunicações Ltda	Tec Net Provedor Telecom Ltda	Telemar Norte Leste S.A
Unolink Telecom Ltda	Vegas Telecom Informática Ltda	Viaceu Internet Ltda
Viasatdigital Telecom Ltda	Wave Up Telecom Brasil Ltda	WE Serviços de Internet Ltda.
CARVALHO E SILVA LTDA-ME KONECTIVA TELECOMUNICAÇÕES	EG-TV LTDA NETPEU TECNOLOGIA E INTERNET	GLOBAL VILLAGE TELLECOM S.A REDE BRASIL NETWORKS LTDA-ME
REDE MINAS TELECOM LTDA-ME	RENARD MENDES BATISTA-ME	TELECOMUNICAÇÕES MINAS MAIS
WILKENS ASSUNÇÃO COSTA-ME	Gustavo Augusto de Oliveira Pires - ME	Inet Telecom e Informática Ltda. - ME
TCF - Telecomunicações Campo Florido Ltda	Brasconect Informática Ltda ME	Brasil Networks Ltda
Conect Webnet Soluções em Internet Ltda	Delta Comércio Informática LTDA ME	FJR Telecomunicações Ltda
Speednet Telecomunicações Ltda - ME	Telecomdados Serviços Ltda	Via Nova Telecomunicações Ltda

DESPACHO Nº 4.248, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004555/2017-72, resolve:

(i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Bandeirante Energia S.A, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo;

(ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Bandeirante Energia S.A, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

Algar Multimídia S/A	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A	Redfox Telecomunicações Ltda
NIPONET TELECOMUNICAÇÕES LTDA		

DESPACHO Nº 4.250, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004557/2017-61, resolve:

(i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo;

(ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Sul-Sudeste, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

IZAZ PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA.	G.R. SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA ME	OI MÓVEL S.A.

DESPACHO Nº 4.255, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004558/2017-14, resolve:

(i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura que entre si celebram a Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. e SP Telecomunicações LTDA.;

(ii) a receita proveniente do contrato homologado no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Energisa Tocantins, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

DESPACHO Nº 4.260, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 3.926, de 29 de março 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.004509/2017-73, resolve:

(i) homologar, nos termos do art. 16 do Anexo à Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, os Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura, que entre si celebram a Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, e as prestadoras de serviços de telecomunicação do Anexo;

(ii) a receita proveniente dos contratos homologados no item "i" deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela CELPA, conforme disposto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

IVO SECHI NAZARENO

ANEXO

Júpiter Telecomunicações e Informática LTDA	WIN TIME Informática LTDA.	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 4.212, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.002639/2017-71. Interessada: Hidrelétrica Areia Branca S.A. Decisão: considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios da formalização da operação anuída pela Resolução Autorizativa nº 6.482, de 11 de julho de 2017.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.237, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.006335/2017-83. Interessada: Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. Decisão: anuir ao pleito da interessada para implementar as alterações em seu Estatuto Social.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.251, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.005785/2017-12. Interessada: Ourilândia do Norte Transmissora de Energia Ltda. Decisão: anuir à transferência de controle societário direto da Interessada, que passará a ser detido pela Testotrans Holding Ltda.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

DESPACHO Nº 4.254, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 48500.000349/2016-11. Interessada: Tijoa Participações e Investimentos S.A. Decisão: considerar atendida, pela Interessada, a exigência de envio dos documentos comprobatórios da formalização da operação anuída pela Resolução Autorizativa nº 5.723, de 29 de março de 2016.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em: www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 4.256, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais delegadas por meio da Portaria nº 3.392, de 19 de dezembro de 2014 e, em cumprimento à decisão concedida no Processo Judicial nº 5007958-97.2015.4.04.7009, decide publicar as tarifas de aplicação para o subgrupo A3A, modalidade Verde da Copel para a unidades consumidoras Calcario Monte Negro LTDA e Agro Mercantil Kraemer LTDA.

TABELA 1 - TARIFAS LIMINARES (Copel-DIS).

SUBGRUPO	MODALIDADE/ ACESSANTE	ACESSANTE	POSTO	TARIFA DE APLICAÇÃO
				TE
				R$/MWh
A3a	VERDE	3 - Calcario Monte Negro LTDA e Agro Mercantil Kraemer LTDA - LIMINAR 5007958-97.2015.4.04.7009	P	330,31
			FP	204,21

CLÁUDIO ELIAS CARVALHO

DESPACHO Nº 4.261, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo: 48500.002257/2016-67. Interessado: Usina Alta Mogiana S.A Açúcar e Álcool. Decisão: Fixar o valor da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE de R$ 374.610,46, (trezentos e setenta e quatro mil, seiscentos e dez reais e quarenta e seis centavos) à Usina Alta Mogiana S.A Açúcar e Álcool, referente à exploração da UTE Mogiana Bio-Energia nos exercícios de 2012 a 2017.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 4.257, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no processo nº 48500.001249/2015-12, decide conhecer e dar provimento à solicitação da empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. para alteração do Custo Variável Unitário - CVU da usina termelétrica Campos (CEG: UTE.GN.RJ.027935-8.01), no valor de R$ 677,33/MWh (seiscentos e setenta e sete reais e trinta e três centavos por megawatt-hora), a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação deste Despacho.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 714, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de novembro de 2017

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, e com base na Resolução de Diretoria nº 750, de 18 de dezembro de 2017 e no que consta no processo nº 48610.002219/1998, torna público o seguinte ato:

Ficam estabelecidos os preços mínimos dos petróleos produzidos no mês de novembro de 2017, para as áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei n.º 9478, de 06 de agosto de 1997, na hipótese prevista no § 11 do art. 7º do Decreto n.º 2.705, de 03 de agosto de 1998, preços mínimos estes calculados conforme a Portaria n.º 206, de 29 de agosto de 2000.

A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA

RESOLUÇÃO Nº 715, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece os preços de referência do gás natural produzido no mês de novembro 2017

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições legais, e com base na Resolução de Diretoria nº 751, de 18 de dezembro de 2017 e no que consta no processo nº 48610.008548/2010, torna público o seguinte ato:

Ficam estabelecidos os preços de referência do gás natural produzido no mês de novembro de 2017, para as áreas concedidas pela ANP para o exercício de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, a serem adotados para fins de cálculo das participações governamentais de que trata a Seção VI, do Capítulo V, da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, nas hipóteses previstas no § 4º do art. 8º do Decreto nº 2.705, de 03 de agosto de 1998, preços estes calculados conforme a Resolução ANP nº 40/2009.

A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao

DÉCIO FABRICIO ODDONE DA COSTA

DESPACHO Nº 1.559, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS-ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 487, de 29 de novembro de 2017, torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Ficam designados os servidores abaixo relacionados para lavrarem autos de infração e instaurarem os correspondentes procedimentos administrativos:

LOTAÇÃO: Superintendência de Participações Governamentais	
Bruno Henrique Arena da Silva	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Carlos Alberto Xavier Sanches	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Carolina Mattoso de Almeida	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Juliana de Araujo Castelo Branco Castro	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Magno Antônio Calil Resende Silveira	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Michelle Maximiano Steenhagen	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Moisés Vieira Pinto	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Rafael Chaves Camacho	Técnico em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Romeu Ricardo da Silva	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Thyago Grotti Vieira	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural

CARLOS ALBERTO XAVIER SANCHES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900164

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 1.560, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS-ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 488, de 29 de novembro de 2017, torna público o seguinte ato:

Art. 1º. Fica delegada competência aos servidores abaixo relacionados para apreciarem e julgarem em primeira instância os processos administrativos relativos à aplicação de sanções administrativas e pecuniárias estabelecidas na legislação vigente em razão de não cumprimento de normas e regulamentos relativos às atividades sob responsabilidade da respectiva unidade organizacional.:

LOTAÇÃO: Superintendência de Participações Governamentais	
Carlos Alberto Xavier Sanches	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural
Thyago Grotti Vieira	Esp. em Reg. de Petr. e Der., Álcool Comb. e Gás Natural

CARLOS ALBERTO XAVIER SANCHES

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro dos produtos das empresas abaixo relacionadas:

Nº 1548	CASTROL BRASIL LTDA - CNPJ nº 33.194.978/0001-90					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003640/2017 - 95	TRANSYND	SAE NA	. FORD, GM, ZF TE ML-14, ALLISON TES 295, ALLISON C-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	2682
Nº 1549	CHEVRON BRASIL LUBRIFICANTES S/A - CNPJ nº 05.524.572/0001-93					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003251/2017 - 60	HAVOLINE PRODS M	SAE 5W30	API SN, ACEA C2/C3-2012, BMW LONGLIFE-04, GM DEXOS 2TM, MB APPROVAL 229.31, MB APPROVAL 229.51, MB APPROVAL 229.52	ÓLEO LUBRIFICANTE	18583
Nº 1550	CR DEALER DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 02.101.902/0001-40					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003246/2017 - 57	XISTO SUPREMO SN 5W-40	SAE 5W40	API SN, ACEA A3/B4-12, MB 226.5/229.3/229.5, VOLKSWAGEN:VW508.88/509.99, RENAULT: RN 0710/0700, PORSCHE: A40	ÓLEO LUBRIFICANTE	18582
Nº 1551	FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 43.995.646/0001-69					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003610/2017 - 89	RENOLIN HVI 32 GA	ISO 32		ÓLEO LUBRIFICANTE	18591
	48600.003610/2017 - 89	RENOLIN HVI 32 GA	ISO 32		ÓLEO LUBRIFICANTE	18591
	48600.003599/2017 - 57	LAGERMEISTER 3000 PLUS	NLGI 2		GRAXA LUBRIFICANTE	5667
	48600.003599/2017 - 57	LAGERMEISTER 3000 PLUS	NLGI 2		GRAXA LUBRIFICANTE	5667
	48600.003600/2017 - 43	LAGERMEISTER CXI - 1.5 W	NLGI N/A		GRAXA LUBRIFICANTE	5668
Nº 1552	FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA. - CNPJ nº 43.995.646/0001-69					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003611/2017 - 23	RENOCAL FN 745/94 BR	NLGI N/A	. N/A	GRAXA LUBRIFICANTE	5666
	48600.003609/2017 - 54	RENOLIT CA-LZ	NLGI 2	. N/A	GRAXA LUBRIFICANTE	1166
Nº 1553	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003185/2017 - 28	KLUBERSYNTH 50 KV	ISO 46	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	18253
Nº 1554	MARCIO ROBERTO CAZELA ME. - CNPJ nº 25.369.061/0001-51					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003267/2017 - 72	LUMAX MOTO 2T	SAE N.A	API TC/JASO FC	ÓLEO LUBRIFICANTE	18588
Nº 1555	MARCIO ROBERTO CAZELA ME. - CNPJ nº 25.369.061/0001-51					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003238/2017 - 19	LUMAX TURBO	SAE 15W40	API CI-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	18584
	48600.003242/2017 - 79	SPEEDY CAR SL	SAE 40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	11451
Nº 1556	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - CNPJ nº 34.274.233/0001-02					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003138/2017 - 84	LUBRAX GOLD ST	SAE 75W90	API GL-4, GL-5, API MT-1, ARVIN MERITOR 0-76-N, DAF, DETROIT DIESEL DFS93K219.01, IVECO, MAN 341 TYPE Z2, MAN 342 TYPE S1, MAN 342 TYPE M3, MACK GO-J, MB-APPROVAL 235.8, MIL-PRF-2105E, SAE J2360, SCANIA STO 1:0, SCANIA STO 2:0 FS, VOLVO 97312, ZF TE-ML 02B/05A/07A/12B/12L/12N/16B/16F/17B/19C/21A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18592
	48600.003136/2017 - 95	LUBRAX UNITRACTOR	SAE 10W30	API GL-4, ALLISON C-3, C-4, CAT TO-2, CASE MS-1204, 1205, 1206, 1207, MS -1209, 1210, MASSEY M-1135M, M-1141, M- 1143, M-1145, NEW HOLLAND ESN-M2C-134A, B, C, D, M2C-86B, E C, VOLVO VCE WB-101, ZF TE-ML 03E/05F/06K/17E/21F, AGCO-ALLIS POWER FLUID 821 XL, CNH MAT 3505, 3525 E 3540, JOHN DEERE JDM J20C, J20D E J21A, KUBOTA UDT, FNHA-2-C 200, 200A E 201	ÓLEO LUBRIFICANTE	2308
	48600.003139/2017 - 29	LUBRAX TRM 5 PLUS	SAE 80W90	API GL-5, API MT-1, ARVIN MERITOR 0-76-D, DAF, DETROIT DIESEL DFS93K219.02, IVECO, MAN 342 TYPE M3, MACK GO-JM NB-APPROVAL 235.20, MIL-PRF-2105E, SAE J2360, ZF TE-ML 04G/05A/07A/08/12E/12L/12M/16B/16C/16D/17B/19B/21A, SCANIA STO 1:0	ÓLEO LUBRIFICANTE	18594
	48600.003137/2017 - 30	LUBRAX GL 5	SAE 80W90	API GL-5 E MIL-L-2105D	ÓLEO LUBRIFICANTE	1373
	48600.003100/2017 - 10	LUBRAX SUPERA FLEX	SAE 5W40	API SN, ACEA A3/B4-12, MB-APPROVAL 226.5, MB-APPROVAL 229.3, MB-APPROVAL 229.5, VW 50888, VW 50999, PORSCHE A40, RENAULT RN0700, RENAULT RN0710	ÓLEO LUBRIFICANTE	18593
	48600.003135/2017 - 41	LUBRAX UNITRACTOR PREMIUM	SAE 10W-30	API GL-4, AGCO-ALLIS POWER FLUID 821 XL, ALLISON C-4, CASE MS 1204, 1205, 1206, 1207, 1209, 1210, CATERPILLAR TO-2, JOHN DEERE JDM J20C, D E J21A, KUBOTA UDT, MASSEY FERGUSON M-1135, 1141, 1143 E 1145, NEW HOLLAND ESN-M2C 134 A, B, C E D, ESN-M2C 86 B E C E FNHA-2-C 200, 200A E 201, VOLVO VCE WB 101, ZF TE-ML 03E, 05F, 06K, 17E, 21F, CNH MAT 3505, 3525 E 3540	ÓLEO LUBRIFICANTE	16571
Nº 1557	QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A - CNPJ nº 00.999.042/0001-88					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003393/2017 - 27	SYNKOL-4000	ISO N.A	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18589
	48600.003390/2017 - 93	SYNKOL-250	ISO N.A	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	18590
Nº 1558	TEXSA DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 04.608.635/0001-27					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003444/2017 - 11	MONTANA MAAX OIL	SAE 20W50	API CH-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	18586
	48600.003460/2017 - 11	MONTANA DYNAMIC PRESSOMEC	ISO 150	USS 224, ISO 12925-1 CKC/CKD, AGMA 9005-E02, DIN 51517 PARTE 3	ÓLEO LUBRIFICANTE	18585
	48600.003443/2017 - 76	MONTANA MAAX OIL	SAE 15W40	API CH-4	ÓLEO LUBRIFICANTE	18586
	48600.003462/2017 - 01	MONTANA DYNAMIC PRESSOMEC	ISO 320	USS 224, ISO 12925-1 CKC/CKD, AGMA 9005-E02, DIN 51517 PARTE 3	ÓLEO LUBRIFICANTE	18585
	48600.003461/2017 - 58	MONTANA DYNAMIC PRESSOMEC	ISO 220	USS 224, ISO 12925-1 CKC/CKD, AGMA 9005-E02, DIN 51517 PARTE 3	ÓLEO LUBRIFICANTE	18585
	48600.003464/2017 - 91	MONTANA DYNAMIC PRESSOMEC	ISO 680	USS 224, ISO 12925-1 CKC/CKD, AGMA 9005-E02, DIN 51517 PARTE 3	ÓLEO LUBRIFICANTE	18585
	48600.003463/2017 - 47	MONTANA DYNAMIC PRESSOMEC	ISO 460	USS 224, ISO 12925-1 CKC/CKD, AGMA 9005-E02, DIN 51517 PARTE 3	ÓLEO LUBRIFICANTE	18585

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO Nº 873, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.000217/2013-91, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da RIO AMAMBAI AGROENERGIA S.A., CNPJ nº 23.858.708/0001-83, com capacidade de produção de 600 m³/dia de etanol hidratado e 270 m³/dia de etanol anidro, localizada na Rodovia Federal BR-163, s/n, km 118, zona rural, Naviraí - MS, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin), sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 321, de 18/03/2013, publicada no DOU de 19/03/2013, retificada no DOU de 11/04/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 874, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014336/2012-40, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A., CNPJ nº 47.080.619/0033-02, com capacidade de produção de 1.120 m³/dia de etanol hidratado e 420 m³/dia de etanol anidro, localizada na Rodovia SP-345, km 146, s/n - Fazenda Mandú, zona rural, Guaíra - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 92, de 24/01/2013, publicada no DOU de 25/01/2013, retificada no DOU de 10/05/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 875, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.013263/2012-79, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da VIRÁLCOOL AÇÚCAR E ÁLCOOL LTDA, CNPJ nº 53.811.006/0001-05, com capacidade de produção de 625 m³/dia de etanol hidratado e 600 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda Santa Cecília, s/n, Pitangueiras - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 597, de 20/12/2012, publicada no DOU de 21/12/2012.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 876, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014335/2012-03, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA ANDRADE S.A., CNPJ nº 54.929.021/0001-15, com capacidade de produção de 1.250 m³/dia de etanol hidratado e 740 m³/dia de etanol anidro, localizada na Fazenda Piratininga, s/n, zona rural, Pitangueiras - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a atender ao prazo estabelecido na Resolução ANP nº 26/2012 ou outra que venha substituí-la, referente à apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal, sob pena de cancelamento ou revogação desta autorização.

Art. 3º Fica revogada a Autorização ANP nº 656, de 20/08/2013, publicada no DOU de 21/08/2013.

Art. 4º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 877, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.002001/2014-41, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da ALCOESTE DESTILARIA FERNANDÓPOLIS S.A., CNPJ nº 43.545.284/0001-04, com capacidade de produção de 800 m³/dia de etanol hidratado e 420 m³/dia de etanol anidro, localizada na Rodovia Euclides da Cunha, km 562, Fazenda Santa Alice, Zona Rural, Fernandópolis - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 492 de 28/05/2013, publicada no DOU de 29/05/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 878, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014338/2012-39, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da TEREOS AÇÚCAR E ENERGIA BRASIL S.A., CNPJ nº 47.080.619/0009-74, com capacidade de produção de 500 m³/dia de etanol hidratado e 300 m³/dia de etanol anidro, localizada na Rodovia Armando Sales de Oliveira, km 430, s/n - Fazenda Guarani - zona rural, Severínia - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 91, de 24/01/2013, publicada no DOU de 25/01/2013.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO Nº 879, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 447, de 31 de outubro de 2017, e Portaria ANP nº 80, de 14 de fevereiro de 2017, e de acordo com a Resolução ANP nº 26, de 30 de agosto de 2012, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.014232/2012-35, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica autorizada a operação da planta produtora de etanol da CENTRAL ENERGÉTICA MORRINHOS S.A., CNPJ nº 07.130.855/0001-86, com capacidade de produção de 400 m³/dia de etanol hidratado, localizada na Rodovia BR 153 km 646, Fazenda Samambaia, Zona Rural, Morrinhos - GO, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor, de acordo com a Resolução ANP nº 26/2012.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 216, de 05/03/2013, publicada no DOU de 06/03/2013, retificada no DOU de 04/11/2015.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DIRETORIA II
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

AUTORIZAÇÃO Nº 880, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014 e da Resolução ANP nº 42, de 18 de agosto de 2011, e o que consta do processo n.º 48610.201128/2017-93, autoriza a empresa TRANSO COMBUSTÍVEIS LTDA., CNPJ n.º 01.136.600/0001-44, a operar a base de armazenamento de combustíveis líquidos derivados de petróleo, etanol combustível, biodiesel, óleo diesel B e outros combustíveis automotivos localizada na Av. Estocolmo, nº 1.438 - Bairro Cascata - Município de Paulínia - SP - CEP: 13140-000, [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -22:43:17,840; -47:08:46,540 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 15.580,00 m³. Ficam revogadas as Autorizações ANP nº 534 DOU de 28/08/2017, e nº 494, DOU de 01/06/2015.

Integram a Base Compartilhada POOL TRANSO as seguintes empresas: TRANSO Combustíveis Ltda, CNPJ 01.136.600/0001-44; GRAN PETRO Distribuidora de Combustíveis Ltda, CNPJ 07.135.653/0002-08; TOWER Brasil Petróleo Ltda., CNPJ 68.110.501/0003-26; TRIÂNGULO Distribuidora de Petróleo Ltda., CNPJ 01.561.464/0003-00; WATT - Distribuidora Brasileira de Combustíveis e Derivados de Petróleo Ltda., CNPJ 03.908.643/0002-07; e NOROESTE Distribuidora de Combustíveis Ltda., CNPJ 01.966.325/0002-77.

A íntegra desta autorização consta dos autos e estará disponível na página de legislação (www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao) do portal da ANP.

MARIA INÊS SOUZA

DESPACHO Nº 1561, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

A SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Portaria ANP n° 312, de 27 de dezembro de 2001, e o que consta do processo n.º 48610.200986/2017-11, cancela, a pedido, a autorização ANP nº 632, publicada no D.O.U. de 07 de dezembro de 2016, da empresa Weg Tintas Ltda., CNPJ n.º 12.006.058/0001-21, para o exercício da atividade de importação de solventes.

MARIA INÊS SOUZA

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE DEZEMBRO DE 2017

REG. JC/DF - 5330000166-9

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete às 14h30min, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, na sede da Companhia, localizada no Setor Bancário Norte - SBN, Quadra 02, Asa Norte, Bloco H, Edifício Central Brasília, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, em conformidade com o que dispõe o art. 135 da Lei n.º 6.404/76, em primeira convocação, os acionistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, empresa pública, inscrita no CNPJ sob o n.º 00091652/0001-89, com inscrição no Registro Empresarial nº 5330000166-9, perante a Junta Comercial do Distrito Federal, assumindo a presidência o Sr. Otto Bittencourt Netto, Presidente do Conselho de Administração. Pelo Livro de Presença foi verificada a existência de número legal, comparecendo como Representante da União, o Dr. Luiz Frederico de Bessa Fleury, designado pelo Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional pela Portaria n.º 292, de 08.03.2017, publicada no Diário Oficial, de 09.03.2017. No horário previsto no Edital de Convocação, o Presidente deu como instalada a Assembleia Geral Extraordinária e escolheu para Secretário, a mim, João Batista de Vasconcelos Dias Júnior. Em seguida, o Presidente comunicou que foram cumpridos todos os prazos legais previstos na Lei n.º 6.404/76, no que se refere à publicação do Edital de Convocação, observado o que determina o art.124 da citada lei, publicado nos dias 24, 27 e 28.11.2017, no Diário Oficial da União, Seção 3 páginas n.ºs 140, 114 e 110 e no Jornal Valor Econômico Centro-Oeste de 23, 24 e 27.11.2017, página E2 e pediu a mim, Secretário, que procedesse à leitura do Edital de Convocação. "Ficam convocados os Srs. Acionistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, nas condições previstas nos artigos 122 e 123, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, às 14h30min do dia 5 de dezembro de 2017, na Sede da Companhia, localizada no Setor Bancário Norte - SBN, Quadra 02, Asa Norte, Bloco H, Edifício Central, Brasília - DF, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: Reforma Estatutária - adaptar o Estatuto Social ao estabelecido na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, bem como ao seu Decreto regulamentador (Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016). O acionista que desejar representar-se na referida Assembleia deverá depositar procuração, com poderes especiais, no Escritório da Sede da Companhia, de acordo com o artigo 13 do Estatuto, até às 14h30min do dia 04 de dezembro de 2017". Em prosseguimento,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900166

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

dada a palavra ao Representante da União, que votou com base nos Pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais nos seguintes termos: "autorizo o representante da União, na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, a se realizar no dia 05 de dezembro de 2017, a votar: pela aprovação da alteração estatutária, para adequá-lo ao disposto na Lei nº 13.303, de 2016, conforme proposta apresentada pela administração, com as sugestões apresentadas pela SEST e pela STN, conforme texto em anexo, rubricado pela PGFN". Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu a presença do Representante da União e dos participantes e deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, da qual, eu, João Batista de Vasconcelos Dias Júnior Secretário dos trabalhos, fiz lavrar esta Ata, anexando o Estatuto aprovado, constando das páginas 1 a 38, chanceladas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, que, lida e achada conforme, é devidamente assinada.

OTTO BITTENCOURT NETTO
Presidente da Assembleia

LUIZ FREDERICO DE BESSA FLEURY
Representante da União

JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JÚNIOR
Secretário

ANEXO

ESTATUTO DA COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

CAPÍTULO 1

DESCRIÇÃO DA EMPRESA

DA RAZÃO SOCIAL E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1°. A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), empresa pública de capital fechado, constituída pela União e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem por objeto as atribuições do Serviço Geológico do Brasil, dotada de personalidade jurídica de direito privado, é regida por este estatuto, especialmente, pelo Decreto n° 767, de 15 de agosto de 1969, pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis.

DO PRAZO DE DURAÇÃO, SEDE E REPRESENTAÇÃO GEOGRÁFICA

Art. 2°. A CPRM tem sede e foro em Brasília/DF e poderá estabelecer, no País e no exterior, escritórios, dependências, filiais ou sucursais, observada a legislação vigente.

Art. 3°. A CPRM funcionará por tempo indeterminado.

DO OBJETO SOCIAL

Art. 4º. A CPRM tem por objeto:

I - subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional, incluindo a Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes;

II- gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil;

III - estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

IV - orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

V - elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível à sociedade brasileira;

VI - colaborar em projetos de preservação do meio ambiente, em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

VII - realizar pesquisas, estudos e mapeamentos relacionados com os fenômenos naturais e induzidos ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;

VIII - dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação;

§ 1º De acordo com o disposto no § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, consideram-se:

a) recursos minerais: as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis encontradas na superfície ou no interior da terra, bem como na plataforma submarina;

b) recursos hídricos: as águas de superfície e as águas subterrâneas.

Art. 5º. Para a consecução de seus objetivos sociais, incumbe à CPRM:

I - dominar o conhecimento das Geociências, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia, a Geodiversidade, a Paleontologia e outras ciências afins, bem como gerir, promover e divulgar os resultados, os dados técnicos e as informações científicas obtidas, no âmbito de sua competência;

II - planejar, coordenar e executar os levantamentos geológicos básicos de responsabilidade da União, encarregando-se da guarda, sistematização e permanente atualização dos acervos de documentos, amostras e registros históricos que compõem a memória geológica, inclusive sob a forma digital;

III - realizar, diretamente ou em cooperação com entidades públicas e privadas, estudos, pesquisas e projetos de inovação, científicos, tecnológicos, econômicos e jurídicos em sua área de competência;

IV - executar trabalhos geológicos e hidrológicos específicos e da Geodiversidade, de responsabilidade de outros órgãos da administração pública, mediante instrumentos previstos na legislação;

V - estimular e apoiar o ensino, a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação das geociências no País, bem como o trabalho acadêmico em geral nas áreas correlatas ao seu objeto social;

VI - integrar-se ao processo de desenvolvimento científico e tecnológico da geologia, mineração, hidrologia e áreas correlatas, mediante criação ou aperfeiçoamento de processos tecnológicos, ou, ainda, estimulando e apoiando a pesquisa científica e tecnológica;

VII - promover e apoiar a formação, o treinamento, o aperfeiçoamento e a especialização de profissionais necessários à manutenção de um quadro técnico compatível com suas atividades;

VIII - prestar consultoria, assistência técnica e apoio científico;

IX - executar outras e quaisquer atividades conexas e afins aos seus objetivos, inclusive a prestação de serviços;

X - constituir e manter relacionamento com instituições nacionais e internacionais, com vista a permanente atualização tecnológica afins aos seus objetivos, inclusive através da celebração de instrumentos específicos.

Art. 6º. No interesse nacional, a CPRM poderá realizar pesquisa mineral, conforme definida em lei, não se lhe aplicando, nesse caso, o disposto nos artigos 31 e 32 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 - Código de Mineração.

§ 1° O Ministro de Estado de Minas e Energia determinará à CPRM, em ato específico, a realização da pesquisa mineral de que trata este artigo.

§ 2° Após o relatório de pesquisa ser aprovado pelos órgãos competentes, a CPRM fica autorizada a negociar a cessão dos respectivos direitos sobre a área pesquisada.

§ 3° O adquirente dos resultados dos trabalhos de pesquisa terá o prazo definido em lei, a contar da efetivação da cessão e transferência dos direitos respectivos, para requerer a concessão de lavra. Findo o prazo legal, sem que haja requerido a concessão de lavra ou deixando de satisfazer os requisitos legais para a outorga da concessão, caducará o respectivo direito, devendo a CPRM proceder à nova negociação, na forma do parágrafo anterior.

Art. 7°. É facultado à CPRM executar suas atividades, no Brasil e no exterior, diretamente ou por convênios, ajustes, acordos e contratos com órgãos, especialistas e entidades públicas e privadas e mediante associação ou parceria com outras instituições e empresas.

Art.8°. Constituem receita da CPRM:

I - recursos orçamentários, créditos especiais, transferências e repasses, que lhe forem deferidos;

II - importâncias oriundas da alienação de bens e direitos, e da prestação de serviços, na forma da legislação específica;

III - doações, legados, subvenções e outros recursos, que lhe forem destinados.

Parágrafo Único: Para cumprimento do seu objeto social, a CPRM poderá receber recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade da União para o pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral, conforme expressamente autorizado por Lei.

DO CAPITAL SOCIAL E DOS ACIONISTAS

Art. 9°. O Capital Social integralizado é de R$ 30.147.526,88 (trinta milhões, cento e quarenta e sete mil, quinhentos e vinte seis reais e oitenta e oito centavos), dividido em 2.631.150 (dois milhões seiscentos e trinta e um mil cento e cinquenta ações ordinárias e 317.022 (trezentos e dezessete mil e vinte e duas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Art.10. O capital social poderá ser alterado nas hipóteses previstas em lei, vedada a capitalização direta do lucro sem trâmite pela conta de reservas.

CAPÍTULO 2

ASSEMBLEIA GERAL

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 11. A Assembleia Geral é o órgão máximo da empresa, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e será regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o estatuto social da empresa, bem como, eleger e destituir seus conselheiros a qualquer tempo.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 12. A Assembleia Geral é composta pelos acionistas com direito de voto. Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos pelo Diretor-Presidente ou pelo substituto que esse vier a designar.

Parágrafo único. Para elaboração da ata dos trabalhos e das resoluções da Assembleia Geral os acionistas presentes designarão secretário. A ata dos trabalhos e das resoluções da Assembleia Geral será lavrada em livro próprio, na forma da lei.

DA REUNIÃO

Art. 13. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, até o dia 30 de abril, e extraordinariamente sempre que necessário para deliberar sobre as matérias de sua competência, na forma da lei.

DO QUÓRUM

Art. 14. Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto. As deliberações serão tomadas pela maioria do capital votante e serão registradas no livro de atas, que podem ser lavradas de forma sumária. Em caso de decisão não unânime, o voto divergente poderá ser registrado, a critério do respectivo acionista.

DA CONVOCAÇÃO

Art. 15. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou pelos acionistas. A primeira convocação da Assembleia Geral será feita com antecedência mínima de 8 (oito) dias.

Art. 16. Nas Assembleias Gerais tratar-se-á, exclusivamente, do objeto previsto nos editais de convocação, não se admitindo a inclusão de assuntos gerais na pauta da Assembleia.

DAS COMPETÊNCIAS

Art.17. A Assembleia Geral, além de outros casos previstos em lei, reunir-se-á para deliberar sobre:

I. alteração do capital social;

II. avaliação de bens com que o acionista concorre para a formação do capital social;

III. transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da empresa;

IV. alteração do estatuto social;

V. eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho de Administração;

VI. eleição e destituição, a qualquer tempo, dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes;

VII. fixação da remuneração dos administradores, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria;

VIII. aprovação das demonstrações financeiras, da destinação do resultado do exercício e da distribuição de dividendos;

IX. autorização para a empresa mover ação de responsabilidade civil contra os administradores pelos prejuízos causados ao seu patrimônio;

X. alienação de bens imóveis diretamente vinculados à prestação de serviços e à constituição de ônus reais sobre eles;

XI. permuta de ações ou outros valores mobiliários;

XII. alienação, no todo ou em parte, de ações do capital social da empresa; e

XIII. eleição e destituição, a qualquer tempo, de liquidantes, julgando-lhes as contas.

CAPÍTULO 3

REGRAS GERAIS DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

DOS TIPOS

Art. 18. A CPRM terá Assembleia Geral e os seguintes órgãos estatutários:

I. Conselho de Administração;

II. Diretoria Executiva;

III. Conselho Fiscal;

IV. Comitê de Auditoria; e

V. Comitê de Elegibilidade;

Art. 19. A CPRM será administrada pelo Conselho de Administração, como órgão de orientação superior de suas atividades e pela Diretoria Executiva.

Art. 20. A CPRM fornecerá apoio técnico e administrativo aos órgãos estatutários.

DOS REQUISITOS E VEDAÇÕES PARA ADMINISTRADORES

Art. 21. Sem prejuízo do disposto neste Estatuto, os administradores da empresa serão submetidos às normas previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro 1976, na Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Parágrafo Único: Consideram-se administradores os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Art. 22. Os administradores deverão atender os seguintes requisitos obrigatórios:

I - ser cidadão de reputação ilibada;

II - ter notório conhecimento compatível com o cargo para o qual foi indicado;

III - ter formação acadêmica compatível com o cargo para o qual foi indicado;

IV - ter pelo menos uma das experiências profissionais abaixo:

a) 5 (cinco) anos na área de atuação da CPRM ou em área conexa ao cargo para o qual forem indicados;

b) 2 (dois) anos em cargo de diretor, ou de conselheiro de administração, ou de chefia superior em empresa de porte ou objeto social semelhante ao da CPRM, entendendo-se como cargo de chefia superior aquele situado nos 2 (dois) níveis hierárquicos não estatutários mais altos da empresa;

c) 2 (dois) anos em cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS 4 ou superior, em pessoa jurídica de direito público interno;

d) 2 (dois) anos em cargo de docente, ou de pesquisador, de nível superior na área de atuação da CPRM;

e) 2 (dois) anos como profissional liberal em atividade vinculada à área de atuação da CPRM.

§1º A formação acadêmica deverá contemplar curso de graduação ou pós-graduação reconhecido ou credenciado pelo Ministério da Educação.

§2º As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso IV do caput não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

§3º As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso IV do caput poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

§4º Somente pessoas naturais poderão ser eleitas para o cargo de administrador.

§5º Os Diretores deverão residir no País.

§6º Aplica-se o disposto neste artigo aos administradores, inclusive aos representantes dos empregados.

Art. 23. É vedada a indicação para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva:

I - de representante do órgão regulador ao qual a CPRM está sujeita;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900167

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente federativo, ainda que licenciado;

III - de pessoa física que tenha firmado contrato ou parceria, como fornecedor ou comprador, demandante ou ofertante, de bens ou serviços de qualquer natureza, com a União e com a CPRM , nos três anos anteriores à data de sua nomeação;

IV - de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesse com a União ou com a CPRM;

V - de pessoa que se enquadre em qualquer das hipóteses de inelegibilidade previstas nas alíneas do inciso I do caput do art. 1º da lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

Parágrafo Único. Aplica-se o disposto neste artigo a todos os administradores da CPRM, inclusive aos representantes dos empregados.

DA VERIFICAÇÃO DOS REQUISITOS E VEDAÇÕES PARA ADMINISTRADORES

Art. 24. Os requisitos e as vedações exigíveis para os administradores deverão ser respeitados por todas as nomeações e eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.

§1º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado, aprovado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e disponibilizado em seu sítio eletrônico.

§2º A ausência dos documentos referidos no parágrafo primeiro, importará em rejeição do formulário pelo Comitê de Elegibilidade.

§3º As vedações serão verificadas por meio da autodeclaração apresentada pelo indicado, nos moldes do formulário padronizado.

DA POSSE E RECONDUÇÃO

Art. 25. Os Conselheiros de Administração e os Diretores serão investidos em seus cargos, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do respectivo Colegiado, no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir da eleição ou nomeação.

Parágrafo Único. O termo de posse deverá conter, sob pena de nulidade: a indicação de pelo menos um domicílio no qual o administrador receberá citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão, as quais se reputarão cumpridas mediante entrega no domicílio indicado, o qual somente poderá ser alterado mediante comunicação por escrito à empresa.

Art. 26. Aos Conselheiros de Administração e aos Diretores é dispensada a garantia de gestão para investidura no cargo.

Art. 27. Os membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria serão investidos em seus cargos independentemente da assinatura do termo de posse, desde a data da respectiva eleição.

Art. 28. Cada membro dos órgãos estatutários deverá ao assumir e ao deixar o cargo ou função, e anualmente, apresentar declaração de bens, cuja guarda caberá ao órgão competente da CPRM, nos termos da lei.

DO DESLIGAMENTO

Art.29. Os membros estatutários serão desligados mediante renúncia voluntária ou destituição ad nutum.

DA PERDA DO CARGO PARA ADMINISTRADORES, CONSELHO FISCAL E COMITÊ DE AUDITORIA

Art. 30. Além dos casos previstos em lei, dar-se-á vacância do cargo quando:

I. o membro do Conselho de Administração ou Fiscal ou do Comitê de Auditoria que deixar de comparecer a duas reuniões consecutivas ou três intercaladas, nas últimas doze reuniões, sem justificativa aceita pelo órgão estatutário competente;

II. o membro da Diretoria Executiva que se afastar do exercício do cargo por mais de 30 (dias) dias consecutivos, salvo em caso de licença, inclusive férias, ou nos casos autorizados pelo Conselho de Administração.

DO QUÓRUM

Art. 31. Os órgãos estatutários reunir-se-ão com a presença da maioria simples dos seus membros.

Art. 32. As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria simples dos membros presentes e serão registradas no livro de atas, podendo ser lavradas de forma sumária.

Art. 33. Em caso de decisão não-unânime, o voto divergente poderá ser registrado, a critério do respectivo membro.

Art. 34. Nas deliberações colegiadas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, os respectivos Presidentes terão o voto de desempate, além do voto pessoal.

Art. 35. Os membros de um órgão estatutário, quando convidados, poderão comparecer às reuniões dos outros órgãos, sem direito a voto.

Art. 36. As reuniões dos órgãos estatutários devem ser presenciais, admitindo-se, mediante justificativa aprovada pelo colegiado, participação de membro por tele ou videoconferência ou outro meio de comunicação certificado que possa assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto, que será considerado válido para todos os efeitos legais e incorporado à ata da referida reunião.

DA CONVOCAÇÃO

Art. 37. Os membros estatutários serão convocados por seus respectivos Presidentes ou pela maioria dos membros do Colegiado. O Comitê de Auditoria poderá ser convocado também pelo Conselho de Administração.

Art. 38. A pauta de reunião e a respectiva documentação serão distribuídas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo quando nas hipóteses devidamente justificadas pela empresa e acatadas pelo colegiado.

DA REMUNERAÇÃO

Art. 39. A remuneração dos membros estatutários será fixada anualmente em Assembleia Geral, nos termos da legislação vigente. É vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral.

Art. 40. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função, sempre que residentes fora da cidade em que for realizada a reunião. Caso os conselheiros residam na mesma cidade onde será realizada a reunião, a CPRM custeará as despesas com locomoção e alimentação, sendo os critérios e limites definidos internamente.

Art. 41. A remuneração mensal devida aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal não excederá a dez por cento da remuneração mensal média dos diretores, excluídos os valores relativos a eventuais adicionais e benefícios, sendo vedado o pagamento de participação, de qualquer espécie, nos lucros da CPRM.

Art. 42. A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria será fixada pela Assembleia Geral em montante não inferior à remuneração dos Conselheiros Fiscais.

DO TREINAMENTO

Art. 43. Os administradores e Conselheiros Fiscais, inclusive o representante dos empregados, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados direta ou indiretamente pela CPRM sobre:

I - legislação societária e de mercado de capitais;

II - divulgação de informações;

III - controle interno;

IV - código de conduta e integridade;

V - Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013, Decreto n° 8.420, de 18 de marco de 2015 e demais legislações que venham complementá-las ou substitui-las; e

VI - demais temas relacionados às atividades da CPRM.

Parágrafo único. É vedada a recondução do administrador ou do Conselheiro Fiscal que não participar de nenhum treinamento anual disponibilizado pela empresa nos últimos dois anos.

DO CÓDIGO DE CONDUTA E INTEGRIDADE

Art. 44. Deverá ser elaborado e divulgado Código de Conduta e Integridade, que disponha sobre:

I - princípios, valores e missão da CPRM, bem como orientações sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude;

II - instâncias internas responsáveis pela atualização e aplicação do Código de Conduta e Integridade;

III - canal de denúncias que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas relativas ao descumprimento do Código de Conduta e Integridade e das demais normas internas de ética e normas obrigacionais;

IV - mecanismos de proteção que impeçam qualquer espécie de retaliação a pessoa que utilize o canal de denúncias;

V - sanções aplicáveis em caso de violação às regras do Código de Conduta e Integridade;

VI - previsão de treinamento periódico, no mínimo anual, sobre Código de Conduta e Integridade, a empregados, administradores e conselheiros fiscais, e sobre a política de gestão de riscos, a administradores.

DA DEFESA JUDICIAL

Art. 45. Os Administradores e os Conselheiros Fiscais são responsáveis, na forma da lei, pelos prejuízos ou danos causados no exercício de suas atribuições.

Art. 46. A CPRM, por intermédio de sua consultoria jurídica ou mediante advogado especialmente contratado, deverá assegurar aos integrantes e ex-integrantes da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da CPRM.

§1°. O benefício previsto no caput aplica-se, no que couber, e a critério do Conselho de Administração, aos membros do Comitê de Auditoria e àqueles ocupantes de cargo em comissão e empregados do quadro efetivo que figuram no polo passivo de processo judicial ou administrativo, em decorrência de atos que tenham praticado no exercício de competência funcional ou delegada pelos administradores, por este Estatuto e pela lei.

§ 2° Nos casos previstos no caput e no parágrafo anterior, a forma da defesa em processos judiciais e administrativos será definida pelo Conselho de Administração.

Art. 47. Na defesa em processos judiciais e administrativos nos casos previsto no artigo 46 deste estatuto, se o beneficiário da defesa for condenado, em decisão judicial transitada em julgado, com fundamento em violação de lei ou do Estatuto, ou decorrente de ato culposo ou doloso, ele deverá ressarcir à CPRM todos os custos e despesas decorrentes da defesa feita pela empresa, além de eventuais prejuízos causados.

Art. 48. Fica assegurado aos Administradores e Ex-Administradores o conhecimento de informações e documentos constantes de registros ou de banco de dados da empresa, indispensáveis à defesa administrativa ou judicial, em ações propostas por terceiros, de atos praticados durante seu prazo de gestão ou mandato.

DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE

Art. 49. A CPRM poderá manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores e demais gestores da empresa, na forma e extensão definidas pelo Conselho de Administração, para cobertura das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados contra eles relativos às suas atribuições junto à CPRM.

DA QUARENTENA PARA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 50. Os membros da Diretoria Executiva ficam impedidos do exercício de atividades que configurem conflito de interesse, observados a forma e o prazo estabelecidos na legislação pertinente.

§1º - Após o exercício da gestão, o ex-membro da Diretoria Executiva, que estiver em situação de impedimento, poderá receber remuneração compensatória equivalente apenas ao honorário mensal da função que ocupava observados os §§ 2º e 3º deste artigo.

§2º - Não terá direito à remuneração compensatória, o ex-membro da Diretoria Executiva que retornar, antes do término do período de impedimento, ao desempenho da função que ocupava na administração pública ou privada anteriormente à sua investidura, desde que não caracterize conflito de interesses.

§3º - A configuração da situação de impedimento dependerá de prévia manifestação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

CAPÍTULO 4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 51. O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 52. O Conselho de Administração é composto de 6 (seis) membros, a saber:

I. dois indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia;

II. do Diretor-Presidente;

III. um indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

IV. um representante dos empregados, nos moldes da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, ou legislação que eventualmente vier a substituí-la;

V. um membro independente, na forma prevista pela Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, indicado pelo Ministro de Estado de Minas e Energia.

Art. 53. O Presidente do Conselho de Administração e seu substituto serão escolhidos pelo colegiado, o primeiro dentre os membros indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia.

Art. 54. O Presidente da empresa não poderá ocupar o cargo de Presidente do Conselho de Administração, mesmo que temporariamente.

Art. 55. Caracteriza-se conselheiro independente aquele que se enquadrar nas hipóteses previstas no art. 22, §1º da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, bem como no art. 36, §1º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

DO PRAZO DE GESTÃO

Art. 56. O Conselho de Administração terá prazo de gestão unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

§1º No prazo estabelecido no caput serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos.

§2º Atingido o limite a que se refere o caput e o §1º deste artigo, o retorno do membro do Conselho de Administração só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

Art. 57. O prazo de gestão dos membros do Conselho de Administração se prorrogará até a efetiva investidura dos novos membros.

DA VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL

Art. 58. No caso de vacância da função de Conselheiro de Administração, o Presidente do colegiado deverá dar conhecimento ao órgão representado e o Conselho designará o substituto, por indicação daquele órgão, para completar o prazo de gestão do conselheiro anterior.

Parágrafo Único: A designação do substituto prevista no caput deste artigo deverá ser deliberada na próxima assembleia de acionistas.

Art. 59. A função de Conselheiro de Administração é pessoal e não admite substituto temporário ou suplente, inclusive para representante dos empregados. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do Conselho, o colegiado deliberará com os remanescentes.

Art. 60. Em caso de vacância no curso da gestão do representante dos empregados, a designação de que trata o art. 19 da Lei 12.353, 28 de dezembro de 2016, recairá sobre o segundo colocado mais votado, que completará o prazo de gestão.

DA REUNIÃO

Art.61. O Conselho de Administração se reunirá ordinariamente a cada período de 30 (trinta) dias, e extraordinariamente sempre que necessário, neste caso a reunião será convocada pelo Presidente do Conselho ou por pelo menos dois de seus membros.

Art. 62. Serão arquivadas no registro do comércio e publicadas as atas das reuniões do Conselho de Administração que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 63. Compete ao Conselho de Administração:

I. fixar a orientação geral dos negócios;

II. eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da empresa, demissíveis ad nutum, fixando-lhes as atribuições;

III. fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria Executiva, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da CPRM, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV. manifestar-se, previamente, sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em assembleia;

V. aprovar a inclusão de matérias no instrumento de convocação da Assembleia Geral, não se admitindo a rubrica "assuntos gerais";

VI. convocar a Assembleia Geral quando entender conveniente;

VII. manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria Executiva;

VIII. manifestar-se, previamente, sobre atos ou contratos relativos à sua alçada decisória;

IX. autorizar a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

X. autorizar e homologar a contratação de auditores independentes, bem como a rescisão dos respectivos contratos;

XI. aprovar as Políticas de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos, Dividendos e Participações societárias, bem como outras políticas gerais da empresa;

XII. aprovar o plano de negócios, Estratégico e de investimentos da CPRM e as metas de desempenho que deverão ser apresentadas pela Diretoria Executiva;

XIII. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela CPRM, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal;

XIV. determinar a implantação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estabelecidos para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que está exposto a CPRM, inclusive os riscos relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e os relacionados à ocorrência de corrupção e fraude;

XV. definir os assuntos e valores para sua alçada decisória e da Diretoria Executiva;

XVI. identificar a existência de ativos não de uso próprio da empresa e avaliar a necessidade de mantê-los;

XVII. deliberar sobre os casos omissos deste Estatuto, em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

XVIII. aprovar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT e o Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna - RAINT, sem a presença do Diretor-Presidente;

XIX. criar comitês de suporte ao Conselho de Administração, para aprofundamento dos estudos de assuntos estratégicos, de forma a garantir que a decisão a ser tomada pelo colegiado seja tecnicamente bem fundamentada;

XX. eleger e destituir os membros de comitês de suporte ao Conselho de Administração;

XXI. atribuir formalmente a responsabilidade pelas áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos a membros da Diretoria Executiva;

XXII. solicitar que a Área de Auditoria Interna proceda à verificação periódica das atividades da entidade fechada de previdência complementar que administra plano de benefícios da CPRM;

XXIII. realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;

XXIV. nomear e destituir o titular da Auditoria Interna, após aprovação do Ministério da Transparência e da Controladoria Geral da União;

XXV. nomear e destituir o titular da Ouvidoria.

XXVI. conceder afastamento e licença ao Diretor-Presidente da Empresa, inclusive a título de férias;

XXVII. aprovar e revisar periodicamente o Regimento Interno da Empresa, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como o Código de Conduta e Integridade;

XXVIII. aprovar e revisar, sempre que necessário, o Regulamento de Licitações;

XXIX. aprovar a prática de atos que importem em renúncia, transação ou compromisso arbitral;

XXX. discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa, relacionamento com partes interessadas e Código de Conduta e Integridade;

XXXI. subscrever Carta Anual com explicação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas, nos termos do artigo 8º, inciso I, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016;

XXXII. estabelecer política de porta-vozes visando a eliminar risco de contradição entre informações de diversas áreas e as dos executivos;

XXXIII. avaliar os diretores, nos termos do inciso III do art. 13 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, podendo contar com apoio metodológico e procedimental do comitê de elegibilidade;

XXXIV. aprovar e fiscalizar o cumprimento das metas e resultados específicos a serem alcançados pelos membros da Diretoria Executiva;

XXXV. promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas;

XXXVI. manifestar sobre remuneração dos membros da Diretoria Executiva;

XXXVII. aprovar o Regulamento de Pessoal, bem como quantitativo de pessoal próprio e de cargos em comissão, acordos coletivos de trabalho, plano de cargos e salários, plano de funções, benefícios de empregados e programa de desligamento de empregados;

XXXVIII. aprovar o patrocínio a plano de benefícios e a adesão a entidade fechada de previdência complementar que administra o plano de benefícios da CPRM;

XXXIX. manifestar-se sobre o relatório apresentado pela Diretoria Executiva resultante da auditoria interna sobre as atividades da entidade fechada de previdência complementar;

XL. aprovar os critérios para celebração de convênios, contratos e acordos, de natureza técnica, administrativa, científica e cultural, bem como para a negociação dos resultados de pesquisas minerais realizadas pela CPRM;

XLI. deliberar sobre casos que a Diretoria Executiva entenda que devam ser submetidos ao Conselho de Administração, aplicando, subsidiariamente, a Lei n° 6.404, de 1976;

XLII. aprovar alterações na estrutura organizacional básica da CPRM;

XLIII. aprovar a instauração de processo administrativo disciplinar e de sindicância disciplinar, quando envolver possível infração ou desvio de conduta cometido por membro da Diretoria Executiva;

Parágrafo Único: Excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o inciso XXXV as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da CPRM.

CAPÍTULO 5

DIRETORIA EXECUTIVA

DA CARACTERIZAÇÃO E DIRETRIZES

Art. 64. A Diretoria Executiva é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da empresa em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração.

DA COMPOSIÇÃO E INVESTIDURA

Art. 65. A Diretoria Executiva é composta pelo Diretor-Presidente e de até 4 (quatro) Diretores Executivos.

§1° - Os membros da Diretoria Executiva são eleitos e destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

§2°- É condição para investidura em cargo de Diretoria a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração.

§3° - O Diretor-Presidente e os Diretores exercerão o cargo em regime de tempo integral e de dedicação exclusiva ao serviço.

DO PRAZO DE GESTÃO

Art. 66. O prazo de gestão da Diretoria Executiva será unificado de 2 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

§1° - No prazo previsto no caput serão considerados os períodos anteriores de gestão ocorridos há menos de dois anos e a transferência de Diretor para outra Diretoria.

§2° - Atingido o limite previsto no caput e no parágrafo anterior, o retorno de membro da Diretoria Executiva só poderá ocorrer após decorrido período equivalente a um prazo de gestão.

§3° - O prazo de gestão dos membros da Diretoria Executiva se prorrogará, automaticamente, até a efetiva investidura dos novos membros.

DA LICENÇA, VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL

Art.67. Em caso de vacância, ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro da Diretoria Executiva, o Diretor-Presidente designará por ato o substituto dentre os membros da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único - Em caso de vacância, ausência ou impedimentos eventuais do Diretor- Presidente, o Conselho de Administração designará, dentre os demais membros da Diretoria Executiva, o seu substituto.

Art. 68. Os membros da Diretoria Executiva farão jus, anualmente, a 30 (trinta) dias de férias mediante prévia autorização do Conselho de Administração, que podem ser acumulados até o máximo de dois períodos, sendo vedada sua conversão em espécie e indenização.

Art. 69. O substituto do Diretor-Presidente não o substitui no Conselho de Administração.

DA REUNIÃO

Art. 70. A Diretoria Executiva se reunirá ordinariamente a cada semana e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§1°. As reuniões da Diretoria Executiva sempre se darão sob a presidência do Diretor-Presidente ou, na ausência deste, do Diretor por ele indicado, com a maioria de seus membros, em qualquer parte do território nacional onde a CPRM mantiver escritório ou dependência regional.

§2º As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos e registradas em atas, cabendo ao Diretor-Presidente, além do voto ordinário, o de qualidade.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 71. Compete à Diretoria Executiva, no exercício das suas atribuições e respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração:

I. planejar e gerir as atividades e avaliar os seus resultados;

II. deliberar sobre atos, contratos, convênios, ajustes e acordos necessários à consecução do objeto social;

III. monitorar a sustentabilidade dos negócios, os riscos estratégicos e respectivas medidas de mitigação, elaborando relatórios gerenciais com indicadores de gestão;

IV. elaborar os orçamentos anuais e plurianuais e acompanhar sua execução;

V. definir a estrutura organizacional e a distribuição interna das ati¬vidades administrativas;

VI. aprovar as normas internas de funcionamento, inclusive normas gerais de administração de pessoal;

VII. promover a elaboração, em cada exercício, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, submetendo, essas últimas, à Auditoria Independente e aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

VIII. autorizar previamente os atos e contratos relativos à sua alçada decisória;

IX. submeter, instruir e preparar adequadamente os assuntos que dependam de deliberação do Conselho de Administração, manifestando-se previamente quando não houver conflito de interesse;

X. cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, bem como avaliar as recomendações do Conselho Fiscal;

XI. colocar à disposição dos outros órgãos societários, pessoal qualificado para secretariá-los e prestar o apoio técnico necessário;

XII. aprovar o seu Regimento Interno;

XIII. deliberar sobre os assuntos que lhe submeta qualquer Diretor;

XIV. apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, plano de negócios para o exercício anual seguinte e estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos cinco anos;

XV. propor ao Conselho de Administração:

a) alterações do estatuto;

b) a criação, transformação ou extinção de órgão regionais, dependências, filiais, sucursais e escritórios no País e no exterior;

c) alterações no Plano de Cargos e Salários e Plano de Funções, obedecidas as normas e diretrizes do Governo Federal;

d) aquisição de bens imóveis, alienação, aquisição e oneração de outros bens, prestação de garantias e compromissos arbitrais, no limite da competência do Conselho de Administração;

e) designação e dispensa do titular do órgão de auditoria interna, e

f) alterações na estrutura organizacional da CPRM.

XVI. autorizar, nos termos da legislação aplicável, atos de renúncia ou transação, judicial ou extrajudicial, para por fim a litígios ou pendências;

XVII. manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional, apontadas em relatório elaborado anualmente pela Auditoria;

XVIII. fomentar a cultura de gestão de riscos, a cultura de gestão por processos e a integração das práticas de gestão de riscos aos negócios e aos objetivos estratégicos;

XIX. aprovar e revisar periodicamente as Políticas e os Programas relativos à Conduta e Integridade, submetendo-os à deliberação do Conselho de Administração, observadas as disposições estatutárias ou legais;

XX. monitorar o cumprimento da Política e dos Programas relativos à Conduta e Integridade;

XXI. aprovar a aplicação das sanções disciplinares previstas na legislação vigente ou determinar o arquivamento de processos de natureza disciplinar relativos aos empregados e ocupantes de cargos comissionados;

XXII. aprovar a instauração de processo administrativo disciplinar e de sindicância disciplinar, quando envolver possível infração ou desvio de conduta cometido por subordinados diretamente ao Diretor-Presidente e os assessores da Diretoria Executiva;

XXIII. Promover e incentivar a capacitação e treinamento técnico científico, pesquisa e inovação tecnológica contínua dos colaboradores.

DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR-PRESIDENTE

Art. 72. Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria Executiva, compete especificamente ao Diretor-Presidente da CPRM:

I. dirigir, supervisionar, coordenar, impulsionar e controlar as atividades e a política administrativa;

II. coordenar as atividades dos membros da Diretoria Executiva;

III. representar a CPRM em juízo e fora dele, podendo, para tanto, constituir procuradores "ad-negotia" e "ad-judicia", especificando os atos que poderão praticar nos respectivos instrumentos do mandato;

IV. assinar, com um Diretor, os atos que constituam ou alterem direitos ou obrigações da CPRM, bem como aqueles que exonerem terceiros de obrigações para com ela, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim;

V. expedir atos de admissão, designação, promoção, transferência e dispensa de empregados, podendo, para tanto, delegar atribuições ou constituir procurador para esse fim;

VI. baixar as resoluções da Diretoria Executiva;

VII. baixar normas necessárias ao funcionamento dos órgãos e serviços, de acordo com a organização interna e a respectiva distribuição de competência estabelecidas pela Diretoria Executiva ;

VIII. criar e homologar os processos de licitação, podendo delegar tais atribuições;

IX. conceder afastamento e licenças aos demais membros da Diretoria Executiva, inclusive a título de férias;

X. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

XI. manter o Conselho de Administração e Fiscal informado das atividades da empresa;

XII. designar Diretores, empregados ou prepostos para missões no exterior, obedecida a legislação vigente;

XIII. participar do Conselho de Administração;

XIV. atuar como principal responsável pela formulação do planejamento estratégico e da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo o estabelecimento, a manutenção, o monitoramento e o aperfeiçoamento dos controles internos da gestão;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900169

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XV. ser o interlocutor da Diretoria Executiva junto ao Ministro de Estado de Minas e Energia; e

XVI. exercer outras atribuições que lhe forem fixadas pelo Conselho de Administração.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DEMAIS DIRETORES EXECUTIVOS

Art 73. São atribuições dos demais Diretores Executivos:

I. planejar e gerir as atividades da sua área de atuação, auxiliando o Diretor-Presidente na direção e coordenação das atividades;

II. participar das reuniões da Diretoria Executiva, concorrendo para a definição das políticas a serem seguidas pela CPRM e relatando os assuntos da sua respectiva área de atuação;

III. cumprir e fazer cumprir a orientação geral dos negócios da CPRM estabelecida pelo Conselho de Administração na gestão de sua área específica de atuação;

IV. Exercer as funções executivas e decisórias que lhe forem delegadas pelo Diretor-Presidente ou pela Diretoria Executiva.

Parágrafo Único: As atribuições e poderes de cada Diretor Executivo serão detalhados no Regimento Interno da empresa.

CAPÍTULO 6

CONSELHO FISCAL

DA CARACTERIZAÇÃO

Art.74. O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual. Além das normas previstas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e sua regulamentação, aplicam-se aos membros do Conselho Fiscal da empresa as disposições para esse colegiado previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive, aquelas relativas a seus poderes, deveres e responsabilidades, requisitos e impedimentos para investidura e a remuneração.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 75. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo:

I. 1 (um) membro efetivo e seu suplente indicados pelo Ministério da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional, que deverão ser servidores públicos com vínculo permanente com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; e

II. 2 (dois) membros efetivos e seus suplentes indicados pelo Ministério de Minas e Energia;

§1º Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas.

§ 2º Na primeira reunião após a eleição, os membros do Conselho Fiscal escolherão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas e pareceres do Conselho Fiscal.

DO PRAZO DE ATUAÇÃO

Art. 76. O prazo de atuação dos membros do Conselho Fiscal será de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.

§1º. No prazo referido no caput, serão considerados os períodos anteriores de atuação ocorridos há menos de dois anos.

§2º. Atingido o limite a que se refere o caput, o retorno de membro do Conselho Fiscal somente, poderá ser efetuado após decorrido período equivalente a um prazo de atuação.

DOS REQUISITOS

Art. 77. Os Conselheiros Fiscais deverão atender os seguintes critérios obrigatórios:

I - ser pessoa natural, residente no País e de reputação ilibada;

II - ter graduação em curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação;

III - ter experiência comprovada de no mínimo de três anos, em pelo menos uma das seguintes funções:

a) direção ou assessoramento na administração pública, direta ou indireta;

b) conselheiro Fiscal ou administrador em empresa;

c) membro de comitê de auditoria em empresa; e

d) cargo gerencial em empresa;

IV - não se enquadrar nas vedações dos incisos I, IV, IX, X e XI do caput do art. 29 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e

V - não ser nem ter sido membro de órgãos de administração nos últimos 24 meses e não ser empregado da CPRM, nem ser cônjuge ou parente, até terceiro grau, de administrador da CPRM.

§1º As experiências mencionadas em alíneas distintas do inciso III do caput deste artigo não poderão ser somadas para a apuração do tempo requerido.

§2º As experiências mencionadas em uma mesma alínea do inciso III do caput deste artigo poderão ser somadas para apuração do tempo requerido, desde que relativas a períodos distintos.

§3º Aplica-se o disposto neste artigo ao conselheiro fiscal representante do acionista não controlador.

Art.78. Os requisitos e as vedações exigíveis para o Conselheiro Fiscal deverão ser respeitados por todas as eleições realizadas, inclusive em caso de recondução.

§1º Os requisitos deverão ser comprovados documentalmente, na forma exigida pelo formulário padronizado.

§2º A ausência dos documentos referidos no parágrafo primeiro, importará em rejeição do respectivo formulário padronizado.

§3º As vedações serão verificadas por meio da autodeclaração apresentada pelo indicado nos moldes do formulário padronizado.

§4º A formação acadêmica (curso de graduação ou pós-graduação) dos Conselheiros Fiscais para fins de atendimento ao artigo 76, inciso II deste Estatuto, deverá obedecer ao artigo 62, §2°, inciso I do Decreto 8.945/16.

DA VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL

Art. 79. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos eventuais pelos respectivos suplentes.

§1º Na hipótese de vacância, renúncia ou destituição do membro titular, o suplente assume até a eleição do novo titular, que deverá ocorrer na próxima Assembleia Geral de Acionistas.

§2° Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, será considerada vaga a função do membro do Conselho Fiscal que, sem causa formalmente justificada, não comparecer a duas reuniões consecutivas ou três alternadas no intervalo de um ano, salvo as hipóteses de força maior ou caso fortuito.

DA REUNIÃO

Art. 80. O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente no mínimo a cada 60 (sessenta) dias e, extraordinariamente sempre que necessário.

Parágrafo Único: Os membros do Conselho Fiscal terão ressarcidas suas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função conforme disposto em normativos internos da CPRM.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 81. Compete ao Conselho Fiscal:

I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II. opinar sobre o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras do exercício social;

III. manifestar-se sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, planos de investimentos ou orçamentos de capital, distribuição de dividendo, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

IV. denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não adotarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da empresa, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências;

V. convocar a Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes;

VI. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela empresa;

VII. fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre matéria de sua competência a acionista, ou grupo de acionistas, que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social da empresa;

VIII. exercer essas atribuições durante a eventual liquidação da empresa;

IX. examinar o RAINT e PAINT;

X. assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva em que se deliberar sobre assuntos que ensejam parecer do Conselho Fiscal;

XI. aprovar seu Regimento Interno e seu plano de trabalho anual;

XII. realizar a autoavaliação anual de seu desempenho;

XIII. acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; e

XIV. fiscalizar o cumprimento do limite de participação da empresa no custeio dos benefícios de assistência à saúde e de previdência complementar.

CAPÍTULO 7

COMITÊ DE AUDITORIA

DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 82. O Comitê de Auditoria é o órgão de suporte ao Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações contábeis e efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente.

§1°. O Comitê de Auditoria terá autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas independentes.

§2°. Além das previsões contidas neste Estatuto, o funcionamento do Comitê de Auditoria será regulado em Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração.

DA COMPOSIÇÃO

Art. 83. O Comitê de Auditoria Estatutário, eleito e destituído pelo Conselho de Administração, será integrado por 3 (três) membros.

Parágrafo Único. Os membros do Comitê de Auditoria, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente, ao qual caberá dar cumprimento às deliberações do órgão, com registro no livro de atas.

Art. 84. Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário devem ter experiência profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, preferencialmente na área de contabilidade, auditoria ou no setor de atuação da CPRM, sendo que pelo menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência profissional em assuntos de contabilidade societária.

§1°. São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário:

I - não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à eleição para o Comitê:

a) Diretor ou membro do Conselho Fiscal da CPRM; e

b) responsável técnico, Diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria.

II - não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no inciso I;

III - não se enquadrar nas vedações dos incisos I, IV, IX, X e XI do caput do art. 29 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e

IV - ter experiência profissional e formação acadêmica, de que tratam os §5º e §6º do art. 39 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§2º. A maioria dos membros do Comitê de Auditoria deve observar, adicionalmente, as demais vedações constantes no art. 29 do Decreto nº 8.945 de 27 de dezembro de 2016.

§3º. O disposto no inciso IV do § 1º se aplica ao servidor de autarquia ou fundação que tenha atuação nos negócios da CPRM.

§4º. O atendimento às previsões deste artigo deve ser comprovado por meio de documentação mantida na sede da CPRM pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado a partir do último dia de mandato do membro do Comitê de Auditoria Estatutário.

§5º. É vedada a existência de membro suplente no Comitê de Auditoria.

§6º. O Conselho de Administração poderá convidar membros do Comitê de Auditoria para assistir suas reuniões.

DO MANDATO

Art. 85. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria será de 2 (dois) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma única reeleição.

Parágrafo Único: Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser destituídos pelo voto justificado da maioria absoluta do Conselho de Administração.

DA VACÂNCIA E SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL

Art.86. No caso de vacância de membro do Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior.

Parágrafo Único: O cargo de membro do Comitê de Auditoria é pessoal e não admite substituto temporário. No caso de ausências ou impedimentos eventuais de qualquer membro do comitê, este deliberará com os remanescentes.

DA REUNIÃO

Art. 87. O Comitê de Auditoria deverá realizar pelo menos 2(duas) reuniões mensais.

§1°. O Comitê deverá apreciar as informações contábeis antes da sua divulgação.

§2°. A CPRM deverá divulgar as atas de reuniões do Comitê de Auditoria. Na hipótese de o Conselho de Administração considerar que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da CPRM, apenas o seu extrato será divulgado.

§3. A restrição de que trata o parágrafo anterior não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria estatutário, observada a transferência de sigilo.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 88. Competirá ao Comitê de Auditoria Estatutário, sem prejuízo de outras competências previstas na legislação:

I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;

II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da CPRM;

III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras;

IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela CPRM;

V - avaliar e monitorar exposições de risco da CPRM podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

a) remuneração da administração;

b) utilização de ativos da CPRM;

c) gastos incorridos em nome da CPRM.

VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação e divulgação das transações com partes relacionadas;

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;

VIII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a CPRM for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

§1°. Ao menos um dos membros do Comitê de Auditoria deverá participar das reuniões do Conselho de Administração que tratem das demonstrações contábeis periódicas, da contratação do auditor independente e do PAINT e RAINT da Auditoria Interna.

§2°. O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à empresa, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900170

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO 8
COMITÊ DE ELEGIBILIDADE
DA CARACTERIZAÇÃO

Art. 89. A empresa disporá de Comitê de Elegibilidade que visará auxiliar os acionistas na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos administradores e conselheiros fiscais.

DA COMPOSIÇÃO

Art.90. O Comitê de Elegibilidade será constituído por no mínimo 3 (três) membros, sempre número ímpar, que podem ser integrantes de outros comitês, preferencialmente o de auditoria, por empregados ou conselheiros de administração, sem remuneração adicional, observados os artigos 156 e 165 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 91. Compete ao Comitê de Elegibilidade:

I - opinar, de modo a auxiliar os acionistas na indicação de administradores e Conselheiros Fiscais, sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições;

II - verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e Conselheiros Fiscais;

III- comunicar ao Conselho de Administração o resultado de suas avaliações.

§1º. O comitê deverá se manifestar no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis, a partir do recebimento de formulário padronizado da entidade da Administração Pública responsável pelas indicações, sob pena de aprovação tácita e responsabilização de seus membros caso se comprove o descumprimento de algum requisito.

§2º. As manifestações do Comitê serão deliberadas por maioria de votos com registro em ata, sendo esta lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas.

§3°. Devem ser divulgadas as atas das reuniões do Comitê de Elegibilidade realizadas com o fim de verificar o cumprimento, pelos membros indicados, dos requisitos definidos na legislação aplicável, devendo ser registradas as eventuais manifestações divergentes dos seus membros integrantes.

CAPÍTULO 9
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO SOCIAL

Art. 92. O exercício social coincidirá com o ano civil e obedecerá, quanto às demonstrações financeiras, aos preceitos deste Estatuto e da legislação pertinente.

§1°. A CPRM deverá elaborar demonstrações financeiras trimestrais e divulga-las em sítio eletrônico.

§2°. Aplicam-se as regras de escrituração e elaboração de demonstrações financeiras contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado naquela Comissão.

§3°Outras demonstrações financeiras intermediárias serão preparadas, caso necessárias ou exigidas por legislação específica.

DA DESTINAÇÃO DO LUCRO

Art. 93. Observadas as disposições legais, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

I. absorção de prejuízos acumulados;

II. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; e

III. no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela empresa.

Parágrafo Único O saldo remanescente será destinado para dividendo ou constituição de outras reservas de lucros nos termos da lei. A retenção de lucros deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

DO PAGAMENTO DO DIVIDENDO

Art. 94. O dividendo será pago no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado, ou até o final daquele ano, quando autorizado pela Assembleia Geral de acionistas.

§1°. Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei ou assembleia geral, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação.

§2°. O valor da remuneração, paga ou creditada, a título de juros sobre o capital próprio, poderá ser imputado ao valor destinado a dividendos, apurados na forma prevista neste artigo, nos termos da legislação pertinente.

CAPÍTULO 10
UNIDADES INTERNAS DE GOVERNANÇA
DOS TIPOS

Art. 95. A CPRM terá auditoria interna, área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos e Ouvidoria.

Parágrafo Único: O Conselho de Administração da CPRM estabelecerá Política de Seleção para os titulares dessas unidades.

DA AUDITORIA INTERNA

Art. 96. A Auditoria Interna deverá ser vinculada ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Art. 97. À Auditoria Interna compete:

I. executar as atividades de auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentá¬ria, administrativa, patrimonial e operacional da empresa;

II. propor as medidas preventivas e corretivas dos desvios detectados;

III. verificar o cumprimento e a implementação pela empresa das recomendações ou determinações do Ministério da Transparência e da Controladoria Geral da União - CGU, do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Fiscal;

IV. outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração; e

V. aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras.

Parágrafo Único. Serão enviados relatórios trimestrais ao Comitê de Auditoria sobre as atividades desenvolvidas pela área de auditoria interna.

DA ÁREA DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Art. 98. A área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos se vincula:

I - diretamente ao Diretor-Presidente e conduzida por ele; ou

II - ao Diretor-Presidente por intermédio de outro Diretor Executivo que irá conduzi-la, podendo este ter outras competências.

Parágrafo Único: A área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações em que se suspeite do envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades, ou quando este se furtar à obrigação de adotar medidas necessárias em relação a situação à ele relatada.

Art. 99. À área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos compete:

I. propor políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, as quais deverão ser periodicamente revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, e comunicá-las a todo o corpo funcional da organização;

II. verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços às leis, normativos, políticas e diretrizes internas e demais regulamentos aplicáveis;

III. comunicar à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria a ocorrência de ato ou conduta em desacordo com as normas aplicáveis à CPRM;

IV. verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;

V. verificar o cumprimento do Código de Conduta e Integridade, conforme art. 18 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, bem como promover treinamentos periódicos aos empregados e dirigentes sobre o tema;

VI. coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a CPRM;

VII. coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos;

VIII. estabelecer planos de contingência para os principais processos de trabalho da organização;

IX. elaborar relatórios periódicos de suas atividades, submetendo-os à Diretoria Executiva, aos Conselhos de Administração e Fiscal e ao Comitê de Auditoria;

X. disseminar a importância da Conformidade e do Gerenciamento de Riscos, bem como a responsabilidade de cada área da CPRM nestes aspectos; e

XI. outras atividades correlatas definidas pelo Diretor ao qual se vincula.

CAPÍTULO 11
DA OUVIDORIA

Art. 100. A Ouvidoria se vincula ao Conselho de Administração, ao qual deverá se reportar diretamente.

§1º. O Ouvidor exercerá mandato pelo prazo de dois anos, permitida uma recondução, sendo designado e destituído, a qualquer tempo, pelo Presidente do Conselho de Administração.

§2º. A função de Ouvidor deverá ser de tempo integral e dedicação exclusiva, não podendo o Ouvidor desempenhar outra atividade na CPRM.

Art.101. A Ouvidoria terá as seguintes atribuições:

I - receber e examinar sugestões e reclamações visando melhorar o atendimento da empresa em relação a demandas de investidores, empregados, fornecedores, clientes usuários e sociedade em geral;

II - receber e examinar denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da empresa; e

III - outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único. a Ouvidoria deverá dar encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas suscitados, e fornecer meios suficientes para os interessados acompanharem as providências adotadas.

Art. 102. A Ouvidoria deve realizar as seguintes atividades:

I - atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos cidadãos e usuários de produtos e serviços da CPRM;

II - prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta;

III - encaminhar resposta conclusiva para a demanda no prazo previsto;

IV - manter o Conselho de Administração informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da instituição para solucioná-los; e

V - elaborar e encaminhar à Área de Auditoria Interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

Art. 103. A CPRM deverá criar condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, única para toda a empresa, assegurando o seu acesso às informações necessárias ao exercício de suas atividades.

CAPÍTULO 12
PESSOAL

Art. 104. Os empregados estarão sujeitos ao regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, à legislação complementar e aos regulamentos internos.

§1º. A admissão de empregados será realizada mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§2º. Os requisitos para o provimento de cargos, exercício de funções e respectivos salários, serão fixados em Plano de Cargos e Salários e Plano de Funções.

Art.105. Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração aprovados pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 63, inciso XXXVII deste Estatuto Social, serão submetidos, nos termos da lei, à aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, que fixará, também, o limite de seu quantitativo.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 151/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Mdn Minerios do Nordeste Ltda me - 800662/15
Ronaldo Diniz de Almeida - 800272/12, 800273/12, 800275/12, 800278/12, 800321/12, 800322/12, 800324/12, 800326/12, 800329/12

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 152/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Cmn Central Mineral do Nordeste Ltda - 800048/15 - Not.324/2017 - R$ 3.022,24, 800198/15 - Not.326/2017 - R$ 2.293,39
Mdn Minerios do Nordeste Ltda me - 800661/15 - Not.318/2017 - R$ 2.095,95
Ronaldo Diniz de Almeida - 800323/12 - Not.322/2017 - R$ 7.775,11

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 153/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cmn Central Mineral do Nordeste Ltda - 800048/15 - Not.325/2017 - R$ 6.928,13, 800198/15 - Not.327/2017 - R$ 6.928,13
José de Oliveira Ferreira - 800680/15 - Not.317/2017 - R$ 3.388,91
Mdn Minerios do Nordeste Ltda me - 800661/15 - Not.319/2017 - R$ 6.864,00
Mineração Antena Dourada Ltda ME. - 800665/12 - Not.316/2017 - R$ 6.970,89
Ronaldo Diniz de Almeida - 800328/12 - Not.321/2017 - R$ 7.035,03, 800323/12 - Not.323/2017 - R$ 7.035,03, 800325/12 - Not.328/2017 - R$ 7.035,03, 800327/12 - Not.329/2017 - R$ 7.035,03
Sidney Diniz de Almeida - 800070/12 - Not.320/2017 - R$ 7.206,06

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 261/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
861.424/2015-MINERAÇÃO NOVA ROMA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
860.557/2014-CONSTRUTORA TRIUNFO SA-OF. N°1031/2017
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

861.022/2013-CEFAS MINERAÇÃO LTDA ME- Área de 318,87 para 157,84-Granito
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
861.452/2015-CARLOS INACIO DO NASCIMENTO-Agua Mineral
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
861.649/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.658/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.660/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.662/2011-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
860.557/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
860.558/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
860.871/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
860.873/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
860.874/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
860.875/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.012/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.059/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.060/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.061/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.062/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.066/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.067/2012-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
860.360/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
860.666/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
860.668/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
860.670/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.431/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.433/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.434/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.435/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.436/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.438/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.439/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.486/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.487/2014-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
861.506/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
861.508/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
861.512/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
861.513/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
861.514/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
861.515/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
861.516/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
861.517/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
861.520/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
861.521/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S A
860.297/2015-MINERADORA SANTA BARBARA LTDA ME
860.346/2015-VOTORANTIM CIMENTOS S A
860.984/2015-ITAMAR LUIZ MEIRELES SACHETTO
860.591/2016-MONAZITA PARTICIPAÇÕES LTDA.
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
860.183/2016-ILDEU ANTONIO PEREIRA-ALVARÁ N°3886/2016
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
860.564/2015-D.A.G.A AGRONEGÓCIOS PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS LTDA-ALVARÁ N°10142/2015
860.717/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°11801/2015
860.718/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°11802/2015
860.719/2015-FIVE STAR MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°11803/2015
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
860.772/2013-MURILO FERNANDES ALVES DANTAS-AI N°1679/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
861.038/2009-AGROPECUÁRIA SÃO GABRIEL LTDA.-OF. N°1030/2017
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
861.535/1992-CMMS CIA DE MINERAÇÃO MORADA DO SOL-OF. N°1034/2017

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 263/2017

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
860.460/2013-FRANCISCO JULHO DE SOUZA- AI N°1428/2015 - Multa publicada no DOU em 17/10/2016, relação 302, seção 1, pág. 66.
860.772/2013-MURILO FERNANDES ALVES DANTAS-AI N°1679/2015 - Multa publicada no DOU em 19/11/2015, relação 334, seção 1, pág. 73 e Multa publicada no DOU em 27/10/2016, relação 304, seção 1, pág. 55.

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 131/2017

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Abf Geologia, Manutenção e Sondagens LTDA. - 806131/14 - Not.401/2017 - R$ 335,71
Construtora Construeng Ltda - 806240/14 - Not.406/2017 - R$ 335,71, 806011/15 - Not.407/2017 - R$ 335,71
Ecology Pesquisas Minerais Ltda - 806186/12 - Not.410/2017 - R$ 335,71, 806196/12 - Not.411/2017 - R$ 335,71, 806228/12 - Not.412/2017 - R$ 335,71, 806182/12 - Not.413/2017 - R$ 335,71, 806181/12 - Not.414/2017 - R$ 335,71, 806192/12 - Not.415/2017 - R$ 335,71, 806189/12 - Not.416/2017 - R$ 335,71, 806188/12 - Not.417/2017 - R$ 335,71, 806183/12 - Not.418/2017 - R$ 335,71, 806184/12 - Not.419/2017 - R$ 335,71, 806185/12 - Not.420/2017 - R$ 335,71, 806197/12 - Not.421/2017 - R$ 335,71, 806198/12 - Not.422/2017 - R$ 335,71, 806221/12 - Not.423/2017 - R$ 335,71, 806230/12 - Not.424/2017 - R$ 335,71
Estevam Teixeira de Carvalho Neto - 806055/15 - Not.399/2017 - R$ 335,71
Farid Costa Baquil - 806199/14 - Not.408/2017 - R$ 335,71
Lupama Comercio e Construções Ltda - 806159/15 - Not.400/2017 - R$ 335,71
Manancial Mineração e Empreendimentos Agrícolas LTDA. - 806055/16 - Not.398/2017 - R$ 335,71
Maria Aparecida Carneiro - 806065/15 - Not.404/2017 - R$ 335,71
Mina Nova Mineração - 806033/15 - Not.393/2017 - R$ 335,71, 806034/15 - Not.395/2017 - R$ 335,71
Moderna Mineração Ltda - 806032/15 - Not.405/2017 - R$ 335,71, 806040/15 - Not.402/2017 - R$ 335,71
Nilton Sézar Ferreira Barros - 806097/14 - Not.409/2017 - R$ 335,71
pg Mineração e Engenharia Ltda - 806048/16 - Not.403/2017 - R$ 335,71, 806045/16 - Not.396/2017 - R$ 335,71, 806047/16 - Not.397/2017 - R$ 335,71, 806046/16 - Not.394/2017 - R$ 335,71, 806049/16 - Not.392/2017 - R$ 335,71

ANTONIO CARLOS SANTOS PEREIRA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 210/2017

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
855.844/1996-INÁCIO WALFREDO MOITA - PLG N°103/2017 de 06.12.2017 - Prazo 05 ANOS anos
855.845/1996-INÁCIO WALFREDO MOITA - PLG N°104/2017 de 06.12.2017 - Prazo 05 ANOS anos
855.854/1996-INÁCIO WALFREDO MOITA - PLG N°105/2017 de 06.12.2017 - Prazo 05 ANOS anos
855.855/1996-INÁCIO WALFREDO MOITA - PLG N°106/2017 de 06.12.2017 - Prazo 05 ANOS anos
855.864/1996-INÁCIO WALFREDO MOITA - PLG N°107/2017 de 06.12.2017 - Prazo 05 ANOS anos
855.865/1996-INÁCIO WALFREDO MOITA - PLG N°108/2017 de 06.12.2017 - Prazo 05 ANOS anos

CARLOS BOTELHO DA COSTA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 214/2017

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
850.533/2004-ANABI SILVA DE FREITAS- DOU de 17/05/2017

CARLOS BOTELHO DA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 12/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
846.315/2014-JOAO DE DEUS ASSIS- DOU de 17/08/2016

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 121/2017

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
David Geraldo Ventura - 846163/15, 846164/15
gp Aldock Mineração e Construção Ltda - 846002/17
Hamilton Rodrigues Filho - 846035/14
José Reinaldo Pontes Fagundes Júnior - 846226/14
Mineração João Câmara Ltda Epp - 846117/16
Minerios São Miguel Extração e Comércio de Minérios Eireli me - 846261/15, 846002/16

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 193/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação(730)
848.309/2016-JUSSIER DA SILVA MONTEIRO-Licenciamento N°38/2017 - Prazo: 02 ano(s)

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 160/2017

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
006.527/1953-HYDRA MINERAÇÃO LTDA- AI N° 933/2017-DFISC/DNPM/SP
821.218/1971-MINERAÇÃO PAULISTA DE MATERIAIS BÁSICOS LTDA- AI N° 922/2017-DFISC/DNPM/SP
820.030/1998-MINERAÇÃO MANANCIAIS LINDOIANOS LTDA- AI N° 924/2017-DFISC/DNPM/SP e 925/2017-DFISC/DNPM/SP
820.473/1998-MARCLEM ENGARRAFAMENTO E COMÉRCIO DE ÁGUA MINERAL LTDA.- AI N° 926/2017-DFISC/DNPM/SP
820.587/1998-ÁGUA DE ITAPECERICA DA SERRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME- AI N° 927/2017-DFISC/DNPM/SP, 928/2017-DFISC/DNPM/SP e 929/2017-DFISC/DNPM/SP
821.915/1998-EMPRESA DE MINERAÇÃO ÁGUAS DO SUL LTDA.- AI N° 930/2017-DFISC/DNPM/SP
821.087/2000-QUINTAS DA SERRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- AI N° 931/2017-DFISC/DNPM/SP e 932/2017-DFISC/DNPM/SP
820.293/2002-MINERADORA SERENA COMÉRCIO DE ÁGUAS MINERAIS LTDA - EPP- AI N° 920/17-DFISC/DNPM/SP - 06.12.17
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
821.218/1971-MINERAÇÃO PAULISTA DE MATERIAIS BÁSICOS LTDA- AI N°921/2017-DFISC/DNPM/SP
820.030/1998-MINERAÇÃO MANANCIAIS LINDOIANOS LTDA- AI N°923/2017-DFISC/DNPM/SP

VICENTE ROSOLIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900172

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA N° 385, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2°, § 2° e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 416, de 1º de setembro de 2015, e o que consta no Processo nº 48360.000771/2017-91, resolve:

Art. 1° Definir, na forma do Anexo a presente Portaria, os novos montantes de garantia física de energia das Usinas Eólicas de que trata o art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 416, de 1° de setembro de 2015.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo são determinados nos Pontos de Conexão das Usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas dos Pontos de Conexão até o Centro de Gravidade do referido Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2° Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DAS USINAS EÓLICAS

Nº do processo	Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) - ANEEL	Empreendimento	Garantia Física de Energia Revisada (MWmed)
48360.000551/2017-67	EOL.CV.BA.031519-2.01	Casa Nova II	8,9
48360.000552/2017-10	EOL.CV.BA.031524-9.01	Casa Nova III	9,4
48360.000588/2017-95	EOL.CV.PI.033621-1.01	Aura Lagoa do Barro 01	15,5
48360.000710/2017-23	EOL.CV.PI.033622-0.01	Aura Lagoa do Barro 02	15,0
48360.000711/2017-78	EOL.CV.PI.033619-0.01	Aura Lagoa do Barro 03	15,3
48360.000712/2017-12	EOL.CV.PI.033620-3.01	Aura Lagoa do Barro 04	15,1
48360.000713/2017-67	EOL.CV.PI.033623-8.01	Aura Lagoa do Barro 05	13,2
48360.000714/2017-10	EOL.CV.PI.033624-6.01	Aura Lagoa do Barro 06	14,8
48360.000715/2017-56	EOL.CV.PI.033618-1.01	Aura Lagoa do Barro 07	14,3
48360.000716/2017-09	EOL.CV.PI.033625-4.01	Aura Queimada Nova 03	5,1

PORTARIA Nº 386, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1°, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2°, § 2° e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016, e o que consta no Processo nº 48000.001587/2009-47, resolve:

Art. 1º Definir, na forma do Anexo a presente Portaria, o montante de garantia física de energia da Usina Termelétrica denominada UTE Termonorte II.

§ 1º O montante de garantia física de energia da UTE Termonorte II é determinado na Barra de Saída do Gerador.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno da Usina e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos do montante de garantia física de energia definido no Anexo desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Os valores de garantia física de energia e de garantia física de potência determinados para a UTE Termonorte II, constantes do Anexo à Portaria MME nº 377, de 13 de outubro de 2009, perdem a validade, conforme estabelecido no art. 2º, inciso III, da referida Portaria.

Art. 3º Para todos os efeitos, o montante de garantia física de energia definido no Anexo poderá ser revisado com base na legislação vigente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO AZEVEDO RODRIGUES

ANEXO

GARANTIA FÍSICA DE ENERGIA DA USINA TERMELÉTRICA TERMONORTE II

Usina Termelétrica	Combustível	UF	Potência Instalada (MW)	FCmax (%)	TEIF (%)	IP (%)	Inflexibilidade (MWmed)	Garantia Física de Energia (MWmed)
Termonorte II	Óleo Combustível	RO	340,0	94,2	5,00	5,00	0,0	34,8

Ministério do Desenvolvimento Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 529, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto nº 3.644, de 30 de outubro de 2000, e no Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria MPS nº 191, de 07 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR GASPARINI TERRA

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Publica as deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, no uso das competências que lhe confere os incisos II, V, VI e XIV do artigo 18 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e suas alterações, resolve:

Art. 1º Publicar as deliberações anexas, na forma do previsto no artigo nº 24 do Regimento Interno da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, realizada período de 05 de dezembro a 08 de dezembro de 2017, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília/DF, com o tema "Garantia de direitos no fortalecimento do SUAS".

Art. 2ª Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO MOASSAB BRUNI
Presidente do Conselho

ANEXO

Deliberações da 11ª Conferência Nacional de Assistência Social

Eixo 1: A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais.

1. Garantir a recomposição do orçamento nacional da Assistência Social para 2018, conforme Resolução do CNAS nº012/2017 e o cofinanciamento federal de fundo a fundo regular e automático, ampliando os recursos orçamentários para os anos subseqüentes, saldando as dívidas junto aos Estados e municípios dos restos a pagar dos exercícios anteriores e garantir recursos financeiros fundo a fundo e equipe técnica dentro da NOB-RH para o serviço de Proteção Social Básica e Especial, garantindo os níveis de proteção (com reconhecimento dos serviços, programas, projetos e benefícios) e novas expansões segundo critérios pactuados e deliberados nas instâncias do SUAS, revogando imediatamente a Emenda Constitucional nº95/2016 que congela o investimento público na área social com aprovação da PEC nº 383/2017 que destina 1% da receita líquida corrente da União.

2. Alterar os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC estabelecendo: a) Aumento de renda per capita para meio salário mínimo; b) Redução da idade do idoso para 60 anos; c) Não computação do valor do benefício na renda per capita para efeitos de concessão do BPC a outra pessoa idosa e/ou com deficiência na mesma família; d) Não computação de benefícios previdenciários de até um salário mínimo no cálculo da renda per capita para concessão do BPC à pessoa idosa e à pessoa com deficiência; e) Não computação da renda do curador no cálculo da renda do curatelado para fins de acesso; f) Ampliação em 25% np valor do BPC para pessoas que necessitam de cuidador; g) Concessão de 13º parcela anual; h) Incluir as pessoas com doenças crônico-degenerativas na concessão do Benefício de Prestação Continuada-BPC; i) garantir a continuidade da vinculação do benefício ao salário mínimo nacional; j) Garantir a continuidade do modelo de avaliação das pessoas com deficiência baseado na CIF (Classificação Internacional da Funcionalidade) para o acesso ao BPC; k) Incluir novamente as pessoas com transtornos mentais graves e doenças raras; l) revogar imediatamente o Decreto Federal nº 8.805/2016 e todas as normativas que ferem os direitos constitucionais sobre as pessoas com deficiência e idosas.

3. O Conselho Nacional de Assistência Social- CNAS deve entrar com representação contra o governo federal junto ao Supremo Tribunal Federal- STF para revogar imediatamente o corte estabelecido para o orçamento da Política de Assistência Social para 2018, que desrespeita a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 012/2017 e revogar imediatamente também a Emenda Constitucional nº 95/2016 que congela o investimento público na área social.

4. Garantir que as três esferas de governo cofinanciem os benefícios eventuais, e que anualmente os recursos repassados sejam ampliados e que os repasses sejam realizados em tempo previsto para os municípios no formato fundo a fundo.

5. Garantir que o Programa Bolsa Família seja um direito constitucional de enfrentamento da pobreza e promoção de equidade, justiça social e dignidade humana, tornando-se uma política de Estado e não de governo, com garantia de ampliação de acordo com os índices da população em situação de pobreza e extrema pobreza, considerando a realidade territorial e a diversidade regional.

Eixo 2: Gestão democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS.

1. Efetivar a Política de Educação Permanente, nas três esferas, garantindo recursos financeiros para sua implementação, capacitando gestores, trabalhadores do SUAS (nível fundamental, médio e superior) da rede governamental e organizações da sociedade civil, conselheiros (titulares e suplentes) de assistência social e demais conselhos vinculados a política de assistência social, Fórum de Usuários, através das diversas estratégias de educação permanente, garantindo a manutenção e a ampliação do CapacitaSUAS, da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente, instituição de Núcleo de Educação Permanente e cumprimento da Resolução CNAS nº 6/2016, que estabelece parâmetros para supervisão técnica no SUAS.

2. Garantir a valorização dos trabalhadores do SUAS, como promotores do acesso da população aos direitos socioassistenciais, por meio do cumprimento da NOB-RH SUAS, garantia de equipe, de acordo com a Resolução CNAS nº 17/2011 e nº 09/2014, considerando as demandas sociais, de território e quantitativo de famílias referenciadas, por meio de concurso público, Plano de Cargos e Carreiras e melhoria das condições de trabalho, incluindo a implantação de piso salarial e carga horária efetivando a política de saúde do trabalhador.

3. Fortalecer e incentivar a Política Nacional de Assistência Social -PNAS através de Conselhos, Fóruns de Usuários e Trabalhadores nos três níveis de governo como instâncias deliberativas que promovem a participação e o controle social do SUAS, respeitando e fazendo cumprir suas decisões; garantindo o mínimo de 10% do IGD - PBF/SUAS para sua manutenção, suporte técnico e qualificação permanente dos conselheiros, trabalhadores, usuários, gestores, ampliando a divulgação de seus trabalhos, bem como: a) promover agendas regionais, estaduais e nacional de encontros dos segmentos envolvidos; b) realizar o monitoramento da aplicação do percentual definido nas instâncias de controle social.

4. Fortalecer os conselhos de assistência social nos três níveis de governo, como instâncias deliberativas que possibilitam a participação e o controle social do SUAS, garantindo a participação e representação dos diferentes segmentos (populações, comunidades, povos tradicionais, LGBT, população negra, mulheres, população de rua, pessoas com deficiência, idosos, juventude, ciganos, egressos do Sistema Prisional, bem como todas as populações atendidas pela política pública de assistência social); respeitando e fazendo cumprir suas decisões. Destinando recursos para a manutenção, suporte técnico, jurídico e contábil, infraestrutura e formação permanente e continuada aos conselheiros, bem como, para a implantação, articulação e mobilização dos comitês locais, frentes de defesa do SUAS e da Seguridade Social dos fóruns de trabalhadores, de usuários e de organizações de usuários e entidades.

5. Fortalecer a Política de Assistência Social fomentando a constituição de fóruns de trabalhadores e usuários e organizações da sociedade civil, bem como sua sustentabilidade a partir da vinculação de recursos do IGD-SUAS, dentre outras fontes dos três entes federados para que os fóruns, legitimamente constituídos, possam pautar de modo autônomo suas lutas e ações em defesa do SUAS com instituição de políticas que combatam o assédio moral contra os trabalhadores e trabalhadoras que ocupam os espaços de controle social e espaços coletivos de organização política.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Eixo 3: Acesso às seguranças socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais.

1. Desvincular imediatamente o Programa Criança Feliz do Ministério de Desenvolvimento Social-MDS e da Política de Assistência Social, com devolução integral dos recursos orçados para o Fundo Nacional de Assistência Social.

2. Instituir, por meio de normativas conjuntas, Protocolos de Gestão Integrada entre o SUAS, o Sistema de Justiça e o Sistema de Garantia de Direitos - SGD, estabelecendo fluxos e parâmetros formais de encaminhamentos e definição de competências dos entes e instituições envolvidas, garantindo que as trabalhadoras e trabalhadores da assistência social sejam designados para trabalharem nas atividades da Política Nacional de Assistência Social- PNAS.

3. Expandir a oferta de equipes volantes, prioritariamente, nos municípios de pequeno porte 1 e 2, e nos municípios de médio e grande porte em suas especificidades, para atendimento à população de maior vulnerabilidade, segundo universalidade prevista no II Plano Decenal de Assistência Social, atendendo a caracterização dos territórios isolados e dispersos, comunidades e povos tradicionais, assentamentos e áreas de elevado contingente de conjuntos habitacionais populares.

4. Ampliar os recursos para cofinanciamento de todos os serviços na modalidade custeio e instituir o repasse financeiro para investir em bens de capital, devendo haver acréscimos nos repasses aos municípios com territórios dispersos e isolados, fator amazônico, comunidades e povos tradicionais, assentamentos rurais e regiões de fronteira internacional, considerando as diversidades e especificidades do público LGBT, imigrantes, população em situação de rua, juventude e pessoas com deficiência.

5. Implantar ações de capacitação continuada que contemplem todos os sistemas e plataformas do SUAS (CadÚnico, Sistema de Benefícios do Cidadão - SIBEC, Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família- SIGPBF, Prontuário Eletrônico, dentre outros) utilizadas pelos trabalhadores (técnicos e gestores) do SUAS de forma articulada e integrada, para que haja efetividade da execução dos serviços, programas e benefícios, para que estes não se deem de forma fragmentada.

Eixo 4: A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e corresponsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais

1. O CNAS deve mobilizar-se junto à "Plataforma dos Movimentos Sociais para a Reforma Política", exigindo do Congresso Nacional um referendo, na forma de Constituição, com o objetivo de revogar a EC 95/2016.

2. Instituição imediata da mesa nacional permanente de negociação, com realização de concurso público para provimento de todos os postos de trabalho do SUAS - níveis fundamental, médio e superior - conforme NOB/RH/SUAS e Resoluções CNAS nº17/2011 e nº09/2014 criando incentivos para que os estados e municípios também realizem concursos, com priorização e acréscimo específico de aporte financeiro para os municípios que assim procederem.

3. Criar, em caráter de urgência, sanções legais (perda de cargo, inelegibilidade, ressarcimento aos cofres públicos sem prejuízo de outras formas) para o gestor que não respeitar o marco legal vigente do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, através de projetos de lei nas três esferas governamentais.

4. Revogar as Portarias nº36/2014 e nº 88/2015 que determinam a suspensão temporária dos recursos de cofinanciamento federal transferidos aos Estados e Municípios.

5. Definir o valor de repasse conforme porte dos municípios com pagamento mensal, através de metas e indicadores, flexibilizando o uso dos recursos, inclusive para aquisição de bens de capital, ampliações e reformas, tendo em vista que o atual formato de recursos não está adequado às necessidades dos municípios, assegurando, legalmente, um percentual mínimo da dotação orçamentária para o cofinanciamento do SUAS, de 15% a nível Federal, de 10% a nível Estadual e 6% a nível municipal, devendo realizar prestação de contas trimestralmente.

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

COMISSÃO TÉCNICA

DELIBERAÇÃO Nº 1.146, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo II, aprovados na reunião ordinária realizada em 06/12/2017

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 307, de 26 de outubro de 2017, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo II, aprovados na reunião ordinária realizada em 06/12/2017.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo II.

Art. 2º Prorrogar o prazo de captação de recursos do projeto esportivo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recurso, mediante doações e patrocínios, conforme anexo II.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VILLAS BÔAS DE ALMEIDA
Presidente da Comissão

ANEXO II

1 - Processo: 58000.004891/2016-29
Proponente: Associação Amigos do Tênis, Assistência Social, Educação e Cultura para Crianças e Adolescentes
Título: Primeiro Saque
Valor autorizado para captação: R$ 370.476,46
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2626 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 36726-5
Período de Captação até: 30/10/2018

2 - Processo: 58000.010591/2016-89
Proponente: Associação Oásis de Pompéia
Título: Artes Marciais Construindo Cidadania
Valor autorizado para captação: R$ 318.655,75
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0328 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 14733-8
Período de Captação até: 31/12/2018

3 - Processo: 58701.004417/2014-38
Proponente: Associação dos Amigos do Projeto Futgol
Título: Centro de Formação Esportiva em Futsal
Valor autorizado para captação: R$ 389.501,29
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5382 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 8765-3
Período de Captação até: 31/12/2018

4 - Processo: 58701.002714/2014-49
Proponente: Associação dos Pais e Amigos do Handebol
Título: Handebol Caxias do Sul - Formação de Atletas
Valor autorizado para captação: R$ 104.388,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3220 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 41595-2
Período de Captação até: 31/12/2018

5 - Processo: 58701.002953/2015-80
Proponente: AVEBESP - Associação dos Veteranos de Basquete do Estado de São Paulo
Título: GIBI Escolas Estaduais (SP) Fase 3
Valor autorizado para captação: R$ 1.145.794,96
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6810 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 8404-2
Período de Captação até: 31/12/2018

6 - Processo: 58701.003461/2015-10
Proponente: Confederação Brasileira de Esportes Radicais
Título: Jump Festival
Valor autorizado para captação: R$ 787.924,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6811 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 8167-1
Período de Captação até: 31/12/2018

7 - Processo: 58000.009587/2016-78
Proponente: Federação Mineira de Voleibol
Título: Copa Escolar FMV
Valor autorizado para captação: R$ 502.762,49
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1221 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 71465-8
Período de Captação até: 31/12/2018

8 - Processo: 58000.006669/2016-61
Proponente: Federação Mineira de Voleibol
Título: Seleções Mineiras de Voleibol de Base
Valor autorizado para captação: R$ 469.545,86
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2655 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 46431-7
Período de Captação até: 31/12/2018

9 - Processo: 58000.007149/2016-75
Proponente: Instituto Pangea de Ação Cultural e Esportiva
Título: Karatê Nova Esperança II
Valor autorizado para captação: R$ 431.568,54
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1266 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 62522-1
Período de Captação até: 31/12/2018

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 58000.009965/2016-13

No Diário Oficial da União nº 243, de 20 de dezembro de 2016, na Seção 1, página 63 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 993/2016, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3308 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 6668-0, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3394 DV: 4 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 106668-4.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 452, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso I, e § 1º, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Ampliar os valores constantes do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
AMPLIAÇÃO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão		Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
30000	Ministério da Justiça e Cidadania	0	0	0	330.000.000	330.000.000
42000	Ministério da Cultura	0	0	0	2.000.000	2.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

51000	Ministério do Esporte	0	0	0	10.000.000	10.000.000
52000	Ministério da Defesa	0	0	0	12.000.000	12.000.000
53000	Ministério da Integração Nacional	906.937	0	0	20.693.063	21.600.000
	TOTAL	906.937	0	0	374.693.063	375.600.000

PORTARIA Nº 454, DE 18 DE DEZMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso I, e § 1º, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Ampliar os valores constantes do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
AMPLIAÇÃO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão		Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	0	70.000.000	70.000.000
51000	Ministério do Esporte	0	0	0	100.000.000	100.000.000
53000	Ministério da Integração Nacional	29.100.000	0	0	3.400.000	32.500.000
54000	Ministério do Turismo	0	0	0	70.000.000	70.000.000
	TOTAL	29.100.000	0	0	243.400.000	272.500.000

PORTARIA Nº 453, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, inciso II, e § 1º, do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Remanejar o valor constante do Anexo I do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA

ANEXO I

(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
REDUÇÃO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ 1,00

Órgãos		Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
71000	Encargos Financeiros da União	100.000.000	0	0	0	100.000.000
	TOTAL	100.000.000	0	0	0	100.000.000

ANEXO II
(Anexo I ao Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017)
ACRÉSCIMO DOS VALORES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO

R$ 1,00

Órgãos		Demais				
		PAC	Emendas Impositivas		Outras	Total
			Individuais	Bancada		
53000	Ministério da Integração Nacional	100.000.000	0	0	0	100.000.000
	TOTAL	100.000.000	0	0	0	100.000.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S/A

CNPJ: 17.909.518/0001-45
NIRE: 5350000520-0

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2017

PARTICIPANTES: a UNIÃO, por intermédio de seu representante legal Doutor ALEXANDRE CAIRO, Procurador da Fazenda Nacional, credenciado pela Portaria nº 292, de 08 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 09 de março de 2017,

realização da DÉCIMA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTAS DA AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF, em primeira convocação, dispensada a publicação de convocatória por ser a UNIÃO a única acionista e detentora da integralidade do capital social da Companhia. A Assembleia também contou com a presença da Senhora VIVIANE DE FARIA, membro do Conselho Fiscal da ABGF. Para fins de atendimento aos requisitos formais, o representante legal da União assinou o Livro de Presença de Acionistas. Em seguida, o Senhor MARCELO PINHEIRO FRANCO, Diretor Presidente da ABGF, assumiu a Presidência da Assembleia e convidou a mim, WAGNER EFREM DE SOUZA, para secretariá-la e apresentou a seguinte Ordem do Dia: 1. Eleição de Membros do Conselho de Administração; 2. Eleição de Membro do Conselho Fiscal; 3. Alteração do Estatuto Social; e 4. Remuneração de Dirigente Cedido. Aprovada a Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos. Item 1. Eleição de membros do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia submeteu o assunto à análise e deliberação da União, que, por intermédio de seu representante legal, votou pela eleição: a) do Senhor IGOR NOGUEIRA CALVET, brasileiro, casado, RG nº 94663998-1 SSP/MA, CPF nº 997.097.403-34, domiciliado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco "O", Edifício Órgãos Regionais, 11ª andar, em Brasília, Distrito Federal, como membro do Conselho de Administração, representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC; e b) do Senhor PEDRO MACIEL CAPELUPPI, brasileiro, casado, RG nº 11414205 SSP/MG, CPF nº 052.279.206-56, domiciliado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco "O", Edifício Órgãos Regionais, 11ª andar, em Brasília, Distrito Federal, como membro do Conselho de Administração, representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG. Item 2. Eleição de Membro do Conselho Fiscal. O Presidente da Assembleia submeteu o assunto à análise e deliberação da União que, por intermédio de seu representante legal, votou pela retirada de pauta da matéria, considerando que se encontra vencida a autorização concedida pela SUSEP para a eleição. Item 3. Alteração do Estatuto Social. O Presidente da Assembleia submeteu o assunto à análise e deliberação da União que, por intermédio de seu representante legal, votou pela aprovação do Estatuto Social da ABGF, para adequá-lo ao disposto na Lei nº 13.303, de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 2016, conforme minuta, em anexo, rubricada pelo representante legal da União. 4. Remuneração de Dirigente Cedido. O Presidente da Assembleia submeteu o assunto à análise e deliberação da União que, por intermédio de seu representante legal, votou pela retirada da matéria de pauta, em razão de solicitação da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais - SEST. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Assembleia às 11 horas. Para fins legais de direito, na qualidade de Secretário da Assembleia, lavrei a presente ata em 5 (cinco) vias de igual teor e forma que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelo Representante Legal da UNIÃO, pelo Presidente da Assembleia e Diretor Presidente da ABGF, pelo membro do Conselho Fiscal e por mim.DATA E HORÁRIO: 15 DE DEZEMBRO DE 2017, às 11 horas, Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Bloco "O", Edifício Órgãos Regionais, 11º andar, em Brasília, Distrito Federal.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 229, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04957.003257/2017-21, resolve:

Art. 1º - Autorizar a cessão de uso gratuito, a Universidade Federal do Oeste Do Pará - UFOPA, do imóvel com área de 18.000.000,00 m², situado no Parque Reserva Florestal de Curuá-Una, Município de Prainha, Estado do Pará, registrado no Cartório de Monte Alegre, sob a Matrícula nº 3.360, folhas nº 164, no Livro nº 2-U, em 11/05/2011.

Art. 2º - A cessão que se refere o art. 1º, destina a suprir a crescente demanda acadêmica, garantindo a ampliação da sua infraestrutura de formar e atender com excelência a qualidade de ensino, de sua pesquisa e extensão, bem como a preservação do meio ambiente e proteção do desmatamento,

Art. 3º - O prazo para a cessão será de 20 anos, contados da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

Art. 4º - Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive benfeitorias nele existentes.

Art. 5º - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. - 6º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo, ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA Nº 230, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no 18, inciso I, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04957.003256/2017-87, resolve:

Art. 1º - Autorizar a cessão de uso gratuito, a Universidade Federal do Oeste Do Pará - UFOPA, do imóvel com área de 18.000.000,00 m², situado no Parque Reserva Florestal de Curuá-Una, Município de Prainha, Estado do Pará, registrado no Cartório de Monte Alegre, sob a Matrícula nº 3.359, folhas nº 163, no Livro nº 2-U, em 11/05/2011.

Art. 2º - A cessão que se refere o art. 1º, destina a suprir a crescente demanda acadêmica, garantindo a ampliação da sua infraestrutura de formar e atender com excelência a qualidade de ensino, de sua pesquisa e extensão, bem como a preservação do meio ambiente e proteção do desmatamento,

Art. 3º - O prazo para a cessão será de 20 anos, contados da assinatura do respectivo contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

Art. 4º - Responderá o cessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria, inclusive benfeitorias nele existentes.

Art. 5º - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. - 6º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito o cessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo, ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA Nº 232, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 31, inciso I, do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, no art. 2º, § 3º, inciso I, da Portaria MP nº 234, de 19 de julho de 2017, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e nos elementos que integram os Processo Administrativo nº 00091.000023/2017-07, resolve:

Art. 1º Autorizar a locação de um conjunto de 6 salas comerciais, situadas na Avenida Senador Tarso Dutra, nº 605, Bairro Petrópolis, Porto Alegre - RS, destinadas à abrigar as instalações da Superintendência Estadual Rio Grande do Sul da Agência Brasileira de Inteligência - SERS/ABIN.

Parágrafo único. Esta autorização fica vinculada:

I - a que, no contrato para locação do imóvel, seja observada a área média de até 9 (nove) metros quadrados de área útil para o trabalho individual, a ser utilizada por servidor, empregado, militar ou terceirizado que exerça suas atividades no imóvel;

II - ao cumprimento das normas e critérios básicos para garantir às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços nos imóveis a que se refere ao caput; e

III - à inclusão dos dados referentes aos imóveis locados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.

Art. 2º Caberá ao Órgão interessado adotar todos os procedimentos necessários à locação, inclusive relacionados à dispensa/inexigibilidade de licitação, realização de procedimento concorrencial, quando for o caso, e assinatura do contrato, valendo-se do assessoramento prestado pelo seu respectivo órgão jurídico.

Art. 3º A autorização de que trata esta Portaria possui o objetivo único de atestar a indisponibilidade de imóveis da União para atender a demanda do requerente.

Parágrafo único. A celebração do negócio jurídico pretendido fica condicionada à existência de dotação orçamentária e financeira suficiente para a realização da despesa, a qual deve ser aprovada pela autoridade competente e respeitar os limites fixados, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º A autorização desta Secretaria não supre a necessidade da aquiescência das demais autoridades previstas no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012; na Portaria MP nº 234, de 19 de julho de 2017, e nem de observância da legislação pertinente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA Nº 233, DE 15 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo art. 31, inciso I, do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, no art. 2º, § 3º, inciso I, da Portaria MP nº 234, de 19 de julho de 2017, tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e nos elementos que integram os Processo Administrativo nº 03154.003066/2017-42, resolve:

Art. 1º Autorizar a locação de imóvel situado na Avenida Auspício Valgueiros Barros, 671 (antigo 663), Quadra 13, Centro, Petrolândia-PE, destinado à abrigar as instalações da Agência da Previdência Social Petrolândia-PE, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Parágrafo único. Esta autorização fica vinculada:

I - a que, no contrato para locação do imóvel, seja observada a área média de até 9 (nove) metros quadrados de área útil para o trabalho individual, a ser utilizada por servidor, empregado, militar ou terceirizado que exerça suas atividades no imóvel;

II - ao cumprimento das normas e critérios básicos para garantir às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida a acessibilidade e a utilização dos bens e serviços nos imóveis a que se refere ao caput; e

III - à inclusão dos dados referentes aos imóveis locados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet.

Art. 2º Caberá ao Órgão interessado adotar todos os procedimentos necessários à locação, inclusive relacionados à dispensa/inexigibilidade de licitação, realização de procedimento concorrencial, quando for o caso, e assinatura do contrato, valendo-se do assessoramento prestado pelo seu respectivo órgão jurídico.

Art. 3º A autorização de que trata esta Portaria possui o objetivo único de atestar a indisponibilidade de imóveis da União para atender a demanda do requerente.

Parágrafo único. A celebração do negócio jurídico pretendido fica condicionada à existência de dotação orçamentária e financeira suficiente para a realização da despesa, a qual deve ser aprovada pela autoridade competente e respeitar os limites fixados, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º A autorização desta Secretaria não supre a necessidade da aquiescência das demais autoridades previstas no Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012; na Portaria MP nº 234, de 19 de julho de 2017, e nem de observância da legislação pertinente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 237, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 31, inciso V, da Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, e no art. 17, inciso I, aliena "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o processo administrativo nº 10983.005058/1989-18, resolve:

Art. 1º. Autorizar a doação para Dilma dos Santos da Rosa, CPF 454.744.199-53, do imóvel da União, classificado como nacional interior, com área de 169,88 m², localizado na Av. Dr. João Rinsa, nº 996, bairro Centro, no município de Imbituba, estado de Santa Catarina, registrado sob a matrícula nº 9.494, Livro 2-RG, do Cartório do Registro de Imóveis daquela Comarca, inscrito no SIAPA sob o RIP nº 8143 0000305-74.

§ 1º O imóvel acima descrito foi declarado como sendo de interesse do serviço público, por meio Portaria n° 352, de 30/11/2012, publicada no DOU aos 03/12/2012.

§ 2º A área do imóvel descrito no caput corresponde à área que consta na matrícula.

Art. 2º. A doação a que se refere o art. 1º, se destina à regularização fundiária de interesse social, com finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia em benefício da família ocupante do imóvel, que deve comprovar renda familar inferior a 5 (cinco) salários mínimos e não possui outro imóvel urbano ou rural.

Art. 3º. Fica a donatária impedida de alienar o imóvel recebido em doação por um período de 5 anos, a contar da data de assinatura do respectivo contrato de doação, o qual deverá estar expresso em cláusula contratual

Art. 4º. A doação tornar-se-á nula, independente de ato especial, sem direito o donatário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se descumprido o estabelecido nos arts. 2º e 3º desta portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 238, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 31, inciso V, da nº Lei 9.636,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900176

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

de 15 de maio de 1998, e no art. 17, inciso I, aliena "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o processo administrativo nº 04972.003240/2012-71, resolve:

Art. 1º. Autorizar a doação para a Sra. Valdira Luiz de Carvalho, CPF 004.329.188-09, do imóvel da União, classificado como Nacional Interior, localizado na Rua Otacílio de Carvalho nº 173, Lote nº 91, bairro Centro, no município de Imbituba, estado de Santa Catarina, com área de 421,74 m², registrado sob a matrícula nº 9.479, Livro 2-RG, do Cartório do Registro de Imóveis daquela Comarca, inscrito no SIAPA sob o RIP nº 81430000378-20.

§ 1º O imóvel descrito no caput foi declarado como sendo de interesse do serviço público, por meio da Portaria n° 352, de 30/11/2012, publicada no DOU aos 03/12/2012.

§ 2º A área do imóvel descrito no caput corresponde à área que consta na matrícula.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º se destina à regularização fundiária de interesse social, com a finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia em benefício da família ocupante do imóvel, que deve comprovar renda familiar não superior a 5 (cinco) salários mínimos e não ser proprietária de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 3º. Fica a donatária impedido de alienar o imóvel recebido em doação por um período de 5 anos, a contar da data de assinatura do respectivo contrato de doação, o que deverá estar expresso em cláusula contratual.

Art. 4º. A doação tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a donatária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se descumprido o estabelecido nos arts. 2º e 3º desta portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA N° 239, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 31, inciso V, da nº Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, e no art. 17, inciso I, aliena "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o processo administrativo nº 04972003591/2009-87, RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a doação por Irma Claulman de Brum, CPF 498.006.209-15, do imóvel da União, classificado como Nacional Interior, com área de 384,15m², localizado na Rua Otacílio de Carvalho nº 291, bairro Centro, no município de Imbituba, estado de Santa Catarina, registrado sob a matrícula nº 9.467, Livro 2-RG, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Imbituba/SC, inscrito no SIAPA sob o RIP 81430000367-77.

§ 1º O imóvel descrito no caput foi declarado como sendo de interesse do serviço público, por meio da Portaria n° 352, de 30/11/2012, publicada no DOU aos 03/12/2012.

§ 2º A área do imóvel descrito no caput corresponde à área que consta na matrícula.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º se destina à regularização fundiária de interesse social, com a finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia em benefício da família ocupante do imóvel, que deve comprovar renda familiar não superior a 5 (cinco) salários mínimos e não ser proprietária de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 3º. Fica a donatária impedida de alienar o imóvel recebido em doação por um período de 5 anos, a contar da data de assinatura do respectivo contrato de doação, o que deverá estar expresso em cláusula contratual.

Art. 4º. A doação tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a donatária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se descumprido o estabelecido nos arts. 2º e 3º desta portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

PORTARIA Nº 240, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MP nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 31, inciso V, da nº Lei 9.636, de 15 de maio de 1998, e no art. 17, inciso I, aliena "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nos elementos que integram o processo administrativo nº 04972003591/2009-87, resolve:

Art. 1º. Autorizar a doação para Adelir Nunes, CPF 379.145.539-72, do imóvel da União, classificado como nacional interior, com área de 369.15,15m², localizado na Rua Otacílio de Carvalho nº 275, bairro Centro, no município de Imbituba, estado de Santa Catarina, registrado sob a matrícula nº 9.417, Livro 2-RG, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Imbituba/SC, inscrito no SIAPA sob o RIP 8143000299-91.

§ 1º O imóvel descrito no caput foi declarado como sendo de interesse do serviço público, por meio da Portaria n° 352, de 30/11/2012, publicada no DOU aos 03/12/2012.

§ 2º A área do imóvel descrito no caput corresponde à área que consta na matrícula.

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º se destina à regularização fundiária de interesse social, com a finalidade específica de reconhecimento do direito à moradia em benefício da família ocupante do imóvel, que deve comprovar renda familiar não superior a 5 (cinco) salários mínimos e não ser proprietária de outro imóvel urbano ou rural.

Art. 3º. Fica a donatária impedido de alienar o imóvel recebido em doação por um período de 5 anos, a contar da data de assinatura do respectivo contrato de doação, o que deverá estar expresso em cláusula contratual.

Art. 4º. A doação tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a donatária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se descumprido o estabelecido nos arts. 2º e 3º desta portaria ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de qualquer cláusula contratual.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK CORREIA NETO

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.008911/2013-32	200557212	Transmanaus - Transportes Urbanos Manaus Sociedade de Propósito Especifico Ltda.	
2	47904.014703/2013-28	201579715	ACF- Empresa de Engenharia e Manutencao Industrial Ltda	BA
3	47904.006716/2013-23	200614720	Avicola Barreiras Ltda	BA
4	47904.006717/2013-78	200614754	Avicola Barreiras Ltda	BA
5	47904.016991/2013-55	201880512	Cata Tecidos e Embalagens Industriais Ltda	BA
6	47904.005133/2013-85	200473638	Mineracao Agua Branca Ltda - ME	BA
7	47904.006253/2013-08	200596713	Mineracao Agua Branca Ltda - ME	BA
8	47904.005043/2013-94	200473166	Mineracao Agua Branca Ltda - ME	BA
9	47904.005044/2013-39	200473107	Mineracao Agua Branca Ltda - ME	BA
10	47904.005129/2013-17	200473646	Mineracao Agua Branca Ltda - ME	BA
11	47904.005131/2013-96	200473620	Mineracao Agua Branca Ltda - ME	BA
12	47904.008887/2013-97	200786997	Mineracao Agua Branca Ltda - ME	BA
13	47904.014192/2013-44	201524392	Patricia Ribeiro da Silva Padaria - ME	BA
14	47904.014195/2013-88	201524457	Patricia Ribeiro da Silva Padaria - ME	BA
15	47904.014193/2013-99	201524431	Patricia Ribeiro da Silva Padaria - ME	BA
16	47904.014194/2013-33	201524449	Patricia Ribeiro da Silva Padaria - ME	BA
17	47904.014196/2013-22	201524473	Patricia Ribeiro da Silva Padaria - ME	BA
18	47904.014515/2013-08	201553015	Posto Kalilandia Ltda	BA
19	47904.017727/2012-58	200057286	Rei Da Pizza Restaurante Ltda - Epp	BA
20	47904.017730/2012-71	200057995	Rei Da Pizza Restaurante Ltda - Epp	BA
21	47904.017731/2012-16	200057308	Rei Da Pizza Restaurante Ltda - Epp	BA
22	47904.014584/2013-11	201562391	Renovadora de Pneus Santo Antonio de Jesus Ltda	BA
23	46208.016569/2014-75	26303442	Services Terceirizações Ltda - EPP	GO
24	47747.000227/2011-56	022179690	Ebate Construtora Ltda.	MG
25	47747.009913/2014-35	205141579	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
26	47747.009918/2014-68	205159630	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
27	47747.009921/2014-81	205159664	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
28	47747.009924/2014-15	205167691	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
29	47747.009925/2014-60	205167721	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
30	47747.010027/2014-54	205229867	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
31	47747.010029/2014-43	205229913	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
32	47747.010030/2014-78	205229921	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
33	47747.010036/2014-45	205230547	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
34	47747.010056/2014-16	205229034	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
35	47747.010059/2014-50	205230539	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
36	47747.010060/2014-84	205230555	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
37	47747.010062/2014-73	205230610	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
38	47747.010063/2014-18	205230628	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
39	47747.010064/2014-62	205230644	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
40	46502.000014/2011-34	022129146	Frigorifico Alvorada Ltda.	MG
41	46502.000017/2011-78	022129154	Frigorifico Alvorada Ltda.	MG
42	46302.002142/2014-11	205031072	MG Sul Indústria e Comércio de Peças Automotivas Ltda.	MG
43	46302.002144/2014-19	205031153	MG Sul Indústria e Comércio de Peças Automotivas Ltda.	MG
44	46302.002148/2014-99	205069908	MG Sul Indústria e Comércio de Peças Automotivas Ltda.	MG
45	46302.002151/2014-11	205137571	MG Sul Indústria e Comércio de Peças Automotivas Ltda.	MG
46	47747.011351/2014-90	205455883	MGS Minas Gerais Administracao e Servicos S.A	MG
47	47747.011356/2014-12	205458131	MGS Minas Gerais Administracao e Servicos S.A	MG
48	47747.011350/2014-45	205482945	MGS Minas Gerais Administracao e Servicos S.A.	MG
49	47747.011354/2014-23	205457509	MGS Minas Gerais Administracao e Servicos S.A.	MG
50	47747.011357/2014-67	205457410	MGS Minas Gerais Administracao e Servicos S.A.	MG
51	46245.005548/2014-88	205080472	Parma Moveis L Ltda Filial	MG
52	46245.005550/2014-57	205088961	Parma Moveis L Ltda Filial	MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900177

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

53	46245.005551/2014-00	205088589	Parma Moveis L Ltda Filial	MG
54	46245.005552/2014-46	205079261	Parma Moveis L Ltda Filial	MG
55	46239.002481/2013-28	202001873	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
56	46239.002482/2013-72	202001881	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
57	46239.002483/2013-17	202001890	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
58	46239.002484/2013-61	202001903	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
59	46239.002485/2013-14	202001911	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
60	46239.002671/2013-45	202094481	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
61	46239.002672/2013-90	202094499	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
62	46239.002673/2013-34	202094502	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
63	46239.002674/2013-89	202094511	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
64	46239.002684/2013-14	202094472	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
65	46239.002685/2013-69	202265871	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
66	46239.002686/2013-11	202265927	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
67	46239.002687/2013-58	202265935	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
68	46239.002688/2013-01	202265943	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
69	46239.002689/2013-47	202265951	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
70	46239.002690/2013-71	202265960	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
71	46239.002748/2013-87	202265978	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
72	46239.002751/2013-09	202266028	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
73	46239.002782/2013-51	202265889	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
74	46239.002783/2013-04	202265901	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
75	46239.002784/2013-41	202265919	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
76	46239.002785/2013-95	202265897	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
77	46239.002786/2013-30	202266044	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
78	46239.002787/2013-84	202266052	Santa Casa de Misericordia de Andradas	MG
79	46246.003389/2014-77	205061451	Transnorte Cargas e Encomendas Ltda.	MG
80	46246.003391/2014-46	205061419	Transnorte Cargas e Encomendas Ltda.	MG
81	46246.003392/2014-91	205061478	Transnorte Cargas e Encomendas Ltda.	MG
82	46246.003395/2014-24	205061575	Transnorte Cargas e Encomendas Ltda.	MG
83	46246.003432/2014-02	205119841	Transnorte Cargas e Encomendas Ltda.	MG
84	46504.002293/2014-01	204227119	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda	MG
85	46504.002294/2014-48	204226970	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda	MG
86	46504.002583/2014-47	204530881	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda	MG
87	46504.002584/2014-91	204530865	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda	MG
88	46504.002651/2014-78	204560772	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda	MG
89	46504.002653/2014-67	204564140	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda	MG
90	46504.002295/2014-92	204226881	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
91	46504.002296/2014-37	204226694	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
92	46504.002297/2014-81	204226635	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
93	46504.002298/2014-26	204226571	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
94	46504.002299/2014-71	204226554	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
95	46504.002300/2014-67	204226465	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
96	46504.002569/2014-43	204533970	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
97	46504.002570/2014-78	204533732	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
98	46504.002571/2014-12	204533791	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
99	46504.002572/2014-67	204533864	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
100	46504.002573/2014-10	204533899	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
101	46504.002574/2014-56	204533937	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
102	46504.002581/2014-58	204529093	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
103	46504.002595/2014-71	204533724	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
104	46504.002646/2014-65	204561507	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
105	46504.002648/2014-54	204559278	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
106	46504.002649/2014-07	204559651	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
107	46504.002652/2014-12	204564042	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
108	46504.002655/2014-56	204564654	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
109	46504.002656/2014-09	204564255	Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.	MG
110	46222.004279/2012-39	031206589	Bertillon Vigilância e Transporte de Valores Ltda.	PA
111	46222.004280/2012-63	021206570	Bertillon Vigilância e Transporte de Valores Ltda.	PA
112	46222.007052/2015-98	206365896	Estaleiro Gamboa Ltda EPP	PA
113	46222.007053/2015-32	206365624	Estaleiro Gamboa Ltda EPP	PA
114	46222.007056/2015-76	206365845	Estaleiro Gamboa Ltda EPP	PA
115	46222.007058/2015-65	206365934	Estaleiro Gamboa Ltda EPP	PA
116	46222.007060/2015-34	206365861	Estaleiro Gamboa Ltda EPP	PA
117	46222.007062/2015-23	206365918	Estaleiro Gamboa Ltda EPP	PA
118	46222.007064/2015-12	206365608	Estaleiro Gamboa Ltda EPP	PA
119	46222.007066/2015-10	206365811	Estaleiro Gamboa Ltda EPP	PA
120	46222.008292/2015-18	206365691	Estaleiro Gamboa Ltda EPP	PA
121	46222.008308/2015-84	206365977	Estaleiro Gamboa Ltda EPP	PA
122	46222.008998/2014-91	204363225	Manoel Marchetti Ind e Com Ltda	PA
123	46222.008999/2014-35	204363276	Manoel Marchetti Ind e Com Ltda	PA
124	46222.011243/2014-73	204969573	Manoel Marchetti Ind e Com Ltda	PA
125	46222.011245/2014-62	204969654	Manoel Marchetti Ind e Com Ltda	PA
126	46222.004351/2012-28	21183392	Organizacao Paraense de Estudos Superiores S/C Ltda	PA
127	46222.004352/2012-72	21183406	Organizacao Paraense de Estudos Superiores S/C Ltda	PA
128	46214.001343/2013-18	24482706	Vetor Construções Ltda	PI
129	46214.001344/2013-54	24482714	Vetor Construções Ltda	PI
130	46214.001345/2013-07	24482722	Vetor Construções Ltda	PI
131	46214.001346/2013-43	25244752	Vetor Construções Ltda	PI
132	46214.001347/2013-98	25244744	Vetor Construções Ltda	PI
133	47533.008484/2014-94	204034892	Cheveu Locadora Ltda.	PR
134	47533.008485/2014-39	204035015	Cheveu Locadora Ltda.	PR
135	47533.008487/2014-28	204034116	Cheveu Locadora Ltda.	PR
136	47533.008488/2014-72	204035015	Cheveu Locadora Ltda.	PR
137	47533.008491/2014-96	204031532	Cheveu Locadora Ltda.	PR
138	46216.005931/2014-83	205505619	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
139	46216.005932/2014-28	205505601	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
140	46216.005933/2014-72	205505597	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
141	46216.005934/2014-17	205505589	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
142	46463.000064/2014-78	205483429	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
143	46463.000113/2014-72	205483453	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
144	46463.000114/2014-17	205483461	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
145	46463.000115/2014-61	205483518	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
146	46463.000116/2014-14	205483585	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
147	46463.000117/2014-51	205483534	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
148	46463.000118/2014-03	205483437	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
149	46463.000119/2014-40	205483551	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
150	46463.000121/2014-19	205483313	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
151	46463.000122/2014-63	205483356	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
152	46463.000123/2014-16	205483348	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
153	46463.000124/2014-52	205483321	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

154	46463.000125/2014-05	205483330	Construvil Construtora e Instaladora Vilhena Ltda	RO
155	46274.001811/2014-12	203966724	BK Construções Ltda.	RS
156	47182.000095/2014-48	202993418	Transportes Rodoviarios Letsara Ltda	RS
157	47182.000096/2014-92	202993078	Transportes Rodoviarios Letsara Ltda	RS
158	47182.000098/2014-81	202993736	Transportes Rodoviarios Letsara Ltda	RS
159	46219.012797/2014-47	203889487	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de Sao Paulo S.A	SP
160	46427.000307/2013-23	24651109	G Cortes Industria e Comercio Ltda	SP
161	46427.000308/2013-78	24651052	G Cortes Industria e Comercio Ltda	SP
162	46427.000309/2013-12	24651079	G Cortes Industria e Comercio Ltda	SP
163	46427.000310/2013-47	24651061	G Cortes Industria e Comercio Ltda	SP
164	46427.000311/2013-91	24651095	G Cortes Industria e Comercio Ltda	SP
165	46427.000312/2013-36	24651117	G Cortes Industria e Comercio Ltda	SP
166	46427.000313/2013-81	24651125	G Cortes Industria e Comercio Ltda	SP
167	46427.000314/2013-25	24651133	G Cortes Industria e Comercio Ltda	SP
168	46427.000315/2013-70	24651087	G Cortes Industria e Comercio Ltda	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46502.000685/2011-03	506.480.356 - Tret nº 506.689654	Aethra Sistemas Automotivos S.A.	MG
2	46502.000016/2011-23	506.456.668	Frigorifico Alvorada Ltda.	MG
3	46502.000015/2011-89	100.182.461	Frigorífico Alvorada Ltda.	MG
4	46239.002788/2013-29	200.201.565	Santa Casa de Miservicórdia de Andradas	MG
5	46222.004281/2012-16	100.255.281	Bertillon Vigilância e Transporte de Valores Ltda.	PA
6	46215.027689/2011-66	506.516.385 - Tret nº 506.699.072	Emissão Engenharia Ltda.	RJ
7	46218.021241/2014-51	200.407.546	Borrachas Urano Ltda. ME	RS
8	46266.000651/2013-11	200.049.411	Indústria Têxtil Tsuzuki Ltda	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.010026/2014-18	205229859	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
2	47747.010028/2014-07	205229875	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
3	47747.010031/2014-12	205230849	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
4	47747.010032/2014-67	205230491	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
5	47747.010033/2014-10	205230482	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
6	47747.010034/2014-56	205230504	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
7	47747.010035/2014-09	205230512	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
8	47747.010037/2014-90	205230661	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
9	47747.010038/2014-34	205230679	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
10	47747.010039/2014-89	205230717	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
11	47747.010040/2014-11	205230725	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
12	47747.010041/2014-58	205230733	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
13	47747.010042/2014-01	205230768	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
14	47747.010043/2014-47	205230776	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
15	47747.010044/2014-91	205230784	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
16	47747.010045/2014-36	205230792	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
17	47747.010046/2014-81	205230806	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
18	47747.010047/2014-25	205230814	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
19	47747.010048/2014-70	205230822	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
20	47747.010049/2014-14	205230831	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
21	47747.010051/2014-93	205230857	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
22	47747.010200/2014-14	205230865	Ericsson Gestao e Servicos de Telecomunicacoes Ltda	MG
23	47747.010061/2014-29	205230580	Ericsson Gestão e Serviços de Telecomunicações Ltda.	MG
24	47533.008843/2014-11	204112869	Cheveu Locadora Ltda.	PR

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.000229/2011-45	022179712	Ebate Construtora Ltda.	MG
2	47747.000228/2011-09	022179704	Ebate Construtora Ltda.	MG

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.010057/2014-61	205229051	Ericsson Gestão e Serviços de Telecomunicações Ltda.	MG
2	46259.003910/2013-46	021479968	Metalúrgica e Montagem Industrial Fessel Ltda.	SP
3	46259.003909/2013-11	021479976	Metalúrgica e Montagem Industrial Fessel Ltda.	SP

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46259.003908/2011-77	200.100.564	Metalúrgica e Montagem Industrial Fessel Ltda.	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46245.004296/2014-70	204170265	Frios Ramos Ltda. - ME	MG
2	46236.000983/2014-25	203681045	Vanir Garcia Leão	MG
3	46236.000984/2014-70	203680391	Vanir Garcia Leão	MG
4	46222.011236/2014-71	204969751	Manoel Marchetti Ind. e Com. Ltda.	PA

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46268.002347/2014-61
Entidade	Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar de Fernandópolis e Região - SAAE-FER
CNPJ	20.716.289/0001-57
Abrangência	Intermunicipal
Categoria Profissional	Categoria profissional especifica dos Auxiliares de Administração Escolar.
Fundamento	NT 1532/2017/CGRS/SRT/MTb

Base Territorial: *São Paulo*: Andradina, Aparecida D"Oeste, Aspásia, Auriflama, Dirce Reis, Dolcinópolis, Estrela D"Oeste, Fernandópolis, General Salgado, Guarani D"Oeste, Guzolândia, Ilha Solteira, Indiaporã, Jales, Macedônia, Marinópolis, Meridiano, Mira Estrela, Nhandeara, Ouroeste, Palmeira D"Oeste, Paranapuã, Pedranópolis, Pereira Barreto, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara D"Oeste, Santa Fé Do Sul, Santa Rita D"Oeste, Santa Salete, São Francisco, São João Das Duas Pontes, São João De Iracema, Suzanápolis, Turmalina, Urânia e Vitória Brasil.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1533/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: NÃO CONHECER do Recurso Administrativo nº 46000.009013/2017-00 interposto pelo ANER Sindical (CNPJ 09.051.787/0001-95) nos autos do Processo 46206.002980/2009-16, pelos motivos já elencados na NT 1482/2017/CGRS/SRT/MTb e com fundamento no art. 63, inciso IV c/c art. 38, §2º da Lei 9.784/99, mantendo-se assim o arquivamento do aludido pedido de registro sindical.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, e na Nota Técnica 1545/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: INDEFERIR o pedido de Registro Sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Holambra - STRHOL - SP, CNPJ 02.780.084/0001-59, Processo nº 46010.008960/98-22, com fundamento no art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

Em continuidade ao cumprimento de decisão judicial, processo n.º 1002432-96.2017.4.01.3400, na qual a 20ª Vara Federal Cível da SJDF, Seção Judiciária do Distrito Federal, determinou a conclusão dos autos no prazo máximo de 30 dias; o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013, e na NOTA TÉCNICA 1536/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo de pedido de registro sindical n.º 46204.003637/2016-38 (SC18078), CNPJ n.º 11.190.556/0001-04, de interesse do SINDIACSCER-BAHIA - Sindicato Intermunicipal dos Agentes Comunitários de Saúde e Combate às Endemias dos Municípios de Eunápolis, Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália, Canavieiras, Camacan, Mascote, Pau Brasil e Santa Luzia, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria n.º 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900179

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1531/2017/CGRS/SRT/MTb e com fulcro nos art. 53 e 54 da Lei 9.784/99 e nas Súmulas 346 e 473 do STF resolve conhecer dos Recursos Administrativos e/ou Pedidos de Reconsideração n.os 46000.003541/2017-47, 46000.003542/2017-91, 46000.003543/2017-36, 46000.003544/2017-81, 46000.003545/2017-25, 46000.003546/2017-70, 46000.003547/2017-14, 46000.003548/2017-69, 46000.003549/2017-11, 46000.003550/2017-38, 46000.003551/2017-82, 46000.003552/2017-27, 46000.003553/2017-71, 46000.003554/2017-16, 46000.003555/2017-61, 46000.003556/2017-13, 46000.003557/2017-50, 46000.003558/2017-02, 46000.003559/2017-49, 46000.003560/2017-73, 46000.003561/2017-18, 46000.003562/2017-62, 46000.003563/2017-15, 46000.003564/2017-51, 46000.003565/2017-04, 46000.003566/2017-41, 46000.003567/2017-95, 46000.003624/2017-36, 46000.003625/2017-81, 46000.003626/2017-25, 46000.003628/2017-14, 46000.003629/2017-69, 46000.003630/2017-93, 46000.003631/2017-38, 46000.003632/2017-82, 46000.003633/2017-27, 46000.003779/2017-72, 46010.001235/2017-57, interpostos nos autos do Processo 46218.066225/2012-26 para: retornar ao status de INDEFERIMENTO o pedido de registro sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Concessionários e Distribuidores de Veículos do Estado do Rio Grande do Sul - SINTRACODIV (CNPJ 15.414.904/0001-30), com respaldo nos motivos já elencados nas Notas Técnicas 1196/2014/CGRS/SRT/MTE e 44/2017/GAB/SRT/MTb.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013, bem como, no artigo 26, § 4.º, da Lei n.º 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou dela tiverem conhecimento que, notifica o (a) Senhor (a) Representante Legal do STR de Goiás - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Goiás, CNPJ: 02.741.924/0001-74, Processo n° 46208.004829/2015-41 (SA02647), do inteiro teor do Ofício n° 1226/2017/CGRS/SRT/MTb, o qual restou devolvido, conforme Aviso de Recebimento AR986091853JS, que terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar a documentação solicitada, sob pena de ARQUIVAMENTO do pedido de alteração estatutária, conforme determina o art. 27, inciso IV, da Portaria nº 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHOS DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à Decisão Judicial prolatada no Processo n.º 1015264-64.2017.4.01.3400, procedente da 8ª Vara Federal Cível da SJDF de Brasília-DF, e, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46234.000560/2017-78
Entidade	Sindicato dos Empregados do Comércio Varejista e Atacadista de Carvalhos e Região
CNPJ	26.231.747/0001-44
Abrangência	Intermunicipal
Fundamento	NT 1543/2017/CGRS/SRT/MTb

Base Territorial: *Minas Gerais*: Aiuruoca, Alagoa, Andrelândia, Arantina, Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Carmo de Minas, Carrancas, Carvalhos, Conceição do Rio Verde, Cristina, Cruzília, Dom Viçoso, Itamonte, Itanhandu, Jesuânia, Liberdade, Lima Duarte, Madre de Deus de Minas, Maria da Fé, Minduri, Olímpio Noronha, Passa Quatro, Passa-Vinte, Pouso Alto, Santa Rita de Jacutinga, São Sebastião do Rio Verde, São Thomé das Letras, São Vicente de Minas, Seritinga, Serranos, Soledade de Minas e Virgínia.

Categoria Profissional: Empregados em: estabelecimentos de tecidos, de vestuários, adorno e acessórios de arte, de louças finas, de cirurgia, de móveis e congêneres; Comércio varejista de carnes frescas; Comércio varejista de gêneros alimentícios; Comércio varejista de produtos farmacêuticos; Comércio varejista de maquinismo, ferragens e tintas (utensílios e ferramentas); Comércio varejista de calçados; Comércio varejista de material elétrico e aparelhos eletrodomésticos. Comércio varejista de peças e acessórios; Comércio varejista de carvão vegetal e lenha; Comércio de vendedores ambulantes (trabalhadores autônomos); Comércio varejista dos feirantes; Comércio varejista de frutas, verduras, flores e plantas; Estabelecimentos de serviços funerários (compreensiva de casas, agências e empresas funerárias); Comércio varejista de material ótico, fotográfico e cinematográfico; Comércio varejista de livros; Comércio varejista de material de escritório e papelaria; Empregados em empresas de garagem, estacionamento e de limpeza e conservação de veículos; Comércio varejista de derivados de petróleo; Trabalhadores no comércio de minérios e derivados de petróleo (inclusive pesquisas de minérios; Comércio varejista de veículos. Comércio atacadista de algodão e outras fibras vegetais; Comércio atacadista de carnes frescas e congeladas; Comércio atacadista de carvão vegetal e lenha; Comércio atacadista de gêneros alimentícios; Comércio atacadista de tecidos, vestuários e armarinho; Comércio atacadista de louças, tintas e ferragens; Comércio atacadista de maquinismo em geral; Comércio atacadista de materiais de construção; Comércio atacadista de material elétrico; Comércio atacadista de produtos químicos para indústria e lavoura; Comércio atacadista de drogas e medicamentos; Comércio atacadista de sacaria; Comércio atacadista de pedras preciosas; Comércio atacadista de jóias e relógios; Comércio atacadista de papel e papelão; Comércio atacadista de álcool e bebidas em geral; Comércio atacadista de couros e peles; Comércio atacadista de frutas; Comércio atacadista de artigos sanitários; Comércio atacadista de vidros planos, cristais e espelhos; Comércio atacadista de minérios e pesquisas; Trabalhadores no comércio de minérios e derivados de petróleo (inclusive pesquisas de minérios); Comércio atacadista de derivados de petróleo; Comércio atacadista de solventes de petróleo; Comércio atacadista de aparelhos e materiais óticos, fotográficos e cinematográficos; Comércio atacadista exportador e Comércio exportador do café

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria n.º 188/2007 e da Portaria n.º 326/2013.

Processo:	46290.002298/2015-60 (SC17377)
Entidade:	SINATRAN-AP - Sindicato dos Agentes de Trânsito e Transporte do Município de Aparecida de Goiânia-GO
CNPJ:	21.890.845/0001-70
Abrangência:	Municipal
Base Territorial:	Goiás: Aparecida de Goiânia.
Categoria:	Agentes de Trânsito e Transporte.
Fundamento	NT 1541/2017/CGRS/SRT/MTb

Em cumprimento de decisão judicial, processo n.º 1013293-44.2017.4.01.3400, na qual a 22ª Vara Federal Cível da SJDF, Seção Judiciária do Distrito Federal, determinou a análise dos autos no prazo de 180 dias; o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria n.º 188/2007 e da Portaria n.º 326/2013.

Processo:	46213.004229/2017-75 (SC18813)
Entidade:	SINDITAC INTERIOR - Sindicato dos Transportadores Autônomos de Cargas do Interior de Pernambuco e Região
CNPJ:	26.071.974/0001-50
Abrangência:	Intermunicipal
Base Territorial:	Pernambuco: Agrestina, Alagoinha, Bom Conselho, Brejo da Madre de Deus, Cortês, Cumaru, Frei Miguelinho, Gravatá, Iguaracy, Jataúba, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, São José do Egito, São Joaquim do Monte, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertentes e Vertente do Lério.
Categoria:	Econômica dos Transportadores Autônomos de Cargas.
Fundamento	NT 1539/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à Decisão Judicial prolatada no Processo n.º 0000214-74.2017.5.23.0116, procedente da Vara do Trabalho de Juara, Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, e, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46210.001287/2016-96
Entidade	Sindicato Intermunicipal das Indústrias Madeireiras do Vale do Arinos - SIMAVA
CNPJ	33.709.213/0001-46
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	*Mato Grosso*: Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos e Tabaporã
Fundamento	NT 1538/2017/CGRS/SRT/MTb

Categoria Econômica: Categoria econômica das indústrias de serrarias com e sem desdobramento de madeira; fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada; fabricação de casas de madeira pré-fabricadas; fabricação de esquadrias de madeira e de peças de madeira para instalações industriais e comerciais; fabricação de outros artigos de carpintaria para construção; fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira; fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto moveis; fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis; fabricação de móveis com predominância de madeira; fabricação de móveis com predominância de metal; fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal; fabricação de colchões de qualquer material

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46200.003399/2015-10
Entidade	SINDCONAM-AC - Sindicato dos Condutores de Ambulância do Estado do Acre.
CNPJ	21.746.203/0001-00
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Acre
Categoria	Profissional dos Condutores de Ambulância.
Fundamento	NT 1537/2017/CGRS/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento a Decisão Judicial exarada nos autos do Processo n.º 1016464-09.2017.4.031.3400 procedente da 8ª Vara Federal Cível da SJDF de Brasília/DF, e considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46213.007499/2017-38
Entidade	Sindicato dos Professores Públicos dos Municípios de Carpina, Lagoa do Carro, Lagoa de Itaenga, Macaparana, Aliança, Nazaré da Mata, Limoeiro, Paudalho, Vicência, Tracunhaém, Buenos Aires e Itaquitinga - SINDPROFM.
CNPJ	27.161.068/0001-09
Abrangência	Intermunicipal.
Base Territorial	*Pernambuco*: Aliança, Buenos Aires, Carpina, Itaquitinga, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Limoeiro, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Tracunhaém e Vicência.
Categoria	Professores Municipais, ativos e inativos do Poder Executivo da Administração Direta e Autárquica.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHOS DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Em continuidade ao cumprimento de decisão judicial, processo n.º 0000405-36.2017.5.10.0002, na qual a 2ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho, determinou a conclusão dos autos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias; o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria n.º 326/2013, e com base na NOTA TÉCNICA 1546/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical (RES) ao SINDSMOR - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal do Poder Executivo e do Legislativo, Administração Direta e Indireta do Município de Oriximiná - PA, processo n.º 46222.007194/2015-55 (SC17224), CNPJ n.º 11.378.622/0001-74, para representar a categoria de todos os trabalhadores do serviço público municipal, envolvendo todos os departamentos e secretarias, bem como as Autarquias, Fundações Municipais e Empresas Públicas Municipais, que no futuro possam existir, além dos trabalhadores da Câmara Municipal, no município de Oriximiná, no estado do Pará. E para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), nos termos do art. 30 da Portaria n.º 326/2013, resolve: a) EXCLUIR a CATEGORIA SUPRACITADA no MUNICÍPIO de Oriximiná, no estado do Pará, da REPRESENTAÇÃO do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, processo de registro sindical n.º 24000.004348/89-11, CNPJ n.º 33.721.911/0001-67 e SEPUB - Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará, processo de registro sindical n.º 24000.002022/90-48, CNPJ n.º 34.622.076/0001-70; b) EXCLUIR a CATEGORIA dos SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DA SAÚDE, no MUNICÍPIO de Oriximiná, no estado do Pará, da REPRESENTAÇÃO do SINDSAUDE - Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado do Pará, processo de registro de alteração estatutária n.º 46222.009310/2012-28, CNPJ n.º 05.660.816/0001-65 e SINTESP/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Saúde Pública do Estado do Pará, processo de registro de alteração estatutária n.º 46222.003119/2011-91, CNPJ n.º 34.679.571/0001-16.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, dando continuidade ao cumprimento a Decisão Judicial exarada nos autos do Processo n.º 0000395-26.2016.5.10.0002, procedente da 2ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES nº 1544/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Integrantes de Carreiras de Gestão Pública do Estado de Sergipe - SINGEPS, CNPJ 05.346.745/0001-20, Processo 46221.006961/2015-19, para representar a Categoria Profissional dos Técnicos em Políticas Públicas e Gestão Governamental - pertencentes ao Quadro Permanente de Cargos Efetivos do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo do Estado de Sergipe, de que trata a Lei 4.302, de 16 de novembro de 2000; com abrangência Estadual e base territorial no Estado de Sergipe/SE, nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação do UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11; excluindo a Categoria dos Técnicos em Políticas Públicas e Gestão Governamental - pertencentes ao Quadro Permanente de Cargos Efetivos do QUADRO Geral de Pessoal do Poder Executivo do Estado de Sergipe; nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, em continuidade ao cumprimento à Decisão Judicial - Processo n.º 1007077-67.2017.4.01.3400, procedente da 1ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal - SJDF, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013, na Nota Técnica N° 134/2016/GAB/SRT/MTb e na Nota Técnica 1542/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR a impugnação n.º 46000.007802/2017-11, nos termos do art.18, inciso II da Portaria 326/2013; e, por conseguinte, DEFERIR o Registro Sindical ao SINDITAC-CAMINHONEIROS - Sindicatos dos Transportadores Autônomos de Cargas de Caruaru, CNPJ: 23.722.403/0001-40, Processo n° 46213.024555/2016-18, para representação da categoria econômica dos transportadores autônomos de cargas, exceto a categoria dos cegonheiros, com abrangência municipal e base territorial no município de Caruaru, Estado de Pernambuco, nos termos do art. 25, inciso II, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, dando continuidade ao cumprimento a decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 0000876-55.2017.5.10.0001 procedente da 1ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e, com fundamento na Portaria 326/2013 e, na Nota Técnica 1535/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: ARQUIVAR a Impugnação n.º 46000.007419/2017-40, nos termos do art. 18, inciso III da Portaria 326/2013 e, por conseguinte, DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Diplomatas Brasileiros - ADB SINDICAL, CNPJ 26.091.542/0001-00, Processo 46206.010700/2016-72, para representar a Categoria da Carreira de Diplomata com abrangência e base territorial em todo território Nacional, nos termos do art. 25, inciso II, da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

DESPACHO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, em cumprimento à Decisão Judicial prolatada nos autos do Processo n°1000562-16.2017.4.01.3400, procedente da 22ª Vara Federal Cível da SJDF, que determinou a imediata análise do requerimento administrativo n° 46211.000826/2016-60, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 1540/2017/CGRS/SRT/MTb, resolve: SUSPENDER o Pedido de Alteração Estatutária nº 46211.000826/2016-60, de interesse do SINDCAM CONTAGEM - Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas do Município de Contagem, CNPJ: 10.913.441/0001-38; nos termos do art. 23, § 9º, da Portaria 326/2013.

CARLOS CAVALCANTE DE LACERDA

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 4.739, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a prorrogação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, aprovado para o triênio 2015-2017.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL, no uso das atribuições que lhe confere os incisos II e III do art. 1º do Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 250, de 31 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO as orientações da Instrução Normativa nº 04, de 11 de setembro de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

CONSIDERANDO o inciso IX do art. 5º do Regimento Interno do Comitê de Governança Digital aprovado pela Portaria SE nº 3545, de 19 de setembro de 2017; e

CONSIDERANDO a necessidade de ter um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC vigente para possibilitar contratações de Tecnologia da Informação alinhadas às diretrizes institucionais desta Pasta, resolve:

Art. 1º Prorrogar, "ad referendum" do Comitê de Governança Digital deste Ministério, a vigência do PDTIC 2015-2017 pelo período de 12 (doze) meses, a contar do dia 01/01/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO FORTES MELRO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 4.118, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Exclui o Aeródromo Público de Palmeiras (SNPM) do cadastro de aeródromos.

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante do processo nº 00058.538151/2017-27, resolve:

Art. 1º Excluir o aeródromo abaixo do cadastro, fechando-o ao tráfego aéreo civil:

I - denominação: Palmeiras;

II - código OACI: SNPM;

III - município (UF): Palmeiras (BA); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 12° 27" 49" S / 041° 35" 42" W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria DAC nº 617/SIE, de 3 de abril de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 11 de abril de 2001.

GIOVANO PALMA

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
GERÊNCIA TÉCNICA DE FATORES HUMANOS

PORTARIA Nº 4.111, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia médico em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.508252/2017-84, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. Wang Kwanseng, CRM/SP 25086, MC 169, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Rebouças nº 353, Conjuntos 103 e 104, Cerqueira César, São Paulo (SP), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

PORTARIA Nº 4.113, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Suspende cautelarmente o credenciamento de médico com base na Seção 67.49 do Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.017175/2016-77, resolve:

Art. 1º Suspender cautelarmente o credenciamento do médico RENATO BONVENTI JUNIOR, MC 61, CRM/SP 19195, estabelecido pela Portaria nº 179, de 17 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 16, de 23 de janeiro de 2017, seção 1, pág. 62, referente ao processo no 00065.502548/2017-91.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

PORTARIA Nº 4.115, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Credencia médico em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

O GERENTE TÉCNICO DE FATORES HUMANOS SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.5.2.2(a)(iv) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426/SPO, de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.511087/2017-48, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. Minoru Carlos Tanaka, CRM/SP 62194, MC 170, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Rebouças nº 353, Conjuntos 53 e 54, Cerqueira César, São Paulo (SP), para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 67 (RBAC nº 67).

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

PORTARIA Nº 4.179, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere o item 4.3.2.1(a)(i) do Manual de Cargos e Funções MCF-0001/SPO, Revisão D, aprovado pela Portaria nº 3.426 de 13 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137) e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.529974/2017-61, resolve:

Art. 1º Suspender o Certificado de Operador Aéreo (COA) nº 1996-02-0CLZ-03-02, emitido em favor da sociedade empresária ABAETÉ LINHAS AÉREAS S/A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES RAMOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

DESPACHO DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.003758/2016-69. Fiscalizada: Pipes Empreendimentos Ltda. CNPJ nº 06.065.767/0001-85. Objeto e Fundamento Legal: anular o Despacho de Julgamento nº 119/2016/GFN/SFC, publicado no DOU nº 244, seção 1, pág. 139, de 21/12/2016, o Auto de Infração nº 002185-7 e atos posteriores ao decurso do prazo da Notificação Prévia e lavratura de novo Auto de Infração, se for o caso, conforme orientação da PFA nos termos do Parecer nº 00026/2017/NPD/PFANTAQ/PGF/AGU, que entendeu que não restou cumprido o disposto no artigo 18, inciso II, da Resolução nº 3.259/2014-Antaq, que determina como requisito do auto de infração a descrição objetiva do fato ou conduta infracional constatada, restando caracterizado cerceamento de defesa do autuado.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Gerente

DESPACHO DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.003769/2016-49. Fiscalizada: Pipes Empreendimentos Ltda. CNPJ nº 06.065.767/0001-85. Objeto e Fundamento Legal: anular o Despacho de Julgamento nº 107/2016/GFN/SFC, publicado no DOU nº 210, seção 1, pág. 99, de 01/11/2016, o Auto de Infração nº 0021830 e atos posteriores ao decurso do prazo da Notificação Prévia e lavratura de novo Auto de Infração, se for o caso, conforme orientação da PFA nos termos do Parecer nº 00026/2017/NPD/PFANTAQ/PGF/AGU, que entendeu que não restou cumprido o disposto no artigo 18, inciso II, da Resolução nº 3.259/2014-Antaq, que determina como requisito do auto de infração a descrição objetiva do fato ou conduta infracional constatada, restando caracterizado cerceamento de defesa do autuado.

ALEXANDRE GOMES DE MOURA
Gerente

UNIDADE REGIONAL DO RECIFE-PE

DESPACHO Nº 14, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo nº 50300.004902/2017-65. Empresa Penalizada: Radiance Offshore Navegação (Alagoas) Ltda., CNPJ: 14.560.060/0001-73. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência, pelo cometimento da infração capitulada no art. 21, inciso IV da Resolução n° 2.510/2012-ANTAQ.

RAFAEL DUARTE FERREIRA DA SILVA
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 5, DE 18 DE JUNHO DE 2017

Assunto: Habilitação de terminal privado ao Tráfego Marítimo Internacional
Interessado: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA.
Processo nº 50300.001201/2015-11.

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, em observância ao disposto no inciso III do art. 47 do Regimento Interno, com base na Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, no inciso XXXII do art. 3º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.122 de 13 de fevereiro de 2002, no disposto no art. 6º do Decreto nº 6.759 de 05 de fevereiro de 2009, combinado com o §2º do art. 27 da Resolução 3.290-ANTAQ de 14 de fevereiro de 2014, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50300.001201/2015-11, resolve:

Habilitar ao tráfego marítimo internacional as instalações do terminal portuário de uso privado atualmente operado pela empresa ATEMS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A., localizado na Rua Pajurá, nº 103, Bairro Vila Buriti, Manaus/AM, CEP n° 69.072-065, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.987.364/0001-03, em face ao atendimento das condições adequadas para a realização de operações portuárias, respeitadas as características do projeto, o atendimento às exigências dos demais órgãos envolvidos e o disposto no Contrato de Adesão 21/2016-MTPA de 22 de dezembro de 2016.

SAMUEL RAMOS DE CARVALHO CAVALCANTI

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.605, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Conhece o pedido de reconsideração interposto pela empresa HENRIQUE & OLIVEIRA TRANSPORTE LTDA-ME., e no mérito dá-lhe provimento parcial, aplicando penalidade alternativa de multa.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 177, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.118821/2010-19, resolve:

Art. 1º Conhecer o Pedido de Reconsideração interposto pela empresa HENRIQUE & OLIVEIRA TRANSPORTE LTDA-ME, e no mérito dar-lhe parcial provimento, para convolar a pena de Declaração de Inidoneidade imposta pela Resolução ANTT nº 4.691, de 6 de maio de 2015, em multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que notifique a referida empresa dos termos da decisão adotada.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.606, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede anuência prévia para a operação de transferência de controle societário da autorizatária MATRIZ TRANSPORTES LTDA-ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no voto DMR - 209, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.144983/2017-89, resolve:

Art. 1º Conceder anuência prévia para a operação de transferência de controle societário da autorizatária MATRIZ TRANSPORTES LTDA-ME para Donizete Maria da Silva Caiares, Linda Maria Maia e Ismael Hubirajara Ferreira Maia, nos termos apresentados no referido processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.607, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Atribui ao CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA. habilitações outorgadas à DBTRANS ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 215, de 8 de dezembro de 2017, no que consta do Processo nº 50515.018162/2017-29; e

CONSIDERANDO o Ato de Concentração nº 08700.003024/2016-19 do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, resolve:

Art. 1º Atribuir ao CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA., em razão da incorporação, e nos termos da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, artigo 1.116, a habilitação da DBTRANS ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA. como Fornecedora de Vale-Pedágio obrigatório de que trata a Resolução ANTT nº 107, 17 de outubro de 2002.

Art. 2º Atribuir ao CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA., em razão da incorporação, e nos termos da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, artigo 1.116, a habilitação da DBTRANS ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA. como Instituição de Pagamento Eletrônico de Frete e a aprovação do Meio de Pagamento Eletrônico de registro nº 004, de que trata a Deliberação ANTT n º 138, de 20 de julho de 2011.

Art. 3º Determinar ao CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA. que dê ampla publicidade sobre assunção dos direitos e obrigações da DBTRANS ADMINISTRAÇÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.609, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara a utilidade pública, para fins de desapropriação e afetação, em favor da União, as áreas que menciona.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31,inciso VI, da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DSL - 202, de 8 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.406123/2017-44, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação à fins rodoviários, em favor da União, o(s) bem(ns) imóvel(is) alcançados pelas coordenadas planas a seguir descritas, as quais definem a(s) poligonal(is) de utilidade pública necessária(s) à execução das obras de implantação de dispositivo de retorno no km 340+070 da Rodovia Transbrasiliana, BR-153/SP no município de Ourinhos/SP.

I - Área 01, com a seguinte descrição: tomando-se como referência o ponto 1 (onde se inicia o perímetro), tem Coordenadas Planas no Sistema U.T.M. - SIRGAS 2000, respectivamente N: 7.463.633,678 e E: 611.657,086; deste, segue com AZPlano= 24°54"42.56"e distância de 37,74 metros, chega-se ao ponto 2, N: 7.463.668,812 e E: 611.673,403; deste, segue com AZPlano= 26°28"07.20"e distância de 38,74 metros, chega-se ao ponto 3, N: 7.463.691,991 e E: 611.684,944; deste segue com AZPlano= 28°29"59.57" e distância de 25,89 metros, chega-se ao ponto 4, N: 7.463.750,877 e E: 611.716,916; deste, segue com AZPlano= 62°52"18.27"e distância de 28,53 metros, chega-se ao ponto 5, N: 7.463.737,868 e E: 611.742,307; deste, segue com AZPlano= 27°07"41.73" e distância de 131,59 metros, chega-se ao ponto 6, N: 7.463.750,877 e E: 611.716,916; deste, segue com AZPlano= 62°52"18.27" e distância de 28,54 metros, chega-se ao ponto 1, perfazendo uma área de 3.741,50 m² (três mil setecentos e quarenta e um metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados) e perímetro de 320,17 metros (trezentos e vinte metros e dezessete centímetros); e

II - Área 02, com a seguinte descrição: tomando-se como referência o ponto 1 (onde se inicia o perímetro), tem Coordenadas Planas no Sistema U.T.M. - SIRGAS 2000, respectivamente N: 7.464.137,284e E: 611.983,067; deste, segue com AZPlano= 65°37"04´06" e distância de 79,27 metros, chega-se ao ponto 2, N: 7.463.688,495 e E: 611.507,857; deste, segue com AZPlano= 30°18"22.18" e distância de 178,21 metros, chega-se ao ponto 3, N: 7.463.842,354 e E: 611.597,787; deste, segue com AZPlano= 59°30"46.42" e distância de 49,60 metros, chega-se ao ponto 4, N: 7.463.817,191 e E: 611.640,527; deste, segue com AZPlano= 40°23"29.89" e distância de 255,63 metros, chega-se ao ponto 5, N: 7.464.011,883 e E: 611.806,175; deste, segue com AZPlano= 03°21"43.09" e distância de 101,51 metros, chega-se ao ponto 6, N: 7.464.113,220 e E: 611.800,222; deste, segue com AZPlano= 69°34"07.07 e distância de 17,00 metros, chega-se ao ponto 7, N: 7. 7.464.011,884 e E: 611.816,152; deste, segue com AZPlano= 20°25"59.93" e distância de 31,70 metros, chega-se ao ponto 8, N: 7.464.113,220 e E: 611.827,218; deste, segue com AZPlano= 85°43"10.59" e distância de 38,64 metros, chega-se ao ponto 9, N: 7.464.011,884 e E: 611.983,067; deste, segue com AZPlano= 53°19"15.24" e distância de 125,98 metros, chega-se ao ponto 10, N: 7.464.113,221 e E: 611.966,785; deste, segue com AZPlano= 33°33"57.73" e distância de 29,45 metros, chega-se ao ponto 11, N: 7.464.011,884 e E: 611.983,0679; deste, segue com AZPlano= 56°04"41.57" e distância de 10,56 metros, chega-se ao ponto 12, N: 7.464.113,221 e E: 611884.4401; deste, segue com AZPlano= 54°16"26.49" e distância de 66,06 metros, chega-se ao ponto 13, N: 7.464.011,884 e E: 611.920,682; deste, segue com AZPlano=51°36"27.88" e distância de 46,24 metros, chega-se ao ponto 14, N: 7.464.113,221 e E: 611.884,440; deste, segue com AZPlano= 50°06"15.71"e distância de 30,83 metros, chega-se ao ponto 15, N: 7.464.011,884 e E: 611.860,787; deste, segue com AZPlano= 48°08"06.76" e distância de 20,02 metros, chega-se ao ponto 16, N: 7.464.113,221 e E: 611.845,797; deste, segue com AZPlano= 47°51"29.84" e distância de 21,09 metros, chega-se ao ponto 17, N: 7.464.011,884 e E: 611.830,160; deste, segue com AZPlano= 46°46"39.19" e distância de 20,91 metros, chega-se ao ponto 18, N: 7.464.113,221 e E: 611.814,924; deste, segue com AZPlano= 45°03"20.35" e distância de 20,51 metros, chega-se ao ponto 19, N: 7.464.011,884 e E: 611.800,407; deste, segue com AZPlano= 43°30.37.04" e distância de 21,13 metros, chega-se ao ponto 20, N: 7.464.113,221 e E: 611.785,858; deste, segue com AZPlano= 42°52"49.64" e distância de 19,80 metros, chega-se ao ponto 21, N: 7.464.011,884 e E: 611.772,382; deste, segue com AZPlano= 41°37"46.93" e distância de 20,47 metros, chega-se ao ponto 22, N: 7.464.113,221 e E: 611.758,785; deste, segue com AZPlano= 40°33"01.67" e distância de 20,59 metros, chega-se ao ponto 23, N: 7.464.011,884 e E: 611.745,398; deste, segue com AZPlano= 39°33"55.98" e distância de 20,94 metros, chega-se ao ponto 24, N: 7.464.113,221 e E: 611.732,063; deste, segue com AZPlano= 37°52"03.23"e distância de 20,20 metros, chega-se ao ponto 25, N: 7.464.011,884 e E: 611.719,666; deste, segue com AZPlano= 37°29"41.43" e distância de 20,36 metros, chega-se ao ponto 26, N: 7.464.113,221 e E: 611.707,271; deste, segue com AZPlano= 36°04"44.98" e distância de 20,48 metros, chega-se ao ponto 27, N: 7.464.011,885 e E: 611.695,213; deste, segue com AZPlano= 35°23"59.47" e distância de 20,42 metros, chega-se ao ponto 28, N: 7.464.113,221 e E: 611.683,385; deste, segue com AZPlano=

35°08"39.92" e distância de 20,80 metros, chega-se ao ponto 29, N: 7.464.011,885 e E: 611.671,709; deste, segue com AZPlano= 32°18"02.62" e distância de 20,75 metros, chega-se ao ponto 30, N: 7.464.113,222 e E: 611.660,523; deste, segue com AZPlano= 31°18"02.62" e distância de 20,22 metros, chega-se ao ponto 31, N: 7.464.011,885 e E: 611.650,018; deste, segue com AZPlano= 30°41"01.96" e distância de 21,13 metros, chega-se ao ponto 32, N: 7.464.113,222 e E: 611.39,236; deste, segue com AZPlano= 29°19".01.43" e distância de 20,73 metros, chega-se ao ponto 33, N: 7.464.011,885 e E: 611.629,088; deste, segue com AZPlano= 28°17"08.00" e distância de 20,63 metros, chega-se ao ponto 34, N: 7.464.113,222 e E: 611.619,306; deste, segue com AZPlano= 26°45"26.23"e distância de 19,97 metros, chega-se ao ponto 35, N: 7.464.011,885 e E: 611.610,318; deste, segue com AZPlano= 24°47"18.89" e distância de 20,31 metros, chega-se ao ponto 36, N: 7.464.113,222 e E: 611.600,735; deste, segue com AZPlano= 23°47"22.78" e distância de 20,31 metros, chega-se ao ponto 37, N: 7.464.011,885 e E: 611.592,220; deste, segue com AZPlano= 23º47"22.78" e distância de 20,03 metros, chega-se ao ponto 38, N: 7.464.113,222 e E: 611.584,140; deste, segue com AZPlano= 22°37"23.41" e distância de 10,62 metros, chega-se ao ponto 1, perfazendo uma área de 24.006,40 m² (vinte e quatro mil e seis metros quadrados e quarenta decímetros quadrados) e perímetro de 1544,40 metros (hum mil quinhentos e quarenta e quatro metros e quarenta centímetros).

Art. 2º Fica a TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S/A autorizada a promover as desapropriações necessárias à implantação da obra referenciada pelo art.1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A TRANSBRASILIANA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S/A fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação e não terá eficácia sobre bens e propriedades dos estados e municípios que eventualmente estejam localizados nas poligonais indicadas no art.1º.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.610, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Conhece o pedido de reconsideração interposto por GERALDO RIBEIRO COELHO, e, no mérito, dá-lhe provimento.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 220, de 20 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.044472/2009-58, resolve:

Art. 1º Conhecer o pedido de reconsideração interposto por GERALDO RIBEIRO COELHO, CNPJ nº 00.897.253/0001-00 e, no mérito, dar-lhe provimento, determinando o arquivamento do referido processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.611, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara a utilidade pública, para fins de desapropriação, afetação ou instituição de servidão administrativa, em favor da União, as áreas que menciona.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições regimentais, sobretudo no que lhe confere o inciso XIX do art. 24 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001; tendo em vista o disposto no art. 3º e art. 5º alíneas "h" e "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; art. 29, incisos VIII e IX, e art. 31,inciso VI, da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, fundamentada no Voto DSL - 221, de 20 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.109666/2015-54, resolve:

Art. 1º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação, afetação ou instituição de servidão administrativa para fins rodoviários, em favor da União, a serem executadas pela ECO 101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A., as terras e/ou benfeitorias delimitadas pelas coordenadas planas a seguir, as quais definem as poligonais de utilidade pública necessárias à execução das obras de duplicação no trecho entre os km 255+800m e 305+800m, e de implantação de passarela no km 270+800m e de Posto de Pesagem no km 301+700m da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/ES.

I - Área 01, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-11-BR101/ES-270-8.307-7-D03/001, situa-se às margens da Faixa de Domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101, no km 270+800m - Pista Norte, no Município de Serra e na Comarca de Serra, consta pertencer a POSTO TUBARÃO - COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7762332,656870 e E=366936,387764, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 121°27"37", distância de 6,14m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 211°27"37", distância de 28,13m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 301°24"33", distância de 6,11m; segmento 4 - 1 - em linha reta com azimute 31°24"33", distância de 28,14m; perfazendo uma área de 172,33m² (cento e setenta e dois metros quadrados e trinta e três decímetros quadrados);

II - Área 02, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-11-BR101/ES-270-8.307-7-D03/002, situa-se às margens da Faixa de Domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101, no km 301+600m - Pista Sul, no Município de Viana e na Comarca pde Viana, consta pertencer a BRASITÁLIA MINERADORA ESPÍRITO SANTENSE - LTDA E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7747410,353623 e E=349303,649076, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 183°54"46", distância de 18,00m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 184°10"10", distância de 20,37m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 184°2"43", distância de 20,47m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 184°14"32", distância de 17,78m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 309°24"59", distância de 15,35m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 353°48"7", distância de 24,48m; segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 2°12"42", distância de 26,18m; segmento 8 - 1 - em linha reta com azimute 49°31"2", distância de 24,92m; perfazendo uma área de 1.020,94m² (um mil e vinte metros quadrados e noventa e quatro decímetros quadrados);

III - Área 03, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-11-BR101/ES-270-8.307-7-D03/002, situa-se às margens da Faixa de Domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101, no km 301+700m - Pista Sul, no Município de Viana e na Comarca de Viana, consta pertencer a BRASITÁLIA MINERADORA ESPÍRITO SANTENSE - LTDA E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7747324,363759 e E=349297,522018, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 183°55"0", distância de 11,40m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 183°53"7", distância de 19,80m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 184°10"41", distância de 19,32m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 184°8"49", distância de 20,26m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 184°5"58", distância de 20,13m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 184°3"14", distância de 19,36m; segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 184°3"39", distância de 20,22m; segmento 8 - 9 - em linha reta com azimute 183°56"38", distância de 13,87m; segmento 9 - 10 - em linha reta com azimute 343°33"51", distância de 13,50m; segmento 10 - 11 - em linha reta com azimute 342°30"41", distância de 8,46m; segmento 11 - 12 - em linha reta com azimute 332°20"56", distância de 13,60m; segmento 12 - 13 - em linha reta com azimute 355°29"32", distância de 11,16m; segmento 13 - 14 - em linha reta com azimute 1°48"19", distância de 12,86m; segmento 14 - 15 - em linha reta com azimute 2°59"40", distância de 13,45m; segmento 15 - 16 - em linha reta com azimute 5°40"16", distância de 15,91m; segmento 16 - 17 - em linha reta com azimute 12°35"58", distância de 13,35m; segmento 17 - 18 - em linha reta com azimute 15°16"31", distância de 9,01m; segmento 18 - 1 - em linha reta com azimute 23°40"33", distância de 39,28m; perfazendo uma área de 1.688,37m² (um mil, seiscentos e oitenta e oito metros quadrados e trinta e sete decímetros quadrados);

IV - Área 04, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-11-BR101/ES-270-8.307-7-D03/002, situa-se às margens da Faixa de Domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101, no km 302 - Pista Sul, no Município de Viana e na Comarca de Viana, consta pertencer a BRASITÁLIA MINERADORA ESPÍRITO SANTENSE - LTDA E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7747146,662039 e E=349284,982291, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 184°0"18", distância de 193,51m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 179°54"26", distância de 5,52m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 179°4"24", distância de 5,51m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 178°17"11", distância de 3,22m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 178°18"45", distância de 3,24m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 177°47"43", distância de 3,22m; segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 177°39"10", distância de 3,23m; segmento 8 - 9 - em linha reta com azimute 177°0"28", distância de 5,69m; segmento 9 - 10 - em linha reta com azimute 299°22"46", distância de 8,38m; segmento 10 - 11 - em linha reta com azimute 318°18"57", distância de 4,15m; segmento 11 - 12 - em linha reta com azimute 336°3"49", distância de 17,68m; segmento 12 - 13 - em linha reta com azimute 345°41"4", distância de 11,87m; segmento 13 - 14 - em linha reta com azimute 353°47"51", distância de 12,32m; segmento 14 - 15 - em linha reta com azimute 356°53"30", distância de 25,94m; segmento 15 - 16 - em linha reta com azimute 358°4"56", distância de 21,42m; segmento 16 - 17 - em linha reta com azimute 3°1"26", distância de 42,42m; segmento 17 - 18 - em linha reta com azimute 8°55"27", distância de 18,29m; segmento 18 - 19 - em linha reta com azimute 15°20"0", distância de 10,41m; segmento 19 - 20 - em linha reta com azimute 32°23"0", distância de 6,16m; segmento 20 - 21 - em linha reta com azimute 20°14"23", distância de 12,82m; segmento 21 - 22 - em linha reta com azimute 29°11"14", distância de 3,03m; segmento 22 - 23 - em linha reta com azimute 22°20"3", distância de 18,06m; segmento 23 - 1 - em linha reta com azimute 30°20"14", distância de 24,54m; perfazendo uma área de 4.549,54m² (quatro mil, quinhentos e quarenta e nove metros quadrados e cinquenta e quatro decímetros quadrados);

V - Área 05, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-11-BR101/ES-270-8.307-7-D03/002, situa-se às margens da Faixa de Domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101, no km 302, no Município de Viana e na Comarca de Viana, consta pertencer a MARCELO NICKEL E S/M MARIA DAS GRAÇAS PERIS NICKEL E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7746908,963961 e E=349333,654652, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 354°56"54", distância de 10,92m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 355°57"19", distância de 8,78m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 358°2"33", distância de 4,77m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 358°9"34", distância de 11,01m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 359°18"46", distância de 7,20m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 4°0"18", distância de 173,98m; segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 153°41"7", distância de 23,45m; segmento 8 - 9 - em linha reta com azimute 165°12"33", distância de 5,41m; segmento 9 - 10 - em linha reta com azimute 161°43"45", distância de 6,24m; segmento 10 - 11 - em linha reta com azimute 163°59"17", distância de 7,04m; segmento 11 - 12 - em linha reta com azimute 167°16"25", distância de 2,52m; segmento 12 - 13 - em linha reta com azimute 169°13"51", distância de 3,16m; segmento 13 - 14 - em linha reta com azimute 171°13"54", distância de 3,58m; segmento 14 - 15 - em linha reta com azimute 172°33"23", distância de 3,18m; segmento 15 - 16 - em linha reta com azimute 174°5"18", distância de 3,35m; segmento 16 - 17 - em linha reta com azimute 175°59"56", distância de 3,56m; segmento 17 - 18 - em linha reta com azimute 177°31"8", distância de 3,34m; segmento 18 - 19 - em linha reta com azimute 179°11"46", distância de 3,23m; segmento 19 - 20 - em linha reta com azimute 181°4"27", distância de 3,60m; segmento 20 - 21 - em linha reta com azimute 183°10"29", distância de 4,13m; segmento 21 - 22 - em linha reta com azimute 184°0"48", distância de 57,3m; segmento 22 - 23 - em linha reta com azimute 188°40"59", distância de 19,59m; segmento 23 - 24 - em linha reta com azimute 197°52"37", distância de 7,23m; segmento 24 - 25 - em linha reta com azimute 200°52"58", distância de 12,21m; segmento 25 - 26 - em linha reta com azimute 204°13"59", distância de 9,34m; segmento 26 - 27 - em linha reta com azimute 197°13"39", distância de 1,19m; segmento 27 - 28 - em linha reta com azimute 206°9"14", distância de 1,68m; segmento 28 - 29 - em linha reta com azimute 205°31"42", distância de 5,74m; segmento 29 - 30 - em linha reta com azimute 191°27"20", distância de 4,44m; segmento 30 - 31 - em linha reta com azimute 191°34"29", distância de 4,28m; segmento 31 - 1 - em linha reta com azimute 192°58"36", distância de 24,72m; perfazendo uma área de 3.617,04m² (três mil, seiscentos e dezessete metros quadrados e quatro decímetros quadrados);

VI - Área 06, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-11-BR101/ES-270-8.307-7-D03/003, situa-se às margens da Faixa de Domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101, no km 304+400m - Pista Sul, no Município de Viana e na Comarca de Viana, consta pertencer a NELSON RODRIGUES DE SIQUEIRA E S/M CLÉA SANTOS DE SIQUEIRA, NAHIR RODRIGUES SIQUEIRA DE SIQUEIRA, VALTUR JOSÉ DE SIQUEIRA E S/M ISABEL GOBBI SIQUEIRA, MANOEL DE SIQUEIRA ROCHA E S/M SYRENIA PENHA ROCHA, WILSON SEBASTIÃO DE SIQUEIRA E S/M MARIA A. FRAGA DE SIQUEIRA, ALAIR SIQUEIRA FANTIN E S/M ELISIO PASCOAL FANTIN, MARGARIDA DE SIQUEIRA PÁDUA E S/M SYLVIO DE SIQUEIRA PÁDUA, OROZIMBO RODRIGUES DE SIQUEIRA, JORGE DE SIQUEIRA, CÉLIA BRIGIDA DE SIQUEIRA BARBOSA, NELSON RODRIGUES DE SIQUEIRA SOBRINHO, OTÍLIA SIQUEIRA NOVAES, MARIA DAS GRAÇAS SIQUEIRA NOVAES, MARIA HELENA SIQUEIRA RÉGIS, MARIA ZULEICA DE SIQUEIRA PÁDUA, DOMINGOS ANTÔNIO DE SIQUEIRA PÁDUA, MARIA APARECIDA SIQUEIRA ROCHA, JOSÉ BENEDITO SIQUEIRA PÁDUA, DEJANIRA DE SIQUEIRA ROCHA, BRIGIDA DE SIQUEIRA ABDALA, THEREZINHA DE SIQUEIRA LUBE, MYRTES SIQUEIRA SOUZA, CARMEM HELOIZA SIQUEIRA SANTIAGO, JOSÉ CARLOS SIQUEIRA, LUIZ BENEDITO SIQUEIRA, PAULO SÉRGIO SIQUEIRA, ELIZEU GOMES DA ROCHA E S/M MARIA DAS GRAÇAS SALVADOR DA ROCHA, AUTO MECÂNICA RIBEIRA LTDA, EVANDRO RODRIGUES DOS SANTOS E S/M VALERIANA BARBIERI RODRIGUES, KARMELITA JÚNIOR RIBEIRO, JOSINA DOS SANTOS SOUSA E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7745577,740141 e E=347771,479227, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 328°40"46", distância de 52,02m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 59°12"47", distância de 223,76m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 145°17"4", distância de 13,93m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 57°4"40", distância de 54,12m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 148°46"4", distância de 36,46m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 235°34"7", distância de 87,23m; segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 350°17"9", distância de 6,02m; segmento 8 - 9 - em linha reta com azimute 334°51"11", distância de 7,99m; segmento 9 - 10 - em linha reta com azimute 313°15"38", distância de 7,90m; segmento 10 - 11 - em linha reta com azimute 297°48"42", distância de 7,39m; segmento 11 - 12 - em linha reta com azimute 279°28"27", distância de 7,48m; segmento 12 - 13 - em linha reta com azimute 266°9"2", distância de 6,11m; segmento 13 - 14 - em linha reta com azimute 251°5"51", distância de 7,33m; segmento 14 - 15 - em linha reta com azimute 232°1"31", distância de 7,26m; segmento 15 - 16 - em linha reta com azimute 217°41"37", distância de 5,17m; segmento 16 - 17 - em linha reta com azimute 238°20"8", distância de 107,63m; segmento 17 - 18 - em linha reta com azimute 327°45"50", distância de 7,48m; segmento 18 - 19 - em linha reta com azimute 240°58"37", distância de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

45,71m; segmento 19 - 20 - em linha reta com azimute 148°34"8", distância de 38,98m; segmento 20 - 1 - em linha reta com azimute 237°8"24", distância de 5,10m; perfazendo uma área de 7.518,14m² (sete mil, quinhentos e dezoito metros quadrados e quatorze decímetros quadrados);

VII - Área 07, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-11-BR101/ES-270-8.307-7-D03/004, situa-se às margens da Faixa de Domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101, no km 304+800m - Pista Norte, no Município de Viana e na Comarca de Viana, consta pertencer a LUIZ RODRIGUES DE SIQUEIRA E S/M CONSTANÇA SCHWAB DE SIQUEIRA, ORO-ZIMBO RODRIGUES DE SIQUEIRA E S/M VICIA FIRME DE SIQUEIRA, FLECHA S.A. TURISMO COMÉRCIO E INDÚSTRIA E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7745423,262453 e E=347686,983268, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 115°35"50", distância de 7,76m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 205°35"50", distância de 17,93m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 214°7"1", distância de 5,46m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 178°1"26", distância de 6,16m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 217°25"43", distância de 6,72m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 221°1"59", distância de 8,55m; segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 233°39"20", distância de 11,37m; segmento 8 - 9 - em linha reta com azimute 226°50"57", distância de 5,08m; segmento 9 - 10 - em linha reta com azimute 241°14"38", distância de 25,71m; segmento 10 - 11 - em linha reta com azimute 239°13"14", distância de 79,33m; segmento 11 - 12 - em linha reta com azimute 274°35"49", distância de 7,22m; segmento 12 - 13 - em linha reta com azimute 275°39"43", distância de 0,87m; segmento 13 - 14 - em linha reta com azimute 235°41"24", distância de 50,47m; segmento 14 - 15 - em linha reta com azimute 215°40"10", distância de 7,92m; segmento 15 - 16 - em linha reta com azimute 197°18"52", distância de 3,80m; segmento 16 - 17 - em linha reta com azimute 228°43"49", distância de 24,70m; segmento 17 - 18 - em linha reta com azimute 215°55"30", distância de 7,93m; segmento 18 - 19 - em linha reta com azimute 212°56"50", distância de 11,59m; segmento 19 - 20 - em linha reta com azimute 222°34"1", distância de 7,18m; segmento 20 - 21 - em linha reta com azimute 236°8"3", distância de 14,35m; segmento 21 - 22 - em linha reta com azimute 236°28"32", distância de 10,55m; segmento 22 - 23 - em linha reta com azimute 232°30"16", distância de 15,93m; segmento 23 - 24 - em linha reta com azimute 237°2"39", distância de 11,12m; segmento 24 - 25 - em linha reta com azimute 243°20"59", distância de 6,95m; segmento 25 - 26 - em linha reta com azimute 248°56"28", distância de 9,11m; segmento 26 - 27 - em linha reta com azimute 316°9"7", distância de 7,90m; segmento 27 - 28 - em linha reta com azimute 35°10"15", distância de 20,61m; segmento 28 - 29 - em linha reta com azimute 38°20"33", distância de 19,44m; segmento 29 - 30 - em linha reta com azimute 41°21"47", distância de 16,37m; segmento 30 - 31 - em linha reta com azimute 42°4"18", distância de 7,30m; segmento 31 - 32 - em linha reta com azimute 45°21"40", distância de 17,25m; segmento 32 - 33 - em linha reta com azimute 47°19"44", distância de 12,40m; segmento 33 - 34 - em linha reta com azimute 48°47"43", distância de 11,77m; segmento 34 - 35 - em linha reta com azimute 51°47"52", distância de 17,28m; segmento 35 - 36 - em linha reta com azimute 54°41"29", distância de 25,55m; segmento 36 - 1 - em linha reta com azimute 56°58"0", distância de 197,15m; perfazendo uma área de 8.164,42m² (oito mil, cento e sessenta e quatro metros quadrados e quarenta e dois decímetros quadrados);

VIII - Área 08, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-11-BR101/ES-270-8.307-7-D03/004, situa-se às margens da Faixa de Domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101, no km 304+930m - Pista Sul, no Município de Viana e na Comarca de Viana, consta pertencer a ROBERTO SOARES ESPÍNDULA E S/M TEREZA MARIA TANCREDI ESPÍNDULA, ANNIBAL BARCA MARTINS SOARES E S/M LIZETE ASSAD SOARES, ALINE DE SOUZA ROCHA ALMEIDA E S/M WILSON ALMEIDA, OTTILIA ROCHA DA ROCHA E S/M DELMYR ROCHA, CALYPIO DE SIQUEIRA ROCHA JÚNIOR E S/M DJANIRA DE SIQUEIRA ROCHA, NILZA ROCHA TEIXEIRA, SYLVIO SOUZA ROCHA E S/M ZULMIRA ZORZANELLI ROCHA, MARTA ROCHA TEIXEIRA E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7745465,082314 e E=347604,543424, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 236°58"0", distância de 37,29m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 236°51"34", distância de 4,86m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 236°58"37", distância de 45,10m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 236°58"4", distância de 45,13m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 236°58"0", distância de 18,45m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 235°3"24", distância de 29,39m; segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 238°51"4", distância de 14,74m; segmento 8 - 9 - em linha reta com azimute 242°23"51", distância de 16,36m; segmento 9 - 10 - em linha reta com azimute 245°54"35", distância de 14,87m; segmento 10 - 11 - em linha reta com azimute 249°55"47", distância de 15,75m; segmento 11 - 12 - em linha reta com azimute 253°35"31", distância de 13,89m; segmento 12 - 13 - em linha reta com azimute 257°6"50", distância de 17,60m; segmento 13 - 14 - em linha reta com azimute 262°26"24", distância de 20,84m; segmento 14 - 15 - em linha reta com azimute 267°15"8", distância de 20,74m; segmento 15 - 16 - em linha reta com azimute 271°53"5", distância de 19,14m; segmento 16 - 17 - em linha reta com azimute 276°9"47", distância de 17,42m; segmento 17 - 18 - em linha reta com azimute 278°17"6", distância de 51,44m; segmento 18 - 19 - em linha reta com azimute 65°11"38", distância de 18,46m; segmento 19 - 20 - em linha reta com azimute 87°8"58", distância de 19,32m; segmento 20 - 21 - em linha reta com azimute 77°26"57", distância de 42,48m; segmento 21 - 22 - em linha reta com azimute 68°41"56", distância de 20,68m; segmento 22 - 23 - em linha reta com azimute 61°10"14", distância de 21,75m; segmento 23 - 24 - em linha reta com azimute 57°6"30", distância de 14,68m; segmento 24 - 25 - em linha reta com azimute 67°10"38", distância de 4,88m; segmento 25 - 26 - em linha reta com azimute 85°34"52", distância de 3,46m; segmento 26 - 27 - em linha reta com azimute 49°46"3", distância de 48,37m; segmento 27 - 28 - em linha reta com azimute 39°17"13", distância de 7,44m; segmento 28 - 29 - em linha reta com azimute 59°13"15", distância de 22,13m; segmento 29 - 30 - em linha reta com azimute 63°6"4", distância de 30,08m; segmento 30 - 31 - em linha reta com azimute 69°25"10", distância de 32,54m; segmento 31 - 32 - em linha reta com azimute 75°43"48", distância de 28,22m; segmento 32 - 33 - em linha reta com azimute 83°35"47", distância de 11,60m; segmento 33 - 34 - em linha reta com azimute 88°47"1", distância de 21,04m; segmento 34 - 35 - em linha reta com azimute 84°33"59", distância de 19,13m; segmento 35 - 36 - em linha reta com azimute 80°38"27", distância de 21,28m; segmento 36 - 1 - em linha reta com azimute 118°5"23", distância de 12,74m; perfazendo uma área de 15.744,75m² (quinze mil, setecentos e quarenta e quatro metros quadrados e setenta e cinco decímetros quadrados);

IX - Área 09, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-11-BR101/ES-270-8.307-7-D03/005, situa-se às margens da Faixa de Domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101, no km 306+130m - Pista Norte, no Município de Viana e na Comarca de Viana, consta pertencer a ROBERTO FIRME DE SOUZA E S/M NILTA CAMILA MOREIRA, VANDA FIRME DE SOUZA, NOEL FIRME DE SOUZA E S/M EULIDES SCARLOT DE SOUZA, EDISON FIRME DE SOUZA E S/M PASCOA LIZETE MARIA MARGON DE SOUZA, MARIA HELENA FIRME DE SOUZA, ANA CAROLINA SOUZA FIRME E S/M PAULO MORAES FIRME, RENATO FIRME DE SOUZA E S/M IDRIANA BREGONCI ZANETTI SOUZA, IDALINA DE SOUZA FIRME E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7744460,908141 e E=347441,735375, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 45°40"32", distância de 12,19m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 117°49"46", distância de 27,39m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 126°13"36", distância de 21,30m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 134°7"54", distância de 23,60m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 135°8"0", distância de 28,93m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 138°0"26", distância de 31,60m; segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 142°0"16", distância de 69,01m; segmento 8 - 9 - em linha reta com azimute 166°8"34", distância de 16,08m; segmento 9 - 10 - em linha reta com azimute 155°31"58", distância de 35,08m; segmento 10 - 11 - em linha reta com azimute 150°14"46", distância de 29,24m; segmento 11 - 12 - em linha reta com azimute 132°57"22", distância de 21,70m; segmento 12 - 13 - em linha reta com azimute 193°56"33", distância de 14,78m; segmento 13 - 1 - em linha reta com azimute 319°58"23", distância de 305,23m; perfazendo uma área de 7.456,79m² (sete mil, quatrocentos e cinquenta e seis metros quadrados e setenta e nove decímetros quadrados);

X - Área 10, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-11-BR101/ES-270-8.307-7-D03/006, situa-se às margens da Faixa de Domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101, no km 306+730m - Pista Norte, no Município de Viana e na Comarca de Viana, consta pertencer a ROBERTO FIRME DE SOUZA E S/M NILTA CAMILA MOREIRA, VANDA FIRME DE SOUZA, NOEL FIRME DE SOUZA E S/M EULIDES SCARLOT DE SOUZA, EDISON FIRME DE SOUZA E S/M PASCOA LIZETE MARIA MARGON DE SOUZA, MARIA HELENA FIRME DE SOUZA, ANA CAROLINA SOUZA FIRME E S/M PAULO MORAES FIRME, RENATO FIRME DE SOUZA E S/M IDRIANA BREGONCI ZANETTI SOUZA, IDALINA DE SOUZA FIRME E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7743918,633234 e E=347947,061005, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 21°25"47", distância de 10,17m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 134°21"55", distância de 29,73m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 149°50"27", distância de 18,76m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 151°5"18", distância de 35,33m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 159°33"36", distância de 14,18m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 149°43"54", distância de 15,58m; segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 154°1"33", distância de 23,11m; segmento 8 - 9 - em linha reta com azimute 164°56"10", distância de 19,83m; segmento 9 - 10 - em linha reta com azimute 251°4"47", distância de 9,82m; segmento 10 - 11 - em linha reta com azimute 333°25"27", distância de 81,42m; segmento 11 - 12 - em linha reta com azimute 333°2"14", distância de 19,02m; segmento 12 - 13 - em linha reta com azimute 329°10"52", distância de 17,02m; segmento 13 - 14 - em linha reta com azimute 326°50"54", distância de 16,42m; segmento 14 - 1 - em linha reta com azimute 323°34"6", distância de 12,65m; perfazendo uma área de 1.973,21m² (um mil, novecentos e setenta e três metros quadrados e vinte e um decímetros quadrados); e

XI - Área 11, a ser declarada de utilidade pública, conforme planta DE-11-BR101/ES-270-8.307-7-D03/007, situa-se às margens da Faixa de Domínio da Rodovia Governador Mário Covas, BR-101, no km 307+600m - Pista Norte, no Município de Viana e na Comarca de Viana, consta pertencer a PAULO SÉRGIO LUBE E/OU OUTROS, com linha de divisa partindo do ponto denominado 01 de coordenadas N=7743238,829575 e E=348149,373905, sendo constituída pelos segmentos a seguir relacionados: segmento 1 - 2 - em linha reta com azimute 170°54"2", distância de 26,87m; segmento 2 - 3 - em linha reta com azimute 174°34"51", distância de 25,32m; segmento 3 - 4 - em linha reta com azimute 171°45"43", distância de 22,58m; segmento 4 - 5 - em linha reta com azimute 180°22"15", distância de 26,50m; segmento 5 - 6 - em linha reta com azimute 197°36"44", distância de 17,93m; segmento 6 - 7 - em linha reta com azimute 208°20"25", distância de 21,20m; segmento 7 - 8 - em linha reta com azimute 216°44"52", distância de 12,59m; segmento 8 - 9 - em linha reta com azimute 217°20"37", distância de 14,51m; segmento 9 - 10 - em linha reta com azimute 223°18"38", distância de 12,67m; segmento 10 - 11 - em linha reta com azimute 242°37"57", distância de 21,82m; segmento 11 - 12 - em linha reta com azimute 240°2"56", distância de 29,63m; segmento 12 - 13 - em linha reta com azimute 249°10"16", distância de 22,39m; segmento 13 - 14 - em linha reta com azimute 288°23"48", distância de 11,23m; segmento 14 - 15 - em linha reta com azimute 31°44"12", distância de 119,45m; segmento 15 - 16 - em linha reta com azimute 30°38"42", distância de 16,72m; segmento 16 - 17 - em linha reta com azimute 28°58"42", distância de 20,53m; segmento 17 - 18 - em linha reta com azimute 25°29"11", distância de 17,13m; segmento 18 - 19 - em linha reta com azimute 23°2"56", distância de 20,22m; segmento 19 - 1 - em linha reta com azimute 20°55"26", distância de 30,43m; perfazendo uma área de 8.175,56m² (oito mil, cento e setenta e cinco metros quadrados e cinquenta e seis decímetros quadrados).

Art. 2º Fica a ECO101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. autorizada a promover as desapropriações, servidões administrativas ou afetação das terras e/ou benfeitorias necessárias à implantação da obra referenciada pelo art.1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A ECO101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A. fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o caput, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 3º A declaração de utilidade pública não exime a concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.612, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Revoga o Termo de Autorização para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento concedido à empresa RODRIGO DO NASCIMENTO TURISMO - ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, fundamentada no Voto DSL - 228, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta no Processo nº 50500.349013/2015-14, resolve:

Art. 1º Revogar o Termo de Autorização de Fretamento - TAF nº 31.8282, concedido à empresa RODRIGO DO NASCIMENTO TURISMO - ME, inscrita no CNPJ nº 13.696.405/0001-58.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.613, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa GUAPORÉ VIAGENS E TURISMO LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 230, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta dos Processos nºs 50500.126087/2011-42 e 50500.121306/2012-88, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa GUAPORÉ VIAGENS E TURISMO LTDA., CNPJ nº 11.228.457/0001-74, pelo prazo de 4 (quatro) anos, em conformidade com os parágrafos 1º e 5º do artigo 36 e artigo 86, inciso VI, ambos do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, c/c o artigo 78-A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.614, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa BERGABUS EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 161, de 24 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.110742/2012-21, resolve:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º Aplicar a Pena de Declaração de Inidoneidade à empresa BERGABUS EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 09.432.662/0001-05, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com o inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 1998, e artigos 78-A e H da Lei nº 10.233, de 2001.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.615, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa BORBA E DE BORBA LTDA-ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 169, de 7 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.044932/2011-62, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa BORBA E DE BORBA LTDA-ME, CNPJ nº 09.108.278/0001-51, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com o inciso VI do artigo 86, do Decreto nº 2.521, de 1998, e artigos 78-A da Lei nº 10.233, de 2001.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.616, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Aplica a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa GARCIA & ROCHA TRANSPORTES LTDA.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 181, de 6 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.110894/2012-24, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de Declaração de Inidoneidade à empresa GARCIA & ROCHA TRANSPORTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 09.346.338/0001-74, pelo prazo de 3 (três) anos, em conformidade com os §§ 1º e 5º do artigo 36, e o inciso VI do artigo 86, ambos do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, bem como o artigo 61, inciso IX da Resolução nº 4.777, de 6 de julho de 2015, c/c o artigo 78-A, inciso V da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.617, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Revogação do Termo de Autorização para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento - TAF, de JOICE BILCK EIRELI - ME.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei nº 10.233, de 5 de julho de 2001, fundamentada no Voto DMV - 182, de 7 de dezembro de 2017, e no que consta no Processo nº 50500.023469/2017-19, resolve:

Art. 1º Revogar o Termo de Autorização de Fretamento - TAF nº 42.1226, concedido pela Resolução nº 5.293, de 15 de fevereiro de 2017, à empresa JOICE BILCK EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 12.450.737/0001-95.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.618, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Referenda a Resolução ANTT nº 5603, de 12 de dezembro de 2017.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 008, de 13 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.668129/2017-11, resolve:

Art. 1º Referendar a Deliberação nº 5603, de 12 de dezembro de 2017, que autoriza a empresa AGILI TUR VIAGENS EIRELI-ME e outras a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 5.619, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Referenda a Resolução ANTT nº 5604, de 12 de dezembro de 2017.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 009, de 13 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.693111/2017-40, resolve:

Art. 1º Referendar a Deliberação nº 5604, de 12 de dezembro de 2017, que autoriza a empresa A. S. NETTO & SILVA TRANSPORTES LTDA - ME e outras a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 452, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 201, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.523320/2017-27, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A para supressão da linha Maringá (PR) - Iepê (SP), prefixo nº 09-0213-00, com a paralisação dos mercados listados abaixo, em 27 de dezembro de 2017:

I - De: Maringá (PR), Jaguapitã (PR), Florestópolis (PR) e Porecatu (PR), para: Iepê (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 72 da EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A., conforme dispõe o § 2º do art. 45 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 453, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 205, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.549198/2017-19, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Cascavel (PR) - Rio Branco (AC), prefixo nº 09-0264-00, nos termos das Resoluções nº 4.770, de 25 de junho 2015 e nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017.

I - De: Cascavel (PR), para: Nova Alvorada do Sul (MS);

II - De: Toledo (PR), para: Mundo Novo (MS), Naviraí (MS), Dourados (MS) e Cuiabá (MT);

III - De: Guaíra (PR), para: Dourados (MS), Campo Grande (MS) e São Gabriel do Oeste (MS);

IV - De: Nova Alvorada do Sul (MS), para: Cáceres (MT), Pontes e Lacerda (MT), Vilhena (RO), Pimenta Bueno (RO), Cacoal (RO), Ji-Paraná (RO), Ariquemes (RO), Itapuã do Oeste (RO) e Porto Velho (RO);

V - De: Campo Grande (MS), para: Rondonópolis (MT), Presidente Médici (RO), Jaru (RO) e Itapuã do Oeste (RO);

VI - De: São Gabriel do Oeste (MS), para: Cuiabá (MT), Pontes e Lacerda (MT), Vilhena (RO), Pimenta Bueno (RO), Cacoal (RO), Presidente Médici (RO), Ji-Paraná (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Jaru (RO), Ariquemes (RO) e Itapuã do Oeste (RO);

VII - De: Cuiabá (MT), para: Coxim (MS) e Itapuã do Oeste (RO);

VIII - De: Cáceres (MT), para: Porto Velho (RO) e Itapuã do Oeste (RO);

IX - De: Pontes e Lacerda (MT), para: Itapuã do Oeste (RO); e

X - De: Comodoro (MT), para: Vilhena (RO), Pimenta Bueno (RO), Cacoal (RO), Presidente Médici (RO), Ji-Paraná (RO), Ariquemes (RO), Itapuã do Oeste (RO) e Porto Velho (RO).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 117 da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 455, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 207, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.574065/2017-81, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., autorizando a inclusão dos mercados abaixo relacionados como seções na linha Joaçaba (SC) - São Paulo (SP), prefixo nº 16-0059-00, nos termos das Resoluções nº 4.770, de 25 de junho 2015 e nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017.

I - De: Curitiba (PR), para: Mafra (SC), Papanduva (SC), Caçador (SC) e Videira (SC).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 100 da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 456, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 208, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.574051/2017-67, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Erechim (RS) - Rio Claro (SP), prefixo nº 10-0040-00, nos termos das Resoluções nº 4.770, de 25 de junho 2015 e nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017.

I - De: Araucária (PR), Lapa (PR), São Mateus do Sul (PR) e União da Vitória (PR), para Concórdia (SC); e

II - De: Araucária (PR), para Erechim (RS).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 100 da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 458, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 211, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.503575/2017-73. delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa KANDANGO TRANSPORTES E TURISMO LTDA, CNPJ nº 03.233.439/0001-52, autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Uberlândia (MG) - Teresina (PI), prefixo nº 06-0348-00, nos termos das Resoluções nº 4.770, de 25 de junho de 2015 e nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017.

I - De: Goiânia (GO), para: Riachão das Neves (BA) e Formosa do Rio Preto (BA);

II - De: Valparaíso de Goiás (GO), para: Barreiras (BA), Riachão das Neves (BA), Formosa do Rio Preto (BA) e Corrente (PI).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 013 da empresa KANDANGO TRANSPORTES E TURISMO LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 460, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 224, de 1º de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.183234/2017-77, delibera:

Art. 1º Revogar a Deliberação nº 178, de 12 de julho de 2017, implicando na:

I - Exclusão do mercado Curitiba (PR) - Sombrio (SC), como seção da linha Londrina (PR) - Porto Alegre (RS), prefixo nº 09-0209-00; e

II- Inclusão das seções: Rolândia (PR) - Garuva (SC); Rolândia (PR) - Joinville (SC); Rolândia (PR) - Itajaí (SC); Rolândia (PR) - Balneário Camboriú (SC); Rolândia (PR) - Itapema (SC); Rolândia (PR) - Florianópolis (SC); Arapongas (PR) - Garuva (SC); Arapongas (PR) - Joinville (SC); Arapongas (PR) -

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900185

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Itajaí (SC); Arapongas (PR) - Balneário Camboriú (SC); Arapongas (PR) - Itapema (SC); Arapongas (PR) - Florianópolis (SC); Londrina (PR) - Garuva (SC); Londrina (PR) - Joinville (SC); Londrina (PR) - Itajaí (SC); Londrina (PR) - Balneário Camboriú (SC); Londrina (PR) - Itapema (SC); Londrina (PR) - Florianópolis (SC) e Londrina (PR) - Porto Alegre (RS), na linha Maringá (PR) - Porto Alegre (RS), prefixo nº 09-0196-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 19 da empresa BRASIL SUL LINHAS RODOVIÁRIAS LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 461, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 225, de 4 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.007507/2011-92, delibera:

Art. 1º Determinar o arquivamento do referido processo alusivo à empresa NORDESTE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 76.299.270/0001-07.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 462, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 227, de 7 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.529448/2017-02, delibera:

Art. 1º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 117 da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., conforme modificação operacional deferida.

Art. 2º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 463, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DEB - 228, de 7 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.586748/2017-81, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO SANTA CRUZ LTDA. para supressão dos mercados de Guaxupé (MG) - Vargem Grande do Sul (SP) e Guaxupé (MG) - São Sebastião da Grama (SP), seções da linha Guaxupé (MG) - São Paulo (SP), prefixo nº 06-0102-00, com a paralisação dos mercados listados em 9 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 071 da empresa VIAÇÃO SANTA CRUZ LTDA., conforme dispõe o § 2º do art. 45 da Resolução nº 4.770, de 30 de junho de 2015.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 464, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 218, de 20 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.525289/2017-69, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., autorizando a implantação do mercado Mafra (SC) - Curitiba (PR), como seção na linha São Joaquim (SC) - São Paulo (SP), prefixo nº 16-0076-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 92 da AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 466, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 222, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.574046/2017-54, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., autorizando a inclusão dos mercados abaixo relacionados como seções na linha Campos Novos (SC) - São Paulo (SP), prefixo nº 16-0055-00:

I - De: Curitiba (PR) para: Monte Castelo (SC); Santa Cecília (SC); Joaçaba (SC), Campos Novos (SC) e Curitibanos (SC); e

II - De: Papanduva (SC), para: São Paulo (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 100 da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 468, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 224, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.574058/2017-89, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., autorizando a inclusão dos mercados de Curitiba (PR), para Papanduva (SC), Caçador (SC), Mafra (SC) e Videira (SC), como seções na linha Joaçaba (SC) - Campinas (SP), prefixo nº 16-0058-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 100 da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 469, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 225, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.574066/2017-25, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., autorizando a inclusão do mercado Curitiba (PR) - Mafra (SC), como seção na linha Curitiba (PR) - Erechim (RS), prefixo nº 09-0091-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 100 da empresa PLANALTO TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 470, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 226, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.488727/2017-09, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa REUNIDAS TURISMO S.A. para a implantação da linha Florianópolis (SC) - Francisco Beltrão (PR), seccionando nas localidades de Florianópolis (PR), Balneário Camboriú (SC), Itajaí (SC), Blumenau (SC) e Rio do Sul (SC), para Francisco Beltrão (PR), Clevelândia (PR) e Pato Branco (PR).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 16 da empresa REUNIDAS TURISMO S.A. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Estabelecer que as linhas e seções após alteração da LOP estarão disponíveis no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 471, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 227, de 8 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.532150/2017-71, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA., autorizando a inclusão do mercado Três Lagoas (MS) - Andradina (SP) como seção na linha Três Lagoas (MS) - Bauru (SP), prefixo nº 19-0032-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 68 da EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 472, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 229, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.362225/2016-60, delibera:

Art. 1º Rescindir o parcelamento concedido à empresa EXPRESSO BR TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.918/0001-13, de acordo com o art. 9°, da Resolução ANTT n° 3.561 de 12 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à Gerência de Processamento de Autos de Infração e Apoio à JARI - GEAUT, se pertinente, o prosseguimento da cobrança, com a consequente inscrição da empresa no Cadin e na Dívida Ativa.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 473, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 231, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.586860/2017-11, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa UNESUL DE TRANSPORTES LTDA. para a paralisação da linha Porto Alegre (RS) - Laranjeiras do Sul (PR), prefixo nº 10-0095-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 96 da EMPRESA UNESUL DE TRANSPORTES LTDA. conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 474, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DSL - 232, de 8 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.571365/2017-16, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S/A. para a implantação da linha Viçosa (MG) - Campinas (SP), com as seções:

I - De: Viçosa (MG), Visconde do Rio Branco (MG) e Ubá (MG), para: Campinas (SP), Volta Redonda (RJ), Resende (RJ), Taubaté (SP), São José dos Campos (SP) e São Paulo (SP);

II - De: Rio Pomba (MG) e Vassouras (RJ), para: São Paulo (SP) e Campinas (SP);

III - De: Juiz de Fora (MG), para: Taubaté (SP) e São José dos Campos (SP); e

IV - De: Resende (RJ), para: Campinas (SP).

Art. 2º Deferir o pedido de implantação dos mercados listados como seção da linha Viçosa (MG) - Campinas (SP), prefixo nº 06-0016-00:

I - De: Viçosa (MG) e Visconde do Rio Branco (MG) para Volta Redonda (RJ), Barra Mansa (RJ), Taubaté (SP) e São José dos Campos (SP).

Art. 3º Deferir o pedido de supressão das linhas Viçosa (MG) - São Paulo (SP), prefixo

nº 06-0013-30, Viçosa (MG) - São Paulo (SP), prefixo nº 06-0020-60 e Viçosa (MG) - Campinas (SP), prefixo nº 06-0014-60.

Art. 4º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 063 da empresa VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S/A., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 475, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 172, de 4 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.523319/2017-01, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A. para supressão da linha Juiz de Fora (MG) - Campo Grande (MS), prefixo nº 06-0340-00, com a paralisação dos mercados listados abaixo, em 27 de dezembro de 2017:

I- De: Juiz de Fora (MG), para: Campo Grande (MS), Ourinhos (SP), Assis (SP), Presidente Prudente (SP), Presidente Epitácio (SP), Bataguassu (MS) e Nova Alvorada do Sul (MS).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 72 da EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA S/A., conforme dispõe o § 2º do art. 45 da Resolução nº 4.770, de 2015.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após a alteração da Licença Operacional - LOP, disponibilize a linha e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELIBERAÇÃO Nº 476, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 173, de 4 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.548511/2017-00, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S.A, para supressão das seções Vitória (ES) - Uberlândia (MG) e Ibatiba (ES) - Uberlândia (MG), nas linhas Vitória (ES) - Comodoro (MT), prefixo nº 17-0113-00, e Colatina (ES) - Porto Velho (RO), prefixo nº 17-0114-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 63 da empresa VIAÇÃO SALUTARIS E TURISMO S.A., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 477, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 174, de 4 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.407130/2017-63, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seções da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., autorizando a inclusão dos mercados listados a seguir como seções na linha Cascavel (PR) - Sinop (MT), prefixo nº 09-0267-00:

I - De: Cascavel (PR), para: Mundo Novo (MS), Naviraí (MS), São Gabriel do Oeste (MS), Coxim (MS), Nova Mutum (MT), Lucas do Rio Verde (MT) e Sorriso (MT);

II - De: Toledo (PR), para: Campo Grande (MS), São Gabriel do Oeste (MS) e Coxim (MS);

III - De: Marechal Cândido Rondon (PR), para: Mundo Novo (MS), Naviraí (MS), São Gabriel do Oeste (MS), Coxim (MS) e Campo Grande (MS);

IV - De: Guaíra (PR), para: Mundo Novo (MS), Naviraí (MS), Campo Grande (MS), São Gabriel do Oeste (MS) e Coxim (MS);

V - De: Campo Grande (MS), para: Rondonópolis (MT), Cuiabá (MT), Rosário do Oeste (MT), Nobres (MT), Nova Mutum (MT), Lucas do Rio Verde (MT) e Sorriso (MT);

VI - De: São Gabriel do Oeste (MS), para: Rondonópolis (MT), Cuiabá (MT), Rosário do Oeste (MT), Nobres (MT), Nova Mutum (MT), Lucas do Rio Verde (MT), Sorriso (MT) e Sinop (MT);

VII - De: Coxim (MS), para: Rondonópolis (MT), Cuiabá (MT), Rosário do Oeste (MT), Nobres (MT), Nova Mutum (MT), Lucas do Rio Verde (MT), Sorriso (MT) e Sinop (MT); e

VIII - De: Sonora (MS), para: Rondonópolis (MT), Cuiabá (MT), Rosário do Oeste (MT), Nobres (MT), Nova Mutum (MT), Lucas do Rio Verde (MT), Sorriso (MT) e Sinop (MT).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 117 da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que, após alteração da LOP, disponibilize as linhas e seções no sítio eletrônico da ANTT (www.antt.gov.br).

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 478, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 175, de 7 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.586741/2017-69, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA., autorizando a inclusão do mercado Pirapetinga (MG) - Rio de Janeiro (RJ), como seção na linha Rio de Janeiro (RJ) - São José do Calçado (ES), prefixo nº 07-0097-00.

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 061 da empresa AUTO VIAÇÃO 1001 LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 479, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 176, de 7 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.548752/2017-41, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Goiânia (GO) - Santos (SP), prefixo nº 12-0075-00.

I - De: Goiânia (GO), para: Rio Claro (SP), Campinas (SP) e Araraquara (SP);

II - De: Itumbiara (GO), para: Araraquara (SP) e Campinas (SP).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 40 da empresa ROTAS DE VIAÇÃO DO TRIÂNGULO LTDA., conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 480, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 177, de 4 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.558135/2017-53, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa RIBEIRO TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.980.438/0001-83, em parcelas mensais e sucessivas até o máximo de 60 (sessenta), desde que cada parcela seja de valor igual ou superior a R$ 1.000,00 (mil reais), em acordo com art. 1º da Resolução ANTT
nº 3.561, de 2010.

Art. 2º Determinar à Gerência de Processamento de Autos de Infração e Apoio à JARI - GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 481, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 179, de 6 de novembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.116351/2010-59, delibera:

Art. 1º Determinar o arquivamento do aludido processo, referente à empresa EZILDA DE FÁTIMA DE PAULA E CIA. LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 08.093.394/0001-81.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS que promova as comunicações necessárias no prazo de 10 (dez) dias contados da data da publicação da presente Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 482, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 180, de 7 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.577891/2017-81, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido de implantação de seção da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA, autorizando a inclusão dos mercados listados abaixo como seções na linha Curitiba (PR) - Porto Velho (RO), prefixo nº 09-0269-00.

I - De: Curitiba (PR), Ponta Grossa (PR) e Presidente Prudente (SP), para: Nova Alvorada do Sul (MS);

II - De: Nova Alvorada do Sul (MS), para: Cáceres (MT), Pontes e Lacerda (MT), Vilhena (RO), Pimenta Bueno (RO), Cacoal (RO), Presidente Médici (RO), Ji-Paraná (RO), Ouro Preto do Oeste (RO), Jarú (RO), Ariquemes (RO), Itapuã do Oeste (RO) e Porto Velho (RO);

III - De: Campo Grande (MS), para: Presidente Médici (RO), Jarú (RO), Ariquemes (RO) e Itapuã do Oeste (RO).

Art. 2º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 117 da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS LTDA, conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 483, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 183, de 7 de dezembro de 2017, e no que consta do Processo nº 50500.367314/2016-01, delibera:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa VIAÇÃO GARCIA LTDA para a implantação da linha Londrina (PR) - Niterói (RJ), prefixo nº 09-0363-00, com as seções:

I - De: Londrina (PR), para: São José dos Campos (SP) e Rio de Janeiro (RJ).

Art. 2º Suprimir a linha Maringá (PR) - Niterói (RJ), prefixo nº 09-0286-00.

Art. 3º Alterar a Licença Operacional - LOP nº 87 da empresa VIAÇÃO GARCIA LTDA conforme modificações operacionais deferidas.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

DECISÃO DE 18 DE DEZEMBROD E 2017

Processo nº: 50617.012461/2013-88 - INTERESSADO: ECR Engenharia Ltda., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.161.372/0001-40. ASSUNTO: Pedido de Revisão de Decisão em Recurso Administrativo.

Conheço e nego provimento ao pedido de revisão de decisão em Recurso Administrativo (fls. 398/403), em face da matéria pretendida na referida revisão apresentar as mesmas questões de fato e direito já reapreciadas às fls. 380/386.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Diretor Geral

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECISÃO DE 18 DE ZEMBRO DE 2017

Processo n° 50609.960071/2007-77 - INTERESSADO: J.M. Kinaki ME, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 79.587.119/0001-62. ASSUNTO: Recurso Administrativo.

Conheço e nego provimento ao Recurso Administrativo (fls. 38/49), acolhendo, como razão de decidir, os fundamentos de fato e direito exarados no Despacho nº 00544/2017/PFE-DNIT/PGF/AGU, às fls. 105, reconhecendo-se a ocorrência da prescrição e determinando o arquivamento dos feitos (50609.960071/2007-77 e 50609.000372/2011-26), baixando-se a cobrança relativa a GRU emitida, caso ainda ativa e pendente.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Diretor-Geral

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 153, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017

Regulamenta a Política de Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 130-A, § 2º, I, da Constituição Federal, e 12, caput, XII e XVII, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando o disposto na Resolução nº 156, de 13 de dezembro de 2016, que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público, e dá outras providências; e

Considerando os estudos e resultados apresentados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNMP-SG n° 186, de 25 de julho de 2016, incumbido de propor a Cadeia de Valor, a Política de Gestão de Riscos e a Política de Segurança Institucional, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta portaria regulamenta a Política de Segurança Institucional no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Parágrafo único. As disposições desta Política aplicam-se, no que couber, a membros, servidores, estagiários, terceirizados, demais colaboradores e visitantes.

CAPÍTULO II

DA ATIVIDADE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Seção I

Das Diretrizes

Art. 2º A Política de Segurança Institucional observará as seguintes diretrizes:

I - conformidade dos processos à legislação aplicável;

II - alinhamento ao Planejamento Estratégico e à Política de Gestão de Riscos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - promoção dos valores institucionais;

IV - disseminação da cultura de segurança institucional;

V - atuação preventiva e proativa, de modo a possibilitar antecipação a riscos, ameaças e ações hostis, inclusive no que tange aos efeitos de acidentes naturais, amenizando-os ou neutralizando-os;

VI - profissionalização da atividade de caráter perene para proteção integral da Instituição e de seus integrantes;

VII - integração do CNMP com outros órgãos essenciais à atividade de segurança institucional; e

VIII - fomento à melhoria contínua da gestão.

Parágrafo único. As diretrizes de segurança constantes desta Política aplicam-se às comissões e aos grupos de trabalho instituídos pelo CNMP, independentemente do local da realização de suas atividades.

Seção II

Dos Objetivos

Art. 3º A Política de Segurança Institucional do CNMP tem por objetivos:

I - definir as atribuições de segurança para as unidades do CNMP;

II - desenvolver uma mentalidade de segurança por todos os integrantes do CNMP;

III - estabelecer plano de segurança institucional, normas e procedimentos compatíveis com a realidade e a cultura organizacional;

IV - estabelecer estruturas de gerência, auditoria e validação de processos sensíveis que envolvam quesitos de segurança; e

V - salvaguardar a imagem da Instituição.

Seção III

Das Medidas de Segurança Institucional

Art. 4º A segurança institucional abrange um conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações de qualquer natureza que constituam ameaça à salvaguarda da Instituição e de seus integrantes, inclusive à imagem e reputação.

§ 1º As medidas a que se reporta o caput compreendem a segurança orgânica e a segurança ativa.

§ 2º A segurança orgânica é composta pelos seguintes grupos de medidas interligados entre si:

I - segurança de pessoas;

II - segurança de material;

III - segurança de áreas e instalações;

IV - segurança da informação.

§ 3º A segurança ativa compreende ações de caráter proativo e medidas de contrassabotagem, contraespionagem e contrapropaganda.

Subseção I

Da Segurança de Pessoas

Art. 5º A segurança de pessoas é um conjunto de medidas destinado a proteger a integridade física, em face dos riscos ou ameaças a:

I - membros, servidores, colaboradores e seus familiares decorrentes do exercício das funções institucionais, ainda que fora da sede do CNMP;

II - pessoas que ingressem ou transitem nas instalações do CNMP; e

III - participantes e colaboradores em eventos ou atividades promovidos pelo CNMP.

Parágrafo único. A segurança de pessoas envolve a proteção realizada por servidores do CNMP ou a solicitação de proteção disponibilizada por Órgãos de Segurança Pública (OSP) federais ou estaduais.

Subseção II

Da Segurança de Material

Art. 6º A segurança de material compreende o conjunto de medidas voltadas para proteger o material de propriedade do CNMP ou em uso em suas instalações.

§ 1º O material compreende o patrimônio físico do CNMP, constituído por bens móveis e imóveis, que permite o adequado funcionamento de uma unidade.

§ 2º As medidas de guarda e proteção do material devem observar as condições técnicas e os procedimentos de segurança e manutenção específicos do material.

Subseção III

Da Segurança de Áreas e Instalações

Art. 7º A segurança de áreas e instalações constitui-se em um grupo de medidas implementadas pelo CNMP para proteger quaisquer espaços físicos sob sua responsabilidade.

Art. 8º A segurança de áreas e instalações abrange:

I - definição de perímetros de segurança;

II - controle de acessos;

III - detecção de intrusão e monitoramento de alarme;

IV - implementação de barreiras;

V - estabelecimento de linhas de proteção;

VI - vigilância humana e eletrônica;

VII - proteção de cabeamentos e quadros de toda espécie;

VIII - proteção de sistemas de energia, água, gás e arcondicionado; e

IX - outras técnicas e procedimentos de segurança.

Subseção IV

Da Segurança da Informação

Art. 9º A segurança da informação é um grupo de medidas de segurança que envolve a proteção de dados, informações e conhecimentos sensíveis ou sigilosos, cujo acesso ou divulgação não autorizados podem acarretar prejuízos de qualquer natureza ao CNMP ou proporcionar vantagem a atores antagônicos.

§ 1º A segurança da informação visa a garantir a integridade, o sigilo, a autenticidade, a disponibilidade, o não repúdio e a atualidade da informação.

§ 2º A segurança da informação desdobra-se em:

I - segurança da informação de pessoas;

II - segurança da informação na documentação;

III - segurança da informação nas áreas e instalações; e

IV - segurança da informação nos meios de tecnologia da informação.

§ 3º Toda informação deve ser classificada de acordo com o grau de sigilo exigido por seu conteúdo, de forma a assegurar que receba nível adequado de proteção, nos termos da legislação pertinente.

Subseção V

Da Segurança Ativa

Art. 10. A contrassabotagem compreende um conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar ações intencionais contra material, áreas ou instalações da Instituição que possam causar interrupção de suas atividades e/ou impacto físico direto e psicológico indireto sobre seus integrantes.

Art. 11. A contraespionagem compreende um conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar o risco de ações adversas e dissimuladas de busca de informações sensíveis ou sigilosas.

Art. 12. A contrapropaganda compreende um conjunto de medidas voltadas a prevenir, detectar, obstruir e neutralizar o risco de abusos, desinformações e publicidade enganosa de qualquer natureza contra a Instituição.

Parágrafo único. A adoção de medidas de contrapropaganda, de responsabilidade de todos os integrantes do CNMP, será pautada pelos princípios e diretrizes da Política Nacional de Comunicação Social do Ministério Público.

Seção IV

Do Planejamento de Contingência e Controle de Danos

Art. 13. O planejamento de contingência é a previsão de técnicas e procedimentos adotados para minimizar impactos ou limitar descontinuidades de processos que tenham sido interrompidos e recuperar aqueles que tenham perdido sua eficácia.

Art. 14. O controle de danos compreende uma série de medidas que visam a avaliar a gravidade de um dano decorrente de um incidente, o comprometimento dos ativos da Instituição e suas consequências, incluindo a imagem institucional.

Art. 15. O planejamento de contingência e o controle de danos devem ser desencadeados simultaneamente, em caso de incidentes, pelos responsáveis previamente definidos.

Parágrafo único. O planejamento de contingência e o controle de danos devem ser setoriais, exequíveis, testados e avaliados periodicamente.

CAPÍTULO III

DA GOVERNANÇA E GESTÃO

Art. 16. A governança da segurança institucional será exercida pelo Subcomitê Estratégico de Gestão de Riscos e Segurança Institucional, a ser instituído por ato específico do Presidente do CNMP, sem prejuízo da atuação das demais instâncias de governança.

Art. 17. Os elementos necessários à implementação desta Política serão estabelecidos em Plano de Segurança Institucional, a ser instituído por ato específico do Secretário-Geral.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O CNMP desenvolverá programa de capacitação e treinamento dos seus integrantes, para garantir a implementação e a execução das normas, dos procedimentos e das técnicas de segurança.

Art. 19. Os contratos, convênios, acordos de cooperação e outros instrumentos congêneres celebrados pelo CNMP devem observar, no que couber, as disposições desta Política.

Art. 20. Compete ao Secretário-Geral dirimir dúvidas na aplicação desta Portaria, decididos os casos omissos pelo Presidente do CNMP.

Art. 21. O Plano de Segurança Institucional será elaborado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da instituição do Subcomitê de que trata o art. 16 desta Porta-ria.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

PORTARIA Nº 154, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a Limitação de Empenho e Movimentação Financeira e Estabelece o Cronograma Anual de Desembolso Mensal para o CNMP no Exercício Financeiro de 2017.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Mensagem Presidencial nº 458, de 21 de novembro de 2017, o disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 58, § 12, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Ficam contidos, conforme o Anexo I desta Portaria, os valores para emissão de empenho de Outras Despesas Correntes e de Capital, constantes da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Em decorrência da indisponibilidade, objeto do artigo anterior, o Cronograma Anual de Desembolso Mensal passa a vigorar com os valores estabelecidos no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Fica revogada a Portaria CNMP-PRESI Nº 106, de 06 de Outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 195, Seção 1, Pág. 57, de 10 de outubro de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

ANEXO I

59.000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REDUÇÃO PARA EMISSÃO DE EMPENHOS

59101 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO			R$ 1,00
PROGRAMA DE TRABALHO	NATUREZA	FTE	VALOR
03.032.2100.8010.0001 - Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público.	4.4.90.00	100	364.881
T O T A L			364.881

ANEXO II

59.000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2017
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL
R$1,00

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL
ATÉ NOVEMBRO	40.240.000	43.379.373
ATÉ DEZEMBRO	44.372.394	46.235.507

Nota: Esta programação poderá sofrer alterações, em função de serviços extraordinários, férias, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, limitação e recomposição de limitação de empenho e/ou créditos adicionais.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900188

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 155, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor global de R$ 46.032,00 para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 45, III, da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e 4º da Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017, bem como o constante na Portaria SOF nº 7, de 14 de fevereiro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União, Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar no valor global de R$ 46.032,00 (quarenta e seis mil e trinta e dois reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

ANEXO I

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	Aprimoramento do Ministério Público							46.032
		Atividades							
03 301	2100 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							46.032
03 301	2100 2004 5664	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF							46.032
			S	3	1	90	0	100	46.032
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									46.032
TOTAL - GERAL									46.032

ANEXO II

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2100	Aprimoramento do Ministério Público							46.032
		Atividades							
03 301	2100 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes							8.317
03 301	2100 2004 5664	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF							8.317
03 331	2100 2012	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	S	3	1	90	0	100	8.317
			F	3	1				37.715
03 331	2100 2012 5664	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares - Em Brasília - DF				90	0	100	37.715
									37.715
TOTAL - FISCAL									37.715
TOTAL - SEGURIDADE									8.317
TOTAL - GERAL									46.032

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA ELEITORAL

PORTARIA Nº 1, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 14ª Promotoria de Justiça Eleitoral, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve:

Instaurar o Procedimento Preparatório Eleitoral, registrado no Sisproweb sob nº 08190.195168/17-28, que tem como interessados: Doadores domiciliados na 14ª Zona Eleitoral cujo objeto - DOAÇÕES ELEITORAIS DURANTE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016.

LIBANIO ALVES RODRIGUES

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO CULTURAL

PORTARIA Nº 19, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO instaurado para apurar possível colisão de interesses do abastecimento público de água e assentamentos rurais - falta de comunicação institucional.

A Promotora de Justiça titular da Segunda Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, inciso III e IX da Constituição Federal c/c o artigo 7º, inciso I, fine, da Lei Complementar nº 75/1993 e com o art. 8º, § 1º da Lei 7.347/85 e artigos 11 e 22 da Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e Resolução nº23 de 07 de novembro de 2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando que o Ministério Público tem o dever constitucional de promover as ações necessárias, no exercício de suas funções institucionais, para defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e, no presente caso, nos termos do artigo 225, da CF de 1988, do meio ambiente ecologicamente equilibrado;

Considerando as informações até o momento colhidas no bojo do Procedimento Administrativo nº 08190.096518/17-56 apontam para a necessidade de maior aprofundamento das investigações a fim de subsidiar o exercício das atribuições ministeriais;

Considerando que, nos termos das Resoluções CNMP 23/2007 e 63/2010 cumuladas com Resoluções CSMPDFT 66/2005, com redação dada pela Resolução 77/2007 e Resolução 133/2012, o Inquérito Civil Público deverá ser instaurado para apurar fato que posso autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes a suas funções institucionais, resolve:

Converter oonvolar o Procedimento Administrativo nº 08190.096518/17-56 em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, determinando, de início, de acordo com a normativa em vigor que:

1) autue-se a presente portaria, com os documentos que a lastreiam, promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

2) comunique-se a instauração do presente ICP à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada, encaminhando-se cópia desta portaria;

3) publique-se a presente portaria, assim como os extratos referentes aos atos realizados, na forma do inciso VI do artigo 4º da Resolução nº23/2007 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público e também do artigo 2º, inciso VII, da Resolução nº 66/2005 com redação dada pela Resolução 123/2011 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

CRISTINA RASIA MONTENEGRO

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 960, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece o limite de pagamento dos Tribunais Eleitorais e do Fundo Partidário no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no Procedimento Administrativo SEI nº 2017.00.000001370-4, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido o limite de pagamento de despesas primárias dos Tribunais Eleitorais e do Fundo Partidário para o exercício 2017, conforme indicado no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 711, de 26 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. GILMAR MENDES

ANEXO I

Valores em R$

LIMITES DE PAGAMENTOS PARA AS DESPESAS PRIMÁRIAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	*OBRIGATÓRIAS*	*DISCRICIONÁRIAS*	*TOTAL*
TSE	*259.414.042*	*450.850.601*	*710.264.643*
TRE - AC	*35.369.073*	*14.492.074*	*49.861.147*
TRE - AL	*85.453.843*	*14.579.897*	*100.033.740*
TRE - AM	*97.000.623*	*25.260.111*	*122.260.734*
TRE - BA	*258.331.357*	*39.829.187*	*298.160.544*
TRE - CE	*181.468.434*	*20.951.612*	*202.420.046*
TRE - DF	*76.135.020*	*21.892.379*	*98.027.399*
TRE - ES	*92.727.297*	*18.103.450*	*110.830.747*
TRE - GO	*146.506.834*	*24.293.404*	*170.800.238*
TRE - MA	*136.516.973*	*31.930.370*	*168.447.343*
TRE - MT	*88.308.335*	*20.805.614*	*109.113.949*
TRE - MS	*84.785.040*	*25.402.920*	*110.187.960*
TRE - MG	*476.438.035*	*54.914.593*	*531.352.628*
TRE - PA	*141.083.469*	*32.082.602*	*173.166.071*
TRE - PB	*114.464.164*	*18.660.619*	*133.124.783*
TRE - PR	*256.626.996*	*48.845.095*	*305.472.091*
TRE - PE	*213.266.776*	*40.458.010*	*253.724.786*
TRE - PI	*126.199.325*	*25.777.239*	*151.976.564*
TRE - RJ	*418.988.655*	*47.609.782*	*466.598.437*
TRE - RN	*111.070.950*	*40.986.054*	*152.057.004*
TRE - RS	*249.027.827*	*31.805.800*	*280.833.627*
TRE - RO	*60.302.770*	*16.147.070*	*76.449.840*
TRE - SC	*149.817.923*	*26.172.173*	*175.990.096*
TRE - SP	*595.853.752*	*73.989.065*	*669.842.817*
TRE - SE	*70.051.681*	*11.061.574*	*81.113.255*
TRE - TO	*60.630.626*	*22.244.280*	*82.874.906*
TRE - RR	*39.582.104*	*9.482.930*	*49.065.034*
TRE - AP	*37.049.808*	*12.663.901*	*49.713.709*
SUBTOTAL	*4.662.471.732*	*1.221.292.406*	*5.883.764.138*
FUNDO PARTIDÁRIO	*218.602.329*	*600.529.131*	*819.131.460*
TOTAL	*4.881.074.061*	*1.821.821.537*	*6.702.895.598*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 974, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. GILMAR MENDES

ANEXO I

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO I — *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							350.000
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pessoal Ativo da União							350.000
02 122	0570 20TP 0053	Pessoal Ativo da União - No Distrito Federal							350.000
			F	1	1	90	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO II — *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							350.000
		Atividades							
02 122	0570 20TP	Pessoal Ativo da União							350.000
02 122	0570 20TP 0041	Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná							350.000
			F	1	1	90	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

PORTARIA Nº 992, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor de R$ 1.525.151,00 (um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, cento e cinquenta e um reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 1.525.151,00 (um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, cento e cinquenta e um reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. GILMAR MENDES

ANEXO I

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							524.151
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							524.151
09 272	*0089 0181 0025*	*Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado da Paraíba*							*524.151*
			S	*1*	*1*	*90*	*0*	*100*	*524.151*
TOTAL FISCAL									0
TOTAL SEGURIDADE									524.151
TOTAL - GERAL									524.151

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.001.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pessoal Ativo da União							1.001.000
02 122	*0570 20TP 0022*	*Pessoal Ativo da União - No Estado do Piauí*							*1.001.000*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900190

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

			F	*1*	*1*	*90*	*0*	*100*	*1.001.000*
TOTAL FISCAL									1.001.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.001.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							524.151
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pessoal Ativo da União							524.151
02 122	*0570 20TP 0025*	*Pessoal Ativo da União - No Estado da Paraíba*							*524.151*
			F	*1*	*1*	*90*	*0*	*100*	*524.151*
TOTAL FISCAL									524.151
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									524.151

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	*PROGRAMÁTICA*	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
	0570	Gestão do Processo Eleitoral							1.001.000
		ATIVIDADES							
02 122	0570 20TP	Pessoal Ativo da União							1.001.000
02 122	*0570 20TP 0041*	*Pessoal Ativo da União - No Estado do Paraná*							*1.001.000*
			F	*1*	*1*	*90*	*0*	*100*	*1.001.000*
TOTAL FISCAL									1.001.000
TOTAL SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.001.000

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 498, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXXI, do Regimento Interno e considerando o disposto no Processo STJ 34023/2017, resolve:

Art. 1º Autorizar o aproveitamento, para fins de nomeação no Conselho Nacional de Justiça, de um candidato aprovado no Concurso Público para o cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, objeto do Edital n. 1 - STJ de 22 de julho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ATO Nº 377, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 8ª, 18ª e 23ª Região, crédito suplementar, no valor global de R$ 4.030.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando os termos do art. 45, §1º, inciso II da Lei n.º 13.408, de 26 de dezembro de 2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2017) c/c o art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", item "1" da Lei n.º 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (Lei Orçamentária Anual - LOA 2017), assim como as disposições contidas na Portaria SOF/MP n.º 7, de 14 de fevereiro de 2017, e no Ato Conjunto TST/CSJT nº 6, de 1° de março de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da 8ª, 18ª e 23ª Região, crédito suplementar, tipo 402a, no valor global de R$ 4.030.000,00, para atender às programações constantes do Anexo I deste Ato.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, até o limite autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO

ANEXO I

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							350.000
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							350.000

02 122	0571 20TP 6017	Pessoal Ativo da União - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA							350.000
			F	1	1	90	0	100	350.000
TOTAL - FISCAL									350.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									350.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							360.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							360.000
09 272	0089 0181 0052	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Goiás							360.000
			S	1	1	90	0	100	360.000
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.060.000
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							2.060.000
02 122	0571 20TP 0052	Pessoal Ativo da União - No Estado de Goiás							2.060.000
			F	1	1	90	0	100	2.060.000
TOTAL - FISCAL									2.060.000
TOTAL - SEGURIDADE									360.000
TOTAL - GERAL									2.420.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							960.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							960.000
09 272	0089 0181 0051	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado de Mato Grosso							960.000
			S	1	1	90	0	100	960.000
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							300.000
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							300.000
02 122	0571 20TP 0051	Pessoal Ativo da União - No Estado de Mato Grosso							300.000
			F	1	1	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									300.000
TOTAL - SEGURIDADE									960.000
TOTAL - GERAL									1.260.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							1.479.932
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							1.479.932
09 272	0089 0181 0033	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - No Estado do Rio de Janeiro							1.479.932
			S	1	1	90	0	100	1.479.932
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.479.932
TOTAL - GERAL									1.479.932

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							350.000
		Operações Especiais							
09 272	0089 0181	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							350.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

09 272	0089 0181 6017	Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA	S	1	1	90	0	100	350.000
									350.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									350.000
TOTAL - GERAL									350.000

ÓRGÃO: 15000 - Justiça do Trabalho
UNIDADE: 15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0571	Prestação Jurisdicional Trabalhista							2.200.068
		Atividades							
02 122	0571 20TP	Pessoal Ativo da União							2.200.068
02 122	0571 20TP 0032	Pessoal Ativo da União - No Estado do Espírito Santo							2.200.068
			F	1	1	90	0	100	2.200.068
TOTAL - FISCAL									2.200.068
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.200.068

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

DESPACHO DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

O Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDFT, no uso de suas atribuições legais, torna público que, considerando a relevante razão de interesse público consubstanciada na necessidade de este TJDFT não ter os seus limites de pagamento de 2018 comprometidos, em face do Novo Regime Fiscal (NRF), autorizo, nos termos da parte final do art. 5º da Lei 8.666/93, que, ao final deste exercício, sejam priorizados os pagamentos de grande vulto em relação à estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, observada cada fonte diferenciada de recursos para as obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços. PA 18.820/2016

Des. MÁRIO MACHADO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ATO Nº 646, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, Senhora SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY, no uso de suas atribuições legais e regimentais, OUTORGA a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL cessão de uso, a título oneroso e precário, de equipamentos e de espaço físico, de fração de área específica do imóvel entregue para funcionamento do Fórum Trabalhista de Belém, localizado à Travessa Dom Pedro I 746 CEP 66050-100, Belém/PA, observadas as condições presentes neste Ato e no Termo de Cessão respectivo:

1. DO FUNDAMENTO

1.1. A presente CESSÃO fundamenta-se no artigo 20, da Lei nº 9.636/1998, combinado com os artigos 12 e 13 do Decreto nº 3.725/2001.

2. DO OBJETO E FINALIDADE DA CESSÃO

2.1. O CEDENTE entrega à CESSIONÁRIA fração de área do imóvel onde se localiza o Fórum Trabalhista de Belém, medindo aproximadamente 158,94 m>d -H/10<2, para o fim específico de instalação de Posto de Atendimento da CESSIONÁRIA, nos moldes delimitados no termo de cessão competente.

2.2. Será nula de pleno direito a utilização para fim diverso do permitido no presente Ato.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1. O CEDENTE não se responsabilizará por qualquer reforma ou preparação que seja necessária à expansão das instalações do Posto de Atendimento.

3.2. A CESSIONÁRIA se responsabilizará por todos os ônus decorrentes dos serviços que vier a contratar por força da execução de obras ou serviços de adaptação de suas instalações, inclusive os relativos aos seus empregados.

3.3. Os serviços ali prestados, respeitadas as normas específicas do setor, deverão funcionar em compatibilidade com o horário de funcionamento do CEDENTE.

3.4. A CESSIONÁRIA não poderá realizar quaisquer serviços de adequação do espaço físico sem aprovação prévia do CEDENTE, a ser formalizada mediante a expedição de ato específico.

3.5. A CESSIONÁRIA será responsável pelas despesas com manutenção, conservação e vigilância do prédio de forma proporcional ao espaço cedido.

3.6. Inclui-se para efeito do disposto no item anterior, as despesas com manutenção das linhas internas de telefonia, energia elétrica e água, cujos valores deverão ser apresentados, por rateio, pelo CEDENTE, ou direcionados para cobrança pelas próprias concessionárias do serviço público, nominalmente à CESSIONÁRIA.

4. DO VALOR

4.1. A CESSIONÁRIA se obriga a pagar, mensalmente, à CEDENTE, pelo uso da área, valor previamente fixado, na forma prevista no Termo de Cessão.

5. DOS PRAZOS

5.1. A presente cessão tem prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no artigo 57, inciso II, da lei nº 8.666/1993.

5.2. A presente Cessão pode ser revogada a qualquer tempo, por interesse público e sem direito a indenização, em face da precariedade do ajuste.

5.3. Na hipótese de revogação do ato de cessão, a CESSIONÁRIA terá o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do local.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. O presente ato dará ensejo ao termo de cessão, que compreenderá as delimitações de uso da área e demais normas relativas a sua utilização.

6.2. A presente cessão não poderá prejudicar as atividades desenvolvidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, sob pena de revogação do presente ato.

Des. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY

ATO Nº 645, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a cessão de uso, a título oneroso e precário, de fração de área do imóvel onde se localiza o Fórum Trabalhista de Belém, sito à Travessa Dom Pedro I 746 CEP 66050-100, Belém/PA, medindo aproximadamente 158,94 m>d -H/10<2, com a finalidade exclusiva de abrigar o Posto Bancário da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, então outorgada pelo Ato nº 432, de 14 de setembro de 2012, da Presidência deste Tribunal,

CONSIDERANDO as disposições da Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, e

CONSIDERANDO o que consta nos autos dos Processos TRT8 nº 2852/2017 e TRT8 nº 458/1999, e, ainda, o interesse do serviço, resolve:

REVOGAR o Ato nº 432/2012 e rescindir o respectivo Termo de Cessão de Uso.

Des. SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 452, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a decisão do Plenário na 329ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 08 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Biologia da 3ª Região - CRBio-03 para o exercício de 2017, conforme abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 3ª Região

RECEITAS		DESPESAS	
Rec. Correntes	5.925.900,00	Desp. Correntes	4.989.634,00
Rec. de Cap.	400.000,00	Desp. de Cap.	1.336.266,00
TOTAL	6.325.900,00		6.325.900,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI

RESOLUÇÃO Nº 453, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a decisão do Plenário na 329ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 08 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região - CRBio-04 para o exercício de 2017, conforme abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 4ª Região

RECEITAS		DESPESAS	
Rec. Correntes	6.007.000,00	Desp. Correntes	5.518.000,00
Rec. de Cap.	3.000,00	Desp. de Cap.	492.000,00
TOTAL	6.010.000,00		6.010.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI

RESOLUÇÃO Nº 454, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a decisão do Plenário na 329ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 08 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º Aprovar a 2ª Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Biologia da 6ª Região - CRBio-06 para o exercício de 2017, conforme abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 6ª Região

RECEITAS		DESPESAS	
Rec. Correntes	1.198.540,00	Desp. Correntes	1.224.540,00
Rec. de Cap.	600.000,00	Desp. de Cap.	655.000,00
Prev. Adicional	81.000,00		
TOTAL	1.879.540,00		1.879.540,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 455, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a decisão do Plenário na 329ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 08 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Biologia da 7ª Região - CRBio-07 para o exercício de 2017, conforme abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 7ª Região

RECEITAS		DESPESAS	
Rec. Correntes	1.449.650,00	Desp. Correntes	1.575.660,00
Rec. de Cap.	381.300,00	Desp. de Cap.	255.290,00
TOTAL	1.830.950,00		1.830.950,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI

RESOLUÇÃO Nº 456, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a decisão do Plenário na 329ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 08 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Biologia da 8ª Região - CRBio-08 para o exercício de 2017, conforme abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 8ª Região

RECEITAS		DESPESAS	
Rec. Correntes	1.690.000,00	Desp. Correntes	1.662.500,00
Rec. de Cap.	400.000,00	Desp. de Cap.	427.500,00
TOTAL	2.090.000,00		2.090.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

ACÓRDÃO Nº 67, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Administrativo Cofen nº 722/2017
Parecer de Relator nº 281/2017
Conselheiro Relator: Dr. Vencelau Jackson da Conceição Pantoja
Denunciante: Rodrigo Firmino Romão
Denunciado: Luciano André Rodrigues e Osvaldo de Lima Júnior
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 722/2017. ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA. Não admissibilidade. Arquivamento.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 722/2017.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 11 de dezembro de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por não admitir a denúncia e arquivar o Processo Administrativo Cofen nº 722/2017 apresentado contra os profissionais de enfermagem Luciano André Rodrigues, Coren-SP nº 269.702-AUX e Osvaldo de Lima Júnior, Coren-SP nº 941.495-TEC e Coren-SP nº 633.505-AUX.

Desta decisão cabe recurso à Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução Cofen nº 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução Cofen nº 421/2012.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

VENCELAU JACKSON DA CONCEIÇÃO PANTOJA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 68, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Administrativo Cofen nº 725/2017
Parecer de Relator nº 282/2017
Conselheiro Relator: Dr. Vencelau Jackson da Conceição Pantoja
Denunciante: Jefferson Erecy Santos
Denunciado: Luciano André Rodrigues
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 725/2017. ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA. Não admissibilidade. Arquivamento.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 725/2017.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 11 de dezembro de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por não admitir a denúncia e arquivar o Processo Administrativo Cofen nº 725/2017 apresentado contra o profissional de enfermagem Luciano André Rodrigues, Coren-SP nº 269.702-AUX.

Desta decisão cabe recurso à Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução Cofen nº 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução Cofen nº 421/2012.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

VENCELAU JACKSON DA CONCEIÇÃO PANTOJA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 69, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Administrativo Cofen nº 719/2017
Parecer de Relator nº 283/2017
Conselheira Relatora: Dra. Nádia Mattos Ramalho
Denunciante: Luciano André Rodrigues
Denunciado: Osvaldo de Lima Júnior
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 719/2017. ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA. Não admissibilidade. Arquivamento.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 719/2017.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 11 de dezembro de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por não admitir a denúncia e arquivar o Processo Administrativo Cofen nº 719/2017 apresentado contra o profissional de enfermagem Osvaldo de Lima Júnior, Coren-SP nº 941.495-TEC e Coren-SP nº 633.505-AUX.

Desta decisão cabe recurso à Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução Cofen nº 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução Cofen nº 421/2012.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

NÁDIA MATTOS RAMALHO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 70, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Administrativo Cofen nº 720 e 721/2017
Parecer de Relator nº 283/2017
Conselheira Relatora: Dra. Nádia Mattos Ramalho
Denunciante: Luciano André Rodrigues
Denunciado: Osvaldo de Lima Júnior
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 720 e 721/2017. Apensamento ao PAD Cofen 719/2017. Arquivamento.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos dos Processos Administrativos Cofen nº 720 e 721/2017.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 11 de dezembro de 2017, por unanimidade, em conformidade a ata e os votos que integram o presente julgado, por determinar que seja realizado o apensamento dos PADs Cofen nº 720 e 721/2017 ao PAD Cofen nº 719/2017, por se tratarem de denúncias que versam sobre o mesmo fato e contra o mesmo denunciado; que os PADs Cofen nº 720 e 721/2017 sejam copiados integralmente e suas cópias juntadas ao PAD Cofen nº 719/2017, para que haja sequência na tramitação apenas dentro dos autos do PAD Cofen nº 719/2017; que se encerre, portanto, a tramitação dos PADs Cofen nº 720 e 721/2017.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

NÁDIA MATTOS RAMALHO
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 71, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 007/2017
Processo Ético Coren-SC nº 010/2015
Parecer de Relator nº 289/2017
Conselheira Relatora: Dra. Eloíza Sales Correia
Denunciante/Recorrente: Selma Elizabete Salomão
Denunciada: Cristiane Leite Serapião
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 005/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e negar-lhe provimento. Manter a decisão do Coren-SC. Absolvição.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 007/2017, originário do COREN-SC, Processo Ético Coren-SC nº 010/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 12 de dezembro de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, negar-lhe provimento, manter a Decisão Coren-SC, e absolver a técnica de enfermagem Cristiane Leite Serapião, Coren-SC nº 055.553-TEC.

Determinar o retorno dos autos ao Coren-SC para que a Decisão Coren-SC s/nº (fl. 147/147v) seja retificada em acordo com o que preconiza o parágrafo único, inciso IX, do artigo 122, da Resolução Cofen nº 370/2010, para que conste que a profissional foi absolvida ao invés de "arquivada". O Coren-SC deve encaminhar a retificação ao Cofen, comprovando a correção do erro material apontado, no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento do processo. Após isso, proceda ao arquivamento dos autos.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

ELOÍZA SALES CORREIA
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 72, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Administrativo Cofen nº 539/2017
Parecer de Relator nº 280/2017
Conselheiro Relator: Dr. Antônio José Coutinho de Jesus
Denunciante: Maria das Neves Marques dos Santos
Denunciada: Renata Andrea Pietro Pereira
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 539/2017. ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA. Não admissibilidade. Arquivamento.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 539/2017.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 12 de dezembro de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por não admitir a denúncia e arquivar o Processo Administrativo Cofen nº 539/2017 apresentado contra a enfermeira Renata Andrea Pietro Pereira, Coren-SP nº 82.037-ENF.

Desta decisão cabe recurso a Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução Cofen nº 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução Cofen nº 421/2012.

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Presidente da mesa

ANTÔNIO JOSÉ COUTINHO DE JESUS
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 73, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 010/2017
Processo Ético Coren-CE nº 027/2013
Parecer de Relator nº 298/2017
Conselheiro Relator: Dr. Luciano da Silva
Denunciante: Alessandra Torquato
Denunciado/Recorrente: César Augusto Cesarino Corrêa
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 010/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Não conhecer do recurso. Intempestivo. Manter a decisão do Coren-CE. Advertência verbal.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 010/2017, originário do COREN-CE, Processo Ético Coren-CE nº 027/2013.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 14 de dezembro de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por não conhecer o recurso, por ser intempestivo, manter a Decisão Coren-CE nº 005/2017, e aplicar a pena de advertência verbal ao enfermeiro César Augusto Cesarino Corrêa, Coren-CE nº 41.217-ENF, por infração aos artigos 9º, 13, 33 e 48 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

LUCIANO DA SILVA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 74, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Administrativo Cofen nº 857/2017
Parecer de Relator nº 269/2017
Conselheiro Relator: Dr. Walkirio Costa Almeida
Conselheiro com voto vencedor: Dr. Luciano da Silva
Denunciante: Cláudio Alves Porto
Denunciada: Fabíola de Campos Braga Mattozinho
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 857/2017. JULGAMENTO DE ADMISSIBILIDADE. Arquivamento. Prescrição.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 857/2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 12 de dezembro de 2017, por 07 (sete) votos a favor, 01 (um) contrário e 01 (uma) abstenção, em conformidade com a ata e os votos que integram o presente julgado, por arquivar o Processo Administrativo Cofen nº 857/2017, contra a enfermeira Fabíola de Campos Braga Mattozinho, Coren-SP nº 68.336-ENF, diante dos fatos apontados na reunião e presente o instituto da prescrição, conforme artigo 156 da Resolução Cofen nº 370/2010, Código de Processo Ético-Disciplinar da Enfermagem.

Desta decisão cabe recurso a Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução Cofen nº 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução Cofen nº 421/2012.

IRENE DO CARMO ALVES FERREIRA
Presidente da mesa

LUCIANO DA SILVA
Conselheiro com voto vencedor

ACÓRDÃO Nº 75, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Administrativo Cofen nº 545/2017
Parecer de Relator nº 294/2017
Conselheiro Relator: Dr. Gilvan Brolini
Denunciante: Coren-PI
Denunciado: Erick Riccely Pereira do Ó
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 545/2017. ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA. Admissibilidade. Abertura de processo ético.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 545/2017.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 13 de dezembro de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por admitir a denúncia contra o enfermeiro Erick Riccely Pereira do Ó, Coren-PI nº 143.971-ENF, e abrir processo ético, amparado pela Resolução Cofen nº 370/2010, por suposta infração aos artigos 5º, 8º, 9º e 48 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007 .

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

GILVAN BROLINI
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 76, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 008/2017
Processo Ético Coren-ES nº 004/2015
Parecer de Relator nº 274/2017
Conselheira Relatora: Dra. Francisca Norma Lauria Freire
Denunciante: Coren-ES
Denunciada/Recorrente: Maria Sônia Ramos Matias
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 008/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a decisão do Coren-ES. Absolvição.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 008/2017, originário do COREN-ES, Processo Ético Coren-ES nº 004/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 13 de dezembro de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-ES nº 002/2017, e absolver a enfermeira Maria Sônia Ramos Matias, Coren-ES nº 159.537-ENF.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

FRANCISCA NORMA LAURIA FREIRE
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 77, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 006/2017
Processo Ético Coren-ES nº 008/2016
Parecer de Relator nº 295/2017
Conselheiro Relator: Dr. Leocarlos Cartaxo Moreira
Denunciante: Coren-ES
Denunciada/Recorrente: Katiane de Angelis Martins
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 006/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a decisão do Coren-ES. Advertência verbal e multa.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 006/2017, originário do COREN-ES, Processo Ético Coren-ES nº 008/2016.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 13 de dezembro de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, dar-lhe provimento parcial, reformar a Decisão Coren-ES nº 008/2017, e aplicar a pena de advertência verbal e multa de 02 (duas) anuidades da categoria profissional à enfermeira Katiane de Angelis Martins, Coren-ES nº 381.197-ENF, por infração aos artigos 5º, 51 e 52 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

MARIA DO ROZÁRIO DE FÁTIMA B. SAMPAIO
Presidente da mesa

LEOCARLOS CARTAXO MOREIRA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 78, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 046/2016
Processo Ético Coren-BA nº 015/2015
Parecer de Relator nº 297/2017
Conselheiro Relator: Dr. Walkírio Costa Almeida
Denunciante/Recorrente: Jineide Almeida Sales Santana
Denunciada: Catarina Vieira Alcântara
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 046/2016. JULGAMENTO DE RECURSO. Conhecer do recurso e dar-lhe provimento. Reformar a decisão do Coren-BA. Advertência verbal.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético Cofen nº 046/2016, originário do COREN-BA, Processo Ético Coren-BA nº 015/2015.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 13 de dezembro de 2017, por 08 (oito) votos a favor e 01 (um) contrário, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por receber o recurso, dar-lhe provimento, reformar a Decisão Coren-BA nº 101/2016, e aplicar a pena de advertência verbal à enfermeira Catarina Vieira Alcântara, Coren-BA nº 209.937-ENF, por infração ao artigo 12 do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007.

MARIA DO ROZÁRIO DE FÁTIMA B. SAMPAIO
Presidente da mesa

WALKÍRIO COSTA ALMEIDA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 79, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 011/2017
Processo Ético Coren-MT nº 016/2014
Parecer de Relator nº 267/2017
Conselheiro Relator: Dr. Walkírio Costa Almeida
Denunciante: Lauriany Souza Romeiro Lauterer
Denunciada/Recorrente: Marlei Aparecida Rodrigues
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 011/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Nulidade. Devolver ao Regional para refazimento de atos.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 011/2017, originário do COREN-MT, Processo Ético Coren-MT nº 016/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 14 de dezembro de 2017, por 05 (cinco) votos a favor e 04 (quatro) contrários, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, por ser o mesmo tempestivo, declarar nulos os atos praticados a partir da portaria de nomeação do relator de admissibilidade da denúncia, folha 246 dos autos. Esses atos e seus subsequentes devem ser refeitos pelo Regional, nos termos da Resolução Cofen nº 370/2010.

MARIA DO ROZÁRIO DE FÁTIMA B. SAMPAIO
Presidente da mesa

WALKÍRIO COSTA ALMEIDA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 80, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Ético Cofen nº 013/2017
Processo Ético Coren-MT nº 018/2014
Parecer de Relator nº 268/2017
Conselheiro Relator: Dr. Walkírio Costa Almeida
Denunciante: Lauriany Souza Romeiro Lauterer
Denunciada/Recorrente: Gessi Helen Aires de Lima
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ÉTICO COFEN Nº 013/2017. JULGAMENTO DE RECURSO. Nulidade. Devolver ao Regional para refazimento de atos.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Ético COFEN nº 013/2017, originário do COREN-MT, Processo Ético Coren-MT nº 018/2014.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 14 de dezembro de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por conhecer do recurso, por ser o mesmo tempestivo, declarar nulos os atos praticados a partir da portaria de nomeação do relator de admissibilidade da denúncia, folha 246 dos autos. Esses atos e seus subsequentes devem ser refeitos pelo Regional, nos termos da Resolução Cofen nº 370/2010.

MARIA DO ROZÁRIO DE FÁTIMA B. SAMPAIO
Presidente da mesa

WALKÍRIO COSTA ALMEIDA
Conselheiro Relator

ACÓRDÃO Nº 81, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Administrativo Cofen nº 703/2017
Parecer de Relator nº 285/2017
Conselheira Relatora: Dra. Orlene Veloso Dias
Denunciante: Jairo Moraes Saraiva e Jefferson Erecy Santos
Denunciado: Luciano André Rodrigues
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 703/2017. ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA. Admissibilidade. Abertura de processo ético.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 703/2017.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 14 de dezembro de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por admitir a denúncia contra o auxiliar de enfermagem Luciano André Rodrigues, Coren-SP nº 269.702-AUX, e abrir processo ético, amparado pela Resolução Cofen nº 370/2010, por suposta infração ao artigo 6º do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, Resolução Cofen nº 311/2007

MARIA DO ROZÁRIO DE FÁTIMA B. SAMPAIO
Presidente da mesa

ORLENE VELOSO DIAS
Conselheira Relatora

ACÓRDÃO Nº 82, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Processo Administrativo Cofen nº 764/2017
Parecer de Relator nº 284/2017
Conselheira Relatora: Dra. Orlene Veloso Dias
Denunciante: Anderson Francisco de Meira da Silva
Denunciado: Luciano André Rodrigues
ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COFEN Nº 764/2017. ADMISSIBILIDADE DE DENÚNCIA. Não admissibilidade. Arquivamento.
Vistos, analisados, relatados e discutidos os autos do Processo Administrativo Cofen n° 764/2017.

ACORDAM os membros do Plenário do Conselho Federal de Enfermagem - COFEN, em sua 496ª Reunião Ordinária de Plenário, realizada no dia 14 de dezembro de 2017, por unanimidade, em conformidade com o relatório, a ata e os votos que integram o presente julgado, por não admitir a denúncia e arquivar o Processo Administrativo Cofen nº 764/2017 apresentado contra o auxiliar de enfermagem Luciano André Rodrigues, Coren-SP nº 269.702-AUX.

Desta decisão cabe recurso a Assembleia dos Presidentes no prazo de 15 (quinze) dias, conforme estabelece o art. 137 da Resolução Cofen nº 370/2010 e art. 9º, I, da Resolução Cofen nº 421/2012.

MANOEL CARLOS NERI DA SILVA
Presidente do Conselho

ORLENE VELOSO DIAS
Conselheira Relatora

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃO Nº 33.021, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo Eleitoral nº 541/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Maranhão - CRF/MA. Requerido: Conselho Federal de Farmácia - CFF. Relator: Conselheiro Federal Josué Schostack. Ementa: Eleições para conselheiro federal realizadas no CRF/MA em observância a Lei Federal nº 3.820/60. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia nos termos da Resolução/CFF nº 604/14. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL PARA CONSELHEIRO FEDERAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO MARANHÃO, declarando como eleitos como Conselheiros Federais para o mandato 2018/2021 os farmacêuticos LUIS MARCELO VIEIRA ROSA (Titular) e FRANCISCO HUDSON COSTA COELHO (Suplente); nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 33.077, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Processo Eleitoral nº 549/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná - CRF/PR. Requerido: Conselho Federal de Farmácia - CFF. Relator: Conselheiro Federal Marcelo Polacow Bisson. Ementa: Eleições realizadas no CRF/PR em observância a Lei Federal nº 3.820/60 e a Resolução/CFF nº 604/14. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ, declarando como eleitos como Conselheiros Federais para o mandato 2019/2022 os

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

farmacêuticos LUIZ GUSTAVO DE FREITAS PIRES (Titular) e GRAZZIELA SAMANTHA PEREZ (Suplente); nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Nº 33.078 - Processo Eleitoral nº 553/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado de Roraima - CRF/RR. Requerido: Conselho Federal de Farmácia - CFF. Relator: Conselheiro Federal Carlos André Oeiras Sena. Ementa: Eleições realizadas no CRF/RR em observância a Lei Federal nº 3.820/60 e a Resolução/CFF nº 604/14. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE RORAIMA, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/18 a 31/12/19), os farmacêuticos (as) ADÔNIS MOTTA CAVALCANTE - Presidente; PAULO TAMASHIRO FILHO - Vice-Presidente; BIANCA FÉLIX DE OLIVEIRA CRISPIM - Secretária-Geral e HILDENICE DE ARAÚJO SOUSA - Tesoureira; para o mandato 2018/2021 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: ADÔNIS MOTTA CAVALCANTE, PAULO TAMASHIRO FILHO, BIANCA FÉLIX DE OLIVEIRA CRISPIM, HILDENICE DE ARAÚJO SOUSA, JONNATH DAS CHAGAS SANTOS, ALESSANDRA FANELI, IRLANY DAYANA MORENO RODRIGUES, VALDIRENE OLIVEIRA CRUZ e REINALDO EDUARDO COSTA JÚNIOR (Titulares); e WELLINGTON ROBINSON SOARES CIZINO DE PAIVA, ADILANE NÁDIA ALMEIDA CHAVES e JOELMA MINGUENS DA SILVA (Suplentes); para o mandato 2018/2021 para Conselheiro Federal, os farmacêuticos: ERLANDSON UCHÔA LACERDA (Titular) e EDUARDO ANIBAL LOPES MARREIROS (Suplente), nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 33.079 - Processo Eleitoral nº 517/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal - CRF/DF. Requerido: Conselho Federal de Farmácia - CFF. Relatora: Conselheira Federal Elena Lúcia Sales Sousa. Ementa: Eleições realizadas no CRF/DF em observância a Lei Federal nº 3.820/60 e a Resolução/CFF nº 604/14. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, com uma abstenção do Conselheiro Federal do Distrito Federal, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO DISTRITO FEDERAL, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/18 a 31/12/19), os farmacêuticos (as) GILCILENE MARIA DOS SANTOS EL CHAER - Presidente; HUMBERTO DE OLIVEIRA LOPES - Vice-Presidente; ATAÍDE DONISETE MARTINS - Secretário-Geral e ELAINE FARIA MORELO - Tesoureira; para o mandato 2018/2021 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: ALEXANDRE ALVARES MARTINS, DAYANE LEITE SERPA, DEIVISSON RABELO GUIMARÃES, LILIAN PATRÍCIA NASCIMENTO e OZÓRIO PAIVA FILHO (Titulares); e KARLA CRISTINA ALVES GUEDES (Suplente); para o mandato 2019/2022 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: ANACLEIDE FERREIRA GONÇALVES DE ALMEIDA, CARLOS ALBERTO PINTO DE OLIVEIRA, POLYANNA DE FREITAS SILVA (Titulares), e JOSIANE TAVARES DA SILVA (Suplente); e para o mandato 2018/2021 para Conselheiro Federal, os farmacêuticos: FORLAND OLIVEIRA SILVA (Titular) e VIVIANY NICOLAU DE PAULA DIAS COELHO (Suplente), nos termos do voto da Relatora e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 33.080 - Processo Eleitoral nº 558/2017. Requerente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Tocantins - CRF/TO. Requerido: Conselho Federal de Farmácia - CFF. Relator: Conselheiro Federal Carlos André Oeiras Sena. Ementa: Eleições realizadas no CRF/TO em observância a Lei Federal nº 3.820/60 e a Resolução/CFF nº 604/14. Homologação pelo Plenário do Conselho Federal de Farmácia. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, Acordam os Conselheiros do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, em HOMOLOGAR O PROCESSO ELEITORAL REALIZADO NO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO TOCANTINS, declarando como eleitos para a Diretoria com mandato (1º/01/18 a 31/12/19), os farmacêuticos (as) MÁRCIA GERMANA ALVES DE ARAÚJO LOBO - Presidente; VIDAL GONZALEZ MATEOS JUNIOR - Vice-Presidente; ANETTE KELSEI PARTATA - Secretária-Geral e DAYANNE CAVALCANTE CARVALHO - Tesoureira; para o mandato 2018/2021 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos:
MÁRCIA GERMANA ALVES DE ARAÚJO LOBO, ANETTE KELSEI PARTATA, DAYANNE CAVALCANTE CARVALHO (Titulares); e ADRIANA MARIA PEREIRA DE ABREU (Suplente); para o mandato 2019/2022 para Conselheiros Regionais, os farmacêuticos: KARIN ANNE MARGARIDI GONÇALVES, WALDONEZ SOARES DA COSTA, MARCIA REJANE JUWER (Titulares), e RAFAEL MONTEIRO BOTELHO (Suplente); e para o mandato 2019/2022 para Conselheiro Federal, os farmacêuticos: MARTTHA DE AGUIAR FRANCO RAMOS (Titular) e RENATO ANTONIO CAMPOS FREIRE (Suplente), nos termos do voto do Relator e da Decisão do Plenário, que se encontra integrante da Ata da Sessão, que faz parte integrante deste julgado.

Nº 33.081 - Processo Eleitoral nº 559/2017. Nº originário: s/nº. Requerente: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Interessado: CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Relator: PRESIDENCIA DO CFF. EMENTA: A investidura para as funções públicas da Diretoria do Conselho Federal de Farmácia, nos termos da Lei Federal nº 3.820/60, com redação dada pela Lei Federal nº 9.120/65, se dá pelo voto direto do seu plenário legitimamente constituído. Previsão do Regimento Interno da Entidade, aprovado pela Resolução/CFF nº 483/08 e Regulamento Eleitoral aprovado pela Resolução/CFF nº 604/14. Membros da Mesa Receptora e Apuradora nomeados pela Portaria nº 81, de 12 de dezembro de 2017, composta pelos farmacêuticos: Hortência Sallet Müller Tierling - Presidente, Adonis Motta Cavalcante - Mesário, e Alexandre Henrique Magalhães - Mesário, dispensada a publicação por ser norma interna corporis da Administração. Ausência de impugnação e recurso. Pela homologação do escrutínio. Chapa única concorrente: Walter da Silva Jorge João (CRF/PA) - Presidente, Lenira da Silva Costa (CRF/RN) - Vice-Presidente, João Samuel de Morais Meira (CRF/PB) - Tesoureiro e Erlandson Uchoa Lacerda - Secretário-Geral (CRF/RR). Do colegiado composto por 27 (vinte e sete) Conselheiros Federais, restou eleita por maioria a chapa única com 22 (vinte e dois) votos a favor, 4 (quatro) votos em branco e 1 (uma) ausência do Conselheiro Federal do Estado de Alagoas, observada, assim, a maioria absoluta prevista no parágrafo único do artigo 5º da Lei Federal nº 3.820/60. Eleição da Comissão de Tomada de Contas na forma do Regimento Interno, composta por titulares e suplentes. Vistos, Relatados e discutidos os presentes autos, resolvem os Conselheiros Federais do Plenário do Conselho Federal de farmácia, por unanimidade, com 1 (uma) ausência do Conselheiro Federal do Estado de Alagoas, considerando os termos da CDLXV Sessão Plenária do Conselho Federal de Farmácia, em HOMOLOGAR AS ELEIÇÕES PARA DIRETORIA DA ENTIDADE PARA O BIÊNIO DE 1º DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019, COMPOSTA PELOS INTEGRANTES DA CHAPA ÚNICA, TENDO COMO PRESIDENTE: WALTER DA SILVA JORGE JOÃO; VICE-PRESIDENTE: LENIRA DA SILVA COSTA; TESOUREIRO: JOÃO SAMUEL DE MORAIS MEIRA; E SECRETÁRIO-GERAL: ERLANDSON UCHÔA LACERDA, declarando-os desde já eleitos e empossados para gozo das prerrogativas legais. Homologam-se ainda as eleições para Comissão de Tomada de Contas, para mandato idêntico ao da Diretoria, tendo como titulares os Conselheiros Federais: MARCOS AURÉLIO FERREIRA DA SILVA (AM), ALEX SANDRO RODRIGUES BAIENSE (RJ) e BRÁULIO CÉSAR DE SOUSA (PE) e, ainda, como Conselheiros Suplentes: FORLAND OLIVEIRA SILVA (DF), JOSUÉ SHOSTACK (RS) e JOSÉ RICARDO ARNAUT AMADIO (MT), conforme os termos do escrutínio eleitoral realizado, devidamente arquivado nesta autarquia.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 488, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o Regulamento Eleitoral para Renovação de Mandatos nos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

O Plenário do CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL - COFFITO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, em sua 281ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2017, na subsede da Autarquia em Curitiba, situada na Rua Padre Anchieta, 2285, Edifício Delta Center, Salas 801/802, Bairro Bigorrilho, Curitiba/PR, em conformidade com a competência prevista nos incisos II e XI, do Art. 5º, da Lei nº 6.316, de 17.12.1975;

CONSIDERANDO a competência legal instituída no art. 5º, inciso II, da Lei Federal nº 6.316/75;

CONSIDERANDO que a norma eleitoral deverá prever eleições mais amplas e democráticas, diminuindo, na medida do tempo, eventuais restrições para proporcionar a mais ampla concorrência em atenção ao Princípio Republicano;

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar o crescimento das profissões, possibilitando que as chapas sejam compostas por número maior de profissionais de uma ou de outra profissão, permitindo assim, o aumento relevante no número de Chapas;

CONSIDERANDO que a presente alteração normativa se dá em face da necessidade de não haver limitação mínima à organização política da composição das chapas, propiciando, assim, uma maior possibilidade de candidatos e extensão da competitividade em homenagem aos princípios democráticos a que o sistema deve se ater, resolve:

Art. 1 - O artigo 7º da Resolução Coffito nº 369 de 06 de novembro de 2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - As chapas deverão ser compostas por 18 Fisioterapeutas e/ou 18 Terapeutas Ocupacionais, devendo ser 9 candidatos a membros efetivos e 9 candidatos a membros suplentes, devendo haver a respectiva discriminação em duas colunas com a identificação de candidatos efetivos e suplentes.

Art. 2º - Revogar o parágrafo único do art. 7º da Resolução COFFITO nº 369, de 06 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Resolução não se aplica aos processos eleitorais em curso.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 1.200, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Revoga a Resolução CFMV nº 1167, de 11 de agosto de 2017.

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV -, no uso das atribuições definidas no inciso XXIII, artigo 7º, de seu Regimento Interno, combinado com as atribuições definidas na alínea "f", art. 16, da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968; resolve:

Art. 1º Revoga-se, ad referendum do Plenário, a Resolução CFMV nº 1167, de 11 de agosto de 2017, publicada no DOU nº 169, de 1/9/2017 (S.1, p.205-206).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no DOU.

FRANCISCO CAVALCANTI DE ALMEIDA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 1.183, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2017
(Publicada no DOU de 14-12-2017)

ANEXO(*)



(*)Publicado nesta data por ter sido omitido no DOU nº 239, de 14/12/2017, Seção 1, página 207 e no DOU nº 241, de 18/12/2017, Seção 1, página 204.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 19, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 que institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 02 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade do exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 576,12 (quinhentos e setenta e seis reais e doze centavos).

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 707,85 (setecentos e sete reais e oitenta e cinco centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.409,36 (um mil, quatrocentos e nove reais e trinta e seis centavos);

c) acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 2.110,86 (dois mil, cento e dez reais e oitenta e seis centavos);

d) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.812,36 (dois mil, oitocentos e doze reais e trinta e seis centavos);

e) acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 3.513,87 (três mil, quinhentos e treze reais e oitenta e sete centavos);

f) acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.215,37 (quatro mil, duzentos e quinze reais e trinta e sete centavos);

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 20, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 2ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 469,06 (quatrocentos e sessenta e nove reais e seis centavos).

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 317,42 (trezentos e dezessete reais e quarenta e dois centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 625,70 (seiscentos e vinte e cinco reais e setenta centavos);

c) acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 933,98 (novecentos e trinta e três reais e noventa e oito centavos);

d) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ R$ 1.242,26 (mil, duzentos e quarenta e dois reais e vinte seis centavos);

e) acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ R$ 1.550,55 (mil, quinhentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos);

f) acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ R$ 1.858,83 (mil oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e três centavos);

g) acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 2.475,39 (dois mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e nove centavos).

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 392,54 (trezentos e noventa e dois reais e cinquenta e quatro centavos)

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 542,27 (quinhentos e quarenta e dois reais e vinte sete centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.083,45 (mil e oitenta e três reais e quarenta e cinco centavos);

c) acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.624,63 (mil seiscentos e vinte quatro reais e sessenta e três centavos);

d) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.257,28 (dois mil duzentos e cinquenta e sete reais e vinte oito centavos)

e) acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 2.706,99 (dois mil setecentos e seis reais e noventa e nove centavos);

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 486,92 (quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos).

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, será de R$ 656,92 (seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e dois centavos).

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 491,32 (quatrocentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos).

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 614,95 (seiscentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.218,14 (mil duzentos e dezoito reais e quatorze centavos);

c) acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.821,30 (mil oitocentos e vinte um reais e trinta centavos);

d) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.424,46 (dois mil quatrocentos e vinte quatro reais e quarenta e seis centavos);

e) acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 3.027,63 (três mil e vinte sete reais e sessenta e três centavos);

f) acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 3.630,79 (três mil seiscentos e trinta reais e setenta e nove centavos);

g) acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.837,12 (quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e doze centavos).

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 02 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 452,20 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte centavos)

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 707,85 (setecentos e sete reais e oitenta e cinco centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.409,36 (mil quatrocentos e nove reais e trinta e seis centavos);

c) acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 2.110,86 (dois mil cento e dez reais e oitenta e seis centavos);

d) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.812,36 (dois mil oitocentos e doze reais e trinta e seis centavos);

e) acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 3.513,87 (três mil quinhentos e treze reais e oitenta e sete centavos);

f) acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.215,37 (quatro mil duzentos e quinze reais e trinta e sete centavos);

g) acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 5.618,38 (cinco mil seiscentos e dezoito reais e trinta e oito centavos).

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900197

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 514,59 (quinhentos e quatorze reais e cinquenta e nove centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 514,59 (quinhentos e quatorze reais e cinquenta e nove centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.029,18 (mil e vinte nove reais e dezoito centavos);

c) acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.543,77 (mil quinhentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos);

d) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.058,36 (dois mil e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos);

e) acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 2.572,95 (dois mil quinhentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos);

f) acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 3.087,54 (três mil e oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos);

g) acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.116,72 (quatro mil cento e dezesseis reais e setenta e dois centavos).

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 480,41 (quatrocentos e oitenta reais e quarenta e um centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 243,58 (duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e oito centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 480,41 (quatrocentos e oitenta reais e quarenta e um centavos);

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 9ª Região

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 9ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 9ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 530,05 (quinhentos e trinta reais e cinco centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, será de R$ 530,05 (quinhentos e trinta reais e cinco centavos);

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 28, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 434,65 (quatrocentos e trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 500,98 (quinhentos reais e noventa e oito centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 748,29 (setecentos e quarenta e oito reais e vinte nove centavos);

c) acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.119,26 (mil cento e dezenove reais e vinte seis centavos);

d) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 1.675,72 (mil seiscentos e setenta e cinco reais e setenta e dois centavos);

e) acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 2.510,40 (dois mil quinhentos e dez reais e quarenta centavos);

f) acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 3.762,43 (três mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e três centavos);

g) acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 5.011,15 (cinco mil e onze reais e quinze centavos).

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 483,15 (quatrocentos e oitenta e três reais e quinze centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, será de R$ 510,06 (quinhentos e dez reais e seis centavos).

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 507,05 (quinhentos e sete reais e cinco centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, será de R$ 507,05 (quinhentos e sete reais e cinco centavos);

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 467,70 (quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, será de R$ 426,35 (quatrocentos e vinte seis reais e trinta e cinco centavos);

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 487,96 (quatrocentos e oitenta e sete reais e noventa e seis centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 632,53 (seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta e três centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 1.253,31 (mil duzentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos);

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 33, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 15ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 15ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 15ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 452,49 (quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e nove centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 493,52 (quatrocentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 525,17 (quinhentos e vinte cinco reais e dezessete centavos);

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 34, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 02 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 488,32 (quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 707,85 (setecentos e sete reais e oitenta e cinco centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.409,36 (mil quatrocentos e nove reais e trinta e seis centavos)

c) acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 2.110,86 (dois mil cento e dez reais e oitenta e seis centavos);

d) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.812,36 (dois mil oitocentos e doze reais e trinta e seis centavos);

e) acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 3.513,87 (três mil quinhentos e treze reais e oitenta e sete centavos);

f) acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.215,37 (quatro mil duzentos e quinze reais e trinta e sete centavos);

g) acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 5.618,38 (cinco mil seiscentos e dezoito reais e trinta e oito centavos).

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 35, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 17ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 17ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 17ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 593,30 (quinhentos e noventa e três reais e trinta centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, será de R$ 707,85 (setecentos e sete reais e oitenta e cinco centavos);

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 18ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 18ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 18ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 531,04 (quinhentos e trinta e um reais e quatro centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, será de R$ 662,47 (seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e sete centavos);

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 19ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 19ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 19ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 501,75 (quinhentos e um reais e setenta e cinco centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 550,61 (quinhentos e cinquenta reais e sessenta e um centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.094,88 (mil e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos);

c) acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 1.639,14 (mil seiscentos e trinta e nove reais e quatorze centavos);

d) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.183,40 (dois mil cento e oitenta e três reais e quarenta centavos);

e) acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 2.727,67 (dois mil setecentos e vinte sete reais e sessenta e sete centavos);

f) acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 3.271,93 (três mil duzentos e setenta e um reais e noventa e três centavos);

g) acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.360,46 (quatro mil trezentos e sessenta reais e quarenta e seis centavos).

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de:

I - Ás/Aos profissionais que atuam na seção Acre o valor da anuidade será de R$ 394,07 (trezentos e noventa e quatro reais e sete centavos);

II - Ás/Aos profissionais que atuam na seção Amazonas o valor da anuidade será de R$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais);

III - Ás/Aos profissionais que atuam na seção de Rondônia o valor da anuidade será de R$ 401,00 (quatrocentos e um reais);

IV - Ás/Aos profissionais que atuam na seção de Roraima o valor da anuidade será de R$ 388,31 (trezentos e oitenta e oito reais e trinta e um centavos).

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas jurídicas, será de:

I - As pessoas jurídicas com sede no Acre o valor da anuidade será de R$ 663,89 (seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e nove centavos);

II - As pessoas jurídicas com sede no Amazonas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 663,89 (seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e nove centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 1.409,36 (mil quatrocentos e nove reais e trinta e seis centavos);

III - As pessoas jurídicas com sede em Rondônia o valor da anuidade será de R$ 634,15 (seiscentos e trinta e quatro reais e quinze centavos);

IV - As pessoas jurídicas com sede em Roraima o valor da anuidade será de R$ 656,00 (seiscentos e cinquenta e seis reais).

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 39, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 21ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 21ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 21ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 486,03 (quatrocentos e oitenta e seis reais e três centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 de pessoas jurídicas, será de R$ 513,10 (quinhentos e treze reais e dez centavos);

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 40, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 22ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 22ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 02 de dezembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 22ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 463,68 (quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 de pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 707,85 (setecentos e sete reais e oitenta e cinco centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.409,36 (mil quatrocentos e nove reais e trinta e seis centavos);

c) acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 2.110,86 (dois mil cento e dez reais e oitenta e seis centavos);

d) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): R$ 2.812,36 (dois mil oitocentos e doze reais e trinta e seis centavos);

e) acima de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e até R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais): R$ 3.513,87 (três mil quinhentos e treze reais e oitenta e sete centavos);

f) acima de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 4.215,37 (quatro mil duzentos e quinze reais e trinta e sete centavos);

g) acima de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais): R$ 5.618,38 (cinco mil seiscentos e dezoito reais e trinta e oito centavos).

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 41, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui os valores das anuidades para o exercício de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

CONSIDERANDO a Resolução CFP nº 04/2017 a qual institui os valores máximos das anuidades para o exercício de 2018;

CONSIDERANDO a decisão da Assembleia Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região;

CONSIDERANDO a decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia, do dia 24 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º - Instituir os valores para a anuidade de 2018 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região, na forma que estabelece a presente Resolução.

Art. 2º - O valor da anuidade do exercício de 2018 para pessoas físicas, será de R$ 623,68 (seiscentos e vinte três reais e sessenta e oito centavos);

Art. 3º - O valor da anuidade do exercício de 2018 de pessoas jurídicas, conforme o capital social, será de:

a) até R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): R$ 705,07 (setecentos e cinco reais e sete centavos);

b) acima de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e até R$ 200.000,00 (duzentos mil reais): R$ 1.398,77 (mil trezentos e noventa e oito reais e setenta e sete centavos);

c) acima de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 2.091,85 (dois mil e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos);

d) acima de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): R$ 2.784,92 (dois mil setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos);

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO GIANNINI
Conselheiro-Presidente

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

DECISÃO Nº 17, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina, juntamente com a Secretária da Autarquia no uso da competência consignada no Art. 15º, inciso VI, da Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973, combinado com o Regulamento da Administração Financeira e Contábil do Sistema Cofen/Conselhos Regionais aprovado pela Resolução Cofen 340/2008, Resolução Cofen nº 503/2016 e;

Considerando, a deliberação do Plenário em sua 558ª Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de outubro de 2017; decidem:

Art. 1º Aprovar o Orçamento-Programa para o exercício de 2018 do Coren/SC, conforme especificações em anexo, integrante do presente ato decisório que será publicado na Imprensa Oficial.

Art. 2º A Receita será realizada mediante recebimentos de anuidades, serviços prestados aos profissionais de Enfermagem e sociedade, rendimentos sobre aplicações financeiras e outras receitas, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta decisão, observada a seguinte classificação:

1- Receitas Correntes (A)- R$ 14.900.000,00
Receitas de Contribuições- R$ 10.505.000,00
Receita Patrimonial- R$ 300.000,00
Receitas de Serviços- R$ 1.565.000,00
Transferências Correntes-
Outras Receitas Correntes- R$ 2.530.000,00
2- Receita de Capital (B)- R$ 0,00
Alienação de bens- R$ 0,00
Total da Receita (A + B)- R$ 14.900.000,00

Art. 3º A Despesa será realizada de acordo com as especificações integrantes desta decisão, observada a seguinte classificação:

1.Despesa Corrente (A)- R$ 14.305.000,00
Despesas de Custeio- R$ 10.655.000,00
Transferências Correntes- R$ 3.650.000,00
2.Despesas de Capital (B)- R$ 595.000,00
Investimentos- R$ 595.000,00
Total da Despesa (A + B)- R$ 14.900.000,00

Art. 4º Fica a Presidente, em conjunto com a Tesoureira, autorizada a abrir, durante o exercício, créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da despesa total prevista nesta decisão, utilizando para esse fim, os recursos previstos nos Incisos I a IV, do § 1º do Artigo 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e o disposto no Artigo 89 do Regulamento da Administração Financeira e Contábil aprovado pela Resolução Cofen 340/2008.

Art. 5º - Fica a Presidente, em conjunto com a Tesoureira, autorizada, durante o exercício de 2018 a abrir programas de trabalho, elementos de despesas e fontes de recursos para implementação dos projetos e atividades não previstos neste orçamento.

Art. 6º - Os efeitos do presente ato terão vigência adstrita ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Art. 7º - Revoguem-se as disposições em contrário.

HELGA REGINA BRESCIANI
Presidente do Conselho

ANGELA MARIA BLATT ORTIGA
Secretária

DECISÃO Nº 21, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Santa Catarina - Coren/SC, em conjunto com a Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, e;

Considerando a Lei nº 5.905/73 em seus artigos 15, incisos III, XI e XIV e artigo 16;

Considerando os artigos 4º, 5º, e 6º, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

Considerando o disposto no art. 22, inciso X, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

Considerando a Resolução Cofen nº 440/2013, que dispõe sobre a inscrição e registro de obstetriz e dá outras providências;

Considerando a Resolução Cofen nº 563/2017, que fixa o valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2018, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e dá outras providências;

Considerando, por fim, a deliberação do Plenário do Coren/SC em sua 559ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de novembro de 2017; decide:

Art. 1º - Fixar os valores das anuidades para o exercício de 2018, para pessoa física dos Quadros I, II e III e pessoa jurídica, a saber:

Pessoa Física:
Categoria Anuidade 2018 (R$)
Enfermeiro(a) 305,02
Obstetrizes 289,76
Técnico (a) de Enfermagem 209,71
Auxiliar de Enfermagem 176,33
Pessoa Jurídica com capital social:
até 50 mil reais - 571,94
acima de 50 mil e até 200 mil reais - 1.143,86
acima de 200 mil e até 500 mil reais -1.715,79
acima de 500 mil reais e até 1 milhão - 2.287,73
acima de 1 milhão e até 2 milhões- 2.858,64
acima de 2 milhões e até 10 milhões- 3.431,58
acima de 10 milhões- 4.575,42

Art. 2º - As anuidades terão vencimento em 31 de março e poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - com desconto de 10% em cota única até 31 de janeiro;

II - sem desconto em cota única até 31 de março;

III - parcelado sem desconto em 5 (cinco) quotas mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de 3% (três por cento) ao mês, com o primeiro vencimento em 31 de janeiro;

§ 1º - As parcelas pagas após o vencimento mensal sofrerão o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora 0,03% (zero vírgula zero três por cento) ao dia.

§ 2º - Não havendo o pagamento até 31 de março ou o parcelamento previsto no inciso III deste artigo, se iniciar após esta data, o valor da anuidade será corrigido pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros 1% (um por cento) ao mês.

Art. 3º - Aos profissionais recém-inscritos será concedido o desconto de 10% (dez por cento) no valor da primeira anuidade.

§ 1º Quando a inscrição for solicitada até 31 de março a anuidade deverá ser paga integral. Após esta data a anuidade deverá ser cobrada proporcionalmente aos meses que restam para o fim do exercício fiscal.

§2º O disposto no Art. 2º não se aplica aos recém-inscritos.

§3º Considera-se recém-inscrito o profissional que pleiteou sua primeira inscrição em quaisquer das categorias no Sistema Cofen/Conselhos Regionais.

Art. 4º - São isentos do pagamento de anuidades os profissionais:

I - portadores de inscrição remida;

II - portadores de doença grave prevista em Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil que estiver em vigor para Imposto de Renda;

III - que tenham sido atingidos por calamidade pública no local de moradia, mediante comprovação efetiva dos danos sofridos e que atendam a qualquer dos requisitos abaixo:

recebido isenção do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU;

autorizado a sacar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em razão dos fatos motivadores da calamidade pública;

c) seja atestada por órgão ou entidade da Administração Pública a lesão a bens do profissional em razão da situação calamitosa.

§ 1º - Para efeito de reconhecimento da isenção prevista no inciso II deste artigo pela Diretoria do Coren/SC, a doença deve ser comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, devendo ser fixado o prazo de validade do laudo pericial, no caso de doenças passíveis de controle.

§ 2º - A isenção prevista no inciso II deste artigo será válida enquanto durar a doença, devendo a comprovação ser feita anualmente pelo profissional inscrito até a efetiva cura.

§ 3º - A isenção prevista no inciso III deste artigo é aplicável aos doze meses após a data da calamidade.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 4º - As isenções previstas neste artigo não impedem a cobrança de débitos dos exercícios anteriores.

Art. 5º - A arrecadação será efetuada em conta específica, observando as determinações da Lei nº 5.905/73, e do Cofen, através da rede bancária do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

Art. 6º - Esta Decisão, após homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial e seus efeitos apenas passarão a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2018.

HELGA REGINA BRESCIANI

DECISÃO Nº 22, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina - Coren/SC, em conjunto com a Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, e

Considerando o artigo 16 da Lei nº 5.905/73, que define a receita dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

Considerando a Lei 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos Conselhos Profissionais em geral;

Considerando a Resolução Cofen nº 563/2017, que fixa o valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2018, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e dá outras providências;

Considerando, por fim, a deliberação do Plenário do Coren/SC em sua 559ª Reunião Ordinária, ocorrida em 21 de novembro de 2017; decide:

Art. 1º Os valores correspondentes aos serviços prestados pelo Coren/SC aos profissionais de Enfermagem e sociedade para o ano de 2018 estão fixados na tabela abaixo:

Descrição - Valor em 2018

Anotação de Responsabilidade Técnica - paga pelo Empregador - R$ 189,00

Anotação/registro de especialização, qualificação ou título-

Autorização de Atendente/renovação-

Autorização de Estrangeiro- R$ 137,00

Cancelamento de inscrição e registro-

Certidão de Responsabilidade Técnica-

Certidões diversas- R$ 20,00

Declaração ou validação de registro para outros países- R$ 75,00

Despesas de correspondência e remessa de documentos- Vlr Correio

Desarquivamento de autos/documentos- R$ 13,70

Expedição de 2ª via da carteira profissional/substituição- R$ 86,00

Expedição de carteira profissional- R$ 86,00

Inscrição e registro de pessoa física- R$ 206,00

Inscrição e registro de pessoa jurídica- R$ 385,00

Inscrição secundária- R$ 147,00

Reinscrição/revalidação de registro- R$ 132,00

Remida-

Renovação da carteira profissional-

Suspensão temporária de Inscrição-

Transferência de inscrição (Quadro I)- R$ 182,00

Transferência de inscrição (Quadro II e III)- R$ 147,00

Art. 2º Os valores descritos no artigo 1o da presente decisão foram reajustados em 1,63% (um vírgula setenta e três por cento) de acordo com variação integral do Índice Nacional de Preços INPC dos últimos 12 (doze) meses (outubro/2016 a setembro/2017).

Art. 3º A arrecadação será efetuada em conta específica, observando as determinações da Lei nº 5.905/73 e do Cofen, através da rede bancária do Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal.

Art. 4º Fica revogada a Decisão 011/2016, bem como as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Decisão, após homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial, e seus efeitos passarão a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2018.

HELGA REGINA BRESCIANI
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

Na publicação no DOU de 15-12-2017, Seção 1, Página 278, no título, onde se lê: DECISÃO N° 257, de 14 de novembro de 2017, leia-se: DECISÃO N° 257, 14 de dezembro de 2017.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO

DECISÃO Nº 193, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Fixa os valores das anuidades de pessoa física e jurídica no âmbito do Coren-MA para o exercício de 2018.

O Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão- COREN-MA, em conjunto com a Secretária da Autarquia, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia,

e CONSIDERANDO a Lei nº 5.905/73 em seus artigos 15, incisos III, XI e XIV e artigo 16;

CONSIDERANDO os artigos 4º, 5º, e 6º, da Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 494/2015 de 10 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO a Resolução COFEN nº 496/2015 de 26 de novembro de 2015;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso X, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 563, de 01 de novembro de 2017, que fixa o valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2018, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e dá outras providências;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário deste Conselho na Reunião Ordinária nº 519, de 23 de novembro de 2017; decide:

Art. 1º - Fixar o valor das anuidades de pessoas físicas e jurídicas a serem cobradas pelo COREN-MA, para o exercício do ano de 2018, conforme descrito abaixo Pessoa Física: Enfermeiro - R$ 276,77;Obstetriz - R$ 262,93; Técnico de Enfermagem - R$ 157,56; Auxiliar de Enfermagem - R$ 144,98.Pessoa Jurídica: Até R$ 50.000,00 de capital social - R$ 562,75 Acima de R$ 50.000,00 e até R$ 200.000,00 - R$1.125,51 Acima de R$ 200.000,00 e até R$ 500.000,00 - R$1.688,26; Acima de R$ 500.000,00 e até R$ 1.000.000,00 - R$2.251,03 Acima de R$ 1.000.000,00 e até R$ 2.000.000,00 - R$2.813,7 Acima de R$ 2.000.000,00 e até R$ 10.000.000,00 - R$3.376,54 Acima de R$ 10.000.000,00 - R$ 4.502,03.

Art. 2º - As anuidades terão vencimento em 31 de março de 2018 e poderão ser recolhidas da seguinte forma:I - com 20% de desconto em cota única até 31 de janeiro; II - com 10% de desconto em cota única até 28 de fevereiro; III - com 05% desconto em cota única até 31 de março IV - sem desconto em até 05 (cinco) parcelas mensais, iguais e sucessivas, desde que a última parcela não ultrapasse o exercício fiscal. §Único - Caso o pagamento não seja realizado até 31 de março ou se o parcelamento previsto no inciso IV deste artigo se iniciar após esta data, o valor da anuidade será corrigido pelo Índice Nacional de Preço do Consumidor - INPC e acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros 1% (um por cento) ao mês.

Art. 3º - Os valores descritos no artigo 1º da presente decisão não foram reajustados em 1,63% (hum vírgula sessenta e três por cento) de acordo com variação integral do Índice Nacional de Preços INPC dos últimos 12 (doze) meses (outubro/2016 a setembro/2017), nos termos da Resolução COFEN Nº 0563/2017.

Art. 4º - Quando a inscrição for solicitada a partir do mês de abril a anuidade será paga proporcionalmente aos meses restantes para findar o ano.

Art. 5º - Esta Decisão, após homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial e seus efeitos apenas passarão a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2018.

JHONNY MARLON CAMPOS SOUSA
Presidente do Conselho

ANTONIA CRISTIANE SOUZA PEREIRAA
Secretária

DECISÃO Nº 208, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Fixa os valores de taxas e emolumentos de pessoas físicas e jurídicas referentes ao exercício 2018, no âmbito do Coren-MA.

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DEENFERMAGEM DO MARANHÃO - COREN-MA, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas na Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, e

CONSIDERANDO o artigo 16 da Lei nº 5.905/73, que define a receita do Conselho Regional de Enfermagem;

CONSIDERANDO a Lei 12.514, de 28 de outubro de 2011, que trata das contribuições devidas aos Conselhos Profissionais em geral;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso IX, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem fixar os valores das anuidades, e homologar os valores de taxas de serviços e emolumentos para os Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, inciso X, do Regimento Interno do Conselho Federal de Enfermagem, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar Resoluções, Decisões e demais instrumentos legais no âmbito da Autarquia;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 502, de 15 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO a Resolução Cofen nº 563, de 01 de dezembro de 2017, que fixa o valor das anuidades, taxas e emolumentos para o exercício de 2018, devidas aos Conselhos Regionais de Enfermagem pelas pessoas físicas e jurídicas inscritas e dá outras providências;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário deste Conselho na Reunião Ordinária nº 520, de 05 de dezembro de 2017; decide:

Art. 1º - Fixar os valores de taxas e emolumentos de pessoas físicas e jurídicas no âmbito do Conselho Regional de Enfermagem do MA para o exercício de 2018, conforme tabela abaixo:

INSCRIÇÕES PESSOA FÍSICA	
Inscrição e registro de pessoa física	R$ 116,60
Inscrição e registro de pessoa física secundária	R$ 116,60
Inscrição remida/remida secundária	R$ 116,60
Reinscrição de registro	R$ 116,60
Transferência de inscrição de jurisdição	R$ 116,60
Cancelamento ou suspensão de inscrição ou registro	ISENTO
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL	
Carteira de identidade profissional	R$ 58,30
Substituição de carteira ou expedição de segunda via	R$ 58,30
Carteira de identidade profissional remida	R$ 58,30
Carteira de autorização atendente/estrangeiro	R$ 58,30
Renovação da carteira de autorização atendente/estrangeiro	R$ 58,30
REGISTRO DE TÍTULOS	
Anotação/registro de especialização, qualificação ou de título.	R$ 116,60
INSCRIÇÃO E CERTIDÃO - PESSOA JURÍDICA	
Certidão de responsabilidade técnica	R$ 58,30
Inscrição e registro de pessoa jurídica	R$ 316,25
Anotação de responsabilidade técnica	R$ 145,75
Certidões diversas	R$ 34,98
CANCELAMENTO OU PRORROGAÇÃO DE INSCRIÇÃO	
Cancelamento de inscrição (pessoa física ou jurídica)	ISENTO
OUTROS SERVIÇOS	
Taxa de envio de documentos	R$ 8,64
Emissão de declaração ou validação de registro para outro país	R$ 116,60
Autenticação de documentos por folha	R$ 1,16
Fotocópias realizadas pelo Conselho	R$ 0,33
Desarquivamento de autos/documentos	R$ 12,00

Art. 2º - Os valores descritos no artigo 1º da presente decisão não foram reajustados em 1,63% (hum vírgula sessenta e três por cento) de acordo com variação integral do Índice Nacional de Preços INPC dos últimos 12 (doze) meses (outubro/2016 a setembro/2017), nos termos da Resolução COFEN Nº 0563/2017.Art. 3º - É vedada a cobrança de taxa para expedição de certidões: negativa, de transferência, de regularidade e/ou nada consta. Art. 4º - Esta Decisão, após homologada pelo Conselho Federal de Enfermagem, entra em vigor na data de sua publicação na Imprensa Oficial e seus efeitos apenas passarão a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2018.

JHONNY MARLON CAMPOS SOUSA
Presidente do Conselho

ANTONIA CRISTIANE SOUZA PEREIRAA
Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SÃO PAULO

ATO ADMINISTRATIVO Nº 37, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre os valores de Anuidades de Pessoas Físicas e Jurídicas, de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, de Serviços e de Multas no exercício de 2018.

O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "k" do art. 34 da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966;

Considerando que a anuidade é devida a partir de 1º de janeiro de cada ano, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 5.194, de 1966, alterado pela Lei Federal nº 6.619, de 16 de dezembro de 1978;

Considerando o disposto no art. 63, § 2º, da Lei 5.194, de 1966, alterado pela Lei Federal 6.619, de 1978, que estabelece o pagamento da anuidade após 31 de março com acréscimo a título de mora;

Considerando o disposto nos arts. 55, 57 e 58 da Lei Federal nº 5.194, de 1966, que fixam a obrigatoriedade do registro e do visto de pessoas físicas e jurídicas no Crea da circunscrição em que desenvolvem suas atividades;

Considerando o disposto no art. 73, alíneas "a", "b", "c", "d" e "e" da Lei Federal n º 5.194, de 1966, e no art. 3º da Lei Federal nº 6.496, de 1977, que estipulam as multas a serem cobradas;

Considerando o art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional - CTN - Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que determina juros de mora à razão de 1% (um por cento) ao mês;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 6.496, de 1977, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e na Lei Federal nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que dá nova redação ao art. 4º da Lei Federal nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e trata das contribuições devidas aos Conselhos Profissionais em geral;

Considerando o disposto no art. 6º, § 1º, da Lei Federal 12.514, de 2011, que estabelece que os valores das anuidades sejam reajustados de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou pelo índice oficial que venha substituí-lo;

Considerando o disposto no art. 6º, § 2º, da Lei Federal 12.514, de 2011, que trata de limite mínimo de parcela;

Considerando as Resoluções nº 1.066 e 1067, de 25 de setembro de 2015 do Confea, publicada no D.O.U., de 29 de setembro de 2015, que revoga as Resoluções nº 524, 528, 529, de 2011, e 1.058 e 1061, de 2014, e Decisões Plenárias n.º 1758 e 1759, de 28 de setembro de 2017, que atualizam as tabelas de valores referentes ao registro de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, serviços, multas e anuidades de pessoas físicas e jurídicas, resolve:

CAPÍTULO I

DA ANUIDADE

Art. 1º As pessoas físicas e jurídicas registradas são obrigadas a recolher o respectivo valor da anuidade a partir de 1º de janeiro.

Parágrafo único. O boleto bancário para pagamento da anuidade do exercício corrente incluirá os débitos relativos aos exercícios anteriores.

Art. 2º A anuidade de pessoa física e pessoa jurídica, referente ao exercício em que for requerido o registro ou a sua reativação corresponderá a tantos duodécimos quantos forem os meses ou fração, calculado da data do seu deferimento até o final do exercício.

Art. 3º No caso de pagamento de cota única ou de parcela em atraso incidirão sobre os valores multa de 20% (vinte por cento), (§ 3º, art. 63, Lei nº 5.194, de 1966) e juros de mora de 1% (um por cento), (§ 1º, art. 161, CTN) ao mês ou fração, calculado sobre o valor devido.

Art. 4º É facultado à pessoa física ou jurídica, que pagar a anuidade até 31 de março, requerer ao Crea-SP, a qualquer tempo do exercício e sem ônus, uma certidão de registro e quitação.

Seção I

Do Parcelamento

Art. 5º Os débitos referentes às anuidades de pessoas físicas e jurídicas, anteriores ao exercício vigente, poderão ser divididos em parcelas mensais, iguais e sucessivas, não podendo cada parcela ser inferior a 1/5 (um quinto) do valor da anuidade vigente na data em que ocorrer o vencimento da 1ª parcela.

Seção II

Das Pessoas Físicas

Art. 6º As anuidades dos profissionais de nível superior e nível médio, consoante ao Anexo da Decisão PL-1758, de 2017, correspondem aos seguintes valores:

PROFISSIONAL	VALOR (R$)
Profissional de nível superior	539,13
Profissional de nível médio	269,56

§ 1º O pagamento inferior ao estabelecido implica em inadimplência até que seja recolhido o valor integral pelo profissional.

§ 2º A permanência em débito importa em exercício ilegítimo da profissão (art. 67, Lei nº 5.194, de 1966) e consequente bloqueio de emissão de ART e certidões.

§ 3º O valor a menor, pago indevidamente, poderá ser devolvido se requerido formalmente pela interessada.

§ 4º As anuidades poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - nível superior - em cota única, com 15% (quinze por cento) de desconto sobre o valor integral, no valor de R$ 458,26 com vencimento em 31 de janeiro;

II - nível médio - em cota única, com 15% (quinze por cento) de desconto sobre o valor integral, no valor de R$ 229,13 com vencimento em 31 de janeiro;

III - nível superior - em cota única, com 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor integral, no valor de R$ 485,22 com vencimento em 28 de fevereiro;

IVnível médio - em cota única, com 10% (dez por cento) de desconto sobre o valor integral, no valor de R$ 242,60 com vencimento em 28 de fevereiro;

V - nível superior - em cota única no valor integral, com vencimento em 31 de março;

VI - nível médio - em cota única no valor integral, com vencimento em 31 de março;

VII - nível superior - em 5 (cinco) parcelas, no valor integral, com valores iguais, mensais e consecutivas, com vencimentos em 31 de janeiro, 28 de fevereiro, 31 de março, 30 de abril e 31 de maio; ou

VIII - nível médio - em 5 (cinco) parcelas, no valor integral, com valores iguais, mensais e consecutivas, com vencimentos em 31 de janeiro, 28 de fevereiro, 31 de março, 30 de abril e 31 de maio.

Seção III

Dos Descontos

Art. 7º Conceder os seguintes descontos sobre o valor base/integral da anuidade na data da concessão:

I - 90% (noventa por cento), na primeira anuidade do recém-formado em curso das áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, desde que solicitado até cento e oitenta dias após a data de conclusão do curso, concedido automaticamente pelo sistema;

II - 90% (noventa por cento), ao profissional do sexo masculino a partir de 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou 35 (trinta e cinco) anos de registro no Sistema Confea/Crea e a profissional do sexo feminino a partir de 60 (sessenta) anos de idade ou 30 (trinta) anos de registro no Sistema Confea/Crea. O desconto será concedido automaticamente pelo sistema no exercício seguinte à integralização do período/idade mencionados;

III - 90% (noventa por cento), ao profissional que comprovar ser portador de doença grave, que resulte em incapacitação para o exercício profissional, devendo apresentar laudo médico atualizado e solicitar o desconto dentro do exercício vigente, o qual será analisado pelo Crea-SP.

Paragrafo único. Não haverá acúmulo de descontos.

Seção IV

Da Interrupção do Registro

Art. 8º Quando houver solicitação de interrupção de registro, a anuidade de pessoa física, referente ao exercício, corresponderá a tantos duodécimos quantos forem os meses ou fração, contados a partir de janeiro até o mês de formulação da efetiva baixa, conforme critérios estabelecidos na Instrução vigente, do Crea-SP.

Seção V

Da Alteração do Curso Principal

Art. 9° No caso de alteração do curso principal o valor da anuidade somente será reenquadrado no exercício seguinte à apresentação do diploma do curso alterado.

Seção VI

Das Pessoas Jurídicas

Art. 10. As anuidades de pessoas jurídicas, consoante ao Anexo da Decisão PL-1758, de 2017, correspondem aos seguintes valores:

FAIXA	CAPITAL SOCIAL (R$)	ANUIDADE (R$)
1	até 50.000,00	509,91
2	de 50.000,01 até 200.000,00	1.019,83
3	de 200.000,01 até 500.000,00	1.529,75
4	de 500.000,01 até 1.000.000,00	2.039,65
5	de 1.000.000,01 até 2.000.000,00	2.549,58
6	de 2.000.000,01 até 10.000.000,00	3.059,48
7	acima de 10.000.000,00	4.079,29

§ 1º O pagamento inferior ao estabelecido implica em inadimplência até que seja recolhido o valor integral pela empresa.

§ 2º A permanência em débito importa em exercício ilegítimo da profissão (art. 67, Lei nº 5.194, de 1966) e consequente bloqueio de emissão de ART e certidões.

§ 3º O valor a menor, pago indevidamente, poderá ser devolvido se requerido formalmente pela interessada.

§ 4º As anuidades poderão ser recolhidas da seguinte forma:

I - em cota única, com desconto de 15% (quinze por cento) sobre o valor integral definido para o exercício, com vencimento em 31 de janeiro;

II - em cota única, com desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor integral definido para o exercício, com vencimento em 28 de fevereiro;

III - em cota única no valor integral, com vencimento em 31 de março; ou

IV - em 5 (cinco) parcelas no valor integral, com valores iguais, mensais e consecutivas, com vencimentos em 31 de janeiro, 28 de fevereiro, 31 de março, 30 de abril e 31 de maio.

Art. 11. A anuidade da pessoa jurídica que possuir filial, agência, sucursal, escritório de representação, em circunscrição diferente daquela onde se localiza sua matriz, corresponderá à metade do valor previsto para a matriz, desde que não possua capital social destacado.

Parágrafo único. No caso de a pessoa jurídica possuir capital social destacado, a anuidade corresponderá ao valor integral relativo a esse capital.

Art. 12. No caso de alteração do capital social, devidamente registrado em órgão competente, o valor da anuidade somente será reenquadrado no exercício seguinte à apresentação da referida alteração contratual no Crea-SP.

Art. 13. Não poderá ser cobrada anuidade de consórcio ou sociedade sem personalidade jurídica.

CAPÍTULO II

DA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

Art. 14. O recolhimento do valor da ART é devido no início do trabalho/serviço, consoante a Resolução n° 1025, de 30 de outubro de 2009.

Parágrafo único. O não recolhimento no prazo implicará em sanções legais.

Art. 15. O cadastro eletrônico da ART estará vinculado ao profissional registrado e quite com o pagamento da respectiva anuidade, conforme arts. 55, 63 e 67 da Lei Federal nº 5.194, de 1966.

Art. 16. Os valores do registro de ART de obra ou serviço, consoante ao Anexo da Decisão PL-1759, de 2017, constam nas tabelas A e B.

I - Tabela A - Valor de contrato aplicado à ART de obra ou serviço.

TABELA A - OBRA OU SERVIÇO		
FAIXA	CONTRATO (R$)	R$
1	até 8.000,00	82,94
2	de 8.000,01 até R$ 15.000,00	145,15
3	acima de 15.000,00	218,54

II - Tabela B - Valor de contrato aplicado à ART de obra ou serviço de rotina.

TABELA B - OBRA OU SERVIÇO DE ROTINA		
FAIXA	CONTRATO (R$)	R$
1	até 200,00	1,61
2	de 200,01 até 300,00	3,27
3	de 300,01 até 500,00	4,87
4	de 500,01 até 1.000,00	8,16
5	de 1.000,01 até 2.000,00	13,12
6	de 2.000,01 até 3.000,00	19,67
7	de 3.000,01 até 4.000,00	26,39
8	acima 4.000,00	Tabela A

§ 1º O pagamento inferior ao estabelecido não registrará a ART até que seja recolhido o valor integral.

§ 2° O valor a menor, pago indevidamente, poderá ser devolvido se requerido formalmente pela interessada.

Art. 17. O valor para registro de ART a ser aplicado às seguintes atividades profissionais, independentemente do valor do contrato, corresponderá ao da faixa 1 da Tabela A = R$ 82,94 (oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos):

I - Desempenho de cargo e função técnica;

II - Execução de obra ou prestação de serviço realizado no exterior;

III - Execução de obra ou prestação de serviço para entidade beneficente que comprovar sua condição mediante apresentação de documento hábil, desde que enquadrada no cadastro de ação institucional do Crea-SP;

IV - Execução de obra ou prestação de serviço para programas de Engenharia e Agronomia Pública, que comprovar sua condição mediante apresentação de documento hábil, desde que enquadrada no cadastro de ação institucional do Crea;

V - Vinculação à ART de obra ou serviço por coautoria, corresponsabilidade ou equipe, total ou parcial;

VI - Vinculação à ART de cargo ou função de atividade realizada em razão de vínculo com pessoa jurídica de direito público ou enquadrada na classe C;

VII - Substituição ou complementação de ART, desde que não haja alteração de faixa de enquadramento da ART inicialmente registrada.

§ 1º Será isento do valor referido na tabela deste artigo o registro de ART nos seguintes casos:

I - Complementação que informar aditivo de prazo de execução ou de vigência do contrato que não caracterize renovação contratual;

II - Substituição que corrigir erro de preenchimento de ART anteriormente registrada, desde que a análise preliminar pelo Crea não verifique a modificação do objeto ou da atividade técnica contratada;

§ 2º Verificando a informação que altere a taxa de ART deverá ser cobrado o valor correspondente à diferença entre as faixas desde que esta não seja inferior à taxa mínima.

Art. 18. Mediante convênio, o CREA-SP, fixará em R$ 26,39 (vinte e seis reais e trinta e nove centavos), o valor para registro de ART de obra e serviços nas seguintes situações:

I - Estado de calamidade pública oficialmente decretada;

II - Programa de interesse social na área urbana ou rural.

Art. 19. O valor da ART múltipla corresponderá ao somatório dos valores individuais da ART relativa a cada contrato de obra ou serviço de rotina, conforme valores fixados nas Tabelas A e B.

§ 1º O valor individual da ART relativo a cada contrato da receita agronômica, independentemente do valor do contrato é de R$ 1,61 (um real e sessenta e um centavos).

§ 2º Mediante convênio, o Crea-SP, fixa em R$ 26,39 (vinte e seis reais e trinta e nove centavos), independente do valor de contrato, o valor individual referente a cada obra ou serviço de rotina realizado por profissional de quadro técnico de pessoa jurídica de direito público que possua ART de cargo ou função.

§ 3º Para o registro da ART múltipla citado no caput e parágrafos deste artigo, deve ser observado, no mínimo o valor de R$ 82,94 (oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos).

Art. 20. A ART relativa à prestação de serviço por prazo indeterminado, cujo valor de contrato global não esteja fixado, será registrada anualmente e seu valor corresponderá ao do serviço do primeiro mês do período da validade da ART multiplicado por doze.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012017121900202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 21. O boleto bancário terá data de vencimento fixada em dez dias contados do cadastro eletrônico da ART no sistema, limitada ao último dia do ano fiscal;

§ 1º A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante de pagamento ou conferência no sistema do Crea-SP.

§ 2º O início da atividade profissional sem o pagamento do valor da ART ensejará as sanções legais cabíveis.

§ 3º No caso de a contratada ser pessoa jurídica de direito público, o boleto bancário terá data de vencimento fixada em trinta (30) dias contados do cadastro eletrônico da ART no sistema, limitada ao último dia útil do exercício fiscal.

CAPÍTULO III

DOS SERVIÇOS

Art. 22. Os valores de serviços, consoante ao Anexo da Decisão PL-1758, de 2017, conforme tabela a seguir:

TABELA DE SERVIÇOS		
ITEM	SERVIÇO	R$
I	Pessoa Jurídica	
A	Registro principal (matriz) ou registro secundário (filial, sucursal, etc.).	248,41
B	Visto de registro	123,84
C	Emissão de certidão de registro e quitação de pessoa jurídica	51,00
D	Emissão de certidão de quaisquer outros documentos e anotações	51,00
E	Requerimento de registro de obra intelectual	310,32
II	Pessoa Física	
A	Registro Profissional	80,86
B	Visto de registro	51,00
C	Expedição de carteira de identidade profissional	51,00
D	Expedição de 2ª via ou substituição de carteira de identidade profissional	51,00
E	Emissão de certidão de registro ou quitação de pessoa física	51,00
F	Emissão de certidão até 20 ARTs	51,00
G	Emissão de certidão acima de 20 ARTs	103,44
H	Emissão de CAT sem registro de atestado até 20 ARTs	51,00
I	Emissão de CAT sem registro de atestado acima de 20 ARTs	103,44
J	Emissão de CAT com registro de atestado	83,77
K	Emissão de certidão de quaisquer outros documentos e anotações	51,00
L	Análise de requerimento de regularização de obra ou serviço ou incorporação de atividade concluída no país ou no exterior ao acervo técnico por contrato	310,32
M	Requerimento de registro de obra intelectual	310,32

§ 1º Serão isentos dos valores fixados na tabela deste artigo:

I - Os serviços de certidões que estejam disponibilizados pela Internet;

II - O visto do registro de profissionais inscritos no sistema de informação do Sistema Confea/Crea;

§ 2º No caso de substituição do cartão de registro provisório, por ocasião da apresentação do diploma de conclusão do curso, será cobrado do profissional inscrito no Sistema de Informações do Sistema Confea/Crea apenas o valor referente à expedição da carteira de identidade profissional;

§ 3º A relação de obras e serviços registrados será emitida pelo Crea por meio de certidão de ART.

Art. 23. O valor fixado para requerimento de registro de obra intelectual deve ser pago ao Confea, mediante depósito no Banco do Brasil S/A, Agência 0452-9, conta corrente 193.227-6.

Art. 24. Não haverá restituição de valor de serviço prestado pelo Crea-SP.

CAPÍTULO IV

DAS MULTAS

Art. 25. Os valores das multas, consoante ao Anexo da decisão PL-1758, de 2017, conforme tabela a seguir:

MULTA POR EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO art. 73 da Lei Federal nº 5194, de 1966.		
Alínea	VALORES EM R$	
	Incidência	Reincidência
A	657,57	1.315,14
B	1.315,15	2.630,30
C	2.191,91	4.383,82
D	2.191,91	4.383,82
E	6.575,73	13.151,46

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 27. O presente Ato entrará em vigor a partir de 1° de janeiro de 2018.

EDSON NAVARRO
Presidente do Conselho
Em exercício

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

ACÓRDÃOS

ACÓRDÃO DE 7 DE JULHO DE 2017

Nº 026/2017 - Processo Nº E-476/2017. Profissional: Diogo Poffo (CRF 8.247). Plenário aprovou por unanimidade a penalidade de multa no valor de 1 Salário Mínimo;

ACÓRDÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2017

Nº 0032/2017 - Processo Nº E-469/2016. Profissional: Filipe Nunes Pereira (CRF 10.190). Plenário aprovou por unanimidade a penalidade de multa no valor de 1 Salário Mínimo;

ACÓRDÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2017

Nº 0034/2017 - Processo Nº E-471/2016. Profissional: E.S. (CRF 4.802). Plenário aprovou por unanimidade a penalidade de advertência sem publicidade e de multa no valor de 1 Salário Mínimo;

ACÓRDÃO DE 4 DE AGOSTO DE 2017

Nº 0035/2017 - Processo Nº E-477/2017. Profissional: M.K. (CRF 10.299). Plenário aprovou por unanimidade a penalidade de advertência sem publicidade e de multa no valor de 1 Salário Mínimo;

Florianópolis-SC, 6 de dezembro de 2017.
HORTÊNCIA SALETT M. TIERLING.
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 7, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

O Presidente do Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região, no uso das atribuições que lhe competem por lei, resolve:

Art. 1º - Nortear os pedidos de licença não remunerada dos empregados do Conselho Regional de Psicologia 8ª Região - CRP-PR, conforme prevista na Cláusula 31 do Acordo Coletivo de Trabalho - 2017/2018.

Art. 2º - Os empregados do CRP-PR, poderão solicitar a licença não remunerada nos seguintes casos: I - qualificação profissional no exterior em cursos de sua área de formação; II - para dedicar-se a cursos de especialização Stricto Sensu; III - quando eleito para direção de sindicato.

Art. 3º - Quando o pedido, for para resolver questões particulares, o mesmo deverá ser avaliado, quanto ao período e o objetivo do afastamento. Portanto, a licença somente poderá ser concedida com o aval da diretoria.

Art. 4º - Casos omissos na aplicação deste documento serão resolvidos pela Diretoria do CRP-PR, ad referendum do Plenário.

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, ficando revogadas as disposições em contrário. CUMPRA-SE

JOÃO BAPTISTA FORTES DE OLIVEIRA
Conselheiro Presidente

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
ÓRGÃO ESPECIAL

DESPACHOS

RECURSO N. 49.0000.2014.008744-2/OEP. Recte: O.R.J. (Adv: Orlando Rasia Neto OAB/SP 216239). Recdos: Acórdão de fls. 289/291 e Cláudio Roberto Alves. Interessado: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Ary Raghiant Neto (MS). DESPACHO: O advogado O.R.J. protocola petição, às fls. 297/299, intitulada pedido de extinção da punibilidade administrativa, alegando, mais uma vez, que, em 25/10/2007, foi notificado para apresentar defesa prévia, oportunidade em que houve a interrupção do curso da prescrição da pretensão punitiva, sob a ótica do artigo 43, § 2º, inciso I, da Lei n. 8.906/94, e que, conforme seu entendimento, a interrupção da prescrição somente se dá uma única vez, razão pela qual considera que a pretensão punitiva está fulminada pela prescrição. (...). Nestas circunstâncias, visando à máxima efetividade e autoridade das decisões proferidas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, não recebo a petição de fls. 297/299, face ao exaurimento da instância administrativa da OAB, e determino à Secretaria deste Órgão Especial do Conselho Pleno que certifique o trânsito em julgado do acórdão de fls. 289/291, decorrido o prazo legal a contar da publicação de fl. 294. (...). E, concomitante à publicação desta decisão ou ciência pessoal pelo advogado, sejam os autos remetidos à origem, para execução da decisão condenatória da Vigésima Turma do Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da OAB/São Paulo (fls. 84/90), à sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias, pela prática da infração disciplinar tipificada no artigo 34, incisos XX e XXI, da Lei n. 8.906/94, prorrogáveis até a efetiva prestação de contas, com o consequente registro nos assentamentos cadastrais do advogado no Conselho Seccional de origem, bem como anotação no Cadastro Nacional de Punições Disciplinares (CNSD) e no Cadastro Nacional dos Advogados (CNA). Determino, ainda nesse sentido, que qualquer manifestação recebida posteriormente à publicação desta decisão, referente ao presente processo disciplinar, seja remetida diretamente à origem, para que analise sua pertinência, já em sede de execução da sanção disciplinar, sem a necessidade de nova manifestação desta Relatoria ou de retorno dos autos a este Conselho Federal. Brasília, 11 de dezembro de 2017. Ary Raghiant Neto, Relator. DESPACHO: Acolho o r. despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Federal Ary Raghiant Neto (MS), às fls. 301/303, adotando-o como razão de decidir. Publique-se. Brasília, 12 de dezembro de 2017. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente.

RECURSO N. 49.0000.2015.002291-8/OEP - E.D. Embte: G.O.G. (Adv: Gino Orselli Gomes OAB/RS 28067). Embdo: Acórdão de fls. 1104/1108. Recte: G.O.G. (Advs: José Roberto Barbosa de Oliveira e Souza OAB/SP 73491 e Rodrigo Frattari Gomes Silva OAB/DF 25816). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul. Relator: Conselheiro Federal José Lucio Glomb (PR). DESPACHO: O advogado G.O.G. opõe novos embargos de declaração, agora em face do acórdão de fls. 1.104/1.108, pelo qual este Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, acolheu parcialmente os embargos anteriores, apenas para fins de correção de erro material no julgado, declinando que o quórum previsto no artigo 8º, § 3º, refere-se à Lei n. 8.906/94, e não ao Regulamento Geral do EAOAB. (...). Assim, visando à máxima efetividade e autoridade das decisões proferidas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, não conheço dos presentes embargos de declaração, por serem manifestamente protelatórios, e determino à Secretaria deste Órgão Especial que certifique o trânsito em julgado da decisão de fls. 1.104/1.108, que julgou os embargos de declaração anteriores, decorrido o prazo legal a contar da publicação de fl. 1.110. Destaco, ainda, por força do artigo 138, §§ 3º e 5º, do Regulamento Geral do EAOAB, que não cabe recurso contra a decisão que nega seguimento a embargos de declaração quando tidos por manifestamente protelatórios, hipótese dos autos. Assim, concomitante à publicação desta decisão ou ciência pessoal pelo advogado embargante, sejam os autos remetidos ao Conselho Seccional de origem, para a imediata execução da decisão proferida às fls. 839/843. Determino, ainda nesse sentido, que qualquer manifestação recebida posteriormente à publicação desta decisão ou ciência pessoal pelo advogado, referente ao presente processo, seja remetida diretamente à origem, para que analise sua pertinência, já em sede de execução do julgado, sem a necessidade de nova manifestação desta Relatoria ou retorno dos autos a este Conselho Federal da OAB. Brasília, 11 de dezembro de 2017. José Lúcio Glomb, Relator. DESPACHO: Acolho o r. despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Federal José Lúcio Glomb (PR), às fls. 1145/1147, adotando-o como razão de decidir. Publique-se. Brasília, 12 de dezembro de 2017. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente.

RECURSO N. 49.0000.2015.005339-0/OEP - E.D. Embte: A.O.R. (Adv: Annie Ozga Ricardo OAB/PR 31798). Embdo: Acórdão de fls. 306/310. Recte: A.O.R. (Adv: Annie Ozga Ricardo OAB/PR 31798). Recdo: L.F.T.S. (Adv. Assistente: Adriano Quost OAB/PR 59612). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Jarbas Vasconcelos do Carmo (PA). Redistribuído: Conselheiro Federal Celso Barros Coelho Neto (PI). DESPACHO: A advogada A.O.R. opõe novos embargos de declaração, agora em face do acórdão de fls. 306/310, pelo qual este Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração anteriores, afastando a alegação de prescrição da pretensão punitiva. (...). Assim, visando à máxima efetividade e autoridade das decisões proferidas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, não conheço dos presentes embargos de declaração, por serem manifestamente protelatórios, e determino à Secretaria deste Órgão Especial do Conselho Pleno do CFOAB que certifique o trânsito em julgado da decisão de fls. 306/310, que julgou os embargos de declaração anteriores, decorrido o prazo legal a contar da publicação de fl. 313. Destaco, ainda, por força do artigo 138, §§ 3º e 5º, do Regulamento Geral do EAOAB, que não cabe recurso contra a decisão que nega seguimento a embargos de declaração quando tidos por manifestamente protelatórios, hipótese dos autos. Assim, concomitante à publicação desta decisão ou ciência pessoal pela advogada embargante, sejam os autos remetidos ao Conselho Seccional de origem, para a imediata execução da decisão proferida às fls. 75/77. Determino, ainda nesse sentido, que qualquer manifestação recebida posteriormente à publicação desta decisão ou ciência pessoal pelo advogado, referente ao presente processo, seja remetida diretamente à origem, para que analise sua pertinência, já em sede de execução do julgado, sem a necessidade de nova manifestação desta Relatoria ou retorno dos autos a este Conselho Federal da OAB. Brasília, 11 de dezembro de 2017. Celso Barros Coelho Neto, Relator. DESPACHO: Acolho o r. despacho proferido pelo eminente Relator, Conselheiro Celso Barros Coelho Neto (PI), às fls. 335/337, adotando-o como razão de decidir. Publique-se. Brasília, 12 de dezembro de 2017. Luís Cláudio da Silva Chaves, Presidente.

Brasília-DF, 18 de dezembro de 2017.
LUÍS CLÁUDIO DA SILVA CHAVES
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE EDUCADORES E PEDAGOGOS CFEP

PORTARIA Nº 5, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O Presidente do Conselho Federal de Educadores e Pedagogos- CFEP, no uso de suas atribuições Legais, considerando o crescimento e fortalecimento do CFEP/CREP, resolve:

Fica autorizada a criação e abertura de subseções em todos os municípios da Federação, obedecidos os regulamentos e regimentos internos: CFEP/CREPS- SUBSEÇÃO.

A Subseção pode ser criada pelo Conselho Regional do Estado, ou, pelo Conselho Federal, que fixará sua área territorial e seus limites de competência e autonomia. A área territorial da Subseção pode abranger um ou mais municípios, ou parte de município, inclusive da capital do Estado, contando com um mínimo de 17 Educadores Pedagogos, nela residentes ou profissionalmente domiciliados, devendo ser nomeados os primeiros membros pelo Conselho Federal para triênio e após a primeira nomeação os demais através de voto dos inscritos na subseção. DIRETORIA DA SUBSEÇÃO-A Subseção é administrada por uma Delegação vigorando como presidente, 1 tesoureiro, 1 secretário, 1 membro fiscal e 1 ou 2 suplentes, e ou, com quadro equivalente às da diretoria do Conselho Regional do Estado. Havendo mais de (100) cem inscritos, a Subseção pode ser integrada, também, por um Conselho em número de membros fixado pelo Conselho Regional ou Conselho Federal conforme determinação artigo 65 do Estatuto. Cabe ao Conselho Federal fixar, em seu orçamento, dotações específicas destinadas à manutenção das Regionais e Subseções que será devidamente mantida pelo número de inscritos na subseção . INTERVENÇÃO- O Conselho Regional do Estado ou Conselho Federal de Educadores e Pedagogos, mediante o voto de dois terços de seus membros, artigo 72, Est. 36.579, pode intervir nas Subseções, onde constatar grave violação da lei ou do regimento interno daquele. COMPETÊNCIAS- Compete à Subseção, no âmbito de seu território: cumprir efetivamente às finalidades do CFEP; zelar pela dignidade e valorização da profissão de Educadores e Pedagogos devidamente inscrito, e fazer valer as prerrogativas do inscrito; representar o CFEP perante os poderes e órgãos de Educação e demais órgãos constituídos; fazer inscrições de associados e parcerias com entidades públicas e privadas , acrescentando cada vez mais os benefícios dos inscritos e visando ainda atribuir a continuidade nos Estudos e demais conhecimentos. Caberá ao Presidente local cuidar com responsabilidade de toda documentação e demais utensílios e espaços ocupados pela subseção, respondendo com seu patrimônio particular, caso não respeite o artigo 97º do mesmo Estatuto. Deverá ter conhecimento integral do regulamento interno com a finalidade de não alegar ignorância pois será responsável pela administração de todas as verbas da subseção que for Delegado.

O Conselho Federal, mediante voto de dois terços de seus membros, pode intervir nas subseções no caso de descumprimento de suas finalidades, designando diretoria provisória, enquanto durar a intervenção. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO DE PAIVA

